

***Bibliotecas de História:
aspectos da posse e uso dos livros em instituições
religiosas de Lisboa nos finais do século XVIII***

Fernanda Maria Alves da Silva Guedes de Campos

Tese de Doutoramento em História

**VOL. I
Tomo I**

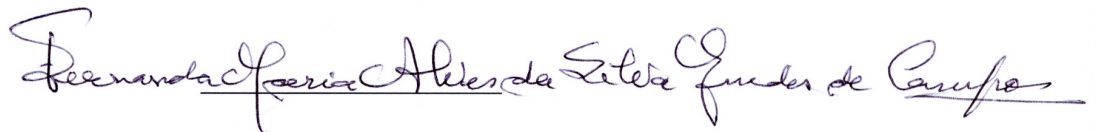
Dezembro, 2013

Tese apresentada para cumprimento dos
requisitos necessários à obtenção do
grau de Doutor em História, realizada
sob a orientação científica da Professora
Doutora Ana Isabel Buescu

DECLARAÇÕES

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente.
O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas
no texto, nas notas e na bibliografia.

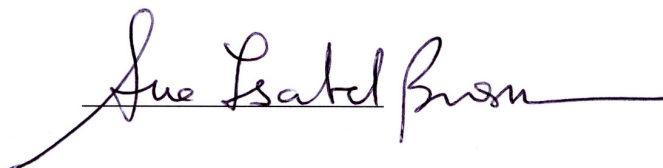
A candidata,



Lisboa, 1 de Agosto de 2013

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a
designar.

A orientadora,



Lisboa, 1 de Agosto de 2013

AGRADECIMENTOS

Para a elaboração desta tese concorreram várias instâncias a quem fico devedora. Daqueles de que já só resta a memória, recordo meus pais pelos exemplos que me legaram e os grandes mestres que foram os Professores Padre Manuel Antunes e Jorge Borges de Macedo, o primeiro por me ter inculcado como prática de vida “o apetite do optimal” e o segundo por me ter ensinado a pensar a História.

Mais próximos e directamente ligados ao projecto de Doutoramento, começo por agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Ana Isabel Buescu pelo entusiasmo com que acolheu a ideia, pelos sábios, prudentes e oportunos conselhos, sugestões, comentários e críticas que foi fazendo ao longo da investigação e da escrita e pela grande disponibilidade, simpatia e também empatia com que sempre me acolheu. Próxima, sem dúvida, mas num contexto de longa duração está a minha “casa” de muitos anos, a Biblioteca Nacional que é a fonte de origem deste projecto com o qual pretendi, antes de mais, ajudar a desvendar alguns dos “tesouros” menos conhecidos mas nem por isso menos importantes, que nela se guardam. Aos colegas e amigos que compartilharam os meus entusiasmos e as minhas “descobertas”, o meu sincero agradecimento pela confiança que em mim depositaram e à Directora-Geral Doutora Maria Inês Cordeiro pelo apoio prestado e pelas facilidades que me foram concedidas.

De entre os amigos não posso deixar de mencionar a minha cara Manuela Domingos, investigadora infatigável da história da Biblioteca Nacional e da História do Livro e da Leitura em Portugal, em cujas obras fui colher inspiração e conhecimentos. A minha gratidão vai também (ou principalmente) para o constante apoio que me deu e pelo genuíno entusiasmo com que acompanhou o meu trabalho. Outra presença amiga a quem muito agradeço foi, sem dúvida, a Dália Guerreiro, constante e infatigável na escolha e implementação das ferramentas e soluções informáticas que melhor se adequassem aos resultados que eu pretendia apresentar, com a colaboração e a experiência da Isabel Roque para quem vai também o meu obrigada.

Agradeço aos meus filhos, pela presença e por acreditarem nas minhas capacidades de chegar ao fim deste empreendimento e à minha neta, pela companhia carinhosa e pela paciência, sempre que não me foi possível dispensar-lhe a atenção a que está habituada.

Deixo para o fim o agradecimento ao Manuel, meu companheiro de quase 40 anos, pelas muitas horas que perdeu na formatação do texto, gráficos e imagens, pelas variadas sugestões e soluções que foi encontrando para melhorar o aspecto gráfico, pela dedicação na leitura do texto, nas revisões e, mais do que tudo, por estar sempre “ali” em todos os momentos mais felizes ou mais difíceis que o trabalho conheceu.

Aos membros do júri, em especial ao Prof. Doutor Fernando Taveira da Fonseca, o meu agradecimento pelos oportunos comentários e sugestões que me permitiram melhorar a versão final do texto.

BIBLIOTECAS DE HISTÓRIA: ASPECTOS DA POSSE E USO DOS LIVROS EM INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS DE LISBOA NOS FINAIS DO SÉCULO XVIII

Fernanda Maria Alves da Silva Guedes de Campos

RESUMO

A existência de livros nas instituições religiosas regulares é uma evidência reconhecida através das Regras das diversas ordens e testemunhada por inventários ou catálogos elaborados em diferentes momentos da sua história. A leitura é parte integrante das actividades da vida monástica e conventual podendo afirmar-se que a maior quantidade de livros e de leitores que existiram nas sociedades do Antigo Regime está concentrada nestas instituições. O objectivo que nos propusemos foi o de estudar aspectos particulares sobre a posse e o uso dos livros nas casas religiosas de Lisboa, no final do século XVIII. Fundamentamos a razão da escolha da capital pelo facto de nela ter existido uma grande concentração de casas masculinas e femininas, de dimensões variáveis e pertencentes a distintas ordens e congregações. Quanto ao arco cronológico considerámos as instituições fundadas desde os primórdios da monarquia até ao reinado de D. Maria I e que ainda subsistissem no período considerado. Ao propor como título Bibliotecas de História estávamos a estabelecer uma opção de estudo limitada a um tema concreto, procurando identificar qual o lugar que a História ocupou nestas bibliotecas e quais as orientações de coleccionismo e de leitura que nelas se poderiam encontrar. Para constituir o universo de estudo, fizemos um levantamento na Biblioteca Nacional de Portugal por ser a instituição que recebeu, com a extinção dos conventos ordenada em 1834, a maioria dos livros dessas proveniências.

Na tese apresentamos os contextos e as circunstâncias em que as ordens religiosas se estabeleceram em Lisboa e seu termo e a evolução dos estabelecimentos até serem encerrados. Dentro deste quadro estrutural estudámos as bibliotecas nos seus modelos organizativos, na expressão dos conteúdos em geral e em particular no tocante à História, apoiando-nos em fontes do século XVIII e abordando os dados numa perspectiva metodológica comparativa. Privilegiámos o contacto com os próprios livros provenientes quer das bibliotecas institucionais quer da posse privada de religiosos como fonte para o conhecimento das modalidades de leitura no ambiente de vida consagrada, pois muitos deles têm testemunhos evidentes da sua posse e do seu uso.

Os livros encontrados foram tratados numa série e estudados quantitativamente para evidenciar as principais tendências das leituras de História, por língua, data e lugar de edição, e temática específica, relacionando-as com os estabelecimentos onde as obras existiam. Seguidamente, a série foi analisada nos seus conteúdos procurando-se destacar autores e obras com maior representatividade sem esquecer, para além do cânone, a análise de singularidades, em especial quando se tratava de obras de reconhecida importância à época. Para melhor perceber orientações de leitura, fizeram-se estudos de caso mais abrangentes a partir dos catálogos das bibliotecas de S. Vicente de Fora, S. Francisco da Cidade e Santo Alberto.

Pretendeu-se, no geral, construir um quadro de referência com o objectivo de contribuir para uma nova visão sobre hábitos de leitura no ambiente religioso, alargando assim o campo de investigação sobre história cultural em Portugal no final do século XVIII.

PALAVRAS-CHAVE: Bibliotecas religiosas, Lisboa, Século XVIII, Modalidades de leitura, Posse e uso dos livros, Obras de História, História cultural.

LIBRARIES OF HISTORY: ASPECTS OF BOOKS' OWNERSHIP AND USE BY RELIGIOUS INSTITUTIONS IN LISBON AT THE END OF 18TH CENTURY

Fernanda Maria Alves da Silva Guedes de Campos

ABSTRACT

The presence of books in religious institutions is recognized as evidence in the Rules of different orders and acknowledged in inventories and catalogues prepared in distinct moments of their history. Reading is integrated in the activities of monastic life and there is confirmation that the largest quantity of books and number of readers were concentrated in those institutions, during the Old Regime. Our aim was to study particular aspects regarding the ownership and use of books in Lisbon's religious houses at the end of 18th century. The reason for choosing the capital is the fact that it concentrated a large number of monasteries and convents both masculine and feminine of various dimensions and affiliated to different religious orders. As to the chronological span, consideration was given to institutions founded from the beginnings of the Portuguese monarchy to the times of queen Maria the first, providing they still existed by the end of the century. The chosen title of this thesis – Libraries of History – identifies an option for a specific subject of interest with the objective of identifying what was the role of History in the collections of those libraries and what were the reading orientations in this respect. Data collecting to identify the History books of religious provenance was performed at the National Library of Portugal which is the most prominent receiver of the religious libraries extinguished after 1834.

The study provides the contexts and circumstances regarding the establishment of religious orders in Lisbon and its outskirts and their evolution until extinction. Within this structural framework, the libraries were investigated in order to understand the extent of their collections and especially those of History, by using primary sources of the 18th century and applying a comparative methodological approach. The contact with the real books both from institutional and private religious provenances remained a preferred source for determining reading practices in this specific environment because many of them bear evidences of ownership and use.

The books thus found were treated as a series and studied through a quantitative method in order to highlight the main tendencies in the reading of History books, which included language, date and place of publication, and detailed topics within History, in relation to the convents where these books did exist. The next stage was to analyze authors and titles either to confirm the existence of a canon, whenever they occurred in a number of institutions or to emphasize certain singularities, especially regarding the presence of works that were significant at the time. In order to better understand reading orientations, an enhanced research about the books originating from the libraries of S. Vicente de Fora, S. Francisco da Cidade and Santo Alberto was developed by using their catalogues as primary sources and the results are presented as case studies.

With this research we aimed at building a reference framework presenting a new vision about reading practices in religious houses and wider perspectives for the study of cultural history in Portugal at the end of 18th century.

KEYWORDS: Religious libraries, Lisbon, 18th century, Reading practices, Ownership and use of books, Books of History, Cultural History.

Índice

VOL. I

Tomo I

CAPÍTULO I	INTRODUÇÃO	1
I.1.	Antecedentes e motivação	3
I.2.	Paradigma de investigação	7
I.3.	Definição do objecto de estudo.....	12
I.4.	Planificação e organização do estudo	21
I.5.	Metodologia de investigação	30
CAPÍTULO II	AS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS DE VIDA CONSAGRADA EM LISBOA: ORIGENS, CONTEXTOS E CIRCUNSTÂNCIAS.....	45
II.1.	Definição do objecto de estudo e opções metodológicas	47
II.2.	Contextos fundacionais das instituições religiosas de Lisboa	57
II.2.1.	Institutos e instituições religiosas na primeira dinastia: da implantação discreta à consolidação.....	59
II.2.2.	O reforço crescente da presença das ordens em Lisboa: as construções de D. João I a D. João III.....	63
II.2.3.	A influência da Reforma da Igreja nas fundações religiosas até à Restauração.....	79
II.2.4.	O grande movimento fundacional da segunda metade de Seiscentos	91
II.2.5.	As fundações religiosas do século XVIII, de D. João V a D. Maria I: um novo paradigma	100
II.3.	O retrato da vida regular de Lisboa no fim do século XVIII: dados e indicadores	114
II.4.	A população regular de Lisboa: breve caracterização	135
II.4.1.	Representação demográfica do grupo	135
II.4.2.	A imagem do clero regular e a sua relação com a vida da cidade	143
II.4.3.	As primeiras circunstâncias de declínio.....	150
II.4.4.	A utilidade do clero e das instituições regulares em Lisboa e o caminho para a extinção	160

CAPÍTULO III	AS BIBLIOTECAS DE INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS: MODELOS, PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES.....	175
III.1.	Definição do objecto de estudo e opções metodológicas	177
III.2.	Modelos de bibliotecas religiosas	183
III.2.1.	A biblioteca e o primórdio do escrito	183
III.2.2.	O caminho do escrito ao lido	187
III.2.3.	Dos modelos à prática.....	194
III.3.	Aspectos de organização das bibliotecas religiosas.....	198
III.3.1.	A marca de posse da instituição: modalidades e representações	198
III.3.2.	Práticas de aquisição: o testemunho nos livros.....	215
III.3.3.	A organização dos saberes na biblioteca: sistemas de classificação....	229
III.3.3.1.	Os esquemas classificativos no século XVIII.....	229
III.3.3.2.	Processos de classificação em bibliotecas portuguesas: abordagem comparativa.....	247
III.3.4.	A organização do catálogo: princípios de apresentação e regras bibliográficas	265
III.3.5.	A arrumação da colecção e a sua acessibilidade.....	279
CAPÍTULO IV	AS BIBLIOTECAS NO AMBIENTE RELIGIOSO: TIPOLOGIAS E MODALIDADES DA POSSE E USO DO LIVRO	291
IV.1.	Definição do objecto de estudo e opções metodológicas	293
IV.2.	Conteúdos e quantitativos das bibliotecas portuguesas: análise comparativa.....	297
IV.2.1.	As bibliotecas religiosas de 1769 a 1834.....	297
IV.2.2.	As bibliotecas privadas do século XVIII: uma amostra.....	319
IV.3.	Modalidades de uso do livro nas bibliotecas religiosas.....	326
IV.3.1.	Práticas de uso interno do livro da comunidade	326
IV.3.2.	A biblioteca que (já) não se usa	334
IV.3.3.	A comunicação externa dos livros nas bibliotecas religiosas	341
IV.3.4.	A biblioteca para lá dos livros	346
IV.4.	Modalidades da posse e uso do livro privado nas instituições religiosas ...	352
IV.4.1.	Livros da posse dos religiosos	354
IV.4.2.	Livros da posse das religiosas.....	360
IV.4.3.	Representações da posse individual de livros no ambiente religioso	366

Tomo II

CAPÍTULO V	O LUGAR DA HISTÓRIA NAS BIBLIOTECAS RELIGIOSAS: PRÁTICAS DE COLECCIONISMO E DE CONSUMO	383
V.1.	Definição do objecto de estudo e opções metodológicas	385
V.2.	Construir, (des)construir e reconstruir colecções	390
V.3.	A História nas colecções das bibliotecas religiosas.....	403
V.3.1.	Identificação do universo institucional	403
V.3.2.	Instituições e quantitativos: características gerais	409
V.3.3.	Proveniência editorial das obras: indicadores e tendências	419
V.4.	As temáticas das obras de História: caracterização e tendências	431
V.5.	As obras de História na amostra institucional: indicadores e perfis coleccionistas	439
V.5.1.	Os Prolegómenos históricos.....	440
V.5.2.	A Geografia.....	440
V.5.3.	A Cronologia.....	442
V.5.4.	A História eclesiástica	444
V.5.5.	A História profana das monarquias antigas	448
V.5.6.	A História moderna – monarquias da Europa.....	450
V.5.7.	A História moderna – monarquias fora da Europa	462
V.5.8.	Os Paralipómenos históricos.....	463
V.5.9.	As Antiguidades.....	464
V.5.10.	A História literária, académica e bibliográfica	465
V.5.11.	Vidas de pessoas ilustres.....	467
V.5.12.	Os Relatos	468
V.5.13.	As colecções institucionais e o seu perfil editorial	470
CAPÍTULO VI	A(S) LEITURA(S) DA HISTÓRIA NAS BIBLIOTECAS RELIGIOSAS: TRADIÇÃO E INOVAÇÃO.....	485
VI.1.	Objecto de estudo e opções metodológicas	487
VI.2.	Obras de História nas bibliotecas religiosas de Lisboa: indicadores gerais.....	501
VI.3.	A escrita portuguesa da História: autores e obras.....	502
VI.3.1.	Narrativas da memória colectiva: a historiografia de autores religiosos.....	505
VI.3.2.	A narrativa exemplar no século XVII.....	518

VI.3.3.	A narrativa testemunhal em torno das missões.....	522
VI.3.4.	A historiografia do Humanismo ao Barroco: narrar a história antiga e a história viva	526
VI.3.5.	A escrita da História e as fontes documentais: o campo historiográfico do século XVIII.....	538
VI.4.	A História vinda de Espanha: autores e obras	563
VI.4.1.	Cronística e historiografia: reinos e reinados, províncias e cidades de Espanha.....	565
VI.4.2.	Narrativas do Novo Mundo	573
VI.4.3.	História religiosa e vidas exemplares	577
VI.5.	Autores franceses: a História da Idade Média à Revolução francesa.....	587
VI.5.1.	A História de França até Luís XIV	588
VI.5.2.	As grandes correntes ideológicas no reinado de Luís XIV na história civil e religiosa.....	590
VI.5.3.	A importância do método	601
VI.5.3.1.	Os Mauristas	601
VI.5.3.2.	Eruditos e “antiquários”	603
VI.5.4.	A influência das novas ideias.....	607
VI.5.5.	A História para todos: a “idade dos dicionários”	614
VI.5.6.	Memórias e biografias	618
VI.5.7.	A presença de/em Portugal da historiografia francesa.....	624
VI.6.	Outros autores estrangeiros.....	630
VI.6.1.	O Renascimento em Itália.....	630
VI.6.2.	O Humanismo do Norte e do Centro da Europa (séculos XV e XVI).....	637
VI.6.3.	A produção pós-tridentina: entre católicos e protestantes	640
VI.6.4.	As edições do século XVIII	649
VI.6.5.	A história de Portugal e as traduções para português (séculos XVII e XVIII).....	656
VI.7.	As obras dos autores clássicos.....	662
VI.8.	Livros proibidos.....	675
VI.8.1.	Obras licenciadas e obras suprimidas nas bibliotecas religiosas: o caso da biblioteca de S. Vicente de Fora	676
VI.9.	Geografia e Relatos de viagens na biblioteca de S. Vicente de Fora: um estudo de caso	689
VI.9.1.	Descrições de natureza literária	699
VI.9.2.	Narrativas em forma de memórias.....	700

VI.9.3.	Relatos de viajantes aventureiros e curiosos.....	702
VI.9.4.	Guias de viagem.....	703
VI.9.5.	Viagens a países e regiões da Europa	704
VI.9.6.	Colecções de viagens e seus “abrégés”	709
VI.9.7.	Viagens dos exploradores	710
VI.10.	A leitura formativa: as vidas exemplares nos conventos de Santo Alberto e S. Francisco da Cidade	719
CAPÍTULO VII CONCLUSÃO		743
VII.1.	A percepção do acto de ler.....	745
VII.2.	Caracterização e organização das leituras	750
VII.3.	Tempos e espaços das instituições religiosas	760
VII.4.	A História que se faz e que se lê.....	763
VII.5.	Considerações e reflexões finais.....	768
FONTES E BIBLIOGRAFIA		775
LISTAS DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS.....		859
Lista de Figuras		861
Lista de Gráficos.....		862
Lista de Quadros		863

VOL. II

ANEXO I	ORDENS RELIGIOSAS E RESPECTIVAS INSTITUIÇÕES EM LISBOA (FINAL DO SÉCULO XVIII).....	1
	Índice de ordens e instituições	210
	Índice remissivo	215
ANEXO II	LISTA DE LIVROS DE HISTÓRIA EXISTENTES NOS CONVENTOS, MOSTEIROS E CASAS RELIGIOSAS DE LISBOA (SÉC. XVI-XVIII)	225
	Índice alfabético de títulos	392
	Exemplo de folha de cálculo (“Excel”)	439
ANEXO III	ORGANIZAÇÃO DE BIBLIOTECAS NO SÉCULO XVIII	441
AIII.1	Sistemas classificativos	443
AIII.1.1	Sistema classificativo de Guillaume-François De Bure	443
AIII.1.2	Sistema classificativo de Jacques-Charles Brunet	460
AIII.2	Exemplos de organização de bibliotecas religiosas	462
AIII.2.1	Índice da Biblioteca do Convento de S. Bento de Xabregas (BNP. Cód. 7437)	462
AIII.2.2	Índice da Biblioteca do Mosteiro de S. Bento da Saúde (BNP. Cód. 7435)	474
AIII.2.3	Índice da Biblioteca do Convento de S. Francisco de Xabregas (BNP. Cód. 8383)	479
AIII.2.4	Catálogo da Biblioteca do Mosteiro de S. Vicente de Fora (BNP. Cód. 7402)	484
AIII.2.5	Catálogo da Biblioteca do Convento de S. Francisco da Cidade (BNP. Cód. 7399)	499
AIII.2.6	Catálogo da Biblioteca do Convento de Nossa Senhora da Graça (BNP. Cód. 7459)	507
AIII.2.7	Catálogo da Biblioteca do Mosteiro de Santa Maria de Belém (BNP. Cód. 8382)	513
AIII.2.8	Catálogo da Biblioteca do Convento de Santo Alberto (BNP. Mss. 2, nº3)	521
AIII.2.9	Catálogo da Biblioteca do Convento de Nossa Senhora dos Remédios (BNP. Cód. 7408)	527
AIII.2.10	Organização sistemática da Biblioteca do Convento de Mafra.....	533
	LISTA DE FIGURAS.....	539

LISTA DE ABREVIATURAS¹

¹ Por simplificação os nomes abreviados e consagrados das ordens e congregações religiosas figuram como siglas.

A.	– Ano
a.C.	– antes de Cristo
BAD	– Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas
BN	– Biblioteca Nacional
BNE	– Biblioteca Nacional de España
BNF	– Bibliothèque nationale de France
BL	– British Library
BNL	– Biblioteca Nacional de Lisboa
BNP	– Biblioteca Nacional de Portugal
c.	– cerca de
CERL	– Consortium of European Research Libraries
Cf.	– Conferir
CM	– Congregação da Missão
CO	– Congregação do Oratório
Cód.	– Códice
Coln.	– Coluna
Coment.	– Comentador, Comentários
Compil.	– Compilador(a), Compilado, Compilação
Consult.	– Consultado (referente à data da última consulta de um recurso electrónico)
Conv.	– Convento
Coord.	– Coordenador(a), Coordenação
CR	– Clérigos Regulares de S. Caetano
CRSA	– Cónegos Regrantes de Santo Agostinho
CSSJE	– Cónegos Seculares de S. João Evangelista
Cx.	– Caixa

Dir.	– Director, Direcção
Ed.	– Editor, Edição
Ed. lit.	– Editor literário
Elz.	– Elzevier
<i>et al.</i>	– <i>et alii</i> (e outros)
FCSH-UNL	– Faculdade de Ciências Sociais e Humanas_Universidade Nova de Lisboa
fl.	– floresceu (relativo ao período de actividade de um autor)
FR	– França
H.G.	– História e Geografia
Hosp.	– Hospício
IAN/TT	– Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
ICCU	– Istituto Centrale per il Catalogo Único
INCM	– Imprensa Nacional-Casa da Moeda
Introd.	-- Introdução
IFLA	– International Federation of Library Associations and Institutions
Inc.	– Incunábulos
L.	– Literatura
MI	– Clérigos Regulares Ministros dos Enfermos
Most.	– Mosteiro
Mss	– Manuscrito
N.º	– Número
N.S.	– Nossa Senhora
O Carm	– Ordem do Carmo
O Cart	– Ordem da Cartuxa

OCD	–	Ordem dos Carmelitas Descalços
O Cist	–	Ordem de Cister
O da M	–	Ordem de Santa Maria das Mercês
OEDSA	–	Ordem dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho
OESA	–	Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho
OFM	–	Ordem dos Frades Menores
OFM Cap	–	Ordem dos Frades Menores Capuchinhos
OFM Tr	–	Ordem dos Frades Menores Terceiros
OH	–	Ordem Hospitaleira de S. João de Deus
OM Cristo	–	Ordem Militar de Cristo
OM Santiago	–	Ordem Militar de Santiago
O Min	–	Ordem de S. Francisco de Paula (Mínimos)
OP	–	Ordem dos Pregadores
OSA	–	Ordem de Santo Agostinho
OSB	–	Ordem de S. Bento
OSC	–	Ordem de Santa Clara
OSH	–	Ordem de S. Jerónimo
OSPPE	–	Ordem de S. Paulo Primeiro Eremita
OSST	–	Ordem da Santíssima Trindade
p.	–	página (ou <i>post</i> , de acordo com o contexto)
p. var.	–	paginação variada
PT	–	Portugal
purl	–	persistent uniform resource locator
R.	–	Religiões
RBPC	–	Real Biblioteca Pública da Corte

Res.	–	Reservados
Rec.	–	Recolhimento
Reimp.	–	Reimpressão
RMC	–	Real Mesa Censória
S.	–	São (ou Série, de acordo com o contexto)
s.d.	–	sem data
Sep.	–	Separata
SJ	–	Companhia de Jesus
S.l.	–	<i>Sine loco</i> (Sem lugar)
s.n.	–	<i>sine nomine</i> (sem nome)
ss.		seguintes
Sta	–	Santa
Sto	–	Santo
TEL	–	The European Library
Trad.	–	Tradutor, Tradução
TT	–	Torre do Tombo
v	–	<i>verso</i>
V.	–	Ver
V. tb.	–	Ver também
Var.	–	Varatojo
VIAF	–	The Virtual International Authority File
Vol.	–	Volume

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

I.1. Antecedentes e motivação

O conhecimento da existência e da importância das bibliotecas de instituições religiosas do Antigo Regime revelou-se-nos no decorrer do curso de bibliotecário-arquivista, que concluímos em 1973, em dois momentos complementares. O curso que, na realidade, se intitulava oficialmente Estágio de Preparação Técnica de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, decorria na então Direcção-Geral dos Assuntos Culturais sob a responsabilidade da Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos e constava de aulas teóricas e de estágios práticos em várias instituições. Como sentíamos maior vocação para os Arquivos, fizemos o estágio principal na Torre do Tombo sob orientação de Maria José da Silva Leal. Dado que, ao tempo, a instituição principal que esta distinta arquivista estava a trabalhar era a Real Mesa Censória, foi sobre essa documentação que iniciámos o estágio, mais concretamente sobre o núcleo formado pelas listas de livros entrados e saídos do reino, e sujeitos a exame da Real Mesa Censória (1768-1787) e da Real Comissão Geral para o Exame e Censura de Livros (1787-1794).

Foi um trabalho interessantíssimo que nos permitiu perceber o que se queria ler em Portugal, o que se importava do estrangeiro, quem importava, quem tinha licença para ler livros proibidos, como se processava o exame e a censura às obras, quais os argumentos utilizados para permitir, com reserva ou proibir... enfim, um mundo de leituras que desconhecíamos e onde avultavam alguns autores cujo nome, obviamente, nos era familiar e muitos outros que desconhecíamos. O gosto por desvendar o que era a leitura em Portugal na segunda metade do século XVIII veio-nos, sem dúvida, deste contacto com a documentação que compulsámos e organizámos.

O segundo factor motivador está ligado ao facto de, no âmbito do curso, ser obrigatória a preparação de um trabalho final sob orientação de um dos professores, que podia ser um relatório de estágio ou um trabalho de investigação. Escolhemos esta última modalidade e sob orientação do Professor Doutor José V. de Pina Martins resolvemos fazer, a partir dos catálogos de livrarias particulares entregues à Real Mesa Censória, em resposta ao Edital de 10 de Julho de 1769, um levantamento dos livros portugueses dos séculos XV e XVI assinalados nesses catálogos, com um estudo quantitativo e qualitativo que mostrasse quais os títulos registados e a tipologia dos seus

possuidores. Conhecíamos os catálogos não só devido à circunstância de estarmos a trabalhar um núcleo documental da Real Mesa Censória mas também porque tínhamos consultado a obra pioneira de Maria Adelaide Salvador Marques¹ que é recorrentemente citada pelos investigadores portugueses sempre que se fala de leitura e livros no Portugal setecentista e que, no nosso estudo será, também, amplamente referida.

Percorremos, então, todos os catálogos, retirando as referências a obras portuguesas dos séculos XV e XVI e, no decorrer da investigação, abriu-se-nos um outro horizonte de leituras e, através dos comentários e justificações inseridos nos próprios catálogos pelos seus declarantes, tornaram-se-nos evidentes aspectos sobre a relação entre o livro e o seu leitor e, sobretudo, a preponderância das bibliotecas das instituições regulares (infelizmente, como se sabe, muito poucas respondentes) em termos de número de livros. Também foi imediata a percepção organizativa desses catálogos, bem estruturados no geral e demonstrativos da existência de quem tinha competência para os fazer, ou seja, de bibliotecários. Tivemos, sempre, vontade de voltar a esse núcleo para tentar outro tipo de aproximações e, quando estabelecemos o objecto deste estudo, foi nossa intenção, desde início, utilizar informação que proviesse dos catálogos de 1769.

Entre os antecedentes do nosso estudo e a motivação para o empreender, avultam, ainda, os 5 anos (1973-1978) em que integrámos a equipa de investigação sobre a actividade da Imprensa Nacional, primeiro relativamente aos anos de 1768 a 1800 e depois ao primeiro quartel do século XIX. Naturalmente, foi-nos de utilidade extrema a experiência de 35 anos de trabalho na Biblioteca Nacional, onde desempenhámos várias funções. Uma das preocupações que tivemos, desde cedo, foi a de conhecer as colecções que compõem o acervo bibliográfico da Biblioteca Nacional e, a esse respeito, tornou-se evidente que nas colecções mais antigas havia uma predominância de obras provenientes dos conventos e demais casas religiosas, sobretudo dos que foram extintos em consequência do decreto de 28 de Maio de 1834 e, em menor quantidade, do decreto de 8 de Outubro de 1910. Bastava fazer uma pesquisa sobre um autor antigo para nos aparecerem vários exemplares que, pela marca de posse, se via terem pertencido a instituições religiosas. Como os livros dessas proveniências

¹ *A Real Mesa Censória e a cultura nacional: aspectos da geografia da cultura portuguesa no século XVIII*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1963.

que foram incorporados, ao tempo, na Biblioteca Nacional, não ficaram juntos, a replicar a arrumação que tinham nas instituições de origem, é óbvio que toda a tentativa de reconstituição de bibliotecas antigas se torna extremamente difícil, pois não se sabe ao certo o que procurar e onde procurar. A Biblioteca Nacional foi a principal instituição beneficiária desses fundos bibliográficos mas, ainda que hoje se conheça o processo inerente à apropriação desses bens, a partir de 1834 e à política de dispersão que o regime liberal desenvolveu para assegurar a formação de bibliotecas em várias instâncias, das públicas às especializadas e em todo o país², só de forma pontual (em regra quando se recatalogam espécies antigas já incorporadas nas diversas secções da Biblioteca Nacional) é que se descobrem obras que pertenceram a bibliotecas de instituições regulares.

Com o objectivo de conhecer, de forma mais abrangente, as origens das colecções da Biblioteca Nacional, iniciámos, em finais de 2006, um levantamento sistemático das obras mais antigas, em cada depósito, seguindo um percurso topográfico, de forma a identificar espécies que, através das marcas de posse, individuais e colectivas, nos permitissem um conhecimento mais amplo e sustentado sobre as proveniências das colecções nacionais. No decorrer desse levantamento tornou-se evidente o elevado número de obras que tinham pertencido às instituições extintas e, entre elas, sobressaíram algumas quer pela quantidade quer pela qualidade quer ainda pelas tendências coleccionistas que apresentavam. Para além desta evidência, outra se tornou notada: a marca de posse, sobretudo, sob forma de inscrição manuscrita no livro, revelou um potencial informativo sobre aspectos da posse e do uso do livro que nos interessou, de imediato e que nos levou, em 2008, a conceber e apresentar um projecto de tese de Doutoramento centrado sobre estas problemáticas. Os livros que se encontravam não eram só testemunho de colecções que foram constituídas para uma leitura comunitária, de acordo com determinados parâmetros. Eles podiam conter vestígios da sua posse e/ou do seu uso nesse mesmo ambiente, permitindo, quando estudados em série, estabelecer indicadores de modalidades de leitura, tais como preferências por género, tipos de uso dos livros, leitura com e sem autorização, origem dos livros e modalidades de aquisição, enfim, um importante conjunto de informações

² V. BARATA, Paulo J.S. – *Os livros e o Liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.

que, normalmente, são difíceis de obter quando se examinam práticas de leitura na sociedade de Antigo Regime.

Vistos os antecedentes que nos deram a conhecer um núcleo de fontes inestimável para o estudo da leitura em Portugal no século XVIII, e constatada, através do exame directo das obras, a existência de um outro tipo de fonte informativa constituída pelos testemunhos da mão dos leitores e inscritos nos próprios livros, entendemos que seria pertinente e culturalmente interessante aprofundar a investigação de forma a dar um contributo original para a História do Livro, das Bibliotecas e da Leitura. Escolhemos, como grupo de foco, as comunidades religiosas por serem as principais instituições onde se verificava uma apropriação do livro, organizada e sujeita a uma construção de leitura que seguia parâmetros precisos. Acresce que, ao contrário das bibliotecas de privados, estas tinham objectivos de longa duração e não estavam sujeitas a um desígnio coleccionista individual que normalmente se esgotava com a morte do proprietário, resultando na maioria dos casos num desmembramento por venda do espólio ou repartição entre os herdeiros.

O universo constituído pelas bibliotecas de instituições religiosas era, porém, muito vasto. Ao tempo da exclausuração em 1834 havia cerca de 500 estabelecimentos³ e, com fortes probabilidades, outras tantas bibliotecas de pequeno, médio ou grande porte que, na maioria dos casos, foram constituídas ao longo de vários séculos. Os dados empíricos que o levantamento na Biblioteca Nacional nos proporcionava, apontavam para vestígios de posse de quase 200 bibliotecas, sendo que para muitas delas se encontrava apenas uma ou menos de uma dezena de obras, circunstância que não permitia retirar indicadores fiáveis quanto aos hábitos de leitura das respectivas instituições. Tornava-se, pois, indispensável, definir o que se pretendia investigar, como o pretendíamos fazer e as razões pelas quais considerávamos ser um campo de estudo com importância para a História das Bibliotecas, do Livro e da Leitura.

³ Cf. BARATA, Paulo J.S. – *ob. cit.*, Anexo I, p. 357-376.

I.2. Paradigma de investigação

Estas três questões que enunciámos reflectem e ajudam a definir um paradigma de investigação que, de acordo com a reflexão de Alison Jane Pickard, comporta três dimensões diferentes: a ontológica, que diz respeito à própria natureza da realidade que se pretende estudar, a epistemológica, que tem a ver com o modo como conhecemos essa realidade e a metodologia que integra os aspectos práticos de como conhecemos a realidade⁴. Quanto à própria noção de paradigma de investigação, a autora considera tratar-se de um conjunto de técnicas, conhecimentos e valores que são partilhados por uma determinada comunidade de investigação e que nos orientam no estudo que se planeia executar.

Referimos atrás que o nosso campo de estudo se orientava no sentido da História das Bibliotecas, do Livro e da Leitura mas a verdade é que, dentro das comunidades de investigação que nos últimos trinta anos se dedicaram a estas áreas, o sentido predominante é o da separação destes três campos e não o da sua conjugação, apesar de ser recorrente a assunção que ao trabalhar na área da História das Bibliotecas se está a trabalhar na do Livro e da Leitura. Na realidade, a razão de ser das primeiras está intrinsecamente ligada com as entidades da segunda e da terceira área de estudo⁵. Já o contrário não é sempre verdade porque a História do Livro foi durante muito tempo e, nomeadamente a partir do estudo pioneiro de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, pela primeira vez publicado em 1957, um campo de investigação que privilegiava a percepção do Livro em primeiro lugar como uma mercadoria num contexto económico e não apenas como um produto intelectual, num contexto de cultura⁶. No limite, o livro é visto como um bem, com um circuito específico de produção, com recurso a técnicas e a um corpo de profissionais que, de certa forma, interagem com a sociedade num movimento recíproco de oferta e procura, sobretudo desde o advento da impressão em caracteres móveis até ao paradigma da edição electrónica em que hoje vivemos⁷.

⁴ Cf. *Research methods in information*. Reprint. London: Facet Publishing, 2008, p. 5-6.

⁵ V. em especial a síntese apresentada por André Belo em *As gazetas e os livros: a Gazeta de Lisboa e a vulgarização da imprensa (1715-1760)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001, p. 19-33, onde se estabelece, de forma detalhada, os percursos da História do Livro e da História da Leitura e os seus principais intervenientes.

⁶ Na edição portuguesa: *O aparecimento do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

⁷ Nessa perspectiva há a destacar os importantes contributos de Marie-Hélène Piwnik, de que destacamos *Lectures des élites portugaises au XVIIIe siècle d'après les annonces de librairie*. In :

Nos anos -80 e -90 do século passado, o eixo dos estudos sobre História do Livro em França foi-se construindo também (ou sobretudo) através da análise de vestígios massivos que, de certo modo, pudessem ser estudados como testemunhos válidos para estabelecer uma história das ideias, das mentalidades ou a interacção entre uma e outra, fixando os seus objectivos numa percepção social do valor do objecto-livro e da sua apropriação em vários níveis da sociedade e contribuindo assim para a criação de um novo campo histórico, o da Leitura. A publicação no final dos anos -80, de duas grandes obras colectivas, a *Histoire de l'édition française*, sob a direcção de Henri-Jean Martin e Roger Chartier⁸ e a *Histoire des bibliothèques françaises*⁹, em que colabora activamente o mesmo Roger Chartier e ainda outros autores que, ao tempo, já se destacavam neste campo de estudos, como Daniel Roche, vem consagrar a “escola francesa” e conferir um fôlego maior à investigação sobre o Livro, nas suas vertentes técnicas, sociais e económicas, por um lado e nas ligadas à cultura, às ideias e às mentalidades¹⁰.

Histoire du Portugal, Histoire Européenne: actes du Colloque. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian - Centre Culturel Portugais, 1987, p. 163-173 e Para um estudo sistemático das práticas de leitura no século XVIII em Portugal. In: *Congresso internacional Portugal no século XVIII de D. João V à Revolução Francesa*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, 1991, p. 75-79.

O estudo dos anúncios de livreiros na imprensa periódica está na origem da obra de João Luís Lisboa, *Ciência e política: ler nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1991 e da de André Belo, *supra* referida. A metodologia e a forma de abordagem apresentada nestas obras foi importante para o nosso estudo tal como o foram as obras produzidas pela equipa de investigação resultante da parceria entre o Instituto de Sociologia Histórica da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e a Biblioteca Nacional, coordenada por Diogo Ramada Curto e sob a responsabilidade de Manuela D. Domingos, por parte da Biblioteca Nacional.

Referimos adiante a *Bibliografia da história do livro em Portugal*, de 2003 e não podemos deixar de mencionar, pela relação directa com o nosso objecto de estudo, *As gentes do livro, Lisboa, século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007.

A História do Livro na actualidade foi também apresentada por João Luís Lisboa em Sobre a investigação actual em História do Livro e da Leitura. *Leituras: revista da Biblioteca Nacional*, n.º 1, 1997, p. 105-112 e por Diogo Ramada Curto em A história do Livro em Portugal: uma agenda em aberto. *Leituras: revista da Biblioteca Nacional*, n.º 9/10, 2001-2002, p. 13-61.

⁸ Paris: Promodis, 1982-1986. 4 vol.

⁹ Paris: Promodis: Cercle de la Librairie, 1988-1992. 5 vol.

¹⁰ Naturalmente que falar de História do Livro é falar, antes de mais, do movimento que se designa por Nouvelle Histoire. Este tem, por sua vez, origem na chamada École des Annales, onde pontuou Lucien Febvre (1878-1956) e que estabelece novos parâmetros para a História assentes em estudos de ciclos de longa duração, económicos e sociais em contraste com os estudos de história centrados em acontecimentos. Foi a partir da edição de *L'apparition du livre* que se começou a constituir um campo de investigação próprio onde o livro era considerado na sua dimensão económica e social, apoiando-se os estudos subsequentes em dados resultantes sobretudo da análise de inventários e de listas.

A Nouvelle Histoire é protagonizada pela 3ª geração da École des Annales e consolida-se já noutra perspectiva em que toda a actividade humana é considerada história logo, os campos de investigação

Nos seus trabalhos ao longo de mais de duas décadas, Roger Chartier¹¹ postulou sempre a favor de uma investigação baseada em três noções distintas: a representação, as práticas e a apropriação, procurando dentro desses três eixos analisar os usos particulares do livro, por exemplo através de gestos e comportamentos. A deslocação das modalidades de leitura quer para outro tipo de objectos impressos, como a gravura quer para comunidades menos conhecidas de leitores, fora dos grupos de elite cultural, confere também à sua obra uma relevância que ainda hoje persiste, nos estudos de História do Livro e da Leitura. No limite, poderíamos sintetizar este paradigma de investigação em três questões de base: como é que uma determinada comunidade se relaciona com a cultura escrita, como é que se apropria do objecto impresso e como é que representa a sua posse e o seu uso.

No entanto, e ainda que parecesse conquistado o lugar e a metodologia própria para uma investigação que partia do pressuposto da existência da entidade-leitor e não apenas da entidade-autor, a questão de não ser possível reconstituir leituras antigas com a credibilidade do facto comprovado permaneceu, sempre, como uma limitação aos estudos realizados. De facto, o que se conhece das leituras antigas assenta na análise de fontes que identificam o texto na sua recepção, como é o caso dos inventários e catálogos. O paradoxo que emergia das delicadas relações entre o livro e o leitor consubstanciava-se em constatações como ter livros não significa necessariamente lê-

muito alargados, dão relevo a aspectos comportamentais (e assim se estabelece a História da Leitura muito ligada à das mentalidades) e de vivência quotidiana onde o livro é visto em relação com a sua produção, inevitavelmente, mas sobretudo com o seu consumo, ou seja com o que podemos designar por disseminação e apropriação. Do livro ao objecto impresso em geral, das práticas de leitura individuais e em grupo, dos estudos de género e sobretudo em séries, cronológicas ou geográficas na maioria, certo é que a Nouvelle Histoire em que se integra a matriz própria dos estudos de História do Livro e da Leitura de há 30 anos para cá, conheceu importantes desenvolvimentos através dos estudos de figuras como Jacques Le Goff, Pierre Nora, Emmanuel Leroy-Ladurie, Philip Ariès e mais recentemente Paul Veyne e Peter Burke. (V. a propósito LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques, dir. – *A Nova História*. Coimbra: Almedina, 1990).

No campo de investigação que nos interessa, há sem dúvida uma hegemonia da escola francesa primeiro com Henri-Jean Martin (1924-2007), depois com Roger Chartier e Daniel Roche, por exemplo. A prevalência de estudos nacionais tem vindo a dar lugar a uma posição globalizante em que se procura a comparação entre realidades políticas, sociais e culturais diferentes, alargando assim a percepção das atitudes e dos comportamentos e evitando o estabelecimento de conclusões exclusivamente nacionalistas. É nessa linha de investigação que, em vários momentos, apresentaremos os dados relativos às bibliotecas religiosas que são objecto do nosso estudo.

¹¹ As obras de Roger Chartier consultadas para este trabalho constam da Bibliografia. Destacamos, neste particular: *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime*, Paris, Éditions du Seuil, 1987 e *As utilizações do objecto impresso, sécs. XV-XIX*, Lisboa, Difel, 1998.

los e ler livros não significa necessariamente tê-los¹². No limite, a possibilidade de, com absoluta certeza sabermos, a propósito de uma pessoa individual ou de uma colectiva, que os livros constantes do catálogo ou lista da sua biblioteca tinham sido, efectivamente, lidos, era problemática, pois a fonte apenas indicava que existiam, não referia que tinham sido lidos, ou seja, não estava estabelecida uma prova documental. A precisão e o rigor que se exige na investigação histórica não podem deixar de existir, porém, neste campo historiográfico em que se lida com matérias cujo estudo não se faz apenas a partir do exame de textos mas sim a partir de padrões comportamentais e, até, com alguma componente aleatória que sempre existe, a produção de prova está relacionada com a interpretação do discurso e a partir daí com o gesto ou o comportamento que a representação desse discurso origina¹³.

Não podemos, obviamente, ignorar estas condicionantes e limitações. Porém, a relação entre o livro e o leitor, ou seja a “recepção” ou “resposta” dos leitores aos livros, entendendo-se que o significado dos textos está dependente das capacidades, das convenções e das práticas de leitura, próprias das comunidades que constituem o seu público, pode ser percebido pelas “representações” simbólicas que essas comunidades atribuem aos textos. Essa deslocação epistemológica permite, efectivamente, uma análise diferente das práticas de leitura e, como sintetiza Roger Chartier, coloca no conceito de “representação” toda uma problemática que define, no limite, a nova história cultural:

“O objecto fundamental de uma história que se propõe reconhecer a maneira como os atores sociais dão sentido a suas práticas e a seus enunciados se situa, portanto, na tensão entre, por um lado, as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e, por outro, as restrições e as convenções que as limitam – de maneira mais ou menos clara conforme a posição que ocupam nas relações de dominação – o que lhes é possível pensar, dizer e fazer. Essa observação é válida também para as obras letradas e as criações estéticas, sempre inscritas nas heranças e nas referências

¹² Cf. BÖDEKER, Hans Erich – D’une « histoire littéraire du lecteur » à l’« histoire du lecteur »: bilan et perspectives de l’histoire de la lecture en Allemagne. In: BÖDEKER, Hans Erich, dir. – *Histoires du livre, nouvelles orientations: actes du Colloque International-Histoire du Livre, Göttingen, 1990*. Paris : IMEC : Maison des Sciences de l’Homme, 1995, p. 116.

¹³ Cf. MATTOSO, José – *A escrita da História: teoria e métodos*. Lisboa: Estampa, 1997, p. 48-49.

que as fazem concebíveis, comunicáveis e compreensíveis. É válida, desse modo, para as práticas ordinárias, disseminadas e silenciosas, que inventam o cotidiano”¹⁴.

Esta perspectiva fundamenta a escolha do nosso paradigma de investigação assente na descoberta e análise das práticas de um determinado grupo de leitores inventando um quotidiano, práticas essas que se nos impuseram, como evidência, quando começámos a compulsar os livros, nas colecções da Biblioteca Nacional, que eram provenientes das bibliotecas das antigas instituições religiosas. Tínhamos, por um lado, o universo formado pelos livros que, numa perspectiva bibliográfica, deviam ser trabalhados com os seus atributos próprios (autor, título, local, editor e data de edição). Num segundo plano estavam as proveniências, ou seja, as bibliotecas institucionais onde esses livros existiram e em terceiro, os membros anónimos de um grupo social específico para os quais as bibliotecas e os seus livros se destinavam cujos testemunhos encontrávamos inscritos em alguns dos livros. O paradigma de investigação deve, porém, comportar uma visão mais ampla sobre o estudo a realizar e o valor acrescentado que, em termos socio-culturais possa trazer. Antes de passarmos ao objecto de estudo, onde detalharemos de forma mais sistemática os nossos objectivos e as metodologias utilizadas no decurso da investigação e da redacção, vale a pena evocar as palavras do historiador do Livro, Hans Erich Bödeker que sintetizam a nossa orientação e antecipam as questões que, a seguir, abordaremos:

“La lecture est manifestement une pratique dont l’étude permet d’énoncer des propos sur la conscience et les sensibilités d’une société [...] Traités comme des documents, les textes des lectures informent sur l’état du savoir, les orientations, les valeurs et les normes de ceux qui les reçoivent. Le double caractère du livre, qui se présente d’une part comme un objet isolé, se suffisant à lui-même, mais qui d’autre part renvoie au-delà de lui, en fait un point de cristallisation de l’histoire des mentalités [...] Pour reconstituer les mentalités, les centres d’intérêts et les attitudes de groupes sociaux, il faut pratiquement désindividualiser le livre [...] Les études statistiques sur la production ou la possession de livres donnent des indications indirectes sur les

¹⁴ CHARTIER, Roger – *A História ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 49.

mentalités collectives. Les analyses des auteurs et des titres d'œuvres nous donnent au moins des points de repère sur les positions adoptées à l'époque"¹⁵.

I.3. Definição do objecto de estudo

O objecto de estudo pode, assim, corresponder ao paradigma geral da História da Leitura que consiste em relacionar livros com homens e mulheres que os usaram¹⁶. No entanto, face ao universo de livros compulsados (cerca de 50.000), dos quais só um terço tinha marca de posse e desse terço cerca de 60% era proveniente de instituições religiosas, havia que delimitar o objecto de estudo, definindo em concreto o que se pretendia estudar, delimitando uma dimensão cronológica não aleatória para obter dados confiáveis de comparação e um contexto geográfico expressivo que contextualizasse os dados e lhes desse significado, em suma: era necessário estabelecer uma série passível de análise quantitativa e qualitativa de forma a obter resultados credíveis sobre as práticas de coleccionismo das bibliotecas, as leituras que nelas se propiciava e os leitores que usavam os livros.

Para além do interesse e da experiência que tínhamos relativamente ao objecto de investigação, como referimos, era necessário identificar a existência de estudos prévios sobre o assunto, abrindo aqui um leque de hipóteses temáticas que cobriam as bibliotecas religiosas, naturalmente, mas também a história das instituições a que pertenciam, e a história da posse de livros e da leitura. Por um lado, pretendíamos evitar a replicação de investigação já feita mas não a excluíamos, na medida em que, embora desenvolvida, eventualmente, noutros contextos ou utilizando outras fontes, nos podia ajudar a construir um quadro de referência indispensável para a investigação. A identificação do tema tinha de conter uma formulação muito específica daquilo que seria o objecto de estudo utilizando as evidências que resultavam da nossa observação empírica.

Nas palavras de Alison Jane Pickard, “defining the scope and coverage of any historical question can be done using chronological limits, geographical limits, and primary source restrictions, or in fact anything that appears to be a natural boundary to

¹⁵ *Ob. cit.*, p. 114.

¹⁶ Cf. DARNTON, Robert – História da leitura. In: BURKE, Peter, dir. – *A escrita da História: novas perspectivas*. S. Paulo: UNESP, 1992, p. 199-236.

your investigation”¹⁷. Tendo presentes estes pressupostos, definimos um título para a nossa dissertação – **Bibliotecas de História: aspectos da posse e uso dos livros em instituições religiosas de Lisboa, nos finais do século XVIII** – que constitui, nos seus vários conceitos e definições, uma síntese do objecto de estudo que passamos agora a desenvolver. Começando pela delimitação que o título impõe – Bibliotecas de História – tal significa que a análise incidiria sobre os livros de História que se puderam localizar com marca de proveniência religiosa. A literatura de espiritualidade tem sido objecto de estudo em Portugal e estão publicadas obras de muito relevo que nos ajudaram a contextualizar as bibliotecas religiosas e a enquadrar a metodologia que pretendíamos seguir¹⁸. Por outro lado, a existência de leituras na área das ciências tem sido também analisada, existindo uma apreciável massa crítica sobre o assunto¹⁹.

Ora a verdade é que verificámos na nossa observação empírica que a História era uma área que suscitou interesse colecionista às bibliotecas religiosas sendo que, quantitativamente, era apenas ultrapassada pela Teologia, por razões que dispensam explicação dada a tipologia das instituições a que as bibliotecas pertenciam. Esta constatação a partir do levantamento que realizámos na Biblioteca Nacional foi comparada com dados obtidos noutras fontes, nomeadamente, nos catálogos de 1769, uma vez que estes catálogos tinham sido elaborados seguindo uma estrutura de classificação em sete classes ou “faculdades”, como teremos oportunidade de desenvolver no capítulo III. Também recorremos a outros catálogos de bibliotecas religiosas do século XVIII ou inícios do XIX, onde verificámos que a História era um tema bem representado no ambiente religioso regular português, situação que verificámos ser semelhante à que ocorria, pela mesma época, em França, e que deve ter-se verificado na generalidade dos países católicos. De uma maneira genérica, a partir

¹⁷ *Ob. cit.*, p. 145.

¹⁸ Referimo-nos, concretamente, aos estudos desenvolvidos no âmbito do Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade, da Universidade do Porto que particularizaremos ao longo dos diversos capítulos, devendo desde já destacar os estudos relacionados com bibliotecas religiosas, de José Adriano de Freitas Carvalho, “*Nobres leteras... Fermosos volumes*”: *inventários de bibliotecas de franciscanos observantes em Portugal no século XV*. Porto: Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade, 1995 e *Da memória dos livros às bibliotecas de memória*. Porto: Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade, 1998. 2 vol.

¹⁹ Há que assinalar as actividades desenvolvidas por Henrique Leitão e a sua equipa de investigação, de onde destacamos Luana Giurgevich, que se têm dedicado ao levantamento sistemático da presença do livro científico nas antigas bibliotecas religiosas. V. a propósito GIURGEVICH, Luana; LEITÃO, Henrique – O livro científico nas bibliotecas monástico-conventuais: tentativa de uma caracterização à escala nacional. In: *As bibliotecas e o livro em instituições eclesiais: actas do II e III Encontro Nacional*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, p. 170-183.

dos dados obtidos, estabelecemos a percentagem das obras de História nas colecções religiosas, na ordem dos 23%²⁰.

Se o conjunto de proveniências era díspar e extenso, ainda que mais expressivo em relação a algumas das instituições, era necessário definir uma amostra significativa de bibliotecas. Optámos por uma limitação geográfica e escolhemos Lisboa. As razões tiveram essencialmente a ver, em primeiro lugar, com o número expressivo de instituições religiosas na capital e seu termo, algumas das quais com grandes bibliotecas, como teremos oportunidade de detalhar nos capítulos II e III. Na história destas instituições o contexto geográfico é importante e Lisboa, enquanto sede da corte a partir do século XVI e da vida política e económica do país e do império, em geral, propicia um ambiente favorável e uma utilidade social e cultural de relevo a estas instituições, como teremos oportunidade de apresentar. Em segundo lugar, contribuiu para a escolha o facto de o espólio bibliográfico que foi recebido em Lisboa e arrecadado no Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos, a partir de 1834, ter proveniência dos estabelecimentos da Província da Estremadura a que se juntaram posteriormente, as Beiras, o Alentejo e o Algarve, enquanto o Porto e Coimbra tiveram os seus próprios depósitos²¹. A série que nos propúnhamos analisar apresentava, portanto, características de coerência: tinha sido integrada de acordo com os mesmos princípios legais e, com ligeiras diferenças, ocorrera no mesmo período temporal.

Feitas estas delimitações ao campo de investigação quer quanto ao tipo de obras quer quanto à origem geográfica das bibliotecas que as coleccionaram, faltava estabelecer uma meta cronológica que permitisse estudar a série em idênticas circunstâncias. Escolhemos o final do século XVIII por dois motivos. O primeiro tem a ver com as alterações que se começaram a desenhar na vida das instituições regulares em Portugal, a partir de meados do século XVIII, de que daremos conta nos capítulos II e III²². Num contexto em mudança que vai motivar ou pelo menos facilitar um declínio

²⁰ A questão está enquadrada e desenvolvida no capítulo IV. Recorde-se, aliás, que Maria Adelaide Salvador Marques considera que, para a totalidade dos respondentes ao Edital de 1769, a História era o terceiro assunto mais frequente nas obras referenciadas. Cf. *A Real Mesa Censória e a cultura nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa do século XVIII*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1963, p. 91.

²¹ Cf. BARATA, Paulo J.S. – *ob. cit.*, p. 244.

²² Cabe aqui uma referência especial às palavras de D. Luís da Cunha sobre um dos grandes males de que padecia Portugal. Nas suas palavras: “A primeira sangria é a muita gente que de ambos os sexos entra nos conventos, porque comem e não propagam; e a melhor e mais fácil atadura que se lhe

progressivo do clero regular em prol do secular, um outro acontecimento no final do século potencia alterações na oferta de leitura “pública” em Lisboa: a criação da Real Biblioteca Pública da Corte em 1796, a primeira biblioteca laica do país²³.

O objecto de estudo é, portanto, definido pelos livros impressos nos séculos XV a XVIII, cuja temática é a História, que pertenceram inequivocamente, ou seja, que têm marcas de posse dos estabelecimentos regulares de Lisboa e seu termo, existentes no final do século XVIII. A amostra em que incide a análise é composta pelos livros que se localizaram na Biblioteca Nacional. A construção do campo de observação e o modelo inicial de análise suscitaram, porém, diversas questões: serão estes os únicos livros de História, com data de publicação até 1800 que estas bibliotecas tinham ou é expectável, devido ao que se conhece do processo de arrecadação e distribuição dos livros provenientes dos extintos conventos, que houvesse outros títulos? E as bibliotecas que não tinham como prática marcar os seus livros, como os localizar? E em relação às bibliotecas cujos acervos não foram integrados no Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos e ficaram nos seus locais de origem, como devíamos proceder?

Passamos a explicar as opções que tomámos, acompanhando as perguntas atrás formuladas. Em relação à amostra dos livros de História existentes na Biblioteca Nacional, procurámos reconhecer a sua possível representatividade através da busca noutras instituições que, após 1834, foram beneficiadas com livros de proveniência conventual, apesar de ser certo que coube à Biblioteca Nacional a parte principal dos acervos, como antes se mencionou. Foi particularmente relevante para as obras de História, o núcleo que encontrámos na Biblioteca Central da Marinha, de que daremos conta no capítulo VI. No entanto, não é comparável ao núcleo da Biblioteca Nacional que recebeu até ao final do processo de incorporações, já nos anos 60 do século XIX, cerca de 100.000 volumes enquanto a Marinha arrecadou cerca de 6.000. É evidente que

poderia pôr, seria ordenar que os seus Prelados não recebessem nem mais frades nem mais freiras até se reduzirem ao número que as suas instituições lhe arbitram, para se poderem sustentar com as rendas que lhe deixaram [...] Antes as Ordens, que se dizem relaxadas, conviria que se reformassem em si mesmas e não parindo novos conventos, que se deveriam extinguir. E esta seria a verdadeira reforma em benefício da República, porque não haveria nem tantos frades, nem tantas freiras, que por vida e não por vocação, entram nas religiões.” Cf. *Testamento político ou Carta de conselhos ao Senhor D. José sendo Príncipe de D. Luís da Cunha*. Introdução, estudo e edição crítica Abílio Diniz Silva. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2013, p. 112.

²³ V. a propósito DOMINGOS, Manuela D. – *A primeira biblioteca pública portuguesa, 1775-1795: planos, projectos e primeiros fundos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 1994. Sep. “Cadernos BAD”, vol. 1.

os quantitativos mencionados incluem todo o tipo de obras e de todas as proveniências que atrás referimos. No entanto, é evidente que a colecção da Biblioteca Nacional tem uma representatividade no processo que é inequívoca²⁴.

Quanto às bibliotecas que não marcavam os seus livros, também daremos conta de algumas cuja “ausência” nos acervos da Biblioteca Nacional (e em outras bibliotecas) é, por demais notória, uma vez que se sabe que tinham bibliotecas grandes, e fá-lo-emos nos capítulos III e IV. A sua inclusão na amostra de estudo não é possível mesmo quando surgem escassas unidades dessas proveniências, com uma esporádica marca de posse. Se, no caso anterior, recorremos a outras bibliotecas para completar os livros de História que, em razão do processo de dispersão, não foram incorporados na Biblioteca Nacional, nesta outra circunstância resolvemos utilizar, como fontes, três catálogos. O catálogo parcelar de uma das mais importantes bibliotecas religiosas da capital, a do convento de S. Francisco da Cidade, datado de 1793²⁵, serviu para perceber a respectiva colecção de História eclesiástica e retirar os dados relacionados, uma vez que os livros desta proveniência raramente estão marcados. O catálogo da biblioteca do mosteiro de S. Vicente de Fora, completo, permitiu observar todos os livros de História que a instituição possuía, em 1824, e deles retirar as obras impressas até 1800²⁶. Apesar de S. Vicente ter a prática de marcar os seus livros e esta ser uma das proveniências com maiores ocorrências na Biblioteca Nacional, apercebemo-nos que muitos dos seus livros não foram integrados. Temos assim um estudo de caso que apresentamos, com o de S. Francisco no capítulo VI e que nos dá, para uma das instituições da amostra, a proporção entre o que existia, na realidade e o que está na Biblioteca Nacional e noutras bibliotecas cujo espólio pesquisámos. A circunstância de se tratar de bibliotecas masculinas e o facto de, no levantamento que fizemos, ser muito escassa a presença de livros de instituições femininas, levou-nos a procurar também um catálogo que pudesse ser estudado na íntegra para se obterem indicadores mais fiáveis sobre a possível especificidade da leitura feminina de livros de História. Só dispúnhamos, porém, de catálogos feitos para a Real Mesa Censória, em 1769, ou seja, antes de terminado o século. Apesar desta limitação evidente, escolhemos o da biblioteca de Santo Alberto, por ser o maior no grupo dos catálogos dos conventos

²⁴ Cf. BARATA, Paulo J.S. – *ob.cit.*, p. 197-198.

²⁵ BNP. Cód. 7399.

²⁶ BNP. Cód. 7402.

femininos de Lisboa, com esta data, e constituímo-lo num terceiro estudo de caso, que por si próprio, em relação com outras bibliotecas de instituições femininas e com os outros dois casos estudados, forneceu indicadores com interesse para o conhecimento das leituras em estabelecimentos religiosos, quando considerado o factor género²⁷.

As bibliotecas cujos espólios, decididamente, não foram arrecadados em 1834 no Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos, não são muitas²⁸. Desde logo há as que pertenciam a paços reais e o exemplo em Lisboa é a casa de Nossa Senhora das Necessidades onde funcionava uma comunidade da Congregação do Oratório mas cuja construção, da iniciativa de D. João V tal como o complexo de Mafra, compreendia uma parte conventual e uma residência régia. Esta biblioteca, cujos livros integram hoje a Biblioteca da Ajuda, não faz parte, por conseguinte, da amostra de estudo. O mesmo sucede com a biblioteca do convento de Jesus que permaneceu *in situ* pois o edifício foi destinado a sede da Academia das Ciências de Lisboa. Já os livros provenientes do mosteiro dos Jerónimos foram considerados na amostra apesar de a história complexa do seu arrolamento. Com efeito, tiveram uma permanência no edifício em razão de terem sido destinados à Casa Pia que já nele ocupava uma parte, ao tempo da extinção. Porém, após algumas vicissitudes que indicamos no capítulo IV, os livros foram dispersos por várias instituições, vindo alguns para a Biblioteca Nacional²⁹. Nessa conformidade, a biblioteca integra o grupo de estudo. Refira-se, ainda, a propósito das exclusões, que não considerámos estabelecimentos religiosos que estivessem já extintos antes do final do século XVIII. É o caso das instituições da Companhia de Jesus, extinta em 1759 e de algumas que ficaram destruídas aquando do terramoto de 1755 e não foram reconstruídas. Delas, no entanto, damos parte nos capítulos II e III.

Restam duas questões importantes: a primeira diz respeito ao interesse do próprio objecto de estudo. Qual a importância de investigar aspectos da posse e uso do livro neste tipo de instituições? Que valor acrescentado podemos dar à investigação que nesta área já existe ou se pode perspectivar?

²⁷ BNP. MSS 2, nº 3.

²⁸ Cf. BARATA, Paulo J.S. – *ob. cit.*, p. 247, onde o autor refere, a propósito dos inventários das bibliotecas dos conventos extintos que foram presentes ao Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos: “Os inventários eram muitas vezes remetidos para informação mas os livros nunca foram arrecadados pelo DLEC, podendo até mesmo nunca terem sido arrecadados localmente”.

²⁹ Cf. o processo em ALVES, José da Felicidade – *O Mosteiro dos Jerónimos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989-1993, especialmente o 3º volume, *Para um inventário do recheio do Mosteiro de Santa Maria de Belém*.

Sendo, embora, duas questões difíceis para o próprio investigador responder e remetendo já para uma avaliação do estudo feito, ainda assim, estas questões estiveram subjacentes em todas as fases do trabalho de investigação e, posteriormente, na respectiva redacção. Foi no decorrer do levantamento dos dados empíricos que começámos a fazer o necessário apuramento das fontes e da bibliografia relevantes para a temática que pretendíamos investigar até pela necessidade, sentida desde início, de identificar as instituições cujas marcas de posse apareciam nos livros de sua pertença e de contextualizar as suas bibliotecas também no sentido de entender a relação entre os livros que nelas constavam e as actividades específicas das respectivas comunidades.

Ora no que respeita às ordens religiosas e suas instituições, o campo bibliográfico existente apresenta hoje, felizmente, um enquadramento e um contexto com a qualidade suficiente para dispensar o recurso sistemático a fontes primárias. Referimo-nos, em concreto, a três obras de referência, de publicação recente, que constituem uma fonte obrigatória neste domínio: o *Dicionário de história religiosa de Portugal*³⁰, as *Ordens religiosas em Portugal: das origens até Trento: guia histórico*³¹ e o *Dicionário histórico das Ordens e instituições religiosas afins em Portugal*³² de grande utilidade no decurso da investigação e da escrita. Não deixámos, porém, de recorrer a outro tipo de obras como a *História da Igreja em Portugal*³³, sempre que julgado necessário. O exercício que desenvolvemos com a informação recolhida nas obras citadas e em outras de que nos socorremos ocasionalmente, de carácter monográfico, acerca de uma determinada instituição, foi, essencialmente de recolha, crítica e comparação, para eventual utilização. O modelo que criámos para historiar cada uma das instituições identificadas em Lisboa, no final do século XVIII, baseia-se no da obra *Ordens religiosas em Portugal: das origens até Trento: guia histórico* com as alterações próprias da nossa investigação, no respeitante à identificação e fontes sobre as bibliotecas nas instituições estudadas. Não queremos deixar de sublinhar que não é objectivo desta dissertação aprofundar o estudo sobre as ordens religiosas em Portugal. Porém, ao constituirmos as fichas para as instituições e institutos religiosos

³⁰ Sob a direcção de Carlos Moreira Azevedo e editado em Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, 4 vol.

³¹ Sob a direcção de Bernardo Vasconcelos e Sousa e publicado em Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

³² Sob a direcção de José Eduardo Franco e editado em Lisboa: Gradiva, 2010.

³³ Da autoria de Fortunato de Almeida, tendo-se usado a Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, de Lisboa: Civilização, 1967-1971, 4 vol.

pré e pós-tridentinos e ao continuarmos a história dos mais antigos até à sua extinção, pensamos poder acrescentar valor ao conhecimento que existe sobre a implantação das ordens religiosas na capital e seu termo.

Um outro domínio em que as fontes secundárias se revelaram importantes foi o da história das bibliotecas e da leitura, se bem que em circunstâncias diferentes das assinaladas acima. De facto, não é fácil encontrar estudos que tratem séries de bibliotecas religiosas e o panorama em Portugal (e noutros países, de certa forma, também) privilegia o estudo de tipo individual, recorrendo a fundos arquivísticos e/ou a fontes específicas como um catálogo ou inventário em que vêm indicados os livros que na biblioteca existiam à data da feitura desse instrumento de referência³⁴. É evidente que se trata de um tipo de estudos mais apelativo porquanto se refere a uma realidade concreta, identifica por vezes protagonistas, define ambientes determinados e relaciona a biblioteca e os seus conteúdos com as actividades da instituição, o seu prestígio, a sua circunstância histórica, enfim, um conjunto de dados que constroem um quadro referencial para a instituição em análise e, não raro, levam a extrapolações para outras da mesma área geográfica, época ou ordem religiosa. No entanto, o nível que se pretende investigar e que tem a ver com a “apropriação”, ou seja a posse e as “representações”, isto é o uso que o grupo constituído pelas comunidades regulares faziam dos seus livros, pareceu-nos mais interessante de investigar do que a história de uma biblioteca em especial, ainda que reconheçamos as dificuldades em empreender um estudo serial e não seja nosso objectivo, bem pelo contrário, pôr em causa a necessidade desse tipo de estudos e a importância que alguns têm e de que daremos devida conta nos capítulos III e IV.

³⁴ São várias as obras que referimos nos capítulos III e IV, de carácter monográfico.

Quanto a estudos comparativos destacamos, nos portugueses mais recentes, os dois atrás mencionados de José Adriano de Freitas Carvalho e o de Isabel Morujão, Livros e leituras na clausura feminina de Setecentos. *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literatura*, S.2, vol. 19, 2002, p. 111-170, cuja metodologia e conteúdo foram de particular importância na nossa investigação.

Entre os estrangeiros distinguimos, pelas mesmas razões, de Pedro M. Cátedra, *Lectura femenina en el claustro* (España, siglos XIV-XVI). In: *Des femmes et des livres, France et Espagnes, XVe-XVVe siècle: actes de la journée d'étude organisée par l'École normale supérieure de Fontenay/Saint Cloud (Paris 30 avril 1998)*. Ed. lit. Dominique de Courcelles, Carmen Val Julián. Paris : École des chartes, 1999, p. 7-53, de Claude Jolly – *Les bibliothèques bénédictines*. In: *Histoire des bibliothèques françaises*. Paris: Promodis: Cercle de la Librairie, 1988, vol. II – *Les bibliothèques sous l'Ancien Régime, 1530-1789*. Dir. Claude Jolly, p. 29-42.

Sendo, como dissemos, um tipo de instituições que suscita estudos monográficos mas menos explorado em termos de estudo conjunto, apercebemo-nos ainda que a justificação desse tipo de escolha (e aqui reportamo-nos também à situação noutros países) reside, obviamente, na dificuldade de encontrar fontes que permitam a abordagem em grupo. O estudo monográfico normalmente valoriza aspectos, por exemplo, quanto à quantidade de livros mas também destaca obras raras e preciosas, leituras referenciais e consagradas ou, pelo contrário, de grande modernidade. Quando o estudo diz respeito a uma biblioteca do século XVIII, a tendência é para o exame das ideias das Luzes, através das obras mais relevantes que, nesse domínio, existam no catálogo da biblioteca. O Iluminismo em Portugal tem convocado abundante literatura que, naturalmente consultámos³⁵. Não pretendemos contribuir para a discussão sobre o assunto, ainda que ao escolher o final do século XVIII, a presença das chamadas Luzes esteja sempre subjacente à análise que fazemos dos conteúdos das bibliotecas. A nossa posição pode ser sintetizada pelas palavras de Nuno Monteiro quando afirma:

“O século XVIII é geralmente identificado com o triunfo das chamadas “Luzes” ou “Iluminismo” na Europa. No entanto, não é fácil definir o que foi o Iluminismo, tal como se pode questionar se existiu um único movimento, ou uma pluralidade de movimentos, nacional e regionalmente heterogéneos. Acresce que a cronologia também não é fácil de estabelecer, embora seja certo que os meados do século XVIII marcaram, a vários títulos, um movimento de viragem nas sociedades europeias”³⁶.

Ora, o nosso ponto de partida (e que vai nortear o nosso ponto de chegada) não consiste em formular uma teoria quanto à posse dos livros de História por parte deste grupo social, e tentar prová-la a partir da existência de determinados autores em determinadas colecções. De acordo com o paradigma de investigação que atrás apontámos, é a partir dos próprios livros encontrados que verificaremos a sua “representação” nas bibliotecas religiosas e assim, interessam para além das grandes também as pequenas colecções, para além dos autores consagrados do Humanismo e do Iluminismo, também os autores “desconhecidos” cujas obras até podem ter uma

³⁵ Destacamos: BUESCU, Ana Isabel - (1987) – *O Norte e o Sul na Europa iluminista: um aspecto da geografia cultural no século XVIII*. [S.l.: s.n.], 1987. Sep. “Revista de História Económica e Social”, 1987 e ARAÚJO, Ana Cristina – *A cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

³⁶ O tempo de Pombal (1750-1777). RAMOS, Rui, coord. – *História de Portugal*. 4ª edição. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, p. 357.

representatividade maior nas bibliotecas do grupo estudado, tendo em conta que muitos desses autores eram membros de comunidades religiosas. São aqui relevantes as palavras de José Mattoso, quando afirma:

“Embora a natureza diacrónica da História imponha a preferência por comparações que privilegiem a diferença (a diferença no espaço, no tempo ou no grupo humano que a produz) e na qual se baseia a verificação das alterações, dos conflitos e mesmo dos significados, é evidente que só é possível quando resulta do conhecimento prévio da norma, da regra ou do sistema”³⁷.

No objecto do nosso estudo cabe também a descoberta dos leitores e das leitoras das comunidades religiosas através dos testemunhos que nos legaram e que permitem, de uma forma que pretendemos não seja de natureza anedótica, conferir um sentido à utilização e importância do livro, no ambiente de vida consagrada. Sabemos os seus nomes mas não sabemos quem foram e, no nosso estudo, são tratados como membros de um grupo, ora em conjunto, ora atendendo ao género, numa perspectiva que Hans Erich Bödeker descreve da seguinte forma:

« La recherche historique sur les lecteurs ne peut plus se contenter de décrire de l'extérieur le rapport du lecteur érudit avec la littérature: il lui faudra aussi l'analyser de l'intérieur. Il s'agit de faire apparaître la singularité, la situation propre de l'érudit considéré comme un lecteur par obligation. En tant que tel, il avait un rapport professionnel avec le livre; et comme, en règle générale, il ne se contentait pas de lire des livres, mais en écrivait aussi, il avait un sens affirmé du livre comme vecteur d'informations. Il réagissait au livre; et c'est dans cette réaction que se révèlent la spécificité et les limites du livre »³⁸.

I.4. Planificação e organização do estudo

Definido e delimitado o objecto de investigação, passamos à apresentação do estudo nos seus aspectos estruturais, definindo os objectivos que se pretenderam prosseguir para obter respostas e/ou levantar hipóteses de trabalho relativas às questões que colocámos de início e que diziam respeito ao conhecimento do que eram as leituras

³⁷ *Ob. cit.*, p. 36.

³⁸ *Ob. cit.*, p. 98.

de História no ambiente religioso de Lisboa, no final do século XVIII. O primeiro momento da elaboração de um esquema organizativo tem, como ponto de partida, o balanço das várias hipóteses possíveis que envolvem o objecto de estudo nas suas diversas vertentes, utilizando informações obtidas em fontes e em bibliografia³⁹. Considera-se igualmente que a problemática que assim se vai desenvolvendo, progressivamente, em função da dinâmica própria do trabalho de investigação, é, no limite, o resultado das forças, fraquezas, oportunidades e desafios que se vão esboçando à medida que a investigação avança e que condicionam os conceitos e ideias gerais que se pretendem desenvolver⁴⁰.

Nessa perspectiva, pareceu-nos indispensável conhecer em primeiro lugar, o universo das instituições religiosas de Lisboa, no final de Setecentos, a sua história, as circunstâncias da sua fundação, a dinâmica da ordem religiosa a que pertenciam, a sua localização no espaço de Lisboa e seu termo e o seu trajecto desde a criação até à extinção. Indicámos, atrás, as obras de referência actuais que utilizámos, mas recorreremos ainda a fontes coevas, sobretudo para pormenores relativos aos estabelecimentos religiosos como, por exemplo, à apreciação que fazem das bibliotecas existentes nas instituições em estudo⁴¹. É importante, porém, referir a questão prévia – e complexa – que consistiu em definir o que era Lisboa e seu termo, no final do século XVIII, de modo a considerar ou não determinados estabelecimentos dentro do grupo de estudo⁴². O cotejo da bibliografia e das fontes impressas imediatamente nos deu a noção da inconsistência relativa à designação exacta da tipologia do estabelecimento ou seja, o próprio conceito do que era convento, mosteiro, casa, recolhimento e hospício e, por vezes, à sua localização específica, para o que tivemos de recorrer à bibliografia sobre Lisboa⁴³ e, em diversos casos à própria toponímia ainda existente. Também a invocação do estabelecimento necessitou de uma leitura crítica já para não falar dos erros de

³⁹ QUIVY, Raymond; VAN CAMPENHOUDT, Luc – *Manual de investigação em ciências sociais*. 5ª ed. Lisboa: Gradiva, 2008.

⁴⁰ Id., *ibid.*

⁴¹ Destacamos a obra de CASTRO, João Baptista de – *Mappa de Portugal antigo e moderno*. Lisboa: na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763, sobretudo o 3º volume.

⁴² Foi especialmente útil a consulta de BALBI, Adriano – *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve*. Ed. fac-similada da de 1822. Lisboa: INCM; Coimbra: Faculdade de Economia, 2004. 2 vol. e de CORNIDE, José – *Estado de Portugal en el año de 1800*. Madrid: Viuda y hijos de Manuel Tello, 1893-1897. 3 vol.

⁴³ Distinguímos a obra de FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa: história física e moral*. 2.ª edição revista. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

identificação entre instituições homónimas e entre datas de fundação e de extinção, obrigou a uma atitude de grande abertura aos contributos que podiam vir de fontes díspares, coevas ou resultantes de trabalhos monográficos onde fosse possível obter elementos esclarecedores sobre o universo que se ia desenhando. Certo é que foi possível estabelecer um quadro de 104 instituições e caracterizá-las de acordo com os parâmetros indicados atrás, criando, para a maioria delas, todo um contexto fundacional e de actividade até aos finais do século XVIII. A acompanhar os dados que sistematizamos no capítulo II, seguindo uma perspectiva cronológica, elaborámos fichas individuais de acordo com o modelo atrás referido, para cada estabelecimento e agregámo-las no Anexo I, em relação com a respectiva ordem religiosa.

As instituições consideradas são aquelas em que foi possível reconhecer a existência de objectivos de vida consagrada pelo que não foram contabilizados os recolhimentos ou hospícios que não tivessem esse suporte e excluímos também os hospitais, pela mesma razão. Um factor que consideramos relevante no estudo é a procura sistemática do nome exacto para designar a instituição pois também nesse domínio se verificaram inconsistências, desde a persistente aplicação da expressão mosteiro para designar estabelecimentos femininos até à prevalência da expressão convento para designar toda e qualquer comunidade religiosa regular. Desde a formulação do próprio título desta dissertação até à escrita do texto, adoptámos sempre que tratamos do grupo, as expressões, instituições religiosas (ou regulares), estabelecimentos religiosos (ou regulares) e mais esporadicamente casas religiosas (ou regulares). Usamos, porém, a expressão conventos quando se trata do contexto relativo aos “extintos conventos” a que já fizemos referência nesta Introdução. Seguimos na atribuição do nome institucional as valiosas informações constantes da obra dirigida por Bernardo Vasconcelos e Sousa⁴⁴, onde a agregação por formas de vida regular permite uma escolha fundamentada.

A problematização inerente à implantação das ordens religiosas na capital não poderia ficar completa sem a tentativa de estabelecer um retrato da sua população, em termos quantitativos, até porque é uma questão recorrente o número elevado saber se são muitos ou poucos, questão que dá origem também a posições extremadas.

⁴⁴ *Ordens religiosas em Portugal das origens a Trento: guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

A bibliografia consultada fornecia-nos dados, alguns por demais conhecidos e repetidos, mas também eles necessitando de uma análise crítica, sobretudo os provenientes de narrativas testemunhais da própria época, é certo, mas sem base estatística que as sustentasse⁴⁵.

Criado o quadro institucional, passámos para outro tipo de conceitos e hipóteses de trabalho: o conhecimento da existência e do papel das bibliotecas nas casas religiosas, em geral, recorrendo a bibliografia publicada em Portugal, Espanha, França e Inglaterra de forma a perceber os possíveis traços de união e as diferenças entre distintos ambientes, dentro da mesma época (à excepção da Inglaterra, onde a extinção das ordens ocorreu no século XVI), e considerando as bibliotecas como espaços de organização dos livros destinados às leituras de uma comunidade⁴⁶. O capítulo III procura dar uma visão integrada das práticas organizativas nas bibliotecas religiosas, a partir da Idade Média, tendo em conta que várias das instituições regulares de Lisboa foram fundadas nesse período, contextualizando-as dentro de dois paradigmas possíveis que são o da biblioteca-espço de produção de livros e o da biblioteca-espço de leitura. Centrâmo-nos, sobretudo, nas práticas do século XVIII (nosso âmbito de estudo) a partir de uma fonte essencial que são os catálogos das bibliotecas.

Referimos, com detalhe, os aspectos de organização do conhecimento, ou seja, as práticas de classificação que encontrámos nos catálogos das bibliotecas estudadas não apenas nos seus princípios teóricos mas nos testemunhos da organização prática no espaço da biblioteca, soluções adoptadas com o objectivo de servir os leitores. Não serão muitos os catálogos das bibliotecas que são objecto deste estudo e têm datas diferentes ao longo do século XVIII. Porém, com recurso comparativo aos esquemas utilizados noutras casas de fora de Lisboa e aos esquemas classificativos existentes, por

⁴⁵ Referimo-nos, por exemplo, aos dados fornecidos por Adriano Balbi (*ob. cit.*) que confrontamos, sobretudo, com os apresentados por Fernando Taveira da Fonseca, Demografia eclesiástica. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. II, p. 47-59.

⁴⁶ A bibliografia utilizada é muito extensa e vem detalhada no início do capítulo III. Distinguimos, apenas, pela metodologia usada e pelos estudos relativos às bibliotecas religiosas e à problemática das bibliotecas e dos seus possuidores, em geral, que nos foi de grande utilidade, a obra *Histoire des bibliothèques françaises*, especialmente o segundo volume intitulado *Les bibliothèques sous l'Ancien Régime, 1530-1789*, dir. Claude Jolly. Paris: Promodis: Cercle de la Librairie, 1988. No contexto português são ainda relevantes as obras de RIBEIRO, José Silvestre – *Historia dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1871-1883. 18 vol. e *Apontamentos históricos sobre bibliotecas portuguesas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914.

exemplo, em França, foi possível encontrar indicadores relevantes quer sobre a modernidade dos procedimentos organizativos quer sobre a relativa uniformidade nos critérios seguidos. Neste particular, demos destaque à História, como “faculdade” e como classe agregadora de saberes, factores estruturantes da existência de livros de História nas bibliotecas religiosas e que também no capítulo III se desenvolvem. No Anexo III apresentam-se e comentam-se exemplos de práticas classificativas que retirámos dos catálogos e que comparámos no decorrer do capítulo.

Uma questão fundamental se levantou, logo no início da investigação: qual o termo a utilizar, livraria ou biblioteca? Pelo título que adoptámos vê-se que a escolha recaiu na segunda expressão. No decorrer do levantamento dos livros de História foi patente que a utilização era, relativamente, arbitrária, figurando já o termo biblioteca em marcas de posse institucionais, como é o caso da “Bibliotheca do Real Mosteiro de S. Vicente”. Apesar de ser mais vulgar o termo “Livraria”, a nossa opção teve duas fundamentações: a primeira tem a ver com o facto de se analisarem, no estudo, exclusivamente livros impressos e a segunda, que contextualiza a primeira, encontrámo-la expressa por Maria Teresa Amado que, sobre a terminologia em torno da palavra Biblioteca tece interessantes considerações, de onde retiramos as seguintes:

“Tendo o saber um valor analógico ao de verdade, a *bibliotheca* surge no Renascimento associada aos valores humanistas, à ideia de original, do espaço sacrário, do raro, do antigo e valioso, sendo entendida ao longo dos séculos XVI e XVII numa pluralidade semântica: como sinónimo de Livraria Pública (que incluía a ideia de arquivo e de museu); como de repertório bibliográfico, ou biobibliográfico; ou ainda, embora com menor frequência, como sinónimo de cartapácio, flores, margaridas, isto é, antologia de textos de autores diversos, ou compilações de ditos e sentenças”⁴⁷.

Sendo esses dois conceitos os que norteiam o estudo desta autora, é importante a utilização que faz de bibliografia antiga, em cujas citações podemos percepcionar a utilização de Livraria e de Biblioteca. Assim, de Diego de Arze, *De las librerías: de su antigüedad y provecho...*, 1608, p. 6-7 transcreve o seguinte: “Y de este Vocablo com que estos Doctores llaman a las Librerías, si es que com cuydado lo advertimos,

⁴⁷ *A língua do ver na Espanha dos Áustrias: criação de memória e fixação de ideias*. Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Évora. Évora: [s.n.], 1997, p. 39-40.

sacaremos que el fin principal que en instituyr las tuvo la Iglesia fue para que sirviessen de Archivos de los Libros sagrados, y de los sanctos Doctores [...] Y aqui me vengo a persuadir [...] si llamara las Librerias BIBLIOTHECAS, no estanto por ser lugar de libros segun su ethymologia, quanto por nombrarlas del principal libro que conservan, que es la santa Biblia, que algunos sanctos tienen tambien por Bibliotheca [...]”. A perspectiva, porém, é diferente num outro autor que cita, Antonio de León Pinelo, *Epitome de la Biblioteca Oriental i Occidental...*, 1629, p. 3, onde se lê: “Bibliotecas se llamaron propriamente las numerosas Librerias, donde la curiosidade estudiosa depositó noticia dilatada, juntando com expensas liberales, matérias diversas, para que fuesen las Obras de los Escritores, maravillas del Mundo, i las Letras de los Sabios, Tesoros de los Reies [...]”⁴⁸.

Atente-se, ainda, que no final do século XVIII, em 1796, a primeira biblioteca pública recebeu a designação de Real Biblioteca Pública da Corte consagrando um conceito novo e, de certo modo, tornando obsoleta a expressão Livraria.

Como o livro e o seu espaço próprio que é a biblioteca não fazem sentido sem o leitor que deles faz uso, procurámos neste capítulo III ir ao encontro das modalidades de posse e uso do livro nestas instituições, considerando, por um lado, a leitura individual do livro da comunidade e, em segundo lugar, a leitura do livro de posse própria, no ambiente religioso. Para obter os dados necessários para esta análise utilizámos, como fonte, as inscrições manuscritas que encontrámos nos livros provenientes dos conventos extintos e existentes na Biblioteca Nacional. Esta fonte que caracterizaremos melhor quando abordarmos a metodologia, revelou-se de especial importância para o conhecimento das práticas de apropriação e representação do livro nestas instituições, permitindo a constituição de parâmetros pela recorrência de tipos de inscrição, como a posse conjunta, a passagem de mãos de um livro no interior de um convento, a leitura sujeita a autorização, entre outros aspectos.

Numa perspectiva de trabalho que privilegiou a apresentação do objecto de estudo a partir dos aspectos mais gerais (ou contextuais) para os mais particulares, concebemos o capítulo IV como um estudo comparativo de bibliotecas no século XVIII, em termos quantitativos, com menção do total da colecção mas dando atenção especial

⁴⁸ Id., *ibid.* p. 39, nota 23.

ao lugar que a História ocupava nesses acervos. Percorremos, naturalmente, a bibliografia publicada em Portugal com carácter de estudo monográfico, não só relativa a bibliotecas religiosas mas também a bibliotecas individuais e a outras bibliotecas dos finais do século XVIII, como a Real Biblioteca Pública da Corte⁴⁹.

Não se olhava já para o contexto teórico de saber o que era a História no século XVIII, tratado no capítulo III, com recurso às classificações desenvolvidas à época, mas sim à sua expressão prática plasmada nos acervos das bibliotecas religiosas. Não temos, evidentemente, catálogos para todas as 104 bibliotecas e o campo de investigação, neste particular, debate-se como se refere abundantemente na bibliografia sobre bibliotecas, com a escassez de fontes. Tomámos, então, a decisão de utilizar a fonte disponível para o contexto setecentista português, constituída pelas respostas dadas pelos possuidores de livros e de bibliotecas ao Edital da Real Mesa Censória de 1769, e constituir uma série com as bibliotecas religiosas de todo o país que tinham apresentado catálogo⁵⁰. São poucas mas, apesar de as limitações, procuraram-se os dados específicos que nos permitissem colher indicadores sobre o lugar da História como área de leitura nas instituições religiosas.

Estabelecemos quadros de análise quantitativa, para os conteúdos gerais e da História em particular existentes nas bibliotecas religiosas mas alargámos a pesquisa a possuidores individuais, nomeadamente membros da nobreza titular e grandes dignitários da Igreja para examinar, em comparação, os quantitativos das respectivas bibliotecas. Cruzámo-los com os provenientes de um estudo comparativo de bibliotecas francesas, de casas regulares e da nobreza, para obter um enquadramento o mais alargado possível que permitisse estabelecer parâmetros, médias e indicadores fiáveis sobre o coleccionismo bibliográfico⁵¹.

⁴⁹ Serviu-nos de referência primeira à qual, naturalmente, se foram juntando os estudos mais recentes, a *Bibliografia da história do livro em Portugal*, coordenada por Diogo Ramada Curto, Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.

Para a história da Real Biblioteca Pública da Corte e seus antecedentes, apoiámo-nos na abundante bibliografia de Manuela D. Domingos, de que destacamos *Subsídios para a história da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995.

⁵⁰ PT/TT/RMC/B-C/2 Catálogos das livrarias particulares (1769-1770).

⁵¹ Cf. JOLLY, Claude – Unité et diversité des collections religieuses. In: *Histoire des bibliothèques françaises*. Paris: Promodis: Cercle de la Librairie, 1988, vol. II – Les bibliothèques sous l’Ancien Régime, 1530-1789. Dir. Claude Jolly, p. 11-29 e CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel – Les pratiques urbaines de l’imprimé. In: MARTIN, Henri-Jean; CHARTIER, Roger, dir. - *Histoire de l’édition française*. Paris : Promodis, 1984, vol. 2, p. 403-429.

Dado que a amostra de livros de História que se pretendia estudar tinha origem nas incorporações feitas após a extinção das ordens religiosas em 1834, criámos um outro quadro referencial, desta feita a partir de uma fonte já publicada, mas não analisada nesta perspectiva, que regista os quantitativos das bibliotecas arroladas⁵². Ainda que se trate de fonte com muitas lacunas e algumas incongruências, o objectivo era pôr em evidência o quantitativo geral de volumes existente nas bibliotecas religiosas portuguesas, os dados relativos às instituições de Lisboa e, no que foi possível, comparar com os quantitativos de 1769 e perceber as estratégias de actualização (ou não) das bibliotecas que estudávamos.

No capítulo V, o objectivo foi analisar o conjunto de livros de História de proveniência conventual masculina e feminina, que tínhamos recolhido no levantamento feito na Biblioteca Nacional, correspondendo às delimitações cronológicas e geográficas que propusemos no objecto de estudo. Os parâmetros da análise foram fixados numa folha de cálculo, exemplificada no Anexo II, e compreendem os dados relativos ao autor, título e menção da edição, lugar de edição, data, língua do texto, classificação atribuída à obra, proveniência e cota na Biblioteca Nacional. A análise destes dados permitiu construir gráficos e quadros relativos às temáticas específicas dentro da História, às datas de edição (trabalhadas por séculos), às línguas dos textos em relação com as proveniências, ou seja, com as casas religiosas onde as obras existiam e à origem editorial das obras, considerando as instituições de proveniência. O objectivo era estabelecer os perfis coleccionistas das bibliotecas em análise, e, em termos de história da edição, obter indicadores sobre a proveniência editorial das obras, as suas características intrínsecas e extrínsecas, sempre em relação com a biblioteca onde existiam e assim contribuindo para apontar normas e singularidades.

O estudo completa-se com a apresentação das próprias obras em relação com as suas proveniências, no capítulo VI, num estudo qualitativo em que os parâmetros que seguimos para a análise das obras não se baseou em critérios de raridade ou de estética da edição mas em que se pretenderam criar núcleos por naturalidade dos autores representados na amostra e dentro desses núcleos, estabelecer princípios de agregação de modo a tornar significativa a presença da obra e do seu autor, no contexto em que a

⁵² BARATA, Paulo J.S. – *ob. cit.*, p. 381-388.

edição se produziu. Valorizamos, por exemplo, os casos em que nos apareceram exemplares da mesma obra em várias instituições, ou quando há um autor com muitas obras ou uma obra que conheceu várias edições, também elas identificáveis em várias instituições e, nestes dois casos, obtemos um indicador de relevância nas colecções destas bibliotecas. Outra situação analisada é quando estamos na presença de um autor ou de uma obra singular no conjunto examinado, mas que foi importante (entenda-se muito editada e bem referenciada) na sua época, e aí se define um indicador de perfil específico de uma colecção, sobretudo se nela tende a ser recorrente a singularidade colecionista. Incluímos no capítulo três estudos de caso, o primeiro sobre os livros proibidos que detectámos no conjunto estudado e em que colecções. O segundo sobre a singularidade da colecção de relatos de viagem, sobretudo de exploradores da segunda metade do século XVIII, existente na biblioteca de S. Vicente de Fora. O terceiro sobre a norma das colecções, representada por um tipo de obras muito representado nas bibliotecas religiosas, e que diz respeito às Vidas exemplares. Analisámos, em comparação, as existências nas bibliotecas de S. Francisco da Cidade e de Santo Alberto, através dos respectivos catálogos, que conhecíamos na totalidade.

De uma forma geral, os dados examinados neste capítulo remetem sempre para a Lista das obras de História que encontrámos na Biblioteca Nacional a que juntámos as referências obtidas em outras bibliotecas que receberam livros dos extintos conventos e ainda nos três catálogos que elegemos para estudo de caso e que referimos acima. A Lista encontra-se no Anexo II. Para a sua elaboração e para a análise dos autores e suas obras no capítulo VI, utilizámos obras de referência como bibliografias, dicionários bibliográficos, enciclopédias e catálogos, impressos e em linha⁵³. A utilidade deste tipo de instrumentos de trabalho na nossa investigação é evidente. Não é nossa intenção desenvolver uma “história literária” a partir dos autores e obras que encontrámos. No entanto, não podíamos deixar de os (re)conhecer através de bibliografia que contextualizasse os autores e obras, no tempo da sua escrita. É um enfoque mais próprio

⁵³ Destacamos os mais utilizados e com informação bio-bibliográfica: MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana*. Coimbra: Atlântida, 1965-1967. 4 vol. Reprodução da edição de 1741-1759; SILVA, Inocêncio Francisco da, et al. – *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1973. 23 vol. Reprodução da edição iniciada em 1858; HOFFER, Carlos – *Nouvelle biographie générale depuis les temps les plus reculés jusqu'à nos jours...* Paris: Firmin Didot, 1857-1866. 46 vol.; SIMÓN DIAZ, José – *Bibliografía de la literatura hispánica*. Madrid: Instituto Miguel de Cervantes de Filología Hispanica, 1950-1993. 16 vol.; The European Library. Acessível em: <http://www.theeuropeanlibrary.org>; CERL Thesaurus. Acessível em: <http://thesaurus.cerl.org>.

da tradição bibliográfica mas indispensável no quadro de referência que procurámos estabelecer para os livros de História das bibliotecas religiosas. Numa perspectiva de renovação da história do livro em Portugal, que subscrevemos, remetemos para a síntese que, sobre esse assunto, nos dá Diogo Ramada Curto⁵⁴.

As perguntas mais imediatas a que naturalmente procuramos dar resposta, são: que História se colecionava e potencialmente lia nestas instituições? Havia um cânone demonstrável pela ocorrência repetida do mesmo título em várias casas? Conseguem-se encontrar linhas comuns de interesse e orientações específicas consoante a ordem religiosa, o estabelecimento e sua importância e até consoante a época e o género? Havia singularidades de colecionismo e em que instituições? Podemos perceber aspectos da representação que a leitura das obras de História possa ter nestas comunidades de leitores? Qual a relação entre a posse e uso do livro na comunidade e individualmente, no ambiente religioso? Como se organizavam as bibliotecas? Em função dos leitores? De acordo com normas? Há uma prática organizativa identificável nestas instituições? Como se relacionam estas colecções com as pertencentes a particulares? Qual a função cultural que tiveram?

I.5. Metodologia de investigação

De acordo com José Mattoso há três etapas primordiais na elaboração do discurso histórico: “o exame do passado através das suas marcas, a representação mental que desse exame resulta e a produção de um texto escrito ou oral que permite comunicar com outrem”⁵⁵. Seguindo estes passos, procurámos no “exame do passado” seleccionar e classificar o material empírico que íamos recolhendo, em séries coerentes ou seja, estabelecidas de acordo com os mesmos critérios, utilizando as técnicas de representação que melhor permitissem interpretar os dados, ou seja, os quadros, tabelas e gráficos que ajudam a estabelecer as tendências, sejam elas sincrónicas ou diacrónicas, e a retirar indicadores de frequência, de prevalência e de ausência⁵⁶.

Temos, pois, num primeiro momento, uma metodologia quantitativa aplicada aos dados relativos aos dois grupos diferentes que, na sua interacção, constituíam o

⁵⁴ Cf. Da tradição bibliográfica à história do livro em Portugal. In: CURTO, Diogo Ramada, coord. – *Bibliografia da história do Livro em Portugal*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003, p. 11-49.

⁵⁵ *Ob. cit.*, p. 16.

⁵⁶ QUIVY, Raymond; VAN CAMPENHOUDT, Luc – *ob. cit.*, p. 156.

nosso campo de observação: as instituições religiosas e os seus livros de História. O nosso estudo tem uma abordagem de história serial, na medida em que utiliza fontes massivas, como os dados resultantes da análise do conteúdo dos catálogos apresentados à Real Mesa Censória, os quantitativos de livros provenientes dos conventos extintos integrados na Biblioteca Nacional ou os dados relativos aos estabelecimentos religiosos existentes em Lisboa que recolhemos de diversas fontes. Ao mesmo tempo, estes dados têm representação social pois todos eles se reportam ao mesmo grupo constituído pelas instituições regulares e são dados que existem num prazo longo, uma vez que os livros e as instituições tiveram, na grande maioria, uma vida de séculos⁵⁷.

Evidentemente que a agregação em séries é importante e indispensável quando o método que se pretende aplicar é a comparação, seja entre entidades do mesmo grupo, como por exemplo, conventos de Lisboa ou seja entre o grupo de livros de História que é o foco do nosso estudo e outros grupos, por exemplo os livros dos conventos franceses da mesma época ou os livros da posse de membros da nobreza titular e grandes dignitários da Igreja, também dentro do século XVIII. As séries de dados permitem classificar, porém, não podem ser um fim em si próprias mas sim um meio para ajudar a interpretar os dados e a dar-lhes significado. Nas palavras de José Mattoso:

“A crítica, a positividade, o uso de conceitos operatórios, a quantificação, permanecem, pois, até nova ordem, a base da argumentação em História, e portanto o critério fundamental da sua eficácia, ou seja, da sua comunicabilidade”⁵⁸.

O método quantitativo oferece ainda a vantagem conceptual de centrar a investigação na análise de fenómenos ou factos observáveis e passíveis de medição através de técnicas estatísticas na análise dos dados. O objectivo do estudo é desenvolver generalizações ou tendências que se verificam na amostra estudada e verificar as singularidades que também ocorram. Por exemplo, quando relacionamos as casas religiosas de Lisboa com a sua localização específica, imediatamente sobressaem, pelo número de ocorrências, as zonas onde se situavam, em maior quantidade e aquelas em que a ocorrência é pontual⁵⁹. No limite, a teoria relativa à apropriação do espaço

⁵⁷ Cf. CHARTIER, Roger – Serial (História). In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques, dir. – *A Nova História*. Coimbra: Almedina, 1990, p. 562.

⁵⁸ *Ob. cit.*, p. 38.

⁵⁹ Cf. COUTINHO, Clara Pereira – *Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. 2ª reimp. Coimbra: Almedina, 2011, p. 24-25.

urbano pelas casas religiosas, surge, relativamente *a posteriori* quando se analisam os dados e vai fundamentar-se, não só na evidência dos edifícios que subsistem em Lisboa mas, mercê dos atributos que foram associados aos dados tais como, a ordem religiosa, o género e a época em que as casas foram fundadas; essa teoria fundamenta-se na observação, na interpretação e nos significados próprios que os dados sugerem⁶⁰.

Se os dados que se podem quantificar, como o número de instituições e o número de livros, permitem criar um contexto informativo com algum rigor, a verdade é que a relação que se estabelece entre o investigador e a realidade que está a estudar leva, naturalmente, a uma avaliação qualitativa onde se vai construindo uma teoria, apoiada num modelo que é indutivo e sistemático à medida que os dados empíricos se revelam. Há, portanto, uma valorização do que é particular e não do que é geral, como sucede quando se aplica um método quantitativo e, em vez do estudo da grande amostra, interessa mais o chamado estudo de caso. A perspectiva qualitativa apoia-se também numa investigação prática e a teoria que se pode vir a estabelecer face aos dados em presença, é, na essência, de tipo interpretativo.

Na prática, os métodos são complementares e não exclusivos pois nada obsta a que se utilizem em conjunto, dependendo da situação concreta que se está a investigar. Aplicámo-los assim nos capítulos II a IV e, quando passámos à análise específica da amostra constituída pelos livros de História em relação com os seus possuidores, usámos preferencialmente o método quantitativo no capítulo V e o qualitativo no VI. A nossa perspectiva aproxima-se, por conseguinte, da que postula Alison Jane Pickard:

“Historical research is essentially qualitative because of the interpretation that is inevitably involved; there are uses for quantifiable data in some investigations but because this approach depends so much on interpretation, by definition it becomes qualitative”⁶¹.

Ao longo de todo o estudo, o processo de investigação foi sendo ajustado aos materiais primários e secundários que iam sendo localizados e analisados. Cabe aqui fazer uma referência mais pormenorizada às fontes primárias que utilizámos. Duas das séries arquivísticas, a dos catálogos apresentados à Real Mesa Censória em 1769 e a dos

⁶⁰ CROTTY, Michael – *The foundations of social research: meaning and perspective in the research process*. London: SAGE Publications, 1998.

⁶¹ *Ob. cit.*, p. 143.

inventários e demais documentos sobre os fundos das bibliotecas conventuais organizados no âmbito das actividades do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos, entre 1834 e 1841, foram constituídas em resultado da aplicação de medidas legais concretas e, como tal, os documentos que as integram são provas dessas circunstâncias. No contexto do nosso estudo, oferecem em momentos distintos um possível retrato das leituras em ambiente religioso e, por isso, as utilizamos com o cuidado de interpretar os dados de cada série, no âmbito cronológico que lhes é próprio⁶². Outros catálogos dos finais do século XVIII e que se constituem em fontes importantes, por exemplo, para os aspectos organizativos que revelam sobre as bibliotecas a que se reportam, não são analisados em conjunto com os daquelas duas séries pois constituem fontes primárias que não foram intencionalmente concebidas como testemunho de acontecimentos. Integram-se na actividade da instituição a que pertencem mas a sua elaboração é casuística e assim são tratados como fenómenos isolados. Também os testemunhos de posse e uso recolhidos nos livros e que constituímos numa série fictícia, não foram elaborados intencionalmente para servir de prova do exercício de uma actividade pessoal ou institucional, apesar de pretenderem marcar um direito de propriedade.

Outra série arquivística de interesse é a dos processos de extinção dos conventos femininos, hoje integrada na Torre do Tombo e proveniente do Ministério das Finanças. São procedimentos de carácter administrativo, como os do Depósito Geral dos Extintos Conventos atrás referidos, mas ocorrem ao longo do século XIX e em raros casos, nos primeiros anos do século XX. Nessa série encontrámos informação sobre os bens arrecadados à morte da última religiosa, para a maioria dos conventos e o destino desses bens onde se incluem, muitas vezes, os bibliográficos⁶³.

O processo básico de utilização das fontes primárias procurou ser sistemático no tratamento, recolhendo-se todos os dados passíveis de interessar ao campo de investigação que nos interessava mesmo quando alguns desses dados ofereciam dúvidas quanto à sua correcção e disso damos conta sobretudo no capítulo IV. O tipo de análise procurou ser iterativo, no sentido em que se recorreu às mesmas fontes repetidamente, ao longo do processo de escrita, e de modo parcelar a fim de permitir que novas

⁶² *Ibid.*, p. 149.

⁶³ Cf. PT/TT/MF-DGFP/E/002 Processos de extinção dos conventos femininos.

evidências fossem integradas no processo de investigação e no desenvolvimento de uma teoria ou hipótese de trabalho. Por exemplo, a série da Real Mesa Censória (e os catálogos que dela se encontram na Biblioteca Nacional ou suas cópias) foi analisada em três momentos distintos: para criar um quadro de referência sobre as bibliotecas religiosas, para recolher os dados respeitantes às bibliotecas de membros da nobreza titular e grandes dignitários da Igreja e para analisar quantitativamente os catálogos de membros das ordens religiosas masculinos e femininos.

Na análise de fontes queremos dar um destaque maior à que serve de base a toda a investigação e que é constituída pelos próprios livros que pertenceram às instituições regulares. Com efeito, é a partir deles que construímos a amostra de livros de História de proveniência religiosa e, nesse particular tal como na apresentação de modalidades e práticas de posse e uso do livro nesses ambientes, as evidências fornecidas pelas marcas inscritas nos livros foram primordiais. Como não é uma fonte usual nos estudos existentes em História do Livro, das Bibliotecas e da Leitura, apesar de o potencial que apresenta, é fundamental, nesta Introdução, circunstanciá-la melhor no âmbito metodológico da nossa investigação.

As marcas de posse inclusas nos livros, servem, essencialmente, para identificação da propriedade de um livro ou de outro bem, assumindo uma função testemunhal em caso de roubo ou extravio do bem. No caso dos livros, a marca que o possuidor neles pôs pode dar origem a um tipo de estudo centrado nas práticas bibliófilas. O mais comum está relacionado com a *ex-libristica*, onde o objectivo é identificar proprietários através das suas marcas (sobretudo a mais emblemática que é o *ex-libris*) e integrá-las num contexto que não é o do leitor em relação ao livro que lhe pertenceu e que, eventualmente leu, mas sim o do possuidor e da sua marca, enquanto manifestação social e de gosto artístico. O *ex-libris* é assumido neste contexto como um objecto de coleccionismo, tal como o são, por exemplo, as moedas e medalhas, os selos e os próprios livros, dando origem a bibliografia da especialidade mas também a outro tipo de actividades próprias do coleccionismo como publicações de revistas e de estudos, exposições e congressos⁶⁴.

⁶⁴ Refiram-se, a título exemplificativo, alguns estudos importantes na bibliografia portuguesa sobre *ex-librismo*: os “clássicos” TOMÁS, Aníbal Fernandes – *Os ex-libris portugueses, subsídios para o seu catálogo*. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana, 1902 e *Os ex-libris ornamentais portugueses*.

O *ex-libris* tem sido a marca de posse dos livros, por excelência, ou não signifique a expressão, à letra, “dos livros de”. Consiste numa representação estampada ou impressa, geralmente em papel, com maior ou menor detalhe artístico na sua figuração, heráldica ou outra, com ou sem legenda identificativa do proprietário, mas escolhida por ele, como forma de marcar a propriedade do livro, de modo inequívoco e, ao mesmo tempo, ser um elemento revelador de um gosto estético e até de uma determinada posição social, sobretudo nos *ex-libris* heráldicos.

O *ex-libris* está associado a outras marcas convencionais de assinalar a posse, como o carimbo e o *super-libros* que, no fundo, podem ser considerados também representações ex-librísticas pois a sua figuração é, em muitos casos, semelhante à do *ex-libris*⁶⁵. Aliás, no contexto da ex-librística há também este entendimento, se bem que não tenha sido sempre assim⁶⁶.

Porto: Typ. da Empresa Litteraria e Typografica, 1905; VITERBO, Sousa – *Heráldica literária*. Lisboa: Academia das Ciências, 1919.

Entre a bibliografia mais actual destacam-se RATO, Fausto Moreira – *Manual de Ex-Librística*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1978; ALMEIDA, Eugénio de Castro e – *Ex-libris heráldicos portugueses*. Figueira da Foz: Tip. Lousanense, 1971 e DUARTE, Sérgio Avelar – *Ex-libris portugueses heráldicos*. Porto: Livr. Civilização, 1990.

Muitos contributos para a ex-librística encontram-se em publicações periódicas como a *Revista de ex-libris portugueses* (1916-1924); *A Arte do ex-libris* (1956-1996) e o *Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris* (1952-). A bibliografia estrangeira é muito abundante e variada. Para o contexto que nos interessa, destacamos o estudo de BOUCHOT, Henri – *Les ex-libris et les marques de possession*. Paris: Rouveyre, 1891, que, apesar da data em que foi editado, apresenta já o *ex-libris* no enquadramento das marcas de posse e introduz essa expressão na bibliografia da especialidade. Esta obra e a de Fausto Moreira Rato foram consultadas no âmbito do nosso estudo.

⁶⁵ A este propósito, António G. da Rocha Madahil, na sua obra *Ficheiros dos ex-libris portugueses antigos*. Lisboa: Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, 1958, afirma que o *super-libros* “é, porventura, mais frequente nos primeiros tempos de uso de marcas bibliográficas portuguesas, tendência que se verifica também noutros países, como índice de abastança e de categoria social; os seus titulares eram individualidades que, por dever de ofício, no exercício de seus altos cargos, a cada passo tinham necessidade de recorrer ao emprego de selos privativos, que não podiam deixar de possuir, para autenticarem as suas assinaturas e darem validade executória a seus despachos [...] e da sua conseqüente veneração pelo selo que personificava o indivíduo se terá logicamente passado à ideia de com ele marcar e ao mesmo tempo decorar [...] a baixela de prata ou de ouro [...] e as capas de livros [...]” (p. 10).

⁶⁶ Note-se que José Leite de Vasconcelos protagonizou uma polémica linguística, pondo em causa a utilização do termo *ex-libris* para designar, simultaneamente, o acto de posse e a marca colada no livro, preferindo manter o termo sem hífen para designar a posse e com hífen sempre que fosse feita referência ao objecto em si. Apresenta ainda o mesmo autor, a sua discordância face à expressão *super-libros* que é uma marca de posse gravada nas pastas da encadernação, com ferros a seco ou a ouro e um tipo de representação semelhante ao do *ex-libris* e do carimbo. Prefere a designação “*ex-libris exterior*” para o *super-libros*, passando o *ex-libris* em papel, colado numa folha do livro a “*ex-libris interior*”. Cf. *Ex-libris, super-libris e super-libros*. In: *1ª Exposição de “ex-libris” em Portugal, 1768-1923*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1927, 1º vol., p 47-49.

O estudo das marcas de posse tem, porém, uma outra funcionalidade, desde logo porque se considera, dentro desse contexto, toda e qualquer evidência que exista num livro e que possa configurar um testemunho de propriedade do livro quer tenha a forma de *ex-libris*, *super-libros* ou carimbo quer consista em inscrição manuscrita, feita no próprio livro. O estudo destas evidências de proveniência constitui na actualidade um campo de investigação no contexto da História do Livro, tal como o consagrou David Pearson no seu manual de referência⁶⁷. Nele o autor especifica que o termo proveniência não se limita a indicar a origem e o possuidor de uma obra no que é a relação legal entre este e o exemplar adquirido, mas abrange também os aspectos inerentes ao uso do exemplar. Neste contexto, cada exemplar representa um objecto físico, um artefacto que, para além do formato, número de páginas, aspecto gráfico e conteúdo intelectual ou artístico, tem características que o individualizam. São essas características que designamos por evidências, ou seja, provas do uso e função do exemplar e que podem assumir diversas formas, como tivemos oportunidade de confirmar no levantamento que fizemos.

Os estudos na área das proveniências têm vindo a multiplicar-se no âmbito das instituições patrimoniais, como inerência própria do trabalho do catalogador que deve registar na descrição bibliográfica a informação relativa aos vestígios de antigos possuidores e, a partir dos seus nomes, investigar, sempre que possível, quem foram. Por outro lado, é um campo aberto à investigação sobre o Livro e a Leitura, conforme atrás indicámos, pois é no exame dos próprios livros que encontramos os testemunhos ou evidências da posse e uso, sejam elas o simples nome do proprietário, sejam elas a data ou a modalidade de aquisição, o preço, a morada do possuidor, a passagem de posse para outro proprietário, as notas de leitura, a apreciação bibliográfica da obra ou do autor.

Não queremos deixar de registar alguns estudos que, mais recentemente, vêm confirmar este interesse pelos testemunhos de proveniência no âmbito da História do Livro e da Leitura e também sítios Web onde esses testemunhos estão repertoriados. Como ponto de partida, desde logo a obra de David Pearson, já mencionada, destinada a bibliotecários e investigadores, onde se apresenta de forma detalhada e ilustrada o

⁶⁷ *Provenance research in book history, a handbook*. Reprinted. London: The British Library & Oak Knoll Press, 1998.

universo dos antigos possuidores de livros, em Inglaterra. Entre vários outros casos, destacamos, em 1996, um conjunto de ensaios editado por James P. Carley e C.G.C. Tite que veio chamar a atenção para a importância das marcas de posse no contexto da dispersão das bibliotecas monásticas, do conhecimento das leituras dos colecionadores humanistas e da época moderna, da percepção de práticas do comércio de livros e ainda de aspectos ligados ao próprio estudo das inscrições manuscritas e das anotações nas obras⁶⁸.

Mais recentemente, Elizabeth Walsh e Sabrina Alcorn Baron apresentaram um conjunto de ensaios que abordam as relações entre leitor e livro e entre leitura e escrita, nos séculos XVI e XVII pondo em evidência hábitos e práticas do consumo de livros em que os testemunhos da respectiva posse e uso são identificados e ilustrados⁶⁹. Também na compilação de estudos de Jennifer Andersen e Elizabeth Sauer, são consideradas diversas fontes para a História da Leitura, desde os catálogos de bibliotecas, às evidências de posse nos exemplares⁷⁰. Em Espanha é particularmente relevante para o estudo das marcas de posse a obra coordenada por Antonio Castillo Gómez, *Libro y lectura en la Peninsula Iberica y América (siglos XIII a XVIII)*⁷¹.

Em Portugal, encontramos demonstrações sobre o interesse das marcas enquanto fonte, por exemplo, na obra de Rocha Madahil já mencionada quando afirma: “O que nos arquivos e nas bibliotecas portuguesas existe ainda, em matéria de marcas bibliográficas, é imenso e em grande parte desconhecido dos colecionadores”⁷². Num registo diferente, pois abrange um estudo parcelar, cabe aqui fazer referência ao trabalho pioneiro de Isabel Cid, sobre as proveniências dos incunábulos da Biblioteca Pública de Évora o qual, partindo da prática catalográfica de recolha das evidências de posse nos livros, elabora um estudo mais atento ao tipo de possuidores⁷³. A relevância desse tipo de estudos é, aliás, assinalada na mesma obra, por Aires Augusto Nascimento quando afirma no “Prefácio – Redimensionamento do livro”:

⁶⁸ *Books and collectors, 1200-1700*. London: The British Library, 1996.

⁶⁹ *The reader revealed*. Washington DC: University of Washington-Folger Shakespeare Library, 2002.

⁷⁰ *Books and readers in early modern England*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002.

⁷¹ Edição de Valladolid, Consejería de Cultura y Turismo, 2003.

⁷² *Ob. cit.*, p. 11.

⁷³ *Incunábulos e seus possuidores, análise da coleção da Biblioteca de Évora*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

“Para entender o livro (manuscrito ou impresso) na sua dimensão específica de instrumento cultural activo, não basta supô-lo na relação de leitura que a sua forma definitiva sugere [...] há dados tangíveis, de cujo significado global não é lícito duvidar. Estão neste caso as marcas de posse”⁷⁴.

Esta percepção da importância que o estudo das marcas de posse tem para a História do Livro é também, claramente, avançada por Helga Maria Justen quando escreve, a propósito do “Registo de marcas de posse e marcas de água” que inclui na sua tese: “Foram consultados e confrontados os registos parciais de proveniência de espécies observadas. Considera-se, todavia, que futuras investigações na área da História da Leitura poderão contribuir também para um conhecimento consolidado nesta área carenciada da História do Livro”⁷⁵.

A nível internacional, merecem uma menção especial as iniciativas desenvolvidas pelo CERL – Consortium of European Research Libraries (<http://www.cerl.org>)⁷⁶. De acordo com David Shaw, antigo secretário do CERL são três as principais áreas que os estudos de proveniência no âmbito daquele consórcio podem promover: “Reconstruction of libraries of “important” individuals (writers, scientists, politicians, ecclesiastics), study of the book ownership of “ordinary people”, reconstruction of the libraries of former corporate bodies (cathedrals, monasteries, academies)”⁷⁷. Tratando-se, especialmente, de um consórcio de bibliotecas europeias, é fácil de concluir que uma das vantagens deste tipo de informação será a reconstituição virtual de bibliotecas dispersas. Este último aspecto tem sido muito enfatizado por bibliotecas de países que mais foram afectados por guerras e que tiveram fronteiras e períodos de dependência diversos. A informação sobre antigos possuidores pode assim

⁷⁴ Id., *ibid.*, p. 9.

⁷⁵ *Incunábulo e post-incunábulo portugueses (ca. 1488-1518), em redor do material tipográfico dos impressos portugueses*. Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2006, p. 24.

⁷⁶ A informação sobre proveniências referente às colecções das bibliotecas participantes no consórcio é armazenada numa base designada por CERL Thesaurus (<http://thesaurus.cerl.org>) onde os nomes dos antigos possuidores, individuais e colectivos estão ligados aos catálogos ou bases de dados em que existem obras que lhes pertenceram. O CERL Thesaurus dá também informação sobre os autores e editores das obras existentes nas bibliotecas participantes e foi para o nosso estudo, especialmente no capítulo VI, um instrumento imprescindível. O sítio Web do CERL providencia um recurso específico sobre proveniências (<http://www.cerl.org/resources/provenance/main>) onde consta bibliografia actualizada sobre o assunto e também hiperligações a bases de dados ou recursos específicos sobre proveniências.

⁷⁷ “Provenance Information”. Disponível em: <http://www.cerl.org/web/en/resources/provenance/main>.

juntar virtualmente aquilo que fisicamente está disperso. Nas palavras de Monique Hulvey, sumariando a importância destes testemunhos: “In the last decades, a strong awareness has emerged about the importance of the book as a physical object bearing marks of its history and of its itineraries, both geographical and intellectual. This approach acknowledges the importance of the history of each copy for the history of the book at large”⁷⁸.

Existe, em nosso entender, lugar para a utilização dos dados fornecidos pelas marcas de posse não só para sabermos de onde vieram os livros hoje em instituições custodiais, como a Biblioteca Nacional, mas também para identificar neles as evidências da sua posse e do seu uso. É uma fonte informativa importante que pode suprir algumas lacunas que a investigação em História do Livro e da Leitura tem vindo a identificar. Roger Chartier não a menciona mas abre-lhe a porta quando afirma:

“O que é ler? Como reconstituir as leituras antigas? As respostas não estão de modo nenhum garantidas, mas torna-se claro que a história intelectual não poderá evitá-las por muito tempo. A título provisório, é sem dúvida um bom método não recusar nenhuma das percepções que permitem reconstituir, pelo menos parcialmente, o que os leitores faziam das suas leituras [...]”⁷⁹.

No limite, procuramos reforçar a nossa convicção de que o reconhecimento da importância dos exemplares individuais que constituíram uma edição e a procura de evidências da sua apropriação podem contribuir para o estudo das mentalidades, da circulação de ideias, de modas e de gostos, através da percepção do que era, a montante, a oferta editorial mas combinando-a com o que era, a jusante, o consumo dessa mesma oferta. Numa escala mais global, o estudo das evidências de posse dos livros deve incidir tanto sobre o pequeno como o grande coleccionador e deve tratar de modo semelhante o cimélio ricamente ilustrado e o pequeno folheto, de impressão e papel de má qualidade, mas editado para grande circulação, contrariando a tendência geral que Freitas Carvalho refere:

⁷⁸ *European printed heritage and the study of provenance: paper given at the National and University Library of Zagreb, Croatia, 10 March 2005*. Disponível em: <http://www.cerl.org/web/en/resouces/provenance/works>.

⁷⁹ *A história cultural entre práticas e representações*. 2ª ed. Lisboa: Difel, 2002, p. 61.

“O estudo das antigas bibliotecas – e, antes de mais, para não perdermos de vista a finalidade primeira de um e de outras, o mundo da leitura, que necessariamente, é também o dos leitores – tem vivido entre nós, como, aliás, um pouco por toda a parte, de debruçar-se sobre conjuntos de livros reunidos por gente conhecida pelas suas competências académicas – teológicas, canonísticas, filosóficas... – ou pela sua posição de relevo social e/ou institucional [...]”⁸⁰.

Vistos os antecedentes do estudo, o seu objecto, objectivos, metodologia geral e métodos de investigação específicos, passamos agora à apresentação de algumas opções que tomámos no decorrer da escrita. Devido à extensão da dissertação, pareceu-nos vantajoso iniciar cada capítulo com a indicação do objecto de estudo específico, principais questões a que se pretendia responder, indicação e análise das fontes e bibliografia que se considerava mais relevante para o tema a tratar e principais opções metodológicas que tínhamos observado quer no momento da recolha de dados quer no da sua análise interpretativa. É por essa razão que não consagramos senão uma pequena parte à revisão da literatura nesta Introdução, indicando as obras referenciais que em vários capítulos e/ou no Anexo I, fomos citando com maior frequência. Incluímos ainda uma pequena súmula no final de cada capítulo onde se indicam as principais conclusões ou hipóteses e as linhas a desenvolver no capítulo seguinte.

Para além das fontes primárias ou secundárias directamente ligadas ao objecto particular de estudo, não esquecendo, num e noutro caso, o indispensável recurso a sítios Web e a documentos electrónicos, procurámos indicar outras que, de certo modo, podiam ampliar o conhecimento do tema, relacioná-lo com contextos em que se verificavam afinidades e contribuir para uma estruturação mais ampla e fundamentada da questão concreta que se analisava. Por exemplo, o impacto do terramoto de 1755 nas instituições religiosas convocou um conjunto apreciável de bibliografia sobre o assunto. Utilizámo-la, portanto, em alguns casos porque tem directamente a ver com a ruína dos conventos e a das suas bibliotecas, noutros porque se refere às condições gerais da cidade após o fenómeno, aos planos de reconstrução ou às obras que foram publicadas na sequência do evento.

⁸⁰ *Da memória dos livros às bibliotecas da memória*. Porto: Centro Inter-universitário de História da Espiritualidade, 1998, vol. I, p. 8.

Apesar de não termos previsto no plano original da dissertação fazer uma referência às políticas de aquisição da Biblioteca Nacional relativas à integração dos livros provenientes dos conventos extintos, tornou-se evidente no decorrer da investigação que o tema não podia ser ignorado porquanto é o fenómeno que condiciona o que hoje se pode encontrar de livros de proveniência religiosa na principal biblioteca de Portugal e também na que mais livros recolheu, como atrás se indicou. Com efeito, a análise da amostra, sobretudo quando confrontada com as três colecções cujos catálogos nos serviram para estudos de caso, mostra lacunas importantes que, oportunamente, se pormenorizam no capítulo VI e que, conquanto sejam redutoras da imagem que podemos fazer das colecções conventuais, representam, por sua vez, políticas coleccionistas da Biblioteca Nacional, algumas das quais não tinham sido identificadas, como tal, na história da instituição.

A propósito da Biblioteca Nacional refira-se que a mencionamos com este nome ou a sua abreviatura BN sempre que nos referimos à instituição, em termos históricos, dado que teve também o nome de Biblioteca Nacional de Lisboa e, entre 1796 e 1836 foi designada por Real Biblioteca Pública da Corte, nome que também utilizamos quando apropriado. Já a indicação Biblioteca Nacional de Portugal ou a sua abreviatura BNP, usamo-la no contexto custodial, normalmente associada a cotas das obras a que fazemos referência.

A dissertação contém, no texto e nos Anexo I e III, algumas imagens. No texto temos dois géneros diferentes: o primeiro consiste em reproduções fotográficas de marcas de posse de instituições religiosas e de alguns dos seus membros, enquanto possuidores individuais. Pretendem ser ilustrativas das diversas circunstâncias que se referem no capítulo III sobre as modalidades de posse e uso dos livros, usando como fonte informativa as evidências que estão inscritas em algumas obras. Os exemplos que incluímos e que são mais dos que os que têm imagem, encontram-se transcritos conforme estão na fonte, por vezes com lacunas pois houve diversos casos com partes ilegíveis, outras vezes com desenvolvimento nosso de abreviaturas, sempre que a compreensão da inscrição nos pareceu menos imediata. Todos os exemplos trazem menção da cota que a obra tem na Biblioteca Nacional de Portugal.

No capítulo VI as imagens reportam-se a páginas de rosto de obras e estão inseridas próximo da referência adequada, feita no texto do capítulo. Algumas são do exemplar assinalado no texto e reconhece-se, pela marca no rosto, a proveniência. Outras são de outros exemplares da mesma edição, pois nem sempre o exemplar que se menciona no texto estava em bom estado de conservação, para permitir uma reprodução fotográfica de qualidade. De qualquer modo, cada figura tem a indicação da cota, como no caso anterior.

No Anexo I as imagens dizem respeito às instituições religiosas e são reproduções tiradas da obra de Luís Gonzaga Pereira que em 1833 desenhou a fachada ou outro aspecto dos estabelecimentos de Lisboa⁸¹. Os menos conhecidos (normalmente hospícios e recolhimentos) não têm imagem por não constarem da obra de Gonzaga Pereira e não se ter localizado nenhuma fonte coeva que pudesse suprir a falta.

O Anexo III está consagrado aos testemunhos sobre organização de bibliotecas, desde tabelas classificativas do século XVIII até às imagens de catálogos de instituições religiosas de Lisboa para melhor compreensão do aparato estético de alguns e ainda das práticas de descrição bibliográfica que se utilizavam, ou seja, os modelos de catalogação e de classificação presentes nestas bibliotecas. São acompanhadas de explicações e, no caso das Advertências que em muitos dos catálogos antecedem as referências bibliográficas e explicam os critérios usados, fizemos transcrição total. No capítulo III também se citam estes documentos sempre que adequados ao contexto que se desenvolve.

Uma última palavra sobre a Bibliografia: está dividida entre as Fontes manuscritas e a Bibliografia, propriamente dita que abrange textos impressos, monográficos e colectivos, bem como recursos electrónicos, nas línguas portuguesa, espanhola, francesa, inglesa e italiana. Alguns autores alemães que citamos, fazemo-lo sempre a partir de edições noutras línguas. Resulta, evidentemente, de uma recolha orientada para o objecto de estudo e sua contextualização. Nela coexistem textos antigos e actuais que foram fundamentais para a investigação desenvolvida e que são abundantemente citados ao longo dos capítulos e no Anexo I e outros cuja leitura parece menos evidente no contexto escrito. O mesmo se passa em relação às obras de

⁸¹ Utilizámos a reprodução impressa dos desenhos, em: *Monumentos sacros de Lisboa*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927.

referência que foram consultadas e não propriamente lidas. Temos a consciência de que outras haverá que não localizámos ainda que mantivéssemos a Bibliografia como “um trabalho em curso” até quase ao final da preparação da nossa dissertação.

CAPÍTULO II

AS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS DE VIDA CONSAGRADA EM LISBOA: ORIGENS, CONTEXTOS E CIRCUNSTÂNCIAS

II.1. Definição do objecto de estudo e opções metodológicas

A presença das ordens religiosas e suas instituições em Lisboa é uma evidência aos olhos de quem ainda hoje a visita, pela variedade de edifícios e pelos vestígios que deixaram na paisagem da cidade e na sua toponímia. É o reflexo visível da importância que tiveram nos fenómenos culturais, sociais, políticos e económicos do país e de Lisboa, em particular, desde a conquista da cidade por D. Afonso Henriques (1147).

Quando demos início a esta investigação, uma das primeiras preocupações metodológicas foi a de delimitar o universo que pretendíamos estudar ou seja, responder às questões básicas sobre o que são e quais são as instituições religiosas de vida consagrada e qual é o significado, alcance e âmbito da sua actuação. Assume-se, regra geral, que são os **conventos** e **mosteiros**, pois neles se processava o ideal de vida consagrada, em comunidade. Porém, as congregações religiosas que surgiram no século XVI vêm acrescentar um outro tipo institucional de vida comunitária: a **casa**, também ela orientada para uma consagração e ideal de vida religiosa. Se considerarmos ainda os **hospícios**, instituições normalmente destinadas a estadias temporárias por parte de religiosos, em viagem ou em convalescença, por exemplo, e ainda os **recolhimentos**, instituições que visavam um público feminino, normalmente sem votos, que deixava a vida em sociedade por razões familiares, para integrar um espaço comunitário religioso, verificamos que o universo é muito mais vasto. A primeira opção que tivemos de fazer foi, então, relativa ao tipo de instituições a incluir no estudo: conventos, mosteiros e casas ou, numa perspectiva mais abrangente, também os hospícios, recolhimentos e colégios que tivessem ligação à vida religiosa regular?

Optámos pela inclusão de todos os tipos de estabelecimentos que configuravam a existência de uma comunidade religiosa fosse ela orientada para a contemplação ou para a acção. A fundamentação desta escolha apoiou-se nas fontes e na bibliografia consultada que, ao tratar as instituições religiosas em termos quantitativos, sempre incluíam as diversas tipologias de estabelecimentos, como veremos já adiante. Apenas os hospitais não figuram no conjunto por terem toda uma organização e objectivos que não eram os da vida consagrada propriamente dita, e por essa razão, os deixámos de fora, com excepção daqueles que funcionavam também como hospício ou convento, caso do convento/hospital de S. João de Deus.

Para chegar a critérios objectivos e pertinentes de delimitação das fontes, utilizámos as informações fornecidas em 1762-1763 por João Baptista de Castro¹ que indica, com pormenor, para a cidade de Lisboa, entre outras, as diversas instituições regulares. A mesma perspectiva têm o padre Luís Cardoso² e frei Manuel de Figueiredo³ ainda que o elenco descritivo dos estabelecimentos religiosos não tenha a organização detalhada de João Baptista de Castro. Complementámos com os dados fornecidos por José Cornide⁴ e os de Adriano Balbi⁵, já do início do século XIX, que recorre a Castro mas confere e actualiza a informação com os dados dos censos de 1798 e 1801⁶. Nestas fontes, as instituições regulares são sempre tomadas na sua globalidade tipológica. Mais modernamente, serve de paradigma a sempre útil obra de Fortunato de Almeida, em especial na lista que faz das instituições regulares⁷. Particularmente relevante é o estudo de Fernando Taveira da Fonseca⁸ que se apoia, também, nos dados recolhidos em diversas fontes, nomeadamente as que atrás enunciámos, e os apresenta em quadros, de modo a fornecer uma visão sobre o número global de casas masculinas e femininas, as épocas das respectivas fundações e, no caso do quadro referente a 1821, também o número de religiosos. Para além dos elementos fornecidos pelo já citado João Baptista de Castro, este historiador utiliza os dados recolhidos no *Padrão*, de 1765, mandado elaborar pelo conde de Oeiras (1699-1782) a Manuel José Perinlongue⁹ e conclui a sua

¹ *Mappa de Portugal antigo e moderno*. Lisboa: na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763, vol. III.

² *Portugal sacro-profano*. Lisboa: na officina de Miguel Manescal da Costa, 1767-1768. 3 vol. Publicado sob o pseudónimo Paulo Dias de Nizza.

³ *Descrição de Portugal: apontamentos e notas da sua historia antiga e moderna, ecclesiastica, civil e militar*. Lisboa: na officina de Francisco Luis Ameno, 1788.

⁴ *Estado de Portugal en el año de 1800*. Madrid: viuda y hijos de Manuel Tello, 1893-1897, vol. III.

⁵ *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve*. Edição facsimilada. Lisboa : INCM, 2004, vol. II.

⁶ Para o censo de 1798 utilizámos *A população de Portugal em 1798: o censo de Pina Manique*. Com introdução de Joaquim Veríssimo Serrão. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1970. Para o de 1801, ordenado pelo presidente do Erário Régio, D. Rodrigo de Sousa Coutinho através do Aviso de 3 de Novembro de 1801, também compulsado por Adriano Balbi, é importante referir as *Instrucções geraes para se formar o cadastro ou mappa arithmetico-politico do reino...* Lisboa: Regia Officina Tipographica, 1801, da autoria de José António de Sá que corrobora esta visão integrada dos diversos tipos de instituições regulares.

⁷ *História da Igreja em Portugal*. Nova edição preparada por Damião Peres. Porto: Civilização, 1969, vol. III, p. 50-51.

⁸ FONSECA, Fernando Taveira da – Demografia eclesiástica. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. II, p. 47-59.

⁹ Tesoureiro da Casa da Índia, Perinlongue viria a ser nomeado, em 1767, moço da câmara do Guarda-Roupa do rei D. José (1714-1777). O conde de Oeiras (1699-1782) ordenou-lhe “que lhe tirasse hum Padrão ou Mappa do numero de almas que contém a Pouoação do nosso reino, comprehendidos os Conuentos, mas que destes lhe fizesse a conta separada tanto de frades como de freiras ou recolhidas”.

avaliação indicando que naquela data haveria 371 estabelecimentos masculinos e 121 femininos em todo o país, considerando as diversas tipologias atrás referidas.

A segunda opção metodológica fundamental era, evidentemente, a de delimitar o que se entendia por Lisboa. Desde o início da nossa investigação que tínhamos excluído considerar os limites da Lisboa actual, por razões sobejas onde avulta o facto de não haver coincidência geográfica, e de se entrar em contradição com o que pretendia ser uma leitura e um retrato, no final de Setecentos, da implantação dos estabelecimentos religiosos em Lisboa. Porém, mesmo procurando os limites da Lisboa da época, de qual Lisboa falaríamos, afinal? Da cidade ou também do seu termo? Começámos pela cidade por nos parecer a opção mais lógica para caracterizar o livro e a leitura no ambiente regular da capital. De acordo com José Cornide¹⁰, a delimitação era a seguinte: a Sul o Tejo, a Oriente o vale de Xabregas, a Ocidente a ribeira de Alcântara e a Norte, Arroios, S. Sebastião da Pedreira e Campolide. Esta opção tornava, no entanto, muito redutora a leitura da geografia dos institutos religiosos impedindo a percepção da implantação de certas ordens no entorno da cidade e deixando de fora zonas de grande concentração de construções, feitas por ordens diversas e em épocas diferentes. É o caso de zonas limites (ou mesmo para lá dos limites) da cidade, como Belém e Alcântara, a Ocidente ou Xabregas, Beato e Chelas a Oriente. Incluindo o seu termo, naturalmente que não podíamos escolher apenas as zonas que hoje em dia fazem parte da cidade, como Benfica, Telheiras, Olivais e Carnide, havia que incluir também Carnaxide, Linda-a-Velha, Póvoa de Santa Iria, Odivelas e Loures, só para dar alguns exemplos de locais que hoje se integram noutros concelhos.

Nessa conformidade, a definição do termo de Lisboa que aqui se utiliza é a que se descreve no censo de 1798, ordenado por Pina Manique¹¹ e que José Cornide utiliza

Cf. FERRO, João Pedro – *A população portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815)*. Lisboa: Presença, 1995, p. 93. Nesta obra transcreve-se o *Padrão*, a partir da cópia manuscrita que se conhece, então, no British Museum, Manuscript Department, colecção “Egerton”, nº 528, fol. 1-53.

¹⁰ *Ob. cit.*, vol. III, p. 10.

¹¹ V. *A população de Portugal em 1798: o censo de Pina Manique*. Com introdução de Joaquim Veríssimo Serrão. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1970. As freguesias de Lisboa e seu termo, cuja grafia actualizámos, são transcritas do *Mappa que mostra o numero de Freguezias que há em Lisboa, no seu termo e nas Comarcas do Reyno...*, e encontram-se detalhadas na nota 14, abaixo.

em 1801¹² e Adriano Balbi em 1822¹³. Estabelece para a capital e seu termo, 74 freguesias e 54891 fogos¹⁴.

Definida a tipologia institucional dos estabelecimentos religiosos, e delimitado o universo em termos geográficos, procedeu-se ao levantamento desses estabelecimentos, tendo-se apurado um total de 104, existentes no final do século XVIII. Excluem-se, naturalmente, os de Jesuítas, extintos em 1759 no quadro da expulsão da Companhia de Jesus¹⁵ e os que ficaram destruídos pelo terramoto de 1755, e não foram posteriormente

¹² *Ob. cit.*, vol. II, p. 371-375, no que respeita a Lisboa.

¹³ Consultou um exemplar existente no Arquivo Histórico Militar enquanto que na obra *A população de Portugal em 1798*, acima referida, se faz a transcrição de um exemplar existente nos Archives Historiques du Ministère de la Guerre, em Vincennes. Conforme esclarece Joaquim Veríssimo Serrão na sua Introdução, os exemplares são idênticos em conteúdo.

¹⁴ O elenco das freguesias, ordenado por bairros e divisões em Lisboa e termo é o seguinte: **Alfama**, Cidade: Santa Engrácia, Santo Estêvão, S. Vicente, S. Bartolomeu e Santa Marinha. Termo: Santa Maria dos Olivais, Nossa Senhora da Purificação de Sacavém, S. Bartolomeu da Charneca. **Rua Nova**, Cidade: S. Nicolau (em parte), S. Julião, Nossa Senhora da Conceição (em parte), Santa Maria Madalena (em parte), Santa Maria Maior (em parte). Termo: Santa Maria de Loures, S. Pedro de Almargem do Bispo, Santo Estêvão das Galés, S. Pedro de Lousa. **Romulares**, Cidade: S. Julião (em parte), S. Paulo, Nossa Senhora dos Mártires. Termo: S. João Baptista do Lumiar (em parte), Nossa Senhora da Ameixoeira, S. Lourenço de Carnide. **Bairro Alto**, Cidade: Nossa Senhora da Encarnação, Santa Isabel, S. Mamede, Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora das Mercês (em parte), Coração de Jesus (em parte), S. Sebastião da Pedreira (em parte), Nossa Senhora da Lapa (em parte), S. Pedro em Alcântara (em parte). Termo: S. Julião de Frielas, Nossa Senhora da Encarnação da Apelação. **Belém**, Cidade: Nossa Senhora da Ajuda, S. Pedro em Alcântara (em parte), Santa Isabel (em parte), S. Sebastião da Pedreira (em parte). Termo: Nossa Senhora do Amparo de Benfica, Nossa Senhora da Misericórdia de Belas (em parte), S. Pedro de Barcarena, S. Romão de Carnaxide. **Rossio**, Cidade: S. Lourenço, S. Cristóvão, Santa Justa, Santa Maria Madalena (em parte), S. Nicolau (em parte), Nossa Senhora da Conceição (em parte). Termo: Nossa Senhora da Purificação de Bucelas, S. Tiago dos Velhos. **Limoeiro**, Cidade: Santa Maria Madalena (em parte), Santa Maria Maior (em parte), S. Martinho, S. Tiago, S. Cristóvão (em parte), S. João da Praça (em parte). Termo: Santa Iria da Póvoa, S. João Baptista da Talha. **Ribeira**, Cidade: S. Miguel, S. João da Praça (em parte). Termo: Santo Antão do Tojal, S. Julião do Tojal, Nossa Senhora da Assunção de Vialonga, S. Sebastião da Granja. **Mocambo**, Cidade: S. Paulo (em parte), Santos o Velho, Nossa Senhora da Lapa (em parte), S. Pedro em Alcântara (em parte). **Santa Catarina**, Cidade: Nossa Senhora das Mercês (em parte), Santa Catarina. Termo: Nome de Jesus em Odivelas, S. João Baptista do Lumiar (em parte), Santo Adrião da Póvoa, S. Miguel do Milharado, Santos Reis do Campo Grande. **Castelo**, Cidade: Santa Cruz, S. Tomé, Salvador, Santo André, S. Tiago (em parte), S. Vicente (em parte), Santa Engrácia (em parte), Nossa Senhora dos Anjos (em parte), Santa Maria (em parte), S. Jorge (em parte). Termo: S. Silvestre de Unhos, S. Tiago de Camarate, S. Saturnino de Fanhões. **Mouraria**, Cidade: S. Jorge (em parte), Nossa Senhora dos Anjos (em parte), Nossa Senhora do Socorro, Santo André (em parte), Nossa Senhora da Pena (em parte). Termo: S. Lourenço de Arranhol, Santa Maria de Loures (em parte), Nossa Senhora da Purificação de Sapataria. **Andaluz**, Cidade: Coração de Jesus (em parte), S. José, S. Sebastião da Pedreira (em parte), Nossa Senhora da Pena (em parte). Termo: Santo Estêvão das Galés (em parte), Nossa Senhora da Piedade e S. Quintino.

¹⁵ Ordenada pela Carta Régia de 3 de Setembro de 1759, publicada em *Collecção das leys, decretos e alvarás, que comprehende o feliz reinado Del Rey Fidelíssimo D. Jozé o I. nosso Senhor, desde o anno de 1750 até o fim de Maio de 1761...* Lisboa: na officina de Miguel Rodrigues, 1771. 1 vol., pag. var. Ainda que, como é óbvio, as instituições da Companhia de Jesus em Lisboa não façam parte da contagem tal não significa que, adiante, não se lhes faça a adequada referência, a propósito do movimento fundacional de estabelecimentos religiosos na capital.

reactivados, como os conventos de Santa Clara e da Anunciada. Tendo em conta os cerca de quinhentos que existiriam em todo o país e de que atrás se deu referência (neles se incluindo ilhas e ultramar), vemos que só em Lisboa e seu termo se regista um quinto do total das instituições regulares.

As principais fontes continuam a ser os autores religiosos que historiaram as respectivas ordens¹⁶ no que a Portugal (ou mesmo a Lisboa) dizia respeito, ainda que a bibliografia posterior, com destaque para os já citados João Baptista de Castro, no século XVIII e Fortunato de Almeida, no século XX, os utilizem abundantemente. Falamos, em especial, dos cronistas Agostinho de Santa Maria (1642-1728), OEDSA¹⁷; Tomás Caetano de Bem (1718-1797), CR¹⁸; Luís de Sousa (1555-1632) e seu continuador Lucas de Santa Catarina (1660-1740), OP¹⁹; Belchior de Santa Ana (1602-1664), OCD²⁰; Manuel da Esperança (1586-1670) e o seu continuador Fernando da Soledade (1673-1737), OFM²¹; José Pereira de Santa Ana (1696-1759), O Carm²²; Maria Madalena de S. Pedro (1658-1747), da Ordem de Santa Brígida²³; Jerónimo de Belém (1692-1760?), OFM Prov. Algarves²⁴; Francisco de Santa Maria (1653-1713), CSSJE²⁵; Henrique de Santo António (1682-1753), OSPPE²⁶; Nicolau de Santa Maria (?-1675), CRSA²⁷; Jerónimo de S. José (1719-1809), OSST²⁸; Jacinto de S. Miguel

¹⁶ Estes autores estão referenciados com a sigla da respectiva ordem religiosa. Cf. Lista de abreviaturas.

¹⁷ *Historia tripartita comprehendida em tres tratados, no primeyro se descrevem as vidas... dos santos martyres Veríssimo, Máxima & Julia..., no segundo se dá noticia da vinda & pregação do Apostolo Santiago..., no terceyro se descrevem os princípios do Real Convento de Santos...* Lisboa Occidental: na officina de António Pedrozo Galram, 1724.

¹⁸ *Memorias historicas chronologicas da sagrada religião dos Clérigos Regulares em Portugal...* Lisboa: na Regia Officina Typografica, 1792-1794. 2 vol.

¹⁹ *...Historia de S. Domingos particular do reyno e conquistas de Portugal por Fr. Luis de Cacegas... reformada em estilo & ordem & ampliada em successos & particularidades...* Lisboa: por Geraldo da Vinha [etc.], 1623-1733. 4 vol.

²⁰ *Chronica de Carmelitas Descalços particular do reyno de Portugal e Província de Sam Felipe.* Lisboa: na officina de Henrique Valente de Oliveira [etc.], 1657-1753. 3 vol.

²¹ *Historia seráfica chronologica da Ordem de S. Francisco na província de Portugal...* tomo III...Lisboa: na officina de Manoel & Joseph Lopes Ferreyra, 1705.

²² *Chronica dos Carmelitas da Antiga e Regular Observância nestes Reynos de Portugal, Algarves e seus domínios...* Lisboa: na officina de António Pedrozo Galram, 1745-1751. 2 vol.

²³ *Noticias fielmente relatadas dos custosos meyoys por onde veyo a este reino de Portugal a religião brigítana que se intitula a Ordem de S. Salvador e da...fundação...deste Convento de Nossa Senhora da Conceição de Marvilla...* Lisboa: na off. de Miguel Manescal da Costa, 1745.

²⁴ *Chronica seráfica da Santa Província dos Algarves da regular observancia...* Lisboa: na officina de Ignacio Rodrigues [etc.], 1750-1758. 4 vol.

²⁵ *O ceo aberto na Terra: historia das sagradas Congregações de S. Jorge em Alga... & de S. João Evangelista em Portugal...* Lisboa: na officina de Manoel Lopes Ferreyra, 1697.

²⁶ *Chronica dos Eremitas da Serra d'Ossa.* Lisboa: na officina de Francisco da Sylva, 1745-1752. 2 vol.

²⁷ *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho...* Em Lisboa: na officina de Joam da Costa, 1668. 2 vol.

(1692-c.1763), OSH²⁹; António da Piedade (1675-1731) e seu continuador José de Jesus Maria (1690-1752), OFM Prov. Arrábida³⁰; Manuel de Monforte (16---1711), OFM Prov. Soledade³¹; António da Purificação, (1601-1658), OESA³²; Pedro Monteiro, (1662-1735), OP³³; e Vicente Salgado (1732-1802), OFM Tr³⁴. Outra fonte com interesse, se bem que eivada de episódios de duvidosa veracidade (o que também sucede muitas vezes nas crónicas), é a anónima *História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa*, elaborada em meados do século XVIII, muito provavelmente pelo jesuíta Jerónimo de Castilho e que permaneceu manuscrita até à sua edição por Durval Pires de Lima³⁵. Dessa época foi para nós de grande importância a obra de João Baptista de Castro, atrás referida, onde a propósito das diversas freguesias de Lisboa e seu termo existem importantes dados acerca dos vários estabelecimentos regulares.

Utilizámos ainda para o levantamento mais minucioso destas instituições a obra de Luís Gonzaga Pereira³⁶ que, não tendo preocupações de grande fiabilidade histórica, tem a vantagem de incluir informação sobre conventos, mosteiros, casas religiosas, hospícios e recolhimentos, sistematizada por ordem religiosa e dividida por género. Para cada um fez Luís Gonzaga Pereira um desenho e uma apreciação sobre o estado do edifício e destino da sua comunidade pois a obra foi terminada poucos anos após a extinção dos conventos masculinos em 1834, o que lhe acrescenta, ainda, uma importância particular.

Na bibliografia moderna que utiliza as obras dos cronistas das ordens, destacamos Fortunato de Almeida e, naturalmente, as recentes publicações *História*

²⁸ *Historia chronologica da esclarecida Ordem da Santíssima Trindade...* Lisboa: na off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1789-1794. 2 vol.

²⁹ *Tratado histórico das Ordens Monásticas de S. Jeronymo e S. Bento.* Lisboa Occidental: na Officina da Musica, 1739-1761. 3 vol.

³⁰ *Espejo de penitentes e Chronica da Província de Santa Maria da Arrábida...* Lisboa Occidental: na officina de Joseph António da Sylva, 1728-1737. 2 vol.

³¹ *Chronica da Província da Piedade, primeira capucha de toda a Ordem...* Segunda impressão. Lisboa: na officina de Miguel Manescal da Costa, 1751.

³² *Chronica da antiquíssima Província de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho...* Em Lisboa: por Manuel da Sylva, 1642.

³³ *Claustro dominicano...* Lisboa Occidental: na officina de António Pedrozo Galram, 1729.

³⁴ *Memorias ecclesiasticas do reino dos Algarves.* Lisboa: Regia Officina Typografica, 1786.

³⁵ *História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa...* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1952-1970. 2 vol.

³⁶ *Monumentos sacros de Lisboa em 1833.* Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927. Reprodução do manuscrito nº 215 existente na BN.

*religiosa de Portugal*³⁷ e *Dicionário de história religiosa de Portugal*³⁸ em cujas entradas se encontram abundantes referências a propósito da história das ordens religiosas e informações mais fundamentadas sobre as suas instituições bem como o *Dicionário histórico das ordens e instituições afins em Portugal*³⁹, a elas inteiramente dedicado. Para as ordens e instituições anteriores ao concílio de Trento (1545-1563), foi fundamental o guia histórico preparado sob a direcção de Bernardo de Vasconcelos e Sousa⁴⁰. Destaquemos ainda o *Dicionário de história da Igreja em Portugal*⁴¹ que apesar de incompleto, contém entradas de grande importância para este contexto.

O cotejo entre a informação proveniente das várias fontes e da bibliografia, em especial a de publicação mais recente, levantou-nos várias questões. A primeira releva do facto de existirem no conjunto das 104 instituições, algumas para as quais foi fácil encontrar elementos para a sua história; outras, pelo contrário, ficam muito lacunares em informação e estão nesse caso sobretudo os hospícios e recolhimentos cuja pesquisa apresentou várias dificuldades, sobretudo na definição de datas fundacionais e de encerramento, e até na própria história institucional, por falta de dados concretos e fiáveis. Tivemos ainda que lidar com outro tipo de problemas que deriva de uma utilização persistente das mesmas fontes, sem qualquer crítica, em alguns casos ao longo de anos e que está na origem de confusões entre estabelecimentos com o mesmo nome ou com nomes semelhantes, imprecisões cronológicas quanto às datas de fundação e de encerramento e erros na atribuição de edifícios às respectivas ordens religiosas, nuns casos porque pelo mesmo edifício passaram várias ordens, noutros porque a invocação do edifício parece apontar para uma determinada ordem quando não é essa a realidade. Tal situação acontece, por exemplo, com o convento de S. Bento de Xabregas que pertenceu aos Clérigos Seculares de S. João Evangelista, vulgo Lóios e que já encontrámos referido como convento beneditino.

³⁷ AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001. Com interesse, sobretudo, o 2º volume, “Humanismos e reformas”, coordenado por João Francisco Marques e António Camões Gouveia.

³⁸ AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001. 4 vol.

³⁹ FRANCO, José Eduardo, dir. – *Dicionário histórico das ordens e instituições religiosas afins em Portugal*. 1ª edição. Lisboa: Gradiva, 2010.

⁴⁰ *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento: guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

⁴¹ ANDRADE, António Alberto Banha de, dir. – *Dicionário de história da Igreja em Portugal*. Lisboa: Editorial Resistência, 1980-1983. 2 vol.

Também a natureza do estabelecimento levantou alguns problemas: desde logo com a confusão entre convento e mosteiro que resolvemos por recurso à natureza da ordem religiosa a que pertencia e não ao género como as crónicas das ordens e as fontes e bibliografia mais antigas muitas vezes parecem apontar. Neste aspecto, muito nos auxiliou a mais recente bibliografia consultada, desde logo as publicações da Torre do Tombo⁴² que reputamos de autoridade para este efeito, não esquecendo o contributo dado pelo guia histórico anteriormente referido⁴³ onde se optou pela uniformização das designações das casas de acordo com as formas de vida a que correspondiam. A designação de convento foi assim usada para as instituições das ordens mendicantes e militares sendo o termo mosteiro utilizado para as instituições das ordens monásticas e para as de cónegos, com excepção da Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista, por ser uma fundação tardia.

No respeitante às casas pertencentes a congregações religiosas como a do Oratório ou a da Missão, mantivemos essa designação, como é óbvio, mas tivemos de fazer opções quanto ao nome institucional. Por exemplo, a casa de S. João e S. Paulo da Congregação da Missão aparece mais vezes referida como casa de Lisboa. Esse mesmo nome é dado também à casa do Espírito Santo, da Congregação do Oratório pelo que escolhemos os nomes institucionais de uma e de outra e não considerámos o nome que apenas identificava o lugar, apesar de muito mencionado, por dar origem a confusão. Vários casos de conventos aparecem referidos em alguma bibliografia como colégios, hospícios ou recolhimentos. Procurou-se alargar a investigação a fim de alcançar elementos fiáveis para optar pela forma correcta, mas há que reconhecer que nem sempre foi possível ter certezas. Daí que alguns nomes tenham uma combinação de duas formas, por exemplo convento e hospício, até porque os vemos nomeados, mesmo à época, de uma ou de outra maneira, indiferentemente, como é exemplo o convento de Nossa Senhora da Conceição e Santo António da Carreira dos Cavalos, também designado hospício real de Nossa Senhora da Conceição.

Vários casos exigiram maior cuidado na investigação e, dos mais importantes, damos conhecimento nas notas históricas que lhes dizem respeito incluídas no Anexo I

⁴² *Guia sumário de fundos e colecções do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. II Parte: Instituições eclesíásticas.* Lisboa: IANTT, 2002 e *Inventário: Ordens monástico/conventuais.* Lisboa: IANTT, 2002.

⁴³ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir, - *ob. cit.*

a que mais adiante nos referiremos ou no decorrer deste capítulo quando desses estabelecimentos se falar. Por último, e antes de examinarmos o conjunto institucional com mais pormenor, diga-se também que os próprios nomes ou tipologia de alguns estabelecimentos também nos suscitaram, algumas vezes, dúvidas. Quanto aos nomes, é o caso daqueles que mudaram de invocação, por exemplo o convento de S. Francisco de Xabregas que também foi conhecido por convento de Nossa Senhora de Jesus e também daqueles que ficaram conhecidos por nomes simplificados, por exemplo convento do Salvador e não do Santíssimo Rei Salvador ou convento da Esperança e não de Nossa Senhora da Piedade da Esperança. Procurámos respeitar a invocação original mas sempre que a consagração pelo uso ou até a forma como o convento vem nomeado na marca de posse dos seus livros nos permite fazer outra opção, não deixámos de a considerar. Nunca escolhemos as formas do nome que não continham elementos relativos à invocação mas apenas vulgarizações sobre a comunidade, por exemplo convento das Bernardas, convento das Inglesinhas, convento dos Barbadinhos italianos, convento das Trinas do Mocambo, convento dos Lóios, entre outros.

Apresentadas estas considerações metodológicas fundamentais à estrutura, configuração e desenvolvimento desta dissertação/tese, é ainda importante mencionar, para já, que o resultado da investigação para o levantamento dos estabelecimentos regulares da capital no final do século XVIII, se encontra elencado no Anexo I onde organizámos alfabeticamente por ordem/congregação religiosa as fichas individuais das diversas instituições que lhes estavam afectas, divididas em masculinas e femininas, quando apropriado, e com uma breve notícia histórica onde avultam as informações sobre a existência de biblioteca e de livros com marcas dessas proveniências nas colecções da BNP. Seguimos de perto o modelo de ficha usado pela equipa que elaborou o guia histórico sobre as ordens religiosas até Trento⁴⁴ que se revelou da maior utilidade e que adaptámos de forma a incluir os campos próprios para caracterizar as bibliotecas.

Na elaboração das fichas seguimos alguns princípios metodológicos que passamos a detalhar. Em primeiro lugar, fica claro que, no âmbito desta dissertação, não pretendemos enveredar pela análise artística e/ou estética dos edifícios conventuais,

⁴⁴ *Id., ibid..*

ainda que seja nessa matéria que a bibliografia monográfica sobre conventos e mosteiros mais se destaca. Não deixámos, porém, de assinalar a dimensão do edifício pela correlação com a da respectiva biblioteca e com a extensão da comunidade que dela podia usufruir. Ficam também de fora as considerações relativas à evolução das comunidades, ao seu património (com excepção do bibliográfico, claro) e ao eventual envolvimento político de alguns dos seus membros na vida do país ou da cidade de Lisboa. Realçamos, no entanto, os aspectos que, na história do estabelecimento, possam ter impacto directo na constituição e preservação da respectiva biblioteca, como é o caso das consequências do terramoto de 1755, e acompanhamos na ficha individual, o destino do edifício, da comunidade e obviamente o dos seus livros, quando lhes conhecemos a existência. Destacámos todos os elementos que nos foi possível recolher sobre a biblioteca, nomeadamente dimensão e catálogos ou inventários que registem os respectivos acervos e ilustramos as fichas com imagens do estabelecimento e da marca de posse usada pela respectiva biblioteca para identificar a propriedade, sempre que delas dispomos. Para obstar ao problema da variedade de nomes pelo qual o mesmo estabelecimento pode ser conhecido e que atrás se mencionou, o Anexo I compreende um índice alfabético em que figuram todas as formas possíveis dos nomes (pelo menos as que encontrámos referidas em fontes e na bibliografia) com as necessárias remissivas para a forma escolhida. Pensamos ser um instrumento que, pelas suas características, poderá ser de utilidade para futuras investigações.

Num domínio tão complexo e mal conhecido como é a história das instituições regulares de Lisboa, dificilmente podemos ter certezas e valores absolutos, pelo que o contributo que pretendemos dar terá, eventualmente, opções menos conseguidas e até falhas também. No dizer de António Camões Gouveia: “Falar de ordens religiosas durante o Antigo Regime pressupõe, quase sempre, a afirmação da sua proliferação [...] Todos [os dados] devem ser tidos em reserva enquanto não tivermos estudos parcelares mais fiáveis sobre cada uma das ordens, seus membros e respectiva distribuição geográfica”⁴⁵.

⁴⁵ O enquadramento pós-tridentino e as vivências do religioso. In: MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, quarto vol. – O Antigo Regime (1620-1807). Coord. António Manuel Hespanha, p. 293-294.

II.2. Contextos fundacionais das instituições religiosas de Lisboa

Passamos agora a analisar de que modo se processou a implantação das ordens religiosas em Lisboa e as circunstâncias em que ocorreu a fundação dos respectivos estabelecimentos, não esquecendo os aspectos ligados ao contexto social e político em que surgiram, à iniciativa presente em cada nova fundação, à potencial utilidade que lhes foi dada, à envolvente geográfica em que se inseriram, à relevância que tiveram para a ordem religiosa a que pertenciam e, naturalmente, para a história de Lisboa.

Optámos pela apresentação cronológica que se inicia com a fundação de instituições religiosas logo após a conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques e que termina com o último estabelecimento religioso inaugurado por D. Maria I, ou seja, por um longo arco cronológico entre 1147 e 1784⁴⁶. Evidentemente que vamos também referindo as ordens e os estabelecimentos que já não existiam no final do século XVIII para que as linhas-de-força que se inferem do movimento fundacional de instituições religiosas em Lisboa sejam sempre vistas na sua globalidade.

No final da apresentação inserimos um Quadro que apresenta sumariamente as instituições que existiam no terminar de Setecentos, onde se incluem os elementos que consideramos fundamentais para as caracterizar, nome, data de fundação e de extinção, ordem a que pertenciam, género e freguesia em que se localizavam. As casas estão organizadas por ordem cronológica da sua fundação, na capital e acompanham assim a descrição que adiante faremos. A partir do Quadro faremos várias leituras, desde logo sobre a dinâmica e a lógica fundacional e construtiva mas também sobre a distribuição dos estabelecimentos na mancha urbana e suburbana, a distribuição por ordem/congregação religiosa e dentro dela por género.

Para esta caracterização no espaço geográfico constituído por Lisboa e seu termo, utilizámos de forma sistemática a mais relevante bibliografia sobre Lisboa, desde os autores mais antigos como Cristóvão Rodrigues de Oliveira⁴⁷, Nicolau de Oliveira⁴⁸,

⁴⁶ A data de 1147 refere-se à fundação do mosteiro de S. Vicente de Fora e a de 1784 à fundação do convento da Visitação de Santa Maria. V. adiante Quadro I para a cronologia dos estabelecimentos religiosos de Lisboa.

⁴⁷ *Summario em que brevemente se contem algumas cousas (assi ecclesiásticas como seculares) que há na cidade de Lisboa*. Lisboa: Biblion, 1938. Fac-símile da edição de Lisboa: Germão Galharde, 1554.

⁴⁸ *Livro das grandezas de Lisboa*. Lisboa: Jorge Rodriguez, 1620. Edição moderna com apresentação e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

João Brandão⁴⁹, de Buarcos e Damião de Góis⁵⁰ até aos olissipógrafos como Angelina Vidal⁵¹, Rocha Martins⁵², Gustavo de Matos Sequeira⁵³, Luís Pastor de Macedo⁵⁴ e Norberto Araújo⁵⁵ e, por fim, aos contemporâneos com destaque para José-Augusto França⁵⁶ que nos proporciona uma visão cronológica e de conjunto que se complementa, para períodos específicos, com outros autores como Fernando Castelo Branco⁵⁷, Helder Carita⁵⁸, Vítor Serrão⁵⁹, Leonor Ferrão⁶⁰, José Sarmento de Matos⁶¹ e Raquel Henriques da Silva⁶². Há ainda a considerar recentes catálogos de exposições, de que destacamos dois, organizados pelo Gabinete de Estudos Olissiponenses da Câmara Municipal de Lisboa⁶³. No âmbito das obras colectivas destacamos os *Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa*⁶⁴ e o *Dicionário da história de Lisboa*⁶⁵ que ajudaram a conhecer a realidade das instituições religiosas em Lisboa e que sobre elas forneceram elementos importantes, nomeadamente sobre a sua localização e estado actual do

⁴⁹ *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*. Org. e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

⁵⁰ *Descrição da cidade de Lisboa*. Trad. do latim, introd. e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1988 e *Elogio da cidade de Lisboa = Urbis Olisiponis descriptio*. Texto latino e versão portuguesa de Damião de Góis; introd. Ilídio do Amaral; apres., ed. crítica, trad. e coment. Aires A. Nascimento. Lisboa: Guimarães Editores, 2002.

⁵¹ *Lisboa antiga e Lisboa moderna: elementos históricos da sua evolução*. 2ª edição. Lisboa: Vega, 1994.

⁵² *Lisboa de ontem e de hoje: as colinas da cidade*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946.

⁵³ *Lisboa antiga: bairros orientais*. Júlio de Castilho, revista e anotada por Gustavo de Matos Sequeira. 4.ª edição. Lisboa: Sociedade Tipográfica, 1981 e *Depois do terramoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1967.

⁵⁴ *Lisboa de lés a lés: subsídios para a história das vias públicas da cidade*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1940-1943. 5 vol.

⁵⁵ *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, [1938-1939]. 16 fascículos.

⁵⁶ *Lisboa: história física e moral*. 2.ª edição revista. Lisboa: Livros Horizonte, 2009. V. também deste autor, *Lisboa pombalina e o iluminismo*. Lisboa: Bertrand, 1977.

⁵⁷ *Lisboa seiscentista*. 4.ª edição. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

⁵⁸ *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

⁵⁹ Lisboa maneirista: oito notas a propósito da imagem da cidade nos anos 1557-1668. In: MOITA, Irivalva, coord. – *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, p. 195-206.

⁶⁰ Lisboa barroca da Restauração ao terramoto de 1755: desenvolvimento urbanístico, os palácios e os conventos. In: *Ibid.*, p. 239-282.

⁶¹ MATOS, José Sarmento de; PAULO, Jorge Ferreira – *Caminho do Oriente: guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. 2 vol.

⁶² *Lisboa romântica: urbanismo e arquitectura, 1777-1874*. Tese de Doutoramento em História de Arte, apresentada à FCSH-UNL. Lisboa: [s.n.], 1997. 2 vol.

⁶³ *História de Lisboa: tempos fortes*. Concepção e direcção José Manuel Garcia. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Direcção Municipal de Cultura, 2009 e *Lisboa do século XVII: "a mais deliciosa terra do mundo"*. Coord. José Manuel Garcia. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Direcção Municipal de Cultura, 2008.

⁶⁴ *Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa*. Lisboa: Junta Distrital de Lisboa, 1962-2007. Especialmente o 5ª volume, em 5 tomos.

⁶⁵ SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. – *Dicionário da história de Lisboa*. Sacavém: Carlos Quintas & Associados, Consultores, 1994.

edifício. Por fim, mencionamos dois sítios Web que foram também auxiliares valiosos: o <http://monumentos.pt> da extinta Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o <http://revelarlx.cm-lisboa.pt> da Câmara Municipal de Lisboa, qualquer deles com um conjunto de fichas individuais relativas a monumentos de Lisboa, analisadas de forma diversa, no primeiro caso privilegiando o significado artístico do monumento e as intervenções que sofreu, no segundo valorizando mais a história do monumento.

II.2.1. Institutos e instituições religiosas na primeira dinastia: da implantação discreta à consolidação

Na Lisboa medieval a vida monástica instala-se, logo após a conquista de Lisboa, com a edificação do mosteiro de S. Vicente de Fora, em 1147, entregue aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho a quem já pertencia o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, consagrando assim uma preferência de D. Afonso Henriques (r.1143-1185) por esta ordem religiosa. É essa predilecção que levará este monarca a conceder-lhes, mais tarde, a ermida do século VII criada para celebrar as relíquias do mártir S. Félix (séc. IV) e que tivera já, durante o seu reinado, nas mãos dos Templários, para que construíssem um mosteiro feminino que será o de Santa Maria de Chelas. Os Cónegos Regrantes tinham surgido na sequência do Sínodo de Latrão (1059), inserindo-se no movimento de regulamentação de comunidades monásticas independentes que observavam a Regra de Santo Agostinho. Em Portugal, entraram em 1131, data da fundação do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, participando tal como a Ordem de S. Bento e a de Cister, na consolidação do reino de Portugal. A sua missão principal era a formação do clero, daí terem concedido sempre grande importância à dimensão pedagógica⁶⁶.

Logo no início do século XIII, começam a chegar a Portugal as recém-criadas ordens mendicantes de franciscanos e dominicanos, no âmbito de profundas mutações

⁶⁶ V. a propósito GOMES, Saúl António – Cónegos Regulares de Santo Agostinho. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *ob. cit.*, vol. I, p. 429-434; MARTINS, Armando Alberto – Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. In: FRANCO, José Eduardo, dir., *ob. cit.*, p. 276-281 e SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir., *ob. cit.*, p. 173-177. Para os aspectos fundacionais de S. Vicente de Fora e de S. Félix de Chelas veja-se a mesma obra, p. 200-202 e 209-210, respectivamente.

na espiritualidade medieval⁶⁷. Em Lisboa, os Franciscanos instalam-se em 1217 numa zona alta da cidade, junto da ermida de Nossa Senhora dos Mártires, numa extensão importante de terras que iam até à porta baixa da cidade. Estava-se no reinado de D. Afonso II (r.1211-1223) mas é já no de D. Sancho II (r.1223-1248) que entram em Lisboa os Dominicanos e se estabelecem no Rossio da cidade que era, então, “um espaço residual do burgo”⁶⁸. Este tipo de ordens, como se sabe, floresce em espaço urbano, contribuindo através do desempenho de tarefas de missionação e pregação a que se foi juntando o desenvolvimento de estudos, para dar uma resposta da Igreja “às exigências da urbanização e da nova época”⁶⁹. Estes dois estabelecimentos que se irão ampliando não só no edifício mas no espaço circundante, foram de invocação dos fundadores das respectivas ordens, S. Francisco e S. Domingos. No campo feminino, é importante assinalar, em zona fora da cidade, a criação do convento de Santos em 1233, também no reinado de D. Sancho II. Tem origem na ermida de Nossa Senhora do Paraíso, em Santos-o-Velho, num vasto terreno consagrado por D. Afonso Henriques aos mártires de Lisboa, os irmãos Veríssimo, Máxima e Júlia, mandados executar cerca de 303, no tempo do imperador Diocleciano (284-305). Esse espaço fora doado por D. Sancho I (r.1185-1211) à Ordem de Santiago no ano de 1194. Os freires, porém, quando se erigiu no reinado de D. Sancho II o estabelecimento de Alcácer do Sal, transferiram-se para ele. Assim, o convento de Lisboa veio a ser ocupado mais tarde, após a instituição da Ordem das Comendadeiras de Santiago, ficando destinado a acolher familiares do sexo feminino de membros da ordem, que podiam ter ou não votos⁷⁰. Os diversos cercos a Lisboa irão provocar destruições no convento, as quais,

⁶⁷ V. acerca deste movimento, o indispensável LE GOFF, Jacques – *La civilisation de l'Occident médiéval*. Paris : Arthaud, 1977. Para a implantação em Portugal da Ordem dos Frades Menores v. ANDRADE, Maria Filomena – Franciscanos. In: FRANCO, José Eduardo, dir., *ob. cit.*, p. 158-169; MOREIRA, António Montes – Franciscanos. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir., *ob. cit.*, vol. II, p. 273-280 e SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir., *ob. cit.*, p. 255-263 e 307-337.

Para a da Ordem dos Pregadores, FARIA, Ana Leal de – Dominicanos. In: FRANCO, José Eduardo, dir., *ob. cit.*, p.138-152; ROLO, Raul de Almeida – Dominicanos. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir., *ob. cit.*, vol. II, p. 82-88 e SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir., *ob. cit.*, p. 369-374.

⁶⁸ FRANÇA, José-Augusto, *ob. cit.*, p. 69.

⁶⁹ ARAÚJO, António de Sousa – Nota histórica [Forma de vida mendicante]. In: SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir., *ob. cit.*, p. 251.

⁷⁰ V. em relação à Ordem de Santiago FONSECA, Luís Adão da – Ordens militares. 3. A Ordem de Santiago. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir., *ob. cit.*, vol. III, p. 338 e SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir., *ob. cit.*, p. 475-480.

Para as comendadeiras de Santos v. MATOS, José Sarmiento de – O recolhimento de Santos o Novo das Comendadeiras de Santiago. *Monumentos: revista da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais*. Nº 15, Set. 2001, p. 9-13 e SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir., *ob. cit.*, p. 484-485.

agravadas pela localização geográfica afastada do centro da cidade, terão motivado a transferência da comunidade em várias ocasiões. Só, porém, no reinado de D. João II (r.1481-1495) será tomada a iniciativa da transferência definitiva para a zona oriental limítrofe da cidade no lugar que ficou conhecido por Santos-o-Novo, como adiante referiremos.

A elevação de Lisboa a capital do reino em 1255 ditará a progressiva expansão da vida religiosa regular. No longo reinado de D. Dinis (r.1279-1325), encontramos um núcleo importante de novas instalações de ordens e construção de conventos que vieram a ter um papel determinante na cidade de Lisboa e seu termo. Começamos pela entrada da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho que, ainda no reinado de D. Afonso III (r.1248-1279), se encontraria já ligada à comunidade eremítica que tomara conta da ermida de S. Gens, sendo que, em 1271, já estava instalada em convento próprio sob invocação de Santo Agostinho, no local da ermida⁷¹. A ordem fora instituída em 1256 por iniciativa do papa Alexandre IV. Teve a sua origem em Itália e expandiu-se rapidamente pela Europa. Os seus objectivos, para além da oração, eram o ensino, a pregação e outras actividades de apostolado⁷². Destacaram-se pela importância dada aos estudos e à investigação filosófica e teológica. Essa primeira fundação na ermida durou pouco tempo pois, já no tempo de D. Dinis foi fundado, em 1305, um novo estabelecimento consagrado a Nossa Senhora da Graça e que teve grande importância desde logo pela sua ligação aos Estudos Gerais e, como instituição regular de prestígio, até pelo seu grande porte, ao longo dos séculos.

No final do século XIII, em 1292, ocorre a fundação do primeiro estabelecimento de Clarissas em Lisboa, o convento de Santa Clara, de iniciativa particular, situado não muito distante do mosteiro de S. Vicente de Fora, integrando uma zona da urbe que, anos mais tarde continuará a atrair casas religiosas. A Ordem de Santa Clara pertence à família franciscana onde é considerada a Segunda Ordem. Foi fundada por Santa Clara de Assis (1194-1253) que acompanhou o desenvolvimento do ideário de S. Francisco de Assis (1182-1226) e organizou a primeira comunidade

⁷¹ V. VENTURA, Leontina – *D. Afonso III*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

⁷² V. para a Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, no geral, SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir., *ob. cit.*, p. 419-422 e para a implantação em Portugal, ALONSO, Carlos – Agostinhos. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir., *ob. cit.*, vol. I, p. 27-30 e SILVA, Cristiana Lucas; FONTES, João Luís Inglês – Agostinhos. In: FRANCO, José Eduardo, dir., *ob. cit.*, p.39-49.

feminina dedicada à vida monástica contemplativa e aos ideais de pobreza e apostolado. A ordem expandiu-se rapidamente pela Europa e em Portugal entrou em 1258 e teve grande expressão no território português⁷³. Tal como o convento de S. Francisco, Santa Clara veio a ser um edifício de grandes dimensões, que albergava ao tempo do terramoto de 1755, que o destruiu, uma comunidade de mais de 200 freiras⁷⁴.

Nesse mesmo ano de 1305 é fundado um mosteiro feminino da Ordem de Cister, em Odivelas, por iniciativa directa do rei, que foi um instituto rico pelas doações recebidas e de grande envergadura. Os Cistercienses, ligados às origens de Portugal e com uma rede importante de mosteiros no país, localizam-se então perto da capital⁷⁵. Porém, só séculos mais tarde, já na época de Quinhentos, se estabeleceram em Lisboa, como teremos ocasião de referir, de uma forma discreta. À rainha D. Isabel de Aragão (1271-1336) deve-se a instalação, no monte fronteiro ao da Graça, do convento da Santíssima Trindade, pertencente à ordem homónima e cuja missão era, primordialmente, a redenção de cativos. A respectiva regra fora aprovada em 1198 e, poucos anos depois, em 1207, entrou em Portugal e instalou-se em Santarém. Foi-lhe reconhecido o seu papel no período da reconquista peninsular, tendo os Trinitários recebido privilégios e avultadas doações. A Trindade, em Lisboa, data de 1294 e faz parte do número de grandes conventos da capital⁷⁶. Junto com o Carmo, que será erigido cerca de um século depois mas em zona próxima, conhecerá também a destruição aquando do terramoto⁷⁷.

⁷³ V. para a Ordem de Santa Clara, no geral, SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir., *ob. cit.*, p. 256-257 e para a implantação em Portugal, FONTOURA, Otília Rodrigues – Clarissas. In: FRANCO, José Eduardo, dir., *ob. cit.*, p. 360-370 e LALANDA, Maria Margarida S.N. – Clarissas (Ordem de Santa Clara). In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir., *ob. cit.*, vol. I, p.353-355.

⁷⁴ V. PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – *Ordens monástico-conventuais: Inventário*. Lisboa: IAN/TT, 2002, p.253-254 e SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir., *ob. cit.*, p. 297.

⁷⁵ V. para a Ordem de Cister, em geral, SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir., *ob. cit.*, p. 91-97 e para a implantação em Portugal, BARBOSA, Pedro Gomes - Cistercienses. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir., *ob. cit.*, vol. I, p. 346-351 e VARANDAS, José - Cistercienses. In: FRANCO, José Eduardo, dir. – *ob. cit.*, p.109-119. Para o mosteiro de Odivelas na sua circunstância fundacional v. SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir. – *ob. cit.*, p. 125-126.

⁷⁶ A Rainha Santa protegeu também a Ordem da Mercê cujos membros concorriam com os Trinitários na missão de resgate dos cativos. A implantação desta ordem em Portugal não teve grande êxito, como veremos adiante.

Sobre a rainha consorte de D. Dinis e a sua acção v. ANDRADE, Maria Filomena – *Rainha santa, mãe exemplar: Isabel de Aragão*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

⁷⁷ V. para a Ordem da Santíssima Trindade, em geral, SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir., *ob. cit.*, p. 437-445 e para a implantação em Portugal, ALBERTO, Edite - Trinitários. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir., *ob. cit.*, vol. III, p. 305-307 e RESENDE, Vasco - Trinitários. In: FRANCO, José Eduardo, dir., *ob. cit.*, p. 295-297.

Ainda que durante a primeira dinastia tenham sido criados em Lisboa vários hospitais, hospícios, gafarias, albergarias e mercearias de asilo, por vezes com ligação a ordens religiosas, a construção de conventos propriamente ditos só volta a intensificar-se no reinado de D. João I (r.1385-1433). Aquelas instituições de assistência, algumas das quais existiam também no termo de Lisboa, localizavam-se de preferência na zona baixa da cidade e em Alfama, como refere José-Augusto França⁷⁸, sendo menos frequentes nas freguesias da Sé, Mouraria, Graça, S. Cristóvão, Mártires e Alcáçova. Se incluirmos as que se localizavam no termo de Lisboa, perfaziam 43 unidades, o que é extremamente significativo quanto às necessidades de uma população que se encontrava em franco crescimento. Grande parte virá a ser integrada no grande hospital de Todos os Santos, no reinado de D. João II, construído entre 1492 e 1504.

Antes das construções de D. João I, e mercê da edificação da muralha fernandina, estavam integradas no espaço urbano as instituições religiosas que iam desde a Trindade até ao Tejo englobando também o monte Fragoso onde estava S. Francisco e, do lado oriental, protegiam Santa Clara, S. Vicente e a Graça. Na zona baixa do centro ir-se-ia constituindo uma vida urbana cada vez mais intensa. As casas religiosas participam nessa vida, de forma expressiva, sobretudo com o impulso dado por D. Dinis às construções em Lisboa⁷⁹.

II.2.2. O reforço crescente da presença das ordens em Lisboa: as construções de D. João I a D. João III

Com o primeiro monarca da dinastia de Avis há uma forte orientação para as fundações dominicanas, desde logo com a construção do que viria a ser um grande e rico convento dedicado a S. Domingos mas no lugar de Benfica, em 1399. Convirá não esquecer que, muito mais longe da capital, aos Dominicanos será entregue também o convento de Santa Maria da Vitória (vulgarmente designado por mosteiro da Batalha) para que velassem sobre o panteão da dinastia de Avis⁸⁰.

⁷⁸ *Ob. cit.*, p. 71.

⁷⁹ Para um retrato da Lisboa da primeira dinastia, cf. o estudo de A.H. de Oliveira Marques, “A cidade na Baixa Idade Média”. In: MOITA, Irisalva, coord. – *ob. cit.*, p. 89-113.
No respeitante à acção de D. Dinis v. PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 137-138.

⁸⁰ Sobre o significado da construção v. COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 265-272 e GOMES, Saúl António – *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória* no

Em 1392, foi criado o convento do Salvador, em Alfama, primeira fundação feminina dominicana instituída em Portugal. A iniciativa foi de D. João de Azambuja, bispo do Porto, mais tarde de Lisboa e de Frei Vicente de Lisboa que veio a ser o fundador do convento de S. Domingos de Benfica em 1399. Existia já no local um recolhimento feminino de vida penitente e que, assim, passou à observância da regra dominicana. D. João I doou, para o efeito, o padroado da igreja do Salvador nas proximidades. As obras decorreram durante bastantes anos e, praticamente, só com a iniciativa da rainha D. Leonor (1458-1525), mulher de D. João II, em 1478, foram concluídas⁸¹.

Porém, a construção religiosa citadina a que ficou mais ligado D. João I e especialmente o condestável Nuno Álvares Pereira (1360-1431) que foi o seu fundador directo e aí viveu e se fez sepultar, foi o convento do Carmo, edifício que marca o estabelecimento da Ordem do Carmo em Lisboa. Fundado em 1389, veio a ser povoado com membros provenientes do convento do Carmo de Moura e foi um edifício de grande dimensão, só terminado em 1422. A ordem, estabelecida no Oriente, tivera a sua Regra aprovada em 1226, ano em que também começou a haver alguma emigração de religiosos para a Europa por causa dos conflitos entre cristãos e muçulmanos na Palestina, onde se situavam os cenóbios de carmelitas. Em 1247 está definitivamente implantada e em rápida expansão pela Europa. A ordem foi equiparada às mendicantes e não às monásticas, ainda que mantendo o carácter cenobítico⁸². O convento do Carmo de Lisboa localizava-se na colina fronteira ao castelo, perto, como atrás dissemos, do da Trindade e estabelecendo urbanisticamente um contraponto ao convento da Graça. Carmelitas e Trinitários de um lado, Eremitas de Santo Agostinho do outro, ladeavam a clareira dominicana do Rossio. Na zona baixa mas fora dos muros da cidade, estabeleceram-se em 1400, os Cónegos Regulares de Santo Antão, vindos do convento

século XV. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História da Arte, 1990.

⁸¹ V. CASTRO, João Baptista de, *ob. cit.*, vol. III, p. 416-417 e SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir., *ob. cit.*, p. 394-395.

⁸² V. para a Ordem do Carmo, em geral, SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir., *ob. cit.*, p. 405-408 e para a implantação em Portugal, LOURENÇO, António de Jesus – Carmelitas (Ordem do Carmo). In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir., *ob. cit.*, vol. I, p. 294-296 e PIEDADE, Carla Delgado da; TAVARES, Célia Cristina da Silva – Carmelitas Calçados. In: FRANCO, José Eduardo, dir., *ob. cit.*, p. 77-83.

Para o convento do Carmo veja-se PEREIRA, Paulo – O convento do Carmo. In: MOITA, Irisalva, coord. – *ob. cit.*, p. 129-138.

de Benespera, na Guarda, não com beneplácito directo do rei, mas por iniciativa particular de um mercador rico, de nome João de São Vicente e sua mulher Lourença Anes que, para o efeito lhes doaram um terreno. A passagem desta comunidade é, porém, efémera, pois não só em 1539 o convento foi cedido para as dominicanas da Anunciada como, extinta a comunidade e transformada em comenda, passou a estar definitivamente unida à Companhia de Jesus a partir de 1550⁸³.

No século XV e princípios do XVI, vão surgir, em Lisboa, essencialmente instituições ligadas a ordens que personificam os esforços que, à época, se desenvolveram com vista à reforma da Igreja e da vida regular. A primeira evidência da implantação de novas ordens é a presença dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista (que ficarão conhecidos como Lóios)⁸⁴. Apresentavam uma estrutura congreganista invulgar pois não tinham votos perpétuos e apesar de uma matriz italiana, eram já tipicamente uma criação portuguesa do século XV, instituída, como tal em 1471, que contara com o apoio da rainha D. Isabel (1432-1455), mulher de D. Afonso V (r.1438-1481) e do 1º duque de Bragança D. Afonso (1377-1461). Tinham como primeiro objectivo contribuir para a reforma do clero em Portugal através de uma acção mais apostólica e pastoral. No caso dos estabelecimentos erigidos em Lisboa, os Cónegos de S. João Evangelista começaram por se instalar no convento de Santo Elói. Pela sua localização, na encosta do Castelo, integra as implantações no casco antigo da cidade. O convento fora, na sua origem, um hospital com a invocação de S. Paulo, fundado pelo bispo de Lisboa Frei Domingos Jardo, em 1286⁸⁵. Por influência do infante-regente D. Pedro (1392-1449), foi entregue, no ano de 1442, aos Cónegos de Vilar de Frades, ainda não instituídos em Congregação, mas interessados em estabelecer-se na capital⁸⁶. Gozou de protecção régia e serviu, inclusive, de sede a reuniões do braço da nobreza em cortes. Era um estabelecimento de medianas

⁸³ Por ter sido extinto no século XVI, este convento não integra as fichas do Anexo I desta dissertação. V. a propósito SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir., *ob. cit.*, p. 217-218 para a Ordem dos Cónegos Regulares de Santo Antão, em geral e p. 221 para o convento de Santo Antão de Lisboa.

⁸⁴ V. para a Ordem dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista, em geral, SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir., *ob. cit.*, p. 235-237 e para a implantação inicial em Portugal, PINA, Isabel Castro – *Os Lóios em Portugal: origens e primórdios da Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista*. Tese de Doutoramento em História Medieval apresentada à FCSH-UNL. Lisboa: [s.n.], 2011.

⁸⁵ V. PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *ob. cit.*, p. 91.

⁸⁶ V. a propósito MORENO, Humberto Baquero – *O infante D. Pedro, duque de Coimbra: itinerários e ensaios históricos*. Porto: Universidade Portucalense, 1998.

dimensões que, devido à sua localização, sofreu importantes estragos por ocasião do terramoto de 1755. Alojados os frades sobreviventes no outro convento que os Lóios possuíam em Lisboa, o de S. Bento de Xabregas, o declínio e a ruína do convento de Santo Elói foram inevitáveis⁸⁷.

A segunda fundação dos Lóios, o convento de S. Bento de Xabregas, estava expressa no testamento da impulsionadora da Ordem, a rainha D. Isabel acima referida, tendo-lhe o rei D. Afonso V dado escrupuloso cumprimento. Ordenou-se a construção do convento em 1462, desta feita em zona limítrofe da cidade, tendo como base um oratório pertencente ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, da Ordem de Cister cuja invocação era S. Bento. Os Frades Azuis, como também ficaram conhecidos, mantiveram a invocação e, graças ao apoio régio e de membros da nobreza, o convento tornou-se um edifício de grande porte, em local que conhecerá outras construções conventuais, de outras ordens religiosas, em épocas sucessivas. O estabelecimento também é designado por convento de S. João Evangelista de Xabregas ou, mais popularmente, por convento do Beato ou do Beato António. Foi cabeça da ordem em Portugal, assegurando a preparação de novos membros através do noviciado⁸⁸.

Quanto à missão reformadora original, foi-se progressivamente diluindo ao longo do século XVI, não tendo os Lóios conseguido competir com outras ordens, processo a que talvez não tenha sido alheia a fulgurante ascensão da Companhia de Jesus em Portugal, com a protecção e o impulso dos próprios monarcas. É assim que, já no reinado de D. João III (r.1521-1557), lhes serão cometidas funções de assistência, mantendo-se o exercício da sua pastoral através da pregação e do ensino das primeiras letras.

O declínio da Congregação foi-se acentuando ao longo do século XVII e, sobretudo, do XVIII, abandonando-se progressivamente as actividades assistenciais e a fundação de novas casas⁸⁹.

Prosseguindo a análise das tentativas de reforma quatrocentista, é de realçar a importância da Ordem de S. Jerónimo, originariamente ligada ao eremitismo, mas que se irá orientando não para a reforma pela via pastoral mas sim para a contemplação e

⁸⁷ V. SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir., *ob. cit.*, p. 242.

⁸⁸ *Id.*, p. 242-243.

⁸⁹ V. PINA, Isabel Castro – Lóios. In: FRANCO, José Eduardo, dir., *ob. cit.*, p. 211-213 e TAVARES, Pedro Vilas-Boas – Lóios. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir., *ob. cit.*, vol. III, p. 149-157.

para os estudos, considerados indispensáveis para o renovo da vida espiritual. Fundada em Espanha no ano de 1373, onde tinha, no final do século XV, vinte e cinco mosteiros, as suas origens em Portugal estão na fundação do mosteiro de S. Jerónimo da Penha Longa, na serra de Sintra, cuja construção foi autorizada pelo papa Bonifácio IX em 1400. Os monges Jerónimos estabelecem-se em Lisboa por iniciativa de D. Manuel I⁹⁰ (r.1495-1521) que lhes entrega o mosteiro de Santa Maria de Belém, a instituição de maior notoriedade desta ordem, em Portugal⁹¹. Rafael Moreira acentua nesta construção a concepção de um novo paradigma que ao privilegiar a aliança ibérica, precisamente, através da ordem religiosa escolhida e do programa arquitectónico que comportava, se afastava do modelo anterior:

“É o próprio edifício que revela que a intencionalidade régia não poderia ser outra desde o começo, quando [D. Manuel] abandona a conclusão do Mosteiro da Batalha ao critério da irmã, a rainha-viúva D. Leonor, e manda nele preparar os enterramentos (afinal jamais realizados) de D. João II e do Príncipe D. Afonso, porém não o seu, que destinaria a uma fundação nova, como haviam feito seus pais no Convento da Conceição em Beja. E essa não podia ser senão a grandiosa casa monástica que vinha preparando desde o momento da subida ao trono, a qual, na velha tradição medieval peninsular que culminaria no Escorial, devia comportar um mosteiro-panteão, um palácio (ou antes uma hospedaria régia), centro de estudos com colégio e biblioteca e cerca para trabalho e lazer [...]. É, de facto, a visão larga de D. Manuel o melhor argumento em favor do início precoce e em escala gigantesca das obras do “seu” Mosteiro”⁹².

Torna-se necessário não esquecer, porém, que há uma certa continuidade neste interesse pelos monges Jerónimos, que arranca em 1448, no reinado de D. Afonso V, o estabelecimento da província portuguesa da ordem a pedido daquele monarca⁹³. Com a

⁹⁰ V. a propósito COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

⁹¹ V. Sobre a acção de D. Manuel na criação ou reconstrução de espaços religiosos, em especial ligados a ordens v. GÓIS, Damião de – *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949-1955, vol. IV, LXXXV.

Na apreciação de João Paulo Oliveira e Costa “Esta profusão de igrejas e mosteiros contribuiu para consolidar a sua influência política e a sua própria imagem de soberano magnífico, mas também satisfazia o seu espírito religioso, sentindo que cumpria a sua obrigação, criando melhores condições para o culto dos fiéis e para a exaltação da fé” (*ob. cit.*, p. 222).

⁹² Santa Maria de Belém: o mosteiro dos Jerónimos. In: MOITA, Irisalva, coord. – *ob. cit.*, p. 186-187.

⁹³ V. GOMES, Saúl António – *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

construção do mosteiro dos Jerónimos, a cabeça da ordem passou, em 1517, da Penha Longa para Belém que se tornou também sede do noviciado. Tal como os Lóios, também os Jerónimos conhecerão um declínio pelos finais do século XVI que se acentua ao longo dos séculos XVII e XVIII⁹⁴.

Ainda que não esteja ligado a iniciativas de reforma, há a referir, também, o novo edifício mandado fazer para o convento e recolhimento das Comendadeiras de Santiago, que desde o século XIII estava localizado em Santos-o-Velho e que, no reinado de D. João II transitou para o extremo oriental da cidade, na Cruz da Pedra ou Santos-o-Novo, como ficou denominado, próximo do local de Xabregas que poucos anos depois serviria para instalar as Clarissas Recoletas da Madre de Deus. A transferência para o edifício novo, que não tinha ainda a imponência que veio a conhecer mais tarde, fez-se em 1490. Na génese desta transferência estaria a situação de insegurança do edifício primitivo que já sofrera várias destruições, conforme referimos atrás. De qualquer modo, foi comendadeira-mor nas novas instalações, D. Ana de Mendonça, mãe de D. Jorge, filho natural do rei⁹⁵, futuro duque de Coimbra e mestre da ordem de Santiago.

Passando às ordens já existentes, neste período pré-tridentino, verificam-se também tentativas de reforma, umas mais consistentes outras menos mas que, no caso português e mais especificamente no que aos conventos de Lisboa diz respeito, tiveram os seus reflexos. São situações também elas ligadas ao apoio régio e da nobreza. Dentre elas, pelo impacto que tem no ordenamento conventual da capital e pela influência que as respectivas ordens tinham no país, destacamos, em primeiro lugar, as reformas na Ordem dos Frades Menores. Deve-se a D. Manuel I o empenho na reforma de parte dos conventos franciscanos que passaram de Claustrais a Observantes, iniciativa essa que se continua com D. João III e que culminará em 1568 com a extinção dos Claustrais, já no reinado de D. Sebastião (r.1557-1578). É também este o período da criação de novas províncias quer para aliviar o peso burocrático que a grande quantidade e dispersão de

⁹⁴ V. em especial SANTOS, Cândido dos - *Os Jerónimos em Portugal: das origens aos fins do século XVII*. Porto: INIC, 1980 e para o mosteiro de Santa Maria de Belém, ALVES, José da Felicidade – *O mosteiro dos Jerónimos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989. 3 vol.

Para a importância do mosteiro como representação do poder do monarca, marca indelével do seu reinado e da imagem da Lisboa que quis construir v. MOREIRA, Rafael – *ob. cit.*

⁹⁵ V. a propósito de D. Ana de Mendonça, FONSECA, Luís Adão da – *D. João II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 221-227.

conventos sempre trazia, quer para promover a mais estrita observância. Estão, neste caso, as províncias da Piedade (1508) muito ligada ao 4º duque de Bragança, D. Jaime (1479-1532)⁹⁶, a dos Algarves que subdivide a de Portugal (1533), a da Arrábida (1539) da iniciativa do 1º duque de Aveiro, D. João de Lencastre (†1571) e, mais tarde, a de Santo António (1568) na charneira das determinações de Trento (1545-1563).

A instituição da província dos Algarves foi requerida por D. João III sendo aceite no Capítulo Geral de 1532 e sancionada em 1533 pelo Ministro Geral da Ordem. Tem reflexo no universo conventual franciscano de Lisboa não com uma nova construção mas com a elevação do convento de S. Francisco de Xabregas que datava de 1399, a cabeça da província⁹⁷.

A província da Arrábida, de Franciscanos reformados, também designados na generalidade por Capuchos e que procurava o regresso à pureza das origens, tinha a sua sede no convento de Santa Maria da Arrábida mas procurou, no termo de Lisboa, estabelecer fundações em ambiente de ermo, sendo que só na segunda metade do século XVII se instalará mesmo na cidade. Essas primeiras fundações são os conventos de Santa Catarina de Ribamar e, em zona pouco distante, o de S. José de Ribamar⁹⁸.

Começando pelo mais antigo, o convento de Santa Catarina de Ribamar, foi fundado em 1551 no local de uma ermida dedicada a Santa Catarina, em Linda-a-Velha. Na origem da sua construção está o empenho do infante D. Luís (1506-1555)⁹⁹, irmão de D. João III que, com autorização do rei, adquiriu a ermida para, a pedido de sua cunhada D. Isabel de Bragança (1514-1576), viúva do infante D. Duarte (1515-1540),

⁹⁶ V. a propósito ROSA, Maria de Lurdes - D. Jaime, duque de Bragança: entre a cortina e a vidraça. In: CURTO, Diogo Ramada, dir. - *O tempo de Vasco da Gama*. Lisboa: Difel: CNCDP, 1998, p. 319-332.

⁹⁷ Para a história da província dos Algarves veja-se a bibliografia já recomendada atrás a propósito dos Franciscanos e em especial a obra de Frei Jerónimo de Belém, já referida atrás, *Chronica serafica da santa Província dos Algarves*, Lisboa, 1750-1758, 4 vol.

⁹⁸ Para a história da província da Arrábida veja-se, para além da bibliografia já recomendada atrás a propósito dos Franciscanos, a obra de Frei José de Jesus Maria, antes referida, *Espelho de penitentes e Chronica da província de Santa Maria da Arrábida...*, 1737.

Para a implantação dos conventos, o estudo de Manuel Pereira Gonçalves, História de alguns conventos da província da Arrábida. In: *I-II Seminário O Franciscanismo em Portugal: Actas*. Lisboa: Fundação Oriente, 1996, 1º vol., p. 301-330.

⁹⁹ Não dispomos ainda de uma verdadeira biografia desta importante figura. Refiram-se, no entanto, os estudos de RICARD, Robert – Pour une monographie de l'Infant D. Luís de Portugal. In: *Études sur l'Histoire Morale et Religieuse du Portugal*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1970, p. 142-152, e de DESWARTE, Sylvie – Espoirs et désespoir de l'infant D. Luís. *Mare Liberum*, 3, 1991, p. 243-298.

construir no local um convento arrábido. A ligação do infante D. Luís a S. Pedro de Alcântara (1499-1562) teria tido certamente influência nesta protecção aos Arrábidos ou Alcantarinos, como também ficaram conhecidos, e a testemunhá-lo possui a Biblioteca Nacional de Portugal uma obra que tem na folha de guarda a seguinte inscrição:

“Este livro emprestou o Infante D. Luís a S. Pedro de Alcântara todo o tempo q. morasse em este Conv.to de N. Snr.^a da consolação e ao depois se levasse a sua casa de Salvaterra. Estava hum assento do mesmo S.to no principio desta folha q. daqui se tirou por Relíquia de Lisboa.” (R. 6553 P.)¹⁰⁰.

De qualquer forma, o convento de Santa Catarina de Ribamar recebeu importantes doações quer de um quer de outro infante. Por ter ruído parte do edifício, os frades tiveram de se alojar em S. José de Ribamar, fundado em 1559 já na regência de D. Catarina (1557-1562), construção relativamente próxima, de iniciativa privada de membros da nobreza, mas que recebeu importantes apoios do cardeal D. Henrique (1512-1580) que aí mandou edificar casas para ficar quando o desejasse¹⁰¹. S. José de Ribamar, até pelas vicissitudes sofridas pelo convento de Santa Catarina que levarão inclusive à construção no início do século XVII de um outro convento arrábido na mesma zona, foi uma instituição com alguma importância, onde funcionaram estudos e que dispôs de uma igreja de reconhecida riqueza. É interessante notar, por um lado, o fervor construtivo de instituições reformadas da Ordem dos Frades Menores, com tão curto intervalo e em localizações tão próximas, demonstrando, ao que tudo indica, a crescente força que a província da Arrábida ia ganhando¹⁰².

¹⁰⁰ O convento referido é o de Nossa Senhora da Consolação do Bosque, em Borba, pertencente à Província da Piedade da Ordem dos Frades Menores e fundado em 1505 por iniciativa de D. Jaime, duque de Bragança e reedificado por D. Teodósio, duque de Bragança em 1548. Cf. SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir., *ob. cit.*, p. 339-340. Quanto ao “assento” do Santo, verifica-se que, efectivamente, a folha está cortada, sendo de inferir que a relíquia que se indica ter ido para Lisboa, deva ter integrado o convento de S. Pedro de Alcântara.

¹⁰¹ A propósito da relação de D. Henrique com as ordens religiosas, suas instituições e membros v. POLÓNIA, Amélia – *D. Henrique*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. Afirma a autora: “Em termos de congregações religiosas, as atenções de D. Henrique são, ainda bem diversificadas. Pelas doações feitas em vida, pelo teor das suas deliberações testamentárias e mesmo pelos seus percursos de itinerância, é possível identificar a estima que cultivava também [para lá dos Jesuítas] pelos frades jerónimos, franciscanos, agostinhos e dominicanos” (p. 32).

¹⁰² Refira-se que a concorrer para esta circunstância está não só o apoio que explicitámos de membros da família real mas também o facto de, entre os estabelecimentos desta província que chegaram a ser 31 (incluindo hospícios e enfermarias), 15 estarem localizados na esfera do Patriarcado de Lisboa. Cf. GOMES, Jesué Pinharanda – Arrábidos. In: FRANCO, José Eduardo, dir., *ob. cit.*, p.52-59.

Na zona de Lisboa e seu termo é a província franciscana com maior número de estabelecimentos. No século XVIII, como se sabe, a sua importância ditará ainda que lhe seja confiado o convento de Santo António de Mafra (1717) que, décadas mais tarde, passará para os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho e voltará no final do século à custódia dos Arrábidos.

A directa intervenção régia, ou de membros da família real e de grandes nomes da nobreza que nestes exemplos se manifesta, tem também o seu reflexo na reforma da Ordem de Santa Clara que mereceu o apoio da rainha D. Leonor (1458-1525)¹⁰³, viúva de D. João II, com a fundação do convento da Madre de Deus em 1509 onde se impôs a observância da primeira Regra de Santa Clara. No universo das fundações franciscanas em Lisboa, este convento é um marco importante que consagra a estreita relação entre a iniciativa régia e uma instituição que a vai, inequivocamente, perpetuar pois a sua fundadora e protectora nele se fez sepultar, depois de, nos últimos tempos de vida ter habitado um paço contíguo ao convento¹⁰⁴. A sua localização, também ela no lugar de Enxobregas, como então se designava, denuncia uma intenção de reclusão e afastamento da vida urbana mas, ao mesmo tempo, aproxima-o dos conventos da zona, especialmente do de S. Francisco de Xabregas, sede da província dos Algarves, à qual a Madre de Deus pertencerá mais tarde.

Outros exemplos desta aproximação entre a vida religiosa e a vida laica, plasmada nas iniciativas mecénicas oriundas da nobreza, ficam demonstrados pelo cuidado e intenção posto no povoamento das fundações do século XVI que ocorreram na cidade de Lisboa. Logo à partida no convento da Madre de Deus, desde o início

¹⁰³ V. a propósito da rainha D. Leonor e da sua acção notável também no que à protecção dos institutos e instituições religiosas diz respeito, a obra referencial de Ivo Carneiro de Sousa, *A rainha D. Leonor (1458-1525): poder, misericórdia, religiosidade e espiritualidade no Portugal do Renascimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

V. também SÁ, Isabel dos Guimarães – *De princesa a rainha velha: Leonor de Lancastre*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012. Sobre a sua importantíssima acção mecénica v. LOWE, Kate – Rainha D. Leonor of Portugal's patronage in Renaissance Florence and cultural exchange. In: LOWE, Kate ed. lit. – *Cultural links between Portugal and Italy in the Renaissance*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 225-248.

¹⁰⁴ D. Leonor que teve uma biblioteca importante, doou livros ao convento da Madre de Deus. V. a propósito, de Isabel Vilares Cepeda, *Os livros da rainha D. Leonor segundo o códice 11352 da Biblioteca Nacional, Lisboa*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1987. Nesta instituição guardam-se, aliás, algumas obras que lhe pertenceram, nomeadamente, o famoso “Livro de horas”, iluminado por Willelm Vrelant, em *grisaille*, cerca de 1450-1475 (BNP, Reservados, Iluminado 165).

destinado a senhoras da nobreza e admitindo a existência de mantelatas, ou seja, senhoras que se acolhiam à clausura sem, no entanto, pronunciarem votos.

O caso do convento de Santa Ana insere-se na mesma linha de actuação: a sua construção terminada em 1561 deve-se a iniciativa régia, desta feita da rainha D. Catarina (1507-1578), mulher de D. João III. Porém, destina-se a realojar um recolhimento que existia, desde 1543, na zona do Castelo e vai aproveitar o lugar onde havia uma ermida consagrada a Santa Ana, mantendo a invocação antiga, tal como acontecia com frequência (veja-se o caso de S. Bento de Xabregas). Apesar de funcionar como convento, mantém a sua missão de recolhimento, ligado às Terceiras. Localizado em zona alta de Lisboa, no actual Campo dos Mártires da Pátria, vai integrar um espaço urbano que se caracterizará pela fundação de outros edifícios de matriz religiosa¹⁰⁵.

Anterior a este, o convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança, conquanto apoiado por D. Catarina, é fundação da iniciativa privada de uma senhora da nobreza, D. Isabel de Mendanha e, confirmando a lógica aristocrática que presidia a tantas destas fundações, destinava-se a acolher membros da aristocracia, tendo sido entregue a religiosas Clarissas em 1536. A sua localização é no extremo ocidental de Lisboa, em Santos-o-Velho que, subsequentemente, também se tornará uma zona preferencial para casas religiosas, masculinas e femininas.

Passando para outra ordem mendicante, a Ordem dos Pregadores, foi também a intervenção régia que fez avançar a reforma da Clastra e da Observância através da promoção da vinda de visitantes (o que igualmente ocorrera para os Franciscanos). No movimento reformador tem especial relevância o convento de S. Domingos de Benfica, fundado em 1399. Com efeito, liderou o movimento de estrita observância à Regra, na ascese e nas práticas espirituais que ficaram documentadas em obras escritas

¹⁰⁵ A propósito da acção de D. Catarina na fundação e apoio a instituições religiosas e de assistência v. em especial BUESCU, Ana Isabel – *Catarina de Áustria (1507-1578) infanta de Tordesilhas, rainha de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007 e também JORDAN, Annemarie – *A rainha colecionadora: Catarina de Áustria*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

por alguns dos seus membros, onde avulta Frei Luís de Granada que veio para Benfica em 1551, onde foi eleito provincial em 1556¹⁰⁶.

Há a referir, em Lisboa, a criação de duas instituições femininas dominicanas nesta primeira metade do século XVI. Trata-se dos conventos da Anunciada e de Nossa Senhora da Rosa. O primeiro, da invocação de Nossa Senhora da Anunciação, ou da Anunciada como ficou mais conhecido, foi fundado em 1515 por iniciativa do rei D. Manuel I, perto do castelo de S. Jorge, no espaço onde existira uma mesquita. Por falta de condições, a comunidade veio a ser transferida para o convento de Santo Antão, na Rua das Portas de Santo Antão, então devoluto, até poder ocupar as novas instalações, facto que ocorreu em 1539. Destruído aquando do terramoto de 1755, as freiras sobreviventes foram habitar o convento de Santa Joana, da mesma ordem¹⁰⁷.

O convento de Nossa Senhora da Rosa foi fundado em 1519 por iniciativa privada de João de Brito e de sua mulher D. Joana de Ataíde, tendo recebeu a primeira comunidade de religiosas em finais de 1521 provenientes do convento de Jesus, em Aveiro e do das Donas, de Santarém. Tratava-se de um pequeno edifício situado na zona das escadinhas da Costa do Castelo e que esteve sempre sujeito a contingências de insegurança resultantes dos aluimentos de terras e dos efeitos dos sismos que ocorreram em Lisboa. O terramoto de 1755 destruiu o convento e as freiras sobreviventes também foram habitar o de Santa Joana, como as da Anunciada. Porém, ao contrário destas, as religiosas de Nossa Senhora da Rosa terão regressado ao convento, ainda que não existam elementos seguros sobre o período que aí permaneceram¹⁰⁸.

Nestas duas fundações, temos, por um lado, a iniciativa régia que promove a Anunciada e a iniciativa privada, de família da nobreza, no caso de Nossa Senhora da Rosa, proporcionando o terreno para a construção e ficando ligada à instituição, como fundadora e benemérita. De notar a escolha de locais dentro da malha urbana de Lisboa,

¹⁰⁶ V. a propósito FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. - *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. II, p. 19.

¹⁰⁷ V. para o convento da Anunciada SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir., *ob. cit.*, p. 400-401 e para o de Santa Joana, PEREIRA, Gabriel – A Igreja e o Mosteiro de Santa Joana. *Boletim de Arquitectura e Arqueologia*, Lisboa, S. 4, t. XI, nº 1 (1907-1909), p. 688-700.

Para a integração dos conventos da Anunciada e da Rosa em Santa Joana, cf. o processo de extinção deste convento (PT/TT/MF-DGFP/E/002/00074).

¹⁰⁸ V. SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir., *ob. cit.*, p. 401. Cf. também o cartório do convento (PT/TT/MNSRL)

sobretudo o convento da Rosa, como também ficou conhecido e a coincidência de terem ficado inabitáveis após o terramoto, situação que, como já temos vindo a assinalar, ditou o desaparecimento de algumas casas religiosas em Lisboa e a transferência de pessoas e eventuais bens recuperados para outros estabelecimentos das respectivas ordens. Entre esses bens, é importante referir, que destes dois estabelecimentos foi possível salvar livros de coro, feitos nos próprios conventos, e que sobreviveram integrados no espólio da biblioteca de Santa Joana¹⁰⁹.

No período pré-tridentino de que nos temos vindo a ocupar, há ainda a considerar as duas únicas fundações da Ordem de Cristo em Lisboa, o convento/hospício de Nossa Senhora da Luz e a colegiada/hospício de Nossa Senhora da Conceição. Note-se que não são fundações reformadas mas tão só casas que se destinavam, essencialmente, a dar assistência aos cavaleiros da Ordem de Cristo e a seus familiares. O apoio régio e de membros da família real é aqui, como em muitos outros casos, primordial. Assim, D. Manuel I promove a construção da igreja de Nossa Senhora da Conceição, mais tarde designada por a Velha, para a distinguir de outra mais recente. Edificada em 1496 em local onde existira uma sinagoga, começa por ser um templo consagrado a Nossa Senhora das Misericórdias e no portal da igreja vêem-se as figuras do rei, da rainha D. Maria sua mulher e de sua irmã, a rainha viúva D. Leonor, a quem se deve a fundação das Misericórdias. Aliás, foi aqui a primeira sede da Misericórdia de Lisboa¹¹⁰. A atribuição à Ordem de Cristo para espaço comunitário e hospício ocorre em 1504 e tem a ver, em primeiro lugar, com a necessidade urgente de transferir os freires da ermida de Nossa Senhora do Restelo que, por decisão régia, passou para a Ordem de S. Jerónimo, nesse mesmo ano¹¹¹.

¹⁰⁹ Cf. *Inventário dos códices iluminados até 1500*. coord. Isabel Cepeda e Teresa A.S. Duarte Ferreira. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1994. 1º vol., p. 237-311 e, em especial, CEPEDA, Isabel – Livros de coro iluminados: exemplares do século XVI na Biblioteca Nacional de Portugal. *Invenire: revista de bens culturais da Igreja*, nº 5, Jul.-Dez., 2012, p. 6-11.

¹¹⁰ V. a propósito ALMEIDA, André Ferrand de – As misericórdias. In: MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, terceiro vol. – No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Coord. Joaquim Romero Magalhães, p. 185-193.

¹¹¹ Sobre a relação entre o rei D. Manuel I e a Ordem de Cristo, que a tornou “num instrumento de poder da monarquia e num símbolo particular da sua realeza” v. COSTA, João Paulo Oliveira e – *ob. cit.*, p. 136-138 e para uma visão mais abrangente sobre a Ordem de Cristo, nos reinados de D. João I a D. Manuel veja-se SILVA, Isabel Morgado de Sousa e – *A Ordem de Cristo (1417-1521)*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 2002.

Já o convento/hospício de Nossa Senhora da Luz, edificado em zona do termo da cidade, em Carnide, teve como base uma antiga ermida, que foi legada à Ordem de Cristo, em 1543, para que no local se edificasse uma igreja e um hospital destinado ao acolhimento de peregrinos de Nossa Senhora da Luz e de doentes e convalescentes de Lisboa, muito necessário nos períodos em que grassava a peste na capital. Para além do apoio de D. João III, é ao mecenato da Infanta D. Maria (1521-1577) filha do terceiro casamento de D. Manuel I que se deve a construção da igreja, onde aliás foi sepultada, construção essa que foi seguida do convento e hospital¹¹².

A acção do rei não se limita pois às fundações resultantes do movimento reformista que pautava então a vida das ordens religiosas mais antigas. Estende-se também a situações mais casuísticas como vimos atrás e também a intervenções de remodelação, como aconteceu com as obras profundas do mosteiro de Santa Maria de Chelas, fundação da época de D. Afonso Henriques e que D. Manuel I mandou empreender.

O acontecimento mais marcante desta época de reformas na Igreja católica foi a constituição da Companhia de Jesus¹¹³. O ascendente da Companhia sobretudo pela posição destacada dos seus membros enquanto confessores, directores espirituais e mestres dos monarcas católicos e dos seus familiares, não se resumirá à missão evangélica e até pedagógica que pretendiam desenvolver. Esse ascendente exprime contextos ideológicos, políticos e espirituais no campo católico, numa Europa fracturada pela Reforma protestante. A assunção de um novo modelo de “ordem” religiosa que se baseava não no cenóbio fechado ou no eremitério mas sim numa acção constante junto da sociedade civil mostrou ser, na época da sua fundação, a resposta mais adequada aos novos desafios que a Europa católica enfrentava. Por outro lado, a formação e preparação dos jesuítas também os diferencia de outras ordens religiosas. Vocacionados para a acção pedagógica, apropriam-se rapidamente, através dos seus colégios, irão influenciar a formação de elites durante séculos. A sua influência que se

¹¹² A infanta D. Maria era filha da 3ª mulher de D. Manuel I, a rainha D. Leonor de Habsburgo, irmã do imperador Carlos V com quem o Venturoso casou em 1518. A propósito da acção de D. Maria veja-se PINTO, Carla Alferes - *A Infanta Dona Maria de Portugal (1521-1577). O mecenato de uma princesa renascentista*. Lisboa: Fundação Oriente, 1998 e BRAGA, Paulo Drumond – *D. Maria (1521-1577): uma Infanta no Portugal de Quinhentos*. Lisboa: Colibri, 2012.

¹¹³ V. a propósito ALDEN, Dauril – *The making of an enterprise: the Society of Jesus in Portugal: its empire, and beyond, 1540-1750*. Stanford: Stanford University Press, 1996. V. ainda *infra*, nota 115.

faz sentir nas vertentes espiritual e ideológica é amplamente difundida através da imprensa que utilizaram como meio por excelência para propagar os seus feitos no campo da missionação, difundir pelo escrito o que pregavam nas igrejas e consolidar o que ensinavam. O prestígio dos membros da Companhia torna-se um factor preferencial de escolha pelos monarcas europeus também para cargos políticos e diplomáticos¹¹⁴.

A ordem entrou em Portugal em 1540, com pleno apoio de D. João III secundado pela rainha D. Catarina, e destinava-se, nos seus primórdios, a dar seguimento à necessária missionação do Oriente¹¹⁵. O forte apoio régio que recebeu origina uma rápida expansão a que a capacidade organizativa, quer para a missionação quer para a reforma do ensino e formação de clérigos e de elites laicas, muito contribuiu também¹¹⁶. Assim, em Lisboa a primeira sede dos Jesuítas foi a casa onde as freiras dominicanas que se destinavam ao convento da Anunciada esperaram pela conclusão do edifício. Saída esta comunidade em 1539, logo no ano de 1542, passou o edifício para a Companhia de Jesus. Em 1553 já nele funcionava um colégio que manteve a antiga invocação de Santo Antão. Como o espaço era reduzido (daí ter ficado conhecido por “coleginho”) os Jesuítas saíram para novas instalações em 1587, fundando o colégio que ficou conhecido como Santo Antão-o-Novo, localizado onde é hoje o hospital de

¹¹⁴ Seguindo um modelo organizativo diferente de outras ordens religiosas que se orientavam pela Regra de Santo Agostinho ou pela de S. Bento, na sua maioria, a génese da Companhia de Jesus situa-se em 1538 quando o grupo de 10 sacerdotes interessados na prossecução de um novo ideal de vida religiosa solicitaram ao papa Paulo III autorização para fundar uma nova ordem. Aprovada uma *Fórmula do Instituto da Companhia de Jesus* a que se seguiu a bula *Regimini militantis ecclesiae*, de 27 de Setembro de 1540, os jesuítas assumiram como objectivos principais a propagação da fé e o aperfeiçoamento das almas na vida e na doutrina cristãs.

V. para a história da Companhia, em geral, BANGERT, William – *História da Companhia de Jesus*. Porto: A.I., 1985 e o artigo de Domingos Maurício, “Jesuítas”. In: *Verbo – enciclopédia luso-brasileira de cultura*. Edição século XXI. Lisboa; S. Paulo: Verbo, 2000, vol. 16, coln. 739-690.

¹¹⁵ V. para os primórdios e expansão em Portugal até à expulsão em 1759, as sínteses de ARAÚJO, António de; LOPES, António – Jesuítas. In: FRANCO, José Eduardo, dir., *ob. cit.*, p. 195-199 e GONÇALVES, Nuno da Silva - Jesuítas. In: AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. II, p. 21-26.

Para uma visão de conjunto sobre a acção da Companhia em Portugal veja-se RODRIGUES, Francisco – *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Porto: A.I., 1931- 1950. 7 vol.

Para uma perspectiva mais abrangente sobre a Contra-Reforma veja-se PALOMO, Federico – *A Contra-Reforma em Portugal (1540-1700)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

V. também a obra incontornável do padre Baltasar Teles (1596-1675) S.J., *Chronica da Companhia de Jesu, na Provincia de Portugal; e do que fizeram, nas conquistas d'este Reyno, os Religiosos, que na mesma Provincia entraram, nos annos em que viveo S. Ignacio de Loyola, nosso Fundador*. Lisboa: por Paulo Craesbeeck, 1645.

¹¹⁶ V. para a acção de D. João III, BUESCU, Ana Isabel – *D. João III*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. No âmbito cultural do seu reinado v. DIAS, José Sebastião da Silva – *A política cultural da época de D. João III*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1969.

S. José. Nessa data, o anterior edifício foi vendido aos Eremitas de Santo Agostinho que aí erigiram também um colégio, muitas vezes citado como de Santo Antão-o-Velho, apesar de ter a invocação de Santo Agostinho¹¹⁷.

Se damos todos estes pormenores é porque, na história da fundação de conventos, mosteiros e casas congreganistas em Lisboa, este é um caso paradigmático de passagem de mãos. Conquanto nos vamos deparando com outros, como, por exemplo, o caso da Conceição Velha que foi dada à Ordem de Cristo por troca com a ermida do Restelo que se pretendia para os frades Jerónimos, este novo caso configura uma venda – dos Jesuítas aos Eremitas de Santo Agostinho – e, curiosamente, em 1833, o edifício volta à Companhia de Jesus que o ocupou efemeramente.

Os Jesuítas reforçam a sua presença na capital com a casa professa de S. Roque, construída com a igreja da mesma invocação, após a doação régia da ermida de S. Roque¹¹⁸ e terrenos adjacentes no alto da Cotovia, em 1553, e que se tornou no centro das actividades apostólicas que a Companhia desenvolveu em Lisboa, constituindo-se, durante algum tempo, como sede do noviciado¹¹⁹.

Neste período que circunstanciamos, ressalta o surto construtivo que arranca com D. Manuel I e continua, com expressividade também, no reinado de D. João III. É verdade que, desde D. João I, se percebe um movimento de sólida protecção à implantação de novas construções na capital. Porém, no tempo de D. João II, com excepção do convento de Santos-o-Novo das comendadeiras de Santiago, não há um interesse directo deste monarca nas construções em Lisboa. Conforme afirma José Augusto França “Lisboa [...] permaneceu arredada das acções da Corte durante o tempo de D. João II”¹²⁰.

Como é sabido, D. Manuel I empenhou-se profundamente na realização de uma nova ordenação urbanística que se designa, normalmente, por Lisboa manuelina¹²¹, onde se insere, no que às fundações religiosas diz respeito, uma diversidade de

¹¹⁷ V. LOPES, António – *Roteiro histórico dos jesuítas em Lisboa*. Braga: A.I.: A.O., 1985, p. 15-18 para Santo Antão-o-Velho e p. 19-24 para Santo Antão-o-Novo.

¹¹⁸ *A ermida manuelina de São Roque*. Catálogo da exposição, org. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Museu de São Roque; coord. Elvira Brandão. Lisboa: Museu de São Roque, 1999.

¹¹⁹ LOPES, António – *ob. cit.*, p. 25-29.

¹²⁰ *Ob. cit.*, p. 120.

¹²¹ V. a este propósito CARITA, Hélder, *ob. cit.* Em relação à Lisboa antes do manuelino é importante a introdução que faz no capítulo 1, Antecedentes urbanísticos da Lisboa manuelina, p. 19-46.

iniciativas régias e de membros da família real num movimento contínuo que se reforça no reinado de D. João III. Nesse movimento fundacional e mecenático é muito importante a acção de D. Leonor, rainha viúva e irmã de D. Manuel, continuando com D. Catarina, mulher de D. João III e mais tarde regente, cuja acção seguiremos já no período tridentino, sem esquecer a acção dos irmãos de D. João III, D. Maria, a “sempre noiva”, o infante D. Luís, o infante D. Duarte e sua mulher D. Isabel de Bragança e, posteriormente, como veremos, o cardeal-infante D. Henrique¹²².

Esta articulação entre a religião e o poder régio, que sempre caracterizara a fundação de institutos e instituições, permanece como uma linha de força que atravessará os finais do século XVI e se irá consagrar, de forma muito expressiva, com a dinastia brigantina. O século XVII encontrará modelos e representações um tanto diferentes nas suas fundações e acções mecenáticas, mas que não se desviarão muito até aos finais do século XVIII deste tipo de prática de criação por empenho pessoal, reflexo necessário da piedade régia e reforço e acréscimo de um poder de que a construção da igreja ou do convento é a representação por excelência. As manifestações barrocas da celebração desse poder reflectir-se-ão na grande quantidade de actos religiosos e/ou de fausto régio a convergirem para esses espaços que, por sua vez, lutarão entre si, de forma não raro feroz, para alcançar o predomínio. Como em todas as competições haverá vencedores e vencidos, épocas hegemónicas e outras de quase apagamento, como teremos oportunidade de ir apresentando. A capital enquanto sede da Corte será, então, o local por excelência para essas celebrações, razão pela qual atrai e motiva a criação de novas casas¹²³.

Acompanharemos este movimento fundacional mas, para já, é importante fazer uma reflexão sobre o impacto que as novas construções do período que tratámos tiveram sobre Lisboa e seu termo. Desde logo, verifica-se uma transferência muito significativa para um eixo ribeirinho que vai de Belém, no termo ocidental de Lisboa até Xabregas, no termo oriental. Ainda que algumas fundações se situem no casco antigo da cidade, serão aquelas zonas limítrofes que ditarão os princípios construtores para as

¹²² Cf. FERNANDES, Maria de Lurdes Correia, *ob. cit.*

¹²³ V. Sensibilidades e representações religiosas. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. - *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. II, p. 317-367, em especial “Procissões” de António Camões Gouveia (p. 334-345) e “Os itinerários da santidade: milagres, relíquias e devoções” de João Francisco Marques (p. 359-365).

fundações seguintes, acantonadas, em grande medida, como veremos, na zona de Santos-o-Velho e Alcântara, na parte ocidental e em Xabregas e Olivais, na oriental. Casos excepcionais são as fundações dos Arrábidos, já para lá de Belém, no termo da cidade.

O crescimento de Lisboa, ao longo do eixo ribeirinho, era já uma realidade desde os meados do século XIV, ligado à crescente instalação de infra-estruturas relacionadas com o movimento típico de um porto e à sua condição, cada vez mais vincada, de maior cidade do reino. Foi, no entanto, D. Manuel quem, na esteira da planificação de D. João II, consagrou, definitivamente a faixa paralela ao Tejo como o novo espaço urbano¹²⁴. Curiosamente, o paço real que deixara a Alcáçova com D. Manuel implantar-se-á como que a meio caminho desse eixo ribeirinho, definindo o centro urbano laico, onde junto ao paço da Ribeira se vão erguendo as residências de membros da aristocracia e da burguesia abastada, ladeado por duas zonas, uma a ocidente outra a oriente que estão em plena evolução de construções religiosas. Ana Cristina Leite chama a atenção para este equilíbrio entre a cidade laica e a religiosa quando afirma:

“Não deixa de ser curioso ser junto destas habitações de famílias abastadas que se erguia a igreja da Misericórdia, mandada construir por D. Manuel para a Irmandade. Na sua origem esteve a viúva de D. João II e sua irmã, D. Leonor, responsável pela fundação da Confraria da Misericórdia em 1498 [...]. Os limites simbólicos, pelo menos da faixa ribeirinha de Lisboa, ficariam assim definidos por duas construções, dois mosteiros, duas produções régias: uma da “rainha velha”, o Convento da Madre de Deus a Xabregas (não é de admirar que D. João III venha a edificar perto deste o Paço Real de Enxobregas); outra de D. Manuel, o Mosteiro dos Jerónimos”¹²⁵.

II.2.3. A influência da Reforma da Igreja nas fundações religiosas até à Restauração

De certa forma, o final do concílio de Trento (1563) e o advento da crise dinástica que levou ao estabelecimento da dinastia filipina em Portugal, quase que coincidem, o que nos permite fazer uma leitura conjunta das iniciativas fundacionais

¹²⁴ V. LEITE, Ana Cristina – Os centros simbólicos. In: PEREIRA, Paulo, dir. – *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995. Vol. II, p. 70-82.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 78 e 81.

desse período. Por um lado, surge o movimento reformador conhecido por “descalcez” nas ordens do Carmo e dos Eremitas de Santo Agostinho, cujas casas têm grande relevância no universo conventual da capital¹²⁶. Por outro lado, verifica-se a entrada tardia de ordens religiosas, de há muito implantadas noutros países mas que ainda não o tinham sido em Portugal, como é o caso da Cartuxa. Acompanharemos ainda a expansão dos colégios jesuítas em Lisboa e, a par das congregações novas, veremos surgir nesse período, o estabelecimento, na capital, de instituições pertencentes a ordens tipicamente medievais como é o caso das ordens de S. Bento e de Cister. Aliás, a análise das fundações até 1640 e o cotejo que proporemos com as do início da dinastia de Bragança, permitir-nos-á constatar uma época particularmente fecunda em novas instituições, muitas ainda de iniciativa régia mas com grande expressividade das que resultam de iniciativa privada.

No movimento reformador da Ordem dos Frades Menores, é criada a província de Santo António que teve o seu primeiro estabelecimento em 1553 próximo de Vila Franca de Xira, com a invocação de Nossa Senhora do Amparo. A iniciativa foi de Pêro de Alcáçova Carneiro (1515-1593), secretário e vedor da fazenda de D. João III, uma das figuras de maior influência política em Portugal na segunda metade do século XVI¹²⁷. Em 1570 funda-se o convento de Santo António próximo do de Santa Ana, em terrenos doados por particulares e graças a esmolas de D. Sebastião e de vários membros da nobreza. O convento dos Capuchos como ficou mais conhecido, é um edifício de amplas dimensões, bem localizado na cidade e que assumiu as funções de sede da província¹²⁸.

A província da Arrábida funda o convento do Espírito Santo, em Loures, no ano de 1574, afastado da cidade tal como as anteriores fundações de Santa Catarina e S. José

¹²⁶ Cf. a revisão da historiografia sobre o movimento de reforma pré e pós tridentina em COSTA, Susana Goulart – A reforma tridentina em Portugal: balanço historiográfico. *Lusitania Sacra*. 2ª Série, vol. 21, 2009, p. 237-248.

¹²⁷ V. a propósito COSTA, André da Silva – *Os secretários e o “Estado” do Rei: luta de corte e poder político secs. XVI-XVII*. Dissertação de Mestrado em História apresentada à FCSH-UNL. Lisboa: [s.n.], 2008.

¹²⁸ V. para a província e sua importância AMORIM, Maria Adelina – *Os franciscanos no Maranhão e Grão-Pará: missão e cultura na primeira metade de Seiscentos*. Lisboa: CLEPUL: CEHR, 2005 e nas p. 64-66 informações sobre o convento de Santo António de Lisboa. Também para o conhecimento da província e seus estabelecimentos veja-se PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – *Ordens monástico-conventuais: Inventário*, p. 362-367. O convento de Nossa Senhora do Amparo vem descrito em CASTRO, João Baptista de – *ob. cit.*, vol. III, p. 490.

de Ribamar. Com especial empenho de D. Sebastião é criado, em Lisboa, um recolhimento para órfãs em 1569 que, em 1583, dará lugar a um convento de Clarissas sob a invocação de Santa Marta. Estas, por sua vez, estabelecem-se em Vialonga, no ano de 1575, com o convento de Nossa Senhora dos Poderes e, dois anos depois, em Marvila, com o de Nossa Senhora da Conceição dos Mártires, fundados, por iniciativa particular. Este estabelecimento, que se destinava a senhoras da nobreza, recebeu mercês e privilégios de D. Sebastião e, mais tarde, de Filipe I. Em termos geográficos, Santa Marta integra-se numa linha urbana não muito distante de outras edificações como a Anunciada, de Dominicanas, tendo na zona mais alta outras construções, uma da mesma ordem, o convento de Santa Ana e outras, com diferentes missões, como o colégio de Santo Antão dos Jesuítas e o convento de Santo António, também edificadas nas décadas de -70 e de -80. Já a construção de Marvila insere-se no núcleo oriental de proximidade a Xabregas e Chelas enquanto as de Vila Franca de Xira inauguram uma outra zona do termo da cidade¹²⁹.

Situa-se no reinado de D. Sebastião a fundação da primeira instituição da Ordem de S. Bento em Lisboa. Trata-se de uma entrada tardia de uma ordem que conhecera o seu apogeu na Idade Média mas que buscava, nesta época, fazer-se representar na capital. O convento de Nossa Senhora da Estrela, situado no Largo que depois tomou o seu nome, ficou também conhecido por S. Bento-o-Velho, mas só após a construção de um edifício beneditino de grande porte, o convento de S. Bento da Saúde, já no século XVII. O convento da Estrela data de 1573 e parecia ficar-se por uma construção temporária pois em 1615, com a inauguração do novo edifício, a comunidade transferiu-se para S. Bento-o-Novo. No entanto, foi retomado anos mais tarde como colégio beneditino. Serão, no entanto, instituições que a partir dos inícios do século XIX registam já poucos membros e que se extinguirão antes mesmo do processo da exclausuração de 1834. Quanto à localização, é interessante observar que o colégio da Estrela inaugura uma zona particularmente característica em fundações religiosas, como

¹²⁹ Sobre o convento do Espírito Santo, em Loures v. CASTRO, João Baptista de – *ob. cit.*, vol. III, p. 472. Para o convento de Santa Marta v. PEREIRA, Luís Gonzaga – *ob. cit.*, p. 269-275 e SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. – *ob. cit.*, p. 853-854. O convento de Nossa Senhora da Conceição dos Mártires fundado por iniciativa do escrivão da puridade de D. Sebastião, Miguel de Moura e de sua mulher D. Brites da Costa, consta também em CASTRO, João Baptista de – *ob. cit.*, p. 487-488.

adiante veremos, o mesmo se podendo dizer, ainda que numa escala menos expressiva, do majestoso edifício de S. Bento¹³⁰.

Já para os finais do século XVI, em 1591, também a Ordem de Cister avançou para Lisboa, porém com outros objectivos. Existia o mosteiro feminino, em Odivelas, fundação do tempo de D. Dinis, mas a criação do mosteiro de Nossa Senhora do Desterro, do ramo masculino, destinava-se, de início, à posição de instituição principal da ordem. Tal não aconteceu e o mosteiro de Alcobaça continuou como cabeça dos Cistercienses, rapidamente evoluindo o Desterro para as funções de hospício destinado a membros da ordem que, por qualquer motivo, tivessem de se deslocar à capital. Dispunha de uma localização muito central, na freguesia de Santa Justa, e funcionou apenas até 1814, conhecendo uma extinção precoce como aconteceu aos conventos da Ordem de S. Bento que acima se mencionaram¹³¹.

Começada a dinastia filipina com a consolidação de um conjunto de instituições ligadas quer à reforma franciscana quer à implantação em Lisboa de ordens religiosas que tinham tido o seu apogeu na Idade Média, o movimento fundacional de maior importância vai reflectir-se na entrada das novas ordens reformadas e no apoio à reconstrução de grandes instituições medievais que se encontravam decadentes, sendo o caso mais notável o das obras em S. Vicente de Fora. Com efeito, a imagem que Filipe I (r.1580-1598) pretendeu dar a Lisboa, se é verdade que passa pela grande remodelação do paço da Ribeira, vai sobretudo exercer-se na arquitectura religiosa e S. Vicente, que contará com uma nova igreja e um novo mosteiro, complementa a representação do paço da Ribeira (a residência real em vida) pois se destinará a panteão régio

¹³⁰ Para a Ordem de S. Bento, em geral e na sua implantação em Portugal, v. MATTOSO, José – Beneditinos. I. Idade Média. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir., *ob. cit.*, vol. I, p. 202-205 e DIAS, Geraldo José Amador Coelho – Beneditinos. II., *ibid.*, p. 205-208 bem como SANTOS, M.^a Teresa C.S. Gonçalves dos – Beneditinos. In: FRANCO, José Eduardo, dir., *ob. cit.*, p. 60-71 e SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir., *ob. cit.*, p. 41-45. Para os estabelecimentos beneditinos de Lisboa v. em especial SOUSA, Gabriel de – Beneditinos. 11- Lisboa (N.^a S.^a da Estrela). In: ANDRADE, António Alberto Banha de – *ob. cit.*, vol. 2, p. 369-373 e do mesmo autor, Beneditinos. 12- Lisboa (S. Bento da Saúde). *Ibid.*, p. 373-376.

Para a importância de S. Bento da Saúde na malha urbana da capital v. MATELA, Raquel Sofia de Pinto Lobo e – *O papel dos conventos no crescimento urbano: reflexões sobre monumentos e salvaguarda do património: casos de estudo em Lisboa: o convento de S. Bento da Saúde e o convento de Nossa Senhora de Jesus da Ordem Terceira de São Francisco*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura ao Instituto Superior Técnico. Lisboa: [s.n.], 2009, p. 52-66.

¹³¹ V. para a Ordem de Cister, a bibliografia já indicada para o mosteiro de S. Dinis, e para o Desterro v. SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. – *ob. cit.*, p. 332.

(a residência na morte). A propósito das obras reais e de S. Vicente em particular, refere Miguel Soromenho:

“Impondo à cidade o seu perfil imenso, a Igreja de S. Vicente alardeava a emanção da forte vontade política que a tornava possível. Na cúpula, organismo inédito no panorama de Lisboa, desenhava-se uma superioridade tecnológica desconhecida, ao mesmo tempo que na originalíssima composição da fachada se evidenciava a monumentalidade requerida a uma igreja de patrocínio régio [...]”¹³².

Nos anos -80 é notória a força com que entra em Portugal a Ordem dos Carmelitas Descalços, proveniente de Espanha e trazendo a reforma de Santa Teresa de Jesus à Ordem do Carmo. Logo em 1581, por iniciativa de Filipe I¹³³, chegam os primeiros carmelitas reformados a fundar um estabelecimento que ficou sob invocação de S. Filipe em homenagem ao rei, invocação essa que será mudada, mais tarde, quando a comunidade passou para a sede definitiva na Rua das Janelas Verdes, no local de uma ermida dedicada a Nossa Senhora dos Remédios¹³⁴.

Em 1584, muito próximo daquele local, é fundado o convento de Santo Alberto, para o ramo feminino da ordem. Conforme adiante se demonstrará, esta ordem, que em Lisboa conviveu harmoniosamente com a tradicional Ordem do Carmo, terá um impacto importante na vida religiosa regular da capital e expandir-se-á por várias zonas. O núcleo das Janelas Verdes, constituído por convento masculino e feminino, será replicado, já fora de portas, nas edificações posteriores de Carnide. Em termos urbanos, o eixo Santos-o-Velho, Pampulha, Alcântara será determinante nas fundações dos séculos XVII e XVIII, para várias ordens religiosas¹³⁵.

¹³² Classicismo, italianismo e estilo chão: o ciclo filipino: as obras reais. In: PEREIRA, Paulo, dir. – *ob. cit.*, vol. II, p. 380. Do mesmo autor, com Nuno Saldanha veja-se “O mosteiro e igreja de S. Vicente de Fora”. In: MOITA, Irisalva, coord. – *ob. cit.*, p. 207-218.

¹³³ V. BOUZA, Fernando – *D. Filipe I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. Para a dinastia filipina v. do mesmo autor, *Política, cultura, representações, 1580-1668*. Lisboa: Cosmos, 2000.

¹³⁴ V. para a Ordem dos Carmelitas Descalços e sua implantação em Portugal, VETCHINA, José Carlos – Carmelitas Descalços. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir., *ob. cit.*, vol. I, p. 296-300 e VEIGA, Carlos Margaça – Carmelitas Descalços. In: FRANCO, José Eduardo, dir., *ob. cit.*, p. 83-100. Para o convento dos Remédios v. DAGGE, Guilherme de la Poer; VARNHAGEN, Adolfo – *Convento de Nossa Senhora dos Remédios dos frades Marianos em Lisboa*. Lisboa: Typ. de Castro Irmão, 1872.

¹³⁵ Acerca do ramo feminino da Ordem v. FERREIRA, Sílvia – Carmelitas Descalças. In: FRANCO, José Eduardo, dir., *ob. cit.*, p.349-352.

Para o convento de Santo Alberto v. CASTRO, João Baptista de – *ob. cit.*, vol. III, p. 426 e PEREIRA, Luís Gonzaga – *ob. cit.*, p. 249-252.

Outra construção de empenho régio é o convento de Nossa Senhora da Quietação, invocação que simbolizava um desejo de paz. Ficou também conhecido por convento das Flamengas, por se tratar de uma comunidade de Clarissas reformadas em fuga dos Países-Baixos onde eram perseguidas no quadro das perturbações político-religiosas então em curso, e que Filipe I encaminhou para Lisboa. A fundação data de 1586 localizando-se o edifício na zona de Alcântara. Também em fuga vieram as primeiras Brígidas, conhecidas mais vulgarmente por Inglesinhas que, devido às perseguições religiosas no seu país, procuraram estabelecer-se em Portugal. O convento de S. Salvador de São data de 1594 e localiza-se numa zona também muito procurada para edificação conventual, o bairro do Mocambo como era designado devido à população predominantemente negra, e que virá a acolher os estabelecimentos das Trinas de Nossa Senhora da Soledade e das Bernardas de Nossa Senhora da Nazaré.

As Clarissas Flamengas e as Brígidas acolheram-se, de início, noutras comunidades, as primeiras na Madre de Deus e as segundas no convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança, ambos de Clarissas, aguardando a finalização dos seus conventos. As Flamengas manterão o nome, porém, a origem vai desaparecendo e a integração na organização franciscana portuguesa far-se-á, naturalmente, como para qualquer outro estabelecimento de Clarissas¹³⁶. Já as Brígidas que virão a constituir um segundo estabelecimento mas em Marvila, manter-se-ão sempre ligadas ao país de origem, onde iam buscar novas acólitas, sempre que possível, conforme refere Giuseppe Baretti que visitou o convento de S. Salvador em 1761:

“As freiras mantêm muitas relações com esse reino [Inglaterra e Irlanda] e o seu trabalho principal consiste em procurarem encontrar raparigas, lá ou aqui, que queiram vir tomar hábito e refazer-lhes o número, quando este diminui por morte de alguma delas”¹³⁷.

Antes do final do século XVI, Lisboa assiste ainda à fundação de três casas da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho. É interessante notar que, após o convento de

¹³⁶ V. para as Flamengas, *Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa*, vol. V, 3º tomo, p. 107-111. Para as Inglesinhas v. REAL, Miguel – Brígidas. In: FRANCO, José Eduardo, dir., *ob. cit.*, p. 340. O convento de S. Salvador vem referido em VIDAL, Angelina – *ob. cit.*, p. 216-218.

¹³⁷ *Cartas de Portugal*. Traduzidas, prefaciadas e anotadas por Maria Eugénia de Montalvão Freitas Ponce de Leão. Coimbra: [s.n.], 1970. p. 93.

Nossa Senhora da Graça em 1305, não se verificara mais nenhuma construção desta ordem na capital. As novas construções ainda não são “reformadas” e começam com o convento de Santa Mónica, em 1586 a que se seguem na década seguinte, o colégio de Santo Agostinho, em 1594 e o convento da Penha de França que se supõe ser de cerca de 1597. Santa Mónica é o único estabelecimento do ramo feminino que os Eremitas criaram em Lisboa e deve-se a iniciativa privada de D. Maria de Abranches, filha do capitão-mor de Azamor Álvaro de Abranches. Foi a proximidade geográfica ao estabelecimento masculino que ditou a entrega a esta ordem pois, tal como se verificava com as construções dos ramos femininos de outras ordens religiosas, havia que assegurar a existência próxima de um masculino, para garantir o apoio espiritual. O convento de Nossa Senhora da Penha de França está ligado, tal como o da Graça, a uma matriz devocional que propicia romagens, procissões e outras actividades e manifestações religiosas. A construção da igreja antecede a criação do convento que só é entregue aos Agostinhos em 1601 depois de uma disputa com os Dominicanos que reivindicavam o lugar e o culto de Nossa Senhora da Penha de França. As obras foram demoradas, a custas dos Agostinhos e terminaram em 1635, com apoio de António Cavide que, ao tempo já servia D. João, então duque de Bragança e que foi mais tarde seu escrivão da puridade. No tocante ao colégio de Santo Agostinho, já atrás referimos que foi comprado aos Jesuítas, tendo os Agostinhos estabelecido no edifício um colégio de estudos teológicos¹³⁸.

Para além de um referencial mais casuístico em que as fundações surgem primeiro e a entrega à ordem vem depois, há outro aspecto interessante a realçar que é a proximidade geográfica dos quatro estabelecimentos, três dos quais criados em datas sucessivas. A Graça e a Penha de França pela grandiosidade dos respectivos edifícios e pela localização no alto de colinas, consolidam uma imagem de poder para os Eremitas de Santo Agostinho e contribuem para a caracterização de uma cidade que preenche, estrategicamente, as suas zonas elevadas, com construções conventuais, tal como já

¹³⁸ V. para o convento de Santa Mónica, PEREIRA, Luís Gonzaga – *ob. cit.*, p. 217-220 e SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. – *ob. cit.*, p. 586. Para a Penha de França v. *Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa*, vol. V, 5º tomo, p. 68-76.

Quanto ao colégio de Santo Agostinho v. em especial, MARTINS, Dorbalino dos Santos; SEIXAS, Miguel Beirão de Almeida – *O Coleginho: breve resenha histórica*. Lisboa: Direcção do Serviço Histórico-Militar, 1990.

acontecia com os edifícios mais antigas do outro lado do vale do Rossio, a saber o Carmo, a Trindade e S. Francisco da Cidade.

Noutro local, em zona que também irá conhecer desenvolvimentos em termos de construção conventual, funda-se, em 1585, o hospício de Nossa Senhora de Jesus, de Terceiros Franciscanos. Situa-se no eixo Bairro Alto – Calçada do Combro onde surgirão mais tarde, novas construções conventuais. No local existia uma ermida e uma casa de particulares que fizeram doação da propriedade aos Terceiros. De início foi um pequeno hospício mas nele se efectuaram obras que o transformaram num grande edifício. A primeira pedra foi colocada em 1615 e em 1623 é celebrada a primeira missa já na nova igreja. O estabelecimento conhecerá grande notoriedade sobretudo a partir da autonomia do ramo de Terceiros conhecida por Terceiros Regulares da Penitência, que ocorreu em 1780 e pelo prestígio de alguns dos seus membros, como Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814)¹³⁹.

No termo de Lisboa, os Arrábidos estabelecem-se, em 1584, na zona da Póvoa de Santa Iria com o convento de Nossa Senhora da Conceição. Cria-se assim mais uma casa religiosa no eixo Norte de Lisboa. Noutra direcção, é fundado em 1597 o convento de Santa Maria *Vallis Misericordiae*, da Ordem da Cartuxa. Esta ordem acabara de entrar em Portugal, por iniciativa do arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança (1530-1602)¹⁴⁰ e, graças ao seu empenho e mecenato, tinha sido fundado o primeiro

¹³⁹ V. a propósito do convento de Jesus, ARAÚJO, Norberto – *ob. cit.*, Livro 5, p. 39-40 e 48-49 e PEREIRA, Luís Gonzaga, *ob. cit.*, p. 341-343. Para a influência do convento no desenvolvimento urbano veja-se MATELA, Raquel – *ob. cit.*, p. 70-79.

Sobre Frei Manuel do Cenáculo, figura primordial da política pombalina, presidente da Real Mesa Censória, bispo de Beja e arcebispo de Évora, veja-se MARCADÉ, Jacques – *Dom Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, Évêque de Beja, Archêveque d'Evora (1770-1814)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1978 e, para a sua acção como bibliófilo e propulsor de bibliotecas, v. VAZ, Francisco, coord. – *Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo: repertório de correspondência, róis de livros e doações a bibliotecas*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.

¹⁴⁰ Filho de D. Jaime I, 4º duque de Bragança e de sua segunda mulher D. Joana de Mendonça, foi educado no paço ducal de Vila Viçosa e veio a professar na Companhia de Jesus então de fundação recente, no ano de 1549. De Coimbra passou a Roma e a Paris onde se doutorou em Teologia. Viajou por França, Itália e Inglaterra e em Portugal foi nomeado, em 1578, coadjutor do cardeal-infante D. Henrique. Quando este subiu ao trono, D. Teotónio tomou posse do arcebispado de Évora tendo desempenhado um papel importante na fundação de institutos religiosos, com destaque para o estabelecimento da Ordem da Cartuxa e construção do convento de Santa Maria *Scala Coeli*, em Évora que os monges de S. Bruno ocuparam em 1598. Possuía uma importantíssima livreria de impressos raros e de valor, muitos manuscritos portugueses valiosos e outros gregos, arábicos e de outras línguas orientais que, por sua morte, foram legados aos cartuxos de Évora. V. a propósito HESPANHOL, Maria Antónia Barreiras Sequeira – *Dom Theotónio de Bragança: o primeiro*

instituto cartuxano em Évora sob a invocação de Santa Maria *Scala Coeli*, em 1587. Trata-se de uma entrada tardia porquanto a ordem fora fundada em 1084 por Bruno de Hartenfaust, em França, tendo sido aprovada em 1176. Os Brunos, como também eram designados, viviam, na sua origem, em comunidades semi-eremíticas de pequenas casas ou cabanas, distantes umas das outras mas ligadas por um pequeno templo. A expressão francesa pela qual é conhecida esta ordem – Chartreuse – significa, precisamente, cabana ou pequena casa. Inspira-se na Regra de S. Bento com influências da de S. Jerónimo, no que diz respeito ao tipo de eremitismo praticado¹⁴¹.

Expandira-se pela Europa e implantara-se, com êxito, em Espanha, porém só no final do século XVI entra em Portugal onde, aliás, nunca constituirá mais do que as duas fundações referidas. A Cartuxa de Lisboa, como também era designada, apesar de se situar em Laveiras, Caxias foi, como dissemos, também impulsionada por D. Teotónio de Bragança e povoada por frades vindos de Tarragona, como acontecera em Évora. O espaço ocupado resultou de uma disposição testamentária de uma senhora natural de S. Tomé, D. Simoa Godinho, que apenas indicava o desejo de ver construída uma casa religiosa na sua quinta situada na ribeira de Barcarena, sem menção específica de ordem. Para além de um conflito entre Arrábidos e Cartuxos sobre quem deveria ocupar o espaço, que se resolveu a contento dos últimos pois os primeiros já tinham outras edificações em locais próximos, a construção do edifício foi morosa e, por razões de salubridade, veio a ser abandonada para dar lugar a novo edifício localizado noutra zona mas dentro da mesma quinta¹⁴².

Note-se esta nova situação casuística na escolha do local do convento em que o doador não indica qual a ordem que o vai ocupar, originando conflitos entre ordens diferentes, bem como o difícil entrosamento das ordens de natureza monástica e eremítica mais antiga, no espaço geográfico de Lisboa. Tal não acontece para as

arcebispo de Évora no domínio filipino. Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à UE. Évora: [s.n.], 1993.

¹⁴¹ V. para a Ordem da Cartuxa, em geral, GOMES, Jesué Pinharanda – Cartuxos. In: FRANCO, José Eduardo, dir. – *ob. cit.*, p.105-109 e LOPEZ, Antão – Cartuxos. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *ob. cit.*, vol. I, p. 300-301.

¹⁴² V. para a Ordem em Portugal, GOMES, Jesué Pinharanda – *A Ordem da Cartuxa em Portugal: ensaio de monografia histórica*. Salzburg: Institut für Anglistik und Amerikanistik – Universität Salzburg, 2004.

Do mesmo autor, para o convento de Nossa Senhora *Vallis Misericordiae* veja-se também *A Livraria da Cartuxa de Laveiras (Oeiras)*. Lisboa: [s.n.], 2002. Sep. “Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa”, 29.

fundações da província da Arrábida, e assim, no início do século XVII, em razão de não lhes ter sido concedida a quinta de Laveiras, surge mais uma construção no termo ocidental de Lisboa, na zona da Cruz Quebrada, frente ao rio, como as anteriores, desta feita consagrada a Nossa Senhora da Boa Viagem. Foi fundada em 1618, sendo conhecida também por Santa Catarina a Nova, para a distinguir do convento de Santa Catarina de Ribamar que, por razões de ruína e insalubridade, fora abandonado temporariamente pela comunidade, como atrás se referiu. O facto de ter uma invocação directamente relacionada com a actividade marítima tornou-o rapidamente um centro de romarias e devoções.

No início do século XVII verificam-se ainda bastantes construções, muitas resultantes de projectos que tinham começado nos últimos anos do século XVI, como o convento de Nossa Senhora do Socorro, da Ordem do Carmo, inaugurado em 1602, na zona de Camarate e iniciam-se outros, desde logo o grande mosteiro beneditino de S. Bento da Saúde, em 1615, como já tínhamos mencionado, e duas construções femininas, uma de Dominicanas outra de Clarissas, em 1612 e 1617, respectivamente, ambas de iniciativa privada e com situação geográfica próxima. Trata-se dos conventos do Santíssimo Sacramento, junto à Praça de Armas de Alcântara, e do Monte Calvário, na zona onde é hoje o Largo do Calvário. De notar que também as Clarissas Flamengas estavam na proximidade e na década seguinte implanta-se na zona o convento de S. João de Deus, da Ordem Hospitaleira, em 1629.

Esta ordem fora fundada em 1606, como ordem regular masculina de natureza mendicante e canónica e teve a sua primeira instituição em Montemor-o-Novo, terra natal de S. João de Deus. Para além da província portuguesa, a ordem expandiu-se pela Europa durante o século XVII, tendo como principais missões a assistência e a prestação de serviços de saúde, quer em estabelecimentos hospitalares que confinavam com os conventos quer nos campos de batalha¹⁴³. O estabelecimento na Rua das Janelas Verdes não foi, propriamente, a primeira fundação em Lisboa. Em 1587, antes ainda da instituição comunitária da ordem, já havia Hospitaleiros no castelo de S. Jorge, onde

¹⁴³ V. a propósito FILIPE, Nuno Ferreira – Hospitaleiros de S. João de Deus. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *ob. cit.*, vol. III, p. 374-375; GAMEIRO, Aires – Hospitaleiros. In: FRANCO, José Eduardo, dir. – *ob. cit.*, p.173-187 e MAGLIOZZI, José Pirro – Fundação e expansão da Ordem Hospitaleira nos sécs. XVI a XIX. In: *Museu São João de Deus: Psiquiatria e História*. Lisboa: Editorial Hospitalidade, 2009, p. 65-73.

tinham fundado o hospital de S. Filipe e S. Tiago. Em 1629, foram ocupar o espaço deixado vago pelos Carmelitas Descalços que passaram para o novo edifício consagrado a Nossa Senhora dos Remédios, também nas Janelas Verdes mas mais próximo de Santos-o-Velho e do convento feminino de Santo Alberto.

Quanto à Companhia de Jesus que investira, até ao fim do século XVI, na fundação de colégios nos principais centros urbanos do país, inicia o século XVII com a criação do colégio de S. Patrício, em Lisboa, no ano de 1601, destinado à formação do clero irlandês e em 1619 inaugura um grande edifício destinado ao noviciado da província de Portugal, conhecido como noviciado da Cotovia ou do Monte Olivete, devido à localização na zona onde é hoje a Rua da Escola Politécnica, mas estendendo-se até à Rua do Salitre, por um lado e ao actual Largo do Rato, por outro. Não muito distante tinha sido fundado em 1611 o hospício de S. Bruno, da Ordem da Cartuxa e, posteriormente, na zona do Monte Olivete até à actual Praça das Flores surgirão hospícios de outras ordens.

Nos últimos anos da dinastia filipina, são fundados dois conventos, um servindo também de hospício e o outro de recolhimento. O primeiro, consagrado a Nossa Senhora Porta do Céu, foi edificado em Telheiras, no termo de Lisboa, em 1632. O segundo é o convento da Encarnação que data de 1630. O estabelecimento de Telheiras foi mandado construir por D. João de Cândia, filho do rei de Cândia, no Ceilão, o qual tendo vivido sob custódia dos frades franciscanos na Índia, veio para Portugal em 1610. Mandou construir uma igreja e um convento que entregou aos Franciscanos da província de Portugal e que se destinava à convalescença dos religiosos menores, num terreno que em 1625 tinha adquirido em Telheiras. A invocação escolhida, pouco vulgar, é de Nossa Senhora Porta do Céu, que com o tempo passou a ser designada Nossa Senhora da Porta do Céu¹⁴⁴.

Por sua vez, o convento da Encarnação era das Comendadeiras de S. Bento de Avis que já tinham tido outra casa, no Poço do Borratém, ligada a disposição testamentária da infanta D. Maria (1521-1577), onde também se indicava que a invocação devia ser de Nossa Senhora da Encarnação. Situava-se na freguesia da Pena,

¹⁴⁴ V. acerca deste estabelecimento PEREIRA, Luís Gonzaga – *ob. cit.*, p. 145-147. A paróquia tem, em linha, informação detalhada sobre as circunstâncias da fundação e história do convento em Igreja de Nossa Senhora da Porta do Céu. Disponível em: <http://portadoceu.sapo.pt>.

não muito distante de Santa Ana e destinava-se a uma comunidade religiosa mas, sobretudo, a servir de recolhimento temporário ou permanente de senhoras. Tinha funções idênticas ao convento de Santos-o-Novo que pertencia às Comendadeiras da Ordem de Santiago e de que já atrás se mencionou, a propósito das fundações do reinado de D. João II. Também há a referir o convento de Santa Marta que em 1583 se destinara a recolhimento de órfãs e que, a partir de 1612, começa a funcionar como convento de Clarissas¹⁴⁵.

Os hospícios e os recolhimentos distribuem-se ao longo da cidade, em alguns casos no seu termo por questões de “bons ares”, e estão ligados, normalmente, a ordens religiosas que asseguram a estrutura comunitária de apoio. Os hospícios poderão designar também hospedaria (como no caso do de Nossa Senhora do Desterro, da Ordem de Cister) ou hospital (como no caso do de Nossa Senhora da Luz, da Ordem de Cristo). No respeitante aos recolhimentos, destinados ao sexo feminino, é quase impossível encontrar um convento de Lisboa que não funcione também como recolhimento, pontual ou permanente de rainhas, princesas ou senhoras da nobreza, algumas das quais tinham mandado erigir ou eram protectoras dos estabelecimentos religiosos onde pretendiam mais tarde residir. Já mencionámos o caso da Madre de Deus, mas veremos outros no século XVII, também importantes¹⁴⁶.

O século XVI convoca, como vimos, manifestações de religiosidade que vão a par com a consolidação do poder real, por um lado e com a transformação da capital numa cidade moderna e cosmopolita, mais evidentes com a política de D. Manuel e no final do século com a de Filipe I. Nas palavras de Ana Cristina Leite:

“D. Manuel não inventou uma nova Lisboa, mas soube, admiravelmente gerir a cidade que herdou [...] criou-lhe uma topografia monumental e simbólica – arquitectura de aparato e valorização paisagística da orla ribeirinha – que colocou ao serviço da propaganda régia. Reinventou uma Lisboa, a “porta principal” ou “portal

¹⁴⁵ Sobre o convento da Encarnação v. AGUIAR, José Pinto de – *Recolhimentos da capital*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita, 1966. Sep. “Olisipo”, 29 e sobre o convento de Santa Marta v. *Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa*, vol. V, 3º tomo, p. 99-104 e SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. – *ob. cit.*, p. 853-854.

¹⁴⁶ A propósito do movimento assistencial religioso v. ABREU, Laurinda – *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs XVI-XVIII)*. Lisboa: Colibri, 2004.

do reino”, como se lhe refere Garcia de Resende no seu “Cancioneiro Geral” que ofereceu ao Mundo como o centro do Império”¹⁴⁷.

Por sua vez, a protecção que a nova dinastia filipina foi dando às ordens religiosas já existentes e às emergentes completa-se, politicamente, pela confirmação de privilégios e pelas “pingues esmolos para empreendimentos construtivos”¹⁴⁸ e verifica-se, após a entrada de Filipe I em Portugal, um movimento intensivo de novas fundações que, como veremos, continuará no século XVII, também como marca da dinastia brigantina.

II.2.4. O grande movimento fundacional da segunda metade de Seiscentos

O advento da dinastia de Bragança em 1640 comporta uma vertente importante de consolidação do poder real através, entre outros mecanismos de vária natureza, evidentemente, do poder religioso¹⁴⁹. O rei, a rainha e seus familiares vão envolver-se numa crescente dinâmica de fundações conventuais com tudo o que, em termos de aparato e representação, elas podem significar para a afirmação da nova corte e para a sua imagem de piedade, determinante para a sua aceitação pelos seus súbditos. Há novas fundações pertencentes a ordens já existentes e há novas ordens a estabelecer-se, algumas com um papel histórico a mais longo prazo, outras de cariz mais discreto. A verdade é que todo esse movimento que comporta, no momento da inauguração e a termo, a realização de manifestações cerimoniais várias e, antes de mais, uma proliferação construtiva barroca, vai alterar a própria cidade e o seu entorno¹⁵⁰.

Comecemos por ver as fundações do tempo de D. João IV (r.1640-1656), primeiro monarca da dinastia brigantina, e onde a sua iniciativa está presente. Em

¹⁴⁷ *Ob. cit.*, p. 82.

¹⁴⁸ SOROMENHO, Miguel – *ob. cit.*, p. 383.

¹⁴⁹ Ainda que esta questão da relação entre D. João IV e o poder eclesiástico regular não seja significativa na historiografia consultada, tem interesse, nomeadamente no que concerne ao apoio das ordens religiosas à subida ao trono deste monarca e à sua legitimação ver COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da – *D. João IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 158-161.

Quanto à produção tipográfica da Restauração, onde avultam nomes de religiosos, tratá-la-emos no capítulo V, conferindo com as existências nas bibliotecas religiosas de Lisboa.

Para a parenética e sua importância naquele período, veja-se MARQUES, João Francisco – *A parenética portuguesa e a Restauração (1640-1668): a revolta e a mentalidade*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989. 2 vol.

¹⁵⁰ V. a propósito VALE, Teresa Leonor M.; COUTINHO, Maria João Pereira; SALDANHA, Sandra, coord. - *Lisboa barroca e o barroco de Lisboa: colóquio de História de Arte*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

termos de novas ordens, o monarca autoriza a fixação em Lisboa dos Clérigos Regulares de S. Caetano. Fundada em Roma, no ano de 1524, por S. Caetano de Thiene (de onde provém o nome de Teatinos dado aos seus membros) esta ordem pré-tridentina mas reformista, de clérigos e não frades ou monges, vocacionara-se primeiramente para a assistência, construindo e mantendo hospitais, asilos e outras obras de caridade. A ordem, exclusivamente masculina, entrou em Portugal em 1640 com o objectivo de se fixar em Goa. A vinda para Lisboa ocorreu posteriormente, tendo D. João IV autorizado em 1649 a construção de uma igreja e casa, na zona do Bairro Alto que, juntamente com o estabelecimento de Goa, constituíram as únicas fundações dos Teatinos em Portugal, não contando o hospício que fizeram, mais tarde, no Campo Grande¹⁵¹.

Outra ordem religiosa que não estava ainda representada em Portugal e que se integrava na família franciscana era a dos Capuchinhos. A verdade é que Capuchinhos italianos e franceses já desempenhavam funções de missionação no ultramar, mas não tinham construções no continente, nem tão pouco existia a ordem em Portugal. O motivo prende-se, sobretudo, com a resistência colocada pelas outras ordens que também faziam missionação¹⁵². É, aliás, uma situação em tudo semelhante à rivalidade que, na Idade Média ocorrera entre Trinitários e Mercedários, com vantagem para os primeiros, a ponto de não terem os segundos conseguido implantar-se em Lisboa depois da extinção do estabelecimento que tinham, em 1504, a não ser mais tarde, como veremos, com um hospício¹⁵³. D. João IV irá, porém, autorizar em 1648 que os Capuchinhos franceses fundem um hospício em Lisboa, na zona de Santos-o-Velho, que serviu para receber os futuros missionários destinados ao ultramar e que aí podiam aprender a língua portuguesa. Para além de hospício, a casa tinha uma estrutura conventual relativamente permanente, sob invocação de Nossa Senhora dos Anjos da Porciúncula.

¹⁵¹ V. o indispensável BEM, Tomás Caetano de – *Memorias históricas e chronologicas da Sagrada Religião dos Clérigos Regulares em Portugal...* Lisboa: na Regia Officina Typographica, 1792. 2 vol. e MATEUS, Susana Bastos – Teatinos. In: FRANCO, José Eduardo, dir., *ob. cit.*, p.293-295.

V. também GOMES, Paulo Varela – As iniciativas dos Teatinos em Lisboa, 1648-1698 (mais alguns elementos). *Penélope: fazer e desfazer a História*. Nº 9/10, 1993 p. 73-82.

¹⁵² V. a propósito THOMAZ, Luís Filipe F.R. – Missões. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *ob. cit.*, vol. III, p. 205-221.

Sobre os Capuchinhos v. MENDES, Acílio; CALAZANS, José Carlos – Capuchinhos. In: FRANCO, José Eduardo, dir. – *ob. cit.*, p. 71-77.

¹⁵³ V. ALBERTO, Edite – Mercedários. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *ob. cit.*, vol. III, p. 194-195.

Também os Dominicanos irlandeses demandaram permissão para fundar dois estabelecimentos em Portugal com o objectivo de dar guarida aos religiosos em fuga das perseguições aos católicos na Irlanda e também para formarem dominicanos que pudessem, no regresso ao seu país, refundar casas e dinamizar a ordem. A situação assemelha-se, em parte, à origem da fundação do convento de Nossa Senhora da Quietação, de Clarissas Flamengas, no tempo de Filipe I e à entrada da Ordem de Santa Brígida que fundara um estabelecimento em Lisboa, em 1594 e que, na regência de D. Luísa de Gusmão, funda segundo, em Marvila, no ano de 1660 já com a invocação da padroeira de Portugal, Nossa Senhora da Conceição.

Não obstante, nesta entrada dos Dominicanos irlandeses que dá origem ao convento feminino de Nossa Senhora do Bom Sucesso, em 1639, na zona da Cordoaria e ao masculino dedicado ao Corpo Santo, em 1659, na zona de Santos-o-Velho, há uma influência importante a considerar que é a do confessor da rainha D. Luísa de Gusmão, frei Domingos do Rosário, dominicano irlandês, que pessoalmente se empenhou no sucesso destas fundações que a rainha muito distinguiu. De notar que a comunidade do Corpo Santo residira no estabelecimento da Boa Hora, ao Chiado enquanto esperava a conclusão das obras do novo convento¹⁵⁴.

Dentro desta mesma linha mas com uma importância acrescida para a vida portuguesa e, no caso vertente, para a de Lisboa, está a figura do padre Bartolomeu do Quental (1626-1698) que foi nomeado em 1654, por D. João IV, para as funções de capelão, confessor e pregador da Casa Real, sucedendo no cargo que fora do padre António Vieira, e que lançou com o apoio da regente, a Congregação do Oratório em Portugal, em 1659. Esta fora fundada por S. Filipe Néri, em Roma, no ano de 1564,

¹⁵⁴ Esse convento, mandado construir em terrenos oferecidos por D. Luís de Castro do Rio em 1633, é um exemplo típico de fundações que não têm à partida destinatários: ocupado primeiro pelos Dominicanos irlandeses que saem em 1659, serve seguidamente de primeiro estabelecimento aos Oratorianos até 1677 data em que passam para a casa do Espírito Santo, também no Chiado e em 1688 é entregue definitivamente aos Eremitas Descalços de Santo Agostinho que nele fundam um convento dedicado a Nossa Senhora da Boa Hora.

Também o convento do Bom Sucesso tem um historial de implantação em que há movimentação: a construção mandada fazer pela condessa da Atalaia, D. Iria de Brito e destinado a religiosas da Ordem de S. Jerónimo, acabou por servir para as Dominicanas Irlandesas. Acerca deste convento que ainda hoje subsiste, como colégio religioso, v. Mc CABE, Honor – *A light undimmed: the story of the convent of Our Lady of Bom Sucesso, 1639-2006*. Lisbon: [s.n.], 2007.

Sobre o convento do Corpo Santo, muito danificado pelo terramoto e hoje pertença de Dominicanos portugueses v. SANTOS, João Bernardo dos – *Convento dos Dominicanos do Corpo Santo*. Lisboa: [s.n.], 1960. Sep. “Revista Municipal”, 83.

representando um modelo de congregação religiosa, exclusivamente masculina, para clérigos seculares com votos de pobreza mas proibidos de mendigar como também o eram, aliás, os Clérigos Regulares de S. Caetano. A sua missão era, essencialmente, de militância anti-reformista, evangelização e acção pedagógica e científica¹⁵⁵.

A Congregação consolida-se já no reinado de D. Afonso VI (r.1656-1683) e na regência de D. Pedro (1667-1683) e vai alcançar um papel determinante, nos domínios pedagógico, cultural e científico, em detrimento dos estabelecimentos jesuítas, como é conhecido, e muito especialmente em Lisboa com as suas duas fundações, primeiro a casa do Espírito Santo, no Chiado e já no reinado de D. João V, a de Nossa Senhora das Necessidades, sobranceira a Belém, que adiante teremos oportunidade de detalhar¹⁵⁶.

A Ordem de S. Paulo Primeiro Eremita não era propriamente nova, pois fora aprovada pelo papa João XXII em 1328 e sabe-se que no reinado de D. Fernando (r.1367-1383) já existia em Portugal, garantidamente, uma comunidade eremítica na Serra de Ossa. Porém, foi reformada em 1578, pelo papa Gregório XIII que confirmou e aprovou novos estatutos com os privilégios das ordens mendicantes junto com os que anteriormente obtivera, atribuindo-lhes o título de Eremitas de S. Paulo Primeiro Eremita. Nesse mesmo ano, foi criado um colégio em Évora, consagrando-se assim uma vertente letrada para os membros da ordem recém-formada e que a iria orientar de futuro, em detrimento da vertente eremítica. É dentro dessa linha que se situa a construção em Lisboa do mosteiro do Santíssimo Sacramento (também conhecido por mosteiro de S. Paulo), na zona da Calçada do Combro, em 1647. Inaugurado dois anos depois, foi seu instituidor o padre mestre frei Diogo da Ponte, com o patrocínio de D. João IV, sendo todo o edifício e espaços adjacentes de grande dimensão¹⁵⁷.

¹⁵⁵ A propósito da figura e acção do padre Bartolomeu de Quental e do estabelecimento dos Oratorianos em Portugal v. DIAS, José Sebastião da Silva – *A Congregação do Oratório de Lisboa: regulamentos primitivos*. Coimbra: Instituto de Estudos Filosóficos: Imprensa da Universidade, 1966 e, entre as obras de Eugénio dos Santos sobre esta ordem, vejam-se as sínteses nos artigos intitulados “Oratorianos” publicados em AZEVEDO, Carlos Moreira, dir., *ob. cit.*, vol. III, p. 328-334 e em FRANCO, José Eduardo, dir. – *ob. cit.*, p. 231-240.

¹⁵⁶ V. sobre a influência dos Oratorianos no reinado de D. José, os indispensáveis *A reforma pombalina dos estudos secundários*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1981-1984. 2 vol. e *Verney e a cultura do seu tempo*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1965 de António Alberto Banha de Andrade.

¹⁵⁷ V. sobre a Ordem em geral BEIRANTE, Maria Ângela – Eremitismo. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *ob. cit.*, vol. II, p.149-154; FONTES, João Luís Inglês – Eremitas de S. Paulo. In: FRANCO, José Eduardo, dir. – *ob. cit.*, p. 152-155 autor que também já assinara o artigo sobre o mesmo assunto em SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir. – *ob. cit.*, p. 129-132. Para o mosteiro do Santíssimo Sacramento v. SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. – *ob. cit.*, p. 698-700.

O apoio régio reflecte-se também em construções para ordens que já estavam estabelecidas como é o caso dos Carmelitas Descalços, a começar na fundação do convento de *Corpus Christi*, na Baixa da cidade, erigido no sítio em que ocorrera um atentado à vida de D. João IV, durante a procissão do *Corpus Christi*, em 1647¹⁵⁸. As obras começaram em 1648 e igreja e convento foram entregues aos Carmelitas Descalços em 1661. A importância representativa e memorialista pouco vulgar nas fundações lisboetas ainda mais se acentuará pois é nesta igreja que D. Luísa de Gusmão desejará ficar sepultada até poder passar para uma outra sua fundação, o convento de Nossa Senhora do Monte Olivete, que lhe servira de morada após a assunção de poder por D. Afonso VI.

Este convento, por sua vez, tal como o que lhe ficava fronteiro e era dedicado a Nossa Senhora da Conceição do Monte Olivete, regista a entrada em Portugal do movimento de “descalcez” dos Eremitas de Santo Agostinho, patrocinada pela rainha regente. Criada em 1592, em Itália, na sequência do Concílio de Trento, e no âmbito das decisões do centésimo Capítulo Geral da Ordem de Santo Agostinho, o ramo dos Descalços procurava instaurar a mais estrita observância da regra de Santo Agostinho. Em 1663, com o apoio da rainha D. Luísa de Gusmão (1613-1666)¹⁵⁹, entram em Portugal, como congregação autónoma, ainda que só reconhecida pelo papa Clemente XI em 1675, e estabelecem-se, primeiro com um convento de freiras, em 1663 e um ano depois com um de frades, ambos no espaço que era do palácio da rainha, sito na freguesia do Beato, no lugar do Grilo. Daí deriva o nome Grilos e Grilas pelo qual os religiosos ficaram conhecidos. A Ordem teve uma implantação rápida em Portugal e, em 1683, vinte anos decorridos sobre a sua entrada, já tinha onze conventos e três hospícios, criados durante o reinado de D. Afonso VI e na regência de D. Pedro. Quanto à origem das comunidades, para o convento feminino foram religiosas de Santa Mónica, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho que o povoaram, sendo que para o masculino, os frades vieram de Nossa Senhora da Graça, também dos Agostinhos não reformados¹⁶⁰.

¹⁵⁸ V. COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da – *ob. cit.*, p. 291.

¹⁵⁹ V. a propósito da acção de mecenato religioso desta rainha, VALLANCE, Monique – *A rainha restauradora: Luísa de Gusmão*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

¹⁶⁰ V. ALONSO, Carlos – Agostinhos. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *ob. cit.*, vol. I, p. 31; SILVA, Cristiana Lucas; FONTES, João Luís Inglês – Agostinhos Descalços. In: FRANCO, José

Estas duas construções de grande porte ficavam na proximidade dos conventos de S. Bento e de S. Francisco de Xabregas, que já tínhamos referido e não muito distantes do da Madre de Deus, reforçando e consagrando a ponta oriental de Lisboa, em termos de vida religiosa consagrada.

No respeitante à consolidação dos Carmelitas Descalços em Lisboa, há a referir para além de *Corpus Christi*, a fundação em 1642, por iniciativa de uma filha do imperador Matias da Alemanha, de um convento feminino dedicado a Santa Teresa de Jesus, no lugar de Carnide, perto de Nossa Senhora da Luz, da Ordem de Cristo. Nesse estabelecimento foi criada a infanta D. Maria (1644-1693), filha natural de D. João IV que nele sempre habitou e que foi a fundadora do convento masculino da mesma ordem, dedicado a S. João da Cruz, em 1681, já no final da regência de D. Pedro, localizado também em Carnide. Nesse mesmo ano, mas por iniciativa privada de D. Luísa de Távora, comendadeira de Santos, é fundado o convento feminino de Nossa Senhora da Conceição dos Cardais, no Bairro Alto que começou por ser apenas um recolhimento¹⁶¹.

Voltando ao mecenato de D. Luísa de Gusmão, deve-se-lhe também a criação, em 1661, do convento de Nossa Senhora da Soledade, do ramo feminino da Ordem da Santíssima Trindade. A ordem no que respeita aos membros femininos era de estrita e rigorosa clausura, como as Carmelitas Descalças, o que nos permite confirmar a índole reformadora das instituições feitas neste período¹⁶². O estabelecimento localizava-se muito perto do das Inglesinhas, no bairro do Mocambo, seguindo nessa zona, uma outra construção feminina, datada de 1653, o mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré, da

Eduardo, dir. – *ob. cit.*, p. 50-51 e MADRID, Teodoro C. – Agostinhos Recolectos ou Descalços. In: ANDRADE, António Alberto Banha de, dir. – *ob. cit.*, vol. 1, p. 72-76 e p. 76-77, para as Agostinhas Descalças.

¹⁶¹ A propósito dos dois conventos de Carnide e à acção da infanta D. Maria v. MARTINS, Francisco de Assis de Oliveira – *O Convento de São João da Cruz de Carmelitas Descalços de Carnide na historiografia portuguesa*. Lisboa: {s.n.}, 1977. Sep. Colóquio A historiografia portuguesa anterior a Herculano, Lisboa, 1977.

Sobre o convento dos Cardais v. LADEIRA, Carlos – *O convento dos Cardaes: veios de memória*. Lisboa: Quetzal, 2003.

¹⁶² Trata-se, sem dúvida de uma manifestação do “puritanismo católico” que Pedro Cardim refere, como característica da corte de D. João IV, “espaço austero e até pobre, não só porque os tempos eram de guerra e havia que canalizar todos os recursos para o dispositivo bélico mas também porque os Bragança trouxeram para Lisboa um ambiente doméstico com um certo sabor rural e provinciano [...]” (A corte régia e o alargamento da esfera privada. In: MATTOSO, José, dir. – *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*. Coord. Nuno Gonçalo Monteiro. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 166).

Ordem de Cister, que D. João IV autorizara e que aproveitara o espaço de um recolhimento já existente.

Note-se que desde a fundação do convento da Trindade, por iniciativa da rainha D. Isabel, mulher de D. Dinis, os Trinitários não se tinham manifestado com novas construções em Lisboa. No entanto, em 1679 iniciam-se as obras do convento/hospício de Nossa Senhora do Livramento, de iniciativa privada, na zona de Alcântara e que foi inaugurado já no final do século, em 1698¹⁶³.

Numa vertente diversa, cabe fazer referência à fundação do convento do Santo Crucifixo, em 1667, pela rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia (1646-1683), mulher de D. Afonso VI. Com efeito, a comunidade era composta por religiosas capuchinhas francesas que vieram de França, com a própria rainha, para fundar uma casa em Portugal. Conquanto tenham ficado primeiro na Quietação e depois na Esperança, ambos de Clarissas, até estar pronto o edifício, as religiosas que ficaram conhecidas por Francesinhas, tiveram o seu convento localizado na Estrela, perto do da Esperança e dos conventos femininos do bairro do Mocambo, e frente ao colégio de Nossa Senhora da Estrela, dos beneditinos. O convento do Santo Crucifixo, ou do Santo Cristo, como também é referido não se limitou a aceitar apenas religiosas francesas e foi um estabelecimento que gozou de grandes privilégios, sendo a igreja o local de sepultura da rainha sua fundadora e de sua filha a princesa Isabel Luísa Josefa¹⁶⁴.

À rainha-viúva de Inglaterra, D. Catarina de Bragança (1638-1705), deve-se por seu turno o estabelecimento das Concepcionistas Franciscanas na capital, com o convento consagrado a Nossa Senhora da Conceição e ainda o recolhimento (mais tarde

¹⁶³ O convento de Nossa Senhora da Soledade começou por ser uma ermida mandada construir por devoção de um casal flamengo abastado, Cornélio Wandali e Marta de Bós que, por testamento o legaram aos Trinitários para que se construísse um convento anexo. V. SIMÕES, João Miguel – *O convento das Trinas do Mocambo: estudo histórico-artístico*. Lisboa: Instituto Hidrográfico, 2004. Pertencendo à mesma Ordem, o convento/hospício de Nossa Senhora do Livramento também tem na origem uma capela, constituindo-se depois como casa religiosa dos Trinitários. V. ARAÚJO, Norberto – *ob. cit.*, Livro 9, p. 16.

Tal como os Cardais, o mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré começou por ser um recolhimento e foi por determinação de D. João IV entregue à Ordem de Cister. V. CASTRO, João Baptista de – *ob. cit.*, vol. III, p. 227-228 e 428.

¹⁶⁴ V. BRAGA, Isabel Drummond; BRAGA, Paulo Drummond – *Duas rainhas em tempo de novos equilíbrios europeus: Maria Francisca Isabel de Sabóia, Maria Sofia Isabel de Neuburg*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

V. também sobre o convento, TIÇÃO, Álvaro Manuel Parreira da Rocha – *O antigo convento do Santo Crucifixo ou das Francesinhas em Lisboa: história, arte e memória*. Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à FL-UL. Lisboa: [s.n.], 2007.

convento) de Santa Apolónia, de Clarissas. A Ordem da Conceição de Maria, fundada em 1484, em Toledo, pela portuguesa D. Beatriz da Silva, tinha seguido, inicialmente, a regra cisterciense mas quando se estabeleceu em Portugal, no ano de 1625, já tinha regra própria sujeita ao Geral dos Franciscanos. O convento, datado de 1699, situava-se no Largo da Luz, próximo do de Nossa Senhora da Luz, da Ordem de Cristo e dos dois de Carmelitas Descalços e vem completar as fundações da zona de Carnide. Foi o único desta ordem erigido em Lisboa e subsistiu, naquela zona, apenas até ao terramoto de 1755, que o destruiu. Não voltou a ser edificado, passando a comunidade para o antigo colégio jesuíta de Nossa Senhora da Nazaré, a Arroios, logo que este ficou devoluto na sequência da expulsão da Companhia de Jesus¹⁶⁵.

Quanto ao convento de Santa Apolónia, na zona oriental de Lisboa, foi fundado como recolhimento em 1662, aquando do regresso de Inglaterra da rainha D. Catarina, no sítio onde havia uma ermida¹⁶⁶. Começou por pertencer à Ordem Terceira e passou a convento de Clarissas em 1728, por bula do papa Clemente XI.

Neste período, encontramos algumas casas franciscanas novas: em 1640 fundou-se o convento/hospício de Santo António da Convalescença destinado, como o nome indica, à assistência de religiosos, no caso da província de Santo António. Situava-se em Benfica, no termo de Lisboa, local onde apenas existia o grande convento de S. Domingos, da Ordem dos Pregadores. A província da Arrábida, cujas construções tinham marcado os finais do século XVI, inícios do XVII e que se situavam em zonas muito periféricas à cidade, funda, no período da regência de D. Pedro, o seu primeiro estabelecimento em Lisboa, no ano de 1672. Trata-se do convento de S. Pedro de Alcântara, no Bairro Alto vizinho da casa professa de S. Roque, seguindo-se-lhe

¹⁶⁵ Ficou conhecido, posteriormente, por convento de Nossa Senhora da Conceição da Luz-Aroios, para se distinguir de outros homónimos e assinalar a mudança de edifício.

V. a propósito da Ordem e suas fundações em Portugal, BARREIRA, Joana – Concepcionistas Franciscanas. In: FRANCO, José Eduardo, dir. – *ob. cit.*, p. 374-379 e VIEIRA, Maria do Pilar – Concepcionistas Franciscanas. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *ob. cit.*, vol. I, p. 405.

¹⁶⁶ Na origem está, como diz João Baptista de Castro (*ob. cit.*, vol. III, p. 276) “huma Beata de habito fechado, que professava a Regra de S. Francisco, e lhe chamavão Isabel da Madre de Deos, a qual tinha vindo de Villa Viçosa com a família da Sereníssima Casa de Bragança” tendo como base uma ermida dedicada a Santa Apolónia. Dado que a sua fundadora tinha acompanhado D. Catarina de Bragança aquando do seu casamento com o rei de Inglaterra, foi no regresso da rainha já viúva, em 1693, que se construiu um recolhimento o qual, por sua vez, passou a convento em 1718.

em 1674 o de S. Cornélio, nos Olivais, em zona mais erma e mais conforme aos objectivos dos Arrábidos¹⁶⁷.

Os Dominicanos criam um hospício consagrado à princesa Santa Joana, em 1699, não distante das Clarissas de Santa Marta e que virá, depois do terramoto de 1755, a assumir funções de convento feminino da ordem, como atrás se referiu. A Companhia de Jesus, por sua vez, funda mais um colégio em Lisboa, em 1677, na zona de Alfama, sob invocação de S. Francisco Xavier¹⁶⁸.

Nestes primeiros tempos da dinastia de Bragança que correspondem *grosso modo* à segunda metade do século XVII, verificam-se vinte e cinco novas fundações e a implantação de novas ordens em território português, pré e pós-tridentinas, mas todas reflectindo espírito reformador, como os Clérigos Regulares de S. Caetano, a Ordem de S. Paulo Primeiro Eremita, a Congregação do Oratório e a Ordem dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho. Há também um importante impulso às fundações de Carmelitas Descalços e verifica-se, para quase todas as ordens religiosas mesmo as mais antigas, uma aposta em novas construções na capital sendo, sobretudo de relevar, o número de instituições femininas criadas, face ao de masculinas. Neste sentido, é fundamental o apoio régio e, sobretudo, o papel de D. Luísa de Gusmão que está na origem de muitas das fundações e no incremento de novas ordens. Outras rainhas e princesas deram também um contributo significativo às novas fundações, sobretudo às femininas, como se referiu. A implantação geográfica é variada, consolidam-se zonas onde já existiam construções como a zona de Xabregas/Beato, a de Santos-o-Velho e a do Mocambo, mas existem algumas outras pontuais que virão mais tarde a atrair outras construções, como veremos.

¹⁶⁷ Sobre o convento da Convalescença veja-se MENDES, Vera – *O convento de Santo António da Convalescença*. Lisboa: Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, 1996.

O convento de S. Pedro de Alcântara foi instituído por iniciativa do 1º marquês de Marialva, D. António Luís de Meneses (1596-1675), em cumprimento de uma promessa sendo, desde o início, um edifício de bom porte que veio a albergar a sede da província da Arrábida. V. PEREIRA, Luís Gonzaga – *ob. cit.*, p. 37-40 e COUTINHO, Maria João Pereira – *Convento de S. Pedro de Alcântara: a capela dos Lencastres*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

O convento de S. Cornélio destinava-se, principalmente, a hospício e foi fundado pelo sargento-mor João Borges de Moraes com base numa ermida já existente. V. CASTRO, João Baptista de – *ob. cit.*, vol. III, p. 481.

¹⁶⁸ Tal como outras fundações que já apresentámos e relativas a este período, o colégio também conhecido por colégio do Paraíso, situado próximo de Santa Apolónia e do futuro estabelecimento dos Capuchinhos italianos, teve origem numa disposição testamentária de Jorge Fernandes de Vilhena que doou bens à Companhia de Jesus para se erigir em Alfama um colégio com três escolas, uma elementar para crianças, outra de latinidade e outra de Náutica. Cf. LOPES, António, *ob. cit.*, p. 39-40.

Quanto à imagem que estas novas fundações imprimiam na cidade é importante referir que o estilo que a dinastia filipina foi adoptando, o chamado “estilo chão” caracterizado pela sobriedade nas soluções arquitectónicas, prevalece até ao fim de Seiscentos. A Lisboa maneirista que se conhece das construções jesuítas que se esboçam em S. Roque e se consolidam no colégio de Santo Antão mas estão presentes também no grande edifício de S. Bento da Saúde e na simplicidade das construções carmelitas dos Remédios e de Santo Alberto, tem continuidade nas fundações brigantinas de Seiscentos como “tendência serial”, conferindo a este vasto conjunto de novos edifícios uma identidade própria¹⁶⁹.

II.2.5. As fundações religiosas do século XVIII, de D. João V a D. Maria I: um novo paradigma

Nos últimos anos do reinado de D. Pedro II (r.1683-1706), ainda a Companhia de Jesus inaugurava o noviciado das Missões da Índia, em Arroios no ano de 1705, numa zona periférica da cidade, projecto para o qual concorrera D. Catarina, rainha viúva de Inglaterra e que, a seu pedido tomou o nome de S. Francisco Xavier, conquanto a igreja tenha ficado sob invocação de Nossa Senhora da Nazaré¹⁷⁰.

As construções religiosas vão conhecer, ao longo do século XVIII, uma matriz mais esplendorosa que tem em D. João V (r.1706-1750) a sua maior expressividade e também maior abrangência porque não é só Lisboa que beneficia de novas instituições. Aliás, na capital verifica-se um certo desfalecimento no que diz respeito às edificações conventuais pois o contexto político e religioso vai progressivamente no sentido de consolidar o braço secular, com a criação e importância conferidas à Patriarcal, dando assim início a um novo ciclo de equilíbrio entre este e o regular que, no limite, levará à hegemonia do primeiro.

¹⁶⁹ V. a propósito SOROMENHO, Miguel – *ob. cit.*, p. 384-395 e em especial SERRÃO, Vítor – *ob. cit.*, p. 197-198 onde enuncia as diversas construções, incluindo as religiosas, nos anos de 1557 a 1668 e FERRÃO, Leonor – *ob. cit.*, p. 254-270 em que se descrevem os principais edifícios conventuais, do período da Restauração até ao terramoto.

¹⁷⁰ O processo de construção deste Noviciado arrastou-se durante muitos anos, primeiro por questões ligadas com a localização e depois de lançada a primeira pedra em 1705 ainda levou 30 anos a finalizar. Como antes se indicou, servirá de sede às Concepcionistas Franciscanas que após o terramoto de 1755, ficaram sem o seu convento situado no actual Largo da Luz. Cf. *Ibid.*, p. 37-38.

A Lisboa religiosa joanina não se traduz por grande abundância de novos edifícios regulares¹⁷¹ mas entre os que foram criados há exemplos de importância que quase podem ombrear com a fundação mais emblemática deste reinado que é o convento de Mafra¹⁷², como é o caso da casa de Nossa Senhora das Necessidades, de Oratorianos. Note-se que Mafra e as Necessidades consolidam o modelo joanino do convento associado a palácio real, que tinha antecedentes ilustres na história, como o Escorial e outros no século XVI. Como afirma José Fernandes Pereira, “Igreja, palácio e convento reúnem-se num mesmo edifício [...] Não há em Portugal, em termos plásticos, melhor definição teórica do poder absoluto nem do lugar relativo que a cada um cabe ocupar”¹⁷³. Ao nível dos hospícios que tal como os recolhimentos, se multiplicaram nesta época, há a destacar o hospício do Menino Deus, cuja igreja foi mandada edificar por D. João V, na freguesia do Socorro, em cumprimento de um voto de acção de graças pela garantia de sucessão do trono, com primeira pedra lançada em 1711 e inaugurado em 1737. Foi entregue aos Terceiros de S. Francisco de Xabregas¹⁷⁴.

De iniciativa da rainha D. Maria Ana (1683-1754)¹⁷⁵, mulher de D. João V, foi fundado o Hospício Régio de S. João Nepomuceno em 1708, com frades carmelitas descalços da província Austríaca e destinado a dar apoio religioso aos cidadãos austríacos e alemães residentes em Lisboa. É um novo exemplo de incentivo a comunidades estrangeiras estreitamente ligadas às rainhas, como tínhamos visto para a criação do convento das Francesinhas. Conquanto um edifício de bom porte, localizado entre as freguesias de Santa Catarina e S. Paulo, a comunidade, por falta de renovo, foi

¹⁷¹ V. a propósito, PEREIRA, José Fernandes - O barroco do século XVIII. In: PEREIRA, Paulo, dir. – *ob. cit.*, p. 151, quando afirma: “A ideia de “capital” implica as noções “de centralização do Poder” e de “desenvolvimento de programas urbanos e arquitectónicos monumentais”. D. João V acentuou a primeira vertente, cujas raízes vinham já do período da Restauração. Quanto ao segundo caso, a Lisboa joanina é um sonho sem expressão material, com projectos nunca executados, com renovações pontuais (sendo a mais brilhante a das Necessidades) mas faltando sempre uma ideia aglutinadora para uma cidade que vive da acumulação de tempos estéticos”.

¹⁷² V. a propósito SILVA, Maria Beatriz Nizza da - *D. João V*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 98-102.

¹⁷³ *Ob. cit.*, p. 63. Esta vertente encontra-se também documentada em PIMENTEL, António Filipe – *O real edifício de Mafra: arquitectura e poder*. 2ª edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

¹⁷⁴ V. PEREIRA, José Fernandes – *ob. cit.*, p. 53-54. Caso invulgar, este hospício tinha uma parte dedicada a recolhimento feminino. V. a propósito *Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa*, vol. V, 1º tomo, p. 109-114.

¹⁷⁵ Sobre as devoções da rainha e o seu quotidiano de visitas a conventos e igrejas v. SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *ob. cit.*, p. 33-36.

entrando em declínio pelo final do século XVIII, sendo já residuais os seus membros aquando da exclausuração em 1834¹⁷⁶.

Quanto a novas edificações, destaca-se a casa de S. João e S. Paulo, fundada em 1717, que é a primeira da Congregação da Missão e que se localizou na zona de Rilhafoles, em instalações muito amplas. D. João V autorizou, nesse mesmo ano, a fundação de um hospício da Ordem de S. Francisco de Paula, cujos membros são conhecidos por Mínimos e dois anos depois a de uma ermida no mesmo local, na Rua das Janelas Verdes quase em frente a S. João de Deus e já relativamente próximo das fundações da zona de Alcântara. Quer esta ordem quer a Congregação da Missão, tinham já sido fundadas há alguns séculos mas não tinham implantação em Portugal. D. João V, nas iniciativas que tomou em Lisboa, vai muito ao encontro da novidade e aposta pouco na fundação de casas pertencentes a ordens já existentes. No caso do hospício dos Mínimos, verifica-se mais tarde, já no reinado de D. José (r.1750-1777), também interessado em proteger instituições ou ordens novas, a concessão de um apoio especial em 1753 para transformarem o hospício em convento e até para criarem outras casas onde desejassem. Sua mulher, a rainha D. Mariana Vitória (1718-1781), deu particular empenho à construção da imponente igreja, onde aliás quis ficar sepultada¹⁷⁷.

Por iniciativa privada, é fundado o convento feminino de Nossa Senhora dos Remédios, em 1720, no actual Largo do Rato, pertencente à Ordem da Santíssima Trindade que assim aumenta o número dos seus estabelecimentos. Com D. João V surge ainda uma ordem religiosa de matriz portuguesa, que se filiava nos princípios da Ordem de S. Paulo Primeiro Eremita e que é a Congregação do Senhor Jesus da Boa Morte e Caridade. O monarca autorizou esta fundação que só teve um pequeno convento e igreja em Lisboa, no sítio de Buenos Aires, actual Rua do Patrocínio, inaugurado em 1736 e cuja vida foi efémera pois começou a declinar ao longo do século XVIII¹⁷⁸.

A edificação joanina mais importante é, sem dúvida, a Real Obra de Nossa Senhora das Necessidades, uma iniciativa dos finais do reinado lançada em 1747 e que

¹⁷⁶ V. PEREIRA, Luís Gonzaga – *ob. cit.*, p. 97-100.

¹⁷⁷ V. *Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa*, vol. V, 3º tomo, p. 37-40 e PEREIRA, Luís Gonzaga – *ob. cit.*, p. 173-176.

¹⁷⁸ V. GOMES, Jesué Pinharanda – Congregação do Senhor Jesus da Boa Morte e Caridade. In: FRANCO, José Eduardo, dir. – *ob. cit.*, p.292-293.

compreendia a construção de uma igreja e de uma casa, entregues aos Oratorianos em 1750, um palácio real adjacente, para além de uma grande cerca e um largo com um obelisco. Situava-se no local onde existira uma ermida da mesma invocação cuja imagem era muito venerada. A ermida fora ampliada ainda no tempo de D. Pedro II e as obras continuaram com D. João V, no sentido da construção de um hospício, nome pelo qual, aliás esta casa dos Oratorianos também ficou conhecida. Porém, o conjunto da Real Obra pressupunha, no espaço da comunidade, a existência de actividade pedagógica, ligada a estudos de Teologia, Doutrina Cristã, Gramática, Retórica e Filosofia. A instalação de um Gabinete de Física proporcionará visitas régias e um apoio explícito e constante a esta Casa¹⁷⁹.

Foram reedificados ou receberam obras de beneficiação, os conventos de Nossa Senhora da Soledade, de Trinitárias, no bairro do Mocambo e de Santo António da Convalescença, de Franciscanos da província de Santo António, em Benfica. Também os Capuchinhos italianos que, no final do século XVII, tinham sido autorizados por D. Pedro II a instalar um hospício na capital, obtêm em 1739 um edifício próprio, sob invocação de Nossa Senhora da Conceição da Porciúncula, perto de Santa Apolónia cujo recolhimento, por sua vez, passa nesta época, para a custódia das Clarissas a fim de constituir um convento. Da iniciativa do infante D. Francisco (1691-1742), irmão de D. João V, foi fundado em 1738, o convento/hospício de Nossa Senhora da Conceição e Santo António, na zona designada por Carreira dos Cavalos para os religiosos franciscanos da província da Conceição. Em 1749, é fundado o colégio de Santa Rita de Cássia, de Eremitas Descalços de Santo Agostinho, edifício de envergadura, situado a S. Sebastião da Pedreira, zona que ficava relativamente nos limites da cidade¹⁸⁰.

Se é conhecido o gosto coleccionista de D. João V, nomeadamente no que diz respeito aos livros, plasmado na importante biblioteca que constituiu no paço da Ribeira, é relevante para a nossa dissertação referir a acção que desenvolveu em prol da constituição ou reforço de outras bibliotecas, ainda que não necessariamente em Lisboa. Desde logo, temos a do convento de Mafra e a imponente Biblioteca Joanina, na

¹⁷⁹ V. FERRÃO, Leonor – *A Real Obra de Nossa Senhora das Necessidades*. Lisboa: Quetzal, 1994. V. também a propósito das manifestações científicas que se prolongarão até ao reinado de D. Maria I, GOUVEIA, Isabel de Barros Amaral Marques – *Fantasia, ciência e espectáculo em Portugal no século XVIII*. Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à FL-UC. Coimbra: [s.n.], 2000, p. 180.

¹⁸⁰ V. PEREIRA, Luís Gonzaga – *ob. cit.*, p. 33-36.

Universidade de Coimbra, mas também a da Casa das Necessidades, a do convento de Nossa Senhora da Divina Providência e a Biblioteca Mariana, na casa oratoriana do Espírito Santo, que teremos oportunidade de detalhar nos capítulos III e IV. A “liberalidade régia”¹⁸¹ – a que poderíamos acrescentar a magnificência – já não se traduz apenas em ofertas pecuniárias ou de objectos de culto; D. João V abre um ciclo (que não terá seguimento) em que os livros e as bibliotecas são um bem, por excelência, dado em vida para que, através da leitura, se adquiram novos conhecimentos e não só um legado testamentário que se arruma mas que, na prática, não se lê¹⁸² e, portanto, não tem verdadeira irradiação cultural.

Já no reinado de D. José¹⁸³, no ano antes do terramoto, é fundado o convento de S. Camilo, pertencente a uma ordem de matriz mista que incorporava a Congregação de Tomina, de iniciativa nacional com a dos Clérigos Regulares Ministros dos Enfermos, também já de antiga fundação, como anteriormente vimos para os Mínimos e para os padres da Congregação da Missão, mas que não lograra ainda ter estabelecimentos em Portugal. É uma iniciativa régia com o objectivo de lhes confiar o trabalho de assistência no Hospital Real. O convento onde residiam e que também aparece designado às vezes por hospício, situava-se na zona do Poço do Borratém¹⁸⁴.

Note-se pois esta tendência para o surgimento de novas ordens e respectivas fundações, em Lisboa, que não terão expressividade noutros pontos do país e que se caracterizam por já terem sido criadas há vários séculos. A preponderância de uma acção orientada para a caridade e assistência tê-las-ia impedido de se fixarem em Portugal por concorrerem directamente com outras ordens estabelecidas. O mesmo para a Congregação da Missão, vocacionada como o nome indica para funções que outras ordens já asseguravam e de cujo posicionamento não queriam abdicar. Iguais problemas

¹⁸¹ Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da - *ob. cit.*, p. 102-104 e 109-112.

¹⁸² Acerca da biblioteca de D. João V veja-se em especial ALMEIDA, Luís Ferrand de – D. João V e a biblioteca real. In: *Páginas dispersas: estudos de História moderna de Portugal*. Coimbra : Faculdade de Letras-Instituto de História Económica e Social, 1995, p. 209-228.

Para a política artística do monarca, v. MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse – La politique artistique européenne du roi Jean V de Portugal en direction de Paris : sources raisonnées. In: *Histoire du Portugal, histoire européenne : actes du Colloque*. Org. Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais. Paris : FCG – CCP, 1987, p. 111-142.

¹⁸³ V. MONTEIRO, Nuno – *D. José*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

¹⁸⁴ V. acerca da Congregação, MATEUS, Susana Bastos – Tomina, Congregação da. In: FRANCO, José Eduardo, dir., *ob. cit.*, p.349-352 e PENTEADO, Pedro – Tomina, Congregação da. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *ob. cit.*, vol. IV, p. 334-335.

Para o convento de S. Camilo v. ARAÚJO, Norberto – *ob. cit.*, Livro 3, p. 80-81.

enfrentara a Ordem de Nossa Senhora das Mercês que competia com a Ordem da Santíssima Trindade na missão de redenção dos cativos. Os Mercedários em Lisboa tiveram um hospício apenas, criado em 1746.

Um segundo aspecto que queremos salientar, da análise das fundações anteriores ao terramoto, é o da profusão de hospícios e recolhimentos. Este tipo de instituições que enunciamos com mais detalhe no Anexo I e de que aqui apenas salientámos as instituições mais importantes, multiplicam-se no século XVIII, quer de iniciativa regular quer secular, com o objectivo de dar assistência sobretudo a viúvas, órfãos e a membros do clero doentes, convalescentes ou idosos. Convém não esquecer também aqueles hospícios que pertenciam a ordens religiosas que não tinham outra instituição comunitária na capital e que, conforme a sua importância, procuravam mandar construir uma casa que pudesse também funcionar como morada temporária de membros da respectiva ordem ou congregação que precisassem de se deslocar a Lisboa¹⁸⁵. A Lisboa conventual de D. João V não apresenta, em termos geográficos, uma feição característica ou seja, não há locais especiais de construção e os edifícios estão próximos de outros já existentes, caso das Necessidades, do hospício de S. João Nepomuceno ou dos conventos de S. Francisco de Paula e do Senhor Jesus da Boa Morte. Não há, porém, aposta na zona oriental da cidade, antes se constrói na ocidental. O caso de S. Camilo, já da época de D. José, configura uma ocupação prática de terrenos não muito distantes do Hospital Real. Os tempos parecem não estar de feição às novas construções e esbate-se a iniciativa piedosa privada. Porém, o tempo das instituições regulares não termina com o terramoto, como vamos ver, ainda que o abalo (passe a expressão) tenha sido grande.

O cataclismo de 1 de Novembro de 1755 que deixou a cidade de Lisboa arrasada foi, na época e posteriormente, assunto de relevo na historiografia e na literatura, em Portugal e noutros países. A recente passagem dos 250 anos do evento produziu, aliás, novos estudos que analisam o fenómeno de vários ângulos. A perspectiva que aqui nos interessa é a que diz respeito, directamente, às edificações religiosas e seus habitantes pois, a propósito da destruição total ou parcelar das respectivas bibliotecas, teremos oportunidade de a referir, mais adiante no capítulo IV. De qualquer modo, remetemos

¹⁸⁵ V. em especial PEREIRA, Fernando Jasmins – Assistência na Idade Moderna. In: ANDRADE, António Alberto Banha de – *ob. cit.*, vol. 1, p. 661-686.

para o Anexo I onde damos informação pormenorizada das perdas sofridas, individualmente, pelos diversos estabelecimentos que, ao tempo, existiam na capital e seu termo. Os efeitos do terramoto foram, como se sabe, muito avultados. Na síntese de Nuno Monteiro:

“[...] mais de dois terços da cidade se encontravam inabitáveis. A esmagadora maioria das cerca de quatro dezenas de igrejas paroquiais da cidade ficou destruída ou em risco de ruína. Todos os grandes hospitais soçobraram. Destruídos ficaram a maioria dos edifícios da administração central e das alfândegas, tal como o Paço Real da Ribeira e, com ele, as edificações mais emblemáticas de D. João V e D. José na cidade: a Igreja Patriarcal e a Ópera do Tejo, respectivamente. Fala-se na destruição de trinta e três palácios [...]. O mesmo destino tiveram cerca de dois terços dos mosteiros da capital. Pode estimar-se que também tenha sido destruído o recheio da maioria dos grandes edifícios reais, eclesiásticos e nobiliárquicos, o que terá implicado uma destruição de pinturas, mobiliário, livrarias e peças de ouro e prata difícil de avaliar, mas com um impacto cultural que muitas vezes se comenta”¹⁸⁶.

Perante este cenário parece certo que os efeitos imediatos sobre os estabelecimentos religiosos de Lisboa tiveram um impacto evidente não só pela destruição total ou parcial de muitos edifícios e seus habitantes mas também, como veremos no capítulo IV, no desaparecimento, também ele total ou parcial, de muitas bibliotecas. Os relatos de autores coevos são abundantes¹⁸⁷ e a historiografia actual que se debruçou sobre este assunto e que já a seguir mencionaremos, enuncia-os e comenta-os¹⁸⁸, menos na perspectiva da exactidão dos dados quantitativos que

¹⁸⁶ *Ob. cit.*, p. 82.

¹⁸⁷ Referimo-nos, em particular, às seguintes obras: *Commentario latino e portuguez sobre o terremoto e incêndio de Lisboa de que foy testemunha ocular seu autor António Pereira Padre da Congregação do Oratório...* Lisboa: na officina de Miguel Rodrigues, 1756 e *Mappa de Portugal antigo e moderno...*, 1763, vol. III, do padre João Baptista de Castro que descreve minuciosamente a sorte de cada um dos edifícios e os esforços que, ao tempo, já se estavam desenvolvendo, sem esquecer a forma como as diferentes comunidades religiosas viveram o quotidiano pós terramoto. Numa visão mais ampla e de tentativa científica são interessantes as obras, *Nova e fiel relação do terremoto que experimentou Lisboa, e todo o Portugal no 1 de Novembro de 1755, com algumas observações sobre as suas causas*. Lisboa: na officina de Manoel Soares, 1756, de Miguel Tibério Pedegache Brandão Ivo e *Historia universal dos terremotos...* Lisboa: na off. de Vicente da Silva, 1758, de Joaquim José Moreira de Mendonça.

¹⁸⁸ V. a síntese de Maria Luísa Braga, O grande sismo de 1755: os testemunhos presenciais e as diversas interpretações. In: ROLLO, Maria Fernanda; BUESCU, Ana Isabel; CARDIM, Pedro, coord. científ. – *História e ciência da catástrofe: 250º aniversário do terremoto de 1755*. Lisboa: Colibri: Instituto de História Contemporânea – FCSH/UNL, 2007, p. 39-53.

apresentam e mais na forma como olharam o fenómeno e o pretenderam descrever na própria época, com o objectivo também de servir de testemunho para os vindouros¹⁸⁹. O cotejo entre as informações veiculadas por esses autores revelou-se no âmbito da nossa investigação um exercício difícil em que a fiabilidade dos dados, por exemplo, no que diz respeito ao grau de destruição dos conventos e mosteiros é muitas vezes duvidosa, sem que se consiga perceber onde está a verdade. Daí a utilidade que sentimos ao comparar esse tipo de dados com os que nos fornece Luís Gonzaga Pereira, na sua obra escrita em 1833-1834¹⁹⁰, onde a propósito de cada um dos estabelecimentos regulares (e também das igrejas) de Lisboa, relata as obras de recuperação que sofreram, em consequência dos prejuízos sofridos com o terramoto.

Foi, naturalmente, também de grande importância a historiografia actual sobre o terramoto, não tanto para a informação casuística que necessitávamos sobre os efeitos nas instituições e suas comunidades, mas na apreciação do fenómeno em si, nas suas diversas perspectivas. Desde logo, a recepção e difusão das informações sobre o terramoto, em Portugal e na Europa que encontramos nas obras de Isabel Maria Barreira de Campos¹⁹¹ e de Ana Cristina Araújo¹⁹², continuando pela visão de ruína relacionada com a ambiência de religiosidade então vivida e no período que imediatamente se seguiu, onde realçamos a contribuição de Manuel Clemente¹⁹³ e, especialmente, a de João Francisco Marques, por incidir no impacto do terramoto sobre a vida regular de Lisboa¹⁹⁴. Quanto ao efeito sobre a malha urbana da capital, em termos de destruição mas também de perspectivas reconstrutivas e de alteração habitacional na cidade destacamos as sínteses de Raquel Henriques da Silva¹⁹⁵ e de Teresa Barata Salgueiro¹⁹⁶

¹⁸⁹ A propósito da abundância de publicações, em folhetos, livros, gravuras feitas em Portugal e em diversos países estrangeiros, em prosa ou em verso, com maior fidedignidade ou fantasia, veja-se LISBOA, João Luís – Réplicas em papel (informação e comentário). *Ibid.*, p. 67-82, onde o autor refere: “A urgência de publicar correspondia, logo em Novembro de 1755, à procura de informação mas também à necessidade de reviver, recontar, reactualizar o sucedido [...]” (p. 67). Essa urgência determinou também falhas na censura prévia, como analisa Ana Cristina Araújo no artigo “Ruína e morte em Portugal no século XVIII: a propósito do terramoto de 1755”. *Revista de História das Ideias*, vol. 9, 1987, p. 327-365.

¹⁹⁰ Trata-se de *Monumentos sacros de Lisboa em 1833*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927, já por diversas vezes citado.

¹⁹¹ *O grande terramoto (1755)*. Lisboa: Parceria, 1998.

¹⁹² *O terramoto de 1755: Lisboa e a Europa*. Lisboa: CTT, 2005.

¹⁹³ *Memórias de uma cidade destruída*. Lisboa: Aletheia Editores, 2005.

¹⁹⁴ A acção da Igreja no terramoto de Lisboa de 1755. *Lusitania Sacra*. 2ª Série, vol. XVIII, 2006, p. 219-329.

¹⁹⁵ Da destruição de Lisboa ao arrasamento da Baixa: o terramoto urbanístico de Lisboa. In: ROLLO, Maria Fernanda, etc. – *ob. cit.*, p. 107-111. V. também de Raquel Henriques da Silva, *Lisboa*

pois apontam, claramente, para o caminho que, de forma coincidente, vão seguir as construções regulares posteriores ao terramoto, para além de, no caso da Baixa se referirem, sobretudo a primeira autora, alguns casos de reconstrução de edifícios religiosos. No binómio destruição/reconstrução é particularmente relevante, em nosso entender, a edição promovida pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento¹⁹⁷, em que o 3º volume é dedicado às Providências do marquês de Pombal¹⁹⁸.

Para os objectivos da nossa investigação houve que estabelecer alguns indicadores, como já dissemos, referentes ao impacto nas instituições e suas comunidades e, nesse particular, se recorreu às fontes testemunhais que atrás se indicaram. Ora a verdade é que elas representam a chamada “história oficial da catástrofe”, como lhes chama Ana Cristina Araújo¹⁹⁹, apontando já para os efeitos do terramoto na ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo, tema que aliás, é glosado com muita frequência pelos historiadores²⁰⁰.

Tentemos, então, fazer uma leitura crítica da informação recolhida nos autores coevos, antes referidos e em Luís Gonzaga Pereira, já ao tempo da extinção das ordens, em 1833-1834: foi elevado, como se sabe, o número de mortos²⁰¹ e com grande

romântica: urbanismo e arquitectura, 1777-1874. Tese de Doutoramento em História de Arte apresentada à FCSH-UNL. Lisboa: [s.n.], 1997. 2 vol.

¹⁹⁶ Rupturas e continuidades: a cidade herdada. In: BUESCU, Helena Carvalhão; CORDEIRO, Gonçalo, coord. – *O grande terramoto de Lisboa: ficar diferente*. Lisboa: Gradiva, 2005, p. 89-106.

Para uma visão mais abrangente veja-se da mesma autora *A cidade em Portugal: uma geografia urbana*. 3ª edição. Porto: Afrontamento, 1999.

¹⁹⁷ *1755: o grande terramoto de Lisboa*. Lisboa: FLAD: Público, 2005. 3 vol.

¹⁹⁸ A propósito da acção reconstitutiva de Lisboa orientada pelo futuro marquês de Pombal veja-se também o ensaio de Kenneth Maxwell, “O terramoto de 1755 e a recuperação urbana sob a influência do Marquês de Pombal”. In: BUESCU, Helena Carvalhão, etc. – *ob. cit.*, p. 209-237.

¹⁹⁹ Armadilhas da razão prática: desastre, risco e propaganda. In: ROLLO, Maria Fernanda, etc. – *ob. cit.*, p. 125-153.

²⁰⁰ Sobre os efeitos do terramoto na política portuguesa v. SUBTIL, José – O terramoto político (1755-1759): *Portugal aflito e conturbado*. In: *Ibid.*, p. 155-185, que define, no início do artigo, o terramoto como “o acontecimento com maiores repercussões no processo político português durante o Antigo Regime”. V. no mesmo sentido, a análise de MONTEIRO, Nuno – *ob. cit.*, p. 81-94.

²⁰¹ Diz António Pereira de Figueiredo a esse respeito: “Apontar o numero certo dos que morrerão na Cidade, he cousa muito difficultosa. Se alguém disser que morrerão 15000 parece que não errará muito” (*ob. cit.*, p. 9). João Baptista de Castro apresenta também este número mas junta mais dois que obtém da bibliografia consultada sobre o assunto, e que são 24000 e 70000, não tomando posição. Remata o enunciado dizendo: “Perda foy esta, que não se poderá calcular tão facilmente” (*ob. cit.*, p. 89). Os danos causados pelo terramoto à cidade de Lisboa também foi tópico glosado por viajantes estrangeiros. Castelo Branco Chaves refere que Giuseppe Gorani indica 45000 mortos, enquanto Giuseppe Baretta menciona 90000 e Murphy 24000. São números muito diferentes dos que foram comunicados oficialmente por Sebastião José de Carvalho e Melo, 6 a 8000 mil mortos, estimativa

expressividade nas instituições religiosas, pois havia nas igrejas um grande número de fiéis por ser dia santo. Também o número de religiosos e religiosas (e outros residentes nas instituições, como noviços, criados, escravos e também laicos) é significativo ainda que desigual, uma vez que depende da ruína experimentada por cada convento e igreja, em especial. Há, pois, que evitar generalizações e, sobretudo atender a que num total de cerca de 100 instituições religiosas em Lisboa e seu termo a percentagem de edifícios totalmente arruinados não é tão elevada como se costuma afirmar e a reedificação, mesmo para os mais danificados, só não contemplará os conventos da Anunciada, Santa Clara e Nossa Senhora da Conceição, da Luz, todos femininos e o convento/hospício da Ordem de Cristo, anexo à Conceição Velha. Os dois primeiros perderão a identidade pois as sobreviventes serão integradas em Santa Joana e na Esperança, respectivamente, o da Luz será transferido para as instalações do colégio jesuíta de Arroios, como já tivemos oportunidade de referir anteriormente e o da Ordem de Cristo deixará de existir, ficando a Ordem apenas com o estabelecimento da Luz, também ele muito danificado mas parcialmente reconstruído, posteriormente.

Outros em que a ruína foi quase total, deixando-os inabitáveis como os de Nossa Senhora da Rosa²⁰², Monte Calvário²⁰³, S. Francisco da Cidade²⁰⁴, casa do Espírito Santo²⁰⁵, Corpo Santo²⁰⁶, *Corpus Christi*²⁰⁷, S. Domingos²⁰⁸, S. Pedro de Alcântara²⁰⁹, Boa Hora²¹⁰ e os dois célebres Carmo²¹¹ e Trindade²¹², foram reparados, ainda que para alguns deles (ainda assim poucos) a reedificação fosse lenta, como o da Trindade, só

mais próxima à das testemunhas, como António Pereira de Figueiredo e Moreira de Mendonça que escreveram de acordo com a versão oficial. Este último faz uma distinção, concluindo por 5000 os que morreram logo e outro tanto que morreu dos ferimentos em Novembro.

Quanto aos edifícios, Castelo Branco Chaves cita de novo Gorani que indica 3852 destruídos e Murphy que menciona 16000. João Baptista de Castro indica 31 igrejas, 40 conventos masculinos, 21 femininos, 6 recolhimentos, 6 hospitais e cerca de 30 mil casas. Cf. *Os livros de viagens em Portugal no século XVIII e a sua projecção europeia*. Lisboa: ICALP, 1987. Notas 5 e 6 ao capítulo XXIV.

²⁰² Cf. CASTRO, João Baptista de – *ob. cit.*, vol. III, p. 331.

²⁰³ *Ibid.*, p. 212.

²⁰⁴ *Ibid.*, p. 376.

²⁰⁵ *Ibid.*, p. 389.

²⁰⁶ *Ibid.*, p. 385-386.

²⁰⁷ *Ibid.*, p. 387-388.

²⁰⁸ *Ibid.*, p. 312-314.

²⁰⁹ *Ibid.*, p. 265.

²¹⁰ *Ibid.*, p. 305.

²¹¹ *Ibid.*, p. 409-410.

²¹² *Ibid.*, p. 411-412

pronto em 1833, nas vésperas da extinção das ordens religiosas, e o do Carmo, que recuperou rapidamente a parte conventual mas nunca a igreja.

Acresce que, mesmo em alguns edifícios com maior ruína e maior percentagem de religiosos ou religiosas mortos, se verificou de imediato um conjunto de medidas tendentes à recuperação. Essas medidas passam por iniciativas que vão desde o desentulhamento das ruínas (acompanhado por socorro prestado aos sinistrados, enterro de mortos e recuperação de bens) até à construção de barracas em cercas. Estão neste caso os conventos de Santos-o-Novo²¹³ que ficou bastante arruinado, de Santa Ana²¹⁴ onde os estragos foram avultados e cuja comunidade se refugiou em barracas, de Santo Elói²¹⁵ muito danificado pelo terramoto e ainda mais por incêndio, cujos sobreviventes tinham ido primeiro para S. Bento de Xabregas mas que regressaram logo que possível para se instalarem em barracas, e ainda os de Jesus²¹⁶, Nossa Senhora da Divina Providência²¹⁷ ou o de S. Francisco de Xabregas²¹⁸, também com bastantes danos.

Outra forma de subsistência foi a deslocação para outras instituições da mesma ordem, que tinham sofrido poucos estragos. Os Teatinos da casa de Nossa Senhora da Divina Providência que teve avultados danos, passaram para o seu hospício ao Campo Grande. O então ainda hospício de Santa Joana que tinha ao tempo poucos residentes albergou, como atrás dissemos, as religiosas da Anunciada e de Nossa Senhora da Rosa. A casa de Nossa Senhora das Necessidades, nada tendo sofrido, acolheu os sobreviventes da casa do Espírito Santo, também Oratorianos. O convento de Nossa Senhora da Quietação tendo sofrido poucos danos, deu guarida às sobreviventes do vizinho Monte Calvário que ficou totalmente arruinado²¹⁹.

Verificaram-se casos de construção de “conventos” temporariamente disponíveis para acolhimento, como aconteceu com um estabelecimento de Nossa Senhora do

²¹³ *Ibid.*, p. 404.

²¹⁴ *Ibid.*, p. 403.

²¹⁵ *Ibid.*, p. 236.

²¹⁶ *Ibid.*, p. 403.

²¹⁷ *Ibid.*, p. 381.

²¹⁸ *Ibid.*, p. 273.

²¹⁹ Era intenção de D. José vir a construir um grande convento que albergasse as comunidades de Clarissas em que se tivesse verificado ruína total, como eram Santa Clara e o Monte Calvário, junto ao convento da Esperança, porém, como refere José-Augusto França tal “foi apenas um piedoso voto” (*ob. cit.*, p. 414).

Monte do Carmo, no sítio das Águas Livres e um de S. Francisco, ao Rato os quais como diz João Baptista de Castro²²⁰ “[...] não forão de muita persistencia, porque se fizerão para accomodação interina dos Religiosos, que andavão sem abrigo por causa do terremoto, e incêndio lhes destruir os seus Conventos, para os quaes se recolherão depois de se fazerem promptos”. No geral, porém, foram rapidamente tomadas as iniciativas no sentido de reedificar os edifícios, com apoio privado ou recorrendo a esmolas ou ainda aos próprios bens das comunidades, conseguindo-se que, passados sete anos, o referido autor, estivesse em condições de assinalar esses progressos, mesmo em edifícios muito danificados como S. Domingos, a casa do Espírito Santo e S. Francisco da Cidade. Os que pouco ou nada sofreram como S. Bento da Saúde e S. João de Deus passaram a albergar, temporariamente, desalojados, religiosos ou não, e no espaço conventual disponível, S. Bento acolheu um hospital para feridos civis e ainda o Arquivo da Torre do Tombo e a Academia Militar²²¹. S. João de Deus que já tinha vocação e experiência no campo da assistência hospitalar, acolheu um hospital para militares²²².

Não é nossa intenção descrever aqui, em pormenor, o estado de ruína de cada instituição, mas tão só dar a justa dimensão do impacto do terramoto nas construções religiosas e nas suas comunidades. De qualquer modo, no Anexo I damos informação mais detalhada sempre que foi possível obtê-la nas fontes e bibliografia utilizadas.

A criação de estabelecimentos religiosos em Lisboa, apesar de o terramoto, vai continuar e resta-nos dizer que no reinado de D. José e para além deste esforço de reconstrução da capital de que participam as instituições regulares, como vimos, há a assinalar algumas novas construções: em 1760, é fundado o convento da Boa Hora, em Belém, de Eremitas Descalços de Santo Agostinho (que 11 anos antes tinham fundado em Lisboa o Colégio de Santa Rita de Cássia) e em 1768, o recolhimento de Nossa Senhora do Rosário, de Clarissas, ao Rego, registando-se pela mesma altura, a criação de um hospício para Carmelitas da província de Pernambuco, ordem que já erigira em 1745 um outro hospício, para os religiosos da província do Maranhão (Brasil). Note-se as localizações, sobretudo a do Rego que tal como a do anteriormente indicado

²²⁰ *Ob. cit.*, vol. III, p. 298.

²²¹ Cf. ARAÚJO, Norberto – *ob. cit.*, Livro 11., p. 33-35.

²²² Cf. LAVAJO, Joaquim Chorão. – Os primeiros conventos, Montemor-o-Novo e Lisboa. In: *Museu São João de Deus: Psiquiatria e História*. Lisboa: Editorial Hospitalidade, 2009, p. 82.

colégio de Santa Rita, em S. Sebastião da Pedreira, consagra novas zonas urbanas de construção, sobretudo pós-terramoto.

O final do século XVIII vai conhecer um novo impulso no que respeita às construções religiosas, de iniciativa régia, ainda que a legislação proveniente do reinado de D. José e a promulgada por D. Maria I (r.1777-1816) parecesse apontar para uma reorganização das ordens religiosas e um reordenamento das suas instituições, como adiante referiremos de forma mais circunstanciada. A fundação mais emblemática de D. Maria I é o convento do Santíssimo Coração de Jesus, de Carmelitas Descalças, anexo à Basílica da Estrela²²³, em 1781, construído, como é sabido, em cumprimento de uma promessa, relacionada, tal como acontecera com as construções de D. João V - a igreja do Menino Deus em Lisboa e o convento/palácio de Santo António em Mafra - com o assegurar de descendência²²⁴. Também de iniciativa da rainha, entra em Portugal pela mão do conhecido padre oratoriano Teodoro de Almeida²²⁵ (1722-1804), a Ordem da Visitação de Santa Maria, cujas religiosas ficaram conhecidas por Salésias e que fundaram casa em 1784, na zona da Cordoaria²²⁶. Esta ordem, ramo feminino da de S. Francisco de Sales, datava do início do século XVII e as Visitandinas, como também eram designadas, vocacionavam-se para o ensino de meninas de alta sociedade²²⁷. As primeiras religiosas vieram de França e o embaixador francês, Marquis de Bombelles,

²²³ A propósito da inauguração da basílica v. RAMOS, Luís Oliveira – *D. Maria I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 134-135.

²²⁴ De referir as palavras de José-Augusto França, a propósito da Estrela, de Mafra e da Lisboa pombalina: “Em certa medida, no seu espaço interior e tanto como nos elementos da fachada, a Estrela vem de Mafra por cima de tudo quanto sucedera em Lisboa [...] O desenho da Estrela renega tudo quanto de racionalista, burguês e classizante se impusera na nova cidade. A Estrela é o oposto da Lisboa pombalina e põe-lhe ponto final [...]” (“De Pombal ao fontismo: o urbanismo e a sociedade”. In: MOITA, Irisalva, coord. – *ob. cit.*, p. 376).

²²⁵ Figura de referência do Iluminismo católico português, autor prolixo nos domínios literário, histórico e filosófico, foi no exílio determinado pelo marquês de Pombal em 1768 que tomará contacto com a Ordem da Visitação. No seu regresso a Portugal, em 1777, desenvolve todos os esforços no sentido de trazer a Ordem para Portugal pelo contributo que podia dar na educação de meninas da aristocracia. É abundante a bibliografia sobre o padre Teodoro de Almeida de onde destacamos DOMINGUES, Francisco Contente – *Ilustração e catolicismo: Teodoro de Almeida*. Lisboa: Colibri, 1994 e SANTOS, Zulmira – *Literatura e espiritualidade na obra de Teodoro de Almeida (1722-1804)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2007.

²²⁶ V. para a Ordem e convento de Lisboa, ALMEIDA, Teodoro de – *Fundação da Ordem da Visitação em Portugal*. Lisboa: na officina de António Rodrigues Galhardo, 1782; DIAS, Virgínia – Visitandinas. In: FRANCO, José Eduardo, dir., *ob. cit.*, p. 295-297 e VIEIRA, Maria do Pilar S.A – Ordem da Visitação de Santa Maria. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir., *ob. cit.*, vol. III, p. 334.

²²⁷ V. a propósito SANTOS, Zulmira C. – Para a história da educação feminina em Portugal no século XVIII: a fundação e os programas pedagógicos das visitandinas. In: *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. p. 985-1001.

deixou no seu diário algumas impressões interessantes sobre a entrada da ordem, datadas de 1786, onde sobressai o apoio da rainha ao novo instituto:

« Le 24 (novembre 1786) [...] Nous avons été ce soir au couvent de la Visitation [...] La Reine voulant que les jeunes demoiselles de ce pays sachent bien s'expliquer en français, a fait venir il y a quelques années sept religieuses d'Annecy. [...] Elles ont été reçues à Lisbonne avec un appareil extraordinaire ; la Reine leur a donné de grands secours ; on bâtit pour elles un couvent ; tout annonce la prospérité de cette maison si Sa Majesté vit longtemps »²²⁸.

Dois anos mais tarde, verificamos no seu testemunho as dificuldades de manutenção do estabelecimento que se devia, na sua visão pessoal (e não se enganava) a um menor interesse pela vida religiosa consagrada:

« Le 20 (avril 1788) [...] En sortant de table, nous avons été assister à une prise d'habit chez les religieuses françaises de la Visitation.[...] Le couvent qui devait être fort utile à l'éducation des demoiselles portugaises est déjà un foyer d'intrigues dont le bon père Almeida est le moteur [...] Le père Almeida a avoué à ma femme que la Reine commençait à donner, et cela en abondance, au cher petit couvent. Les personnes sensées, déterminées à y faire élever leurs enfants, ont changé d'avis depuis qu'elles voient combien on abuse de la faiblesse de l'enfance pour persuader aux pensionnaires qu'une félicité sans seconde les attend quand elles seront parvenues au cher état de religieuse »²²⁹.

Outra ordem já existente há muito, de origem italiana, obteve autorização régia para se instalar em Portugal. Trata-se da Ordem dos Religiosos de S. Rafael Arcanjo ou Clérigos Regulares da Imaculada Conceição da Virgem Maria Sufragadores das Almas do Fogo do Purgatório, que fundou um hospício em Alfama. Por iniciativa de D. Pedro III (1717-1786), marido de D. Maria I, que também dispensou apoios pontuais a alguns estabelecimentos já existentes, é criada uma nova ordem, a do Senhor Jesus Nazareno da Penitência, devoção especial do monarca consorte, a qual fundou em 1778 um convento/hospício à Estrela. O último estabelecimento de Clarissas em Lisboa foi mandado erigir pela Infanta D. Maria Ana (1736-1813), filha do rei D. José.

²²⁸ *Journal d'un ambassadeur de France au Portugal (1786-1788)*. Paris : Fondation Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais : PUF, 1979, p. 48.

²²⁹ *Ibid.*, p. 310-311.

Projectado em 1766, ainda em vida do soberano, foi inaugurado em 1783, fronteiro ao alçado lateral da Igreja de Santa Engrácia, tendo como invocação o Desagravo do Santíssimo Sacramento pois destinava-se a perpetuar a memória da profanação ocorrida em 1630 naquele local, que consistiu num assalto à igreja e roubo do Sacrário. O assaltante foi executado e fizeram-se várias acções de desagravo²³⁰.

As iniciativas revelam quase todas o sinal de uma piedade pessoal que se reflecte em construções feitas em razão de cumprimentos de promessas, ou por devoção específica, conforme atrás vimos. Sendo certo, como se observa ao longo da história de Lisboa que “o principal impulso para a fundação de novas casas religiosas partiu dos monarcas” no dizer de Fortunato de Almeida²³¹, também é verdade que os fundadores são, ao cabo e ao resto, os principais causadores, ainda que indirectamente, do declínio pois, como refere o mesmo autor, a abundância de casas é “causa das que mais contribuíram para a decadência deles [conventos]”²³².

II.3. O retrato da vida regular de Lisboa no fim do século XVIII: dados e indicadores

No final do século XVIII, Lisboa e seu termo tinham, entre conventos, mosteiros, casas, hospícios e recolhimentos um pouco mais de uma centena de estabelecimentos regulares, de um e de outro sexo. Esta estimativa infere-se do enunciado que atrás fizemos (mas que não mencionou algumas instituições de menor relevância) depois de retiradas as instituições da Companhia de Jesus, em número de cinco (ainda que três sejam noviciados) e os estabelecimentos já referidos que ficaram destruídos pelo terramoto e que não foram reedificados. Todos os outros se mantinham activos, nos últimos anos de Setecentos.

O Quadro I que a seguir apresentamos é uma lista das instituições religiosas então existentes e foi construído a partir da bibliografia que fomos enunciando anteriormente, em especial as recentes obras consagradas à história religiosa em

²³⁰ Cf. JACQUINET, Maria Luísa de Castro Vasconcelos Gonçalves – *Em desagravo do Santíssimo Sacramento: o “conventinho novo” – devoção, memória e património religioso*. Dissertação de Mestrado em Estudos Patrimoniais apresentada à Universidade Aberta. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/691/1/LC427.pdf>.

²³¹ *Ob. cit.*, vol. III, p. 204.

²³² *Ob. cit.*, vol. III, p. 202.

Portugal, dirigidas por Bernardo Vasconcelos e Sousa²³³, Carlos Moreira Azevedo²³⁴ e João Eduardo Franco²³⁵. Na sensível questão das datas e da desambiguação de estabelecimentos homónimos foram particularmente relevantes as sínteses de Maria José Mexia Bigotte Chorão²³⁶ bem como os inventários da Torre do Tombo²³⁷. Para as instituições menos conhecidas, como os pequenos conventos do termo de Lisboa, os hospícios e os recolhimentos, foi fundamental a obra de João Baptista de Castro²³⁸. Os elementos identificativos do Quadro elaborado são os seguintes: na primeira coluna, os nomes institucionais dos estabelecimentos, nas segunda e terceira, as datas de criação e extinção, na quarta coluna a Ordem religiosa a que pertenciam e na quinta, o género. Os dados assim apresentados vão permitir-nos outras leituras que abrangem o conhecimento e caracterização dos estabelecimentos por género, tipo, ordem religiosa e época. Por se tratar de um quadro longo utilizámos abreviaturas, sempre que possível. O quadro está ordenado cronologicamente, pela data de criação das casas servindo assim de súmula ao contexto que atrás se apresentou. Os quatro estabelecimentos para os quais não se encontraram as datas de criação constam no final do quadro. Também nas datas de extinção se verificaram algumas lacunas que vão assinaladas.

²³³ *Ob. cit.*, 2005.

²³⁴ *Dicionário de história religiosa de Portugal*, 2000. 4 vol.

²³⁵ *Ob. cit.*, 2010.

²³⁶ Conventos. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *ob. cit.*, vol. II, p. 19-25; Mosteiros. *Ibid.*, vol. III, p. 274-279.

²³⁷ *Guia sumário dos fundos e colecções do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. II Parte - Instituições eclesásticas*. Lisboa: IAN/TT, 2002 e *Ordens monástico-conventuais: Inventário*. Lisboa: IAN/TT, 2002.

²³⁸ *Ob. cit.*, 1763-1764. Vol. III.

Quadro I – Instituições religiosas de Lisboa

NOME	DATA CRIAÇÃO	DATA EXTINÇÃO	ORDEM	GÉNERO
Most. de S. Vicente de Fora	1147	1834	Cón. Regr. de Sto Agostinho	M
Most. de Sta Maria de Chelas	1192	1878	Cón. Regr. de Sto Agostinho	F
Conv. de S. Francisco da Cidade	1217	1834	Frades Menores. Prov. Portugal	M
Conv. de Santos-o-Novo	1233	1895	Comendadeiras de Santiago	F
Conv. de S. Domingos	1241	1834	Pregadores	M
Most. de S. Dinis	1294	1886	Cister	F
Conv. da Santíssima Trindade	1294	1834	Santíssima Trindade	M
Conv. de N. S. ^a da Graça	1305	1834	Eremitas de Sto Agostinho	M
Conv. do Carmo	1389	1834	Carmo	M
Conv. do Salvador	1392	1884	Pregadores	F
Conv. de S. Domingos de Benfica	1399	1834	Pregadores	M
Conv. de Sto Elói	1442	1833	Cón. Sec. de S. João Evangelista	M
Conv. de S. Francisco de Xabregas	1455	1834	Frades Menores. Prov. Algarves	M
Conv. de S. Bento de Xabregas	1462	1834	Cón. Sec. de S. João Evangelista	M
Most. de Sta Maria de Belém	1496	1834	S. Jerónimo	M
Conv. da Madre de Deus	1509	1869	Sta Clara	F
Conv. de N. S. ^a da Rosa	1519	antes de 1834	Pregadores	F
Conv. da Esperança	1536	1888	Sta Clara	F

NOME	DATA CRIAÇÃO	DATA EXTINÇÃO	ORDEM	GÉNERO
Conv./Hospício de N. S. ^a da Luz	1543	1795	Cristo	M
Conv. de Sta Catarina de Ribamar	1553	1834	Frades Menores. Prov. Arrábida	M
Conv. de N. S. ^a do Amparo	1553	1834	Frades Menores. Prov. Sto António	M
Conv. de S. José de Ribamar	1559	1834	Frades Menores. Prov. Arrábida	M
Conv. de Sta Ana	1561	1884	Sta Clara	F
Conv. de Sto António dos Capuchos	1570	1834	Frades Menores. Prov. Sto António	M
Colégio de N. S. ^a da Estrela	1573	1834	S. Bento	M
Conv. do Espírito Santo	1574	1834	Frades Menores. Prov. Arrábida	M
Conv. de N. S. ^a dos Poderes	1575	1834	Sta Clara	F
Conv. de N. S. ^a da Conceição dos Mártires	1577	1877	Sta Clara	F
Conv. de N. S. ^a dos Remédios	1581	1834	Carmelitas Descalços	M
Conv. de Sta Marta	1583	1887	Sta Clara	F
Conv. de Sto Alberto	1584	1890	Carmelitas Descalços	F
Conv. de N. S. ^a da Conceição	1584	1834	Frades Menores. Prov. Arrábida	M
Conv. de N. S. ^a de Jesus	1585	1834	Frades Menores. Terceiros Regulares da Penitência	M
Conv. de N. S. ^a da Quietação	1586	1887	Sta Clara	F
Conv. de Sta Mónica	1586	1870	Eremitas de Sto Agostinho	F

NOME	DATA CRIAÇÃO	DATA EXTINÇÃO	ORDEM	GÉNERO
Most./Hospício de N. S. ^a do Desterro	1591	1814	Cister	M
Conv. de S. Salvador	1594	1861	Sta Brígida	F
Colégio de Sto Agostinho	1594	1834	Eremitas de Sto Agostinho	M
Conv. de Sta Maria Vallis Misericordiae	1597	1833	Cartuxa	M
Conv. de N. S. ^a da Penha de França	1597	1834	Eremitas de Sto Agostinho	M
Conv. de N. S. ^a do Socorro	1602	1834	Carmo	M
Hospício de S. Bruno	1611	1834	Cartuxa	M
Conv. do Santíssimo Sacramento	1612	1897	Pregadores	F
Most. de S. Bento da Saúde	1615	1833	S. Bento	M
Conv. do Calvário	1617	antes de 1834	Sta Clara	F
Conv. de N. S. ^a da Boa Viagem	1618	1834	Frades Menores. Prov. Arrábida	M
Conv. de S. João de Deus	1629	1834	Ordem Hospitaleira de S. João de Deus	M
Conv. da Encarnação	1630	1896	Comendadeiras de Avis	F
Conv. de N. S. ^a da Porta do Céu	1632	1833	Frades Menores. Prov. Portugal	M
Conv. de N. S. ^a do Bom Sucesso	1639	continua	Pregadores. Irlandeses	F
Conv. de Sto António da Convalescença	1640	1834	Frades Menores. Prov. Sto António	M
Conv. de Sta Teresa de Jesus	1642	1891	Carmelitas Descalços	F

NOME	DATA CRIAÇÃO	DATA EXTINÇÃO	ORDEM	GÊNERO
Most. do Santíssimo Sacramento	1647	1834	S. Paulo Primeiro Eremita	M
Conv. de Corpus Christi	1648	1834	Carmelitas Descalços	M
Conv. de N. S. ^a dos Anjos da Porciúncula	1648	1833	Frades Menores. Capuchinhos Franceses	M
Most. de N. S. ^a da Nazaré	1653	1850	Cister	F
Casa de N. S. ^a da Divina Providência	1653	1834	Clér. Regul. de S. Caetano	M
Convento de N. S. ^a da Soledade	1657	1878	Santíssima Trindade	F
Conv. do Corpo Santo	1659	1856	Pregadores. Irlandeses	M
Conv. de N. S. ^a da Conceição	1660	1872	Sta Brígida	F
Conv. de Sta Apolónia	1662	1833	Sta Clara	F
Conv. de N. S. ^a do Monte Olivete	1663	1885	Eremitas Descalços de Sto Agostinho	F
Conv. de N. S. ^a da Conceição do Monte Olivete	1664	1834	Eremitas Descalços de Sto Agostinho	M
Conv. do Sto Crucifixo	1667	1890	Sta Clara	F
Recolhimento do Espírito Santo	1671	?	Ordem Terceira de S. Francisco	F
Conv. de S. Pedro de Alcântara	1672	1834	Frades Menores. Prov. Arrábida	M
Casa do Espírito Santo	1674	1834	Congr. do Oratório	M
Conv. de S. Cornélio	1674	1834	Frades Menores. Prov. Arrábida	M
Conv. de N. S. ^a da Conceição dos Cardais	1681	1876	Carmelitas Descalços	F

NOME	DATA CRIAÇÃO	DATA EXTINÇÃO	ORDEM	GÉNERO
Conv. de S. João da Cruz	1681	1834	Carmelitas Descalços	M
Hospício dos Mission. de Varatojo	1685	1834	Frades Menores. Mission. Apostól. (Varatojo)	M
Conv. de N. S. ^a da Boa Hora	1688	1834	Eremitas Descalços de Sto Agostinho	M
Conv./Hospício de N. S. ^a do Livramento	1698	1834	Santíssima Trindade	M
Conv. de N. S. ^a da Conceição (Luz, Arroios)	1699	1890	Conceição de Maria	F
Conv. de Sta Joana	1699	1890	Pregadores	F
Hospício de N. S. ^a da Conceição de religiosos franciscanos do Rio de Janeiro	1703	1834	Frades Menores. Prov. Imaculada Conceição do Rio de Janeiro	M
Hospício Régio de S. João Nepomuceno	1708	1833	Carmelitas Descalços. Prov. Austríaca	M
Casa de S. João e S. Paulo	1717	1834	Congr. da Missão	M
Conv. de S. Francisco de Paula	1717	1834	S. Francisco de Paula	M
Conv. de N. S. ^a dos Remédios	1720	1874	Santíssima Trindade	F
Hospício de N. S. ^a dos Anjos	1725	1834	Frades Menores. Mission. Apostól. (Brancanes)	M
Conv. do Senhor Jesus da Boa Morte e Caridade	1736	1833	Congr. do Senhor Jesus da Boa Morte e Caridade	M
Hospício do Menino Deus	1738	1834	Frades Menores. Prov. Algarves. Terc.	M/F
Hospício de N. S. ^a da Conceição e Sto António da Carreira dos Cavalos	1738	1834	Frades Menores. Prov. Conceição	M

NOME	DATA CRIAÇÃO	DATA EXTINÇÃO	ORDEM	GÊNERO
Conv. de N. S. da Conceição da Porciúncula	1739	1834	Frades Menores. Capuchinhos Italianos	M
Recolhimento de N. S. ^a da Encarnação e Carmo	1740	?	Ordem Terceira de N. S. ^a do Monte do Carmo	F
Hospício de N. S. ^a do Carmo da Prov. de Maranhão	1745	1834	Carmo	M
Hospício dos Mercedários	1746	1834	Sta Maria das Mercês	M
Casa de N. ^a S. ^a das Necessidades	1747	1834	Congr. do Oratório	M
Colégio de Sta Rita de Cássia	1749	1834	Eremitas Descalços de Sto Agostinho	M
Conv. de S. Camilo	1754	1834	Clér. Regul. Ministros dos Enfermos	M
Conv. de N. S. ^a da Boa Hora	1760	1834	Eremitas Descalços de Sto Agostinho	M
Recolhimento de N. ^a S. ^a do Rosário	1768	antes de 1905	Sta Clara	F
Hospício de N. S. ^a do Carmo da Prov. de Pernambuco	antes de 1769	1834	Carmo	M
Conv./Hospício do Senhor Jesus Nazareno da Penitência	1778	antes de 1834	Senhor Jesus Nazareno da Penitência	M
Hospício de N. S. ^a do Carmo	1780	1834	Ordem Terceira de N. S. ^a do Monte do Carmo	M
Hospício de S. Rafael Arcanjo	1780	1834	Religiosos de S. Rafael Arcanjo	M
Conv. do Santíssimo Coração de Jesus	1781	1885	Carmelitas Descalços	F
Conv. do Desagravo do Santíssimo Sacramento	1783	1901	Sta Clara	F

NOME	DATA CRIAÇÃO	DATA EXTINÇÃO	ORDEM	GÉNERO
Conv. da Visitação de Sta Maria	1784	1897	Visitação de Sta Maria	F
Hospício de S. Caetano	?	1834	Clér. Regul. de S. Caetano	M
Hospício da Terra Santa	?	1834	Frades Menores. Prov. Portugal	M
Hospício do Santíssimo Coração de Maria	?	1834	Frades Menores. Prov. Portugal. Terceiros	M
Hospício de N. S. ^a da Conceição (Francisc. da ilha da Madeira)	?	1834	Frades Menores. Custódia de S. Tiago Menor	M

A lista compreende 104 instituições as quais, como já se tinha referido, representam 21% de todos os estabelecimentos regulares que se encontravam no país, incluindo ilhas e ultramar. Começaremos por uma análise da cronologia fundacional para melhor sistematizar o historial que anteriormente apresentámos.

Apoiando-nos de novo na leitura de Taveira da Fonseca²³⁹, diz-nos este autor em síntese, que cerca de 30% das fundações religiosas do reino são anteriores ao século XVI, depois existe uma dinâmica acentuada de construções na época de Quinhentos, começando a declinar ligeiramente no século XVII e mais acentuadamente no XVIII. Ora no que respeita à capital e seu termo, os 104 estabelecimentos que identificámos não apresentam o mesmo ciclo evolutivo²⁴⁰. A expansão das ordens religiosas em Lisboa tem o seu ordenamento próprio, conforme mostra a distribuição da cronologia fundacional agregada por séculos:

Quadro II – Cronologia fundacional

S. XII	S. XIII	S. XIV	S. XV	S. XVI	S. XVII	S. XVIII	S. d.
2	5	4	4	25	35	25	4

²³⁹ *Ob. cit.*, p. 49-50.

²⁴⁰ As quatro instituições sobre as quais não se apurou a data da fundação, pela tipologia, pertencerão aos finais do século XVII ou com maior probabilidade ao XVIII.

Os quantitativos mostram a baixa representatividade construtiva que Lisboa teve nos quatro primeiros séculos da independência de Portugal. De notar, a subida no século XIII que, se contado também o convento de Santa Clara fundado em 1292, atingiria os seis estabelecimentos. A descida no século XIV tem um contorno interessante quando procuramos os dados no Quadro I: é que, a partir de 1305, data da fundação de Nossa Senhora da Graça, há um hiato de oitenta e quatro anos até surgir uma nova construção na capital, o convento do Carmo a que se seguem mais dois estabelecimentos até ao final do século, Salvador e S. Domingos de Benfica, da Ordem dos Pregadores. O século XV também só verá quatro novas fundações e todas, praticamente, na segunda metade da centúria. Há, portanto, uma matriz de estabilidade quantitativa no número de criações ainda que, algumas delas sejam de grande importância na vida da cidade. Esta implantação modesta até 1500 confere com o modelo medieval que privilegia o meio rural ao urbano e demonstra a importância ainda relativa da capital.

O movimento crescente de fundações quinhentistas é semelhante em Lisboa ao que se passa no país. O quantitativo de 25, aliás, não comporta as quatro casas que já não existiam no fim do século XVIII, duas da iniciativa de D. Manuel, o convento/hospício da Ordem de Cristo anexo à Conceição Velha e o convento da Anunciada e duas ligadas a D. João III, o colégio de Santo Antão e a casa professa de S. Roque, o que em termos absolutos faria subir o número de construções quinhentistas para 29. Numa subida tão acentuada é também importante procurar outros indicadores e, assim, no Quadro I verificamos que são poucas as casas da primeira metade do século e que o grande movimento fundacional se situa na segunda metade, especialmente nas décadas de -80 e -90 que representam quase 50% das construções de Quinhentos e que correspondem à Lisboa filipina.

A curva ascensional continua no século XVII, com a plena afirmação da importância de Lisboa como sede do poder régio, verificando-se um total de 35 casas, cujos indicadores fundacionais são de 11 casas até à Restauração e de 24 (68,5% do total) até ao final do século. A grande influência da rainha D. Luísa de Gusmão mas também o aumento de iniciativas de piedade privada, justifica este crescimento expressivo de construções religiosas na Lisboa seiscentista.

Há um declínio nas fundações do século XVIII se bem que não de modo tão acentuado como no país em geral. Conferindo as datas fundacionais no Quadro I, verificamos que, até ao terramoto, há 16 criações e na segunda metade do século há 9 novas fundações. Os hospícios para os quais não apurámos data situam-se, muito provavelmente, entre os finais do século XVII e a primeira metade do século XVIII, como já tínhamos referido em nota. Tendo em conta o número de estabelecimentos de ordens que, pela primeira vez constroem em Lisboa (e, na maioria dos casos, também em Portugal), o século XVIII caracteriza-se, em termos fundacionais, por um tipo de piedade régia que procura a novidade e por uma piedade privada que se desliga cada vez mais da construção conventual para se virar para estabelecimentos de efeitos sociais mais práticos como os hospícios e os recolhimentos. No próximo capítulo não deixaremos de analisar melhor essa tendência. Olhando para o Quadro II, no seu conjunto, é nítido que os séculos XVII e XVIII apresentam cerca de 55% do total de estabelecimentos de Lisboa, conferindo uma importância inegável à vida regular, apesar de o declínio de certas casas no final do século e da influência que também teve, em algumas delas, o terramoto.

Assim, no que à iniciativa fundacional diz respeito, sobressai, desde o início da monarquia, a protecção régia às ordens religiosas que se estabelecem em Lisboa. Como atrás se indicou, todos os reis têm uma ou mais ordens ou um ou mais conventos que, particularmente protegem e aos quais concedem privilégios. As rainhas, sobretudo as que exerceram regência, também seguem este princípio tal como outros membros da casa real com meios para desenvolver um apoio mecenático piedoso no fomento de novas construções às quais ficavam perenemente ligados. Numa escala também importante, vimos que a iniciativa privada, nomeadamente de membros da nobreza, promove a formação de comunidades religiosas. Em qualquer dos casos, está em causa a garantia de um panteão familiar e de um caminho para a vida eterna mas também, mais prosaicamente, de garantir um abrigo para proles numerosas, sobretudo a feminina. De qualquer modo, a profusão de estabelecimentos religiosos que se verifica ao longo dos séculos XVII e XVIII, não pode deixar de nos espantar parecendo que os avisos sobre o excesso de membros do clero regular que eram potencial “causa do empobrecimento da lavoura, do debilitamento das receitas fiscais da Coroa e da tibieza

dos exércitos”,²⁴¹ não surtiam efeito. Tais avisos foram aliás, acompanhados de legislação restritiva ou, pelo menos, controladora, começando timidamente no século XVII mas ganhando uma expressão mais efectiva no século XVIII, apesar de as muitas excepções no reinado de D. João V, prosseguindo, de modo mais radical no reinado de D. José e com um retorno da excepcionalidade no reinado de D. Maria I, como se observa no Quadro I.

A segunda metade do século XVIII assiste, aliás, a uma situação que parece contraditória e paradoxal. Por um lado, há políticas restritivas quanto ao número de casas religiosas e ao ingresso de novos membros, situação que adiante mais detalhadamente analisaremos. Por outro lado, assiste-se à criação de novos estabelecimentos e até de novas ordens religiosas, com a ampla protecção régia, como se referiu. Há como que uma inevitabilidade na relação que o poder real estabelece com as ordens religiosas, mesmo neste período que antecede o final do Antigo Regime, conferindo-lhes o estatuto de promover, através da profusão e não raro da magnificência das suas casas, a representação perene daquele poder. Nesse particular, não por se tratar de novas fundações mas sim de reconstruções, é importante voltar a referir o apoio régio à reabilitação das casas religiosas, conferido por D. João V e mais tarde por D. José, já na sequência dos danos provocados pelo terramoto de 1755. Sendo poucas aquelas que na cidade ficaram incólumes ou que apresentaram danos diminutos, a verdade é que num curto espaço temporal, foi providenciado, para a grande maioria, o socorro necessário de forma a restituir à cidade a dignidade arquitectónica e a marca de poder que tais edifícios representavam.

Vistas as circunstâncias fundacionais, passamos agora a analisar estas instituições na sua relação com as ordens religiosas a que pertenciam.

Frades Menores	Pregadores	Carmelitas Descalços	Carmo	Eremitas Desc. Sto Agostinho	Eremitas Sto Agostinho	Outras
37	8	8	6	5	4	36

²⁴¹ PAIVA, José Pedro – Os mentores. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, p. 201.

A ordem com maior número de estabelecimentos é a dos Frades Menores, quando considerada no conjunto das suas províncias e custódias a que se junta a segunda ordem, dita de Santa Clara, a dos Terceiros, as Concepcionistas Franciscanas e os Capuchinhos italianos e franceses. Perfaz um total de 37 instituições (35,5% do total) e corresponde, aliás, à predominância que os conventos de Franciscanos tinham em todo o país. Como já tínhamos referido, é a província da Arrábida que se destaca, ainda que com um único convento na cidade, o de S. Pedro de Alcântara, correspondendo as outras fundações a zonas do termo de Lisboa.

As outras ordens têm implantações muito menos expressivas. Começando pelos Pregadores, verifica-se um total de 8 estabelecimentos (seriam 9 com a Anunciada), dos quais 2 são de Dominicanos irlandeses. Idêntico total tem a Ordem dos Carmelitas Descalços, criação do século XVI e integrada no movimento reformador ou de “descalcez”, sendo que um dos estabelecimentos de Carmelitas pertence à província Austríaca. Já a Ordem do Carmo apresenta 4 conventos em Lisboa e seu termo, e ainda 2 estabelecimentos de Terceiros.

A Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, muito antiga na sua implantação em Lisboa, tinha no final do século XVIII 4 conventos enquanto a Ordem dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho, do movimento reformador, apresenta 5, dos quais um mais conhecido como colégio.

Quanto às restantes ordens e congregações vemos que têm uma implantação mais reduzida em número, mas não, em vários casos, em importância dos seus estabelecimentos e número de religiosos, como acontece com os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho cujas duas fundações, S. Vicente de Fora e Santa Maria de Chelas, são as mais antigas de Lisboa e estão entre as mais ricas, ou com a Congregação do Oratório que tinha em Lisboa duas grandes casas, a do Espírito Santo, ao Chiado e a de Nossa Senhora das Necessidades. Entre as ordens mais antigas, algumas, como vimos de implantação tardia em Lisboa, como as ordens de S. Bento e de Cister, os estabelecimentos, respectivamente em número de 2 e de 3, têm desigual importância, destacando-se entre os beneditinos o mosteiro de S. Bento da Saúde e entre os cistercienses, o de S. Dinis de Odivelas, já no termo da cidade.

É interessante, porém, verificar que praticamente todas as ordens e congregações religiosas que existiam em Portugal têm estabelecimentos na capital, muitos dos quais como acontece com as Ordens de S. Jerónimo, Cónegos Seculares de S. João Evangelista, S. Paulo Primeiro Eremita, Pregadores, Santíssima Trindade, Carmo e Carmelitas Descalços, Eremitas e Eremitas Descalços de Santo Agostinho e ainda algumas províncias da Ordem dos Frades Menores (para só referir as ordens com implantação no país) tinham em Lisboa a cabeça da respectiva ordem. Quanto às fundações do século XVIII, como as Ordens de S. Francisco de Paula, Visitação de Santa Maria, Clérigos Seculares Ministros dos Enfermos ou Congregação da Missão, que têm pouca implantação no país, também é na capital que se estabelecem em primeiro lugar, ao contrário do que ocorrera, com as ordens monásticas medievais e com as ordens mendicantes que chegaram a Lisboa já depois de se terem estabelecido no país.

Note-se, ainda, a presença de pequenas ordens, a maioria das quais do século XVIII e que não tiveram mais do que o estabelecimento de Lisboa como os Clérigos Seculares de S. Caetano, a Congregação do Senhor Jesus da Boa Morte e Caridade, a Ordem do Senhor Jesus Nazareno ou a de S. Rafael Arcanjo²⁴².

Uma última consideração, desta feita relativa à presença de fundações ligadas a ordens militares: no respeitante à Ordem de Cristo, não contámos, como atrás referimos com o estabelecimento anexo à igreja da Conceição Velha, que ficou destruído pelo terramoto de 1755 e incêndio subsequente. Quanto ao convento/hospício de Nossa Senhora da Luz apesar de praticamente destruído pelo terramoto foi reedificado pois a sua extinção, em 1795, está ligada à reforma da ordem que aconteceu em 1792.

De qualquer forma o que aqui pretendemos salientar é que a representação da Ordem de Cristo em Lisboa é residual e a sua sede era, como se sabe, no convento de Cristo, em Tomar. Quanto às ordens de Avis e de Santiago, só temos representação em Lisboa, dos respectivos ramos femininos de Comendadeiras.

Neste universo de casas religiosas podemos também fazer a leitura por género, analisando os estabelecimentos masculinos e os femininos.

²⁴² V. para estas instituições as respectivas Notas históricas no Anexo I.

Os primeiros são em número de 67 (64,4%), os segundos são 36 (34,6%) e há uma instituição que combina hospício e recolhimento, o hospício do Menino Deus, de Terceiros da província dos Algarves, da Ordem dos Frades Menores a qual, no decorrer desta dissertação, será contabilizada nos hospícios por ser essa a designação pela qual ficou mais conhecida. A proporção é diferente da que encontramos para a totalidade das casas religiosas masculinas e femininas existentes no país que, recordamos, era de 371 (75%) e 121 (25%), respectivamente. Parece pois haver uma escolha de Lisboa para a construção e concentração de casas femininas, mais expressiva do que noutras zonas do país. Por outro lado, em valores absolutos, ou seja, considerando todo o país, os estabelecimentos masculinos de Lisboa e seu termo representam 18% do total por género enquanto os femininos, corroborando essa preferência na escolha da capital, representam 29,7%. Se tivermos em conta a concentração de famílias nobres na capital e as características do povoamento das casas femininas com as filhas que não eram destinadas ao casamento, é fácil entender a razão dessa maior incidência de fundações.

Algumas ordens são exclusivamente masculinas como a dos Clérigos Regulares de S. Caetano, Clérigos Regulares Ministros dos Enfermos, Congregação da Missão, Congregação do Oratório, Cónegos Seculares de S. João Evangelista, Ordem de S. Paulo Primeiro Eremita, Ordem da Cartuxa ou Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, para citar apenas os exemplos mais conhecidos. Outras são exclusivamente femininas como as Ordens de Santa Clara, da Conceição de Maria, da Visitação de Santa Maria e de Santa Brígida. Outras ainda têm o ramo masculino e feminino podendo ou não existir representatividade do ramo feminino em Lisboa, como acontece com a Ordem de S. Jerónimo que só tem a casa masculina de Santa Maria de Belém.

Quer num quer noutro género destaca-se, novamente, a Ordem dos Frades Menores, nas suas várias manifestações, com 24 estabelecimentos masculinos e 13 femininos. Entre as ordens com os dois ramos, vemos que os Pregadores têm igual número de conventos masculinos e femininos, ainda que, na cidade propriamente dita, predominem os femininos. A preponderância de femininos ocorre nos Carmelitas Descalços (4 para 3 masculinos) e na Ordem de Cister (2 para 1 masculino). Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho e a Ordem da Santíssima Trindade têm igualdade, no número de estabelecimentos por género. Já a Ordem dos Eremitas de

Santo Agostinho e a dos Eremitas Descalços têm predominância masculina (3 e 4 para 1 feminino, respectivamente).

Passamos agora à análise por tipologia de instituições.

Conventos	Mosteiros	Casas	Colégios	Hospícios	Recolhimentos
69	8	4	3	17	3

Destacam-se os conventos em número de 69, com predominância de fundações franciscanas, masculinas e femininas (27%). Há 3 colégios ligados às ordens religiosas, o de Santo Agostinho e o de Santa Rita de Cássia, pertencentes, respectivamente, aos Eremitas e Eremitas Descalços de Santo Agostinho e ainda o colégio de Nossa Senhora da Estrela, da Ordem de S. Bento. Não quer dizer que noutros estabelecimentos não funcionassem, no final do século XVIII, também unidades de ensino. Havia-as no mosteiro de S. Vicente de Fora e na casa das Necessidades, por exemplo. Porém, a denominação dessas instituições nunca deu maior destaque à circunstância pedagógica pelo que foram contabilizados na sua vertente de vida religiosa regular, no primeiro caso dentro dos mosteiros e no segundo, nas casas congreganistas.

Passando às ordens monásticas, verificamos que há 8 mosteiros, número diminuto face ao dos conventos, pois as ordens monásticas são muito menos que as conventuais e têm poucos estabelecimentos em Lisboa. São maioritariamente masculinos, com excepção de 2 casos, os mosteiros de S. Dinis, de Odivelas e o de Nossa Senhora da Nazaré, ambos da Ordem de Cister.

Quanto às casas congreganistas são em número de 4 e pertencem aos Clérigos Regulares de S. Caetano, à Congregação da Missão e 2 à Congregação do Oratório.

Existem 17 hospícios religiosos em Lisboa, o que é um número impressionante (16,3%) e, se tivermos em conta que muitos dos conventos que enunciamos no Quadro I têm a indicação convento/hospício, porque efectivamente funcionavam muito como casas de assistência e de apoio aos membros da sua ordem, a percentagem ainda seria maior. Estão nesse caso, por exemplo, os estabelecimentos pertencentes aos Capuchinhos franceses e italianos, o mosteiro de Nossa Senhora do Desterro, da Ordem de Cister e os do Senhor Jesus Nazareno da Penitência e do Senhor Jesus da Boa Morte e Caridade, das ordens homónimas, que aparecem citados na bibliografia, umas vezes

como conventos outras como hospícios. Teríamos, assim, cerca de um quinto das instituições regulares de Lisboa dedicadas à assistência e com uma componente conventual menos expressiva, o que não deixa de ser interessante, como fenómeno, no contexto da vida consagrada na capital. Aliás, a própria casa de Nossa Senhora das Necessidades, da Congregação do Oratório, grande e rica instituição da iniciativa de D. João V, é também amplas vezes referida como hospício.

Quando circunstanciámos as fundações religiosas em Lisboa tivemos oportunidade de referir que, no caso dos Franciscanos, praticamente todas as províncias que não tinham convento em Lisboa, tiveram um hospício na capital, a que juntamos a Custódia de S. Tiago Menor da ilha da Madeira e os Missionários Apostólicos de Brancanes e de Varatojo. Note-se que entre os hospícios se podem diferenciar dois tipos: o primeiro acompanha um estabelecimento regular para efeitos de apoio ou assistência, a religiosos em viagem ou doentes e idosos. Serve de exemplo o hospício de S. Caetano, dos Teatinos e o de S. Bruno, da Ordem da Cartuxa que davam apoio aos membros das respectivas comunidades sendo que, este último, receberia também membros da ordem vindos da Cartuxa de Évora. O hospício régio de S. João Nepomuceno, dos Carmelitas Austríacos, visava dar assistência espiritual e não só, aos membros da comunidade alemã e austríaca, residentes em Lisboa.

O segundo tipo configura o hospício que apoia iniciativas de determinada ordem/província em missões externas. Para além dos Capuchinhos cujas instituições se mencionou e que preparavam os frades que de França ou de Itália iam seguir para as missões do ultramar, temos os hospícios dos Carmelitas de Pernambuco e do Maranhão, dos Franciscanos do Rio de Janeiro e da Terra Santa e o hospício dos Mercedários. De referir, ainda, que os hospícios são instituições de fundação relativamente tardia, situando-se mais nos séculos XVII e XVIII, como se vê no Quadro I.

Já no respeitante aos recolhimentos, instituições essencialmente de abrigo e destinadas ao público feminino, não encontramos mais do que três ligados a ordens religiosas, que se intitulam como tal, sendo dois deles de ordens terceiras, Carmo e S. Francisco, e o outro, ligado às Clarissas apesar de ter tido o seu arranque como iniciativa laica. A verdade é que, tal como atrás afirmámos, os conventos femininos funcionavam quase todos como lugares de recolhimento de senhoras sobretudo, viúvas

e órfãs, de que os das Comendadeiras são talvez o exemplo mais completo mas que se encontram nos estabelecimentos das Clarissas, como a Madre de Deus ou a Esperança, e nos de outras ordens. Acresce, para justificar este número (relativamente) diminuto, que a capital dispunha de vários recolhimentos não sujeitos a ordens religiosas mas sim de iniciativa privada ou ligados à Misericórdia e que se encontravam espalhados em Lisboa²⁴³.

A última leitura que propomos é a relativa à distribuição geográfica das instituições regulares.

Analisando as freguesias onde se inseriam os edifícios, com as designações que tinham ao tempo e o respectivo âmbito geográfico, e dividindo-as entre as de Lisboa e as do termo, nos finais do século XVIII, verificamos que 79 estabelecimentos se situam na cidade (76%) e os restantes 25 (24%) no termo. As circunstâncias fundacionais implicam, como vimos, considerações de diversa ordem. Temos as edificações que vão assegurar posições estratégicas na Lisboa medieval, como aconteceu com S. Vicente de Fora, S. Francisco da Cidade, S. Domingos, Trindade, Graça e Carmo que se estabelecem em zonas que delimitam o casco central da cidade. Outras, normalmente em zonas mais afastadas, estão ligadas à existência de paços reais como sucede com S. Dinis, em Odivelas, S. Domingos de Benfica e, na zona oriental, os conventos de S. Bento de Xabregas, da Madre de Deus, a que se seguirão já no século XVII, os do Monte Olivete, masculino e feminino, primeiras fundações dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho.

Para Norte, é interessante verificar a linha construtiva dos finais da dinastia de Avis com os conventos do Espírito Santo, em Loures, Nossa Senhora dos Poderes, em Vialonga e Nossa Senhora da Conceição dos Mártires em Sacavém, o primeiro de Arrábidos e os outros de Clarissas. Os Arrábidos inaugurarão ainda outro não muito longe, em 1584, o de Nossa Senhora da Conceição na zona da Póvoa de Santa Iria. São construções que obedecem à lógica das ofertas de terrenos pelos respectivos fundadores, como aliás se verificara já com uma primeira construção nessa zona, em meados do século XVI, o convento de Nossa Senhora do Amparo, primeira casa dos Franciscanos Capuchos da província de Santo António.

²⁴³ V. a propósito PEREIRA, Fernando Jasmins – *ob. cit.*, vol. I, p. 661-686.

A época filipina vai consagrar para ocidente, uma zona de Lisboa que parte de Santos-o-Velho, onde existia já o convento da Esperança, de Clarissas, na direcção de Alcântara. Em anos sucessivos vemos a fundação dos primeiros estabelecimentos de Carmelitas Descalços - Nossa Senhora dos Remédios e Santo Alberto - a que se seguirá, já no início do século XVII, S. João de Deus, todos entre a Pampulha e as Janelas Verdes e, mais para Ocidente, Nossa Senhora da Quietação e o Monte Calvário, ambos de Clarissas. Nos últimos anos do século XVII e na segunda metade do século XVIII, a zona ainda comportará o convento do Livramento, de Trinitários e o de S. Francisco de Paula, de Mínimos. Quanto a Santos-o-Velho, ficará reforçada a zona com os Capuchinhos franceses e o mosteiro cisterciense de Nossa Senhora da Nazaré, no século XVII.

Continuando a marcha para ocidente e mantendo o rio Tejo como referência, foi fundado, em Belém, no final do século XV, o mosteiro dos Jerónimos que se manteve durante anos como o mais ocidental dos estabelecimentos religiosos. Em meados do século XVI, a entrada dos Arrábidos no termo de Lisboa, faz-se para o lado Norte, como vimos, mas também para o termo oriental, na zona de Algés/Dafundo com as construções sucessivas de Santa Catarina de Ribamar, S. José de Ribamar e Nossa Senhora da Boa Viagem, contando a zona, desde o final do século XVI com outra fundação, o convento de Santa Maria *Vallis Misericordiae*, da Ordem da Cartuxa, em Laveiras, Caxias.

Uma outra zona que começa a povoar-se também com estabelecimentos religiosos é a do eixo Lapa, Estrela e S. Bento que, apesar de construções pontuais que vão surgindo em zonas mais centrais da capital, marca uma nítida preferência a que não é estranho o facto de, sobretudo em construções femininas, existir uma forte tendência agregadora, isto é, cada nova fundação vai, preferencialmente, situar-se em zona onde já existem outras casas, mesmo de outras ordens religiosas. Já o assinalámos para a zona das Janelas Verdes/Alcântara e vemos o mesmo fenómeno na zona limítrofe dessa, quando nos encaminhamos para o interior. Começa nos finais do século XVI, no bairro do Mocambo, com o convento de S. Salvador, da Ordem de Santa Brígida, continuando, nas fundações femininas, com o do Santíssimo Sacramento, de Dominicanas, o de Nossa Senhora da Soledade, das Trinas e o das Francesinhas ou do Santo Crucifixo, à Lapa. Na zona da Estrela e S. Bento existiam as duas construções masculinas dos

benedictinos, o colégio de Nossa Senhora da Estrela e o mosteiro de S. Bento da Saúde. No século XVIII, a zona da Estrela/Lapa receberá ainda o convento do Santíssimo Coração de Jesus, de Carmelitas Descalças e os do Senhor Jesus da Boa Morte e do Senhor Jesus Nazareno da Penitência, das respectivas ordens, antecedido pela criação da casa de Nossa Senhora da Divina Providência, de Teatinos.

Prosseguindo na direcção do núcleo mais central da cidade, surge, por um lado o convento das Trinas de Nossa Senhora dos Remédios, no Rato, construção do século XVIII e, por outro lado, na direcção da calçada do Combro, temos, no século XVII, o grande edifício do mosteiro dos Eremitas de S. Paulo e já no Chiado, para além da construção medieval de S. Francisco, são fundadas a Casa do Espírito Santo, da Congregação do Oratório e o convento da Boa Hora de Eremitas Descalços de Santo Agostinho, com poucos anos de diferença, no último quartel do século XVII. Sublinhemos que o fluxo de construções no termo de Lisboa se esbate no século XVIII, prevalecendo as fundações na cidade. As zonas da Costa do Castelo e Mouraria compreendiam desde o século XIV, o convento de Santo Elói, e os de Dominicanas do Salvador e de Nossa Senhora da Rosa bem como o colégio de Santo Agostinho, finalizando com os hospícios do Menino Deus e de S. Rafael, já no século XVIII. De notar a ruína que os três primeiros sofreram e que se saldou por um restauro difícil e precário.

Uma zona de grande representatividade fundacional é a que abrange o eixo de Santa Apolónia, junto ao rio, com os Barbadinhos italianos não muito distantes, em zona onde estivera o colégio de S. Francisco Xavier dos Jesuítas. Caminhando para o interior do Bairro de Alfama, está o próprio mosteiro de S. Vicente, construção do século XII, então fora de portas, e, nas proximidades, os conventos femininos de Santa Clara e Santa Ana, de Clarissas, mais tarde o de Santa Mónica, de Agostinhas e terminando com o do Desagravo do Santíssimo Sacramento, última fundação do século XVIII. A Graça tem, nas proximidades, a Penha de França, ambos de Eremitas de Santo Agostinho e na freguesia da Pena, não longe do convento de Santa Ana está ainda Santo António dos Capuchos, do século XVI, sendo o convento/hospício da Carreira dos Cavalos, uma construção mais distante e do século XVIII.

A designada zona de Valverde que ia do alto da Cotovia, onde se tinha situado o noviciado dos Jesuítas e estava o Colégio dos Nobres, passando pelo Salitre e atravessando a actual Avenida da Liberdade, conjugou também várias construções quer a nível conventual como a Anunciada (desaparecida no terramoto), Santa Marta e Santa Joana, todas construções femininas, quer a nível de hospícios, como o da Cartuxa, o dos Missionários Apostólicos de Brancanes, o de Nossa Senhora do Carmo da província do Maranhão e o dos Mercedários.

Três zonas do termo, hoje pertencentes a Lisboa, são ainda de assinalar: Benfica, com o convento de S. Domingos e o de Santo António da Convalescença, construção mais tardia do século XVII; Campo Grande e Telheiras, o primeiro apenas com hospícios, mas Telheiras com o convento de Nossa Senhora da Porta do Céu, do século XVII; por fim, a mais representativa que foi Carnide, com os conventos de Nossa Senhora da Conceição que após o terramoto passou para Arroios, Nossa Senhora da Luz, dos freires de Cristo, e já do século XVII, os conventos carmelitas de Santa Teresa de Jesus e de S. João da Cruz.

Passando a uma análise quantitativa por freguesia, sobressai a de Santos-o-Velho, com 13 casas. Seguem-se com quantitativos menos expressivos a freguesia de Santa Isabel com 7 casas, as de S. José, Mercês e Santa Engrácia que têm 6, a freguesia da Pena que apresenta 5, a Ajuda e os Anjos com 4, Santa Catarina que regista 3 e as restantes freguesias com indicadores residuais.

Também é notório que a concentração só muito esporadicamente assinala a preferência de uma ordem, antes agrega construções de ordens diferentes e, regra geral, de épocas diferentes. A excepção são os Arrábidos que se localizam em zonas onde, só de forma residual, se verificam construções de outras ordens religiosas. A caracterização por género não tem expressividade especial, salvo a do bairro do Mocambo, para as construções femininas e as de Algés/Linda-a-Velha, para as masculinas, pois as casas de um e outro género tendem até a ter uma certa proximidade.

Conhecemos o número, o tipo, o género, a distribuição cronológica, a circunstância fundacional, a ordem religiosa e a implantação geográfica das casas religiosas de Lisboa e seu termo. É tempo, agora, de conhecer a população que as habitava, o que faremos em seguida.

II.4. A população regular de Lisboa: breve caracterização

II.4.1. Representação demográfica do grupo

As fontes e bibliografia que nos auxiliaram no capítulo anterior referem, sempre de forma muito expressiva, a grande quantidade de religiosos que existia na capital, estimada em várias centenas nos casos dos grandes edifícios como a Graça, S. Francisco da Cidade e S. Francisco de Xabregas, S. Domingos e S. Domingos de Benfica, e do lado feminino, em Santa Clara e na Madre de Deus, por exemplo. Estas, sem dúvida, mas também outras instituições menos conhecidas se bem que não menos visíveis em Lisboa, determinam a impressão que os viajantes estrangeiros do século XVIII têm da cidade e dos costumes religiosos dos seus moradores. Veja-se, a esse propósito a visão de Arthur William Costigan:

“[...] O que há de verdade, é que as alturas, dentro ou fora da cidade, são todas inteiramente ocupadas por capelas, igrejas, conventos imensos que, com as suas hortas, vinhas e pomares, constituem um quinto ou pelo menos um sexto da cidade. Os seus preguiçosos habitantes são sustentados inteiramente por conta dos restantes”²⁴⁴.

Cerca de dez anos depois, um outro testemunho corrobora esta visão de Lisboa. Referimo-nos ao já citado Marquis de Bombelles, embaixador de França em Lisboa, entre 1786 e 1788 e que escreve no seu diário:

« Le 23 [novembre 1786] [...] Ce prince [D. João V] qui, comme les rois de la première race, eut un bizarre assemblage de vertus et de faiblesses, multiplia en Portugal les fondations pieuses et les bâtards de la famille royale. [...] tournant sur les arrières du Campo de Sta Clara je suis venu aboutir à Sta Apolonia et, de là, passant entre les deux couvents Dos Grilos, on arrive chez le duc de Lafões. Tous les quartiers de cette ville sont connus et désignés par les nombreuses églises. Les seuls édifices un peu beaux sont des monastères, ceux de religieuses étaient du temps de Jean V l’asile de la débauche »²⁴⁵.

²⁴⁴ *Cartas de Portugal: 1778-1779*. Lisboa: Ática, 1946. Vol. II, Carta XXV Lisboa 1779, p. 12.

²⁴⁵ *Ob. cit.*, p. 47.

A relação entre a população laica e o clero regular é normalmente descrita em termos que pretendem conferir aos portugueses um zelo religioso superficial mas ao mesmo tempo uma grande dependência ou subserviência em relação àqueles mediadores entre a Terra e o Céu. É de novo uma impressão de Costigan que aqui transcrevemos:

“Carta XIX Porto 1779 [...] Ensinam-lhe desde a sua infância a crer que alcançará essa felicidade [no reino dos Céus] pagando fielmente o seu dízimo, fazendo caridosas dádivas a este ou àquele convento, ao relicário de um santo, aos padres que junto dele oficiam, ou ao altar, objecto da sua especial devoção e afeição. [...] Se tem bastante dinheiro para fazer do filho um frade e da filha uma freira, este acto levanta para sempre o crédito da família e não lhe falta para obter uma espécie de apoteose em todos os conventos das regiões vizinhas senão determinar que por sua morte, todo o dinheiro que pôde ajuntar seja distribuído aos padres, para que digam um certo número de missas, de forma a proporcionar à sua alma uma pronta passagem [...] Depois desta pequena mas autêntica descrição do que posso chamar o presente estado da religião entre o povo deste país, não tereis tantas surpresas ao notar a muita pobreza do camponês e a muita riqueza da Igreja. O Estado, não podendo igualar-se com a florescente situação da Igreja resolveu abandonar a luta e pôr-se a seu lado; por isso não admira ver a Igreja e o Estado completamente de acordo, deixando a nação na situação de selvajaria, ignorância e pobreza em que se encontra, e de que dependem a sua própria conservação e segurança. [...]”²⁴⁶.

Há, no entanto, que tentar contextualizar estas várias informações e vê-las com alguma cautela. Em primeiro lugar, a população regular não é estável, ao longo dos tempos e também não é uniforme a sua distribuição por ordem religiosa e/ou por estabelecimento religioso. Quando falamos de variabilidade queremos dizer, essencialmente, que os conventos estão sujeitos a “modas” que os tornam em determinados períodos muito concorridos e noutros não tanto. Instabilidade também face a circunstâncias externas, como incêndios ou inundações que os incapacitam em determinados períodos. A distribuição desigual por ordem religiosa e até entre casas da mesma ordem está directamente relacionada com os bens de que essas casas dispunham

²⁴⁶ *Ob. cit.*, p. 137-138.

e que ditavam, à partida, a existência de uma maior ou menor comunidade, conforme refere Fernando Taveira da Fonseca²⁴⁷. Sendo uma condicionante de base, não pode deixar de ser matizada com as circunstâncias que antes indicámos e com outra de que adiante falaremos, com mais destaque, que é a utilidade. É desse cruzamento que nos aparecem em Lisboa casos como o mosteiro dos Jerónimos ou o de S. Bento da Saúde que já no final do século XVIII têm populações diminutas, apesar de a grande dimensão dos respectivos edifícios e dos rendimentos de que dispunham.

Quanto ao testemunho dos estrangeiros, há que ter presente que a análise, quando feita por não católicos, dá normalmente grande destaque, como aliás os relatos de viagem feitos a Espanha e a Itália, a uma religiosidade eivada de superstição. É verdade que temos um universo muito amplo de casas religiosas em Lisboa e seu termo; porém, não é menos verdade que tal se deve essencialmente à importância de que se revestia a capital e, naturalmente, ao elevado índice demográfico da cidade. Pareceu-nos, pois, fundamental para esta caracterização da demografia religiosa regular da capital, tentar estabelecer alguns dados fiáveis sobre esse grupo social. São muitos? São poucos? Como se relacionavam, em termos proporcionais, com outros grupos sociais e profissionais de Lisboa?

Comecemos por conhecer o número de habitantes de Lisboa e seu termo não só pelo que permite perceber quanto à relação entre a população da capital e a do restante país mas também porque nos vai ajudar a enquadrar o possível número dos membros do clero regular em Lisboa, nos finais do século XVIII.

Conforme refere Joaquim Veríssimo Serrão, analisando os números do censo de 1798 e do de 1801²⁴⁸:

“A província da Estremadura, não contando com Lisboa e seu termo, tinha 346 freguesias e 65492 fogos; números que, juntando-lhe a capital, passavam respectivamente a 420 e 120383. Não era a região mais populosa dado que as Beiras

²⁴⁷ *Ob. cit.*, p. 52.

²⁴⁸ Sobre a quantidade e a qualidade das fontes disponíveis e, concretamente, a respeito destes dois censos cf. SERRÃO, José Vicente – O quadro humano. In: MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, quarto vol. – O Antigo Regime (1620-1807). Coord. António Manuel Hespanha, p. 49, onde se lê: “Só em 1801 [...] se produziu em Portugal, por iniciativa de Rodrigo de Sousa Coutinho e José António de Sá, um recenseamento geral da população, que se pode considerar minimamente fiável. Um outro, realizado pouco tempo antes, em 1798, por ordem do intendente Pina Manique, é também razoavelmente seguro”.

e o Minho tinham cada uma, em número de fogos, 224649 e 133811. [Lisboa e seu termo representam, conforme também se lê, 6 a 7% da população do reino mas no cômputo das cidades, a capital era a mais populosa]. Podemos estabelecer o seguinte quadro quanto às duas “contagens” mandadas fazer por Pina Manique e ao censo do conde de Linhares, de 1801:

Ano	Fogos		População
1776	633432	x4	2533728
1798	746864	"	2987456
1801	758500	"	3034000

o que revela o surto da população do reino desde a queda do marquês de Pombal à época das Invasões Francesas. Assim se poderia concluir que o reinado de D. Maria I constitui uma época de crescimento populacional [...] e que a recessão demográfica que se lhe seguiu foi apenas motivada por razões de ordem externa”²⁴⁹.

Tendo presentes estes dados, cabe agora procurar estabelecer a estimativa do número de religiosos e religiosas. Esta tarefa não é fácil pois, como afirma José Pedro Paiva:

“O relativo atraso da história religiosa e eclesiástica portuguesa condiciona o conhecimento que actualmente se possui sobre o corpo clerical e, entre muitos outros aspectos, inviabiliza que se determine qual era o cômputo exacto de frades e freiras”²⁵⁰.

Retomamos a apreciação estatística de Adriano Balbi²⁵¹ que já nos tinha servido para a determinação do número de casas religiosas e que utiliza os elementos dos censos de 1798 e de 1801. Balbi retirara do cômputo geral dos conventos masculinos indicados por João Baptista de Castro, no *Mappa de Portugal*, aqueles que entretanto tinham sido extintos, assim passando de um total de 380 para um número de 363 conventos. Estabelece, então, uma média de 16 religiosos por convento, utilizando para tal, a proporção encontrada entre a população total do Minho e o número de membros do

²⁴⁹ *Ob. cit.*, p. XXVIII-XXX. José Vicente Serrão (*ob. cit.*, p. 52) situa o movimento de “notável pujança demográfica” a partir de 1730.

²⁵⁰ PAIVA, José Pedro, *ob. cit.*, p. 201.

²⁵¹ *Ob. cit.*, *passim*.

clero aí existentes. A fonte é o recenseamento “exacte et détaillé” feito por Custódio José Gomes de Vilas Boas, em 1794, que indicava uma população de 636082 habitantes naquela província, da qual 5177 eclesiásticos seculares e 1430 regulares²⁵².

Soma mais 100 religiosos dos vários hospícios, em número de 24, com uma base de cálculo diferente pois, como afirma: “Les hospices ne comptent que 2, 3 et tout au plus 4 religieux et ne peuvent pas compter comme couvens”²⁵³ assim obtendo um total de 5908 membros do clero regular masculino para todo o país.

Entretanto, já no quadro do regime liberal estabelecido em 1820, as Cortes, em 1821, tinham ordenado a elaboração de quadros detalhados sobre os conventos existentes e respectivos religiosos e leigos que os habitavam, bem como as rendas que possuíam²⁵⁴. O quadro referente aos quantitativos da população regular e que Balbi transcreve²⁵⁵, aproxima-se dos cálculos que fizera e dá um total de 360 conventos e 5760 religiosos.

No que diz respeito aos estabelecimentos femininos, o quadro indica um número de 126 conventos e 12 conventos e recolhimentos de comendadeiras, num total de 138. O número de religiosas professas era de 2725 a que se somavam 162 comendadeiras e recolhidas, 55 noviças e 151 irmãs leigas, perfazendo 3093. Junta ainda 164 senhoras seculares, 739 educandas e 1907 criadas, num total de 2810. O total geral é de 5903. Ainda contam com 382 criados homens e 41 padres capelães.

Contas feitas, Balbi desmistifica os números fantásticos que eram veiculados nos relatos de estrangeiros sobre Portugal e afirma:

« En mettant en somme les nombres que nous avons trouvés pour le clergé séculier et régulier, nous aurons 18000 individus appartenans au clergé séculier, 6292 religieux et 4430 religieuses pour le clergé régulier ce qui fait un total de 28722 individus ou en nombres ronds 29000. Voilà donc réduits à 29000 les 200000 et les 300000 ecclésiastiques que tout les géographes et tous les voyageurs s’obstinent à supposer dans ce petit royaume, qui au contraire offre sous ce rapport une proportion

²⁵² *Ob. cit.*, vol. 2, p. 9. A BNP possui um manuscrito do *Cadastro da província do Minho*, com a cota Cód. 944, a que se reporta Balbi.

²⁵³ *Ibid.*, p. 12.

²⁵⁴ Também transcrito por Taveira da Fonseca, *ob. cit.*, p. 53.

²⁵⁵ *Ibid.*, p. 13.

beaucoup inférieure à celle de l'Espagne, de la France avant la révolution, de l'empire d'Autriche, avant la réduction des couvens faite par l'empereur Joseph II, et surtout du royaume de Naples, qui selon Zimmermann, avait en 1782, 45525 ecclésiastiques séculiers, 24694 moines et 20793 religieuses »²⁵⁶.

Obviamente, a metodologia escolhida pode ser posta em causa pela extrapolação que faz do quadro proporcional para a província do Minho mas a comparação com os dados oficiais de 1821, obtidos 27 anos depois do levantamento de Custódio Gomes de Vilas Boas, parece confirmar a validade da estatística obtida. A perspectiva de Balbi aponta para um total de 8485 religiosos e religiosas professos, tendo em conta os resultados apurados pelas Cortes em 1821. Note-se que o *Padrão*, ordenado por Carvalho e Melo em 1765 e que referimos no início deste capítulo indicava um total de 43509 membros do clero regular²⁵⁷ e o Cardeal Saraiva, em 1826, excluindo todo o pessoal não professo, aponta para 3500, número muito reduzido face ao encontrado nas outras fontes²⁵⁸.

Continuando a seguir o cálculo de Balbi, vemos ainda qual a proporção de regulares e seculares por habitante, que seria de um membro do clero em cada 117,5 habitantes. Contando só por habitante-homem seria de um em cada 63,33 habitantes. Se, por outro lado, o cálculo incidir só nos regulares masculinos mas considerando o total de habitantes dos dois sexos, dá um frade ou monge em cada 547 habitantes, proporção essa bem diferente da que se obtinha para Espanha, onde no censo de 1787, se encontrara uma proporção de um para 206 habitantes dos dois sexos.

Relativamente à população de Lisboa, o censo de 1801 estabelecia uma média de ~4,7 habitantes por fogo:

- Cidade: 41 paróquias, 44.057 fogos, ~220.000 habitantes.
- Termo: 1 concelho, 31 paróquias, 10.897 fogos, ~40.000 habitantes.

²⁵⁶ *Ibid.*, p. 11.

²⁵⁷ A historiografia actual tem acentuado o cômputo exagerado. V. FERRO, João Pedro – *ob. cit.*, p. 93-104.

²⁵⁸ Cit. por PAIVA, José Pedro, *ob. cit.*, p. 202, que acentua a disparidade de quantitativos. Há que ter em atenção a circunstância de as fontes nem sempre diferenciarem os membros das comunidades professos e não professos (que são sempre em muito maior número) e o pessoal laico que lhes estava afecto, situação a que voltaremos neste capítulo. Cf. também SARAIVA, Francisco de S. Luís – *Obras completas do cardeal Saraiva (D. Francisco de S. Luís)*. Ed. por António Correia Caldeira. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872, vol. I, p. 191.

Para as finalidades que nos propomos, se tivermos em conta as proporções estabelecidas por Balbi, temos a seguinte hipótese de trabalho:

- População total civil de Lisboa e seu termo: ~260.000 habitantes
- Clero regular (nº de conventos 84 x ~16 religiosos +
nº de hospícios/recolhimentos 20 x ~4 religiosos) = ~1424

A proporção, assim encontrada, daria um religioso/religiosa em cada 182,5 habitantes. Se só considerarmos as casas masculinas, em número de 52 e os respectivos hospícios, em número de 17 e aplicando a mesma fórmula teremos, em Lisboa, um total de 900 membros do clero regular masculino o que dá a proporção de um frade/monge por cada 290 habitantes.

Este cálculo pode ainda ser cruzado com os dados que Balbi apresenta no quadro IX referente à distribuição por condição e emprego dos homens, intitulado “Tableau de la population du Portugal, classifiée d’après les différentes conditions et les différents emplois”,²⁵⁹ e que traduzimos e transcrevemos, não pela ordem em que está mas por ordem descendente para melhor se perceber a proporção entre clero e civis.

Agricultura – 481.000

Artes (fabricantes, artistas incluindo mestres, operários e aprendizes) – 131.000

Indivíduos que vivem de rendimentos – 60.000

Criados e outros domésticos – 47.000

Não classificados – 44.950

Religião – 38.000

Forças militares – 35.000

Comércio e navegação – 24.300

Administração pública – 18.000

Ciências, medicina e artes liberais (incluindo professores) – 9.700

²⁵⁹ Id., *ibid.*, p. 254.

Fazendo agora a proporção entre religiosos, 24.000 seculares e 14.000 regulares, para um total de 883.950 homens activos no país, temos uma percentagem de 4,2%, considerando todo o clero e 1,5% só para o clero regular. Note-se, sobretudo, a diferença entre o número de seculares e o de regulares, a comprovar a tendência que se começa a sentir, no final do século XVIII, para uma progressiva secularização do ambiente religioso²⁶⁰.

Não podemos deixar nos referir, a valores anteriores como termo de comparação, começando pelos dados relativos a Lisboa que se podem obter na obra de Cristóvão Rodrigues de Oliveira que aponta, em meados do século XVI “240 clérigos extravagantes, 237 cónegos e beneficiados, 623 frades e 602 freiras, ou seja, 1702 eclesiásticos numa população de cerca de 100.000 almas – 1,7% [...]; em 1620 haverá já 300 clérigos servindo nas freguesias, 1.365 frades e 1.610 freiras (cálculo sobreavaliado pois não se distinguem as freiras de véu preto das noviças e servidoras) ou seja, um total de 3.275 eclesiásticos numa população de 119.812 pessoas de comunhão – 2,7%”²⁶¹. Nestes números, onde se nota uma crescente importância do clero regular há também a realçar a proximidade de quantitativos de religiosos e religiosas que não se verificará no final do século XVIII. Tal pode, evidentemente, dever-se à circunstância apontada pelos historiadores que citámos para a dificuldade em distinguir as religiosas com voto feito da outra população que existia nos conventos a que devemos acrescentar, para além das noviças e criadas, também as senhoras recolhidas.

Em suma, subavaliados ou sobreavaliados, o certo é que a percentagem de regulares em Lisboa, considerando as três fontes, Cristóvão Rodrigues de Oliveira, em 1554, Nicolau de Oliveira, em 1620 e os censos de Pina Manique em 1798 e de D. Rodrigo de Sousa Coutinho em 1801, dão-nos uma curva que vai de 1,7 % em

²⁶⁰ V. a propósito OLIVAL, Fernanda; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820). *Análise Social*, vol. XXXVII, nº 165, 2003, p. 1213-1239 onde se apresenta a circunstância social dos membros do clero, regular e também secular, apontando padrões, entre os quais a tendência que indicámos.

²⁶¹ Cf. BETHENCOURT, Francisco – A Igreja. In: MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, terceiro vol. – No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Coord. Joaquim Romero Magalhães, p. 162-163 que utiliza os dados apresentados por Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Summario em que brevemente se contem algumas cousas (assi eclesiásticas como seculares) que há na cidade de Lisboa*. Lisboa: Biblion, 1938. Fac-símile da edição de Lisboa: Germão Galharde, 1554 e por Nicolau de Oliveira, *Livro das grandezas de Lisboa*. Lisboa: Jorge Rodriguez, 1620.

meados do século XVI e que sobe aos 2,7% em 1620 para se fixar num valor de 1,5% nos finais do século XVIII.

II.4.2. A imagem do clero regular e a sua relação com a vida da cidade

No que diz respeito à imagem transmitida pelos dois tipos de clero, parece poder afirmar-se que ela é mais favorável para os regulares. Seguindo as apreciações de Castelo Branco Chaves²⁶² e de Piedade Braga Santos²⁶³ em relação às opiniões de estrangeiros sobre Lisboa, no século XVIII, o clero secular na capital não gozaria da mesma consideração do regular pois seria composto por pessoas de origens medíocres, pobres e ignorantes enquanto os membros do clero regular eram mais instruídos, de comportamento mais decente (opinião que não é unânime pois muitos autores referem exactamente o contrário) e com uma actuação na vida social de Lisboa muito mais activa do que o clero secular. Com efeito, incumbia-lhes proclamar a palavra de Deus, assegurar a pregação, a assistência aos doentes e moribundos, bem como às famílias em dificuldade, a confissão e a direcção espiritual de pessoas dos mais diversos níveis sociais, em suma, estavam presentes “em todos os momentos [e] o seu poder é incomensurável”²⁶⁴ inclusive participando directamente na governação do reino ou prestando conselhos ao monarca, e tendo um papel relevante nas diferentes instituições sobretudo as relacionadas com a cultura e a vida intelectual da sociedade.

Também José Mattoso corrobora esta impressão dos viajantes quando ao analisar o clero regular, na generalidade, enumera os factores de influência na sociedade portuguesa, ao longo dos tempos:

“[...] além da riqueza material, muito variável [...] a beneficência [...] o ensino [...] os privilégios jurídicos reconhecidos pelo Estado; a força da sua estrutura fortemente organizada; o apoio da Santa Sé (embora nem sempre os interesses nem os objectivos

²⁶² *Ob. cit.* Os autores mencionados são, sobretudo, Baretti, Dumouriez, Dalrymple, Carrère, Twiss, Link, Southey, Costigan e Ruders.

²⁶³ SANTOS, Piedade Braga; RODRIGUES, Teresa; NOGUEIRA, Margarida Sá – *Lisboa setecentista vista por estrangeiros*. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1996. p. 38 e ss. Os autores citados são, para além dos referidos na nota anterior, Gorani, Marquis de Bombelles, Beckford e Murphy. Já tínhamos citado no início deste subcapítulo, Costigan e Bombelles e, apesar da síntese proposta nesta obra e na de Castelo Branco Chaves, não deixaremos de continuar a usar os testemunhos individuais de alguns destes autores sempre que se afigure necessário, sobretudo para caracterizar a vida conventual em Lisboa e no capítulo seguinte, para a impressão sobre as bibliotecas religiosas.

²⁶⁴ *Ibid.*, p. 39.

coincidam); o prestígio moral, que o conjunto nunca perde, apesar de a indignidade de muitos dos seus membros; os meios espirituais de coacção de que dispõem”²⁶⁵.

Esta influência, este papel preponderante no quotidiano português que impressiona os viajantes estrangeiros tanto quanto as manifestações e práticas de religiosidade características da população, ocorrem no quotidiano da capital, de forma notória, senão não o teriam referido de modo tão recorrente. A visão de Costigan é, mais uma vez, de grande crueza, mas não deixa de aflorar esse aspecto importante que José Mattoso assinala e que consiste nos meios espirituais de coacção:

Carta XLIV Lisboa, 1779 “O ouro que lhes vem da América meridional só lhes passa pelas mãos para ir encher as das nações mais industriosas em paga das coisas indispensáveis de alimento e de vestuário que elas lhes fornecem. [...] Um zelo religioso, que apenas consiste numa prática exterior de usos e de forma, tomou, entre eles o lugar da verdadeira religião e inspira-lhes o horror aos hereges. Junta-se a isto as tremendas ideias que os padres lhes transmitem de um Deus cheio de cólera e vingança contra delinquências que a eles agrada transformar em crimes e os terrores dos tormentos do Purgatório com que rodeiam os leitos de morte dos pobres penitentes agonizantes. Impelem-nos então a recorrer a preces, esmolas, dádivas e caridades mal empregadas num número infinito de medianeiros de que os seus calendários estão cheios. [...] e o clero está de tal maneira senhor do seu domínio sobre o povo que calca aos pés, que esse próprio povo o defenderia contra quem o pretendesse atacar”²⁶⁶.

No entanto, para lá desta imagem, por vezes anedótica, que nos é transmitida, a verdade é que a ligação entre as casas religiosas e, naturalmente, os seus membros, e a sociedade civil, ainda tem outros contornos de importância. Um deles diz respeito ao próprio desenvolvimento da malha urbana da capital.

É certo que a hegemonia de Lisboa entre as cidades do reino e a sua escolha para capital se liga à localização privilegiada, a meio entre o Norte e o Sul do país, com um porto excelente e um entorno geográfico que é a Estremadura, também ele notável pela abundância de água e pelo que tal representa para uma agricultura de sustentabilidade.

²⁶⁵ Clero. In: *Dicionário de História de Portugal*. 2ª ed. Porto: Figueirinhas, 1981, vol. II, p. 77.

²⁶⁶ *Ob. cit.*, p. 134 e 136-137.

Não obstante, a construção de casas religiosas destinadas em grande medida, a dar apoio, material e espiritual à população, determina em grande medida, as zonas de implantação populacional o que é visível em tempos mais antigos, com os conventos da Graça, S. Francisco da Cidade, Carmo e Trindade, por exemplo, mas que no período pós Restauração ainda tem uma força mobilizadora, com o preenchimento de zonas mais ou menos periféricas mas com “bons ares”, condições de acessibilidade e área para construir, como acontece com a Ajuda e Lapa, para dar exemplos.

Recordem-se, a propósito, as palavras de Walter Rossa acerca dos edifícios religiosos no contexto da cidade portuguesa:

“A sua importância urbanística deve-se fundamentalmente ao facto de normalmente darem origem a largos ou terreiros, funcionando como pólos de atracção e de densificação de tecido urbano [...]. Os conventos tinham ainda uma grande importância como reservas e ordenadores do crescimento urbano, pois por regra, eram dotados de uma cerca para onde cresciam e que parcimoniosamente iam loteando e alugando [...]”²⁶⁷.

Esse potencial de consolidação no povoamento era expresso pelo dinamismo das manifestações religiosas ou pela presença de escola ou colégio anexo à casa regular. A realização de missas e outros actos de devoção, a pregação, as festividades várias, constituem momentos de participação quer do povo quer de elites, consoante a tipologia dos actos religiosos e/ou o prestígio da casa regular. Basta vermos com atenção a produção impressa de sermões, por exemplo, para nos apercebermos dessa vivência urbana quotidiana, que ligava a população laica à religiosa regular²⁶⁸.

Ora no final de Setecentos, essa determinante, conquanto ainda presente, tende a esbater-se. Os antigos conventos sofreram quase todos, pelo menos, alguma ruína com o terramoto e o esforço reconstrutivo que, em grande parte, vieram a ter, não acompanhou necessariamente a reconstrução da zona urbana que lhes estava próxima e que também ficara danificada. A expulsão dos Jesuítas, logo de seguida, em 1759, e o abandono das respectivas casas e colégios, também eles agregadores populacionais, contribui

²⁶⁷ A cidade portuguesa. In: PEREIRA, Paulo, dir. – *ob. cit.*, vol. III, p. 254-255.

²⁶⁸ Neste particular refira-se o estudo de conjunto de João Francisco Marques, “Oratória sacra ou Parenética”. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de história religiosa de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. IV, p. 470-510, com um quadro na p. 493 que agrega, por séculos e ordem religiosa, os sermões publicados.

igualmente para esta situação. Quanto às novas construções religiosas do final do século, já não são feitas com o objectivo de ajudar no povoamento e fixação populacional, pelo que se tornam relativamente dispensáveis aos habitantes, do mesmo modo que a assistência nos actos religiosos apesar de não assinalar diminuição, também se começa a fazer com crescente predomínio do clero secular. Acresce que a nível pedagógico são poucas as instituições que se ocupam do ensino que, desde as reformas pombalinas tomara um rumo de maior laicização. Ainda assim, têm prestígio em Lisboa os Oratorianos das Necessidades, os Cónegos Regrantes de S. Vicente de Fora e, no ensino feminino, as Visitandinas, mesmo no final do século²⁶⁹.

Um outro aspecto que é fundamental para o surgimento e consolidação das ordens religiosas em Lisboa, diz respeito à ligação dos institutos e de alguns dos seus membros, individualmente, ao poder régio. Não nos iremos deter na escolha dos confessores dos reis e da família real ou até da sua contribuição em múltiplos cargos e instituições ao longo dos séculos²⁷⁰. Queremos apenas realçar, no contexto histórico das instituições regulares de Lisboa, a importância que o poder real concedeu a algumas delas, não só promovendo a respectiva fundação e concedendo-lhes bens e privilégios mas também atribuindo-lhes funções específicas, como a da perpetuação da memória régia e dinástica.

Começamos por recordar alguns casos fundacionais de evidente prestígio para os institutos religiosos como a edificação do mosteiro de Odivelas por D. Dinis, para monjas da Ordem de Cister, a construção e entrega aos Jerónimos do mosteiro de Santa Maria em Belém, feita por D. Manuel I, a relação da rainha D. Leonor com o convento da Madre de Deus, de Clarissas, no século XVI ou a edificação do convento

²⁶⁹ V. a propósito FONSECA, Fernando Taveira da – Ensino. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *ob. cit.*, p. 118-123.

Para as visitandinas veja-se o artigo já citado de SANTOS, Zulmira C. – Para a história da educação feminina em Portugal no século XVIII: a fundação e os programas pedagógicos das visitandinas. In: *Estudos em homenagem a Luis António de Oliveira Ramos*, 2004. p. 985-1001.

²⁷⁰ V. para a problemática da influência sobre o poder real, PAIVA, José Pedro – *ob. cit.*, p. 138-146 e MARQUES, João Francisco – Franciscanos e Dominicanos confessores dos reis portugueses das primeiras dinastias – espiritualidade e política. *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas. Anexo V – Espiritualidade e corte em Portugal, sécs XVI-XVIII*. Porto, 1993, p. 53-60 e “Os jesuítas confessores da corte portuguesa na época barroca (1550-1700)”. Acessível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2028.pdf>.

Cf. neste capítulo, a informação sobre as razões para a fundação de certas ordens, como a dos Oratorianos ou dos Dominicanos irlandeses, onde se refere a influência dos confessores, padre Bartolomeu do Quental e frei Domingos do Rosário, ligados a D. João IV e a D. Luísa de Gusmão.

do Santíssimo Coração de Jesus, anexo à Basílica da Estrela, por D. Maria I. Nestes exemplos a consagração dos templos e a construção de mosteiro ou convento anexo, pressupõe uma intenção de perpetuação da figura do fundador ou fundadora consubstanciada pela escolha antecipada do local de sepultura, podendo no limite constituir-se em panteão régio.

Elaborando um pouco mais, até porque é uma funcionalidade importante de algumas casas religiosas, passara-se de Santa Cruz de Coimbra, dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, que servira de panteão aos monarcas portugueses D. Afonso Henriques e D. Sancho I, ao mosteiro de Alcobaça, da Ordem de Cister, onde se sepultaram D. Afonso II, D. Afonso III e D. Pedro I, seguindo-se a nova edificação que consagra a dinastia de Avis e que é o convento de Santa Maria da Vitória, na Batalha, entregue à Ordem dos Pregadores, o qual receberá os despojos fúnebres dos monarcas portugueses até D. Afonso V.

Com estas “errâncias” como refere Ana Isabel Buescu²⁷¹ e com as exceções que a mesma autora enuncia, verifica-se uma singularidade da monarquia portuguesa que também ocorre no país vizinho, contrária ao que era costume em França onde a abadia de Saint-Denis, da Ordem de S. Bento, era o único panteão real. Igualmente se percebe na relação com as diversas ordens religiosas que ficam encarregues de conservar, para todo o sempre, a memória dos reis, através do que os representa na passagem para a eternidade – o túmulo – um caminho de importância que elas foram alcançando ao longo dos séculos. Ora no século XVI o panteão vem para Lisboa e a escolha recai no edifício que simbolizava as viagens de descoberta de novos mundos e que passava, assim, a representar também a presença do símbolo do poder político que é o corpo do rei, no espaço sagrado constituído pela igreja e mosteiro adjacente que D. Manuel I mandou construir para si e sua família. A incumbência de velar pela régia memória é entregue à Ordem de S. Jerónimo que, em Castela alcançará também um papel determinante neste domínio com o mosteiro do Escorial. Na expressão de Ana Isabel Buescu:

²⁷¹ A morte do rei: tumulização e cerimónias de trasladação dos “*reais corpos*” (1499-1582). In: BUESCU, Ana Isabel – *Na corte dos reis de Portugal: saberes, ritos e memórias: estudos sobre o século XVI*. Lisboa: Colibri, 2010, p. 226.

“A presença do “corpo político” no espaço sagrado de igrejas e mosteiros enfatizava a relação entre o poder régio e o poder divino, decisiva para a monarquia; mas significava também o estabelecimento de um laço especial entre a ordem monástica em cujo espaço se situava a sepultura régia e a monarquia. Assim se compreende que na época medieval, mas também posteriormente, nos casos em que subsistiu a “errância” nos lugares de enterramento régio, as ordens monásticas e os vários lugares de sepultura dos reis rivalizassem na “competição” pelo corpo político, empenhados em assegurar para a afirmação da sua própria memória e poder aquele decisivo capital simbólico”²⁷².

Com a interrupção dos três monarcas da dinastia filipina, vemos que a tendência natural de relação entre o poder real e o poder divino no que diz respeito à função de memória vai retomar-se, com a dinastia de Bragança que procura o mosteiro de S. Vicente de Fora, retornando aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho a função de guardiões do “corpo político”, desta feita em Lisboa. As excepções existem também, procurando as rainhas sobretudo edificar o convento ou mosteiro onde desejam ficar sepultadas, ainda que muitas vezes apenas temporariamente como foi o caso de D. Luísa de Gusmão com o convento do Monte Olivete, e ainda as rainhas D. Maria Francisca Isabel de Sabóia com o do Santo Crucifixo, a rainha D. Mariana Vitória com o de S. Francisco de Paula e que culminará com a sepultura de D. Maria I na basílica da Estrela.

O que nos interessa sinalizar é o facto de Lisboa não mais deixar de ser o lugar, por excelência, da perenidade da representação dessa ligação entre o poder político e o poder divino, consagrando a importância da capital no contexto do reino, através da realização das principais cerimónias que espelhavam essa relação, como os casamentos e funerais régios. E se é verdade que os primeiros decorriam na Sé, ligados ao poder secular, os segundos, que eram manifestações não de júbilo mas de tristeza, não efémeras mas eternas, estavam relacionados com o clero regular a quem incumbia todo um aparato cerimonial posterior de missas, sermões e outros actos de natureza religiosa destinados a manter viva a memória dos defuntos monarcas ou seja, era entregue

²⁷² *Ob. cit.*, p. 227.

às instituições que, pela sua longevidade, melhor simbolizavam a perenidade do poder divino.

Ora se alargarmos esta utilidade específica das instituições religiosas também aos membros da nobreza que se encarregaram de construir ou dotar de privilégios e bens determinadas construções masculinas ou femininas, vemos todo um desfiar de capelas e túmulos que configuram a constituição de panteões privados em várias igrejas pertencentes a conventos e mosteiros, como aconteceu com S. Bento de Xabregas, S. Pedro de Alcântara ou S. Domingos de Benfica e a perpetuação de serviços religiosos a prestar pela comunidade religiosa como contrapartida das benesses recebidas e garantia de sufrágio às almas dos doadores e seu familiares.

A estreita relação entre as formas de representação do poder régio e as ordens religiosas contribui, inequivocamente, sobretudo a partir do século XVI e, de um modo constante até finais do século XVIII, para uma dinâmica fundacional em Lisboa, apetecível que se ia tornando a apropriação de um espaço suficientemente expressivo na principal urbe do país, o qual, por sua vez, prosseguia uma missão de representação daquele poder através das manifestações religiosas. Já esta mesma dinâmica, que tinha funcionado bem até ao século XVIII, quando protagonizada não pelos monarcas mas sim por membros da aristocracia ou de altos funcionários, não se verifica sobretudo a partir da segunda metade do século, a não ser ao nível da criação de instituições voltadas para a assistência como os hospícios e recolhimentos. Acresce que alguns deles funcionam já sem estrutura religiosa regular e até mesmo em casa dos próprios fundadores, como por exemplo o recolhimento de Nossa Senhora do Carmo, administrado pelo conde de S. Lourenço e o de Nossa Senhora dos Anjos instituído pelo principal Lázaro Leitão²⁷³. A exceção parece ser o recolhimento de Nossa Senhora do Rosário, instituição tardia do século XVIII, que começou como dissemos como instituição laica para “arrependidas” e só por intervenção de D. Maria I, passou para novo edifício no Rego e foi entregue às Clarissas. É um sinal importante do progressivo desinteresse da sociedade laica pelas formas de vida consagrada, de que falaremos seguidamente.

²⁷³ V. a propósito da importância dos recolhimentos, como alternativa à profissão religiosa, SÁ, Isabel dos Guimarães – Os espaços de reclusão e a vida nas margens. In: MATTOSO, José, dir. – *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*. Coord. Nuno Gonçalo Monteiro. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 287.

II.4.3. As primeiras circunstâncias de declínio

Uma das causas frequentemente apontadas para o declínio da população regular em Lisboa é o terramoto de 1755. Já antes se referiu o elevado número de casas religiosas que ficaram danificadas mas também se realçou o esforço e a rapidez reconstrutiva que ocorreu na maioria.

Não obstante, é verdade que a população religiosa diminuiu em Lisboa e o esforço de reconstituição das comunidades não se operou com a mesma proporção e eficiência do que se passou a nível da reconstrução do património danificado. Analisemos, então, alguns dados importantes para melhor avaliar a situação. A contagem de vítimas feita pelo padre António Pereira de Figueiredo (1725-1797), testemunha ocular, baseia-se nos quantitativos que lhe participaram “os que ficarão vivos de cada Religião. E assim nenhum credito se deve dar aos que apontarão outro”²⁷⁴:

“[...] dos Franciscanos Observantes morrerão 21 [...] Da Ordem Terceira 2 dos Carmelitas Calçados 15 [...] Dos Padres Trinos 16. dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista 7. dos Eremitas de Santo Agostinho 5. dos Dominicanos Portugueses 3. dos Hybernos 4²⁷⁵. Da Companhia de JESUS 3. com mais alguns muito poucos de outras Religiões. Da Congregação do Oratório 4. Das Religiosas Dominicanas morrerão no mosteiro da Anunciada 10. no mosteiro do Salvador 14. As Franciscanas forão muito mais. Porque nas ruínas do mosteiro de Santa Anna morrerão 5. nas do Calvário 22. nas de Santa Clara 63. A estas se devem juntar algumas, mas poucas, da Ordem de Santo Agostinho e da Conceição da Luz”²⁷⁶.

Seguindo o conselho do autor, próximo de Sebastião José de Carvalho e Melo, como atrás se referiu e interessado em combater as visões apocalípticas que surgiram imediatamente após o terramoto e sem procurarmos como o oratoriano sugere, não dar “aviso a outras fontes”, teríamos duas centenas de mortos ou um pouco mais entre o clero regular, masculino e feminino, a que haveria que acrescentar noviços e noviças, criados e criadas, provavelmente noutros montantes semelhantes. Vimos, anteriormente, a dificuldade que existe, apesar de as fontes de que dispomos acerca da população que

²⁷⁴ *Ob. cit.*, p. 8.

²⁷⁵ Refere-se aos Dominicanos Irlandeses do Convento do Corpo Santo que ficou arruinado.

²⁷⁶ *Ob. cit.*, p. 7-8.

pereceu no terramoto, em estabelecer números rigorosos. Retomando o que avançámos então, os números oficiais apontam para cerca de 15.000 mortos na cidade de Lisboa, números que são muito ampliados em certos relatos de estrangeiros chegando a propor-se 90.000. Saliente-se também a vagueza das informações de Pereira de Figueiredo, quando escreve expressões como “A estas se devem juntar algumas, mas poucas, da Ordem de Santo Agostinho e da Conceição da Luz” que, obviamente, não permitem estabelecer quantitativos mais exactos.

Na impossibilidade de fazermos um cômputo mais fiável, baste-nos a convicção que, a serem certos os números avançados por Pereira de Figueiredo a que se junta João Baptista de Castro, a população conventual já se encontraria bastante reduzida, face à situação que existia no século XVII, nos estabelecimentos de Lisboa. Outros testemunhos coevos que encontramos em confronto no artigo de João Francisco Marques não apontam nenhum quantitativo que difira dos que atrás indicámos, corroborando este autor a dificuldade que existe em termos dados mais exactos²⁷⁷.

Ora a verdade é que, como recentemente a historiografia tem demonstrado, é relativamente a partir desta data que o declínio das vocações e dos ingressos nos estabelecimentos de vida consagrada, se vai afirmar, desde logo motivado, por certo, pelo desaparecimento de um número apreciável de religiosos/religiosas e outros habitantes dos conventos e mosteiros, que não mais se traduz pela reposição dos quantitativos existentes antes de 1755. No entanto, serão as próprias circunstâncias sociais que condicionam tais ingressos que vão ditar um novo paradigma na vida consagrada. Assim, Nuno Monteiro que se tem debruçado sobre esta matéria em diversas obras²⁷⁸, apesar de considerar que “as iniciativas governamentais levadas a cabo durante o reinado de D. José não foram sistemáticas, antes pontuais e avulsas [mas que] é o conjunto que acaba por se revelar importante”²⁷⁹ aponta para uma primeira medida que teve imediato impacto no número de ingressos em conventos femininos.

²⁷⁷ *Ob. cit.*, p. 225-280. O teor das várias descrições que o autor apresenta centra-se muito na ruína, nos episódios de salvamento, nas mortes trágicas e nas medidas de recuperação. De notar ainda que João Francisco Marques acentua todo o movimento de sermões impressos e pregados que se seguiram à catástrofe.

²⁷⁸ Recordemos, por exemplo, o artigo publicado com Fernanda Olival, já citado anteriormente a propósito da população regular, no ponto 4.1. e mais recentemente, a análise do fenómeno em “Casa, casamento e nome” in: MATTOSO, José, dir. – *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*. Coord. Nuno Gonçalo Monteiro. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 144-147.

²⁷⁹ *D. José*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 207.

Trata-se do breve pontifício solicitado pelo rei D. José, em 1756, com vista a estabelecer, entre outras medidas, a obrigação de um dote para a entrada em ordens religiosas femininas. O objectivo era garantir meios de subsistência às religiosas uma vez que, no dizer de Fortunato de Almeida era urgente tomar “providências sobre o deplorável estado a que se encontravam reduzidos, na maior parte, os mosteiros de freiras [...] pois muitos se encontravam tão gravados com dívidas que a importância destas chegava a absorver a dos capitais [...]”²⁸⁰. Apercebemo-nos da fragilidade em que viviam alguns destes cenóbios também por uma medida constante do breve de Bento XVI “*Injuncti nobis*” que concede faculdades ao cardeal patriarca de Lisboa para proceder, como delegado pontifício e da Santa Sé, às extinções que julgasse apropriadas, com transferências de religiosas para casas da mesma ordem e, quando não fosse possível, para outras de idêntica observância, sendo que esta medida se relacionava, em grande parte, com a ruína de alguns estabelecimentos após o terramoto. O breve regulava também a forma como se devia proceder à liquidação e incorporação dos bens e ao pagamento das dívidas dos conventos e mosteiros extintos. Fica estabelecido, então, que os pais ou parentes deviam garantir fundos para a tença anual das religiosas, a qual foi fixada, para Lisboa e seu termo, em sessenta mil réis. Ainda segundo Fortunato de Almeida, estas providências não tiveram realização prática e assim “foram-se agravando os males e apressando a ruína”²⁸¹.

Numa perspectiva diferente mas com repercussões na vida dos regulares masculinos, há a assinalar a diminuição de efectivos causada pela expulsão dos Jesuítas em 1759, decretada pela lei de 3 de Setembro mas antecédida por outras medidas legislativas como o alvará e as instruções de 28 de Junho do mesmo ano que extinguiu os colégios dos Jesuítas e as suas classes²⁸². Com uma lógica diferente mas com resultados redutores no número de regulares, temos as medidas tomadas em 1761, por motivo da guerra e da escassez de população para recrutar, em que fica determinado que quer as ordenações de novos padres quer a entrada em ordens religiosas masculinas se faria apenas com consentimento régio²⁸³.

²⁸⁰ *Ob. cit.*, vol. III, p. 136.

²⁸¹ *Id.*, *ibid.*

²⁸² V. a propósito MONTEIRO, Nuno – *ob. cit.*, p. 134-138.

²⁸³ Sobre a legislação Josefina que aqui se indica bem como no parágrafo seguinte v. sobretudo a síntese de Nuno Monteiro (*Ob. cit.*, p. 207-210).

Para travar a riqueza material (variável pois nem todas as ordens e, dentro de cada uma delas, nem todos os estabelecimentos a tinham) o alvará de 6 de Setembro de 1762 vai estender a décima aos eclesiásticos, anteriormente dela isentos ao mesmo tempo que institui medidas que visavam proibir os legados e heranças a membros das ordens religiosas, os quais, por sua morte, reverteriam para o respectivo convento. Tendo em conta que, no mesmo ano, o incentivo ao casamento entre membros da nobreza é também objecto de legislação, configura-se, desde logo, um novo modelo social que se pretende implementar e que, naturalmente, vai ter efeitos ao longo das últimas décadas de Setecentos.

A esse propósito, afirma Nuno Monteiro que houve uma quebra nos cerca de quinze ingressos por década que até então se verificavam dado que “depois de 1761 quase não há filhas de titulares antigos a entrarem em conventos. No mesmo sentido, embora de forma mais gradual, diminuiu acentuadamente desde meados do século o número de filhos segundos das referidas casas titulares que ingressaram nas carreiras eclesiásticas [...]”²⁸⁴.

Também Ana Cristina Araújo confirma esta tendência, circunscrevendo-a à capital e utilizando como fonte os testamentos, através dos quais comprova uma acentuada diminuição no número de legados pios aos institutos religiosos e uma alteração substantiva no paradigma da vida religiosa de Lisboa. Assim, até 1760 “um quarto da população testamentária permanece unida por laços de sangue à Igreja”²⁸⁵ mas em 1790 são apenas 12,4% os testadores que indicam ter relações de parentesco com eclesiásticos. Na continuação da leitura dos valores encontrados, a autora revela ainda outros elementos de importância.

“Tradição e redundância são os traços dominantes nas famílias de maior incidência de carreiras eclesiásticas, pelo menos até meados de Setecentos. Isto quer dizer que, num primeiro tempo, filhos e parentes religiosos representam em média, cerca do dobro do número de testadores referenciados. [...] A partir de 1790, aquela relação passa a ser de um para um”²⁸⁶.

²⁸⁴ *Ob. cit.*, p. 209.

²⁸⁵ *A morte em Lisboa: atitudes e representações*. Tese de Doutoramento em História apresentada à FL-UC. Coimbra: [s.n.], 1995, p. 205.

²⁸⁶ *Ob. cit.*, p. 206.

Quanto à capacidade de renovação da população eclesiástica, até 1760 há um número superior a 50% de religiosos, regulares e seculares, que são filhos ou sobrinhos dos testadores, o que confere ao grupo um índice apreciável de juventude. No fim do século, de acordo com a mesma autora, já a proporção é de um ascendente para um descendente mas poucas são as famílias que apresentam simultaneamente uns e outros. O envelhecimento do clero será, no entanto, mais notório nas décadas de -20 e -30 do século XIX. No respeitante às religiosas, refere:

“A percentagem mais elevada de religiosas, 46 por cento, foi obtida em 1730. Depois desta data, o seu peso desce para 31 por cento, em 1760, e declina, progressivamente, até atingir os 19 por cento em 1830”²⁸⁷.

Demarcando melhor o clero regular masculino do secular, existiria até 1730 uma média de um padre para três religiosos. Em 1760, por influência das mortes ocorridas em consequência do terramoto e da expulsão dos Jesuítas, a proporção seria de um padre para dois regulares. A grande alteração com predomínio do clero secular é já de 1820, de acordo com esta autora. No respeitante à comparação entre o número de religiosos e religiosas, afirma que entre 1730 e 1760, elas representam 39% de todos os regulares citados nos testamentos mas a proporção vai diminuindo a ponto de que, “em 1830, só um em cada cinco regulares pertence ao sexo feminino”²⁸⁸.

Quisemos cruzar estes dados com os obtidos noutra tipo de fonte coeva, e constatámos que igual retrato sobressai da leitura da lista dos membros da nobreza titular e seus familiares que o *Almanach de Lisboa*, para o ano de 1782 nos transmite²⁸⁹. Com efeito, são registados apenas oito indivíduos do sexo masculino que estavam em instituições regulares (nem sempre indicadas quais) e distribuídos do seguinte modo, no Quadro que abaixo construímos:

²⁸⁷ *Ob. cit.*, p. 207.

²⁸⁸ *Ob. cit.*, p. 208.

²⁸⁹ “Estado presente das Casas titulares de Portugal”, p. 44-91.

Instituição	Nº de indivíduos
Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra	1
Ordem de S. Jerónimo	1
Clérigos Regulares da Divina Providência	2
Ordem de Santiago	1
Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho	1
Província da Arrábida	1
Ordem da Cartuxa	1 ²⁹⁰

Já os membros femininos são 58, distribuídos como segue:

Instituição	Nº de indivíduos
Convento dos Cardais	1
Convento de Santa Teresa de Jesus (Carnide)	1
Convento de Nossa Senhora da Conceição, ao Grilo	1
Convento do Santíssimo Coração de Jesus	1
Convento da Encarnação	2
Convento de Santo Alberto	3
Convento da Esperança	4
Convento de Santa Joana	6
Convento de N. ^a S. ^a da Conceição, de Arroios	7
Convento da Madre de Deus	14
Convento do Santíssimo Sacramento	16
Convento das Franciscanas de Borba	1
Convento das Donas de Santarém	2 ²⁹¹

²⁹⁰ Referido como filho ilegítimo.

²⁹¹ Uma das mencionadas era filha ilegítima.

Verificamos, em primeiro lugar, a preferência pelas casas de Lisboa (só há menção de dois conventos que não são na capital, um em Santarém, outro em Borba) e, em termos de escolha do estabelecimento há um manifesto predomínio do convento do Santíssimo Sacramento, com dezasseis religiosas e do da Madre de Deus com catorze. As Concepcionistas de Arroios com sete religiosas, as Dominicanas de Santa Joana com seis e o convento da Esperança com quatro, seguem-se na lista.

Alguns aspectos são ainda de relevar para a compreensão da dimensão social da clausura feminina no final do século: em primeiro lugar, ressalta da leitura do *Almanach* que são mais as irmãs e tias dos titulares que se encontram em clausura do que as filhas. Obviamente, concorrerá também para esta situação o facto de haver titulares com filhas ainda crianças, facto que não se infere da lista pois não inclui os anos de nascimento, mas não deixa de ser o devir natural do aumento de casamentos entre membros da aristocracia que a legislação Josefina incrementara. No entanto, ainda se verifica, em muitos casos, a colocação de várias filhas no mesmo estabelecimento, por exemplo na Madre de Deus há dois grupos de duas irmãs e dois outros grupos de três²⁹². No Santíssimo Sacramento há três grupos de duas irmãs e um que combina três irmãs e duas tias²⁹³. Também na Esperança três das quatro religiosas indicadas são irmãs e na Encarnação, as duas religiosas são também irmãs, se bem que uma seja filha ilegítima²⁹⁴.

Em suma, o final do século XVIII protagoniza aquilo que Nuno Monteiro chama de “revolução invisível”²⁹⁵ e que caracteriza do seguinte modo:

“Estreitamente associadas desde o século XVI à difusão do morgadio nos grupos nobiliárquicos, as carreiras eclesiásticas eram, pelo menos desde então, o destino normal das filhas excluídas do casamento e também de forma progressiva, dos filhos

²⁹² O Conde de Sandomil que tinha seis filhas, casou uma (dados de 1782) e colocou três na Madre de Deus onde também tinha duas irmãs.

²⁹³ Trata-se de familiares do Visconde de Vila Nova da Cerveira que tinha, em 1782, sete filhas, das quais o *Almanach* indica que três estavam casadas e outras tantas na clausura.

²⁹⁴ Não podemos deixar de recordar as palavras de Fortunato de Almeida quando refere, entre as causas de decadência das ordens religiosas, o pouco “escrúpulo” no recrutamento dos seus membros: “Grande número de conventos, segundo declaram os cronistas, foram fundados por pessoas com o intuito, quem sabe se exclusivo, de lá acomodarem os próprios filhos [...] Na execução do plano, os pais não inquiriam da vocação dos filhos: procuravam apenas garantir-lhes a subsistência [...] Muitas outras pessoas procuravam na vida conventual recursos materiais que não encontravam no século: ser frade ou ser freira era para eles um processo de levar a vida.” Considera ser esse o principal motivo para os comportamentos desviantes e dissolutos. (*ob.cit.*, vol. IV, p. 207).

²⁹⁵ *Ob. cit.*, p. 207

segundos. Mas comunicara-se a muitas outras categorias sociais. Em larga medida por esse motivo, também desde há muito que se reputava existir um número excessivo de eclesiásticos de ambos os sexos”.

Para as razões deste fenómeno que também se verifica noutros países da Europa, como refere o mesmo autor, concorre uma mudança efectiva “na sensibilidade religiosa das elites católicas”²⁹⁶ que progressivamente se estenderá a outros grupos sociais. A verdade é que a população regular, sobretudo a feminina, estava muito ligada ao grupo social da nobreza, e tivemos ocasião de circunstanciar os casos fundacionais (e são muitos) em que o estabelecimento se destinava a senhoras da aristocracia. Lembre-se uma das últimas criações, o convento da Visitação de Santa Maria que, nas palavras do Marquis de Bombelles que citámos atrás, tentava a todo o custo atrair jovens de famílias nobres e, aparentemente, com pouco êxito.

Não quer dizer que outros grupos sociais não pudessem estar representados entre o clero regular. Para a generalidade do país, José Pedro Paiva²⁹⁷ indica que havia uma tendência para as ordens monásticas serem mais atractivas para membros da nobreza enquanto as ordens mendicantes, que tinham sobretudo estabelecimentos em meio urbano, eram procuradas por grupos mais populares, com excepção dos Dominicanos, “dado o maior pendor à preparação intelectual que os caracterizava”, atraindo assim pessoas da nobreza e da burguesia. As congregações do século XVI seriam povoadas por pessoas de diferentes extractos. Nas instituições haveria também lugar a uma hierarquização de acordo com a proveniência social e “a numerosa população de criadas” que se encontra nas casas femininas e de que atrás já demos indicadores quantitativos, seria ampla prova.

A crise das vocações, a clausura que afasta naturalmente os religiosos e as religiosas do contacto social, com excepção das instituições que ainda asseguravam a prestação de serviços de ensino ou assistência, a grande multiplicidade de ordens e suas casas e o pouco prestígio de que gozam já no final de Setecentos, devido ao laxismo de algumas instituições e/ou de alguns dos seus membros, vão afastando progressivamente este grupo do centro da vida activa da cidade em detrimento do clero secular que, como

²⁹⁶ Casa, casamento e nome. In: *Ibid.*, p. 145.

²⁹⁷ *Ob. cit.*, p. 207-208.

atrás se referiu, começa a apresentar um crescimento apreciável. Era, no dizer de Fortunato de Almeida, “a marcha febril para a ruína”²⁹⁸.

Ora relativamente ao laxismo, e deixando de parte o que diz respeito aos costumes, há um aspecto muito concreto que vai pesar no declínio das casas religiosas e que é o da sua má gestão e contra a qual foi urgente tomar medidas. Já tínhamos referido o breve de Bento XVI, de 1756, referente às casas femininas, o qual fazia sentido também face à urgência de providenciar às instituições arruinadas pelo terramoto. Porém, os aspectos de ruína financeira são muito evidentes nas instituições religiosas do país e a necessidade de encontrar um modo de obstar a essa situação revela-se no Alvará de 6 de Julho de 1776 que reitera, em parte, o de 22 de Junho de 1768 e onde se ordena que todos os contratos de empréstimos celebrados com as comunidades do clero regular não se possam processar sem autorização prévia do rei, sob pena de nulidade²⁹⁹. A medida decorre de situação descrita no preâmbulo onde se afirma que a “maior parte dos Conventos” tinha contraído dívidas, de tal modo que, com o pagamento dos juros, se viam absorvidos ou excedidos os bens de que dispunham. O objectivo final configura um controlo dos bens das instituições religiosas e um predomínio do poder real sobre a Igreja e suas instituições. Enquadra-se num conjunto de medidas anteriormente referidas sobre a redução de privilégios inclusive os proventos da Bula da Cruzada que, na sua maior parte, passam a reverter para o Estado e sobre a regulamentação muito apertada sobre as heranças feitas a favor de instituições eclesiais ou de religiosos regulares individualmente.

Estas limitações levaram a protestos por parte das ordens religiosas e a dificuldades na aplicação da legislação pombalina. Os problemas de que enfermavam as instituições religiosas careciam, no entanto, de resolução e, subindo ao trono D. Maria I, houve lugar a uma modificação de perspectiva e de política. De início foi nítida a vontade de repor privilégios a certas ordens ou instituições religiosas que os tinham perdido com a legislação anterior. Assim, em 1782 sobressaem os privilégios, concedidos por alvarás, às duas instituições criadas pela rainha e pelo rei, ou seja, o convento do Santíssimo Coração de Jesus e o vizinho convento do Senhor Jesus da Penitência. Outro alvará do mesmo ano concede mercês à Ordem de Cristo e uma

²⁹⁸ *Ob. cit.*, vol. IV, p. 202.

²⁹⁹ BINCM. Coleção de Legislação, 1774/1780 (11-2-A-1-1).

provisão régia é emitida em favor dos Lóios, seguida em 1783, de outra para o convento do Carmo. Os Cônegos Regrantes de Santo Agostinho têm provisão em seu favor, no ano de 1784 e, em 1787 são as comendadeiras do convento de Santos que vêm as suas pretensões satisfeitas³⁰⁰.

Em 1789, esta situação casuística dá origem a uma posição mais ampla que passava por reconhecer, à partida, “que muitos dos Mosteiros, e Conventos de que se compõem as diferentes Congregações, e Províncias das Ordens Monásticas, Regulares e Seculares [...] não se achavão dotados com rendas suficientes para a subsistência dos Religiosos, ou Religiosas que nelles residem [...]”³⁰¹ tornando-se necessária a criação de uma Junta que analisasse o estado em que se encontravam os institutos religiosos e que propusesse medidas de diversa ordem desde correcções em desvios comportamentais, à fusão de institutos, à supressão por falta de membros ou ao “modo mais próprio e adoptável, com que se poderão pagar as dividas”. A prioridade da Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares é, aliás, na área financeira pois era grande o descalabro que reinava. É assim que, por parecer da Junta, se decreta em 29 de Setembro de 1791 a proibição da aceitação de noviços, matizada pela excepção que era a legitimidade das vocações a qual exigia, portanto, uma análise caso a caso para eventual aprovação. Um outro Decreto, de 29 de Novembro do mesmo ano remete todos os negócios das ordens religiosas regulares para a Junta. Estava-se, por conseguinte, face ao que pretendia ser uma reforma estrutural das ordens religiosas, mas os resultados parece terem ficado muito aquém das expectativas³⁰².

Não é uma época de rupturas e, no que diz respeito à Religião, nada permite entrever, mesmo nas medidas legislativas de D. José, tendo em vista a retracção quer do número de casas e sua população quer dos bens que administravam, um pensamento

³⁰⁰ *Ibid.*

³⁰¹ [Alvará de 21 de Novembro de 1789]. Lisboa: Impressão Régia, 1789.

³⁰² De acordo com Laurinda Abreu, no artigo “Um parecer da Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares nas vésperas do decreto de 30 de Maio de 1834”. In: *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 119, “A ausência de um quadro normativo que regulasse o seu funcionamento e competências – cuja realização a Junta sucessivamente adiou, apesar de recorrentes insistências do Estado – aliada aos fortíssimos condicionalismos a que esteve sujeita e aos interesses pessoais daqueles que a integravam, em nada contribuiu para o seu desempenho.” Já Fortunato de Almeida afirmara que a Junta “não só se absteve de praticar qualquer acto de utilidade e benemerência, como ainda lançou a desordem nas comunidades [...] As condições económicas das casas religiosas não melhoraram antes se foram agravando [...]” (*ob. cit.*, p. 137).

anti-religioso. No novo paradigma que se inicia em meados do século XVIII, o que está, verdadeiramente, em causa é a mudança na sensibilidade religiosa naquilo que Nuno Monteiro define como “declínio da piedade barroca [...] substituída por uma devoção mais simples, mais pessoal, menos cara e menos ostentatória. [...]. A crítica às ordens religiosas, a diminuição dos ingressos nas mesmas e os intentos de reformá-las seriam apenas alguns, embora dos mais imediatos, efeitos dessa viragem”³⁰³.

II.4.4. A utilidade do clero e das instituições regulares em Lisboa e o caminho para a extinção

Para que serviam as instituições regulares na capital? Quais as funções que os seus membros desempenhavam que as tornava úteis à sociedade? São questões que não têm uma única resposta pois a utilidade, que lhes determina a possível sobrevivência ou o declínio, não é igual para todas. Vimos, por exemplo, que a implantação das ordens e respectivas instituições, em Lisboa até ao século XVIII, não é linear nem espelha a realidade do resto do país, o que significa que quando se possa falar da importância da Ordem de S. Bento e da Ordem de Cister na formação e consolidação do Portugal medieval, não a podemos estender à cidade de Lisboa, onde essas ordens entraram tardiamente, como atrás se indicou, em épocas que já indicavam um declínio de natureza funcional e utilitária destas antigas ordens monásticas. Se os Beneditinos ainda conseguiram algum prestígio que lhes adveio sobretudo do mosteiro de S. Bento, já os Cistercienses nunca o alcançaram com o mosteiro de Nossa Senhora do Desterro. Em qualquer dos casos, como vimos, as instituições entraram em acentuado declínio ainda no século XVIII.

Ainda dentro das implantações tardias outras houve que se revelaram quase inúteis ou que, pelo menos, não conseguiram ultrapassar a fase inicial nem expandir-se, muito pelo contrário, foram progressivamente desaparecendo porque não detinham uma competência específica e, naturalmente, entravam, de certa forma, no território já coberto por outras ordens implantadas e conhecidas em Lisboa. É o caso dos Mínimos, ordem que já tinha dois séculos de fundação quando entrou em Portugal e que, apesar de a sumptuosa igreja na Rua das Janelas Verdes e do apoio da rainha D. Mariana Vitória, não conseguiram implantar-se condignamente em Portugal, apesar de a actividade

³⁰³ D. José. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011 p. 201.

assistencial que desenvolviam. Não é, porém, o caso dos Ministros dos Enfermos que, tendo um historial complexo pois resultam da fusão de uma ordem religiosa também já com dois séculos de vida com uma congregação portuguesa, com expressão reduzida, no Alentejo, conseguiram na casa de Lisboa, orientar-se para o serviço hospitalar, a tal ponto que, ao tempo da extinção das ordens religiosas, a sua utilidade se mantinha e foi-lhes sugerido que adoptassem o Hábito de S. Pedro, passando a seculares, para poderem continuar o seu trabalho, o que fizeram³⁰⁴.

Nos casos em que a funcionalidade específica se situava no domínio cultural, científico e pedagógico podemos assistir a movimentos de crescimento e declínio. Passando sobre os Jesuítas que terminaram abruptamente a sua acção em consequência da expulsão em 1759, temos um caso paradigmático com os Teatinos da casa de Nossa Senhora da Divina Providência. Destinava-se a funcionar como plataforma de missionários para enviar para o ultramar, como foi também o caso dos Capuchinhos franceses e italianos. Este objectivo acabou por ser ultrapassado e a casa e a ordem foram atraindo novos ingressos, quase todos de Lisboa ou aqui sedeados, que encontraram uma boa recepção ao desenvolvimento de estudos, sobretudo, de Teologia e História Eclesiástica e Civil. Aproveitando o movimento de formação de academias, onde os seus membros participavam activamente, viajando e estabelecendo redes de contacto com outros institutos no estrangeiro, os Teatinos ganharam, no reinado de D. João V, uma posição preponderante na Academia Real de História Portuguesa, instituição de grande importância na acção cultural do monarca e com efeitos imediatos na caracterização da historiografia portuguesa da época que teremos oportunidade de circunstanciar mais adiante, e a esses padres se devem algumas obras de referência que analisaremos no capítulo V³⁰⁵.

³⁰⁴ Cf. PEREIRA, Luís Gonzaga – *ob. cit.*, p. 132.

³⁰⁵ A propósito da criação da Academia v. MOTA, Isabel Ferreira da – *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Minerva, 2003 e CEIA, Sara Bravo – *Os académicos teatinos no tempo de D. João V: construir Saberes enunciando Poder*. Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2010. Quanto aos Teatinos académicos e suas obras referimo-nos às seguintes: *Bibliotheca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado (Lisboa Occidental: na officina de António Isidoro da Fonseca, 1741-1759. 4 vol.); *Historia genealogica da Casa Real Portuguesa*, de António Caetano de Sousa (Lisboa Occidental: na officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real, 1735-1748. 13 vol.); *Vocabulario portuguez e latino...*, de Rafael Bluteau (Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 10 vol.)

Não obstante, esta posição, que dependia quase exclusivamente da grande erudição e capacidade de trabalho de um grupo específico de religiosos, apagou-se progressivamente à medida que foram falecendo, sem que a geração seguinte tenha conseguido adaptar-se aos novos desígnios da política cultural e científica. Praticamente, os Teatinos no final do século XVIII são só representados pelo padre Tomás Caetano de Bem (1718-1797), cujo último acto foi legar à Real Biblioteca Pública da Corte, fundada por alvará de 29 de Fevereiro de 1796, a sua biblioteca pessoal e a que restava da congregação, encerrando assim um ciclo de declínio que já se arrastava há anos³⁰⁶.

Para além da reduzida adaptabilidade das ordens que chegam tardiamente a Portugal, o final do século XVIII revela-se, em Lisboa, como uma época de viragem para aquelas ordens que se tinham implantado na cidade, em época muito próxima da sua fundação institucional, como sucedeu na Idade Média, sobretudo com Franciscanos e Dominicanos, e na Época Moderna com Carmelitas Descalços. Começando pelas ordens mendicantes, apresentámos no capítulo anterior a evolução das suas construções em Lisboa e seu termo. Sem surpresa, porque o mesmo acontece por todo o país, as fundações da Ordem dos Frades Menores, nas suas várias sensibilidades encarnadas pelas diversas províncias e custódias, são em número muito elevado, trinta e quatro como se indicou no capítulo anterior, ou seja um terço do total de casas religiosas de Lisboa. Já os Dominicanos, têm apenas dois institutos masculinos, pertencendo ao ramo feminino a maior quantidade de conventos. Contudo, uns e outros tinham em Lisboa uma presença firmada, desde o século XIII, com estabelecimentos onde se assegurava noviciado e se desenvolvia actividade pedagógica. Se juntarmos o natural trabalho de missionação e pregação a que ambas as ordens se dedicavam, percebemos que essa presença fazia parte integrante da vida activa de Lisboa. É interessante até verificar que, para muitos dos viajantes estrangeiros que demandaram Lisboa, no século XVIII, as figuras do franciscano e do dominicano são aquelas que mais referem quase que como sinónimo de frade. Veja-se, como exemplo, a seguinte passagem escrita por Giuseppe Baretti:

³⁰⁶ Cf. DOMINGOS, Manuela D. – Acervos iniciais da Real Biblioteca Pública: a doação dos Teatinos. *Revista da Biblioteca Nacional*, S. 2, vol. 9, nº 2, 1992, p. 75-121.

Carta Trigésima Lisboa, noite de 15 de Setembro de 1760 “[...] Não se pode andar por estas ruas sem se verem muitos homens e mulheres com o rosário na mão; e a veneração que os portugueses têm por todos os hábitos religiosos é também enorme, porque encontrando frades no caminho ou vendo-os aparecer-lhes em casa de outrem, correm imediatamente com um ar muito compungido a beijar-lhes a fímbria ou a manga da veste, principalmente se forem Dominicanos ou Franciscanos [...]”³⁰⁷.

É um exemplo entre vários que também referem a actuação dos membros destas ordens em representações religiosas como procissões, administração de sacramentos a moribundos, funerais e pregação³⁰⁸. Não esqueçamos que até na escolha da mortalha há um forte sentido religioso e, conforme refere Ana Cristina Araújo, é o hábito de S. Francisco que predomina nas escolhas feitas em Lisboa, como se na morte laicos e religiosos se não distinguissem. Porém, esta realidade começa a declinar a partir de 1760 numa quebra acentuada que faz com que se observe uma passagem de 80% de escolha de hábito religioso para 10% em 1820. Como afirma aquela autora:

“É claro que a quebra do secular sistema de identidade do corpo reflecte, de forma síncrona, o clima de retracção observado no volume de ordenações sacerdotais fornecido pelos testamentos de Lisboa. Parece pois evidente que o distanciamento se opera em relação ao ideal de vida religioso e monástico acaba por ter uma tradução simbólica absolutamente coerente na imagem final de cada homem. Desacreditado em vida, o ascetismo dificilmente poderia ser reabilitado para além da morte”³⁰⁹.

Quanto aos Carmelitas Descalços que tinham também apreciável quantidade de estabelecimentos, mais do ramo feminino que do masculino, em Lisboa e seu termo, não são tão referenciados nesse encontro com o quotidiano da população. A sua utilidade é mais facilmente posta em causa e assim, se excluirmos o acto isolado que representa a criação do convento do Santíssimo Coração de Jesus, no final do século XVIII, como parte integrante do projecto de D. Maria I para a basílica da Estrela, começam a surgir dificuldades na atracção de novas vocações e ao longo do primeiro quartel do século XIX, a situação agrava-se a ponto de até o convento de Nossa Senhora

³⁰⁷ *Ob. cit.*, p. 120.

³⁰⁸ A propósito da actuação dos frades em procissões e outras cerimónias religiosas, nomeadamente, na pregação o mesmo autor refere ainda que as palavras que proferiam eram “acompanhadas por uma voz de trovão e um gesticular de possesso” (p. 104).

³⁰⁹ *Ob. cit.*, p. 466.

dos Remédios, que era cabeça da Ordem, ter encerrado prematuramente por não possuir o número de religiosos necessários, exigidos por lei.

Passando para as ordens religiosas com estabelecimentos ainda mais antigos na capital, verificamos que os Eremitas de Santo Agostinho que dispunham de quatro instituições em Lisboa, também antes da extinção das ordens se vêm constrangidos a fazer transferências de religiosos por não haver número suficiente para manter todas as comunidades, e já experimentavam no final do século XVIII uma progressiva diminuição de vocações e de prestígio da ordem.

Os Dominicanos encontravam-se também, antes do final do século XVIII, em grandes dificuldades. Os centros de estudo que tinham em Coimbra, Lisboa, Batalha e Évora foram suspensos logo em 1778, por falta de estudantes, conforme afirma Ana Leal de Faria que refere ainda, como indício da decadência, o facto de nenhum dos membros da Ordem dos Pregadores “se encontrar entre os fundadores da Academia Real das Ciências (1779)”³¹⁰.

No respeitante a outras ordens medievais que dispunham de menos institutos em Lisboa, como os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, a Ordem da Santíssima Trindade e a do Carmo, surgem também dificuldades de manutenção. No caso dos Trinitários, não dispunham já dos meios para levar a cabo a sua missão originária de redenção dos cativos, nem tal era necessário, pelo menos na forma como se processara até às conquistas em África. Acresce a destruição do grande convento da Trindade, com um retorno da comunidade apenas nas vésperas da extinção das ordens religiosas. Os Carmelitas ditos calçados foram logo ultrapassados nos finais do século XVI pelos seus irmãos descalços, mantendo embora um conjunto de estabelecimentos na capital graças, sobretudo, à criação da Ordem Terceira e ao surgimento de hospícios e recolhimentos a ela ligados. Quanto aos Regrantes, com uma história tumultuosa de reformas na ordem, eram os mais ricos do país mas tal não impediu o encerramento de vários mosteiros ainda no século XVIII e uma sucessão de episódios de encerramento e reabertura protagonizados pelo mosteiro de S. Vicente, de que daremos conta em capítulo próprio.

³¹⁰ Dominicanos. In: FRANCO, José Eduardo – *ob. cit.*, p. 147.

Outro tipo de utilidade parece configurar-se nos finais do século XVIII pelo menos para algumas das instituições regulares, utilidade essa de natureza artística e não funcional. Os conventos e mosteiros são monumentos que se visitam, por ocasião de viagem, com o objectivo de ver mas não com o objectivo de rezar, mesmo quando as visitas incidem também nas igrejas anexas às casas comunitárias. Aí admiram-se os quadros, as imagens, os azulejos ou o ouro profuso da talha e ainda os jardins, as matas ou a vista. Em alguns casos são também as bibliotecas que se percorrem e apreciam, pelo aspecto geral do próprio espaço, pelas raridades e profusão de manuscritos, mapas, gravuras ou livros impressos. São sobretudo referidos, neste particular, o mosteiro de Alcobaça, o convento de Mafra, o da Batalha e, já na zona de Lisboa, o mosteiro dos Jerónimos e a casa das Necessidades³¹¹. Nas casas fora de Lisboa, há, por vezes menções a refrescos, merendas, almoços ou mesmo jantares com que eram obsequiados, tornando essas visitas apreciadas pelos viajantes, ainda que também existam abundantes reparos ao que vão encontrando nessas instituições.

William Beckford (1760-1844) deixa-nos retratos muito expressivos de visitas a conventos, já no reinado de D. Maria I. A propósito do convento de S. José de Ribamar onde, aliás, irá várias vezes em passeio e cuja quinta anexa, escolherá, na sua segunda estadia, como lugar de habitação, refere em 1787:

“Para variar a nossa excursão [que costumava ser ao longo da costa de Belém] afastámo-nos do caminho habitual e visitamos o convento de S. José de Ribamar. O edifício de traça irregular e pitoresca, eleva-se sobre uma escarpada eminência e tem por fundo uma cerrada mata de olmos, loureiros e olaias. Fomos recebidos por uns frades simples e risonhos que nos conduziram a um pequeno claustro de atarracadas colunas toscanas. [...] Os frades pareciam sensíveis a tal beleza, porque conservavam o claustro toleravelmente asseado. Já não direi o mesmo do jardim. [...] Graças à madraçaria dos frades, a mata conserva-se virgem e é-nos dado penetrar até onde nos apeteça [...]”³¹².

Do mesmo ano, ficam-nos as impressões do convento da Cartuxa de Laveiras:

³¹¹ No capítulo seguinte analisaremos, com mais pormenor, estas visitas no que respeita à impressão que os visitantes estrangeiros nos deixaram sobre as bibliotecas das casas religiosas.

³¹² *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*. 3ª edição, reimpressão. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009, p. 419.

“[...] Dentro de meia hora estávamos diante da igreja Cartuxa, fronteira aos jardins reais e éramos introduzidos pelo abade e os frades que o acompanhavam num solene e silencioso pátio. Alguns espectros da ordem deslizavam ao longo dos claustros que vem entroncar com este pátio. [Insurge-se, a propósito do encontro com um frade que tinha um ar muito triste] contra a tolerância do sacrifício humano e a loucura de se consentir que se retirem do mundo jovens incapazes de um verdadeiro juízo sobre as misérias e desvantagens da terra”³¹³.

O declínio das casas religiosas parece inevitável porquanto o que está verdadeiramente em causa é a utilidade do modelo de vida regular e o consequente papel social que aos seus membros incumbe, numa sociedade que, lentamente, se vai desprendendo da sua influência. De forma muito breve porque ultrapassa a percepção que pretendemos dar sobre as casas religiosas de Lisboa, nos finais de Setecentos, não podemos deixar de seguir esta linha de análise em torno da decadência das instituições regulares, principalmente pelo efeito que tem no processo de extinção de onde vão derivar, afinal, as incorporações das bibliotecas religiosas.

A situação agravou-se, logo no início do século XIX, por efeito das invasões francesas (1807-1810), que se reflectiu na ocupação e devastação de espaços e em roubos vários de objectos de arte, alfaías religiosas e também livros³¹⁴. Na sucessão de actos legislativos que Fortunato de Almeida enuncia³¹⁵ e que aqui resumimos, constam as acções tendentes a limitar os bens na posse das instituições regulares e seus membros bem como o incentivo à supressão de casas sempre que se verificava número reduzido de religiosos, no primeiro caso através da resolução de 26 de Dezembro de 1809 que confirma a proibição de herdar ou testar bens por parte dos regulares, mesmo quando obtivessem autorização especial por parte da Santa Sé e, no segundo caso, já em 1822,

³¹³ *Ob. cit.*, p. 66-67. O aspecto “espectral” dos religiosos em Beckford é retomado na sua descrição do convento do Senhor Jesus da Boa Morte e Caridade (p. 163-164): “É este convento um verdadeiro Gólgota, onde há muitas caveiras, pois os seus habitantes, embora estejam vivos e se mexam e tenham uma espécie de existência, pouco mais são do que esqueletos. [...] Tendo em conta as horríveis pinturas que cobrem as paredes daquela mansão de penitência e mortificações [...] creio bem que nenhum outro convento de Lisboa pode ser comparado a este em austeridade e devoção”. No entanto é o outro retrato que está presente nas impressões dos viajantes, em tudo oposto deste, o dos “gordos cónegos” como Costigan refere, na sua descrição do mosteiro de Grijó que fora casa dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho (*ob. cit.*, p. 153).

³¹⁴ V. a propósito BARATA, Paulo J.S. – Roubos, extravios e descaminhos nas livrarias conventuais. *Lusitania Sacra*. 2ª Série, vol. XVI (2004), p. 325.

³¹⁵ *Ob. cit.*, vol. IV, p. 130-142.

através do decreto de 18 de Outubro que determinava a supressão de alguns conventos e mosteiros, a ligação e dependência dos ordinários e a possibilidade de secularização dos que tivessem benefícios, acrescida da possibilidade de os regulares poderem desempenhar cargos civis.

Temos, evidentemente, aqui realidades políticas diferentes: o debate sobre a situação das ordens religiosas e a sua relação com o Estado tinha-se iniciado em 1820, na sequência do “vintismo”, designação pela qual é conhecido o primeiro movimento liberal português. Na verdade, como sintetizam Isabel Nobre Vargues e Maria Manuela Tavares Ribeiro, o liberalismo define-se “no plano religioso, por um anti-clericalismo mais ou menos violento ou moderado, porquanto, no seu contexto histórico ocidental, o liberalismo implicou um esforço de secularização”³¹⁶. Em Portugal, não se trata tanto de expressar uma atitude anti-religião ou anti-católica mas antes de reformar algumas práticas e instituições entre as quais, desde logo, surgem as ordens religiosas. No âmbito da revolução liberal, o decreto de 18 de Outubro de 1822 veio, no fundo, culminar um processo inevitável, e que já tinha ditado a suspensão de novas admissões masculinas e femininas, pela ordem de 23 de Março de 1821 e a proibição de fazer profissão para aqueles que ainda a não tinham feito, por ordem de 21 de Agosto de 1822³¹⁷.

Entretanto ocorrera o regresso do rei D. João VI (1767-1826) a Lisboa em 1821 e o juramento que fez da nova Constituição em 1 de Outubro de 1822. O “vintismo” terminaria, porém, com o golpe de D. Miguel conhecido por Vilafrancada (27 de Maio de 1823) e todo o conjunto de acontecimentos que são conhecidos em torno do confronto entre ideais absolutistas e liberais nos quais o monarca se viu envolvido³¹⁸ têm reflexo na vida das ordens religiosas, desde logo no decreto de 14 de Junho de 1823, em pleno período contra-revolucionário, que revoga as medidas anteriores e determina a restituição dos bens aos religiosos e às instituições. Segue-se o que Vítor Neto designa de “governos moderados (1824-1826) [que trouxeram] um novo alento à

³¹⁶ Ideologias e práticas políticas: os Liberalismos. In: MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, quinto vol. – O Liberalismo (1807-1890). Coord. Luís Reis Torgal, João Lourenço Roque, p. 214. V. também BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *Seis estudos sobre o Liberalismo português*. Lisboa: Estampa, 1991.

³¹⁷ ALMEIDA, Fortunato de – *Ibid.*

³¹⁸ V. a propósito PEDREIRA, Jorge; DORES, Fernando – *D. João VI*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

Igreja e que permitiu a reconciliação entre os poderes temporal e espiritual”³¹⁹. Nessa perspectiva, a outorga da Carta Constitucional (1826) conquanto introduza alguma paz nos diferendos, não deixa de propiciar um envolvimento mais amplo do clero na luta contra os liberais. Ainda de acordo com o mesmo autor, “com o restabelecimento do absolutismo em 1828 [...] e até 1832 [...] a esmagadora maioria do clero regular e uma grande parte de sacerdotes optaram pela militância nas hostes miguelistas e envolveram-se directamente na batalha pela manutenção das estruturas sociopolíticas absolutistas”³²⁰.

Não se estranha, então, que a legislação que surge, em 1833, tenha toda uma configuração que anuncia a extinção pura e simples da vida regular, conotada com a ideologia absolutista, extinção essa que de há muito estava implícita, mais ou menos discretamente, através das reformas que atrás se indicaram. Assim, o decreto de 5 de Agosto de 1833 proíbe todas e quaisquer admissões a ordens sacras e a noviciados monásticos de qualquer instituto ou natureza. O movimento que Fortunato de Almeida refere como “o prelúdio da obra de 34”³²¹ deu origem a alguns encerramentos voluntários de conventos, por alegada falta de condições de segurança, como aconteceu, por exemplo, com o convento de Varatojo, em Torres Vedras e com a Cartuxa de Laveiras, após a ocupação de Lisboa pelo exército liberal em 24 de Julho de 1833. Outros vão encerrando porque o seu local conflitua com o ordenamento militar, como o convento de Santa Apolónia ou porque passam ao braço secular, caso do convento de S. Pedro de Alcântara que, por decreto de 31 de Dezembro de 1833 é entregue à Santa Casa da Misericórdia e do mosteiro de S. Vicente de Fora que o decreto de 21 de Janeiro de 1834, tira definitivamente aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho e entrega ao Patriarcado. Para todos os estabelecimentos, masculinos e femininos, se aplicava o decreto de 9 de Agosto de 1833 que estabelecia a extinção de todas as casas com menos de doze indivíduos e a transferência dos religiosos para outras instituições³²².

³¹⁹ O Estado e a Igreja. In: MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, quinto vol. – O Liberalismo (1807-1890). Coord. Luís Reis Torgal, João Lourenço Roque, p. 266.

³²⁰ *Ibid.*

³²¹ *Ob. cit.*, vol. IV, p. 132

³²² *Ibid.*

É curioso observar que, no meio desta legislação restritiva, a actividade reformadora da Junta parece continuar como se o contexto em que operava e a missão que lhe estava cometida fossem imutáveis. No relatório elaborado nas vésperas do Decreto de 28 de Maio de 1834, procurava-se propor soluções, neste ou naquele caso, sobretudo por causa das rendas e do estado da dívida, mas o que, na análise do documento mais perpassa é a situação de grande decadência de muitas das instituições e a procura de uma utilidade que justifique a sua manutenção. Da transcrição de Laurinda Abreu, respigámos alguns exemplos:

A propósito dos estabelecimentos dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, face ao projecto de reforma apresentado pelo prelado “de supprimir Refoios do Lima e completar o imperfeito de Vianna e unir-lhe as rendas de Refoios não convém 1º porque seria para sentir, e incomodar os vizinhos, a supressão de Refoios antiquíssimo, em boa condição material, **e ali útil 2º porque o de Vianna não he necessário a esta villa**”³²³.

Noutro ponto, relativo à Congregação de S. Bento, lê-se “que o Collegio de N. Senhora da Estrella, que desde o seu principio athe 1755 foi caza de estudos, e depois do terramoto foi reedificado com o mesmo destino, se deve para isso conservar, incorporando-lhe os restos de Santarém, cazo de ser extincto [...] O voto porem do prelado informante he pela conservação de todos e cada hu dos mosteiros existentes hoje, **que elle tem por úteis civil e religiosamente sem excepção**”³²⁴.

Outros exemplos se podiam apresentar para ilustrar o princípio da utilidade, quer pelo contexto geográfico em que se insere a casa religiosa quer pelas actividades que nela se desenvolvem. É interessante verificar que “utilidade” e também “necessidade” são evocadas pelos prelados, sobretudo quando se trata de evitar a supressão de casas, mas também são sugestões dos membros da Junta, por vezes contrariando a dos prelados e pretendendo manter o que estes já consideravam a mais.

Obviamente que estamos já noutra perspectiva temporal, muito diferente da que existia ao tempo da criação da Junta. Porém, a utilidade destas instituições que de certa forma começava a estar em causa, no final do século XVIII, é já um factor determinante

³²³ *Ob. cit.*, p. 121, com sublinhados nossos.

³²⁴ *Ibid.*, p. 121-122.

para a não justificação da sua continuidade, a que se juntam a degradação dos edifícios, a perda de privilégios, a limitação de ingressos, o desinteresse da sociedade civil no povoamento das casas, a diminuição das vocações e o problema sempre candente da gestão ruínosa do património (salvo algumas excepções que a Junta refere no documento citado). Como escreve Fortunato de Almeida ao enunciar as causas do declínio das ordens religiosas “todas as instituições se desenvolvem e prosperam quando correspondem a necessidades reais; todas definham e morrem se lhes falta sólida razão de existência.”³²⁵.

É na sequência da Convenção de Évora Monte (26 de Maio de 1834) que pôs fim aos conflitos entre liberais e absolutistas que temos de entender as razões da extinção das ordens religiosas. Por um lado, é a punição de um clero que se distinguira, no período da guerra civil, pelo alinhamento com a facção derrotada, punição essa tanto maior quanto se reconhecia ao clero regular, pela sua formação e pela acção que exercia junto da população, a possibilidade de, com sucesso, espalhar a doutrina anti-liberal. Por outro lado, é óbvia e urgente, naquele momento, a necessidade de colmatar as fracturas resultantes dos confrontos, para consolidar o regime e revitalizar económica e financeiramente um país em crise, e onde se sabia que D. Miguel contava ainda com uma importante base de apoio. A solução encontrada era radical mas respondia às questões básicas: eliminava-se um dos “pilares do absolutismo” ao mesmo tempo que se alargava “a base social de apoio ao regime liberal [ao dividir] pelos cidadão os bens expropriados aos conventos – cidadãos que se tornariam, por essa via, defensores do sistema político que lhes proporcionou o acesso à propriedade [enquanto se obtinha] uma plataforma para fazer face à dívida pública” resultante da venda desta “enorme massa de riqueza nacionalizada”³²⁶.

O decreto de 28 de Maio de 1834 que também é citado, muitas vezes, como decreto de 30 de Maio pois o relatório que lhe dá origem, assinado por Joaquim António de Aguiar e que antecede o texto do decreto tem essa data, encerra no referido relatório

³²⁵ *Ob. cit.*, p. 202.

³²⁶ SILVA, António Martins da – A desamortização. In: MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, quinto vol. – O Liberalismo (1807-1890). Coord. Luís Reis Torgal, João Lourenço Roque, p. 340. Do mesmo autor veja-se também a sua obra principal sobre o assunto, *Desamortização e venda dos bens nacionais em Portugal na primeira metade do século XIX*. Tese de Doutoramento em História apresentada à FL-UC. Coimbra: [s.n.], 1989 e uma síntese que abrange também aspectos da extinção em 1910, “Extinção das ordens religiosas” in: AZEVEDO, Carlos Moreira – *ob. cit.*, p. 232-236.

todo um conjunto de razões que justificam a extinção imediata de conventos, mosteiros, colégios, hospícios e outras casas de ordens regulares, entre as quais avulta o papel desempenhado pelos seus membros na luta contra os liberais mas também, a questão da (não) utilidade de tal tipo de clero, conforme se lê, nas considerações finais do relatório:

“Só o habito de ver subsistir aquella instituição formou o prejuízo de pensar que ella era útil realmente, e em vez de se escotar a razão para julgar, não se tem empregado as luzes senão em procurar motivos para provar o que ella nega”³²⁷.

Retornaremos à extinção das ordens quando tratarmos da incorporação dos bens bibliográficos, ou seja, das bibliotecas e do destino dado aos livros provenientes dos extintos conventos. Diga-se, apenas, ao terminar esta questão da utilidade social das instituições religiosas que, da aplicação do decreto, resultou a extinção imediata das instituições masculinas de Portugal, ilhas e ultramar pois para as femininas o princípio que vigorou era o constante no decreto de 5 de Agosto de 1833, que proibia novas admissões e preconizava, em consequência, uma extinção faseada, dependendo da morte da última religiosa. Também as casas com menos de 12 religiosas seriam suprimidas, de acordo com o decreto de 28 de Maio de 1834, e o destino das pequenas comunidades era juntarem-se a outras.

De acordo com o relatório da Junta atrás mencionado, existiriam então 500 estabelecimentos, dos quais 127 femininos (25,4%) e uma população de 7472 regulares, dos quais 2568 femininos (34,3%)³²⁸. A média é de 15 indivíduos por estabelecimento, masculino ou feminino, podendo assim verificar-se, em relação aos números do censo do final do século que tínhamos indicado, uma diminuição de 47% no número total de regulares e confirmar a média de 16 indivíduos por estabelecimento que Balbi aponta e que nos serviu de base para o possível cálculo da população regular de Lisboa³²⁹.

Uma palavra ainda para um indicador que poderíamos retirar do Quadro I relativa às casas religiosas de Lisboa que apresentámos anteriormente, no ponto 3 deste

³²⁷ Transcrito em SILVA, António Martins da – A desamortização., p. 340.

³²⁸ Cf. ABREU, Laurinda – *ob. cit.*, p. 117-130.

³²⁹ Também neste particular não há uniformidade nos números pois de acordo com António Martins da Silva (*ob. cit.*, p. 341) o número de casas extintas foi de 448, com uma população “cifrada” em 5061 religiosos professo, 591 irmãos leigos e 637 criados, num total de 6289 pessoas. Quando tratarmos do número de livros arrecadados, veremos mais uma vez a dificuldade em estabelecer números fiáveis, no que diz respeito às ordens e suas instituições e, dessa feita, também em relação ao número de livros arrecadados.

capítulo. Como se constata de todo o processo, as datas de extinção para as casas masculinas ocorrem, quase invariavelmente, no ano de 1834. Para os estabelecimentos femininos há poucos casos de encerramento anterior a essa data e deles se falou, neste capítulo, sobretudo a propósito do declínio de certas ordens em Lisboa. Assim, as datas que surgem estão distribuídas maioritariamente, ao longo do século XIX, correspondendo à morte da última religiosa. Os casos de extinção já no século XX dizem respeito a duas das instituições de criação mais tardia e que são o recolhimento de Nossa Senhora do Rosário e o convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento. No Anexo I constam as datas de encerramento das 104 instituições, nas respectivas fichas individuais, à excepção da única que se manteve a funcionar até hoje, o convento de Nossa Senhora do Bom Sucesso, de Dominicanas irlandesas que continua a sua acção pedagógica e que, por ser de religiosas estrangeiras não foi abrangido pela legislação de 1833.

O progressivo desaparecimento das casas femininas é, curiosamente, acompanhado, em contra-corrente, pelo movimento de criação de novas ordens que se inicia na segunda metade de Oitocentos em Portugal. Há, inclusive, casos de coabitação da antiga e da nova comunidade, como acontece no convento de Nossa Senhora da Soledade ou das Trinas do Mocambo. No Anexo I damos ainda conta do destino dos edifícios e da nova utilidade que para alguns deles foi encontrada, aquando da sua extinção. Não nos iremos, portanto, deter neste capítulo nos pormenores da extinção de uns e outros estabelecimentos, até porque excedem largamente o nosso âmbito cronológico. Porém, guardamos para o capítulo seguinte, relativo às bibliotecas religiosas, informação sobre os processos de arrecadação e dispersão das bibliotecas dos conventos, sobretudo dos masculinos, sempre que se torne necessária para a compreensão da existência dos livros daquelas proveniências nas colecções bibliográficas nacionais.

É que os livros mantiveram-se nos seus locais, nuns casos ainda durante algum tempo após o encerramento das casas, em condições de grande precariedade que, por vezes, já vinha da situação de declínio e abandono em que se encontravam antes, mas que se tornou mais visível pelas dificuldades de implementação do processo de

arrecadação dos livros³³⁰. Quanto ao destino dessas bibliotecas, a intervenção por parte do Estado, pressupunha um processo de inventariação, arrecadação com concentração das espécies bibliográficas das distintas proveniências em depósitos constituídos para o efeito, bem como a sua reutilização, na medida em que podiam ir integrar outras instituições. É esse encontrar de um outro destino para os livros que, no limite, vai representar uma nova hipótese de vida, desintegrada embora do seu ambiente primitivo natural, mas participante noutro que lhe poderia conferir, num ciclo de existência renovado, o cumprimento da missão principal subjacente a qualquer livro, cuja é ser lido. Assim chegaram aos nossos dias e é desse encontro e do que nele percepcionámos das antigas bibliotecas de que fizeram parte que nos ocuparemos nos capítulos seguintes.

³³⁰ No desenvolvimento desta temática é particularmente relevante a obra de BARATA, Paulo J.S. – *Os livros e o Liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003, como teremos oportunidade de demonstrar ao longo dos próximos capítulos.
Do mesmo autor e para os livros dos estabelecimentos femininos veja-se “As livrarias dos mosteiros e conventos femininos portugueses após a sua extinção”. *Lusitania Sacra*, vol. 24, Jul.-Dez. 2011, p. 125-152.

CAPÍTULO III

AS BIBLIOTECAS DE INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS: MODELOS, PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

III.1. Definição do objecto de estudo e opções metodológicas

Estudar bibliotecas de instituições religiosas regulares do Antigo Regime pressupõe o contacto e o reconhecimento de colecções de livros, de extensão e organização variadas, constituídas em observância de regras ou estatutos da ordem ou congregação a que a instituição pertencia. Nas palavras de Aires A. Nascimento: “Por exigência da Regra, uma comunidade monástica precisava de livros e, por estatutos, nenhuma nova fundação podia ser feita sem que lhe fossem garantidos os livros necessários por parte do fundador ou da abadia-mãe”¹. A biblioteca fazia parte integrante do espaço comunitário e destinava-se ao uso de quem, nesse espaço, habitava. A sua missão primordial consistia em representar o movimento geral da vida da Igreja, através dos textos necessários para assegurar aos membros da comunidade um sustentáculo espiritual através da palavra escrita².

A percepção geral que se tem destas bibliotecas vive muito, ainda hoje, de imagens e estereótipos. O mais comum, com raízes na iconografia medieval, é o que mostra a biblioteca de um mosteiro com os seus livros pacientemente copiados e decorados pelos monges. É verdade que num tempo de escassez de textos escritos, obtidos essencialmente de cópias múltiplas destinadas a assegurar o sustentáculo espiritual que acima referimos, as bibliotecas monásticas eram lugares de leitura e aquisição de conhecimentos e, simultaneamente, centros de produção de livros. Sendo muito reduzida a população que sabia ler e poucos os livros disponíveis, as bibliotecas religiosas antes da invenção da imprensa, funcionavam como garantes de uma cultura que tinha na escrita a sua expressão principal. De acordo com Guglielmo Cavallo que se tem dedicado ao estudo das bibliotecas da Antiguidade e dos primeiros tempos do cristianismo:

“Dans le monde des représentations du monachisme antique, les livres, la copie des livres, les bibliothèques se révèlent étroitement liés. Mais la réalité est bien plus

¹ O “scriptorium” medieval, instituição matriz do livro ocidental. In: *A iluminura em Portugal: identidade e influências: catálogo da exposição*. Coord. científ. Maria Adelaide Miranda. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999, vol. I, p. 91.

² V. PETERSON, Herman A. – The genesis of monastic libraries. *Libraries and the cultural record*. Vol. 45, nº 3, 2010, p. 320-332. O autor baseia-se na análise das primeiras regras monásticas para justificar a tese de que desde os primórdios da vida monástica, as obras escritas eram coleccionadas e os seus conteúdos lidos como actividades necessárias para alcançar o conhecimento da palavra de Deus e a santidade.

complexe. En particulier, le rôle dévolu aux bibliothèques monastiques dans la transmission des textes a différé dans le temps et dans ses modalités”³.

No entanto, a constituição da biblioteca no espaço comunitário vai-se desenvolvendo de acordo com modelos diferenciados. Aliás, como vamos ver, o estereótipo do monge no *scriptorium*, conquanto revelador da dupla actividade de escrever e de ler, não é o retrato a aplicar a todas as bibliotecas monásticas medievais pois muitas inseriam-se em pequenos mosteiros onde não existia um movimento explícito de produção de livros, nem sequer um espaço específico para os guardar⁴.

Para além desta imagem própria da Idade Média, há outra que se liga a vestígios ainda hoje existentes de antigas bibliotecas religiosas, sobretudo do século XVIII: a biblioteca enquanto espaço arquitectónico e artístico revelador de um “depósito” de riquezas bibliográficas, obras únicas ou muito raras, de difícil acesso, zelosamente guardadas em armários fechados. Esta imagem que convoca um ideal de preservação da memória de um tempo passado mas também de defesa e conservação de um património único é a que associamos, por exemplo, à biblioteca do palácio/convento de Mafra⁵.

Ora a magnificência ou a simplicidade do espaço e da sua colecção relacionam-se com o poder e a missão da comunidade onde se inserem, pelo menos num determinado momento da sua vida pois a verdade é que a história das bibliotecas religiosas reflecte o ambiente sócio-cultural, religioso e político em que as instituições regulares foram participando⁶. Organizadas ao longo de séculos de acordo com modelos diferentes, agindo sobre a sociedade que as rodeia também de formas distintas, com

³ Les bibliothèques monastiques et la transmission des textes en Occident. In: *Des Alexandries I – Du livre au texte*. Dir. Luce Giard et Christian Jacob. Paris: Bibliothèque nationale de France, 2001, p. 263.

⁴ V. a propósito o importante texto já citado, de Aires A. Nascimento, que dá uma visão minuciosa da relação entre o livro, o *scriptorium* onde era produzido e a biblioteca em que se inseria. Para casos específicos, vejam-se do mesmo autor: Livros e claustro no século XIII em Portugal: o inventário da livraria de S. Vicente de Fora em Lisboa. *Didaskalia*, vol. 15, 1985, p. 229-242 e Le “scriptorium” d’Alcobaça: identité et corrélations. *Lusitania Sacra*, 2ª Série, vol. 4, 1992, p. 149-162.

⁵ V. a propósito da estética das bibliotecas religiosas, SALDANHA, Sandra Costa – O paradigma estético da biblioteca joanina: bibliotecas conventuais setecentistas. In: *As bibliotecas e o livro em instituições eclesiais: Actas do II e III Encontro Nacional*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, p. 99-117.

⁶ V. a propósito *Histoire des bibliothèques françaises*. Paris: Promodis: Cercle de la Librairie, 1988-1992, especialmente o 1º volume, dirigido por André Vertot e relativo às bibliotecas medievais e o 2º volume dirigido por Claude Jolly que abrange a história das bibliotecas de 1530 até ao fim do Antigo Regime. Ao longo deste capítulo teremos oportunidade de utilizar esta obra também para estabelecer comparações com a situação portuguesa.

práticas e representações onde se notam semelhanças e diferenças, é ao encontro dessas características que pretendemos ir neste capítulo. Começaremos, precisamente, pelos modelos que foram presidindo à sua formação e à sua evolução e, nesse aspecto, temos que considerar um leque temporal mais amplo do que o do objecto geral de estudo que é o final do século XVIII. Não esqueçamos que entre as instituições que referimos no capítulo anterior e que se situavam em Lisboa, há várias que foram fundadas na Idade Média, num tempo de livro manuscrito, outras na transição para o impresso, outras já nos séculos XVII e XVIII, em paradigmas culturais completamente diferentes. Como vamos ver em seguida, os modelos de organização das bibliotecas religiosas estão ligados, essencial mas não exclusivamente, aos dois paradigmas fundamentais, o da cultura manuscrita e o da cultura impressa⁷.

A apropriação do livro no contexto monástico tem contornos distintos consoante o paradigma mas tem também, como vamos analisar, práticas e representações do uso do livro que tenderão a manter-se, com poucas alterações, ao longo dos tempos e uma delas é a forma como a presença do livro se manifesta nas instituições religiosas. Conforme afirma Claude Jolly:

“D’évidence, sous l’Ancien Regime [...] les livres sont partout: dans les cellules des religieux, dans l’appartement de l’abbé ou du supérieur, rangés ici ou là dans la maison, et d’abord, bien entendu, dans la bibliothèque commune”⁸.

Como atrás referimos, optámos neste capítulo, por uma abordagem que passa em primeiro lugar, por tentar perceber os modelos organizativos que nortearam a existência das bibliotecas religiosas mas, por outro lado, e centrando-nos já no que ao século XVIII diz respeito, procuraremos analisar o conjunto de práticas ligadas à relação entre o livro e o seu leitor ou leitora.

No primeiro caso, a utilização de uma metodologia centrada no estabelecimento de modelos vai apoiar-se nos estudos sobre história do livro e da leitura que se foram estabelecendo e consolidando a partir da obra de referência de Lucien Febvre e

⁷ V. BUESCU, Ana Isabel - Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na Época moderna. In: BUESCU, Ana Isabel – *Memória e poder: ensaios de história cultural*. Lisboa: Cosmos, 2000, p. 31-48.

⁸ Unité et diversité des collections religieuses. In: *Histoire des bibliothèques françaises*. Paris: Promodis: Cercle de la Librairie, 1988, vol. II – Les bibliothèques sous l’Ancien Régime, 1530-1789. Dir. Claude Jolly, p. 11.

Henri-Jean Martin⁹ e que conferem ao estudo do livro um contexto completamente diferente dos trabalhos produzidos até então e que contextualizavam o livro, quase que exclusivamente, no âmbito da história literária. Referimo-nos, sobretudo, e para além de Henri-Jean Martin¹⁰, a autores como Roger Chartier¹¹, Hans Erich Bödeker¹², Guglielmo Cavallo¹³, Fernando Bouza Alvarez¹⁴, Pedro M. Cátedra¹⁵ e Antonio Castillo Gómez¹⁶ que fazem uma abordagem onde o livro, a biblioteca e o leitor se colocam em esferas naturalmente distintas mas que se interceptam, dando origem a um conjunto de usos quotidianos e de comportamentos sociais. Mesmo num contexto como o das instituições regulares, muito pouco estudado em termos de grupo há que tentar conhecer as modalidades de uso colectivo do livro que ultrapassam a simples identificação das obras que se guardavam nas respectivas bibliotecas.

De salientar ainda duas obras de grande importância para o estudo das bibliotecas, porque nos permitem ter uma visão de conjunto ao longo de vários séculos de existência que, no limite facilita uma análise comparativa com a realidade

⁹ Publicado, pela primeira vez em 1957 com o título *L'apparition du livre*, foi traduzido em várias línguas e, em português com o título *O aparecimento do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. Cf. capítulo I no respeitante à “Nouvelle Histoire”.

¹⁰ Devem-se-lhe obras de conjunto cuja edição coordenou e para as quais contribuiu com artigos de grande importância como *Histoire de l'édition française*. Paris: Promodis, 1982-1986. 4 vol. (especialmente o vol. 2), que dirigiu com Roger Chartier e *Histoire et pouvoirs de l'écrit*. Paris : Albin Michel, 1988, que organizou com Bruno Delmas.

¹¹ Para este capítulo foram relevantes, sobretudo, os estudos *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Regime*. Paris : Editions du Seuil, 1987 ; *Histoires de la lecture: un bilan de recherches*. Paris : IMEC, 1997 e, em co-direcção com Guglielmo Cavallo, *Storia della lettura nel mondo occidentale*. Roma: Laterza, 1999.

¹² Com destaque para a colectânea que organizou e em que também participa, *Histoires du livre: nouvelles orientations: actes du Colloque International Histoire du Livre, Göttingen, 1990*. Paris : IMEC : Maison des Sciences de l'Homme, 1991.

¹³ Para além da obra em colaboração com Roger Chartier, destacamos a sua contribuição já citada, *Les bibliothèques monastiques et la transmission des textes en Occident*. In : *Des Alexandries I – Du livre au texte*, p. 263-274.

¹⁴ Especialmente para a primeira parte do capítulo, o estudo *Del escriba a la biblioteca: la civilización del escrito en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)*. Madrid: Síntesis, 1992.

¹⁵ Neste capítulo é importante, a obra que dirigiu com Maria Luisa López-Vidriero – *El libro antiguo español. IV – Coleccionismo y bibliotecas (siglos XV-XVIII)*. Salamanca: Universidad de Salamanca; Madrid: Sociedad Española de Historia del Libro, 1998.

¹⁶ Referimos, sobretudo, o estudo, *Leer en comunidad: libro y espiritualidad en la España del barroco. Via Spiritus*, 2000, vol. 7, p. 99-122 e a colectânea que dirigiu e onde também colabora, *Libro y lectura en la Península Ibérica y América, siglos XIII a XVIII*. Valladolid: Consejería de Cultura y Turismo, 2003.

portuguesa: a já citada *Histoire des bibliothèques françaises*¹⁷ e *The Cambridge History of the Book in Britain*¹⁸.

Como tivemos ocasião de referir no início do capítulo, a existência de uma biblioteca nas instituições de vida consagrada é uma realidade imposta pelas próprias regras e estatutos que presidiam à criação dessas instituições. Com maior ou menor aparato e riqueza de conteúdos, certo é que, à medida que as colecções cresciam, também a biblioteca necessitava de um mínimo de práticas organizativas para garantir o conhecimento sobre o acervo aos membros da comunidade, gerir a acessibilidade e desenvolver uma política o mais activa possível no sentido de assegurar o permanente enriquecimento das colecções¹⁹.

Na vida destas bibliotecas é possível apercebermo-nos das práticas através de um conjunto de fontes disponíveis, ainda que em escasso número, como os catálogos que, em determinados momentos, se elaboraram nas instituições. Já os inventários ou listas que são uma fonte muito utilizada para conhecer conteúdos não têm, regra geral, qualquer interesse para o conhecimento organizativo das bibliotecas. Limitam-se a listar as obras existentes, de forma abreviada na maioria dos casos, uma vez que se destinam a uma identificação ou reconhecimento com fins imediatos, regra geral para arrolamento, e não foram elaborados de acordo com regras que assegurassem uma prática quotidiana consistente de acesso à biblioteca²⁰. Ainda que os não utilizemos como fonte primária, não deixaremos de aproveitar bibliografia que os usa como base para o conhecimento de bibliotecas religiosas portuguesas, sobretudo na Idade Média em que o inventário é, praticamente, o único recurso que existe para conhecer as bibliotecas²¹.

¹⁷ Utilizámos a 1ª edição, Paris: Promodis: Cercle de la Librairie, 1988-1992. 4 vol.

¹⁸ Edição de Cambridge: University Press, 1999-2011. 6 vol.

¹⁹ As práticas organizativas são mais evidentes a partir do século XVI, no entanto em bibliotecas de maior porte podem surgir mais cedo. Cf. BELL, David N. – Monastic libraries: 1400-1557. In: *The Cambridge History of the Book in Britain*, vol. II, p.229-254.

²⁰ Umberto Eco, na sua obra *The infinity of lists* (London: MacLehose Press, 2009, trad. do original *La vertigine della lista*) dá uma descrição interessante e apropriada deste tipo de listagem: “These lists have three characteristics: first they have a purely referential function, in other words they refer to objects in the outsider world and have the purely practical purpose of naming and listing them [...]; second, since they record things that are really existent and known, such lists are finite, because they are intended to list all the objects to which they refer and no others [...]; third, they may not be altered, in the sense that it would be unethical as well as pointless to include [a set of objects] that is not kept there” (p. 113).

²¹ Referimo-nos, sobretudo, pela metodologia no tratamento da informação e porque têm a ver com comunidades religiosas, aos seguintes estudos: desde logo ao já citado de Aires A. Nascimento, *Livros e claustro no século XIII em Portugal: o inventário da livraria de S. Vicente de Fora em Lisboa*, 1985

Assim, abordaremos neste capítulo os modelos organizativos de características mais teóricas no ponto III.2 e vamos analisar as práticas no ponto III.3. Utilizaremos para além da bibliografia citada *infra*, também uma fonte a que já aludimos no capítulo I e que são os vestígios da posse e uso dos livros que encontramos inscritos em muitos exemplares que pertenceram a casas regulares e que integram hoje a BNP. Aliás, nos pontos III.3.2 e III.3.3 que tratam das modalidades de assinalar a propriedade dos livros e os processos aquisitivos para os obter, a fonte principal são os próprios livros. Apresentaremos exemplos de modalidades e representações que essas marcas transmitem e para tal incluiremos bibliotecas de vários pontos do país e de várias ordens e congregações religiosas, ainda que com destaque para as de Lisboa. Em todos se inclui a indicação da cota do livro em que se encontram inscritos, cota essa que pertence, como já dissemos, à BNP. Em alguns casos incluímos também imagem da própria marca. Sempre que se trate de marcas pouco explícitas na redacção, na identificação da instituição ou por referirem várias instituições ou personalidades ligadas à posse daquele livro em concreto, inclui-se nos exemplos, entre parênteses rectos, uma explicação adequada ou utiliza-se para o efeito uma nota de rodapé.

Nos pontos III.3.3 a III.3.5 que tratam dos processos de classificação, catalogação, arrumação e acessibilidade a abordagem é mais teórica pois o objectivo que se pretende é analisar a evolução dos esquemas classificativos em bibliotecas e demonstrar a sua persistência nas instituições religiosas. Recorreremos a bibliografia específica que, na oportunidade, apresentaremos para estabelecer o ponto da situação no respeitante à investigação nessa área e, numa abordagem mais prática, utilizaremos catálogos de bibliotecas das instituições de Lisboa, do século XVIII, com as suas tábuas de matérias, índices e, naturalmente, com as referências bibliográficas e as cotas das obras que nelas existiam²².

e ainda aos de José Adriano de Freitas Carvalho, *Nobres leteras... ferosos volumes...: inventários de bibliotecas dos franciscanos observantes em Portugal no século XV: os traços de união das reformas peninsulares*. Porto: Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade da Universidade do Porto, 1995 e, da mesma editora mas de 1998, *Da memória dos livros às bibliotecas de memória*.

²² Estão, neste caso, os seguintes catálogos manuscritos de que damos aqui apenas referência abreviada, ordenada por data: *Index librorum qui in Bibliotheca Canonorum Secularium Domus S. Joannis Evangelistae de Xabregas asservantur*, 1747, (BNP. Cód. 7437). *Catalogo dos livros que há no Convento das Religiosas Carmelitas Descalças de S. Alberto desta cid.e de Lisboa*, [c. 1769], (BNP. Mss 2, nº 3). *Catalogo dos livros da Livraria do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora* [c. 1769], (BNP. Cód. 7405). *Catalogo dos livros que se axam na Livraria do Conv.to de N.Sra da Graça de Lisboa*, [c. 1769], (BNP. Cód. 7409). *Catalogo dos livros dos Padres Carmelitas Descalços de N.Sra*

De forma mais esporádica, usaremos outro tipo de testemunhos sobre classificação, nomeadamente os que encontrámos inscritos nos próprios livros. Para efeitos de comparação não deixaremos de recorrer a exemplos de práticas organizativas quer de livreiros, tal como se apresentam em catálogos destinados à venda ao público quer de outras bibliotecas religiosas que já foram estudadas, sobretudo portuguesas, de que se dará referência na oportunidade. Em qualquer dos casos, destacamos sempre o lugar que a História ocupa nos esquemas teóricos de classificação de saberes bem como nos sistemas classificativos utilizados na prática pelas bibliotecas. Procuramos, assim, preparar o conhecimento desta disciplina e a sua relevância no contexto das bibliotecas religiosas, matéria que vamos apresentar, com mais pormenor, nos capítulos IV e V.

III.2. Modelos de bibliotecas religiosas

III.2.1. A biblioteca e o primórdio do escrito

O modelo mais antigo que associamos às bibliotecas de instituições religiosas é aquele que tem as suas raízes na biblioteca de Alexandria²³ e na biblioteca imperial de Constantinopla²⁴. Nesse modelo, gravita em torno da biblioteca uma série de actividades crítico-exegéticas que configuram um espaço de criação de novos textos e de cópia dos existentes. Há escribas, copistas e bibliotecários que se encarregam da organização e arrumação da colecção com um objectivo em que, conforme afirma Guglielmo Cavallo:

dos Remedios desta cidade de Lisboa., [c. 1769], (BNP. Cód. 7408). *Catalogo dos livros impressos e manuscritos da Livraria do convento de N.Snra da Penha de França, dos religiosos de Santo Agostinho extra muros desta cid.e de Lisboa*, [c. 1769], (BNP. Cód. 7320). *Indice que mandou fazer o M.R.P.Pregador Geral Fr. João do Pillar sendo Abbade deste Mosteiro de S. Bento da Saúde para se procurarem e descobrirem com muita facilidade os livros de que se compõem esta livraria*, 1776, (BNP. Cód. 7435). *Catalogo da Livraria do extincto Convento de S. Francisco da Cidade*, 1793, (BNP. Cód. 7439). *Cathalogo dos livros da Livraria do Conv.to do Esp.o Santo de Loures*, 1801, (BNP. Cód. 7414). *Catalogo da Livraria do Convento de S. Francisco de X.as*, 1809, (BNP. Cód. 8384). *Catalogo da Livraria de S. Vicente de Fora*, [c. 1824], (BNP. Cód. 7400). *Catalogo da Livraria do ex convento de S. Vicente de Fora*, 1824, (BNP. Cód. 7402). V. também Anexo III.

²³ Fundada no século III a.C. por Ptolomeu II *Philadelpho* (283-246 a.C.) tinha como objectivo reunir todos os livros existentes. A sua organização deve-se a Demétrio de Phaleros e chegou a ter uma colecção de mais de 400.000 rolos. Cf. ESCOLAR SOBRINHO, Hipólito – *Historia de las bibliotecas*. 3.ª ed. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1990, p. 67-80.

²⁴ Fundada no século IV no reinado de Constantino II (337-361) tinha para além da colecção bibliográfica, um *scriptorium* que funcionava como centro cultural de produção de textos. Cf. ESCOLAR SOBRINHO, Hipólito – *ob.cit.*, p. 109-123.

« [...] la sauvegarde et l'accroissement des collections de livres ne sont pas déterminés par une idée ou une intention d'accumulation patrimoniale, mais le seul objectif est de réunir, conserver et transmettre le savoir et donc les textes qui en sont dépositaires. Dans ce modèle de bibliothèque, l'idée de reproduction écrite et de conservation des textes se conjugue à celle de transmission »²⁵.

Neste modelo de raízes antigas vão-se articulando as exigências da vida espiritual cristã de tal forma que, como afirma aquele autor, é sobretudo nas bibliotecas monásticas orientais que sobressai o gosto acentuado pelo coleccionismo que vem, afinal, numa linha de continuidade com as bibliotecas de Alexandria e Constantinopla, gosto esse que é menos visível nas instituições do Ocidente. Porém, a matriz generalista que este modelo comporta, num sentido de biblioteca de todos os saberes, não estará muito tempo ausente das orientações das grandes bibliotecas monásticas do Ocidente. É, como diz Cavallo, a adopção de um modelo pagão “où viennent s'inscrire des exigences de la spiritualité chrétienne”²⁶. A originalidade consiste em considerar todas as tarefas ligadas à produção dos livros como trabalho espiritual em que o objectivo essencial é a transmissão da palavra de Deus que, quando copiada é lida e, preferencialmente, memorizada e, quando transmitida através da leitura em comunidade, tem também a finalidade de ficar inscrita na memória de quem a ouve²⁷.

O modelo alexandrino de uma biblioteca que é centro cultural e escola continuará e florescerá sobretudo em grandes instituições monásticas com responsabilidades também ao nível do ensino e em que a perspectiva colecionista ultrapassa os textos básicos de natureza religiosa. Referindo-se, em concreto, às bibliotecas beneditinas onde este modelo era evidente, Claude Jolly afirma: “[...] l'on sait ce que la transmission des textes et la diffusion de la culture doivent aux *scriptoria* et aux bibliothèques des monastères, en particulier à ceux et celles des maisons placés sous la règle de saint Benoît”²⁸. O sucesso e a continuidade desse modelo dependia largamente das possibilidades económicas da instituição mas relacionava-se também

²⁵ Les bibliothèques monastiques et la transmission des textes en Occident. In : *Des Alexandries I – Du livre au texte*. Dir. Luce Girard et Christian Jacob. Paris: Bibliothèque nationale de France, p. 264.

²⁶ *Ob. cit.*, p. 265.

²⁷ Cf. CAVALLLO, Guillermo – *ob. cit.*, p. 266-267. Para uma apreciação mais detalhada sobre as tarefas executadas em torno da produção do livro veja-se NASCIMENTO, Aires A. – *ob. cit.*, p. 59-86.

²⁸ Les bibliothèques bénédictines. In: *Histoire des bibliothèques françaises*. Paris: Promodis: Cercle de la Librairie, 1988, vol. II – Les bibliothèques sous l'Ancien Régime, 1530-1789. Dir. Claude Jolly, p. 29.

com a Regra que seguia. No caso da Regra de S. Bento, em que existia uma concepção autónoma de cada mosteiro, *scriptorium* e biblioteca funcionavam juntos. Nas palavras de Aires A. Nascimento:

“O *scriptorium* monástico primitivo [...] intenta fundamentalmente servir as necessidades internas do mosteiro e fornecer a sua biblioteca. Esta não é inicialmente um espaço preciso onde se procedesse à leitura e consulta do livro [...] mas é principalmente uma espécie de depósito dos exemplares de uso (menos vasto obviamente do que fora a biblioteca de Alexandria, onde se procuravam recolher todos os textos conhecidos, não obstante a consulta restrita aos eruditos)”²⁹.

Este não será o único modelo típico da biblioteca monástica, tendo em conta a proliferação de pequenas comunidades religiosas nos territórios europeus da Época Medieval, com outras missões e objectivos mais direccionados para o espalhar da religião cristã e/ou o combate à heresia. Com efeito, as pequenas comunidades implantadas, muitas vezes, em locais de difícil acesso e consagradas quer à contemplação quer à acção, podem não dispor do *scriptorium* bem apetrechado e da biblioteca de textos críticos mas têm, por obrigação da regra ou estatuto, um conjunto comunitário de livros, indispensável para as suas práticas quotidianas de oração e para dar apoio às acções pastorais. A biblioteca será, de acordo com o número de livros, uma arca ou um *armarium* onde aqueles se guardam, em zona próxima da igreja. O livro é essencial porquanto testemunha a palavra de Deus e apoia os actos litúrgicos. A comunidade religiosa, por sua vez, apropria-se do texto em todos os momentos da sua vida, exigindo-se aos membros a ocupação de duas horas diárias consagradas à leitura³⁰.

Porém, para obter textos escritos é preciso copiá-los e as cópias dos livros à medida que se vão elaborando nos mosteiros, adquirem também uma funcionalidade diferente que consiste numa prática intensa de comunicabilidade entre instituições plasmada num movimento de trocas e de empréstimos. Veremos alguns exemplos portugueses no ponto 3 deste capítulo sendo certo que o movimento de transmissão cultural vai muito para além das nossas fronteiras³¹.

²⁹ *Ob. cit.*, p. 59.

³⁰ Cf. NASCIMENTO, Aires A. – *ob. cit.*, p. 90.

³¹ No seu estudo sobre os núcleos bibliográficos de conventos franciscanos, onde se incluem os estabelecimentos de Santa Maria da Ínsua e S. Clemente das Penhas, fundados cerca de 1392, refere

Quanto aos conteúdos as bibliotecas monásticas da Idade Média observam, na sua maioria, um modelo centrado nos livros necessários à *lectio* divina, limitado a poucas obras, onde avultam os textos sagrados, os livros litúrgicos e de edificação, as regras monásticas e ainda um conjunto mais ou menos circunstanciado de obras que foram sendo produzidas por religiosos, tanto maior quanto a importância da instituição. Ora se estes casos configuram um modelo de transmissão activa do pensamento cristão, na maioria das comunidades monásticas, menos ricas materialmente, menores na dimensão e nas capacidades de produzir ou adquirir novas obras, apresenta nas suas bibliotecas um modelo de transmissão passiva, ou seja, em que o renovo dos textos se faz não pelos escritos mais exegéticos e de comentário mas pelas obras de espiritualidade mais simples e mais directas de apreender.

A corroborar esta tendência, veja-se a apreciação que faz José Mattoso, a propósito das leituras em dois mosteiros cistercienses portugueses no século XV:

“[...] que os monges de Bouro e de Seiça se mantiveram claramente fiéis ao tipo de espiritualidade tradicional que já tinha inspirado S. Bernardo e Hugo de S. Victor, e que ambos fizeram evoluir, sem a transformarem radicalmente [...] Mas a lista de Bouro de 1437 marca já uma tendência evolutiva, tanto por causa de uma maior abundância de obras de divulgação pastoral, os sermões, como pelo aparecimento de livros de espiritualidade mais popular e sentimental [...] Não pode deixar de se relacionar este facto com a maior vivacidade da vida cultural portuguesa que se observou em toda a parte durante o princípio do século XV”³².

De qualquer forma, o modelo da biblioteca-centro de cultura e o da biblioteca de textos básicos vão prevalecer e coexistir ao longo de séculos com os necessários ajustes ao ambiente sócio-cultural, económico e político. Todas as alterações são lentas nestas

José Adriano de Freitas Carvalho: “Muitas outras vezes, porém, os limites e limitações que transparecem nos *Inventários* e informações resultariam de falta de meios [...] E o esforço que denotam os *Inventários* portugueses em procurar..., copiar e recopiar..., em proteger (encadernando) é, antes de mais, outro modo de ultrapassar, sublinhando-os, esses limites [...] Aquele *Evangelho* que Fr. João da Póvoa trouxe de Salamanca às costas, poderia bem ser como que um símbolo [...] Os empréstimos de livros..., a sua recuperação..., o envio de *livros velhos* para casas que, porque não teriam outros deles necessitavam mesmo em tal estado... parece ir igualmente nesse sentido. Os inventários estudados documentam toda uma circulação do livro”. (*Nobres leteras... fermosos volumes...*, 1995, p. 79). No próximo subcapítulo teremos oportunidade de dar destaque à figura de frei João da Póvoa.

³² *Leituras cistercienses do século XV*. Lisboa: [s.n.], 1972. Sep. “Do Tempo e da História”, vol. 5, p. 133.

bibliotecas onde não há rupturas antes continuidades. Atribui-se à biblioteca um papel fundamental e ao livro uma função imprescindível até na defesa da fé, como se infere do conhecido provérbio medieval: *Clastrum sine armario, castrum sine armamentario*³³.

As ordens monásticas tradicionais e também as canónicas de que destacamos, em Portugal, os agostinhos regrantes, orientaram-se por estes dois modelos de bibliotecas, mais ou menos activos na constituição do cânone escrito, consoante a importância e missão cultural das respectivas comunidades e a actividade pedagógica que lhes estava cometida. A entrada em cena das ordens mendicantes no início do século XIII vai alterar o paradigma da vida consagrada e naturalmente tal irá reflectir-se nos modelos de biblioteca. Mais implantadas no meio urbano, também ele mais consolidado por essa época, menos orientadas para o isolamento e o eremitismo, as ordens mendicantes vão desenvolver um novo modelo orientado para a relação entre a biblioteca e o lido, em alternativa ao que até então prevalecia e que relacionava a biblioteca e o escrito. “Le théâtre change. Sur la scène, désormais, se profile l’Humanisme”³⁴.

III.2.2. O caminho do escrito ao lido

O facto de as ordens mendicantes proporem uma organização institucional que incluía os conventos numa grande constelação gerida e mantida hierarquicamente sem que houvesse autonomia das instituições, como acontecera com as ordens monásticas, propicia que também as leituras passem a ser objecto de constante recomendação e de busca de uniformidade.

Ora essas recomendações de leitura, passam, em primeiro lugar, pelos textos básicos tal como já tínhamos visto para as leituras cistercienses que José Mattoso analisou e, nesse particular, fazem sentido as palavras de Fernando Félix Lopes, a propósito de uma das mais importantes fundações franciscanas em Lisboa:

“[...] no convento de S. Francisco de Xabregas [...] não podia faltar desde a primeira hora a livraria de andar-nas-mãos-de-todos ou seja, o Evangelho do Senhor e os

³³ Cf. as circunstâncias ligadas à formulação do provérbio em NASCIMENTO, Aires A. – *ob. cit.*, p. 90, nota 190. De notar que este autor cita a frase de modo diferente do que, usualmente se encontra referido: *Clastrum sine armario quasi castrum sine armamentario*.

³⁴ CAVALLLO, Guglielmo, *ob. cit.*, p. 272.

Livros litúrgicos para a Missa e para a reza do Ofício Divino com alguns trechos do Evangelho explicados”³⁵.

A esse conjunto juntavam-se os exemplos de vidas edificantes, a começar, naturalmente, pela dos próprios fundadores e de membros destacados das ordens. A literatura de edificação onde se contam hagiografias e relatos de milagres cresce e afirma-se, sobretudo a partir dos primórdios da história das ordens mendicantes que, por sua vez, promovem a leitura desses textos e a sua divulgação, também (ou sobretudo) nos ambientes urbanos onde se encontram inseridas e onde exercem a pregação e o catecismo. O escrito destina-se cada vez mais a ser lido e partilhado, não apenas dentro da estrita comunidade e, no essencial, é a predominância de um modelo de biblioteca mais centrado na leitura que vai caracterizar o ambiente religioso regular, a partir do século XV.

A propósito das bibliotecas franciscanas e recorrendo aos estudos de José Adriano de Freitas Carvalho³⁶, podemos constatar, em Portugal, essa mesma evolução dos conteúdos das bibliotecas. Existe, desde logo, o cânone que atrás se referia no exemplo de S. Francisco de Xabregas mas consagra-se a perspectiva mais prática com os Sermonários, os Manuais de Confessores, as Sumas de Casos, os Sacramentais e as Instruções para Noviços a que acresce o cânone hagiográfico e de vidas edificantes.

O apetrechamento das bibliotecas, as recomendações de leitura e a produção constante de cópias para garantir que as diversas bibliotecas tivessem os livros essenciais, não se podiam garantir sem acções organizadas e empenhadas. Vale a pena referir, como exemplo para o caso das bibliotecas franciscanas portuguesas, a figura de frei João da Póvoa (1439-1506) que foi vigário-geral da Ordem e confessor de D. João II e que, no dizer de frei Manuel da Esperança, cronista da Ordem “teve notável cuidado de prover as livrarias em razão da utilidade dellas; porque pellos livros louvamos a Deus no coro: aprendemos nas celas a encaminhar as almas & acendemos as nossas nos fervores da virtude”³⁷.

³⁵ Lembranças avulsas da livraria do convento de S. Francisco de Xabregas. In: *Colectânea de Estudos de História e Literatura*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1979, p. 10.

³⁶ Referimo-nos essencialmente às obras já citadas *Nobres leteras...fermosos volumes*, 1995 e *Da memória do livro às bibliotecas de memória*, 1998.

³⁷ *Historia seráfica da Ordem dos Frades Menores...*Lisboa: na oficina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1666, vol. II, p. 19. A propósito da notável acção de frei João da Póvoa vejam-se MENDES,

No entanto, a biblioteca religiosa, com o seu espaço próprio e, certamente, com as suas regras de leitura também próprias, consolida-se no século XVI e para tal concorre, essencialmente, a progressiva divulgação da imprensa em caracteres móveis, que veio proporcionar, de forma inequívoca, um aumento significativo na oferta de livros para o qual concorreram, desde o início, as próprias instâncias religiosas, regulares e seculares. Na síntese de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin:

“Multiplicar os livros da Igreja foi certamente o que os eclesiásticos pediram com frequência aos tipógrafos, porque, antes de mais nada, precisavam desses livros. Mas não lhes pediram apenas isso. Era preciso multiplicar igualmente os textos sagrados e as obras de teologia, facilitando, assim, o trabalho dos doutores; multiplicar também os textos da Antiguidade Clássica e as obras destinadas aos estudantes e contribuir, deste modo, para a aquisição do saber; multiplicar, sobretudo, os textos de devoção popular: pareceu ser esse, então - e assim foi, com efeito, - o papel da imprensa”³⁸.

Não é só a quantidade de cópias disponíveis para o número cada vez maior de casas religiosas que se obtém, assim, de forma mais rápida e económica do que a cópia manuscrita. São também os temas abrangidos pela produção tipográfica que se vão tornando mais variados e, mesmo se pensarmos apenas no livro religioso que, sem dúvida, constituía o núcleo mais relevante destas bibliotecas, verificamos que há, igualmente, uma maior variedade de textos disponíveis, nomeadamente os produzidos pelos próprios religiosos³⁹. A imprensa floresce no domínio religioso porquanto a Igreja dela se apropria para mais facilmente divulgar os textos de que necessita e, envolvida que está também na organização do ensino, reconhece-lhe um papel fundamental na difusão de textos de natureza pedagógica. Recorde-se, a propósito da funcionalidade da imprensa portuguesa de Quinhentos, o que Jorge Borges de Macedo escreveu:

Maria Valentina Sul – Fr. João da Póvoa, “freire pobre de S. Francisco” e os livros. *Revista portuguesa de história do livro e da edição*. A. II, nº 3, 1998, p. 9-32 e sobre os conteúdos das bibliotecas que frei João da Póvoa consolidou (inclusive copiando e ilustrando livros) o importante estudo de José Adriano de Freitas Carvalho, *Nobres letras... ferosos volumes...*, atrás mencionado.

³⁸ *Ob. cit.*, p. 232.

³⁹ É importante referir, recorrendo à obra citada de Freitas Carvalho, a existência de um número muito expressivo de obras de franciscanos já nos acervos das bibliotecas do século XV que estudou. Quanto ao papel que, eventualmente, frei João da Póvoa possa ter tido na introdução da imprensa em Portugal veja-se o testemunho de Artur Anselmo, na sua obra *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa: INCM, 1981, p. 338.

“Três funções públicas reflectem, assim, de modo diverso, o uso da tipografia: a Igreja, utilizando-a com regularidade; o Estado, aproveitando-a nos momentos de maior actividade legislativa; o Ensino, dela se apropriando, a pouco e pouco, para facilitar o efeito dos seus próprios meios de comunicação”⁴⁰.

Não é nossa intenção abordar aqui os aspectos relativos à importância da imprensa na história cultural, económica e social da Europa, sobejamente divulgados em obras referenciais sobre esta matéria⁴¹. No âmbito que nos interessa e que é o da organização das bibliotecas religiosas, a imprensa em caracteres móveis é fundamental para a vitalidade dessas bibliotecas na quantidade e qualidade dos textos disponíveis e na sua exponencial capacidade de transmissão. Porém, é importante não esquecer que, apesar deste novo modelo baseado no impresso, há dois outros aspectos de fundo na nossa percepção do que eram as colecções das bibliotecas das ordens monástico-conventuais. O primeiro tem a ver com a permanência do manuscrito quer como “livro de mão” para auxiliar o trabalho de um determinado estudioso enquanto cópia de livro impresso quer como “obra original” ou de tradução, resultado de labor de iniciativa própria ou de encomenda. Abundam, na colecção de Códices da BNP, exemplos de uma e de outra circunstância, pois, de facto, em Portugal, a situação é aquela que acentuou Ana Isabel Buescu:

“O manuscrito mantém [...] necessariamente, um espaço de circulação significativo, podendo mesmo afirmar-se que nas quatro primeiras décadas do século XVI o livro manuscrito predominou em Portugal sobre o livro impresso, e que a tipografia era um recurso excepcional ao serviço da Igreja, da Coroa e da Universidade, e não o agente de uma dinâmica cultural”⁴².

O segundo aspecto tem a ver com a permanência do manuscrito enquanto livro de aparato que avança dentro do século XVI ligado à perpetuação de determinados actos da vida pública ou privada. Para a realidade que nos interessa, refiram-se, como exemplo, os livros de coro, de grandes dimensões, cujas pautas e textos musicais se destinavam a ser lidos à distância no coro da igreja, e que tiveram, naturalmente,

⁴⁰ Livros impressos em Portugal no século XVI: interesses e formas de mentalidade. *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 9, 1975, p. 212.

⁴¹ Refira-se, por todas, a obra de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, já mencionada e, para o caso português, em especial a de Artur Anselmo, mencionada *supra*.

⁴² *Ob. cit.*, p. 39.

dificuldades em ser impressos naquelas proporções, pelo menos nos primeiros tempos da imprensa⁴³. O manuscrito fará parte das colecções das bibliotecas religiosas até à sua extinção no século XIX seja em manifestações anteriores ao advento da imprensa, textos únicos na sua maioria e de evidente valor bibliográfico, seja em manifestações mais tardias exemplificando todo um trabalho literário e científico desenvolvido por membros de uma determinada comunidade⁴⁴.

Retomemos os dois modelos de bibliotecas que tínhamos identificado, o da biblioteca-escrito e o da biblioteca-leitura. Conquanto a visão da grande biblioteca produtora de textos nos remeta para as ordens monásticas e a da biblioteca com textos mais populares e vocacionada para uma leitura menos erudita e mais destinada à transmissão, nos remeta para as ordens mendicantes, tal não deve ser analisado em termos absolutos. Como dissemos, os pequenos cenóbios monásticos não tinham certamente um *scriptorium* bem apetrechado mas as grandes instituições mendicantes tê-lo-iam com muita probabilidade.

É o paradigma do objecto impresso que consagra o modelo da biblioteca vocacionada para a leitura, pela facilidade com que se pode ler. Porém, não desaparece o modelo da biblioteca-escrito, pois a função da colecção organizada dos livros na instituição religiosa é apoiar as actividades dos membros da comunidade e uma dessas actividades, é, precisamente, a de produzir textos novos, traduzir, comentar, em suma, utilizar saberes consagrados pela escrita para divulgar novos saberes que, por sua vez, pela escrita se consagrarão. Como diz Maria Teresa Amado:

⁴³ A colecção dos livros de coro iluminados do século XVI, existentes na BNP, foi recentemente objecto de estudo por Isabel Cepeda. Cf. desta investigadora, Livros de coro iluminados: exemplares do século XVI na Biblioteca Nacional de Portugal. *Invenire: revista de bens culturais da Igreja*, nº 5, Jul.-Dez. 2012, p. 6-11.

Na BNP e noutras bibliotecas patrimoniais portuguesas e de outros países da Europa em que existem vestígios de antigas bibliotecas particulares, incluindo bibliotecas régias, e de comunidades religiosas, há exemplos de obras manuscritas de aparato inclusive do século XVIII, como sucede com a biblioteca de D. João V (BGUC, Cód. 1018, *Index dos manuscritos da livraria do rey de Portugal*, cit. por Ana Isabel Buescu, *ob. cit.*, p. 40).

⁴⁴ Aliás, a manutenção de uma cultura manuscrita em paralelo com uma impressa não é exclusiva do ambiente religioso e manifesta-se noutras áreas culturais.

V. a propósito, para além da obra citada de Ana Isabel Buescu, LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis; OLIVAL, Maria Fernanda de – *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. 1ª ed. Lisboa: Colibri, 2002-2005. 2 vol. e BOUZA, Fernando - Cultura escrita e história do livro: a circulação manuscrita nos séculos XVI e XVII. *Leituras: revista da Biblioteca Nacional*, n.º 9-10, 2001-2002, p. 63-95.

“Progressivamente, a biblioteca mantendo a ordem do Saber tradicional, foi-se apropriando da cultura presente (aprendendo a incorporar nessa cultura o sentido da utilidade) quer pela introdução de novos títulos e de novos temas, quer pela língua que passa a ser usada, quer pelos suportes materiais arquivados (manuscritos), que passam a ser vistos como o material original em que deve basear-se a narrativa histórica, cada vez mais divulgada (e controlada) pelo livro impresso”⁴⁵.

Quanto às novas ordens e congregações pós-tridentinas, que não participaram da vivência do livro manuscrito, produzido e/ou copiado no *scriptorium*, adoptarão o modelo da biblioteca-leitura sem nunca descurar a vertente de produção de textos, desta feita destinada, maioritariamente, à impressão. Não deixará de existir o livro mais próprio para ser visto do que para ser lido, pois o poder da imagem, presente desde a Idade Média na profusão de textos iluminados, convocou sempre, junto com a palavra escrita, a forma por excelência de transmissão do saber. Nas palavras de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, a propósito da indústria xilográfica que antecede, em cerca de setenta anos, o aparecimento da imprensa em caracteres móveis:

“Este novo processo, que permite multiplicar as imagens religiosas num grande número de exemplares por meio de um material muito simples [...] conheceu de repente um êxito enorme. Nesse tempo em que a religião era o centro de toda a vida intelectual e espiritual, em que a Igreja ocupava um lugar tão importante, em que toda a cultura era essencialmente oral, o uso de um processo gráfico que permitisse multiplicar as imagens piedosas revelava-se bem mais necessário do que a imprensa”⁴⁶.

A imprensa propicia também uma aproximação ao modelo da biblioteca alexandrina em que o objectivo é guardar o maior número possível de manifestações escritas alargando os objectos das colecções, pelo menos das que funcionavam em instituições com maiores posses a outros materiais como mapas, desenhos, gravuras e,

⁴⁵ *A língua do ver na Espanha dos Áustrias: criação da memória e fixação de ideias*. Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Évora. Évora: [s.n.], 1997, p. 30.

⁴⁶ *Ob. cit.*, p. 55.

no limite, a pinturas, esculturas, antiguidades, até aos gabinetes de curiosidades e/ou ligados ao experimentalismo científico, estes mais próprios do século XVIII⁴⁷.

Quanto à dinâmica das bibliotecas no que à produção do livro diz respeito, já atrás referimos que se manterá, aproveitando os membros das comunidades a facilidade reprodutiva que a imprensa conferia para promover a escrita e a transmissão de textos. Vale a pena referir que no caso das instituições que tinham não só um *scriptorium* mas também bibliotecas bem apetrechadas e de textos variados, a imprensa entrará, bem entendido, para acrescentar novos títulos às colecções mas, em vários casos, também como “substituta” ou complemento do *scriptorium*, isto é, sob forma de uma oficina tipográfica para imprimir, de início, textos produzidos nos próprios mosteiros e, posteriormente, inclusive textos produzidos por outras comunidades e ordens religiosas. É um aspecto que Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, salientam, desde o aparecimento da imprensa⁴⁸ e que tem representatividade também no contexto português⁴⁹.

⁴⁷ V. a propósito BRIGOLA, João Carlos Pires – *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

⁴⁸ V. *ob. cit.*, p. 233-234, onde se dão também exemplos de monges tipógrafos.

⁴⁹ Sem propósitos exaustivos, refiram-se: o mosteiro de Alcobaça, da Ordem de Cister, onde trabalhou no ano de 1597 o impressor Antonio Alvarez, na produção de duas obras de frei Bernardo de Brito, a *Geographia antiga da Lusytania* e a *Monarchia Lusytana*. Menos conhecido mas também com actividade no século XVI é o convento de S. Filipe (mais tarde de Nossa Senhora dos Remédios) em Lisboa, da Ordem dos Carmelitas Descalços onde o impressor André Lobato produziu duas obras de Jerónimo Gracian de la Madre de Dios, a *Lampara encendida* e o *Stimulo de la propagacion de la fee*, em 1586. Já o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, teve oficina própria como se sabe, e se depreende do pé de imprensa no *Epistolarum* de S. Jerónimo, de 1536, onde se indica “apud Coenobium Dive Crucis”, sem menção de impressor.

Posteriormente, encontramos, nuns casos exemplos muito casuais como aconteceu com o convento de S. Domingos de Benfica que acolhe o impressor Giraldo da Vinha para imprimir, em 1623, o 1º volume da *Historia de S. Domingos* ou o colégio de Santo Agostinho, em Lisboa que acolhe o impressor Pedro Craesbeeck, em 1602, para aí se imprimir a *Década Quarta da Ásia*, de Diogo do Couto.

Outros casos configuram uma oficina gráfica montada no próprio estabelecimento religioso, como é exemplo o mosteiro de S. Vicente de Fora, de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, que manda imprimir no mosteiro o *Ordinário dos canónicos regulares da Ordem do bem aventurado nosso padre S. Augustinho...*, ao impressor João Fernandes, em 1579, mas que, em 1695 já assume a impressão das *Ordenações e leys do Reyno de Portugal...*, que de novo edita, em 6 volumes ... *Novamente impressas e accrescentadas... por mandado do...Rey D. João V* em 1747. A actividade da imprensa do mosteiro contempla também obras próprias de outros institutos religiosos, por exemplo, os 2º, 3º e 4º volumes da *Chronica seráfica da Província dos Algarves da Regular Observância*, de Jerónimo de Belém, OFM, nos anos 1753, 1755 e 1758, respectivamente, bem como, em 1757, de Pedro de S. Diogo, OFM, o *Horto seráfico... origem, fundação e progressos do... Mosteiro de Santa Apolónia*. Manteve-se activa até 1758.

Também a Congregação do Oratório teve oficina própria em Lisboa, entre 1732 e 1740 e dela saiu, por exemplo, a obra de Manuel da Consciência, CO, *Vida admirável do glorioso S. Filipe Neri*, em

O escrito e o lido nunca se separarão, na realidade, e o “sonho de uma biblioteca reunindo todos os saberes acumulados, todos os livros alguma vez escritos...”⁵⁰ também não se desvanecerá, como teremos oportunidade de destacar. Os modelos que vimos complementam-se e neles intuímos sempre a presença do leitor. Antes de passarmos à análise das modalidades de leitura fica, para já, a interessante reflexão de Roger Chartier sobre o papel que o livro ocupa na sociedade do Antigo Regime:

« 1. Les lecteurs sont confrontés à des livres peu nombreux perpétuant des textes qui ont une forte longévité; 2. La lecture n'est point séparée d'autres gestes culturels comme l'écoute des livres relus à haute voix [...] la mémorisation de ces textes entendus, déchiffrables parce que déjà connus, ou la récitation de ceux qui ont été appris par coeur; 3. Le rapport au livre est marqué par une gravite respectueuse vis-à-vis de la tette imprimée, investie d'une forte charge de sacralité; 4. La fréquentation intense des mêmes textes lus et relus façonne les esprits, habitués aux mêmes références, habités par les mêmes citations »⁵¹.

III.2.3. Dos modelos à prática

O século XVI representa, como vimos no capítulo anterior, um momento de declínio das ordens monásticas apesar de as reformas por que passaram, mas não a morte das principais instituições e, logicamente, das respectivas bibliotecas. Para as ordens mendicantes esse é o momento de um exigente movimento reformador tendente a restabelecer a mais estrita observância dos ideais primitivos e vimos antes que, no caso da Ordem dos Frades Menores, tal deu origem a uma multiplicação de conventos e à criação de mais bibliotecas. O século XVI representa também o momento da criação de novas ordens e congregações, vocacionadas para o ensino e a missionação, como vimos especialmente para a Companhia de Jesus mas patente também na criação e

1738 e o *Diário ecclesiastico para o reino de Portugal*. Já o exemplo da tipografia ligada primeiro ao convento de Santo Elói em 1751 e depois ao de S. Bento de Xabregas, ambos de Cónegos Seculares de S. João Evangelista, entre 1756 e 1761 configura uma situação diferente. Com efeito, a actividade desenvolvida mostra ser de iniciativa particular e não institucional, com destaque para a produção de contrafações. V. a propósito RAMOS, Luís A de Oliveira – Da aquisição de livros proibidos nos fins do século XVIII. *Revista da Faculdade de Letras. História*, S. 1, vol. 4, 1973-1974, p. 329-338 e MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan – *Livros clandestinos e contrafacções em Portugal no século XVIII*. Dissertação de Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesas apresentada à FCSH-UNL. Lisboa: [s.n.], 1995.

⁵⁰ CHARTIER, Roger – *A ordem dos livros*. 1ª ed. Lisboa: Vega, 1997, p. 96.

⁵¹ *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Regime*. Paris: Editions du Seuil, 1987, p. 201-202.

expansão da Ordem dos Carmelitas Descalços, institutos que, em competição com os já existentes, serão responsáveis pela criação de mais estabelecimentos com as respectivas bibliotecas.

Se acrescentarmos que a vida dessas instituições se vai prolongar por várias épocas até à sua extinção em 1834 torna-se mais evidente que haverá se não mais modelos a considerar, pelo menos distintas modalidades na fundação e organização das bibliotecas, perceptíveis por ordens, géneros e tipos de estabelecimentos. Certamente que a biblioteca de um hospício não contém exactamente o mesmo que a de um convento com noviciado e/ou que seja cabeça de Ordem. Acresce que a história, por vezes atribulada e caótica de alguns dos estabelecimentos religiosos (e já tomámos contacto com essas situações, por exemplo, no caso do impacto do terramoto de 1755) torna relativamente redundante o esforço de redução a uma imagem única.

Como ponto de partida, devemos, portanto, assumir que estas bibliotecas sendo, para já, em número muito elevado, tiveram colecções de dimensão e importância sócio-cultural muito diversificada e uma história longa, com momentos ora de florescimento ora de apagamento. No entanto, a percepção das diferenças não invalida o encontro das semelhanças, por exemplo no que diz respeito às colecções. Seguindo a proposta de Claude Jolly⁵², podemos sintetizar o que é comum em três linhas principais: capacidade de durar, austeridade e peso da tradição.

Quando se menciona a capacidade de durar, ou seja, quando pensamos por exemplo nas instituições religiosas mais antigas de Lisboa como S. Vicente de Fora e Nossa Senhora da Graça (para citar só algumas de que pudemos compulsar os catálogos das suas bibliotecas⁵³) a primeira impressão que temos é, precisamente, a da longevidade da instituição e com ela, a da própria biblioteca onde se acumularam livros ao longo de séculos. Acresce que, quando comparadas com as bibliotecas privadas que à morte de quem as constituiu são quase sempre desmembradas e dispersas, as bibliotecas de instituições religiosas, mesmo em épocas de crise ou declínio, mantêm o seu espólio e, em caso de destruição por fenómenos naturais ou por efeito de guerras, demonstram

⁵² Unité et diversité des collections religieuses. In: *Histoire des bibliothèques françaises*. Paris: Promodis: Cercle de la Librairie, 1988, vol. II – Les bibliothèques sous l’Ancien Régime, 1530-1789. Dir. Claude Jolly, p. 11.

⁵³ Para S. Vicente são os catálogos já mencionados, existentes na BNP, Cód. 7400, 7402 e 7405. Para a Graça é o Cód. 7409.

uma grande capacidade de reconstrução. Foi assim em Lisboa após o terramoto de 1755 como no capítulo anterior referimos a propósito da reconstrução rápida que ocorreu nos edifícios danificados. Teremos aliás, oportunidade de especificar mais adiante, no que diz respeito às colecções das bibliotecas, as modalidades reconstitutivas que em algumas delas se operaram⁵⁴. Fazendo a comparação entre a posse privada e a posse colectiva de livros, Pierre Gasnault refere:

« Par une sorte de paradoxe, la composition des bibliothèques des XVI^e, XVII^e et XVIII^e siècles, du moins lorsque leurs possesseurs étaient des personnes privées, ne peut être appréhendée qu’au moment de leur dispersion puisque les inventaires après décès et les catalogues de ventes publiques [...] sont les principaux documents qui permettent d’en prendre connaissance. Plus favorisées, les bibliothèques de personnes morales [...] dont l’existence n’était pas liée à celle d’une vie humaine, ont généralement été inventoriées à plusieurs reprises au cours de ces siècles [...] »⁵⁵.

A segunda linha comum consiste na relativa austeridade da colecção, em consequência da também relativa modéstia de muitas instituições. São constituídas na esmagadora maioria dos casos sem preocupação de ostentação, antes com um espírito de utilidade, sendo os livros para ser “usados”, na expressão que encontramos registada em muitos deles, como adiante se detalhará. Há, evidentemente, excepções que se devem quer às circunstâncias em que foram fundadas, como é o caso que referimos, mais uma vez, da biblioteca do convento de Mafra⁵⁶, quer a doações ou legados que as dotaram de colecções bibliográficas por vezes de largas dimensões⁵⁷, quer ainda à acção individual de um padre mestre, superior ou guardião, em períodos muito específicos, que se interessou em adquirir para a biblioteca, grande quantidade de espécies⁵⁸.

⁵⁴ V. também Anexo I.

⁵⁵ Les collections et leurs enrichissements. In: *Histoire des bibliothèques françaises*. Paris: Promodis: Cercle de la Librairie, 1988, vol. II – Les bibliothèques sous l’Ancien Régime, 1530-1789. Dir. Claude Jolly, p. 335.

⁵⁶ V. a propósito FERNANDES, A Ferrand de Almeida – A Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra: recheio e arrumação. *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, vol. 5, 1956, p. 39-49 e GANDRA, Manuel J.– A biblioteca do Palácio Nacional de Mafra: cosmologia e mnemotecnia. *Boletim Cultural '96 – Câmara Municipal de Mafra*, 1997, p.9-70 e do mesmo autor, *A biblioteca do Palácio Nacional de Mafra*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra, 2003.

⁵⁷ A propósito das bibliotecas de Lisboa referimos adiante, entre outras, as doações ao convento de S. João da Cruz, de Carnide e à casa do Espírito Santo.

⁵⁸ Relembremos o exemplo de frei João da Póvoa, atrás mencionado. Cf. no Anexo I os exemplos do convento de S. Francisco de Xabregas e de S. Domingos de Lisboa.

Finalmente, um terceiro aspecto comum às bibliotecas eclesiásticas é o peso da tradição que lhes advém não só da longevidade das instituições a que pertencem mas também da estabilidade do escrito religioso. Assim, nestas bibliotecas, grandes ou pequenas, avulta um “cânone” religioso, de carácter teórico e prático que, aliás constitui a maioria da produção tipográfica nos séculos XVI a XVIII, na Península Ibérica e cujas linhas gerais referimos no subcapítulo anterior.

O peso da tradição é maior em acervos de pequenas bibliotecas e menos significativo nas grandes onde o poder de compra, a localização em meio rural ou urbano e a importância da instituição, orientam a colecção da biblioteca para outros campos da produção tipográfica, como, por exemplo, o científico. A propósito das bibliotecas religiosas francesas, refere Claude Jolly, uma situação que encontra paralelo com a realidade portuguesa:

« Globalemente, on peut dire que les plus grandes bibliothèques, parce qu’elles sont attachées à des solides maisons urbaines, parce qu’elles disposent de ressources financières et attirent des dons, parce qu’elles sont de plus en plus sollicitées par un public qui dépasse plus ou moins largement les membres de la communauté, conservent un potentiel d’activité assez important, même si elles ont perdu de leur dynamisme [...] En revanche, les plus petits fonds [...] connaissent les difficultés que l’on devine. Rattachés à des petites maisons dont les effectifs diminuent, dont les moines vieillissent et ne se sentent que modérément concernés par la production de l’époque, ces bibliothèques sont moribondes, n’achètent que peu de livres et ne reçoivent guère de dons »⁵⁹.

A actualização destas bibliotecas faz-se de forma lenta e desigual, sobretudo no relativo a obras que reflectem movimentos intelectuais emergentes, a tal ponto que, até a introdução dos objectos impressos em algumas colecções eclesiásticas se processou com bastante lentidão e não nos estamos a reportar especificamente ao caso português. De facto David N. Bell ao analisar sete bibliotecas monásticas inglesas através dos seus catálogos, alguns dos finais do século XV outros do início do século XVI, verifica que os conteúdos são relativamente semelhantes, uns mais conservadores do que outros mas, ainda assim, todos transmitindo uma impressão antiquada para a época:

⁵⁹ *Ob. cit.*, p. 16.

“The collections they record are old collections, and there is little evidence of any interest in acquiring contemporary books by contemporary authors. In other words, they may be fifteenth century catalogues, but they are not catalogues of fifteenth century books”⁶⁰.

Quanto à presença do livro impresso, este autor verificou que é modesta quando comparada com a do livro manuscrito, mesmo nos catálogos do século XVI, apesar de a expressiva produção incunabular inglesa e da grande representação que teve neste país a produção tipográfica de Quinhentos, especialmente ao nível da obra em língua vernácula.

Ora o peso da tradição e a relativa imutabilidade da instituição religiosa e das colecções da sua biblioteca têm de ser observados em várias vertentes para não se tornarem um lugar-comum ou um estereótipo que vemos repetido com conotações negativas. Essas vertentes são, essencialmente, a forma ou formas como se organizava a biblioteca religiosa, como se enriqueciam as suas colecções e como se processava o acesso à informação que elas continham.

III.3. Aspectos de organização das bibliotecas religiosas

III.3.1. A marca de posse da instituição: modalidades e representações

De entre os elementos organizativos que diríamos fundamentais numa biblioteca estruturada como a de uma instituição religiosa, está a marca de posse, ou seja, a modalidade escolhida para sinalizar a propriedade do livro e a sua pertença à comunidade.

A marca de posse é, antes de mais, uma forma de testemunhar o direito de uma pessoa individual ou colectiva, à propriedade de um determinado bem. Marcar significa apor um sinal mais ou menos convencional que torna o bem identificável quanto ao seu legítimo proprietário. Trata-se de uma prática muito antiga no que aos livros e bibliotecas diz respeito com uma funcionalidade imediata que consiste em limitar as hipóteses de roubo ou extravio de livros. Continua a ser prática corrente quer em bibliotecas particulares, de uma forma mais facultativa e segundo o critério do seu

⁶⁰ *Ob. cit.*, p. 242.

possuidor, quer em bibliotecas institucionais, de forma mais obrigatória, para garantir uma identificação patrimonial inequívoca⁶¹.

A análise que a seguir apresentamos tem como base as marcas de posse que encontramos no conjunto de 10500 livros existentes na BNP e que tinham evidências de posse por parte de instituições religiosas portuguesas, muitas das quais de Lisboa. Para efeitos de prática e representação nas modalidades de assinalar a posse, usaremos exemplos de bibliotecas de instituições de Lisboa mas também, sempre que se justifique, de outras localizações geográficas distintas.

A primeira evidência que colhemos nestas fontes que são os próprios livros é que as marcas reflectem as três características fundamentais que atrás sinalizámos para as bibliotecas: durabilidade, austeridade e tradicionalismo. Assim, verificámos que as marcas manuscritas são as mais vulgares e representam 88,5% do total. Esta situação ocorre também noutros países⁶².

Normalmente, a marca consiste no nome da biblioteca e/ou nome do estabelecimento, localizando-se, em regra, no rosto da obra, indiferentemente na cabeça da página, no pé ou ao centro, neste último caso, muitas vezes de um e de outro lado do ornato tipográfico ou do texto. Em alguns casos a marca localiza-se na folha de guarda ou porque não há rosto ou porque o título e autoria da obra estão insertos em portada que não dispõe de espaço em branco ou ainda porque é essa a localização escolhida pela biblioteca, situação que, no conjunto que compulsámos, nos pareceu rara, aliás. Veremos alguns exemplos relativos à localização mais adiante.

A escolha obedece a um critério interno sendo certo que, ao longo dos séculos, cada biblioteca tenderá, em regra, a manter a mesma localização. Poder-se-á avançar que a escolha por uma inscrição a meio do rosto é, de todas as localizações, aquela que mais dificilmente poderia ser destruída pois inscrita na cabeça ou no pé, permitia que

⁶¹ Cf. PEARSON, David – *Provenance research in book history: a handbook*. Reprinted. London: The British Library & The Oak Knoll Press, 1998. V. outras obras sobre proveniências e marcas de posse no portal do Consortium of European Research Libraries, em “Publications. Provenance literature” (<http://cerl.org/web/en/resources/provenance/works>). V. bibliografia sobre tipos de marcas de posse também no capítulo I.

⁶² *Ibid.*, p. 12: “The easiest and most common way to indicate ownership of a book is to write one’s name on it. Hand-written inscriptions on title pages or flyleaves form the most frequently encountered evidence of provenance; the practice has been general in this country [Reino Unido] since at least the twelfth century, and it remains so today.”

um livro transviado fosse aparado para eliminar a menção de proveniência. Do mesmo modo, a utilização da folha de guarda para inscrever a marca facilitaria a eliminação da prova de posse pois a folha pode ser arrancada. Não temos, porém, qualquer testemunho que nos permita fundamentar se eram ou não opções conscientes destes factores ou se apenas reproduziam um tipo de representação e prática que era vulgar. De qualquer forma, a marca manuscrita nas bibliotecas religiosas é, em tudo, semelhante na sua formalização quer se trate de instituições em Portugal quer em Espanha, França, Itália, Alemanha, Polónia e outros países onde existiram bibliotecas monásticas e conventuais⁶³. Na maioria dos casos, não existe qualquer preocupação estética ou até uma modalidade de redacção uniforme como se o essencial fosse, de facto, assinalar a propriedade e, obedecendo ao princípio da austeridade, evitar qualquer demonstração supérflua na formulação da inscrição.

Vejamos alguns desses aspectos de representação começando pela variedade na forma de identificar a instituição proprietária. Mais solene ou mais coloquial, a forma adoptada para identificar o nome da casa religiosa reconhece-se pela inclusão dos elementos relativos à sua invocação e/ou por aqueles que referem a sua localização geográfica:

Est domus Vallis Misericordiae (R. 19171 P.)⁶⁴

Da Comunidade de S.ta Apollonia (R. 6772 A.)⁶⁵

He da Assumpção da Sobreira (R. 19491 P.)⁶⁶

⁶³ Cf. os exemplos apresentados em CZAPNIK, Marianna – Provenance research as a method for the reconstruction of historical collections. In: *Books and their owners: provenance information and the European cultural heritage*. Ed. by David J. Shaw. London: Consortium of European Research Libraries, 2005, p. 29, 32, 35 e 38, todas relativas a livros existentes em bibliotecas polacas e a base de dados de proveniências francesas, relativas à Bibliothèque municipale de Lyon, acessível em: http://www.bm-lyon.fr/trouver/basesdedonnees/base_provenance.htm. Também com interesse para as representações e práticas relativas a marcas de posse veja-se NAVARRO BONILLA, Diego – Las huellas de la lectura: marcas y anotaciones manuscritas en impresos de los siglos XVI a XVIII. In: CASTILLO GÓMEZ, Antonio, dir. – *Libro y lectura en la Península Iberica y America (siglos XIII a XVIII)*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 2003, p. 243-287.

⁶⁴ Marca do convento de Santa Maria Vallis Misericordiae, da Ordem da Cartuxa, situada em Laveiras (Caxias). Cf. Nota histórica e imagem da marca no Anexo I.

⁶⁵ Marca do convento de Santa Apolónia, da Ordem de Santa Clara, em Lisboa. Cf. Nota histórica e imagem da marca no Anexo I.

⁶⁶ Marca do convento de Nossa Senhora da Assunção, da Ordem dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho, na Sobreira (Almada), fundado em 1677. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. II, p. 24.

Da Comun. de Bethlem (R. 3 V.)⁶⁷

Do Spinh.º (H.G. 1110 A.)⁶⁸

Convento de Loures (R. 21686//9 P.)⁶⁹

Com maior representatividade no conjunto temos a identificação da propriedade ligada à própria “Livraria”, seguida da menção da instituição e/ou da sua localização geográfica. Também aqui se nota pouca preocupação com a forma:

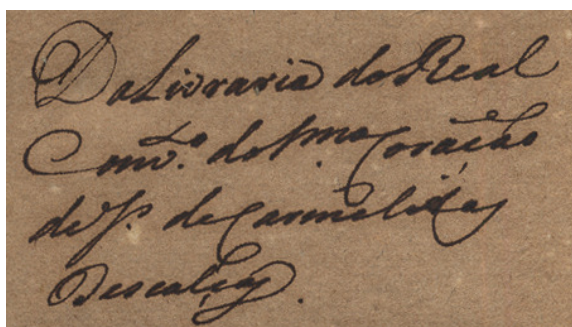
Da Livraria de Ferreirim (R. 7169 V.)⁷⁰

Da Livraria de V. Verde (R. 21734//8 P.)⁷¹

Este livro he da livraria de S. B.to de Xabregas (R. 21718//11 P.)⁷²

He da Livraria de N. P.e S.to Ag.º de Santarém (R. 210 V.)⁷³

Da Livraria do Real Conv.^{to} do S.^{mo} Coração de Js. de Carmelitas Descalças (H.G. 16745 P.)⁷⁴



⁶⁷ Marca do mosteiro de Santa Maria, da Ordem de S. Jerónimo, em Belém (Lisboa). Cf. Nota histórica e imagem da marca no Anexo I.

⁶⁸ Marca do mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro, da Ordem de S. Jerónimo, em Évora, fundado em 1457. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Mosteiros. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *ob. cit.*, vol. III, p. 278.

⁶⁹ Marca do convento do Espírito Santo, da Ordem dos Frades Menores, Província da Arrábida, em Loures. Cf. Nota histórica e imagem da marca no Anexo I.

⁷⁰ Marca do convento de Santo António, da Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, em Ferreirim (Lamego), fundado em 1573. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. In: *ob. cit.*, p. 19.

⁷¹ Marca do convento de Nossa Senhora da Visitação, da Ordem dos Frades Menores, Província dos Algarves, em Vila Verde dos Francos (Alenquer), fundado em 1540. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. In: *ob. cit.*, p. 21.

⁷² Marca do convento de S. Bento de Xabregas, da Ordem dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista, em Lisboa. Cf. Nota histórica e imagem da marca no Anexo I.

⁷³ Marca do convento de Santo Agostinho, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, em Santarém, fundado em 1376. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. In: *ob. cit.*, p. 24.

⁷⁴ Marca do convento do Santíssimo Coração de Jesus, da Ordem dos Carmelitas Descalços, em Lisboa. Cf. Nota histórica no Anexo I.

No limite, a marca pode ser tão discreta que não contém identificação, o que sucede com frequência nos estabelecimentos femininos:

Recolhimento (R. 26463 P.)

Sta Ordem (R. 1661 P.)⁷⁵

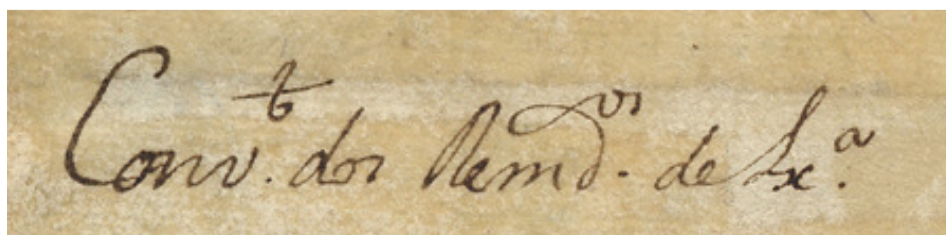
Também é frequente em livros provenientes de colégios jesuítas:

Da livraria publica (R. 3523 P.)

Da 2ª livraria de Theologia (R. 3665 P.)

Para além da variedade semântica que a marca pode assumir, constatou-se que, mesmo dentro da mesma instituição não há uniformidade, o que confirma o pouco interesse dado ao aspecto de representação das marcas. Eis alguns exemplos, de redacção diversa, relativos a marcas de livros do convento de Nossa Senhora dos Remédios, de Lisboa, da Ordem dos Carmelitas Descalços⁷⁶:

Conv. dos Remd.^{os} de Lx.^a (H.G. 1869 P.)



Remedios Lisboa (H.G. 9708 P.)

Carm.^{as} Desc.^{os} de N. Snr.^a dos Rem.^{os} de Lx.^a (H.G. 3837-38 P.)

Da livr.^a de Carm.^{as} descaltos Rem.os de Lx.^a (H.G. 6798//1 V.)

Outro exemplo de variedade na redacção diz respeito às marcas da biblioteca do convento de Nossa Senhora da Conceição do Monte Olivete, da Ordem dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho⁷⁷:

⁷⁵ Encontrámos alguns exemplos de obras com esta marca que tinham carimbo apostado após a extinção do mosteiro, no século XIX, com os dizeres “Lorvão”, o que nos ajudou a conhecer que a proveniência seria do mosteiro de Santa Maria, da Ordem de Cister, em Lorvão que, a partir dos inícios do século XIII deixou de ser um cenóbio beneditino masculino sob invocação de S. Mamede para ser um estabelecimento cisterciense feminino. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Mosteiros. In: *ob. cit.*, p. 277.

⁷⁶ Cf. Nota histórica no Anexo I.

⁷⁷ Cf. Nota histórica no Anexo I.

Da Livraria do Convento de Nossa Senhora da Conceição do Monte Olivete de Eremitas Descalços de Santo Agostinho Grilo (H.G. 643-45 V.)

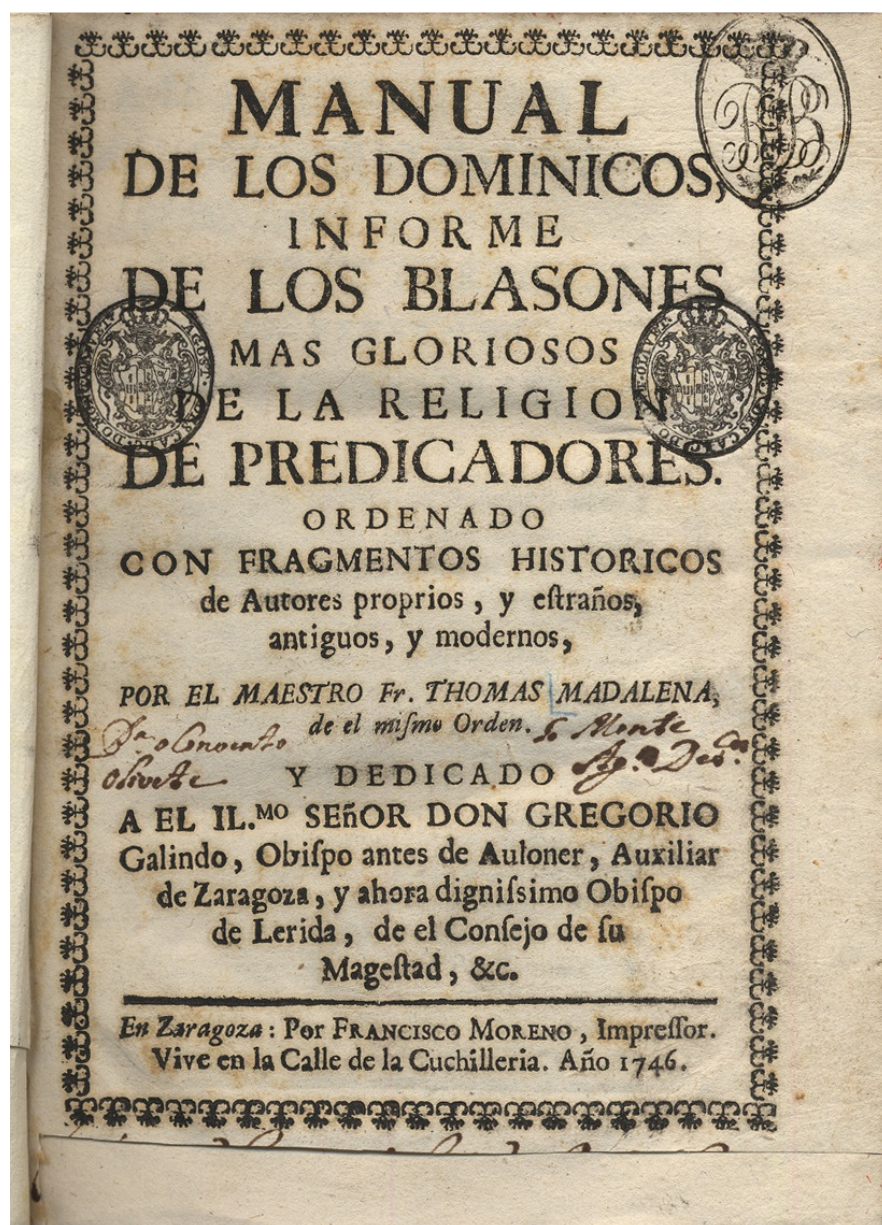
Da Livraria do Conv.to do Monte Olivete no Grilo (H.G. 9424 P.)

He do Conv.to do Monte Olivete de Ag.^{os} Descalços (H.G. 1184 V.)

Este Livro he do Conv.to do Monte Olivete dos Ag.^{os} Descalços (H.G. 1206 V.)

P.^a o Conv.^{to} do Monte Olivete Ag.^{os} Des.^{cos} [marca manuscrita] AGOST. DESCALC.

DO MONTE OLIVET. [2 carimbos ladeando a página de rosto] (H.G. 2586 P.)



Também a biblioteca do convento de Nossa Senhora da Graça, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho⁷⁸, apresenta grandes variações na redacção da marca manuscrita de que damos apenas alguns exemplos:

Da L.^a do Conv.to da Graça de Lx.^a (H.G. 1971 P.)

Da Livraria de N. Sr.^a da Graça de Lx.^a (H.G. 4810 P.)

Graça de Lx.^a (H.G. 13794 P.)

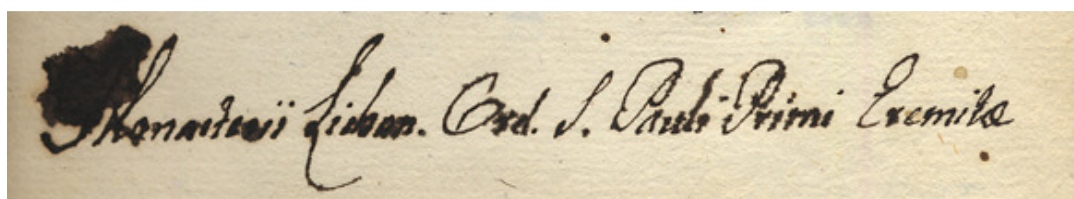
De um modo geral, a língua em que a marca está escrita é o português mas, esporadicamente, algumas livrarias têm também livros marcados em latim ou então marcam quase sempre nessa língua como é prática nos livros provenientes, por exemplo, do mosteiro do Santíssimo Sacramento, da Ordem de S. Paulo Primeiro Eremita⁷⁹ ou da casa de S. João e S. Paulo (ou casa de Rilhafoles), da Congregação da Missão⁸⁰. Não há uma relação evidente entre a escolha do latim e a antiguidade do convento ou da obra. As duas instituições que assinalámos são, aliás, do século XVII a primeira e do século XVIII a segunda. Delas damos exemplos de marcas:

Hic Liber est Bibliotheca hujus Monasterii Lisbonensis ordinis S. Pauli Primi Eremita (H.G. 3607 A)

Da Cong. am da Missão de Lx.^a (H.G. 3459 P.)

Da Livraria do Convento de S. Paulo de Lx.^a (R. 6195 A.)

Monast[erii] Lisbon[ensis] Ord[inis] S[ancti] Pauli Primi Eremitae (H.G. 2886 P.)



⁷⁸ Cf. Nota histórica no Anexo I.

⁷⁹ Cf. Nota histórica no Anexo I.

⁸⁰ Cf. Nota histórica no Anexo I.

Ex Libris Congregationis Missionis Domus Lisbonensis (H.G. 3450 P.)



A utilização de outra língua pode acontecer em instituições cuja origem e comunidade não são portuguesas como acontece com os Capuchinhos Franceses do convento de Nossa Senhora dos Anjos da Porciúncula, em Lisboa⁸¹:

Destinés pour les capucins français de Lisbonne (H.G. 660 A.)

A marca manuscrita é usada tanto por grandes como por pequenas bibliotecas sendo certo também que algumas das grandes bibliotecas religiosas vieram, no século XVIII e XIX, a utilizar carimbos para marcar os seus livros. A carimbagem ocorrida nesses casos estendeu-se, regra geral, a todo o acervo bibliográfico, existindo, portanto, obras que têm marca manuscrita (mais antiga) e carimbo, e outras (mais recentes) que só têm carimbo. Vimos, aliás, o exemplo acima da biblioteca do convento de Nossa Senhora da Conceição do Monte Olivete. A localização do carimbo tal como a da marca manuscrita obedece a um critério interno havendo casos em que o carimbo é apostado por duas vezes, nas margens laterais do rosto e a ladear a vinheta ou o pé de imprensa. A inscrição que consta do carimbo é o nome da biblioteca, em redacção mais ou menos explícita e com recurso a abreviaturas, como acontece, aliás, também nas marcas manuscritas. A língua utilizada pode ser o português ou o latim.

Damos de seguida alguns exemplos:

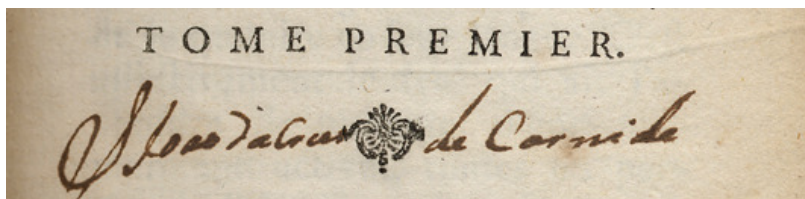
⁸¹ Cf. Nota histórica e imagem da marca no Anexo I.

A biblioteca do mosteiro de S. Vicente, de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho⁸² que marcara os seus livros mais antigos com marca manuscrita, passa no século XVIII a utilizar um carimbo redondo com monograma no centro e a legenda circundante “BIBLIOTHECA DA R.CAZA DE S. VICENTE”, como se vê na imagem.



A biblioteca do convento de S. João da Cruz de Carnide, da Ordem dos Carmelitas Descalços⁸³ apresenta, umas vezes marca manuscrita, noutras só carimbo ou uma combinação das duas, como se mostra nas imagens. O carimbo é redondo com as armas da Ordem e uma legenda indicando a pertença à Livraria de Carnide:

Carmelitas Descalços do Conv.to de Carnide [marca manuscrita] *LIVRARIA D’CARNIDE* [carimbo] (H.G. 1455 V.)



S Joao da Crus de Carnide [só marca manuscrita] (H.G. 240 P.)

A utilização de *ex-libris* é muito escassa⁸⁴, mesmo entre as bibliotecas de instituições religiosas de maior importância, numa representação que podemos considerar em consonância com a austeridade que se pretendia para a biblioteca. O *ex-libris* do hospício régio de S. João Nepomuceno, da Ordem dos Carmelitas Descalços, Província Austríaca⁸⁵ é o único exemplo encontrado entre as instituições de Lisboa que são objecto da nossa investigação e demonstra preocupações de elaboração artística.

⁸² Cf. Nota histórica no Anexo I.

⁸³ Cf. Nota histórica no Anexo I.

⁸⁴ Tal como indicámos no capítulo I, o *ex-libris* consiste numa representação estampada ou impressa, geralmente em papel, com uma figuração heráldica ou outra, mandado executar em série, pelo proprietário da biblioteca, para ser colado nos livros e assim dar conhecimento geral dessa mesma propriedade. Cf. RATO, Fausto Moreira – *Manual de ex-libristica*. Lisboa: INCM, 1978.

⁸⁵ Cf. Nota histórica no Anexo I.

A representação consiste no emblema com as armas dos Carmelitas Descalços e a legenda, em latim, a ladear o emblema, indica o nome da instituição e da ordem religiosa:

Hospitij Regii S. Joannis Nepomceni Carmel. Discal. [ex-libris] (H.G. 2898 A.)

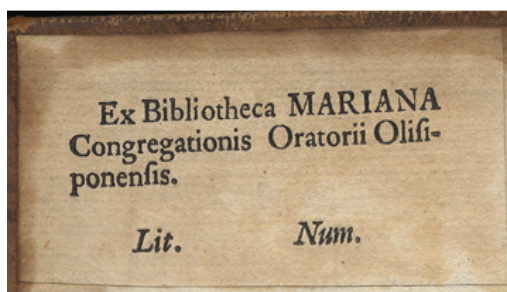


Há também exemplos de utilização de marca manuscrita nesta biblioteca:

Hospitis Regis S. Jois Nepomuc. Carmelit. Discalc. Provinc. Austríaca
(H.G. 1690 V.)

H.R.S.J.N. (H.G. 5111 V.)

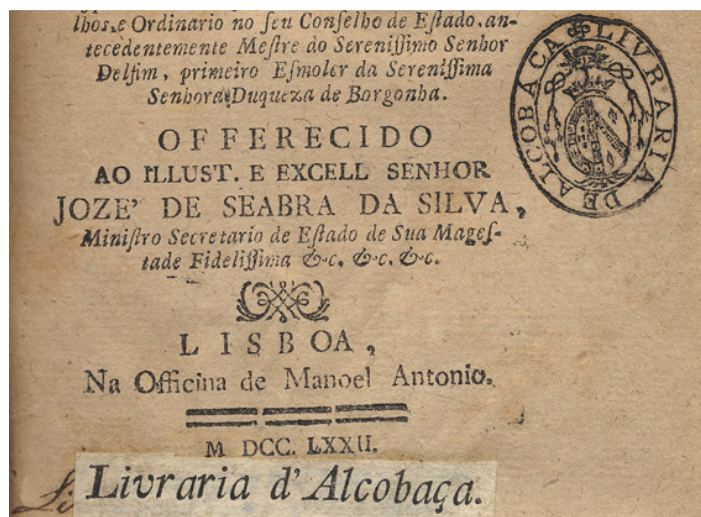
A marca de posse sob forma de etiqueta tipográfica (espécie de *ex-libris* mas não figurativo) ocorre nas bibliotecas religiosas também com pouca frequência. Etiquetas e *ex-libris* necessitam ser colados no livro pelo que a sua localização é no verso do rosto ou na parte de dentro da encadernação, como é o caso da etiqueta da Biblioteca Mariana, da casa do Espírito Santo de Lisboa⁸⁶, a qual como se vê, contemplava espaço para indicar a cota da obra (*Lit.* e *Num.*)⁸⁷:



⁸⁶ Cf. Nota histórica no Anexo I.

⁸⁷ Trataremos adiante neste capítulo da questão das cotas nas bibliotecas religiosas.

Podem coexistir mais do que uma modalidade de marcas. Já referimos a existência de marca manuscrita e de carimbo que resulta, regra geral, de uma alteração na modalidade escolhida para marcar. No entanto, a opção podia ser a aposição simultânea de carimbo e etiqueta, construindo-se uma representação uniforme, como sucede na biblioteca do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, da Ordem de Cister⁸⁸:



Quanto aos *super-libros*⁸⁹ encontrámos escassos exemplos na biblioteca do mosteiro de Alcobaça e em livros de proveniência não explícita mas com o emblema da Companhia de Jesus, o que faz pressupor que pudessem pertencer a algum colégio ou casa, se bem que não se saiba qual. Em Lisboa, os livros do convento do Carmo, da Ordem homónima⁹⁰ são aqueles que mostram com mais regularidade, este tipo de marca, conforme se vê na imagem.



⁸⁸ V. sobre este mosteiro, fundado em 1153, SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir. – *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento: guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, p. 102-105.

⁸⁹ O *super-libro*, que também já circunstanciámos no capítulo I, é uma marca normalmente figurativa, heráldica ou não, gravada na própria encadernação da obra, ocorrendo na pasta superior, por razões de visibilidade e representação do seu proprietário e, em alguns casos, nas duas pastas. A gravação é geralmente acompanhado de cor, mais frequente a ouro podendo também encontrar-se o vermelho e de elementos decorativos. Cf. RATO, Fausto Moreira – *ob. cit.*

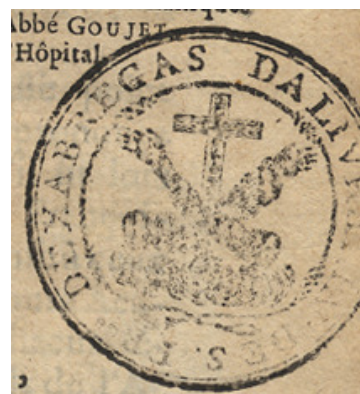
⁹⁰ Cf. Nota histórica no Anexo I.

Ainda que exista uma certa continuidade na representação e prática de marcar as obras, o facto de estarmos a tratar de bibliotecas com vários séculos de existência pode dar origem a alterações na redacção da marca, por exemplo, no nome da própria instituição quando, efectivamente, se verificavam tais mudanças ou porque se preferia, em determinado período, uma outra forma do nome. Veja-se o exemplo do convento de S. Francisco de Xabregas, da Ordem dos Frades Menores, Província dos Algarves⁹¹:

Da Livraria de Enxobregas [marca manuscrita, letra do século XVI, numa obra de 1539] (H.G. 20208 P.)

Da Livr.^a de S. Fr.co de X.[abreg]as [marca manuscrita, letra do século XVII, numa obra de 1635] (H.G. 7723 P.)

DALIVRARIA DE S. FR.co DEXABREGAS [carimbo, numa obra de 1764] (H.G. 1503 P.)



Outro exemplo em que também a redacção é variada, inclusive na língua, mas sem que se possa estabelecer uma evolução é a casa do Espírito Santo⁹². Nuns casos identifica-se como Congregação do Oratório de Lisboa:

Cong.am do Oratr.^o de Lx.a (H.G. 5278 V.)

Ex Bibliotheca Congregationis Oratorii Olisiponensis (H.G. 131 V.)

Orat. Lisbon. (H.G. 4960 A.)

Da livr.^a da Congregação do Orat.^o de Lx.^a (H.G. 10117 P.)

Noutros casos apresenta o nome específico da casa, sempre com grande variedade na redacção da marca manuscrita, usando também para marcar a posse uma etiqueta tipográfica, colada na parte de dentro da capa do livro que apresentaremos mais adiante, a propósito das doações a bibliotecas religiosas:

Livr.^a da Casa do Esp.to S.to de Lisboa (H.G. 1960 A.)

⁹¹ Cf. Nota histórica no Anexo I.

⁹² Cf. Nota histórica no Anexo I.

Congreg[ationis] Orat[orii] Lisbon[ensis] Domus Spiritus Sancti Congreg. Orat. Lisbon. Domus Spirito Sancto (H.G. 2713 A.)

Ex Bibliotheca Congr. Oratorii Sp. Sancti [etiqueta tipográfica] (H.G. 1847 A.)

O convento de Nossa Senhora dos Remédios, da Ordem dos Carmelitas Descalços cuja marca, a propósito da diversidade redactorial, já tínhamos analisado antes, também usa outras designações:

De sam Phelippe de Lisboa [primeira invocação do convento. Esta designação está rasurada e substituída por] *De los Carmelitas descalços de Lisboa* (R. 6103 A.)

Dos Carmelitas descalços de Lx.^a (R. 6156 A.)

Na utilização da língua podem ocorrer mudanças e, no caso de algumas instituições, verifica-se o uso esporádico de língua estrangeira na redacção da marca, demonstrativo da naturalidade do bibliotecário e/ou do Superior e de parte importante da comunidade. Os exemplos que encontrámos dizem, sobretudo, respeito a conventos de Carmelitas Descalços, nos primeiros tempos da sua fundação, o que explica o uso da língua castelhana:

Es de el convento de carmelitas descalços de Cascais (H.G. 3427 P.)⁹³

Este libro es deste cobento del glorioso sa[n] Alberto delas descalças carmelitas desta ciudad de Lisboa de Abril 20 de 1597. (Res. 1738 P.)⁹⁴

O convento da Visitação de Santa Maria, em Lisboa⁹⁵, cuja comunidade de origem era francesa, como referimos no capítulo anterior, também apresenta esporadicamente obras marcadas nessa língua, se bem que tenhamos encontrado mais casos de utilização do português, de que adiante daremos um exemplo, a propósito do legado de livros:

Monastere de la V... de S.te Marie de Lisbonne (R. 27332 P.)

Marcar parece ser, no contexto religioso, uma forma de apropriação mas cujas modalidades não chegam a firmar uma representação coerente, ou seja, marca-se para

⁹³ Marca do convento de Nossa Senhora da Piedade, em Cascais, fundado em 1594. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. In: *ob. cit.*, vol. II, p. 25.

⁹⁴ Cf. Nota histórica e imagem da marca no Anexo I.

⁹⁵ Cf. Nota histórica e imagem da marca no Anexo I.

assinalar a propriedade mas não se lhe atribui uma estética ou até mesmo uma regra. As excepções encontram-se já relacionadas com o uso de carimbos ou etiquetas tipográficas, a partir do século XVIII, que configuram uma prática mais normalizada e não estamos a falar do facto de ser uma marca “em série” cujo resultado é idêntico em todos os livros, mas sim da localização que passa a obedecer a um princípio pré-determinado. Assim acontece com o convento de Nossa Senhora da Conceição do Monte Olivete, o convento de S. João da Cruz de Carnide, o mosteiro de S. Vicente de Fora e o convento de S. Francisco de Xabregas, para dar só exemplos de Lisboa⁹⁶. São modelos muito simples e sem ostentação, como referimos, de onde não podemos inferir estilos próprios por ordens religiosas, por época ou por género das instituições. Não há marcas masculinas e marcas femininas, não há marcas típicas de uma ou de outra Ordem. Cada casa escolhe um modelo ou usa até mais do que um; cada casa aplica a marca, até na mesma época, com diferentes redacções, sendo escassíssimos os casos em que não é assim e, nesses, convém considerar o perigo de generalizar a nossa percepção pois são, normalmente bibliotecas de que temos poucos exemplares para comparar.

E depois há os que não marcam ou não o fazem como rotina e só como excepção. Trata-se de uma situação que David Pearson descreve do seguinte modo: “Perhaps the most frustrating provenance evidence of all is the altogether non-existent sort, that which is not left, by the people who never marked their books at all”⁹⁷. O desafio, no caso de bibliotecas institucionais, como as das casas religiosas, está em tentar perceber porque é que não sentiam a necessidade de marcar, assinalando a sua propriedade, independentemente de terem bibliotecas grandes ou pequenas, de pertencerem a ordens religiosas com maior ou menor representatividade, de se situarem na cidade ou no campo. Qualquer tentativa de modelar estas escolhas é sempre um processo especulativo que, não havendo documentos que atestem uma vontade e uma razão, nunca passará disso mesmo. Fixemo-nos, pois, no que dissemos no início desta apresentação das marcas de posse: marcar é antes de mais uma escolha, ontem como hoje, dependendo de um gosto ou de uma necessidade do proprietário dos livros, seja ele individual ou colectivo.

⁹⁶ Cf. Nota histórica e imagem da marca no Anexo I.

⁹⁷ *Ob. cit.*, p. 10.

Para sintetizar as modalidades de marcas de posse apresentamos, no Quadro III abaixo, as instituições de Lisboa e seu termo, organizadas por ordem alfabética da ordem religiosa a que pertencem, cujos livros puderam ser reconhecidos porque estavam marcados. Para a tipologia das marcas usaram-se as seguintes abreviaturas: Ms (Marca manuscrita); C (Carimbo); E (Etiqueta); EL (*Ex-libris*); SL (*Super-libros*). Sempre que a casa religiosa usa mais do que uma marca indicam-se as abreviaturas adequadas. Caracterizam-se também os estabelecimentos por género (M / F). Os nomes seguidos de * pertencem a institutos cujas bibliotecas não ficaram integradas na BNP. As marcas com carimbos que não são originais mas sim apostos após a extinção do convento e incorporação dos seus fundos bibliográficos na BNP, estão assinaladas por **.

Quadro III – Distribuição e caracterização das marcas de posse

Ordem/Instituição	Marca	Género
Clérigos Regulares de S. Caetano Casa de N. S. da Divina Providência	Ms	M
Clérigos Regulares Ministros dos Enfermos Convento de S. Camilo	Ms	M
Cónegos Regrantes de Santo Agostinho Mosteiro de Santa Maria de Chelas*	Ms	F
Mosteiro de S. Vicente de Fora	Ms C	M
Cónegos Seculares de S. João Evangelista Convento de Santo Elói	Ms	M
Convento de S. Bento de Xabregas	Ms	M
Congregação da Missão Casa de S. João e S. Paulo	Ms	M
Congregação do Oratório Biblioteca Mariana	Ms E	M
Casa de N.S. das Necessidades*	EL	M
Casa do Espírito Santo	Ms E	M
Congregação do Senhor Jesus da Boa Morte Convento do Senhor Jesus da Boa Morte e Caridade	Ms	M
Ordem da Cartuxa Convento de Santa Maria Vallis Misericordiae	Ms	M
Ordem da Conceição de Maria Convento de N.S. da Conceição (Luz-Arroios)	Ms	F

Ordem/Instituição	Marca	Género
Ordem da Santíssima Trindade Convento da Santíssima Trindade	Ms	M
Ordem da Visitação de Santa Maria Convento da Visitação de Santa Maria	Ms	F
Ordem de Cister Mosteiro de S. Dinis	C**	F
Ordem de Santa Brígida Convento de N.S. da Conceição de Marvila	Ms	F
Ordem de Santa Clara Convento da Madre de Deus	Ms	F
Convento de N.S. da Piedade da Esperança	Ms	F
Convento de N.S. da Quietação	C**	F
Convento de Santa Apolónia	Ms C**	F
Convento de Santa Marta	C**	F
Convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento	Ms	F
Convento do Santo Crucifixo	Ms C**	F
Ordem de S. Bento Colégio de N.S. da Estrela	Ms	M
Mosteiro de S. Bento da Saúde	Ms	M
Ordem de S. Jerónimo Mosteiro de Santa Maria de Belém	Ms	M
Ordem de S. Paulo Primeiro Eremita Mosteiro do Santíssimo Sacramento	Ms	M
Ordem do Carmo Convento do Carmo	Ms SL	M
Ordem dos Carmelitas Descalços Convento de Corpus Christi	Ms	M
Convento de N.S. da Conceição dos Cardais	Ms	F
Convento de N.S. dos Remédios	Ms	M
Convento de Santa Teresa de Jesus	Ms C**	F
Convento de Santo Alberto	Ms C**	F
Convento de S. João da Cruz	Ms C	M
Convento do Santíssimo Coração de Jesus	Ms	F
Hospício Régio de S. João Nepomuceno	Ms EL	M

Ordem/Instituição	Marca	Género
Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho		
Colégio de Santo Agostinho	Ms	M
Convento de N.S. da Graça	Ms	M
Convento de N.S. da Penha de França	Ms	M
Ordem dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho		
Colégio de Santa Rita	Ms	M
Convento de N.S. da Boa Hora (Belém)	Ms	M
Convento de N.S. da Boa Hora (Lisboa)	Ms	M
Convento de N.S. da Conceição do Monte Olivete	Ms C	M
Convento de N.S. do Monte Olivete	Ms	F
Ordem dos Frades Menores		
Província de Portugal		
Convento de S. Francisco da Cidade	Ms	M
Província dos Algarves		
Convento de S. Francisco de Xabregas	Ms C	M
Província da Arrábida		
Convento de N.S. da Boa Viagem	Ms	M
Convento de S. José de Ribamar	Ms	M
Convento de S. Pedro de Alcântara	Ms	M
Convento do Espírito Santo	Ms	M
Província da Conceição		
Hospício de N.S. da Conceição e Santo António da Carreira dos Cavalos	Ms	M
Província de Santo António		
Convento de Santo António da Convalescença	Ms	M
Convento de Santo António dos Capuchos	Ms	M
Terceiros Regulares		
Convento de N.S. de Jesus*	Ms	M
Capuchinhos Franceses		
Convento de N.S. dos Anjos da Porciúncula	Ms	M
Ordem dos Pregadores		
Convento de N.S. da Rosa	Ms	F
Convento de N.S. do Bom Sucesso	Ms	F
Convento de Santa Joana	C**	F
Convento de S. Domingos	Ms	M
Convento do Santíssimo Sacramento	Ms	F

Ordem/Instituição	Marca	Género
Ordem Hospitaleira de S. João de Deus Convento de S. João de Deus	Ms	M

O universo referenciado abrange 62 das 104 instituições que tínhamos localizado na zona de Lisboa e seu termo, no final do século XVIII, o que equivale a 60%. Mais uma vez reiteramos que conhecemos a existência de mais bibliotecas do que as que estão mencionadas no Quadro I e tal está assinalado no Anexo I. Porém, não foi localizada nenhuma obra dessas proveniências no decorrer do levantamento que fizemos na BNP quer porque tais bibliotecas não tinham prática de marcar quer porque delas não existem exemplares nas colecções da BNP. Ainda assim, a amostra da BNP configura-se válida pelo número de bibliotecas a que se refere (mais de 50%) e, olhando para os dados da Tabela, confirmam-se desde logo os indicadores gerais que atrás se referiram quanto ao tipo de marcas utilizadas.

Com efeito, neste conjunto de 62 bibliotecas, 57 apresentam marca de posse manuscrita (92%). Destas, 40 são de casas masculinas e 17 de femininas. A inscrição manuscrita não é a única forma de marcar em 12 destas bibliotecas (21%) que, em 8 dos casos, registam também a existência de carimbo, etiqueta, *ex-libris* ou *super-libros*. Os restantes 4 casos, todos de bibliotecas femininas, referem-se à existência de carimbos não originais e apostos aquando da extinção do convento para efeitos de arrecadação dos livros pelo Estado. A exclusividade de outras marcas não manuscritas (e que se refere a 5 bibliotecas) tem de ser vista com cautela pois em 4 dos casos são do tipo carimbagem não original acima referido e o que resta configura uma biblioteca que não foi integrada na BNP, a qual dela possui um ou outro exemplar apenas residualmente.

III.3.2. Práticas de aquisição: o testemunho nos livros

Vimos, como primeiro elemento organizativo, a marca da biblioteca ou seja, o testemunho indelével da sua pertença. Dentro do processo organizativo cabe agora apresentar as modalidades de constituição e enriquecimento da colecção bibliográfica. Pondo de parte a produção manuscrita do próprio livro que caracteriza o período antes do surgimento e difusão da imprensa em caracteres móveis, podemos dizer que as

modalidades aquisitivas utilizadas pelas bibliotecas religiosas são as doações e legados de livros ou de colecções privadas, a aquisição por compra, a oferta pontual e a “passagem de mão” entre instituições⁹⁸.

Podemos tomar conhecimento desses processos através de várias fontes: livros de contas de instituições religiosas, correspondência, inventários das bibliotecas e ainda através de inscrições manuscritas feitas nos próprios livros. Tomando como ponto de partida alguns estudos existentes para bibliotecas religiosas portuguesas, verificamos que neles se tem procurado dar relevo ao processo aquisitivo⁹⁹ e demonstrado quer o engenho e determinação posto por quem adquire¹⁰⁰ quer a “máquina” existente (e falamos especificamente do século XVIII) que permitia saber o que havia para venda e, em consequência, dar seguimento à compra¹⁰¹.

A observação das marcas de posse e inscrições manuscritas em livros dessas proveniências provou ser uma fonte interessante sobre as modalidades de aquisição

⁹⁸ Cf. GASNAULT, Pierre – *ob. cit.*

⁹⁹ Damos, como exemplo, o estudo de Luciano Cristino, *A Biblioteca Mariana dos Oratorianos de Lisboa (séc. XVIII)*. Romae: Pontificia Academia Mariana Internationalis, 1998, em que a fonte utilizada é um livro de *Receita e Despesa que se tem feito e vai fazendo com a Livraria de Nossa Senhora assim no material da Casa como na compra dos Livros da mesma Livraria* (ANTT, Ms da Livraria nº 1926).

¹⁰⁰ É o caso já referido de frei João da Póvoa, franciscano, a quem se devem alguns dos inventários estudados por José Adriano de Freitas Carvalho, que lhe chama “grande procurador de livros” (“*Nobres leteras...fermosos volumes*”, p. 14). Nos inventários há referências à modalidade de aquisição dos livros que, ou tinham sido trazidos para os conventos por frei João da Póvoa (situação muito frequente) ou por outro frade, quer do convento inventariado quer de outro, a título de oferta ou de empréstimo. Também são referidos livros que ficaram para a comunidade, por morte de alguns dos seus membros. Cf. a transcrição dos inventários das livrarias de Santa Maria da Ínsua (Caminha) e de S. Clemente das Penhas (Matosinhos) (*ob. cit.*, p. 85-114).

É também o caso de frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1734-1814) que tem o seu nome ligado à doação de livros a quatro bibliotecas, a do convento de Jesus e a Real Biblioteca Pública da Corte, em Lisboa e as Bibliotecas Públicas de Beja e de Évora, para além de ter também contribuído com ofertas de livros para outros estabelecimentos, como a biblioteca do convento dos Eremitas de S. Paulo da Serra de Ossa. Entre a vária bibliografia disponível sobre a acção de Cenáculo v. DOMINGOS, Manuela D.– «*Casa dos livros de Beja*»: *doação de Frei Manuel do Cenáculo à Real Biblioteca Pública da Corte*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2006 e Frei Manuel do Cenáculo no panorama intelectual de Setecentos: o erudito e o mecenas. *Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, 2007, vol. 24, p. 42-66 . V. também VAZ, Francisco – *As bibliotecas e os livros na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo*. [Salamanca]: Instituto de Historia del Libro y de la Lectura, [2003], *Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009 e A biblioteca do convento de Jesus (1755-1834): a herança de D. Frei Manuel do Cenáculo. In: *As bibliotecas e o livro em instituições eclesiais: actas do II e III Encontro Nacional*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2013, p. 133-149.

¹⁰¹ Referimos, entre os vários estudos disponíveis e que assinalamos na Bibliografia, de Marie-Hélène Piwnik, *Échanges erudits dans la Péninsule Ibérique (1750-1767)*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, 1987, que nos dá testemunho da importância da troca de livros entre Portugal e Espanha.

neste tipo de instituições. A compra propriamente dita não fica habitualmente registada no livro porque se trata de um procedimento regular. Não esqueçamos que, no caso de Lisboa, havia uma rede muito ampla de livreiros e a localização que muitos deles escolheram junto a instituições religiosas é um elemento a considerar pelo que revela sobre a existência de um relacionamento privilegiado entre ambas as partes¹⁰². Quando a compra é feita a outra instituição directamente, por ser um duplicado, por exemplo, ou em resultado de leilão, pode a circunstância estar assinalada¹⁰³. Damos alguns exemplos:

Este livro pos nesta Livraria do Conv.to de Alferrara o Sr. Fr. António de S. Geronymo sendo G[uardi]am [tem no rosto uma outra marca de biblioteca religiosa francesa] Bibliotheca Novitiatus [...] ord. [...] Praed. Parisiensis (R. 1102 A.)

Da Livraria do Conv.to de N. Snr.^a da Graça de Torres Vedras desde o anno de 1789. Custou 8.600 [o livro apresenta um super-libros heráldico que não conseguimos identificar] (R. 1439 A.)

A compra pode ficar assinalada apenas pelo preço, como vemos abaixo:

Da livraria do Mostr.^o de são V.[icen]te de Lisboa Custou 1000 rs (Var. 4162)

Custou 3600 rs G[ra]ça... Lx.^a [Lisboa] (H.G. 4958-59 A.)

Estas inscrições são esporádicas e atípicas (não é prática regular em nenhum convento ou ordem) e têm pouca representatividade no conjunto de testemunhos que pudemos obter a partir do exame dos livros. Porém, a iniciativa da aquisição que cabe na maioria dos casos ao Superior pode ficar também assinalada na marca de posse, com ou sem menção da modalidade aquisitiva. Repare-se no verbo “pôr” que é o mais

¹⁰² Cf. a propósito, CURTO, Diogo Ramada, coord. – *As gentes do livro: Lisboa no século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007. Nesta obra, vemos que, para além dos grandes livreiros estabelecidos, com destaque para os de origem francesa e que tinham as condições necessárias para um abastecimento regular das bibliotecas com obras portuguesas e estrangeiras, encontram-se vários exemplos de vendedores de livros situados junto a conventos, seja no adro, como António de Sousa e Luís de Abreu Barbosa, com lojas no adro de S. Domingos, antes do terramoto (p. 65 e 142, respectivamente) ou Bento Soares que se manteve nesse local, como mestre livreiro, mesmo após o terramoto (p. 78). No adro da igreja do convento de S. Paulo teve loja Luís José de Carvalho (p. 143) e, nos últimos anos do século XVIII, João Rodrigues Neves tinha loja no pátio do convento de Santa Marta (p. 122). Muitos outros exemplos têm moradas “junto”, “defronte” ou “atrás” de estabelecimentos religiosos.

¹⁰³ Conforme refere Pierre Gasnault (*ob. cit.*, p.348) “[...] une bibliothèque disposait souvent de livres doubles ou jugés inutiles. Ils étaient généralement vendus, à intervalles plus ou moins réguliers [...] mais ils pouvaient aussi être échangés”.

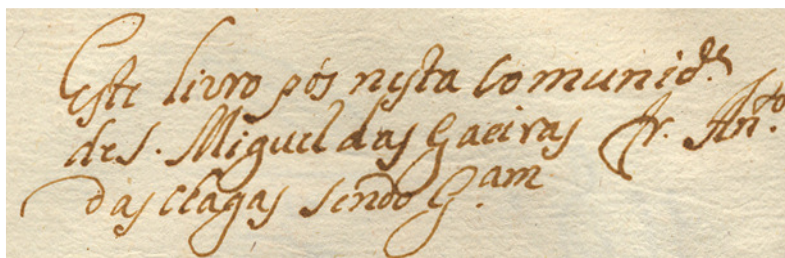
utilizado neste caso, podendo também aparecer exemplos em que o verbo usado é “colocar” ou “aplicar”:

Pos nesta Livraria de Alcobaça Fr. M[anu]el de S. An.to[António] sendo G[uardi]am no anno de 1795 (R. 23520 P.)

Pos na Livraria o Ir. Fr. Bernardino de Sena sendo g[uardi]am [do convento da] Boa Viagem (R. 5548-50 P.)

1731 sendo D. Abb[ad]e o P[adr]e M[estr]e D[out]or Fr. Paulo de S. Joseph (R. 6150-52 A.)

Este livro pos nesta Comunid[ad]e de S. Miguel das Gaeiras fr. An.to[António] das Chagas sendo G[uardi]am (H.G. 2595 P.)¹⁰⁴



Este livro he p.^a uso das Religiosas do s.to Crucifixo que custou des [...] q. Soror M.^a Magrida dos [...] curou e pede lembrança nas suas stas [...] (R. 6767 A.)

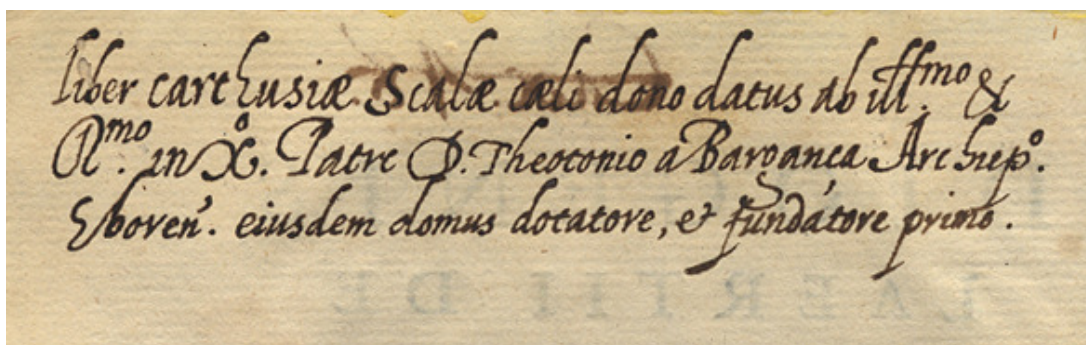
Estes livros pos na Livraria deste Conv[en]to de Loures o Ir. Fr. José da Pureza sendo G[uardi]am anno de 1801. (R. 1263-64 A.)

Pertencem ao Coll[égi]o de N. Sr.^a da Estrella e se puzerão na Livraria aos 8 de Abril de 1731 sendo D. Abb[ad]e o P[adr]e M[estr]e D[out]or Fr. Paulo de S. Joseph (R. 6767 A.)

¹⁰⁴ Trata-se do convento de S. Miguel de Gaeiras (Óbidos) da Ordem dos Frades Menores, Província da Arrábida, fundado em 1602. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. In: *ob. cit.*, p. 21. Quanto ao Guardião responsável por “pôr” o livro na Comunidade é frei António das Chagas (1631-1682) que foi figura cimeira entre os franciscanos, como pregador, mestre da espiritualidade e fundador dos seminários das missões de Brancanes e Varatojo. Cf. ANDRADE, António Alberto Banha de, dir. – *Dicionário de história da Igreja em Portugal*. Lisboa: Editorial Resistência, 1980, vol. 1, p. 369-370. A sua importância na orientação de leituras em estabelecimentos femininos está estudada por José Adriano de Freitas Carvalho, no artigo: Do recomendado ao lido: direcção espiritual e prática de leitura entre franciscanas e clarissas de Portugal no século XVII. *Via spiritus*, nº 4, 1997, p. 7-56.

Já a doação adquire um estatuto diferente ficando assinalado no livro o nome do seu doador e permitindo assim, de forma indirecta, conhecer a biblioteca original (ou pelo menos parte dela) e os gostos do seu primeiro proprietário. De notar que nos casos em que a marca da casa religiosa e/ou do antigo possuidor não é manuscrita, raramente se faz menção da doação, provavelmente porque a marca anterior já indiciava uma passagem de propriedade. Apesar de a redundância, não queremos deixar de chamar a atenção para o facto de muitas colecções de bibliotecas religiosas serem feitas, por vezes quase exclusivamente com livros doados o que as transforma num local de perpetuação de uma biblioteca individual e não, necessariamente, numa colecção coerente com as finalidades da instituição. A grande doação é, no entanto, uma situação que todas as bibliotecas anseiam pelo que significa para o crescimento das suas colecções¹⁰⁵. Vejam-se alguns exemplos:

Liber Carthusiae Scalae coeli dono datus ab ill.mo et R.mo in X.º Patre D. Theotonio a Bargaça [sic] Archiep[iscopu].Eboren.' Eiusdem domus dotatore, et fundatore primo (H.G. 4261 P.)¹⁰⁶



Esta inscrição pode estar redigida também em português (muito raramente em espanhol) e, em qualquer dos casos, apresenta ligeiras variantes no texto:

¹⁰⁵ V. a propósito GASNAULT, Pierre – *ob. cit.*, p. 335-351. V. também sobre a problemática das doações a instituições religiosas portuguesas, CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de – Espólios das extintas livrarias religiosas nas colecções da Biblioteca Nacional de Portugal: um (re)encontro. In: MEDEIROS, Filipa, *et al.*, coord. - *Acervos patrimoniais: novas perspectivas e abordagens. Encontro científico, Mértola, 16 de Março 2012*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 59-75.

¹⁰⁶ Trata-se do convento de Santa Maria *Scala Coeli*, da Ordem da Cartuxa, localizado em Évora e fundado em 1598 por D. Teotónio de Bragança (1530-1602), filho de D. Jaime 4º duque de Bragança, que foi arcebispo de Évora, sucedendo no cargo ao cardeal-infante D. Henrique quando este ocupou o trono. A biblioteca do convento é quase integralmente formada pelos livros da biblioteca particular de D. Teotónio que a legou, como se lê na marca de posse, ao convento de *Scala Coeli* por sua morte. Cf. HESPAÑHOL, Maria Antónia Barreiras Sequeira – *Dom Theotónio de Bragança. o primeiro arcebispo de Évora no domínio filipino, 1578-1602*. Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Universidade de Évora. Évora, [s.n.], 1993.

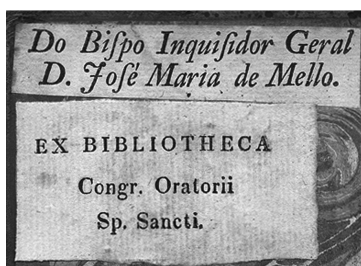
Livro da Cartuxa de Scala Coeli de que o Ill.mo e R.mo Sr. D. Theotonio de Bargaça [sic] Arcebispo de Évora fundador da mesma casa lhe fez doação (H.G. 4247 P.)

A marca que assinala a doação pode combinar mais do que uma língua de escrita, como se vê no exemplo seguinte, em que o nome da instituição está em português e o nome do doador em latim:

Do Coll[égi]o de S. Fran[cis]co X[av]ier d'Alfama em Lx.ª[Lisboa] Ex dono R.P. Hieronymi de Castilho (H.G. 7034 P.)¹⁰⁷



O exemplo abaixo não menciona a doação. Porém, é conhecido que as duas casas de Lisboa, da Congregação do Oratório, receberam os livros da biblioteca do Bispo Inquisidor-Geral D. José Maria de Melo (1756-1818)¹⁰⁸, por sua morte. Este tinha como marca de posse uma etiqueta tipográfica que se vê na imagem. Também a casa do Espírito Santo marcava, à época, com uma etiqueta tipográfica, em latim, e que foi aposta nos livros por baixo da do primeiro possuidor, como se vê, na parte de dentro da capa:



¹⁰⁷ É um exemplar da biblioteca do colégio de S. Francisco Xavier de Alfama, da Companhia de Jesus, fundado em 1677. Praticamente todas as obras que encontramos desta proveniência referem ter origem na doação feita pelo Padre Jerónimo de Castilho (1674-1730), S.J. que estudou Teologia em Roma e foi mestre em Coimbra e Évora. Integrou a Academia Real de História Portuguesa e para ela preparou várias obras. Os livros que lhe pertenceram são maioritariamente de História e em língua italiana. V. a propósito LOPES, António – *Roteiro histórico dos jesuítas em Lisboa*. Braga: A.I: A.O., 1985, p. 39-40 e, sobre a figura do doador, <http://www.arqnet.pt/dicionario/castilhojeronimo.html>.

¹⁰⁸ V. a propósito a nota biográfica em <http://www.arqnet.pt/dicionario/melojosemaria.html>.

Não encontramos muitos exemplos de doadores laicos. No entanto, há alguns exemplos de que destacamos Alexandre Metelo de Sousa Meneses (1687-1766)¹⁰⁹ que doou livros da sua biblioteca ao convento de S. João da Cruz de Carnide. Nas obras deste legado não vem explicitada a situação, coexistindo de forma independente o ex-libris de Alexandre Metelo colocado na parte de dentro da capa ou do rosto da obra, com a marca manuscrita e/ou carimbo da biblioteca carmelita, geralmente apostos no rosto.

A doação de livros feita por morte de um religioso à sua comunidade é uma prática muito vulgar, encorajada certamente nos conventos e mosteiros como forma de ir aumentando a colecção. As inscrições manuscritas referem essa prática com representações variadas onde é frequente encontrar pedidos de oração por alma do doador:

Pertence a Livraria da Penha por morte do I[rmão] Fr. António de Passos (R. 6839//1-21 P., R. 9618//1-21 P.) [Duas miscelâneas de Sermões]

Ao Mestre de Noviços de Lisboa por morte do P.e Nuno da Cunha (H.G. 1307 V.)

Fr. Thomas Carvalho deixo estas obras de sam Joam chrisostomo em 4 tomos por minha morte aos capuchos da província de S.º Ant.º a quem peço que servindose deles me encomendem a Ds N.S.r. Thomas Carvalho. (R. 136-139 A.)

Do uso do p.e frej Joaq. Da Penha de França Na[tura]l do Torr[ão?] [escrito por cima e noutra mão] Prior ut salt [...] Requiescat in pace Ámen Pater noster. Ave M.^a por Charid.e (R. 35 P.)

Hic Liber est Bibliothecae hujus Monasterii Lisbonensis Ordinis Sancti Pauli Primi Eremitae per obitum N[ostri] R[everendissi]mi P. in Sacra Theologia Magistri jubilati ac Sapientíssimi Doctoris Fr. Francisci a Sancto Theotonio dignissimi Ex Generalis Nostri Ordinis. Obit die 29 Maii an. 1774 (R. 5882 A.)

¹⁰⁹ Filho segundo da fidalguia beirã, Alexandre Metelo de Sousa Meneses (1687-1766) distinguiu-se sobretudo como embaixador de D. João V à China (1725-1728) e, mais tarde como presidente do Conselho Ultramarino. Para além da vasta biblioteca que constituiu tinha também no seu palácio do Largo do Mitelo, em Lisboa, um Gabinete de Física. Agradecemos ao Doutor Miguel Metelo de Seixas as oportunas informações que nos dispensou. V. a propósito CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de – *A livraria de Alexandre Metelo de Sousa e Meneses: do coleccionador à biblioteca conventual*. Comunicação ao 3º Congresso Internacional “Casa Nobre: um património para o futuro”, Arcos de Valdevez, 2-4 de Dezembro 2011.

Em alguns livros deixados por religiosos a um determinado estabelecimento não fica explícito o motivo da passagem de posse, podendo ser por morte mas também por doação em vida, não raro motivada por uma mudança de instituição:

Ficou do P.e Luis Barreto e applicado á Livraria do Coll[égi]o de Braga pello P[adr] e D[out]or Jorge Correa 1692 (R. 4591 P.)

Este livro deixou nesta casa de Sbernardino fr. [...] p.^a qual quer semp.r q. o pedir lho pode dar (R. 5037 V.)

Dom de D. Frei M[anu]el das Mercês q. o deixou p. a Livraria do Real Conv[en]to do Monte Olivete de Lx.^a[Lisboa] Anno de 1700 (R. 5033 A.)

He de Maria Innocencia de S.^a Anna [marca manuscrita riscada] Este livro é do nosso Mosteiro da Visitação de S.^a Maria de Lisboa (R. 29525 P.)

Outra modalidade muito comum de enriquecimento da colecção consiste na oferta pontual de obras que fica assinalada na marca, por vezes com manifestações de apreço:

Do Bispo de S. Paulo p.^a a Livraria de S. Francisco da cidade de Lx.^a[Lisboa] (R. 49-50 A.)

Do L[icencia]do Ant[óni]o Sarzedas pinto dado p.^a o Coll[égi]o de Portalegre da Comp[anhi]a de Jesu (R. 4106 P.)

Noviciado de Coimbra Dado [...] pello M[estr]e dos Noviços do Coll[égi]o de Coimbra da Comp[anhi]a de Jesu (R. 8555 P.)

Monasterii Lisbonensis Ordinis S. Pauli Primi Eremitae [no rosto] quam dedit R[everendissi]mo P[ater] insignis Doctor Fr. Carolus a D[ivo] Bonaventura [na guarda] (R. 5320 V.)

Da comunidade Deo a Perlada Soror Emília (R. 28904 P.)

Esmola q. deu p[ar]a a Livraria de Varat[o]o o R[everendissi]mo P[adre] Fr. Manoel de S. Carlos Comissário G[er]al da Terra Santa e Visitador q. foi deste Seminário (Var. 1674)

Este livro p[ar]a a Comunidade da Convalescença o manda o Ir[mão] Al[va]ro de S.to Ant[óni]o (R. 24959 P.)

Este Livro he da Comunid[ad]e da M[adr]e de D[eu]s trouxe Soror Luiza M.^a do Pillar (Var. 4241)

As Religiosas deste Sancto Convento [do Santo Crucifixo] encomendam a Deos aquém lhe deu estes Livros q. he António de Quental de Saa Pay de Sor. Maria Joseph (Var. 2507-09)

A oferta também pode ser feita pelo autor da obra:

O Eruditíssimo Autor destas Vindicias offereceo pela sua generosidade este livro p.a se colocar na Biblioteca deste Collegio Beneditino de N. Snr.a da Estrella em Lisboa (R. 6139 A.)

Por fim, dentro das modalidades de aquisição vamos ver a circulação de livros entre instituições, por transferência ou por empréstimo. A transferência entre instituições da mesma ordem religiosa configura a possível existência de uma política de aquisições se não partilhada, pelo menos ajustada de modo a suprir deficiências de uma biblioteca com livros vindos de outra¹¹⁰:

Da Livraria da Graça de Torres Vedras [marca no verso da folha de guarda] Da Livraria de n. Sra da penha de França [marca rasurada, no rosto] He da Graça de Lx. [marca rasurada, no rosto, sobrepondo-se à da Penha de França] (R. 23232 P.)

Do Conv[en]to de S. L[ouren]co de Ag[ostinh]os Des[cal]cos do Porto [marca rasurada, no rosto] Do Hosp.^o de Sto Ouvidio de Ag[ostinh]os Des[calç]os do Porto [marca rasurada, no rosto] Conv[en]to do Chiado [marca no rosto] (R. 6480-81 A.)

Se nestes exemplos conseguimos perceber o itinerário da posse do livro através das marcas que vão ficando rasuradas, o mesmo não se passa com os exemplos seguintes, em que as instituições, onde vemos de novo a Graça e a Penha de França, e em que ambas assumem a posse e não há rasura:

Pertinet ad collegium nostrum conimbricense [Colégio de Nossa Senhora da Graça] pertinet ad Co[mun]itatem S[anc]tae Mariae de gratia Ulysipon[ensis] [segue-se, noutra mão] Este Livro he do Conv.to de N. Sr.a da Penha de França (R. 243 A.)

¹¹⁰ Um exemplo de grande interesse, pelo que revela das preocupações em reconstituir a biblioteca depois do terramoto de 1755, é a transferência de livros do convento de Santo António da Covilhã para o de S. Francisco da Cidade. Agradecemos à Mestre Maria do Carmo Mendes a referência a esta circunstância, demonstrada no *Livro de inventário do convento de São Francisco da Covilhã*, datado de 1758 e integrado no Arquivo Municipal da Covilhã, que, por ela, se encontra em estudo.

Comprei ho (?) livro sendo Conventual da Penha de França p[or] 200 P[adr]e M[anu]el da Pied[ad]e [marca no rosto] Da L[ivrari]a da Graça de Lx.^a[Lisboa] - N^o 2-87 H-4-65 [marca no verso do rosto, estando a primeira cota riscada e substituída pela outra] (R. 27378 P.)

As transferências podem ocorrer também entre conventos masculinos e femininos da mesma Ordem. É difícil ter a certeza que se trata de uma acto efectuado antes da extinção dos conventos masculinos ou de um encaminhamento de obras de uns para os outros, ocorrido após a exclaustração de 1834, porquanto as casas femininas foram, efectivamente, algumas das instituições beneficiárias dos livros dos conventos extintos¹¹¹:

Do Convento de Carmelitas Descalços de Nossa Senhora dos Remédios de Lx.^a [Lisboa] [convento masculino] Albertas [carimbo apostado aquando da extinção do convento feminino de Santo Alberto, para onde o livro tinha transitado] (R. 17547 P. e R. 24131 P.)

Salzedas [mosteiro de Santa Maria de Salzedas, Tarouca, da Ordem de Cister, masculino] Lorvão [carimbo apostado aquando da extinção do mosteiro feminino de Lorvão, da mesma Ordem] (R. 12862 P.)

Para além da transferência, podem ocorrer empréstimos entre bibliotecas religiosas ainda que o retorno não seja garantido, como neste exemplo entre instituições da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em que o livro pertencia ao colégio de Santo Agostinho, de Coimbra e foi autorizado a vir para o convento da Graça em Lisboa, para posterior devolução:

Pertinet ad collegium conimbricense s[anct]ae m[ari]ae de gratia et de licentia R[everendissim]i p[atris] provincialis accomodatum fuit collegio Ulisippon[ensis] S[anc]ti Augustini [...] hoc.a. 1602, ut debeat postea restitui dicto collegio conimbricensi [de outra mão] Da Livraria de N. Sr.a da Graça de Lx.a[Lisboa] (R. 6253 A.)

¹¹¹ Cf. BARATA, Paulo J. S. – *Os livros e o Liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003, p. 189, onde se lê: “O facto de parte dos livros litúrgicos ou de temática religiosa, existentes nas livrarias conventuais retornarem à igreja secular e mesmo regular, a paróquias, a sés, a conventos femininos, a paços episcopais, constitui um exemplo inequívoco e simultâneo de especialização, de laicização e de não discriminação.”

Talvez para obstar a essa situação, a proibição de emprestar também pode ficar registrada no livro, neste caso com bastante veemência:

He para uso do meu mosteiro de S.to António de N. S.ra da Merceana e não sair para outra parte (H.G. 13661 V.)

A compra entre instituições religiosas parece ter ocorrido quer no caso de duplicados quer para renovação de colecções. Ainda que tal prática não seja plenamente demonstrável pela marca de posse, é a única explicação possível para a passagem entre o convento da Graça e a casa do Espírito Santo, como vemos no exemplo abaixo:

Este livro pertence ao Conv.to de N.S.^a da Graça [segue-se de outra mão] Congreg. Orat. Lisbon. [e, por fim, carimbo de um coleccionador particular que comprou esta obra] *Livraria de D. Franc. Manoel* (R. 2143 P.)¹¹²

Também a compra de livros pertencentes a particulares cuja biblioteca era vendida após a sua morte constituía prática corrente, como se vê nos exemplos que transcrevemos¹¹³:

Joseph Soares da Silva [noutra mão] *Monasterii Lisbonensis Ordinis S. Pauli Primi Eremitae* (H.G. 5933 V.)

Joseph Soares da Silva [noutra mão] *Da Livraria de N.Sr.^a da Graça de [...]* (H.G. 3596 A.)

Convém assinalar que o oposto podia ocorrer ou seja, a venda a particulares sempre que uma casa religiosa tivesse duplicados ou obras que já não lhe interessava guardar, como se verifica no exemplo:

Comprej a Livraria de N.Snr.^a da Graça no anno de 1727 [e assina] *Fr. Paulo do Sp.^o S.to* [manteve-se sem rasura a marca anterior do convento da Graça] *Pertinet Conventorum S.ta M.^a de Gcia Olisip.* (R. 4708 V.)

¹¹² Trata-se de D. Francisco de Melo Manoel, conhecido por Cabrinha, cuja importante biblioteca foi adquirida pela Biblioteca Nacional aos herdeiros, em 1853.

¹¹³ São livros que pertenceram como se vê pela marca a José Soares da Silva (1672-1739), cavaleiro professo da Ordem de Cristo e um dos primeiros membros da Academia Real da História Portuguesa. No contexto da produção historiográfica da Academia, Soares da Silva, publicou várias obras. V. a propósito MAURÍCIO, Domingos – Silva, José Soares da. In: *Verbo – enciclopédia luso-brasileira de cultura*. Edição século XXI. Lisboa; S. Paulo: Verbo, 2003, vol. 26, coln. 1179-1180.

Obviamente que a forma de aquisição preferencial seria sempre aos impressores e aos livreiros quer procedendo a escolhas em catálogos quer trabalhando directamente com agentes nacionais e estrangeiros. Já vimos atrás a proximidade, até física, em que alguns deles se encontravam em Lisboa. Há uma atenção constante ao que circula de novo e ao que é possível obter a partir de outras bibliotecas. Essas são, aliás, as práticas que no século XVIII se generalizavam na Europa sendo a aquisição dos livros muito mais simplificada pela existência de redes de livreiros que, conhecendo inclusive o perfil do coleccionador ou da colecção, não hesitariam em fazer as suas propostas e assinalar oportunidades quando elas se apresentavam¹¹⁴. O facto de algumas destas bibliotecas assinarem gazetas estrangeiras onde vinham indicadas e/ou recomendadas as últimas publicações, a eventual atenção que prestavam a ocasiões de compra, através da leitura dos anúncios nas gazetas nacionais, de bibliotecas que iam a leilão e ainda a aquisição de obras de referência, normalmente elaboradas por livreiros que se destinavam a auxiliar quem pretendia formar ou enriquecer uma biblioteca, mostram a existência de práticas bibliófilas organizadas em alguns dos principais estabelecimentos religiosos¹¹⁵.

A itinerância de um livro pode revelar a passagem entre instituições da mesma ordem religiosa, prática vulgar e que vimos acima em exemplos das bibliotecas dos Eremitas de Santo Agostinho. Outras passagens têm já a sua origem em circunstâncias históricas que afectaram as bibliotecas religiosas mas que não deixam de ser representativas da forma como se procurava adquirir livros no ambiente religioso. Encontrámos vários exemplos da existência de livros pertencentes a colégios jesuítas extintos, como referimos no capítulo anterior, em 1759, na posse de bibliotecas religiosas que existiram até 1834. Por exemplo:

¹¹⁴ V. a propósito da situação em França, GASNAULT, Pierre - *ob. cit.*

¹¹⁵ É o caso da *Bibliographie instructive...*, de Guillaume-François De Bure, em edição de Paris, 1763-1768, 7 volumes, de cuja importância falaremos adiante e de que existia exemplar na casa do Espírito Santo, da Congregação do Oratório em Lisboa e também no mosteiro de S. Martinho de Tibães, da Ordem de S. Bento, conforme se assinala em MONTEIRO, Ana Isabel Líbano – *Tibães: livros perdidos, elos encontrados*. Braga: Universidade do Minho-Conselho Cultural, 2007, p. 75. V. também para os conteúdos desta biblioteca, RAMOS, Maria Teresa Calheiros Figueiredo de Oliveira – *A biblioteca de S. Martinho de Tibães no século XVIII*. Dissertação de Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciência da Informação apresentada à Universidade de Évora. Évora: [s.n.], 2007 e sobre a acção dos beneditinos em geral, no enriquecimento das suas colecções, os dois estudos de Luís A. de Oliveira Ramos, Os beneditinos e a cultura: ressonâncias da Ilustração. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto, v. I, 1984, p. 159-184 e Os monges e os livros no século XVIII: o exemplo da biblioteca de Tibães. In: *Sob o signo das Luzes*. Lisboa: INCM, 1988, p. 119-130.

Livr.^a de S. Camillo [marca manuscrita no rosto de um livro encadernado, com *super-libros* a seco representando o emblema da Companhia de Jesus] (R. 6068 A.)

Coll.^o de Jesus Coimbra [marca manuscrita rasurada] *DA LIVRARIA DE S. FR.^{co} DE XABREGAS* [carimbo] (R. 420 A.)

Coll.^o S. Antão [marca manuscrita do colégio da Companhia de Jesus] *S. Thereza de Carnide* [carimbo apostado aquando da extinção do convento feminino de Santa Teresa de Jesus, da Ordem dos Carmelitas Descalços] (R. 16933 P.)

E o contrário também acontece após o regresso das congregações religiosas no século XIX:

Da Livr.^a da Caza do Espírito Santo de Lisboa [marca manuscrita da casa dos Oratorianos extinta em 1834] *Bibliotheca Collegii Campolidensis* [carimbo do colégio de Campolide da Companhia de Jesus, fundado em 1858] (R. 319 A.)

Da livr.^a de S. Fran.co do Porto [marca manuscrita do convento franciscano] *Bibliotheca Collegii Campolidensis* [carimbo] (R. 14621 P.)

Em alguns casos, ainda que poucos, há um “retorno” de obras que tinham pertencido a uma instituição extinta em 1834 e que passam para uma nova criada no século XIX, da mesma congregação, configurando uma possível apropriação de livros por parte dos religiosos aquando da exclaustração e antes do arrolamento da biblioteca, como nos sugere este exemplo:

Ex Libris Congreg. Missionis Lisbonensis [noutra mão, mas mantendo a fórmula antiga, inscreve-se a marca da casa de Benfica criada já no século XIX após o regresso dos Lazaristas] *Ex Libris Congr. Missionis Bemfica* [segue-se o carimbo pós 1910] *Arquivo das Congregações* (H.G. 3560 A.)

O caso do convento e seminário de Santo António de Varatojo, criado em 1861, é um excelente exemplo da circulação que havia de obras que tinham pertencido a instituições religiosas extintas em 1834 e assim, nele encontramos livros de várias dessas proveniências¹¹⁶. Trata-se, porém, de um reduzido número de obras o que aponta

¹¹⁶ Enumeramo-las até para ilustrar a dispersão dos fundos conventuais: S. Bento de Xabregas, Nossa Senhora dos Anjos da Porciúncula, Casa do Espírito Santo, Nossa Senhora dos Remédios e S. Vicente de Fora, situados em Lisboa. Também há exemplares provindos da Congregação do Oratório do Porto e de Carmelitas Descalços da mesma cidade, Santa Cruz de Coimbra e Colégios de S. José e S. Paulo

para uma compra esporádica de livros dispersos após a extinção dos conventos, provavelmente já em posse de particulares e/ou entrados no mercado livreiro. Não esquecer, neste particular que a própria Biblioteca Nacional promoveu, nos anos - 60 do século XIX, leilões de obras excedentárias do antigo Depósito de Livros dos Extintos Conventos, que terminara a sua função em 1841 com passagem das suas atribuições para a BN ajudando assim à dispersão dos fundos conventuais e à sua entrada no mercado livreiro e nas colecções particulares¹¹⁷.

O exemplo com que terminamos esta ilustração das passagens dos livros entre várias bibliotecas religiosas é, em si próprio, um caso singular que termina com um retorno... à Biblioteca Nacional:

Este livro se deu pr.º o uso de fr. João da piedade natural de ponte de lima, a tenção de quem o deu he que de pois delle, fique applicado à comunidade da Casa de nossa Sr.a da Insula [a inscrição mostra, portanto, que o uso do livro foi dado a um frade com a condição de ir posteriormente integrar a livraria do convento franciscano referido] *Bom Sucesso Livraria* [marca manuscrita do convento homónimo de Dominicanas Irlandesas, em Lisboa] *Comprado no leilão de livros da Bibliotheca N.al de Lisboa em 1865* [referência no verso do rosto indicando a aquisição do livro em leilão] *Bibliotheca do Collegio do Barro* [carimbo do colégio jesuíta criado em 1860 de onde retornou à Biblioteca Nacional, após 1910] (R. 6009 V.).

Procurámos apresentar nestes exemplos a variedade de modalidades aquisitivas que ocorriam nas bibliotecas religiosas. São demonstrativas de uma dinâmica interessante no que respeita ao enriquecimento das colecções e, pela diversidade de instituições que passaram nesses exemplos, verifica-se que correspondiam a formas típicas de actuação para garantir que o acervo da biblioteca correspondesse às expectativas e necessidades da comunidade.

da mesma cidade, S. Frutuoso de Braga, S. Teotónio de Viana do Castelo, Nossa Senhora da Graça de Castelo Branco e de Torres Vedras e, dentro dos conventos franciscanos temos obras que tinham pertencido a S. Francisco de Guimarães e de Barcelos, S. Miguel de Gaeiras (Óbidos), S. Bernardino de Atouguia da Baleia, Santo António de Ferreirim (Lamego), Santo Cristo da Fraga (Ferreira de Aves), Nossa Senhora dos Anjos do Barro e Madre de Deus, de Lisboa que encerrara em 1869, por morte da última religiosa. Cf. CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de – *Livros e leituras de franciscanos: a biblioteca do convento de Varatojo (1861-1910)*. Comunicação apresentada ao Congresso Internacional- Os franciscanos no mundo luso hispânico, Lisboa, 24-28 de Julho 2012.

¹¹⁷ Cf. a propósito BARATA, Paulo J.S. – *ob. cit.*, especialmente p. 173 e 178-184.

III.3.3. A organização dos saberes na biblioteca: sistemas de classificação

III.3.3.1. Os esquemas classificativos no século XVIII

Na organização de uma biblioteca torna-se fundamental, para que ela sirva os propósitos de informar o utilizador sobre os seus conteúdos, estabelecer uma classificação do acervo, de modo a poder-se mais facilmente conhecer os assuntos das obras que o compõem e, complementarmente, ajudar inclusive a sua arrumação física nas estantes e prateleiras que constituem o mobiliário da biblioteca.

O século XVIII traz consigo a vulgarização de modalidades organizativas baseadas em esquemas classificativos pré-estabelecidos. Alguns remontavam, pelo menos parcialmente, a séculos anteriores mas por força do expressivo aumento da produção tipográfica, da existência de uma, cada vez maior, diversidade de temas, e da vulgarização de hábitos coleccionistas que levavam ao surgimento de mais bibliotecas, esses esquemas foram-se aperfeiçoando e difundindo quer em bibliotecas particulares quer nas grandes colecções institucionais, eclesiásticas ou laicas¹¹⁸. Este movimento em prol de uma organização metódica mais moderna foi acompanhado também de um renovo nas condições de armazenamento, em termos de espaços e mobiliário, e na criação de condições de acessibilidade mais adequadas à consulta e leitura¹¹⁹.

O nosso objectivo é apresentar modelos e práticas de classificação disponíveis no século XVIII e começaremos precisamente pelos modelos, ou seja, pela conceptualização da “árvore dos saberes” plasmada em vários exemplos teóricos. Passando para as práticas, nomeadamente a partir de casos de bibliotecas religiosas portuguesas, recorreremos à análise da organização dos respectivos catálogos, mencionados anteriormente e a alguns casos em que a metodização está inscrita nos próprios livros. Em qualquer das situações, modelos e práticas serão vistos também na óptica de tornar perceptível o lugar que a História neles ocupa.

Ora para tornar mais evidentes as semelhanças e as diferenças dos esquemas classificativos do século XVIII, vale a pena analisar o que foi a evolução da

¹¹⁸ V. em especial CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel – Les pratiques urbaines de l'imprimé. In: *Histoire de l'édition française*. Dir. Henri-Jean Martin, Roger Chartier. Paris: Promodis, 1984, vol. II – Le livre triomphant, 1660-1830, p. 403-429.

¹¹⁹ V. a propósito JOLLY, Claude - Bâtiments, mobilier, décors. In: *Histoire des bibliothèques françaises*. Paris: Promodis: Cercle de la Librairie, 1988, vol. II – Les bibliothèques sous l'Ancien Régime, 1530-1789. Dir. Claude Jolly, p. 361-371.

sistematização desses mesmos saberes desde o século XVI. Refere Maria Teresa Amado a propósito da organização da Biblioteca Real do Mosteiro do Escorial, em meados de Quinhentos:

“Na hierarquia dos saberes não há ainda espaço para a História como Faculdade. A ordem do conhecimento continua a assentar na Teologia, Línguas, Medicina, Direito e Matemática [...] Mas, se a História entendida como ampla fixação de memórias não tem dignidade reconhecida, ela não deixa de ser onnipresente [...] tendo um valor quase omnisciente e “autónomo” em relação às realidades humanas. [...] A História, assim entendida no sentido de memória (passada e presente) é fixação de experiências vividas que, disponibilizadas em espaço próprio (na segunda e terceira salas) se transformarão pela leitura e visualização em fonte de experiência dos leitores “autorizados” da Biblioteca”¹²⁰.

A tipologia classificativa da Biblioteca do Escorial tinha a sua fundamentação na “enciclopédia dos saberes humanistas” perfeitamente hierarquizada, começando pela Teologia e obras religiosas e dentro dela “O Livro (a Bíblia), depois os comentários, antigos e modernos (desde que autorizados por Roma, e em Latim), as obras de Direito, de Medicina e Filosofia. Também as línguas têm uma hierarquia: Hebraico, Grego e Latim”¹²¹.

Ainda que o peso dos novos saberes tenha alterado a composição das matérias, esta perspectiva de hierarquização estará sempre subjacente ao estabelecimento de tábuas de assuntos e a esquemas de classificação propriamente ditos, até aos nossos dias¹²². Olhando agora para a proposta de Gabriel Naudé (1600-1653)¹²³ um dos

¹²⁰ A ideia de Saber na construção da modernidade: os livros e a sua Ordem. *Leituras: revista da Biblioteca Nacional*, S. 3, n.º 2, 1997-1998, p. 43-44.

¹²¹ Id., *ibid.*, p.45.

¹²² Veja-se o caso da Classificação Decimal Universal, desenvolvida nos finais do século XIX pelos bibliógrafos belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine, continuamente revista e actualizada, com aplicação em cerca de 150.000 bibliotecas correspondendo a, pelo menos, 130 países. A sua manutenção está a cargo do UDC Consortium (<http://www.udcc.org>). É também o caso da Classificação Decimal Dewey, criada por Melville Dewey em 1876, permanentemente revista e actualizada, que é usada por cerca de 200.000 bibliotecas em, pelo menos, 135 países. A sua manutenção está a cargo da OCLC-Online Computer Library Center (<http://www.oclc.org/dewey>).

¹²³ *Advis pour dresser une bibliothèque*. Deuxième édition revue, corrigée et augmentée. Paris: chez Rolet Le Duc, 1644. [Ed. facsimilada integral Paris: Klincksiek, 2008]. Naudé foi bibliotecário do cardeal Barberini e do cardeal Mazarino, o qual, com a sua ajuda reuniu uma biblioteca de 40000 volumes. É, sobretudo, célebre por ter redigido o primeiro manual de biblioteconomia sob forma de conselhos relativos ao modo de constituir uma biblioteca. Cf. CAILLET, Maurice – Les

exemplos mais determinantes do século XVII e que marcou, expressivamente, a diferença entre os saberes humanistas e os saberes modernos, encontramos cinco grandes classes, onde figura já a História e que são: Teologia, Medicina, Jurisprudência, História, Filosofia, Matemáticas e Humanidades para as quais, de acordo com Naudé “il faut diviser chacune en particulier, suivant leurs diverses parties” mais considerando que “le meilleur [ordre] est toujours celui qui est le plus facile, le moins intrigué, le plus naturel [...]”¹²⁴.

Apesar de as variações que este esquema de saberes foi experimentando, com o recurso a desdobramentos e hierarquizações, também eles com variantes, o certo é que nasce no século XVII, e aperfeiçoa-se no século XVIII, um verdadeiro sistema de classificação utilizado em grandes bibliotecas privadas francesas, nos catálogos dos livreiros e nas obras destinadas a orientar a formação de bibliotecas¹²⁵. Assim, podemos encontrar as cinco classes da classificação de Gabriel Naudé, numa leitura mais actualizada e prática que o livreiro francês Gabriel Martin (1679-1761) apresenta já no século XVIII¹²⁶. As classes são as seguintes: 1. Teologia, 2. Jurisprudência, 3. Ciências e Artes, 4. Belas Letras, 5. História eclesiástica e profana.

No contexto português, vamos tomar como modelo de esquema teórico aquele que é proposto no Edital da Real Mesa Censória de 10 de Julho de 1769¹²⁷. Neste Edital ordenava-se que todos aqueles que possuísem livros e/ou bibliotecas entregassem um catálogo das existências e exigia-se que essa informação ficasse sistematizada em sete

bibliothécaires. In: *Histoire des bibliothèques françaises*. Paris: Promodis: Cercle de la Librairie, 1988, vol. II – Les bibliothèques sous l’Ancien Régime, 1530-1789. Dir. Claude Jolly, p. 373-389.

¹²⁴ *Ob. cit.*, p. 100.

¹²⁵ Para uma visão de conjunto veja-se CHARTIER, Roger – *A ordem dos livros*, 1997 e os estudos de MARTIN, Henri-Jean – Classements et conjunctures. In: *Histoire de l’édition française*. Dir. Henri-Jean Martin, Roger Chartier. Paris: Promodis, 1982, vol. I – Le livre conquérant, du Moyen Âge au milieu du XVIIe siècle, p. 429-441 e de JOLLY, Claude – Principales classifications des bibliothèques. In: *Histoire des bibliothèques françaises*. Paris: Promodis: Cercle de la Librairie, 1988, vol. II – Les bibliothèques sous l’Ancien Régime, 1530-1789. Dir. Claude Jolly, p. 382-385.

¹²⁶ Foi um importante livreiro de Paris, muito procurado para elaborar catálogos de bibliotecas particulares (devem-se-lhe 148). O seu esquema classificativo era, normalmente apresentado no início do catálogo, e servia depois para organizar os conteúdos. Martin criou o esquema que veio a ficar conhecido por classificação dos livreiros franceses e influenciou a tabela posteriormente desenvolvida por outro famoso livreiro francês Guillaume De Bure, de que nos ocuparemos mais adiante. Cf. CAILLET, Maurice – *ob. cit.*

¹²⁷ V. transcrição no estudo de MARQUES, Maria Adelaide Salvador – *A Real Mesa Censória e a cultura nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa do século XVIII*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1963, onde se estudam, detalhadamente, os catálogos das bibliotecas apresentadas em cumprimento do Edital.

classes: Teologia, Jurisprudência, Filosofia, Matemática, Medicina, História e Belas-Letras. Preconizava-se, em seguida, uma divisão por formatos dentro de cada classe “primeiramente os Livros de Folio, seguindo-se logo os de quarto, a estes os de oitavo, etc., declarando-se em todos, e cada um deles os nomes próprios dos Autores, principiando pelos primeiros apelidos e cognomes, ou por aqueles que os fizeram mais conhecidos, depois do que se especificarão os títulos de cada um, o número de Edições e os tomos, o lugar e o tempo da Impressão...”¹²⁸ Parecia, pois, ser uma evidência que as matérias cobertas pela bibliografia antiga e pela corrente poderiam ser apresentadas dentro dessas grandes classes e também, que a organização de um rol com estes requisitos não representava uma situação invulgar ou desconhecida para os proprietários de livros. De notar que, aliás, grande parte dos que responderam cumpriu o desiderato com escrúpulo, havendo naturalmente excepções por motivos que os proprietários dos livros tendem a justificar, alegando, por exemplo que não apresentam a lista organizada por matérias porque os livros são poucos ou porque não o sabem fazer¹²⁹. Há também um número de respondentes que cria outros descritores ou especificações dentro das classes propostas para melhor caracterizar o seu fundo bibliográfico.

Quanto à categorização genérica dos domínios do conhecimento, reconhece-se a matriz do esquema de Gabriel Martin sendo que a classe agregadora de Ciências e Artes não está presente e em seu lugar estão discriminadas a Filosofia, a Matemática e a Medicina. Esta opção por sete e não cinco “Faculdades”, proposta pela Real Mesa Censória, pode ter como justificação por um lado, facilitar o trabalho de quem ia redigir os catálogos e por outro, permitir uma análise mais imediata aos censores através de um esquema que tornava mais evidentes as tipologias de obras de natureza científica que existiam nas bibliotecas privadas em Portugal. Não esqueçamos que o propósito do

¹²⁸ Id., *ibid.*, p. 59.

¹²⁹ Pormenorizando melhor as excepções, verificamos que, no universo que nos interessa, são as bibliotecas de instituições religiosas, que têm (ou declaram) poucos livros, que mais tendem a enunciá-los sem arrumação por matérias. Damos, como exemplo, os catálogos dos hospitais da comunidade de S. João de Deus de Elvas e da de Castelo de Vide, o primeiro com 10 títulos, o segundo com 4 (ambos em PT/TT/RMC Cx. 123, cat. 1218 onde se incluem também os róis individuais dos religiosos destas duas comunidades e da de Estremoz). Também a comunidade de Santa Clara de Vila do Conde apresenta um catálogo sem classificação, apesar de ter 50 títulos (PT/TT/RMC Cx. 118, cat. 502) tal como o convento de Nossa Senhora do Bom Sucesso em Lisboa que indica 44 títulos (PT/TT/RMC Cx. 118, cat. 441).

No capítulo IV analisamos estes e outros catálogos em relação aos seus quantitativos e conteúdos de História.

Edital era conhecer os livros que existiam no país e, quando necessário, proibir ou suprimir alguns.

François Furet consagrou na sua obra¹³⁰ o esquema típico das grandes classes dos saberes setecentistas, que tem, aliás, servido de paradigma em alguma investigação recente sobre a História do Livro e da Leitura, em Portugal. É o caso de João Luís Lisboa que o utiliza no seu estudo, apresentando os cinco grandes grupos, que transcrevemos:

“1- Obras religiosas com os textos sagrados, litúrgicos ou apologeticos
2- Jurisprudência 3- História, Geografia e viagens 4- Ciências e Artes, grupo heterogéneo que engloba a Filosofia e “saberes” variados; e finalmente 5- “Belas Letras”, com a filologia, o romance, a poesia e também a imprensa e as miscelâneas.”¹³¹

A uniformização de Furet reflecte a classificação de Martin, com o grupo Ciências e Artes, mas inclui uma especificação dos conteúdos que foi obtida pela comparação entre vários exemplos de utilização do esquema das cinco classes e que recoloca a História na terceira posição. É um tipo de metodização que, com algumas variantes como vamos ver, pode ser encontrado em sistemas de classificação usados em Portugal, mais para o fim de Setecentos, onde a História, acompanhada da Geografia e viagens, ocupa ora a terceira posição, como na proposta de Furet, ora a quinta. Não há um esquema único de categorização teórica de saberes mas, com ligeiras alterações à posição de algumas matérias como é o caso da História e maior ou menor agregação no campo das Ciências e Artes, certo é que o elenco das classes principais é relativamente estável no século XVIII, o que justifica a opção de uniformização feita por Furet, após análise de várias fontes.

Acresce que o século XIX vai ainda utilizar esta ordenação geral, deixando para as subclasses a pormenorização e a actualização das matérias. O exemplo mais importante é o *Manuel du libraire et de l'amateur de livres*, de Jacques-Charles Brunet (1780-1867), livreiro francês, publicado em 1810, pela primeira vez e com múltiplas

¹³⁰ *Livre et société dans la France du XVIIIe siècle*. Paris: Mouton, 1965-1970. 2 vol.

¹³¹ *Ciência e política: ler nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: INIC: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1991, p. 37.

edições actualizadas posteriormente, quer pelo autor, quer pelos seus sucessores¹³². O esquema compreende as classes de Teologia, Jurisprudência, Ciências e Artes, Belas Letras e História¹³³.

A aplicação deste alinhamento de saberes parece, pois, consensual. Na elaboração de um catálogo, com maior ou menor declinação de grupos e subgrupos, o que predomina é a apresentação lógica de um conjunto de referências bibliográficas que representam o acervo de livros de uma dada biblioteca, loja de livreiro ou de impressor, em suma, de um saber disponível e materialmente acessível. Vimos para os catálogos das bibliotecas a tabela de matérias apresentada no Edital de 10 de Julho de 1769, da Real Mesa Censória que podemos considerar como uma institucionalização da prática classificativa que, ao tempo, se usava. Vamos ver agora alguns exemplos de catálogos de livreiros estabelecidos em Lisboa para avaliar as formas organizativas que seguiam.

Encontramos com facilidade catálogos com “a ordenação alfabética de títulos”¹³⁴, mas também se detecta uma certa preferência pela organização por línguas. Nesse caso, podem agrupar-se, simplesmente, os títulos por ordem alfabética, dentro de cada uma das línguas, como no *Catalogo dos Livros Portuguezes, Hespanhoes, e Italianos, que se achão na loge de Paulo Martin e Companhia, Mercadores de Livros defronte do Chafariz do Loreto em Lisboa*, impresso em Lisboa na Régia Oficina Tipográfica em 1778. Podem também estar organizados por línguas mas, dentro delas, apresentar os títulos disponíveis de acordo com determinados assuntos, como é exemplo o *Catalogo dos Livros Portuguezes, e alguns latinos, francezes, hespanhoes, e italianos que João Baptista Reycend e Companhia, Mercadores de Livros no largo do Calhariz na Esquina da Bica grande em Lisboa*, impresso também na Régia Oficina Tipográfica, no ano de 1779.

Vale a pena seguir a classificação, eminentemente prática, que Reycend apresenta, até porque justifica o que atrás dissemos sobre a necessidade de perceber se havia utilidade na aplicação do esquema teórico ou se, pelo contrário, o que transparece na organização dos catálogos sobretudo os de “oferta”, como são os dos livreiros, é uma

¹³² Cf. Nota bio-bibliográfica em http://www.bibliographie.com/biographie/notice_brunet-3.

¹³³ V. o esquema geral de matérias de Brunet no Anexo III.

¹³⁴ DOMINGOS, Manuela D. – *Livreiros de setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000. p. 144.

organização mais prática. Ora, precisamente, o catálogo de Reycend inicia-se com uma lista indiscriminada de obras em português a que se seguem os Livros Latinos, os Livros Franceses, os Livros Espanhóis, os Livros Italianos, os Sermonários Latinos, os Franceses, os Italianos, os Portugueses, os Livros Novos (pequena lista de livros portugueses de tema indiscriminado), os Sermonários Espanhóis e finalmente os Livros de Teologia, as Histórias Eclesiásticas, as Belas Letras, Ciências e Artes, &tc., os Livros Jurídicos, Política e Comércio e terminando por outra oferta de Livros Portugueses e Livros Espanhóis, de temática diversa mas que não são novos. Esta circunstância, no entanto, não vem explicada; deduz-se das datas de edição (incluem-se, até, livros do século XVI) e a razão para a sua presença no catálogo tem, seguramente, a ver com a procura que existia, a qual para além de visar o impresso moderno também incidia sobre o livro antigo, por ser ainda estimável no que respeitava ao conteúdo e/ou por ser de interesse para bibliófilos.

Não podemos daqui inferir mais do que uma organização muito dirigida a públicos-alvo (veja-se a questão dos Sermonários ou dos Livros Jurídicos e Comércio) mas onde perpassa a tabela classificativa das cinco classes. No caso do livreiro Jorge Rey de que Manuela D. Domingos apresenta¹³⁵ as classes por ele utilizadas no seu catálogo de livros franceses, vemos que são a Teologia, Jurisprudência, Medicina e Belas Letras (a mais representada em número de obras) onde se incluem as Ciências e Artes, História, Geografia, Arte Militar e “Livros Clássicos, etc”. Parece, neste caso, haver uma necessidade de individualizar as classes mais antigas e consensuais como a Teologia e a Jurisprudência, destacando também a Medicina por eventual estratégia de venda, e, no geral, visando facilitar a busca pelo público-alvo. Porém, fica colocada nas “Belles Lettres” uma variedade de temas que, apesar de tudo, vêm detalhados para que o público saiba onde localizar as obras que pretende mas que, em bom rigor em alguns casos, nada têm a ver com a designação Belas Letras, como aliás Manuela D. Domingos acentua¹³⁶. No catálogo dos livros latinos¹³⁷ Jorge Rey considera a Teologia,

¹³⁵ Referimo-nos ao *Catalogue des livres françois sur toute sorte de matières qui se trouvent a Lisbonne chez George Rey, Libraire ao Poço Novo*. Lisbonne: de l’Imprimerie d’Antoine Rodrigues Galhardo, Imprimeur de la Mensa Censória, 1775. *Apud* DOMINGOS, Manuela D. - *ob. cit.*, p. 142-145.

¹³⁶ *Ob. cit.*, p. 144.

¹³⁷ Referimo-nos ao *Catalogus librorum latinorum omnium facultatum qui venales reperiuntur apud Georgium Rey bibliopolam, in via vulgo dicta Posso Novo*. Olisipone: apud Antonium Rodericium Galliardum, Typographum Regiae Curiae Censoriae, anno 1775. *Apud ob. cit.*, *ibid.*

Jurisprudência, Medicina e Miscelâneas que, tal como acontecia com as Belas Letras do catálogo dos livros franceses, abrange História, Gramática, Filosofia, Geografia, Filologia, Poesia, Antiguidades, Numismática “& ad omnes denique humaniores artes”.

Um esquema vulgar entre os catálogos de livreiros de Lisboa é, como dissemos, a arrumação alfabética de autores, com os títulos de obras anónimas por vezes individualizados outras vezes incluídos juntamente com os nomes dos autores. Dentro de cada letra pode existir também a subdivisão por formato. Se a arrumação alfabética podia justificar-se quando a abundância de obras referenciadas não era muito grande e, como tal, tornava pouco expressiva a distribuição temática, já a divisão por formatos parece ser uma ajuda ao prospectivo comprador para melhor antecipar o espaço de que necessita para arrumar os livros. De qualquer modo, o que interessa perceber é a utilização (que pressupõe a utilidade) de um esquema classificativo consensual que, com alterações mais ou menos estranhas para nós, serve os propósitos da venda de livros numa lógica que privilegia a apresentação da oferta de um modo que pretende corresponder à procura.

Sem dúvida mais interessantes do ponto de vista classificativo são os catálogos que a loja da Impressão Régia apresenta nos anos de 1771 e 1772¹³⁸. Assim, temos a oferta de livros distribuída pelas classes de Teologia, Jurisprudência, Filosofia, História e Filologia ou Humanidades. Dentro de cada classe há subclasses e dentro delas o agrupamento faz-se por ordem alfabética de autores e títulos de obras anónimas. A História tem o seu lugar individualizado e é a Medicina e a Matemática que são absorvidas, tal como outros domínios científicos e técnicos, na classe Filosofia que aqui substitui a designação Ciências e Artes.

Em suma: apesar de a relativa estabilidade das cinco classes os temas considerados em algumas delas podem diferir desde logo no posicionamento que a classe ocupa (a História quando é classe pode ser a terceira ou a quinta nos exemplos

¹³⁸ Respectivamente: *Catalogo de livros que se vendem por seus justos preços na loge da Impressão Regia sita na Praça do Commercio pelo seu administrador Francisco de Paula da Arrábida em Janeiro de 1771*. Lisboa, com licença da Real Meza Censória (preço 240 reis) e *Catalogo de livros que se vendem por seus justos preços na loge da Impressão Regia sita na Praça do Commercio em Abril de 1772*. Lisboa, com licença da Real Meza Censória. Referidos por Manuela D. Domingos, *ob.cit.*, e estudados por Fernando Guedes, *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história: séculos XVIII e XIX*. Lisboa; S. Paulo: Verbo, 1987.

que já vimos) mas igualmente na designação, como observámos para a Filosofia e as Ciências e Artes. Só a Teologia e a Jurisprudência que já vêm das classificações antigas estão sempre assim designadas e ocupam as primeiras posições. Os casos limites que vimos nos catálogos de Jorge Rey com as Belas Letras a englobar diversas áreas do conhecimento sem relação específica com a Literatura, ou ainda com as Miscelâneas, onde se encontra a História, configuram estratégias de venda e não podemos considerá-los, de um ponto de vista mais científico, como uma verdadeira organização de conhecimento. Conforme afirma Manuela D. Domingos:

“Desconhecimento da arte, ou estratégia comercial? Sem exagerar a questão da presença mais despercebida das obras ainda não autorizadas v.g. proibidas pela Censura da Mesa [...] não há dúvida que a localização de um autor não nomeado no catálogo ou na obra, os títulos equívocos, etc., convivem melhor com esta espécie de desorganização interna aos nossos olhos, mas podem ter mais que ver com uma organização expedita das vendas [...]”¹³⁹

Passando agora à utilização de esquemas classificativos para ordenação dos próprios livros nas bibliotecas, há uma primeira observação que devemos fazer entre a proposta que se apresenta, por exemplo, numa das obras mais famosas do género, os *Conseils pour former une bibliothèque peu nombreuse mais choisie*, de Samuel Formey¹⁴⁰, que conheceu diversas edições em meados do século XVIII, e a possibilidade prática de arrumar as obras na biblioteca seguindo um esquema pré-estabelecido. Com efeito, essa situação ideal requeria, pelo menos, um espaço amplo e próprio, dotado de mobiliário adequado. O século XVIII é a época por excelência para o desenvolvimento de soluções destinadas a grandes e pequenas bibliotecas, privadas ou institucionais¹⁴¹. Dizendo de outra forma: aquilo que, no século

¹³⁹ *Ob. cit.*, p.144.

¹⁴⁰ Utilizámos a edição de Berlin: chez Haude et Spener, 1756.

¹⁴¹ Ainda que não seja objecto do nosso estudo a investigação sobre esta temática não podemos deixar de referir mais uma vez o artigo de JOLLY, Claude – Bâtiments, mobilier, décors. In: *Histoire des bibliothèques françaises* Paris: Promodis: Cercle de la Librairie, 1988, vol. II – Les bibliothèques sous l’Ancien Régime, 1530-1789. Dir. Claude Jolly, p. 361-371.

De grande interesse pela relação que estabelece entre o espaço e as práticas de leitura é o estudo, já citado antes, de CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel – Les pratiques urbaines de l’imprimé. In: *Histoire de l’édition française*. Dir. Henri-Jean Martin, Roger Chartier. Paris: Promodis, 1984, vol. II – Le livre triomphant, 1660-1830, p. 408-411.

Para as bibliotecas portuguesas v. como estudo de conjunto, PIMENTEL, António Filipe – Bibliotecas. In: PEREIRA, José Fernandes, dir. – *Dicionário da arte barroca em Portugal*. Lisboa:

XVIII vai definir uma biblioteca é a ordem, ou seja a situação ideal em que classificação e arrumação estão em correlação. Nas palavras de Louis Desgraves:

« L'ordre étant l'âme et la forme des bibliothèques, classification et classement sont déterminants dans la constitution d'une véritable collection qui sans cela ne serait jamais, selon la formule de Naudé, qu'un « amas de livres ». [...] Classement physique des ouvrages et classification intellectuelle se correspondant, les traités de l'époque recommandent d'affecter chacune des armoires, comme naguère chacun des pupitres, à une sous-classe ou, le cas échéant, à une classe si celle-ci est particulièrement peu développé »¹⁴².

Conhecemos alguns exemplos, em Portugal, que correspondem a este tipo de organização dos saberes que, independentemente do catálogo, oferece de imediato ao proprietário, visitante e prospectivo leitor uma ordem que lhe parece lógica. É o caso da Biblioteca Joanina e da biblioteca do convento de Mafra que ainda hoje mostram os seus conteúdos devidamente organizados em espaços criados para o efeito¹⁴³. A possibilidade de percorrer as estantes para encontrar o que se procura ou para se ser surpreendido pelo que não se conhecia é uma atitude típica do leitor setecentista e que encontramos, aliás, plasmada em vários relatos de viajantes¹⁴⁴.

Presença, 1989, p. 88-92 e para a estética joanina v. SALDANHA, Sandra Costa – O paradigma estético da biblioteca joanina: bibliotecas conventuais setecentistas. In: *As bibliotecas e o livro em instituições eclesiais: Actas do II e III Encontro Nacional*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2013, p. 99-117.

¹⁴² Naissance de la “science” des bibliothèques. In: *Histoire des bibliothèques françaises*. Paris: Promodis: Cercle de la Librairie, 1988, vol. II – Les bibliothèques sous l'Ancien Régime, 1530-1789. Dir. Claude Jolly, p. 383. Quanto à “ordem dos livros” veja-se a obra referencial homónima de Roger Chartier, tradução portuguesa (Lisboa: Vega, 1997).

¹⁴³ V. para a Biblioteca Joanina, PIMENTEL, António Filipe – A biblioteca da Universidade e os seus espaços. In: *Tesouros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. 1ª reimpressão. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2011, p. 14-21.

Para este aspecto específico da biblioteca de Mafra v. CALAZANS, José Carlos – A casa da livraria do Palácio Convento de Mafra. *Boletim Cultural de Mafra*, nº 92, 1993, p. 9-26 e FERREIRA, Jorge Manuel Rodrigues – *De la organización de la Biblioteca Real de Mafra a la Documentación: el pensamiento biblioteconómico en Portugal (c. 1740-1926)*. Tesis doctoral en Ciencias de la Información – Facultad de Ciencias de la Información, Universidad Complutense de Madrid. Madrid: [s.n.], 2008.

¹⁴⁴ Citamos, por exemplo, BARETTI, Giuseppe – *Cartas de Portugal*. Traduzidas, prefaciadas e anotadas por Maria Eugénia de Montalvão Freitas Ponce de Leão. Coimbra: [s.n.], 1970, 103-108: “Voltemos por mais um momento à biblioteca de Mafra. Pus a mão e a vista sobre muitos livros portugueses, com licença do padre bibliotecário que me deixou vasculhar todas as estantes a meu bel-prazer; mas em mais de quatro horas que gastei, a ler aos bocados por aqui e por ali, não encontrei um único pensamento que merecesse ser aproveitado [...] Na outra biblioteca, a que já está cheia, observei, a correr, que existe um belo número de livros bons: mas eram os livros portugueses que me interessavam e tinha vontade de examinar [...]”.

Quando compulsamos catálogos de bibliotecas religiosas e analisamos as indicações manuscritas que constam dos próprios livros não fica sempre explicitado se a arrumação se iria fazer por assuntos e qual era o esquema classificativo utilizado. Não obstante, essa seria a forma, por excelência, de organização física em bibliotecas privadas ou institucionais, tendo mais uma vez em conta, a comodidade do utilizador. Pelo menos é para isso que apontam as obras que atrás mencionámos e que tinham como objectivo orientar a constituição e enriquecimento de uma biblioteca. Contudo, a tabela classificativa pode variar até em função dos conteúdos existentes, fruto do gosto ou da necessidade do possuidora escolha dos assuntos. Vejamos alguns exemplos dessas práticas.

Samuel Formey, na obra citada, propõe uma classificação mais detalhada tendente a melhor caracterizar não a classe mas o género literário a que a obra pertence e assim propõe um conjunto de 12 “Articles” explicando no Prefácio:

« J’ai rangé ce petit Catalogue raisonné en un certain nombre de Classes ou Articles, auxquels il m’a paru qu’on pouvait rapporter les meilleurs livres en tout genre. Il ne s’agit point ici des Sciences particulières, qui font l’objet d’un Sçavant de profession. Tous les ouvrages que je conseille, appartiennent, ou peu s’en faut, à cette division rebattue, mais pourtant juste & significative : L’ESPRIT ET LE CŒUR. »¹⁴⁵

Os referidos Artigos (que indicamos em tradução nossa) são: I. Sagrada Escritura, Teologia e História Eclesiástica; II. Filosofia; III. Belas Letras; IV. Imprensa; V. História; VI. Romances; VII. Poesia; VIII. Eloquência; IX. Moral e gosto; X. Ciências militares e matemáticas; XI. Geografia e viagens; XII. Jurisprudência e Medicina. Vemos aqui, tipicamente, as áreas de interesse que, de acordo com Formey, se destinavam a “[...] un grand nombre de personnes, qui pleines de goût, & même d’ardeur pour les Belles-Lettres, ne sçavent comment satisfaire ces heureuses inclinations, tâtonnent, pour ainsi dire, dans le choix des Livres qui leur conviennent [...]”. Mais acrescentando: “J’ai dessein de leur tracer ici un plan, au moyen duquel elles pourront aisément rassembler les meilleurs Livres dans chaque genre [...]”¹⁴⁶.

¹⁴⁵ *Ob. cit.*, p. 9-10.

¹⁴⁶ *Ob. cit.*, p. 6-7.

Conhecida a intenção, verificamos no alinhamento dos Artigos que a Teologia ocupa, como sempre, a primeira posição (e o livro destina-se a “un Seigneur, une Dame qui ont de l’esprit, du goût & des connoissances”¹⁴⁷ e não a bibliotecas de religiosos), a Filosofia ganha a segunda posição, logo seguida das Belas Letras, de onde ficam excluídos os Romances, a Poesia e a Eloquência que constituem grupos próprios e que são também muito típicos da produção literária setecentista, sobretudo francesa. A Imprensa é indispensável numa boa biblioteca pela actualidade que as suas notícias vão proporcionando e o Senhor ou a Senhora de espírito encontram também um Artigo sobre Moral e Gosto. As ciências militares e matemáticas bem como a Geografia e viagens representam interesses muito específicos da produção tipográfica do século XVIII para os quais havia muita procura e muita oferta. Numa biblioteca particular de características generalistas ou seja, não destinada a profissionais de nenhuma área, a Jurisprudência e a Medicina ocupam, portanto, a última posição, marcando a visão e o plano de Formey que consistia em abranger todas as áreas do saber mas no tocante a domínios científicos, apenas indicava as obras de referência concebidas para um público que pretendia apenas ficar informado.

Quanto à História, vemo-la na 5ª posição entre a Imprensa e os Romances; porém, a História Eclesiástica está incluída no Artigo I que abrange as Sagradas Escrituras e também a Teologia. Veremos adiante que esta não era esta a estrutura habitual. Por agora, vamos perceber nas palavras de Samuel Formey o que deve significar a História no conjunto de uma biblioteca:

« Rien ne figure mieux assurément dans le Cabinet d’un Homme de condition que les Historiens. Il y a peu d’occupations plus attrayantes que celle de contempler dans les bons Auteurs en ce genre, le Tableau des événements innombrables dont ce monde a été le Théâtre depuis son origine. Je ne puis que parler que des Histoires générales; la collection des Historiens particuliers va bien au-delà de mon but »¹⁴⁸.

O lugar que a História ocupa é, pois, fundamental no acervo de qualquer biblioteca e, ainda que para o público a quem se destinam os “Conseils” de Formey não haja necessidade de fazer subdivisões como vamos seguidamente ver numa outra obra

¹⁴⁷ *Ob. cit.*, p. 6.

¹⁴⁸ *Ob. cit.*, p. 44.

muito popular ao tempo, o elenco escolhido apresenta-se, apesar de tudo, com um alinhamento hierarquizado.

Formey visava a formação de uma biblioteca pouco numerosa. Como se lê no Prefácio¹⁴⁹ “Avec cinq à six cent Volumes, elles [as pessoas] auront de quoi suffire à la lecture de toute leur vie [...]”. Ora, pela mesma época surge a já citada obra de Guillaume-François De Bure (1731-1782)¹⁵⁰ impressor, livreiro e bibliófilo que visa também aconselhar os que pretendem formar uma biblioteca ou enriquecê-la com novas edições. A classificação que propõe na sua obra assenta nas cinco classes mas apresenta todo um sistema hierarquizado, de grande minúcia, que confere uma ordem coerente aos saberes disponíveis. De notar que a “Bibliographie instructive” pretende ser, em primeira instância, um catálogo organizado da maior parte dos livros relevantes que se tinham editado desde a invenção da imprensa até ao tempo, incluindo também nas referências bibliográficas, notas sobre o valor das obras, as razões da sua raridade e ainda o modo de distinguir entre edições originais e contrafeitas e entre exemplares completos e mutilados. No tocante às cinco classes, De Bure apresenta-as como um dado incontestável como se lê na página de rosto da obra: “[...] Disposée par ordre de Matières & de Facultés, suivant le système Bibliographique généralement adopté [...]”. Refere-se, ao seguinte alinhamento, que igualmente traduzimos para português, como os esquemas anteriormente referidos: I. Teologia; II. Jurisprudência; III. Ciências e Artes; IV. Belas Letras; V. História.

Se escolhermos o que à História diz respeito, temos uma hierarquização de matérias que arruma o conjunto dos saberes disponíveis nesta segunda metade do século XVIII:

1. Prolegómenos históricos
2. Geografia
3. Cronologia
4. História eclesiástica
5. História profana das monarquias antigas

¹⁴⁹ *Ob. cit.*, p. 7.

¹⁵⁰ V. *Bibliographie instructive ou Traité de la connaissance des livres rares et singuliers*, 1763-1768. Cf. o esquema geral classificativo no Anexo III.

6. História moderna
 - Monarquias da Europa
 - Monarquias fora da Europa
7. Paralipómenos históricos
8. Antiguidades
9. História literária, académica e bibliográfica
10. Vidas das pessoas ilustres
11. Extractos históricos

Cada um destes subtemas se subdivide para melhor particularizar os assuntos tratados nos livros mantendo sempre uma estrutura que vai do aspecto mais geral para o mais particular. Aliás, é importante assinalar que as tabelas de cada uma das classes estão presentes como índice, logo no início e não apenas como cabeçalho, ao longo da obra, a referenciar o conjunto de livros de tal ou tal matéria, o que nos permite ter, efectivamente, uma visão da sistematização dos assuntos tal como ela era vista na época.

O conceito de História abrange a Geografia, a Cronologia e a Biografia e inclui as ciências que se designam por auxiliares da História como a Bibliografia, a Arqueologia, a Numismática, a Epigrafia, a Genealogia e a Heráldica. Inclui tanto a História eclesiástica cujo plano hierarquizado é dos mais detalhados (ou não fosse esta uma área do saber em que havia maior profusão de obras editadas) quanto a História profana, onde se distingue a antiga da moderna. A História da Europa, muito minuciosa sobretudo no que diz respeito à França está apresentada por país (ou países) e dentro deles por época. A história dos países fora da Europa é tratada de forma mais generalista. As colectâneas e os dicionários históricos constituem a última subdivisão.

Precisamente porque é uma tabela muito exaustiva e porque revela a forma de hierarquizar os saberes no século XVIII, serviu-nos de modelo classificativo para caracterizar os livros de História provenientes das casas religiosas de Lisboa que

constituem objecto deste estudo, como se verá no capítulo V¹⁵¹. A importância destes manuais no coleccionismo bibliófilo setecentista é acentuada por Maria Luísa López-Vidriero no que respeita às bibliotecas particulares em Espanha, do seguinte modo:

“Los manuales son catálogos ordenados bibliográficamente. Presentan un plan metódico que consiste en dividir y subdividir en clases todo loque esobjecto del conocimiento. Más alla del fin pragmático de facilitar al gabinetista orientarse entre sus libros, la bondade de un sistema bien establecido radica en que proporción una clasificación del sabersirve para situar los conocimientos adquiridos [...] Bibliógrafos y libreros trazan vários sistemas de clasificación. Los de estos últimos, concretamente los denominamos de los libreros parisinos, son los que más fama alcanzan”¹⁵².

Terminamos esta apresentação sobre os saberes e sua organização com a proposta classificativa que Diogo Barbosa Machado inclui na *Bibliotheca Lusitana*¹⁵³. Trata-se do *Índex VII Das matérias em que escreveram os Authores*, onde o autor estabelece primeiro a tabela de 63 matérias que vai usar e, de seguida, organiza o índice de autores e títulos para cada uma delas. Como se constata na aplicação prática da tabela, há uma subdivisão de algumas matérias, desde logo na parte relativa à Escritura Sagrada em que Barbosa Machado organiza as referências de acordo com os livros do Antigo e do Novo Testamento. Tem também uma organização prática, por exemplo, nas matérias XXXVI - Tradutores de Línguas, em que há uma extensa lista de possibilidades e XXXVII - Autores que escreveram em línguas ultramarinas, em que os nomes se encontram por ordem alfabética. O elenco das matérias acompanha, como se vê abaixo, as grandes classes conhecidas mas privilegia certos tipos de especificação por haver necessidade de ir a esse detalhe dada a existência de obras que o justificam. Não sendo, portanto, um catálogo destinado a quem pretende formar uma biblioteca mas sim uma bibliografia de obras de autores portugueses, o Índice de matérias, pela estrutura pouco hierarquizada e pela variedade de matérias práticas que aborda, constitui

¹⁵¹ O esquema geral da tabela, traduzido para português, encontra-se no Anexo III, como mencionámos, junto com a tabela detalhada da classe História.

¹⁵² El gabinete de un hombre de gusto: manuales para la formación de bibliotecas en el siglo XVIII. In: LÓPEZ-VIDRIERO, Maria Luisa; CÁTEDRA, Pedro M., dir. – *El libro antiguo español. IV – Coleccionismo y bibliotecas (siglos XV-XVIII)*. Salamanca: Universidad de Salamanca; Madrid: Sociedad Española de Historia del Libro, 1998, p. 459-460.

¹⁵³ Usámos a edição de Coimbra: Atlântida Editora, 1965-1967. O Índice específico encontra-se no 4º vol., p. 496-498. O enunciado das diferentes matérias está transcrito, mais adiante, neste capítulo.

uma leitura muito específica da categorização dos saberes. Em suma, não é um esquema teórico mas sim uma aplicação prática dirigida às obras que se enunciavam nos vários volumes.

Assim, a matéria I, corresponde à classe que em algumas tabelas se designa por Bíblia ou Sagrada Escritura e entre a II e a XIII, estão obras de Teologia e de vidas exemplares. Segue-se a Jurisprudência com os números XIV e XV, distinguindo a canónica da civil, depois um conjunto correspondente às Ciências e Artes, aqui enunciado com grande pormenor entre as matérias XVI e XXXV, situação que permite, efectivamente, localizar os autores e as obras respectivas sobre matérias tão diversas entre si, como, por exemplo a Geometria e a Arte equestre. As Belas Letras abrangem as matérias XXXVI a XLIII, começando por duas que não são matérias mas sim funções de escrita, a XXXVI Tradutores e a XXXVII Escritores em línguas ultramarinas, ambas como atrás dissemos, com subdivisões internas. É uma arrumação prática, eventualmente em correspondência com formas de pesquisa possíveis. À História correspondem as matérias XLIV a LI, sendo esta última a História fabulosa, onde as obras incluídas são essencialmente novelas “históricas” incluindo os livros de cavalaria. Retomam-se conteúdos das Belas Letras, já não de Filologia e mais nas suas expressões literárias, nas matérias LII a LXI, seguindo-se uma que parece descontextualizada se quiséssemos aplicar, com rigor, uma tabela classificativa hierarquizada e que consiste nos Padres e Historiadores, ilustrados ou traduzidos. As matérias terminam com as Obras Miscelâneas.

A História compreende dois grandes núcleos, a Eclesiástica e a Secular (não Profana nem Civil, como por vezes aparecia designada), sem subdivisões, e compreendendo também as ciências auxiliares como a Numismática e Epigrafia, a Bibliografia e a Genealogia. A Geografia está na matéria XXVIII com a Corografia e a Cosmografia, enquanto na classificação de De Bure¹⁵⁴ figura na classe da História junto com a Cronologia. A Heráldica não acompanha a Genealogia e está considerada na matéria XXV Arte do Brasão, assumindo assim Barbosa Machado que a Heráldica tal como a Geografia são “artes”, isto é matérias práticas. É interessante verificar que as Biografias estão divididas por género, sendo o nascimento a principal característica da

¹⁵⁴ *Ob. cit.* V. esquema classificativo no Anexo III.

sua ilustração, em ambos os casos. Para os varões contam também as virtudes, letras e armas e para as mulheres a santidade e a ciência. A matéria XLIX, Bibliotecários, inclui obras de Bibliografia. Esclareça-se, ainda, que Padres e Historiadores é uma matéria onde se indicam 20 autores com obras de comentário ou tradução de autores clássicos gregos e latinos. Para melhor compreensão da análise que fizemos, indicam-se, conforme mencionámos atrás em nota, as 63 matérias:

I.	Escritura Sagrada	XIII.	Vidas de Santos e Santas
II.	Teologia Positiva, compreende Concílios, Sínodos, Constituições Regulares.	XIV.	Jurisprudência Canónica.
		XV.	Jurisprudência Civil.
		XVI.	Filosofia.
III.	Santos Padres Ilustrados.	XVII.	Lógica.
IV.	Teologia Escolástica.	XVIII.	Física.
V.	Teologia Moral.	XIX.	Metafísica.
VI.	Teologia Parenética, compreende Homilias e Sermões.	XX.	Ética e Política.
		XXI.	Medicina.
VII.	Teologia Catequética, compreende a Doutrina Cristã, Missa, Missal, Breviário e Cerimónias Eclesiásticas.	XXII.	Cirurgia.
		XXIII.	Matemática.
		XXIV.	Aritmética.
VIII.	Teologia Polémica.	XXV.	Geometria.
IX.	Teologia Ascética.	XXVI.	Música.
X.	Teologia Mística, compreende Meditações e Orações.	XXVII.	Astronomia e Astrologia.
		XXVIII.	Cosmografia, Geografia e Corografia.
XI.	Teologia Exemplar, compreende a Vida de Cristo Senhor Nosso e sua Paixão Sagrada.	XXIX.	Náutica.
XII.	Vida de Nossa Senhora e seus louvores.	XXX.	Arte Militar.

XXXI.	Arquitectura.	XLVII.	Vidas e Elogios, de Príncipes e Varões ilustres em virtudes, letras e armas.
XXXII.	Pintura.		
XXXIII.	Arte Equestre.		
XXXIV.	Alveitaria.	XLVIII.	Vidas e Elogios, de Princesas e mulheres ilustres em santidade e ciência.
XXXV.	Arte de Brasão.		
XXXVI.	Tradutores de várias línguas.	XLIX.	Bibliotecários.
XXXVII.	Escritores em línguas ultramarinas.	L.	Genealogia.
		LI.	História fabulosa.
XXXVIII.	Gramática Latina, Hebraica, Caldaica, Francesa, Italiana, Inglesa, Holandesa e de outras línguas ultramarinas.	LII.	Diálogos.
		LIII.	Manifestos
		LIV.	Apologias.
XXXIX.	Ortografia.	LV.	Críticas e Invectivas.
XL.	Vocabulários e Prosódias.	LVI.	Poética.
XLI.	Retórica.	LVII.	Poesia Latina.
XLII.	Oratória.	LVIII.	Poesia Vulgar.
XLIII.	Cartas.	LIX.	Poesia Cômica.
XLIV.	Moedas, Inscrições e Símbolos.	LX.	Prosa e Verso.
XLV.	História Eclesiástica.	LXI.	Poetas, ilustrados e traduzidos.
XLVI.	História Secular.	LXII.	Padres e Historiadores, ilustrados ou traduzidos.
		LXIII.	Obras Miscelâneas.

Tínhamos proposto no início deste capítulo abordar a classificação dos saberes, em primeiro lugar, através da apresentação da classificação teórica tal como nos surge em obras sobre organização de livros, fossem eles catálogos de livreiros, de bibliotecas ou bibliografias. Nos casos que analisámos vimos reflectir-se um conjunto de preceitos a utilizar que, em geral, se podiam aplicar naqueles três tipos de obras, apesar de terem

finalidades distintas. Vimos também que, com maior ou menor detalhe na sistematização das matérias, a História ocupava um lugar imprescindível nas tabelas classificativas do século XVIII. Vamos agora passar a apresentar exemplos práticos de aplicação de sistemas de classificação em bibliotecas portuguesas, com destaque para as de instituições religiosas, procurando, nesses casos, verificar quais os esquemas predominantes e qual o lugar conferido às obras de História.

III.3.3.2. Processos de classificação em bibliotecas portuguesas: abordagem comparativa

Não há uma bibliografia abundante em Portugal sobre o conteúdo das bibliotecas religiosas em que fique presente o esquema de classificação por elas usado. Alguns dos trabalhos monográficos que consultámos optam por fazer a sua própria classificação que, se em alguns casos anda próxima do esquema típico de saberes em cinco ou sete classes, noutros casos apresenta soluções cuja escolha pode ou não corresponder às práticas da época a que se reportam. De qualquer modo a nossa opção metodológica para este estudo consistiu em ir ao encontro das escolhas feitas pelas próprias bibliotecas sempre que nas fontes estava presente o esquema classificativo.

Assim, procurámos entre a bibliografia para o período que nos interessa, a que transcrevesse a classificação usada pelas bibliotecas como é o caso dos estudos sobre a biblioteca dos Oratorianos de Braga¹⁵⁵ e sobre as bibliotecas franciscanas do Norte de Portugal¹⁵⁶. Cotejaremos com exemplos que nos vêm da observação de livros provenientes da biblioteca do convento de S. Francisco de Xabregas que têm inscrito no rosto o assunto a que se reportam, e com a classificação que consta do catálogo¹⁵⁷. Não deixaremos de comparar com o esquema utilizado por frei Francisco de S. Luís Saraiva (1766-1845)¹⁵⁸ na sua biblioteca particular e na do mosteiro de Tibães¹⁵⁹.

¹⁵⁵ V. MESQUITA, Laura Maria Silveira – *Braga e a cultura portuguesa dos finais da Época Moderna: a Biblioteca dos Oratorianos*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto. Porto: [s.n.], 1993.

¹⁵⁶ V. a obra já citada, CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Da memória do livro às bibliotecas de memória*, 1998.

¹⁵⁷ *Catalogo da Livraria do convento de S. Francisco de X.as*, 1809.(BNP.Cód. 8384). V. Anexo III.

¹⁵⁸ V. CARDOSO, António Manuel de Barros – *Ler na livraria de Frei Francisco de S. Luís Saraiva*. Ponte de Lima: Câmara Municipal, 1995.

V. também para a biografia, RAMOS, Luís A. de Oliveira – *O cardeal Saraiva*. Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: [s.n.], 1972.

Terminamos com três casos que não estão elencados, propriamente, em catálogos, mas que se reportam à arrumação prática nas estantes. São eles, a tabela de matérias utilizada no convento de Mafra¹⁶⁰, o esquema usado na biblioteca do convento de Varatojo, criada já em 1861¹⁶¹ mas que replica as tabelas classificativas do século XVIII e o da Real Biblioteca Pública da Corte, fundada em 1796, sob responsabilidade do seu primeiro bibliotecário-mor António Ribeiro dos Santos (1745-1818)¹⁶².

Como caso de estudo, dentro do grupo de bibliotecas de que se ocupa esta dissertação, escolhemos o catálogo da biblioteca do convento de S. Bento de Xabregas¹⁶³ por possuir, para além da organização alfabética de autores e títulos de obras anónimas um “Index Librorum per Facultates Divisus” que inclui os assuntos cobertos pelo acervo da biblioteca.

¹⁵⁹ V. as obras já citadas, RAMOS, Luís A de Oliveira – *Os monges e os livros no século XVIII: o exemplo da biblioteca de Tibães*, 1981 e RAMOS, Maria Teresa Calheiros Figueiredo de Oliveira – *A biblioteca de S. Martinho de Tibães no século XVIII*, 2007.

¹⁶⁰ Agradecemos à bibliotecária do palácio de Mafra, dra Teresa Amaral, a amável cedência de um Relatório de 1990, não publicado, onde consta, de forma detalhada, o elenco das matérias com relação às estantes respectivas e que transcrevemos no Anexo III.

¹⁶¹ O convento fora fundado em 1470 por iniciativa de D. Afonso V e entregue à Ordem dos Frades Menores. Em 1834 já se encontrava encerrado tendo a reduzida comunidade abandonado o convento no ano anterior por falta de condições de segurança. O processo de arrolamento da biblioteca só foi feito em 1837 sendo certo que houve descaminho de livros e de outros bens e fez-se no meio da hostilidade das populações que não queriam que os livros saíssem para Lisboa pois pretendiam criar com eles uma biblioteca pública (Cf. BARATA, Paulo J.S. - *ob. cit.*, p. 99-100). O convento foi vendido em hasta pública mas em 1861, regressados os Franciscanos, um grupo de antigos frades varatojanos comprou o edifício para fazer renascer a comunidade.

A biblioteca incorporada após a República nada tem a ver com a primitiva porém, a constatação *in-loco* do seu aspecto, terá suscitado em Júlio Dantas (1876-1962), então Inspector das Bibliotecas e Arquivos, o interesse por mantê-la indivisa, considerando-a um “exemplar típico das livrarias claustrais franciscanas do século XVIII”, como afirma no Relatório que publica nos “Anais das Bibliotecas Eruditas e Arquivos”, 1915, p. 2., mandando, em consequência, instalá-la em sala própria com as estantes e mobiliário primitivos, numa reconstituição fiel. Cf. CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de – *Livros e leituras dos franciscanos: a biblioteca do convento de Varatojo*. Comunicação apresentada ao Congresso Internacional- Os franciscanos no mundo luso hispânico, Lisboa, 24-28 de Julho 2012 e, sobre o processo de arrecadação dos livros na BN, v. CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de – *Memória e património: a incorporação das bibliotecas das instituições religiosas após o advento da República e o caso da biblioteca do convento de Varatojo*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL I REPÚBLICA E REPUBLICANISMO, Lisboa, 2010 – *Actas*. Lisboa: Assembleia da República, p. 345-354.

¹⁶² Cf. *Resumo da constituição e estado da Real Bibliotheca Publica da Corte*. [Manuscrito] post 1796. (BNP. Arquivo Histórico CR/01/Cx 01-006). Fac-símile disponível in: *Do Terreiro do Paço ao Campo Grande: 200 anos da Biblioteca Nacional: exposição*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1997, p. 154-155.

¹⁶³ *Index Librorum qui in Bibliotheca Canoniorum Secularium Domus S. Joannis Evāgelista de Xabregas asservantur Juxta Nomina, ac Cognomina Auctorum, Operum Títulos, Numeros, nec-non et Facultates, alphabetico, numericoque Ordine digestus. Anno Domini 1747*. (BNP. Cód. 7437).

Começando pelo catálogo da biblioteca dos Oratorianos de Braga verifica-se que está organizado por ordem alfabética de autores mas tem um Index de matérias ou faculdades que são as seguintes¹⁶⁴:

- | | |
|---|---|
| I. Bíblias; | IX. Filósofos e Matemáticos; |
| II. Padres, doutores da Igreja e escritores dos primeiros séculos que escreveram sobre matérias da Religião a favor dela; | X. Médicos e Cirúrgicos; |
| III. Expositores sagrados; | XI. Sermonários; |
| IV. Teólogos. Dogmáticos; | XII. Ascéticos; |
| V. Místicos; | XIII. Cronólogos e Historiadores; |
| VI. Moralistas; | XIV. AA. de Belas Letras e Miscelânea. Retóricos; |
| VII. Litúrgicos; | XV. AA. de Poética e Poetas; |
| VIII. Juristas; | XVI. Mitológicos; |
| | XVII. Geógrafos; |
| | XVIII. AA. de outras Artes. |

Como se vê, é uma tabela que classifica os autores pela função que desempenham nas obras. Assim, não há História mas Historiadores (agregados aos Cronólogos), não há Medicina mas Médicos e Cirúrgicos e, nos casos em que não é possível fazer essa atribuição, temos os “clássicos” AA. para designar Autores, como acontece com os de Belas Letras, os de Poética e por fim os de outras Artes. Conforme refere a autora do estudo “Esta classificação constitui um índice lógico seriando por ordem alfabética os autores que escreveram o mesmo assunto ou assuntos correlativos”¹⁶⁵. No quadro em que se apresentam as temáticas catalogadas relacionadas com o número de autores e o de obras já temos uma percepção diferente na apresentação dos assuntos cobertos. Transcrevemos, pela ordem de importância da matéria na biblioteca¹⁶⁶: História, Ascética, Sermonária, Juristas, Outras Artes, Teólogos, Moralistas, Filósofos, Expositores sagrados, Belas Letras, Poética, Doutores da Igreja, Litúrgicos, Medicina, Geógrafos, Místicos, Bíblias, Mitologia.

Trata-se de um catálogo que reflecte, essencialmente, uma necessidade de representação prática dos assuntos que compõem a biblioteca para simplificar a tarefa

¹⁶⁴ MESQUITA, Laura Maria Silveira - *ob. cit.*, p. 89-90, tendo-se actualizado a grafia.

¹⁶⁵ *Ob. cit.*, p. 90

¹⁶⁶ *Ob. cit.*, p. 93.

de busca por parte dos seus leitores. Esse tipo de classificação não visa, portanto, a aplicação simples do esquema abstracto das grandes classes dos saberes universais mas sim o conhecimento concreto do acervo daquela biblioteca. Deste modo, a lógica das “faculdades” que encontramos na tabela é a que corresponde ao tipo de obras adquiridas e, muito provavelmente, aos interesses dos membros da comunidade. Os testemunhos que encontrámos em livros do convento de S. Francisco de Xabregas, ainda que escassos, parecem apontar também nesta direcção, ou seja, da preferência do prático sobre o teórico quando se trata da organização das colecções e da sua disposição em salas, estantes e prateleiras, como adiante veremos.

Quanto ao lugar da História na biblioteca dos Oratorianos de Braga verifica-se que é a “faculdade” mais representada tanto no número de autores como no quantitativo de obras, significando 17,7% do total e correspondendo a 383 autores e a 645 obras. No entanto, a maior percentagem está na temática religiosa se fizermos o somatório das obras classificadas na Sermonária, Ascética, Teologia, Moral, Expositores, Doutores da Igreja, Litúrgicos, Mística e Bíblia. Acresce que, na História, o peso da religiosa face à profana também terá de ser tido em consideração. Esta é, aliás, a característica dominante noutras bibliotecas religiosas e teremos ocasião de o demonstrar nos capítulos V e VI.

Passamos agora ao esquema classificativo da biblioteca do convento franciscano de Santo António de Caminha que, junto com as de Santo António de Ponte de Lima, Santa Cruz de Viana do Castelo, Nossa Senhora da Penha de França (Braga) e Santa Clara de Caminha, são estudadas por José Adriano de Freitas Carvalho¹⁶⁷ a partir dos inventários feitos ao tempo da sua extinção em 1834. O esquema classificativo, bastante detalhado, apresenta as seguintes classes:

- I. Bíblias, Concordâncias, Santos Padres, Intérpretes, História Sagrada;
- II. Teologia (Dogmática, Moral, Mística, Ritos, Cerimónias);
- III. Jurisprudência (Direito natural, Civil, Canónico, Pátrio, Regular);
- IV. Ciências e Artes (Filosofia, Física, Matemática, História Natural, Agricultura, Medicina e Cirurgia, Náutica, Pintura e Música, Economia Política);

¹⁶⁷ *Ob. cit.*, p. VI.

- V. Belas Letras (Dicionários, Gramáticas, Poetas, Mitologia, Comédias, Oradores);
- VI. História (Profana, Eclesiástica, Vidas de Santos e Homens Ilustres, Cronologia, Geografia, Viagens);
- VII. Filologia (Clássicos, Diplomática, Genealogia, Cartas, Emblemas, Adágios, Novela, Apologias, Diálogos).

Trata-se, evidentemente, de uma tabela hierarquizada e muito informativa no que diz respeito ao conteúdo das classes. Reconhece-se a proximidade às bibliografias francesas do século XVIII, podendo já haver influência de Brunet que, como se referiu atrás, publicou pela primeira vez o seu *Manuel*, em 1810. Freitas Carvalho aponta esta possível filiação, constata que a classificação se afasta da que utilizara Diogo Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana* e, dado que utiliza como fonte principal o inventário do convento de Santo António de Ponte de Lima, porque tem uma folha onde detalha este esquema, chama a atenção para a possibilidade de não ser, necessariamente, o que era usado na biblioteca mas sim um que fora imposto como modelo aos inventariadores¹⁶⁸.

Para nós, o mais importante neste contexto das classificações, é, na verdade, o esquema em si, onde não falta na Classe I a Bíblia, passando a Teologia para segunda posição, seguida da Jurisprudência, das Ciências e Artes, Belas Letras e História, e terminando um enunciado de sete classes com uma nova que é a Filologia a qual, pela discriminação do conteúdo, é de matérias muito variadas.

Passamos agora ao esquema classificativo da biblioteca de frei Francisco de S. Luís Saraiva e da do mosteiro de Tibães, por ele organizada em 1798. O estudo de António Manuel Barros Cardoso¹⁶⁹ onde se descreve pormenorizadamente a organização da biblioteca do cardeal Saraiva e o seu conteúdo refere que o núcleo que compreendia os livros de maior valor se distribuía, tematicamente, no catálogo, de acordo com as seguintes classes: Teologia, Jurisprudência, Ciências e Artes, Literatura, História e Poligrafia, cada uma com várias subdivisões. O esquema apresenta seis classes, sendo a História mais uma vez a quinta. A designação Belas Letras é substituída pela expressão Literatura, numa formulação mais oitocentista que é a que

¹⁶⁸ *Ob. cit.*, p. XVIII-XIX.

¹⁶⁹ *Ob. cit.*

ainda hoje persiste. A classe Poligrafia tem também uma designação moderna e serve para enquadrar, como a antiga Miscelânea, tudo o que não cabia, de forma evidente, nas outras classes. A tabela na sua estrutura hierarquizada está, no entanto, ainda próxima da setecentista francesa que Brunet herdou e actualizou¹⁷⁰. Assim:

- a Teologia integra as Sagradas Escrituras (não há uma classe própria para a Bíblia), a Liturgia, os Concílios, os Santos Padres, os Tratados de Teologia polémica, dogmática e escolástica, a Teologia moral, a Teologia pastoral e Catecismos, a Teologia mística e ascética, a Teologia parenética e homilítica (sermões e homilias);
- a Jurisprudência divide-se em Canónica e Civil, a primeira com os sub-grupos Universal, Regular e Monástica e da Igreja de Portugal; a segunda em Universal e Portuguesa;
- as Ciências e Artes dividem-se em sete subgrupos: as Colecções enciclopédicas, a Filosofia racional, Metafísica e tratados de filosofia escolástica, a Física, Matemática e ciências físico-matemáticas, a História natural, Agricultura e Economia rústica, a Medicina, Cirurgia e Farmacêutica, a Moral, Educação e Política e as Artes liberais e mecânicas;
- a Literatura integra a Gramática, Crítica literária, Filologia geral e miscelâneas de literatura, os Gramáticos, dicionaristas, críticos e filólogos divididos em orientais, gregos e latinos, por um lado e das línguas modernas, por outro, a Poesia subdividida em Artes, dicionários poéticos e poetas gregos e latinos, Poetas e novelistas das nações modernas e Poetas e novelistas portugueses, a Retórica e obras de eloquência e, por fim, as “Epístolas, diálogos, contos, emblemas, enigmas, provérbios, ditos engenhosos, etc;”
- a História está subdividida em Tratados preparatórios para a História por sua vez organizados por áreas (Cronologia, Geografia, Genealogia, Armaria, Diplomática, Antiguidades, Viagens e História Universal), História eclesiástica geral e particular, História profana antiga, História profana moderna, História portuguesa eclesiástica e História portuguesa profana.

¹⁷⁰ A tabela consta do Anexo I da obra acima citada (p. 283-284) o que nos permitiu descrevê-la aqui com pormenor.

O esquema de arrumação usado nesta biblioteca reitera o que foi anteriormente afirmado: existe um cânone classificativo presente que vem do conhecimento das obras mais teóricas e que era geralmente aceite, com algumas alterações ao nível do número e, por vezes, nome das “faculdades”. Porém, o certo é que, consoante o conteúdo da biblioteca, assim também o tipo de subdivisões que se encontra. No que diz respeito à História, a organização presente na biblioteca de frei Francisco de S. Luís Saraiva tem uma funcionalidade muito prática onde vemos as clássicas divisões entre História eclesiástica e profana, separando-se a antiga da moderna, mas onde surgem entradas próprias para a História portuguesa eclesiástica e profana. Parece haver essa necessidade de destacar o que diz respeito a Portugal, certamente porque as obras existentes assim o sugeria e vemos a mesma intenção presente também na Jurisprudência quer na canónica quer na civil, na Literatura (apenas no subgrupo da Poesia onde há lugar distinto para Poetas e novelistas portugueses) e na Teologia em que, discretamente, se arrumavam os sermões e homilias em função da língua em que estavam escritos. Quanto aos livros de História, revelam-se bastante significativos no conjunto da biblioteca, denotando o gosto do seu proprietário¹⁷¹.

Passando à biblioteca do mosteiro de Tibães que frei Francisco de S. Luís Saraiva também organizou, vemos no “Índex da Livraria de Tibães”, redigido entre 1797 e 1798 e onde se elencam os livros existentes na biblioteca, mais do que “uma mera lista de obras... [que] reflecte a intenção de as sistematizar segundo a natureza das matérias e, ainda de facultar orientação bibliográfica aos que dela carecessem em qualquer área”¹⁷².

A tabela organizativa é idêntica à da biblioteca privada, sendo que na sexta classe encontramos o título Poligrafia, Bibliografia e História literária. Eram assuntos já subjacentes na tabela que vimos anteriormente mas que aqui estão mais explicitados. O esquema classificativo vem detalhado no início do “Índex”, com os seus grupos e subgrupos e, pelo que Oliveira Ramos¹⁷³ refere, a propósito de alguns deles, parece haver equivalência com o esquema da biblioteca privada de Saraiva, no respeitante

¹⁷¹ Representam 26% do acervo classificado da “Livraria”, seguidos pela Literatura (23,7%), Teologia (21,3%), Ciências e Artes (18,8%), Jurisprudência (9,7%) e Poligrafia (0,5%). Cf. *Ob. cit.*, p. 192-193, onde, por lapso, está trocada a ordem entre a Teologia e as Ciências e Artes.

¹⁷² RAMOS, Luís A de Oliveira - *ob. cit.*, p. 9.

¹⁷³ *Id.*, p. 10.

às quatro divisões em Estudos preparatórios, História eclesiástica, História profana e História de Portugal. No grupo dos estudos preparatórios da História mencionam-se, por exemplo, a Genealogia, a Cronologia, a Geografia e a Diplomática.

Era, pois, um esquema que servia igualmente a biblioteca privada do prelado e a do seu mosteiro de origem. Uma e outra têm um acervo importante e expressivo de obras do século XVIII mas os conteúdos, certamente, apresentam diferenças não só por terem sido elaborados os seus catálogos em épocas distintas mas também porque a biblioteca pessoal tem sempre uma componente específica que reflecte, como já dissemos, as preferências (ou necessidades) do seu proprietário.

Apresentamos agora um caso inédito que é a biblioteca do convento de S. Bento de Xabregas cujos livros de História fazem parte do levantamento e estudo desta dissertação por terem chegado até nós exemplares daquela proveniência. É um dos poucos casos em que dispomos de catálogo da biblioteca, ainda que elaborado de uma forma sumária, pois o seu objectivo foi o de se constituir em índices que remetiam para os espaços de arrumação da biblioteca. Normalmente, os catálogos das bibliotecas religiosas estão organizados por ordem alfabética de autores e títulos de obras anónimas, com excepção dos (também eles poucos) casos em que a sua origem está ligada ao cumprimento do já referido Edital da Real Mesa Censória, de 10 de Julho de 1769, onde se determinava, como se viu, uma apresentação por grandes classes do saber. O catálogo de S. Bento de Xabregas que nos serve de fonte informativa foi elaborado em 1747, antes da devassa da Real Mesa Censória.

O título *Index librorum*, é intencional e a organização interna nada tem a ver com práticas de catalogação. A verdade é que a biblioteca dispunha de um catálogo mais antigo e a preocupação do bibliotecário, expressa nas Advertências¹⁷⁴, consiste em providenciar uma forma expedita de se encontrarem os livros na biblioteca. Assim, em vez de se aplicar num labor catalográfico mais pormenorizado mas também mais demorado, prefere a criação do que hoje chamaríamos instrumentos de busca de vários tipos que, no caso são índices por nome e sobrenome do autor, por título, por cotas ou índice topográfico e pelas “Faculdades” ou seja, por matérias. A biblioteca, como

¹⁷⁴ Pelo interesse de que se reveste para a percepção das práticas de organização em bibliotecas da época, estas Advertências encontram-se transcritas, na íntegra, no Anexo III, a partir do original (BNP. Cód. 7437). Incluem-se também imagens do *Index* de autores.

inferimos das Advertências, não estava arrumada por assuntos, situação que o bibliotecário Silveira descreve como um “defeito, q.e tem esta Livraria. Todos notão nela, não se acharem divididas as Faculd.es pois se achão misturados nas mesmas Estantes Authores de diferentes Sciencias. [...] P.^a evitar este [trabalho], a q.m ignorar o nome de algum Author, q.e trate de alguma faculd.e q.e pertender ver, ou quizer saber os Authores q.e há nesta Livraria de cada huma das Faculd.es (sem estar em pé, antes com m.to descanso, e sentado) na quinta p.te os acharà com divizão por cada hua das Sciencias”¹⁷⁵.

Para a finalidade que agora nos ocupa, passamos a analisar o esquema classificativo que consta do “Índex V Librorum per Facultates Divisus” que ocupa, no volume, as folhas [329] a [418]¹⁷⁶:

Sancti Patri et Expositores	Philosophi
Concionatorii	Medicina
Mistici	Latini et Humanistae
Jus Canonicum et Civile	Poetici
Theologia Moralis	Ritus sacri
Dogmatici et Polemici	Historia
Theologici	Miscelânea

Afigura-se, de facto, mais um índice temático do que um esquema organizado e sistematizado pois não só não há hierarquização das matérias como a sua distribuição é aleatória. Apesar dessa situação, está muito próximo da tabela da casa dos Oratorianos de Braga no enunciado dos temas affectos à Religião mas é pouco compreensível a posição do Direito Canónico e Civil antes da Teologia, dos Dogmáticos e Teólogos bem como a dos Ritos Sagrados, depois dos Filósofos, da Medicina, dos Latinistas e Humanistas e da Poética. A História está presente como faculdade específica mas sem subdivisões e a Miscelânea, que também existe no Oratório de Braga, serve em

¹⁷⁵ *Ob. cit.*, f. [3].

¹⁷⁶ Mantemos as designações em latim, língua escolhida pelo Bibliotecário para a redacção do *Índex*, ainda que as Advertências e as notas à margem estejam em português. As características gerais da biblioteca, nomeadamente, os quantitativos por classe e a especificidade dos livros de História que possuía serão tratados nos capítulos V e VI.

S. Bento de Xabregas para caracterizar certas colecções de géneros literários (sermões, notícias várias, relações diversas, silvas de várias notícias, como descreve o bibliotecário, sem no entanto indicar autores e títulos, só o número de volumes). Os sermões são os mais bem classificados, ainda que não individualmente, porquanto estão integrados em volumes de miscelânea. Porém, estão ordenados por géneros: fúnebres, de autos de fé, gratulatórios, de desagravos, de mistérios, da Quaresma, de santos e outros não referidos pelo bibliotecário que remata “não se incluem nos Títulos, não he necessário fazer delles especial distinção”¹⁷⁷. A Miscelânea integra, portanto, sobretudo folhetos em que a biblioteca era particularmente rica, como tivemos oportunidade de constatar quando fizemos o levantamento das obras desta proveniência, existentes na BNP.

Situação muito idêntica verifica-se na biblioteca de S. Francisco de Xabregas. A BNP possui um catálogo organizado por ordem alfabética de autores mas onde existe um Índice¹⁷⁸ que nos mostra uma organização muito detalhada, mais próxima do Índice de S. Bento de Xabregas e que tem bastante correlação com o de Barbosa Machado, não apresentando a sistematização das matérias em classes. Cremos que estes índices que classificam autores e obras eram mais fáceis de adoptar em bibliotecas com grandes quantidades de livros e arrumadas por assuntos, como seria o caso. A tabela em questão realça, sobretudo, a parte religiosa da biblioteca e coloca as matérias da História numa posição intermédia, como verificámos noutros esquemas de organização atrás referidos e como vamos ver noutra biblioteca franciscana mais tardia, a do convento de Varatojo.

A tabela de assuntos em S. Francisco de Xabregas é a seguinte:

¹⁷⁷ Ob. cit., f. [303].

¹⁷⁸ BNP. Cód. 8383-8384. O índice que apresentamos encontra-se também transcrito em MENDES, Maria Valentina Sul – As novas instalações da livraria de S. Francisco de Xabregas no século XVIII, segundo uma carta de frei António de Jesus Maria José Costa. *Revista da Biblioteca Nacional*. S. 2, vol. 9, n.º 2, 1994, p. 129. No Anexo III incluímos imagens do catálogo.

Patres et scriptores ecclesiastici	Genealogia
Concilia	Geographia
Bullaria	Antiquitates
Statuta et alii ad Religiones pertinentes	Humaniores litterae
Expurgatorii	Mathematica
Libri ad Inquisitionem expectantes	Medicina
Libri Exorcismorum	Philosophia
Jus Naturale	Libri de Beata Maria Virgine
Jus Canonicum	Theologia Mystica
Jus Civile	Theologia Moralis
Politici	Theologia Dogmática
Historia Ecclesiastica	Theologia Polémica
Historia Profana	Theologia Speculativa
Historia Naturalis	Theologia ad mentem S. Thomae
Historia Lusitana	Theologia ad mentem Scoti
Historia Hispanica	Liturgi
Historia Litteraria	Expositores Bibliae

A este índice que é extremamente detalhado, ainda há a acrescentar o que a prática veio a impor para as colecções fictícias ou miscelâneas. Verificámos nas obras encontradas desta proveniência que uma classificação mais fina (que não está propriamente na tabela) fica revelada em indicações manuscritas que constam em algumas obras. Tais indicações podem ser encontradas em obras de religião e referem temas que são muito semelhantes aos do Oratório de Braga, de Santo António de Ponte de Lima e de S. Bento de Xabregas. Por exemplo, no caso de Sermões, encadernados em miscelâneas, encontra-se a indicação “Predicativa” seguida da referência à casa (que

é outro nome que se dava à estante) e ao número de ordem¹⁷⁹. Outras obras trazem inscrita no rosto a classificação do conteúdo, desta feita presente na tabela classificativa apresentada no Índice, por exemplo no caso dos “Expositores” e dos “Especulativos”, matérias que acima referimos¹⁸⁰. Parece apontar para uma arrumação temática mas o facto de serem muito mais as obras sem essa informação do que com ela, leva-nos a admitir a hipótese que tenha sido uma prática assumida apenas em situações onde a indicação do tema na própria obra ia facilitar a sua colocação.

A biblioteca do convento de Mafra oferece uma perspectiva que combina aspectos classificativos vindos do Índice de Barbosa Machado, atrás referido, com a classificação clássica dos livreiros franceses que vimos também anteriormente. São 82 estantes que estão devidamente assinaladas por rótulos o que torna o encontro com os livros mais imediato sem, no entanto, dispensar um catálogo pelo elevado número de descritores e pelo facto de essa proposta de “viagem” pela ordem das estantes nem sempre obedecer a uma lógica de matérias hierarquizadas ou até similares. Por exemplo, a Teologia Moral está na estante XXXI e entre as estantes XXXII e XLVI encontram-se assuntos de Geografia e História a que se seguem a Teologia Litúrgica, geral e particular, a Teologia Escolástica e Dogmática e a Teologia Polémica, nas estantes XLVII, XLVIII e XLIX, respectivamente.

Por outro lado, a biblioteca distribui-se por vários espaços e o mesmo assunto pode encontrar-se disperso. É o caso da História, classe que está muito bem caracterizada nas suas vertentes eclesiástica e profana, revelando a influência dos esquemas franceses de De Bure e de Brunet¹⁸¹. Assim, por exemplo, a História de Portugal geral e particular está na estante XXXIII, no Salão Nobre e também na LV, na Galeria, encontrando-se igual divisão no que respeita à História de Espanha, de Inglaterra, de França, para citar só alguns casos pois muitos outros há. No geral, conseguem-se identificar as classes de Teologia, Jurisprudência, História, Medicina, Filosofia, por exemplo, mas a arrumação faz-se sempre por categorizações

¹⁷⁹ São poucos os casos em que verificámos a aposição da classificação no rosto da primeira obra da Miscelânea, como é o caso dos sermões. Encontrámos essa menção nas Miscelâneas com a cota R. 6370 P., R. 8529 P. e R. 8823 P.

¹⁸⁰ São também poucos os casos e a menção do tema é acompanhada igualmente pelo número da casa e pelo número de ordem. Para os Expositores há referência nas obras com as cotas R. 16341 P., R. 1259 V. e R. 1787//1-2 V. e para os Especulativos na obra com a cota R. 2811 A.

¹⁸¹ V. os respectivos esquemas classificativos no Anexo III bem como a classificação das estantes da biblioteca do palácio/convento de Mafra.

muito específicas, não aparecendo menções genéricas, por exemplo a Belas Letras, antes subdividindo a classe em Poesia, Retórica e Eloquência, Gramática e apurando o assunto, em alguns casos ainda mais, como sucede com os Poetas gregos e latinos e os Poetas espanhóis e portugueses. As razões para a distinção entre a distribuição por matérias no Salão Nobre e na Galeria estão bem explicadas pelo bibliotecário frei João de Santa Ana:

“Advertencias previas e necessárias para se conhecer o plano que segui na classificação dos livros, o modo como estão distribuídos, o fim porque se achão numerados, a razão porque não pode haver entre eles huma exacta ordem e seguimento regular etc etc. Do que fica dito se colige que havendo por baixo da varanda 54 Estantes e em cima 82 e que não admitindo estas senão livros de menos de dois palmos de altura, não pode haver na disposição delles huma ordem tão exacta, que correspondão sempre as matérias e sciencias que se contém nas Estantes superiores às que se contém nas inferiores, e muito menos hum seguimento regular nas obras, que trtão da mesma matéria, e se achão nas Estantes de cima”¹⁸².

Terminamos esta apresentação comparada da aplicação prática de esquemas de classificação, com dois exemplos que fogem ao alinhamento temático setecentista no ambiente religioso, como atrás referimos, mas que são importantes para a percepção comparativa da utilização de esquemas classificativos nas bibliotecas portuguesas.

Começando pelo convento e seminário de Varatojo, o que nos chama de imediato a atenção nesta fundação da segunda metade do século XIX, é encontrarmos o mesmo sistema metódico das bibliotecas religiosas mais antigas, ainda que com algumas particularidades. Assim, quando em 1915 Ascensão Valdez, bibliotecário enviado para fazer a transferência da biblioteca para a Inspecção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, descreve as suas impressões no Relatório enviado ao inspector Júlio Dantas, lemos que:

“A livraria, estabelecida em uma vasta sala, tendo sobre a porta da entrada em letreiro o versículo 10 do Salmo 110 – “Initium sapientiae Timor Domini” –,

¹⁸² *Catalogo da Real Livraria de Mafra, Disposto por ordem alfabética, e escrito Por Fr. João de Santa Anna, Primeiro Bibliothecario da mesma Livraria, Ex-Leitor, Padre da provincia da Arrabida, e Pregador Regio. Tomo I. Contem as letras A-B. Anno de 1819. Apud FERREIRA, Jorge Manuel Rodrigues – ob. cit., Anexo 4, p. 314-315. A estrutura de arrumação das matérias nas estantes está transcrita no Anexo III*

compreende na sua quási totalidade obras de sciências eclesiásticas, dispostas metodicamente pelos títulos indicados nas estantes: – 1, Bíblia, Direito, Patrística; – 2, Liturgia; – 3, Mística; – 4, Literatura; – 5, Filosofia, Sciencias naturais, Geografia, Miscelânea; – 6, História, Biografia; – 7, Oratória; – 8, Ascética; – 9, Apologética e Teologia”¹⁸³.

Esta classificação retoma o esquema de que anteriormente se tinham encontrado alguns exemplos e que consistia em iniciar a biblioteca pela secção consagrada à Bíblia, que, em Varatojo, compreende também o Direito e a Patrística. Este tipo de arrumação que interpola temas religiosos com outros que podem ter conteúdos mais laicos repete-se no caso da Literatura, e ainda de uma classe de natureza mais científica que agrupa Filosofia, Ciências Naturais, Geografia, Miscelânea (que nesta biblioteca não é classe própria) e da classe da História que também abrange a Biografia, as quais se encontram dispostas entre a Mística e a Oratória, a Ascética e a Apologética e Teologia. Vale a pena referir também a posição da Teologia que está arrumada com a Apologética e em último lugar, ao contrário do que era usual. Situação não muito diferente tinha sido observada em S. Bento de Xabregas, no Índice de matérias, feito cerca de cem anos antes do início da constituição da biblioteca de Varatojo. De facto, apesar de ter mais de 50% de obras do século XIX, a biblioteca de Varatojo conserva um contexto classificativo que é característico das bibliotecas do século XVIII¹⁸⁴.

Por outro lado, verificamos mais uma vez que o esquema se destina, preferencialmente, a sistematizar as obras da biblioteca para efeitos de arrumação e não representa uma tentativa abstracta de organizar assuntos em classes, grupos e subgrupos. É a conveniência do espaço e a dimensão da colecção, que determinam a maior ou menor especificidade dos temas e até a escolha da distribuição das matérias. Tal não impede que se venham a verificar, nesta como noutras bibliotecas que arrumavam por assuntos, problemas derivados do crescimento das colecções.

¹⁸³ Livrarias da Mitra Patriarcal e do Convento de Varatojo. *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*. Vol. I, nº 1, 1915, p. 45-48.

¹⁸⁴ Cf. CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de – *Memória e Património: a incorporação das bibliotecas das instituições religiosas após o advento da República e o caso da biblioteca do convento de Varatojo*, 2012, p. 345-354 e *Livros e leituras de franciscanos: a biblioteca do Convento de Varatojo (1861-1910)*. Comunicação apresentada no Congresso Internacional – Os Franciscanos no mundo luso-hispânico: História, Arte e Património, Lisboa 22-28 Julho 2012.

No relatório de Ascensão Valdez refere-se que as estantes já não comportavam mais livros e que havia muitos pelo chão¹⁸⁵.

Nesta análise sobre os esquemas de classificação em bibliotecas portuguesas, cabe agora apresentar a tabela organizativa que António Ribeiro dos Santos (1745-1818) utilizou na arrumação dos saberes na Real Biblioteca Pública da Corte, inspirada na que usara também na biblioteca da Universidade de Coimbra de que fora director¹⁸⁶.

Trata-se de uma tabela muito detalhada, utilizada como forma lógica de arrumação do acervo inicial e que configura uma categorização hierarquizada que se desenvolve, não tanto de acordo com classes teóricas mas sim com a preocupação prática da ocupação específica de espaços. A organização das matérias na Real Biblioteca Pública faz-se não em relação às estantes mas sim às salas respectivas¹⁸⁷:

Sala I – História

I. Geografia e Cronologia; II. História Universal; III. Antiguidades; IV. História Sagrada; V. História Eclesiástica.

Sala II – História

I. História Civil e Política; II. História Literária.

Sala III – Belas Letras

I. Gramática e Línguas; II. Retórica e Oratória; III. Poética e Poesia.

Sala IV – Ciências Naturais e Filosóficas, Artes e Ofícios

I. Filosofia Racional (1. Dialéctica, 2. Metafísica);

II. Filosofia Moral (1. Ética, 2. Direito Natural);

¹⁸⁵ *Ob. cit.*, p. 9.

¹⁸⁶ Antes de ser chamado para organizar e dirigir a Real Biblioteca Pública da Corte criada por Alvará de 29 de Fevereiro de 1796, Ribeiro dos Santos fora nomeado bibliotecário da Universidade de Coimbra em 1777, no âmbito da reforma dos estudos da Universidade, reorganizara a respectiva biblioteca. V. a propósito MOTA, Luís Carlos Martins da – A "Minuta para o regimento da Biblioteca da Universidade de Coimbra" de António Ribeiro dos Santos: algumas notas para o seu enquadramento histórico-cultural. In *Universidade(s): história, memória, perspectivas: actas do Congresso "História da Universidade"*. Coimbra: Comissão Organizadora do C.H.U, 1991, vol. 2, p.197-228.

A propósito da história da Biblioteca Nacional, especialmente nos seus primórdios v. síntese de DOMINGOS, Manuela D. – Biblioteca Nacional: crónica de 200 anos. In: *Tesouros da Biblioteca Nacional*. Coord. Maria Valentina Sul Mendes. Lisboa: INAPA, 1992, p. 1-9.

¹⁸⁷ Cf. Fac-símile da Tabela em *Do Terreiro do Paço ao Campo Grande*, 1997, p. 154-155. Na transcrição actualizámos a grafia.

III. Filosofia Natural (1. História Natural, 2. Física, 3. Química, 4. Medicina);

IV. Matemáticas Puras (1. Aritmética, 2. Álgebra, 3. Geometria);

V. Matemáticas Mistas (1. Mecânica ou Foronomia, 2. Astronomia, 3. Óptica, 4. Acústica, 5. Pneumatologia);

VI. Artes Físicas (1. Agrárias, 2. Pastorais, 3. Venatórias, 4. Piscatórias, 5. Cibárias, 6. Químicas, 7. Médicas, 8. De Manufacturas, 9. De Vestiário e Ornato, 10. Linhárias, 11. De Olaria, 12. De Pedraria ou Lapidária, 13. Metalúrgicas);

VII. Artes Físico-Matemáticas (1. Mecânicas, 2. Architectónicas, 3. Militares, 4. Náuticas, 5. Ópticas, 6. Pneumatológicas);

VIII. Imitações ou Belas Artes (1. Desenho, 2. Escultura, 3. Gravura, 4. Pintura, 5. Música, 6. Pantomímica).

Sala V – Ciências Cívicas e Políticas

I. Direito Político Universal; II. Direito Civil de cada Nação; III. Economia; IV. Diplomática.

Sala VI – Ciências Eclesiásticas

I. Bíblias; II. Concílios; III. Bulários; IV. Padres e Escritores Eclesiásticos.

Sala VII – Ciências Eclesiásticas

I. Teologia Positiva em geral; II. Exegética; III. Dogmática; IV. Simbólica; V. Catequética; VI. Moral; VII. Litúrgica.

Sala VIII – Ciências Eclesiásticas

VIII. Teologia Canónica; IX. Polémica.

Sala IX – Ciências Eclesiásticas

X. Teologia Mística; XI. Parenética

Sala X – Poligrafia ou Vária Erudição

I. Obras Enciclopédicas; II. Várias

Sala XI – Manuscritos

I. De História; II. De Belas Letras; III. De Ciências Naturais e Filosóficas e de Artes e Ofícios; IV. De Ciências Cívicas e Políticas; V. De Ciências Eclesiásticas; VI. De Poligrafia ou Vária Erudição; VII. Mapas, Plantas, Prospectos, Desenhos, &c.

Sala XII – Museu de Antiguidades

I. Monetário; II. Peças de Várias Artes

A representação dos saberes disponíveis na Real Biblioteca Pública, com excepção dos conteúdos das Salas XI e XII em que o objectivo é arrumar por tipo de documento, leva-nos às seguintes reflexões. Em primeiro lugar, o esquema geral das classes está estruturado de uma forma diferente daquela que, com mais ou menos alterações temos visto plasmada em catálogos bibliográficos e em catálogos de bibliotecas. O elenco comporta a História, as Belas Letras, as Ciências Naturais e Filosóficas e Artes e Ofícios, as Ciências Cívicas e Políticas, as Ciências Eclesiásticas e a Poligrafia. A Teologia é absorvida pela designação Ciências Eclesiásticas ficando assim consignada uma perspectiva científica para uma área tradicional do saber, a qual ainda não tínhamos visto referida. Curiosamente, não há a designação Ciências e Artes que já era ao tempo bastante comum e que mais tarde vai surgir na Biblioteca Pública (já Biblioteca Nacional de Lisboa)¹⁸⁸. Em sua substituição está o grupo constituído pelas Ciências Naturais e Filosóficas e Artes e Ofícios. Apesar de a declinação exaustiva de todas as áreas científicas e técnicas então existentes, os livros desta classe cabem numa única sala.

A preocupação de nomear as classes por Ciências encontra-se, por exemplo, nas Ciências Cívicas e Políticas que englobam o Direito mas também a Economia e a Diplomática, domínios que ainda não tínhamos visto especificados com esta nomenclatura nos esquemas classificativos. A expressão geral irá manter-se e dar origem, mais tarde, à secção homónima da Biblioteca Nacional que conhecemos sob a sigla S.C. A Poligrafia é recorrente para classificar o geral e/ou o que pertence a várias

¹⁸⁸ Constitui, aliás, ainda hoje uma secção do Fundo Geral da BNP, identificada pela sigla S.A., correspondendo a Ciências e Artes.

classes e também dará, mais tarde, origem a uma secção própria na Biblioteca Nacional que se representa com a letra P.

Quanto à História, vemos que é a classe nomeada em primeiro lugar, com uma hierarquização vizinha do esquema de De Bure¹⁸⁹ mas onde, por exemplo, não se faz referência à Geografia, à Cronologia e às Biografias e Ciências Auxiliares, eventualmente contidas na História Literária, se bem que nesta designação tinha cabimento a Literatura (com exclusão da Poesia, Oratória e Retórica classificadas nas Belas Letras). A divisão entre História eclesiástica e profana mantém-se, sendo de notar que a expressão profana é substituída por civil, consignando assim nesta tabela de saberes uma perspectiva mais laica e menos ligada à religião, na medida em que rejeitava um léxico que criava uma área definida pela afirmativa (a história eclesiástica) e outra pela negativa (a profana ou a não eclesiástica). De qualquer modo, a História é, sem dúvida, uma classe de grande importância nos tempos fundacionais da Real Biblioteca Pública da Corte pois ocupa as duas primeiras salas e é uma das mais expressivas em termos quantitativos¹⁹⁰.

Aspecto ainda mais importante é o facto de a distribuição dos livros de História, tal como a de outras secções da Biblioteca Nacional de Portugal, espelhar ainda hoje, nos primeiros milhares de cotas, essa preocupação de ordenar logicamente o acervo, não sendo pois de estranhar que na actual secção de História e Geografia as primeiras obras sejam os tratados genéricos sobre como fazer História, seguidos das Histórias universais, Tratados de Cronologia, Geografias universais e só depois se comecem a alinhar as obras de natureza mais específica, numa reprodução da estrutura que De Bure e depois Brunet¹⁹¹ tinham consagrado nas suas obras e que Ribeiro dos Santos, numa visão moderna, implementou na primeira biblioteca pública (e não religiosa) da capital.

A classificação dos saberes nas bibliotecas setecentistas é assim, sobremaneira, um reflexo do esquema organizativo teórico elaborado por bibliotecários, livreiros ou bibliógrafos onde são visíveis alterações práticas que resultam da adaptação aos conteúdos da colecção e à arrumação que se pretendia fazer. No caso das bibliotecas religiosas apercebemo-nos bem da necessidade de organizar de acordo com uma lógica

¹⁸⁹ Cf. Anexo III.

¹⁹⁰ V. a propósito o gráfico relativo aos quantitativos dos saberes na Real Biblioteca Pública da Corte, em 1816, apud *Do Terreiro do Paço ao Campo Grande*, 1997, p. 156.

¹⁹¹ V. esquemas classificativos no Anexo III.

classificativa pré-existente as colecções mais tradicionais que eram as de natureza religiosa mas também verificamos, nos vários exemplos, a existência de considerações muito práticas na arrumação dos livros.

III.3.4. A organização do catálogo: princípios de apresentação e regras bibliográficas

Para além dos sistemas de classificação pareceu-nos importante analisar a forma como foram organizados os catálogos de algumas das bibliotecas religiosas de Lisboa, não só na apresentação da referência bibliográfica (que elementos, por que ordem, existência ou não de comentários à obra descrita, existência de auxiliares de busca como as remissivas e ainda, sinalização de restrições de leitura) mas também na disposição das referências na página, porquanto representam aplicações teóricas de natureza bibliográfica mas também considerações de natureza prática que tinham em vista a informação prestada ao prospectivo leitor.

Tomando de novo como ponto de partida o Edital da Real Mesa Censória de 10 de Julho de 1769, verificamos que os elementos que nele se pedem para organizar a descrição dos livros dentro de cada classe são: primeiro o formato (fólio, quarto, oitavo, décimo segundo), depois e por ordem alfabética, o nome do autor com o respectivo título da obra, o número de volumes, o lugar e a data de edição. No final de cada classe, enumeram-se os livros manuscritos. Trata-se do que, na actualidade, se considera uma referência bibliográfica de nível abreviado em que constam apenas os elementos essenciais para o reconhecimento da obra¹⁹². Esses elementos, por sua vez, configuram o que, também na actualidade, se designa como requisitos funcionais dos registos bibliográficos¹⁹³ ou seja, a relação que no processo de catalogação se estabelece entre os dados que compõem a referência bibliográfica e as necessidades do utilizador. Essas, agora como no passado, resumem-se essencialmente a quatro: Encontrar um autor, um título ou um assunto determinado;

¹⁹² O primeiro nível de catalogação deve “conter um mínimo de elementos que as bibliotecas [...] devem apresentar. A escolha do nível de catalogação deve ter em consideração o interesse do utilizador na consulta da informação que constitui o catálogo da biblioteca.” V. *Regras de catalogação: descrição e acesso de recursos bibliográficos nas bibliotecas de língua portuguesa*. Concepção e redacção José Carlos Sottomayor. Lisboa: BAD, 2008, p. 20.

¹⁹³ Cf. IFLA. Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records – *Requisitos funcionais dos registos bibliográficos*. Edição em língua portuguesa. Tradução Fernanda Maria Guedes de Campos. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

Identificar uma edição específica que se procura; Seleccionar de entre um conjunto de obras que se encontraram e identificaram, aquela ou aquelas que concretamente interessam; Obter acesso à obra ou obras que se seleccionaram.

Tal como vimos para a tabela classificativa que a Real Mesa Censória determina, também os elementos catalográficos correspondiam a um “saber fazer” já instituído em bibliografias e em catálogos impressos fossem eles de editores e livreiros ou de bibliotecas, editados ou não, em Portugal e em países estrangeiros, mas que, de certo modo, circulavam no país. Eventualmente, a estrutura organizativa seria estranha para o indivíduo que possuísse poucos livros, por não ter propriamente uma biblioteca e por nunca ter tido a preocupação de fazer um catálogo, mas não o era para as bibliotecas de instituições de vida consagrada, tradicionalmente possuidores de livros e onde a prática de organização do catálogo era causa e consequência da gestão da colecção bibliográfica.

Ainda assim, os catálogos apresentados em 1769 à Mesa Censória, apresentam variantes na forma de enunciar o nome dos autores, de transcrever os títulos e de indicar o nome do lugar de edição, bem como na pontuação utilizada para dividir os diversos elementos, aspecto que, aliás, não vem especificado no Edital de 1769. Não serão questões de grande importância ou, pelo menos, não será tão problemático como uma falta de uniformidade na atribuição de uma obra a uma determinada classe temática. Porém, mesmo dentro de alguma liberdade na criação da referência bibliográfica, quando comparamos catálogos, sejam eles os de 1769 ou outros feitos para a funcionalidade da própria biblioteca, há também princípios explícitos ou implícitos que apontam para a existência de uma prática consagrada e não para um trabalho aleatório.

Vamos ver alguns casos que ilustramos com imagens e transcrição, quando adequada, no Anexo III. Não descrevemos as normas de todos os catálogos estudados e que atrás se indicaram até pela repetição de práticas. Começamos pelo *Catalogo dos Livros dos Padres Carmelitas Descalços de N. Snr.^a dos Remedios desta Cidade de Lisboa*, que na primeira folha abre com o título “Rol e Manifesto dos Livros que os Padres Carmelitas Descalços de N. Snr.^a dos Remedios desta Cidade de Lisboa”¹⁹⁴. O catálogo tem 80 folhas não numeradas, está escrito pela mesma mão e organiza a

¹⁹⁴ BNP. Cód. 7408.

disposição do texto na página, dividindo-a ao meio, vincada no sentido vertical, de modo a poder escrever-se sem sombra, estando, por conseguinte, o texto sempre na coluna da direita. Não é usual encontrar este modelo e, provavelmente, teria não só a utilidade que indicámos mas também permitiria a inclusão de novas entradas, à medida que se fossem adquirindo mais livros, preocupação que encontramos em todos os catálogos das bibliotecas religiosas de Lisboa que consultámos.

Ora o catálogo de Nossa Senhora dos Remédios levanta uma questão: não tem data mas está em tudo conforme ao Edital de 1769, pela arrumação e pelas datas limites de edição das obras que nele constam. Podemos estar na presença de uma cópia feita ao tempo para uso da biblioteca, pois nela se encontrava em 1834, aquando da extinção dos conventos. A ser o original, pressupunha a possibilidade de os catálogos de 1769, após terem sido vistos na Real Mesa Censória, poderem ter sido devolvidos aos respondentes pois a verdade é que, desta instituição não consta catálogo na série existente na Torre do Tombo¹⁹⁵. Não é caso único, aliás, como tivemos ocasião de verificar quando fizemos o levantamento das bibliotecas religiosas de Lisboa que responderam ao Edital e a este assunto voltaremos no capítulo IV.

Quanto à sistematização da informação, vê-se que obedece com rigor aos preceitos do Edital e assim temos a seguinte distribuição:

“Theologia” f. [1-49 v]

“Jurisprudencia” f. [49 v-56]

“Filosophia” f. [56-57]

“Mathematica” f. [57-58]

“Medicina” f. [58-59]

“Historia” f. [59-71 v]

“Bellas Letras” f. [71 v-80 v]

Dentro de cada classe, que os Carmelitas Descalços chamam “Titulo”, as obras estão organizadas por formatos e dentro de cada um deles, por ordem alfabética do nome do autor. Como pudemos observar, o nome escolhido para entrada e alfabetação

¹⁹⁵ Cf. PT/TT/RMC/B-C/2. Catálogos das livrarias particulares (1769-1770)

é quase sempre o nome próprio e muito menos vezes o apelido. É uma situação recorrente que encontramos nos catálogos das bibliotecas religiosas e nos dos livreiros. O catálogo, como os outros resultantes da resposta à Real Mesa Censória, não tem uma advertência prévia ao leitor que explique os critérios utilizados. Só nos casos em que existe é que se pode verificar que a escolha da forma do nome não é aleatória, antes se procura alfabetar a partir do nome pelo qual é mais conhecido o autor ou pelo qual mais facilmente irá ser procurado.

O catálogo de Nossa Senhora dos Remédios apresenta um conjunto de práticas catalográficas interessantes. Inclui remissivas com a expressão “Vide” para obstar a algumas situações que deviam ser mais problemáticas em termos da escolha da forma do nome do autor e também para situações de encaminhamento de um autor ou de uma obra de um autor, para uma classe onde podia vir a ser procurado. Sempre que há mais do que uma obra do mesmo autor, o nome não é repetido, usando-se a expressão “Idem”. A forma do nome do autor respeita a língua em que a obra está escrita, podendo encontrar-se o mesmo autor umas vezes com o nome em latim, outras numa língua vernácula, por exemplo. Os títulos nem sempre correspondem a uma transcrição exacta do que vem na obra como hoje é prática fazer. Muitos são títulos consagrados pelo uso ou significativos de um género, como as Crónicas ou os Anais, o que parece configurar um hábito de designar certas obras de um modo mais intuitivo e próximo do que o leitor procuraria em vez de fazer uma transcrição rigorosa¹⁹⁶.

No catálogo da biblioteca do mosteiro de S. Vicente de Fora¹⁹⁷, também organizado de acordo com o prescrito no Edital de 1769 (e que também nos suscita as mesmas dúvidas que o dos Remédios, quanto a ser ou não o original presente à Real Mesa Censória) encontramos princípios de descrição catalográfica muito semelhantes. Tem como título *Catalogo dos Livros da Livraria do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora dividido em sette classes*. Consta de 148 folhas numeradas, escritas pela mesma mão, na frente e no verso, com a descrição distribuída por três colunas, a primeira para o nome do autor, a segunda para o título, número de volumes e lugar de edição e a terceira para a data. O papel utilizado é muito mais espesso que o de Nossa Senhora

¹⁹⁶ V. outras informações organizativas no Anexo III, onde se incluem imagens de folhas do catálogo para exemplificação.

¹⁹⁷ BNP. Cód. 7405.

dos Remédios, não havendo lugar à questão da sombra do escrito da folha da frente ser vista na de trás e vice-versa.

Quanto à sistematização da informação, vê-se que obedece à divisão por classes prescrita no Edital de 1769 e encontra-se assim distribuída:

“Theologia” f. 1-70v

“Jurisprudencia” f. 71-88

“Filosophia” f. 88-92

“Mathematica” f. 92v-95

“Medicina” f. 95-96v

“Historia” f. 96v-123

“Bellas Letras” f. 123v-145v

“Suplemento”, no final entre as f. 146 e 148.

Dentro de cada classe, as obras estão organizadas por formatos e dentro de cada um deles, por ordem alfabética do nome do autor. Como pudemos observar, e ao contrário do catálogo da biblioteca de Nossa Senhora dos Remédios, o nome escolhido começa e alfabeta-se quase sempre a partir do apelido o qual, obedecendo à estrutura dos nomes no século XVIII não é, necessariamente, o último nome do autor. Também há vários casos em que a entrada se faz pelo nome próprio, regra usada para os nomes de religião (por exemplo frei Apolinário da Conceição está incluído na letra A) o que é, aliás, prática comum em todos os catálogos que consultámos. As obras anónimas vêm alfabetadas no final de cada classe e não incluídas com os autores. Os Manuscritos também constam no final das classes respectivas. As práticas que referimos para o catálogo anterior, acerca da utilização de remissivas, da organização de várias obras de um mesmo autor e da escolha da língua em que figura o nome do autor em função da língua da obra, são aqui seguidas de forma idêntica.

Um aspecto importante no catálogo do mosteiro de S. Vicente de Fora é a informação marginal que se encontra junto a certas referências bibliográficas, poucas e todas dentro da classe Teologia, onde se lê que a obra foi remetida para a Real Mesa Censória¹⁹⁸. Tendo em conta que a data de edição mais moderna que nos aparece neste

¹⁹⁸ Trata-se concretamente das obras *De Theologia Moralis*, de Mathei Moya, em edição de Madrid, 1670, constante da folha 16 v, que, na margem esquerda, tem um asterisco a seguir ao qual se escreveu “Foi já remetido a Real Meza Censoria” e da obra *Epitome de Magia*, de D. Francisco Torre-

catálogo é o ano de 1769, o mesmo do Edital e considerando também a estrutura organizativa, não temos dúvidas em o integrar no conjunto mandado executar naquele ano. Resta saber se os livros em questão foram remetidos antes ou depois de censurado o conteúdo do catálogo. Se for o primeiro caso, por precaução, refere-se o livro mas indica-se que já não está disponível na biblioteca porque já foi remetido ao organismo censório. Se for o segundo, significa que o catálogo foi visto e o livro confiscado pelo dito organismo. Esta hipótese vem, aliás, ao encontro do que atrás dissemos sobre os catálogos terem ido à Mesa Censória e após verificação poderem ter regressado aos proprietários dos livros, com mais razão quando se observa a existência de obras proibidas. As anotações no catálogo do mosteiro de S. Vicente são posteriores à sua redacção como o provam a letra e a inclusão da informação em espaço exíguo, provando assim a utilidade do catálogo para além do período em que foi redigido¹⁹⁹.

Da década de -40 do século XVIII, temos como exemplo, não de catálogo mas de Índice, o da biblioteca do convento de S. Bento de Xabregas, já referido no subcapítulo anterior quando percorremos a sistematização classificativa das bibliotecas religiosas²⁰⁰. Para além do Índice quinto que enunciava, tema por tema, os autores e títulos respectivos, há outros para ajudar a tarefa da pesquisa na biblioteca. O primeiro está organizado pelo nome próprio dos autores, o segundo pelos apelidos, o terceiro pelos títulos e o quarto é topográfico pois indica, estante por estante, os livros que nelas se encontravam arrumados. Tem, portanto, preocupações muito distintas das que orientaram a elaboração dos catálogos em 1769, pois assinala, em todos os índices, a cota da obra permitindo assim ao leitor, qualquer que fosse a forma como fazia a sua pesquisa, saber onde se encontrava o livro. A outra grande preocupação prende-se com a gestão da colecção e constitui justificação bastante para a elaboração do índice topográfico que, como podemos ver pelas palavras do bibliotecário, lhe dá muito orgulho e satisfação, eventualmente por não ser uma prática comum, mas sobretudo, como já se tinha notado antes quando mencionava o índice temático, porque há uma

Blanca, em edição de Lyon, 1678, constante da folha 43, que também com asterisco, desta feita na margem direita, tem indicação de que “Foy remetido p.a a Real Mesa Censoria”. Não seria caso único pois na folha 16 v, a propósito da obra remetida, há uma outra frase onde se lê “Remetido com outros livros a R.al Meza Cencoria”.

¹⁹⁹ V. Anexo III.

²⁰⁰ BNP. Cód. 7437.

intenção notória de acentuar a diferença qualitativa entre o passado e o presente da biblioteca, evitando, por exemplo, a duplicação na atribuição de cotas:

“[O índice quarto] He util p.^a q.^{do} faltar algum volume, em qualquer das Cazas, ou Lugar, e o Bibliothecario ignorar qual seja, buscando neste Índex a Letra, a Est.^e e o Numero, saberá com brevidade qual he o Author, ou Tomo q.^e falta naquelle lugar. Tão bem serve, p.^a q.^{do} vier algum Livro de novo, advertir a p.^{te} ou lugar, q.^e lhe hade destinar, p.^a q.^{do} não se ponha em alguma Caza, ou numero, q.^e esteja occupado, como tem succedido m.^{tas} vezes, principalm.^{te} nos Lugares daqueles Livros, q.^e por algum motivo se achão fôra da Livraria, pelo q.^e acontecia haver dous, ou três tomos de diferentes Autores destinados p.^a o m.^o num.^o q.^e era hum dos defeitos q.^e tinha esta Livraria”²⁰¹.

Como se trata de um conjunto de índices que remete para a localização física da obra não existe descrição bibliográfica, pelo que não sabemos qual a edição concreta da obra de determinado autor que está a ser referenciada. Outro Índice, datado de 1776, revela logo no seu título esta mesma intenção de facilitar a pesquisa. Trata-se do *Índice que mandou fazer o M.R.P. Preg. Geral Fr. João do Pillar sendo Abbade deste Mosteiro de S. Bento da Saúde. Para se procurarem, e descobrirem com muita facilidade os Livros de que se compõem esta Livraria. 1776*²⁰², que é na realidade um catálogo pois as obras estão devidamente referenciadas.

Tem 211 folhas numeradas e rubricadas “Ferraz” e “N.Snr.^a”, ainda que o preenchimento acabe na folha 200. Há, aliás, folhas em branco, no final de cada letra, com a indicação “Suplemento”, em alguns casos preenchida por mão diferente da que escreveu o corpo principal. Para permitir acrescentamentos, por novas aquisições ou lapsos na inventariação, há igualmente um espaçamento razoável entre as referências. É prática que veremos noutros exemplos.

Está organizado por ordem alfabética de autores, por apelido ou nome próprio, dentro daqueles preceitos que já tínhamos verificado para os catálogos das bibliotecas do convento de Nossa Senhora dos Remédios e do mosteiro de S. Vicente de Fora, existindo também remissivas. O Índice tem uma excelente apresentação que começa

²⁰¹ BNP. Cód. 7437, p. [3]. V. também Anexo III.

²⁰² BNP. Cód. 7435.

logo na página de rosto, enquadrada numa cercadura artística executada à pena e assinada Saldanha e que se reflecte noutros pormenores como a indicação das letras limites no topo de cada uma das páginas, por exemplo “Ae. Af. Ag.”²⁰³ A descrição bibliográfica compreende o nome do autor, o título, o lugar e data de edição, a cota e o número de volumes. Verificamos que também estão referenciadas, ainda que sem especificação individual, as miscelâneas de folhetos, nomeadamente treze volumes de “Sermoens Varios”. Não existe índice de assuntos ou tabela de matérias constantes da biblioteca e, assim, presumimos que a ordenação alfabética de autores, a descrição bibliográfica com os elementos habituais e a informação sobre a cota, eram suficientes. De notar que o mosteiro de S. Bento da Saúde tinha a sua biblioteca disponível não só aos membros da comunidade e de outras instituições da Ordem de S. Bento, mas também ao público que assim o solicitasse²⁰⁴.

Entre os catálogos de bibliotecas religiosas de Lisboa que analisámos, há a destacar, pelos seus princípios organizativos devidamente apresentados logo no início, aquele que o mosteiro de S. Vicente de Fora mandou elaborar em 1824, em dois volumes correspondendo, respectivamente, aos conteúdos da “primeira Caza” e aos da segunda, ainda que esta última não esteja devidamente assinalada, pois não tem título próprio²⁰⁵. A biblioteca estava também aberta ao público mediante solicitação prévia²⁰⁶.

O primeiro catálogo intitula-se *Catalogo dos Livros que se achão nesta primeira Caza da Bibliotheca de S. Vicente* e o segundo, da mesma mão, tem apenas a indicação *Catalogo da Livraria de S. Vicente de Fora*. Têm sido considerados como catálogos distintos e não duas partes de um mesmo catálogo devido à falta de informação

²⁰³ V. reprodução no Anexo III.

²⁰⁴ V. a propósito desta biblioteca, RAMOS, Luís A de Oliveira – *ob. cit.*, p. 12 onde se refere, citando a obra de José Mattoso, *Os estudos na Congregação Beneditina Portuguesa*, Abadia de Poblet, 1963, p. 13, que nesta biblioteca se encontravam as melhores edições dos Santos Padres, uma importante colecção de Humanistas dos séculos XV e XVI, muitas obras de História de Portugal e de místicos antigos e modernos, revelando um nível intelectual invulgar.

Conferindo com o catálogo apresentado à Real Mesa Censória em 1769 (PT/TT/RMC Cx. 118, cat. 443), verifica-se a seguinte distribuição de matérias, num total de 2581 títulos: Teologia 1389, Jurisprudência 346, Filosofia 69, Matemática 38, Medicina 23, História 248, Belas Letras 468 (incluindo alguns manuscritos). V. também Anexo III.

²⁰⁵ BNP. Cód. 7402 e 7400.

²⁰⁶ Cf. LINK, Heinrich Friedrich – *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*. Tradução, introdução e notas Fernando Clara. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2005, p. 139 onde se lê: “Uma terceira biblioteca [já referira a Real Biblioteca Pública e a do convento de Jesus] no convento de S. Vicente de Fora, não é com efeito pública, mas para a poder frequentar regularmente basta ser apresentado. Inclui uma colecção muito completa, até das mais pequenas obras portuguesas.”

específica no segundo volume mas a verdade é que, pelo exame, se verifica que, para além da mesma estrutura organizativa e da mesma mão que os escreveu, os catálogos não indicam as mesmas obras. O primeiro tem as obras de História, Filosofia, Belas Letras e Jurisprudência. O segundo tem essencialmente obras de natureza religiosa, incluindo História eclesiástica e vidas de santos e de religiosos. Na folha de guarda do primeiro volume foi registado, posteriormente à extinção de 1834, o título *Catalogo da Livraria do ex-Convento de S. Vicente de Fora*, o que propicia o erro de se julgar que foi feito após aquela data²⁰⁷.

Ambos os volumes estão organizados por ordem alfabética de autores, não há índice de assuntos nem tabela de matérias e o que atrás mencionámos sobre os temas cobertos na primeira casa e na segunda, baseiam-se exclusivamente, na análise que fizemos sobre o conteúdo de cada um dos volumes. A ordem alfabética dos autores faz-se sobretudo pelo apelido, não necessariamente o último, ou pelo nome próprio, não sendo fácil de entender os critérios escolhidos ainda que, em alguns casos se reconheçam as regras anteriormente indicadas nos outros catálogos analisados. Existe também a prática de usar remissivas.

A descrição bibliográfica consiste nos elementos conhecidos, autor, título, lugar e data de edição, com a particularidade de referir o número de volumes em coluna própria à direita, existindo também uma coluna para a menção da cota. O primeiro catálogo tem, no final de cada página, o somatório do número de volumes das obras referidas, o qual, no final de cada letra, vai dar origem a um total geral. O segundo catálogo não tem essa contagem. É também no primeiro que se encontra, logo no início, a “Explicação do Catalogo”. Vamos ver, na transcrição abaixo, alguns princípios organizativos de interesse para a percepção das finalidades e métodos que presidiam à redacção dos catálogos de bibliotecas e no Anexo III transcrevemos na íntegra a referida Explicação. Vejam-se, então, as indicações práticas do bibliotecário:

“Modo de achar os Livros. Todos os Livros estão arrançados em Ordem alfabética; se tem Autor o seu nome próprio, ou o Sobrenome mais notável se aponta no Catalogo na Letra correspondente, se he Anónimo o titulo mesmo do Livro he quem o fará conhecer no Alfabeto por exemplo queiro achar António Pereira de Figueiredo

²⁰⁷ V. imagens do catálogo no Anexo III.

procuro = Pereira= por onde ele hé mais conhecido e acho estarem os seus Elementos de Rhetorica Est. 8ª que quer dizer = Estante oitava= hé verd.^e que pode estar em toda a Est.^e que contem 8 Partelleiras porem como no Catalogo também se acha o formato do Livro se hé em 8º ou 12º escusado hé procurallo nas 4 primeiras casas abaixo e se hé em folio ou quarto igualm.^e he escusado procurallo nas 3 ultimas de cima. [...] Se o Livro não tem Nome o mesmo titulo o classifica no Catalogo p.^r Exemplo = Dictionnaire= Abbregee= Grammaire= Histoire= Pensees= Idee= &c. todos se procurão nestes mesmos títulos. [...]

Advertências. 1ª - No fim de cada Letra há huma pagina que contem os L.os de novo mettidos ou outros que escaparão á ordem da Classificação [...] 2ª - Cada hum dos Livros hé notado na própria lingua emq. esta escrito menos os Alemães eos das Lingoas Orientais q. poucos entendem. 3ª - As traducções vão classificadas nos Originais e os commentadores vão abaixo dos Autores Commentados.

Particularidades a notar. Procurei com o maior cuidado arranjar os nomes exactamente pela ordem alfabética e apesar disto muitos ficarão fora [...] Deffeuoso como está tem huma vantagem q. senão encontra nas Bibliographias e vem a ser = Todas as vezes que a obra não hé conhecida pelo seu titulo e que ou por ser exótico o Autor ou por affetado dai deixou em duvida a matéria que se propôs tratar. No Catalogo se ajunta a dita obra huma explicação p.^a que não haja quem ou por ignorância deixe de a ler ou por ignorância tenha curiosidade de a ler. [...]”²⁰⁸

Estas explicações que o “Bibliothecario” (assim designado sem menção do nome) deixou expressas no catálogo e que datou de 2 de Julho de 1824, suscitam-nos dois comentários. O primeiro tem a ver com o emprego de uma técnica de agregação que permite encontrar, debaixo do nome de um determinado autor, todas as obras que dele existem na biblioteca, inclusive as traduções e os comentários às mesmas²⁰⁹. As entradas dos nomes dos tradutores e dos comentadores constam no catálogo mas encontram-se sob forma de remissivas.

²⁰⁸ BNP. Cód. 7402, p. [2-3].

²⁰⁹ Este tipo de agregação constitui, na actualidade, uma proposta estruturada de apresentação dos dados bibliográficos no interface público de pesquisa das bases de dados de bibliotecas, de forma a permitir ao utilizador encontrar o conjunto completo das obras disponíveis em qualquer expressão linguística e/ou suporte, bem como os comentários que sobre elas se escreveram. V., como exemplo, o portal das bibliotecas nacionais europeias em <http://www.theeuropeanlibrary.org>.

O segundo tem a ver com um aspecto organizativo interessante que ainda não tínhamos encontrado e que é o da existência de comentários do bibliotecário, são de índole variada, conforme se vê nos exemplos:

A propósito do “Verdadeiro Methodo de Estudar”, cuja entrada está na letra B em Barbadinho, diz: “Esta obra excellente effeito da singular coragem do seu Autor foi feita pelo P.e Luiz António Verney”²¹⁰.

Na entrada referente à obra de José Pereira Baião, “Chronica del rey D. Pedro 1º, rei de Portugal”, esclarece: “Esta chronica he a m.ma q. vem nos Inéditos de F. Lopes”²¹¹.

Para a obra de Luís Cardoso, “Diccionario geographico ou noticia histórica de todas as cid.es villas e lugares de Portugal e Algarves”, editada em 1751, refere: “Esta bellissima obra ficou incompleta cheg. so a Cavaleiras”²¹².

Na entrada da conhecida “Encyclopedie ou Dictionnaire raisonné des Arts et ds Metiers”, para além de discriminar o que são os volumes de texto e os de Índice, “planches” e Suplementos, aponta: “Esta he a Enciclopédia antiga [a biblioteca tem muitas enciclopédias e mais modernas] feita por Diderot e D’Alembert e trata das Matérias pela Ordem Alfabética e eis aqui a sua descripção Bibliographica”²¹³.

O comentário assume também uma função de esclarecimento de conteúdo, como na obra “Histoire chronologique du dernier siècle”, publicada em 1715 onde se lê “Contem os fatos mais memoráveis de 1600 a 1700”²¹⁴.

As Miscelâneas podem ter, igualmente, uma nota sobre o que nelas se contém: “Historia de Portugal He huma Collecção que contem varias peças relativas a Acclamação do Snr. Rei D. João IV e são destes AA. Anto. Paes Viegas, Fr. Fran.co Brandão, João Pinto Ribr.º. Lisboa, 1641”²¹⁵.

²¹⁰ BNP. Cód. 7402, p. 19.

²¹¹ *Id.*, p. 23.

²¹² *Id.*, p. 47.

²¹³ *Id.*, p. 94.

²¹⁴ *Id.*, p. 139.

²¹⁵ *Id.*, p. 144.

Por vezes o comentário é seco nas observações, como o que faz à obra de João Baptista de Castro, “Mappa de Portugal antigo e moderno”, publicada entre 1762 e 1764, onde se lê “He huma resumida estatística de todo o reino de Portugal”²¹⁶.

Noutros há esclarecimentos sobre a opinião do autor, como o da obra de Pedro de Sousa Pereira, “Maior triunfo da Monarchia Lusitana”, publicado em 1649, onde se lê “Quer dizer q. a visão de Christo ao S.r D. Affo. Henriques foi verdadeira”²¹⁷.

Mas o comentário pode ser, na realidade, uma informação até muito prática, como o do “Atlas universel”, de Robert Vagondy, editado em 1757: “Este L.º fica por cima da Meza g.e p.r ser m.to pesado”²¹⁸.

A elaboração do catálogo de uma biblioteca tem, como pudemos observar, muitas características comuns que advêm de um saber adquirido e consolidado ao longo de séculos, mas que não deixa de se actualizar, sobretudo no contacto com os instrumentos bibliográficos que foram sendo publicados no século XVIII, alguns dos quais as bibliotecas religiosas também faziam questão de adquirir, como já mencionámos e veremos, com mais detalhe, no capítulo V. Organizados preferencialmente por ordem alfabética de autores, podem ter também índices de matérias ou mencionar, de algum outro modo, a metodização escolhida. A descrição bibliográfica por vezes acompanhada de comentários mantém um cânone estável e é prática comum, como se infere de exemplos que colhemos também em bibliografia publicada²¹⁹. Porém, em todos os catálogos vistos (à excepção, naturalmente, dos resultantes do Edital de 1769) notámos pequenas diferenças quer na pontuação utilizada para separar os vários elementos descritivos quer na ordem de certos elementos, nomeadamente o número de volumes da obra descrita, quer ainda no rigor da alfabetação que, como o bibliotecário de S. Vicente de Fora refere, para ser “bem

²¹⁶ *Id.*, p. 154.

²¹⁷ *Id.*, p. 229.

²¹⁸ *Id.*, p. 301.

²¹⁹ V. a propósito dos comentários, os estudos de: CARVALHO, Joaquim Teixeira de – *A livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921; ROCHA, Ilídio – *Catálogo da livraria do convento da Arrábida e do acervo que lhe estava anexo*. Lisboa: Fundação Oriente, 1994; MESQUITA, Laura Maria Silveira, *ob. cit.*; MAIA, Cristina – *A livraria da Congregação do Oratório do Porto (1765)*. Dissertação de Mestrado em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: [s.n.], 1996; CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Nobres leteras...Fermosos volumes*, 1995. Nas fontes utilizadas por estes autores, existem referências a comentários a obras quer a propósito do seu autor, edição ou conteúdo quer ainda sobre os critérios seguidos quanto à arrumação e/ou à acessibilidade.

acabada he preciso riscar-se muitas vezes”²²⁰. Em todos existem opções que nos parecem incongruentes ou inexplicáveis, como as Décadas de Diogo do Couto que vão remetidas do nome do autor para o título, descrito como “Décadas do Couto”²²¹ bem como repetições que tanto podem configurar um erro quanto indicar a existência de um outro exemplar não declarado como tal.

Ainda que o catálogo que nos chegou seja, certamente, uma versão limpa dos muitos riscos que tinha sido necessário fazer até chegar a um trabalho bem acabado, em todos há adições feitas por outras mãos, recorrendo ao espaço destinado no final de cada letra (às vezes eram várias folhas), colando pequenas tiras de papel com descrições novas ou em falta²²², utilizando os espaços entre as descrições lançadas no catálogo, enfim, demonstrando uma vitalidade no crescimento da colecção mas também revelando a dificuldade em produzir constantemente novos catálogos.

Um aspecto interessante que convém referir é o facto de não haver, praticamente, edições impressas de catálogos de bibliotecas. Há exemplos de catálogos feitos por ocasião de leilões²²³ em casos de colecções particulares mas, no que diz respeito a catálogos impressos relativos a bibliotecas religiosas, conhecemos os da Biblioteca Mariana, da Congregação do Oratório. Esta biblioteca configura um caso singular de criação de uma colecção ou biblioteca especializada autónoma, em sala própria, dentro da casa do Espírito Santo de Lisboa. Para a sua génese muito concorreu a acção mecénica de D. João V, como refere Luciano Cristino que, aliás faz referência à existência de vários catálogos editados e respectivos suplementos.²²⁴ O primeiro é de 1729 (de que não encontrou exemplares mas de que há referência à despesa feita com a sua edição), outro é de 1736 que Luciano Cristino descreve por se ter localizado um exemplar na Biblioteca Pública de Évora, com um Suplemento publicado em 1742,

²²⁰ BNP. Cód. 7402, p. 3.

²²¹ BNP. Cód. 7435, f. [58 v].

²²² Cf. o catálogo da biblioteca de S. Francisco da Cidade no Anexo III.

²²³ É o caso da biblioteca de D. José da Silva Pessanha (1717-1775) de que foi feito um *Catalogo da Livraria do Ill.mo e Ex.mo Senhor D. José da Silva Peçanha que se há de vender nas suas casas à Junqueira...* Lisboa: [s.n.], 1775. O catálogo foi impresso, como se lê, no Aviso “pela ordem do manuscrito, que se achou feito para uso do Proprietário”. Os livros proibidos, que vêm descriminados no Aviso “foram remetidos ao Tribunal da Real Mesa Censoria”. V. a propósito desta biblioteca DOMINGOS, Manuela D. – *Livraria de D. José da Silva Pessanha: do coleccionador à biblioteca pública*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998.

²²⁴ *A Biblioteca Mariana dos Oratorianos de Lisboa (século XVIII)*. Romae: Pontificia Academia Mariana Internationalis, 1988, p. 126-127.

e finalmente o de 1760, de que a Biblioteca Nacional de Portugal tem vários exemplares e que teve um “Appendix” editado em 1762, do qual existe um exemplar na Library of Congress (EUA).

O catálogo de 1760²²⁵ apresenta 1023 obras, ordenadas alfabeticamente por autor, utilizando o critério de escolher como elemento de entrada o nome próprio e incluir títulos de obras anónimas, numa mesma sequência. Sempre que há mais do que uma obra do mesmo autor, o nome é suprimido dando lugar ao sinal ** seguido do título. O nome do autor ou as primeiras palavras do título estão em itálico. Em caso de existirem outras expressões da mesma obra, em línguas diferentes, faz-se remissiva para o nome do respectivo tradutor. O uso de remissivas, nessa como noutras situações, faz-se com a expressão “Vide”. Sempre que nos títulos surge a palavra Maria (ou Mariae) usam-se maiúsculas. Ao título segue-se o local de edição, o nome do editor e a data separados entre si por vírgulas e no final o formato da obra e o número de volumes que a compõem numa organização semelhante à das actuais referências bibliográficas.

É o único caso em que houve uma preocupação de editar o catálogo da biblioteca e, quer antes quer depois do terramoto que a destruiu na totalidade, manteve-se essa actividade de actualização, com publicação de novos catálogos, suplementos e apêndices. Seria por configurar um tema especialmente interessante no âmbito da leitura de espiritualidade? O certo é que é uma linha de acção que se mantém activa durante várias décadas e o próprio facto de haver catálogos de que há poucos ou nenhuns exemplares conhecidos hoje, parece demonstrar que foram muito utilizados à época, eventualmente como bibliografia de referência sobre Mariologia. Em termos organizativos nada acrescenta ao que tínhamos visto e segue uma estrutura alfabética simples sem índices auxiliares de busca.

Em resumo, manuscritos na sua apresentação, com regras descritivas muito semelhantes em que há um pendor maior para a alfabetação dos nomes dos autores a partir do nome próprio (como se vê em bibliografias da época e até mais tardias), incluindo, raramente, elementos como o nome do editor, certo é que os catálogos das bibliotecas religiosas seguem princípios comuns que também se encontram em outro tipo de catálogos, nomeadamente os de livreiros. São normas que configuram uma

²²⁵ *Catalogus Bibliothecae Marianaе Congregationis Oratorii Olisiponensis*. Olisipone: Ex Prelo Michaelis Rodrigues, 1760.

ciência e prática bibliográfica existente, pelo menos por parte dos agentes do livro e das grandes instituições que tinham pessoal especializado, confirmado na figura do Bibliotecário que preparava o catálogo, zelava pela colecção e a mantinha actualizada²²⁶.

III.3.5. A arrumação da colecção e a sua acessibilidade

Como anteriormente referimos, a arrumação das obras na biblioteca podia variar consoante o espaço disponível e a utilização ou não de critérios temáticos para a sua organização. Nessa gestão física da colecção havia também um conjunto de regras de acessibilidade, nomeadamente, se à obra estivesse subjacente alguma condicionante de leitura ou, numa forma mais prosaica, sempre que a sua utilização estivesse, temporária ou permanentemente, afecta a um membro da comunidade.

Um elemento fundamental para a arrumação das espécies, sua localização e consequente acessibilidade era a cota da obra. O sistema de cotação, ao contrário dos da catalogação e da classificação, nunca foi (e não é) “normalizado”. Trata-se de um elemento que não tem a ver com a obra, nos seus aspectos de descrição física ou de conteúdo, mas com o exemplar concreto que existe numa dada biblioteca. O espaço que a obra ocupa, o sítio em que se encontra, as dimensões das estantes, o número e a altura das prateleiras variam de biblioteca para biblioteca e estão, por vezes, também sujeitas a mudanças de localização física, como sucedeu em algumas bibliotecas religiosas de Lisboa²²⁷, obrigando, portanto, a alterações na arrumação dos livros. A este propósito queremos destacar duas situações que decorrem da análise dos catálogos. A primeira diz respeito à arrumação de duplicados ou segundos exemplares das obras que é, normalmente, assinalada no catálogo pelo bibliotecário, ainda que raramente as cotas sejam seguidas. Provavelmente não foram adquiridos na mesma altura ou resultam de processos de aquisição diferentes. Por hipótese: um exemplar resulta de compra, outro de doação. A verdade, porém, é que as bibliotecas de maior porte têm muitos “dobrados” nome que se atribuía aos duplicados e, no caso de folhetos encadernados em

²²⁶ Cf. a propósito da figura do bibliotecário nas bibliotecas francesas, individuais e colectivas, CAILLET, Maurice – *ob. cit.*

²²⁷ V. a respeito da criação da nova biblioteca de S. Francisco de Xabregas, depois do terramoto, e da polémica interna que se originou com a alteração do espaço, MENDES, Maria Valentina Sul – *ob. cit.*, p. 123-150. Teremos oportunidade de abordar o assunto no próximo capítulo. Cf. o catálogo da biblioteca do convento da Graça no Anexo III.

Miscelâneas, tivemos oportunidade de constatar essa situação, em menção escrita nas próprias obras²²⁸.

A segunda questão prende-se com a gestão física das colecções, isto é, com tudo o que diz respeito à disposição dos livros nas estantes bem como à sua circulação dentro do edifício e à forma de acesso às obras. Das instituições de Lisboa só encontrámos informações, de forma sistematizada, no catálogo da biblioteca do convento de S. Bento de Xabregas²²⁹ mas em todos os catálogos em que figuravam as cotas, verificamos que é um elemento sem muita estabilidade pois há inúmeros casos de rasuras de umas e substituição por outras. Já tínhamos referido a importância que o bibliotecário de S. Bento de Xabregas atribuía ao “Índex” feito pelo número de ordem que os livros ocupavam nas estantes. De facto, esse índice topográfico dá-nos indicação, primeiro sobre a letra (que indica um conjunto de estantes), depois o número da estante, sempre começando no 1, indicando para as que estavam preenchidas, o número de ordem que o livro nela ocupava seguido do nome do autor, título e número de volumes. Ficam mencionadas no fim, as estantes que estavam parcial ou totalmente, por preencher²³⁰.

A arrumação nesta biblioteca, como se viu, não era por assuntos, tudo indicando que os livros iam sendo arrumados à medida que davam entrada na biblioteca. Ora a acessibilidade às obras, ao longo de séculos de existência, também conduzia ao desaparecimento de algumas. Essa situação torna-se evidente no contexto topográfico pois o número de ordem está em falta, sendo necessário para saber de que obra se trata, ir consultar um Índice mais antigo, facto que neste catálogo fica registado com a menção “falta”. São, no entanto, muito poucas as obras que se assinalaram como desaparecidas²³¹.

A gestão da colecção também pode pressupor a sinalização de obras com acessibilidade restrita. Mais uma vez é o catálogo da biblioteca de S. Bento de Xabregas

²²⁸ Os exemplos encontrados pertenciam à biblioteca de S. Francisco de Xabregas e reportavam-se, essencialmente a sermões. A expressão “Dobrado” ou “Dobr.” aparece inscrita na página de rosto. Cf. *Sermam da gloriosíssima Virgem Maria N.S. com o titulo da Divina Providencia...*, de Tomás Beckman, impressa em Lisboa, por Miguel Deslandes em 1691. (R. 21844//12 P.)

²²⁹ Cf. BNP. Cód. 7437.

²³⁰ V. Anexo III.

²³¹ No seu estudo sobre a biblioteca do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Joaquim Teixeira de Carvalho transcreve alguns comentários do bibliotecário acerca de obras desaparecidas que dão a entender que os monges seriam os principais responsáveis por esses desaparecimentos, levando os livros para as suas celas. Cf. *ob. cit.*, p. 37.

que nos fornece esse tipo de informação que não vimos nos outros exemplos consultados. Encontramos sinalizados dois tipos de obras, as proibidas e as suprimidas, quase todas no grupo “Theologia moralis” mas algumas nos “Theologici” e nos “Philosophi”. As obras proibidas têm essa indicação à margem mas as referências bibliográficas não estão riscadas. Já as obras suprimidas têm as referências riscadas e, na margem, a menção “Suprimida” seguida da indicação “Meza Censória”, pelo que é de supor que tivessem sido retiradas. Lembremos que este catálogo foi feito em 1747 sendo portanto anterior à criação daquele organismo. A censura sobre os conteúdos foi feita posteriormente, daí se encontrarem as referências riscadas no catálogo e a informação sobre a entidade responsável pela supressão, inscrita à margem. O facto de estarem riscadas não afecta a sua leitura pelo que permite conhecer o que a Real Mesa Censória considerou dever ser retirado da biblioteca²³².

Sobre a acessibilidade às obras proibidas da biblioteca comunitária temos um excelente testemunho no catálogo da biblioteca do hospício régio de S. João Nepomuceno, de Carmelitas Descalços da província austríaca, entregue à Real Mesa Censória em 1769. Entre os 1088 títulos que constam no rol há 39 livros ditos heréticos mais se indicando “[...] que se conservão fechados nesta mesma livraria, cuja chave só tem o prelado”²³³.

Como é fácil de prever, também encontrámos nos próprios livros muitas referências sobre a sua acessibilidade quer porque se encontram expurgados e

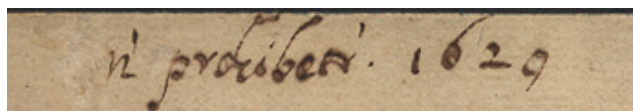
²³² **As obras proibidas** assinaladas são: “Ferdinandus de Castro Palao. Opera moralia [f. 367], Franciscus Tolletus. Institutio Sacerdotis [f. 368], Henricus Henriques. Secund. Pars Theologia Mor. [f. 368 v], Jacobus Gordonus. Theologia moral [f. 369], Joannes Azorius. Institutiones morales [f. 369], Joannes de Cardenas. Crisis theologica [f. 369], Thomas Sanches. Opera moralia [f. 371 v], Valerius Reginaldus. Praxis fori poenitentia [f. 372], Vincentius Tillucius. Questiones morales [f. 372], Franciscus Amicus. Cursus Theologia [f. 378]”.

As obras suprimidas são: “Affonso dos Prazeres. Máximas espirituales [f. 349], Gregorius Boeticus. De eternitate [f. 350 v], Ludovicus a Paramo. De origine S. Inquisitionis [f. 362], António de Escobar Mdça. Examen de Confess. [f. 365 v], Antonius Dianna. Resolutiones morales [f. 366], Franciscus Soares Lusitanus. De Poenitentia [f. 366], Claudius La Croix. Theologia moralis [f. 367], Aegidius de Conink. De actibus Supern et de Sacram. [f. 367 v], Emmanuel de Sá. Aphorism. Confessar. [f. 367 v], Hernan Buzembau em castelhano e Portuguez” [f. 368 v], Joannes Marin. Theologia pratica [f. 369 v], Stephanus Fagundes. In praecepta Decalogi [f. 371 v], Thomas Tamburinus. Theologia moralis [f. 372], Jacobus Simancas. De catholica institutione [f. 374], Franciscus Soares Granatensis varios tomos [f. 378, referido também associado a Francisco Soares Lusitano, na f. 367, no âmbito da Teologia moral, sendo esta menção relativa a Teólogos e existindo ainda outra informação de Suprimido na f. 382, no âmbito dos Filósofos], Gabriel Vasques [f. 378], Franciscus Soares Lusitanus. Cursus Philosoph. [f. 382].

²³³ PT/TT/RMC Cx. 118, cat. 506. Voltaremos a referir esta biblioteca no capítulo IV.

apresentam zonas censuradas quer porque neles estão inscritas menções sobre autorização, reserva de acesso e proibição de leitura. As bibliotecas da Companhia de Jesus são aquelas que, mais expressivamente contribuem para este conhecimento de gestão da acessibilidade. Com efeito, na maioria dos livros desta proveniência, especialmente os mais antigos, encontramos de forma sistemática a menção “Non prohibetur tuto lege” (sob diversas formas gráficas) sempre que o livro podia ser lido ou, no caso contrário, a indicação “Prohibetur”. Este tipo de classificação vem muitas vezes datado e, não raro, por se terem verificado alterações na acessibilidade, tal fica igualmente assinalado. Também se encontraram exemplares com marcas de expurgo, provenientes das livrarias dos Jesuítas, situação que é pouco vulgar nos das outras congregações e ordens. A ilustrar o que dissemos, vejamos alguns exemplos típicos das marcas dos colégios da Companhia de Jesus:

Ñ [Non] prohibet[u]r 1629
(H.G. 4218 P.)



Non prohibetur tuto lege 1740 (L. 7485 P.)

Non prohibetur per tridenti Jer[óni]mo Correa da Sylv[veir]a (H.G. 94 A.)

Non phib. Anno 1575 [noutra mão] Prohibetur in catalogo Romano anno 1625
(L. 1098 P.)

Pot[est] Legi cum facult[at]e superioris [com marca “Da livraria publica”]
(R. 7521 P.)

Solis Theologis permittit [com marca do colégio de Coimbra] (R. 7122 P.)

De outras proveniências, apresentamos alguns dos poucos exemplos de acessibilidade condicionada que encontrámos, sendo que dois, já tardios, são do convento de Varatojo, na sua segunda fundação datada de 1861:

Da Livraria de S. Fr.co de Xabregas Esta prohibido no índice do concilio fol. 110
(H.G. 47 A.)

Prohibido Jansenista (Var. 4412)²³⁴

²³⁴ Trata-se da obra *Analyse da profissão de fé do Santo Padre Pio IV...*, da autoria do padre António Pereira de Figueiredo, impressa em Lisboa, por Simão Tadeu Ferreira, em 1791. Para além desta

Lege caute (Var. 2272-74)²³⁵

Caute legendus circa statuta animarum in purgatório [com marca manuscrita do convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa] (R. 1469 P.)

Ex comissione Ill[ustrissi]mi D[o]mi[ni] Inquisit[oris] G[e]n[er]alis expurgavi hunc librum iuxta Indicem librorum prohibitorum. Excussi Ulysipone anno 1624 [...] hac Cartusia Vallis mis[ericordiae] Die 31 Maij 1625 fr. Bernardo Gois Prior (R. 282 A.)

Voltaremos, no capítulo VI aos livros proibidos, desta feita de História, existentes nos estabelecimentos de Lisboa. Por agora, falta ainda referir a importância que têm, mais uma vez, as marcas inscritas nos livros para esclarecimento de aspectos de gestão das colecções não só no que diz respeito às cotas que se atribuíam às obras mas também a questões relativas à respectiva conservação física, através da encadernação.

Relativamente às cotas, já indicámos atrás o que é possível saber-se através de alguns catálogos que chegaram até nós. Acompanhavam a descrição bibliográfica mas inscreviam-se regra geral em coluna própria, à margem. Quando a cota está inscrita no livro, por vezes, temos dificuldade em perceber exactamente o significado das letras e números que a compõem os quais, não raro, se riscavam e substituíam, indicando assim, a mudança da localização física da obra.

De notar que a indicação da cota no rosto da obra, para além do problema de se ter de riscar sempre que uma nova a vinha substituir, também era pouco prática para arrumação após consulta, pois tornava-se sempre necessário abrir o livro para ver a localização que lhe pertencia. O convento da Graça, de Lisboa apresenta vários exemplos desta prática se bem que, como podemos observar no catálogo, também registava nele as cotas e as respectivas alterações²³⁶:

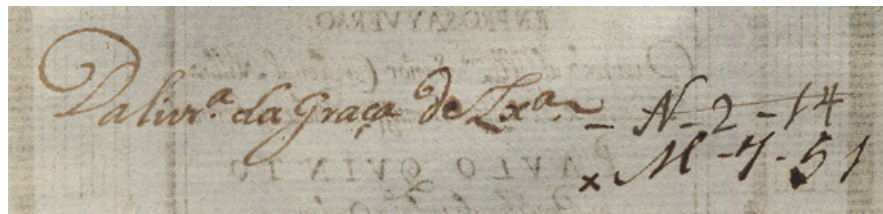
Do Convento e Livraria de N. Sr.^a da Graça de Lx. “[Lisboa] B-12-17 (R. 3452 P.)

expressão inscrita no rosto, existe na folha de guarda um comentário detalhado contra a obra e o seu autor que termina com a frase “... isto he chicana do Bossuet”.

²³⁵ A obra em questão é a *História das ordens monásticas em Portugal*, de Manuel Bernardes Branco, publicada em Lisboa, por Tavares Cardoso & Irmão, em 1888.

²³⁶ V. Anexo III.

Da livr.^a da Graça de Lx.^a[Lisboa] -N-2-14 [cota riscada e substituída por] M-7-51
(H.G. 15019 P.)



No limite, encontram-se obras que têm a cota inscrita no rosto ou na guarda ou ainda, que ostentam no espelho da encadernação uma pequena etiqueta colada com a cota escrita à mão. Por vezes os exemplares têm referência à cota mas não mencionam a instituição de proveniência.

Est[ant]e 12^a Caza 3^a n. 16 (R. 8844 P.)

A gestão da colecção pressupunha também outras actividades, uma das quais a encadernação. Sabemos que era corrente mandar encadernar porque as obras vendiam-se, à partida, em folha pelo que a tarefa de as encadernar estava cometida ou internamente a membros da comunidade ou aos próprios livreiros a quem se adquiria a obra ou então, ao trabalho específico de um encadernador. Nas instituições religiosas, o livro tem, regra geral, uma encadernação simples e comum à época: inteira de pele, com ferros a seco ou a ouro e rótulo na lombada. É vulgar encontrar juntas no mesmo volume, duas ou mais obras distintas de um mesmo autor ou dois ou mais volumes de uma obra.

A importância da encadernação e até do que representava para a conservação do livro da comunidade vem plasmada em várias marcas de posse, por exemplo:

Este livro he do uso do P.e fr. Joseph dos Santos Gregor[io] q. ho deu o g[er]al Bento do Ramalhal tão mal tratado q. elle o mandou encadernar, pello q. pede a todos os q. delle se aproveitarem, depois de sua morte hum responso pello amor de d[eu]s. [e assina] fr. Joseph dos S[an]tos [a obra tem carimbo de S. Francisco de Xabregas] (L. 2997 A.)²³⁷

²³⁷ A importância da encadernação vem também já documentada nos inventários de S. Clemente das Penhas, estudados por Freitas Carvalho. Cf. *Nobres leteras... fermosos volumes...*, 1995, p. 109.

*Aplicado ao Noviciado de Coimbra por se Comprar hum Novo p.a a d.^a Livraria de Moral, e se aplicou em recompensa do q. o Noviciado [...]ida na encadernação de alguns Livros seus q. hum Irmão Noviço fez; essa encadernação do Calapino foi dada á nossa custa 1º de Mayo de 1704 João dos Santos (L. 2321 A.)*²³⁸

Também a ordem para se encadernar pode ficar registada no próprio livro, como nestes exemplos, sendo os dois últimos não de impressos mas de livros manuscritos:

Mandado encadernar pello P.e Luiz Pr.^a (?) Com d[inheir]o da Doutr.^a em Julho de 1709 Custou 240 r [tem marca manuscrita da casa de S. Roque] (R. 5274 P.)

Estes cadernos de linages de Espanha coposta pello Conde D. P.^o filho de ElRei D. Dinis, bem se podem encadernar. Carmo de Lx.^a em 20 de Novembro de 1657 D. Frei G.ar dos Reis Qualificador do S.to Off.^o (Cód. 970).

Da livr.^a da Graça de Lx.^a [e na última folha] Pode-se encadernar. Graça 6 de Maio de 688 Fr. Joze de Olivr.^a (Cód. 1241).

A encadernação de obras da biblioteca da comunidade pode incluir, em alguns casos, cadernos de folhas em branco no início e/ou no fim do volume. É frequente em exemplos de Miscelâneas que, tanto quanto as notas nelas inscritas nos permitem verificar, podiam ser vendidas já prontas, como se vê neste exemplo²³⁹:

Taxão este Livro em 600 [sic] tostões Carmo de Lx.^a[Lisboa] Frei Luis do rosário [Miscelânea de 9 sermões] (R. 7024 P.)

As Miscelâneas, em si próprias, constituem um caso especial de gestão da colecção pois juntam, num mesmo volume, vários folhetos que, pelas suas características físicas não podiam manter-se verticalmente numa prateleira e, se encadernados individualmente, representariam um custo elevado para a biblioteca. Subsistiram muitas que pertenceram a bibliotecas religiosas, nos acervos da BNP²⁴⁰,

²³⁸ Trata-se do famoso dicionário poliglota do frade agostinho italiano Ambrogio Calepino (1435-1511), obra que conheceu numerosas edições e grande popularidade também em Portugal. V. VERDELHO, Telmo – O Calepino em Portugal e a obra lexicográfica de Amaro Reboredo. *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXIII, 1999-2000, p. 125-149.

²³⁹ Pensamos que foi compra individual e não para a comunidade mas transcrevemos este exemplo de inscrição numa miscelânea de Sermões: “Custoume este volume 2200 [sic] cruzados, 24 sermões vários e óptimos [e assina] Fr. Fernando de S. Joseph “ (R. 8845 P.). São 22 sermões e estão anotados à margem.

²⁴⁰ Noutras bibliotecas há também importantes colecções de Miscelâneas, como é o caso da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra que tem uma colecção de 10.000 folhetos. V. *Catálogo da*

demonstrando, assim, uma prática comum que também já tínhamos inferido da análise dos catálogos. Os conteúdos têm, normalmente, coerência, podendo ser de Relações de sucessos militares, como acontece para as guerras da Restauração, de cerimónias, de celebrações, como as odes à estátua equestre, de panegíricos ou outras, como vimos atrás, a propósito da arrumação da biblioteca do convento de S. Bento de Xabregas. Mas são as Miscelâneas de folhetos de natureza religiosa, sobretudo de Sermões, muito abundantes nestas bibliotecas, que mais suscitam a inclusão de folhas em branco. Nelas encontramos Índices manuscritos onde se enunciam, por ordem, os sermões incluídos na Miscelânea. Também as folhas em branco no final podem servir para outro tipo de índices, de que damos exemplos, apenas porque constituem testemunho de um trabalho de natureza bibliográfica que, pela frequência com que aparece, vem revelar a utilidade desta prática descritiva, certamente para as tarefas dos pregadores²⁴¹.

Taboa dos lugares da sagrada escritura q. se explicão com algum reparo neste tomo [Índice geográfico incluído no final de uma colecção de 18 sermões e orações gratulatórias, pertencente ao colégio de Nossa Senhora da Estrela] (R. 9104 P.)²⁴²

Índice de sermões com o anno em q. se imprimiram [Miscelânea de 19 sermões sem marca de posse] (R. 8535 P.)

Das couzas notaveis deste Livro [Índice de assuntos relativo aos 21 sermões desta Miscelânea, sem marca de posse] (R. 8532 P.)

Assim, apesar de não haver descrição bibliográfica para os volumes de miscelâneas nos catálogos, não se deixava de fornecer indicações sobre o conteúdo das mesmas, sendo certo que, em alguns casos, como no Índice da Biblioteca de S. Bento de Xabregas, o bibliotecário dá a entender que haveria um Índice geral dos sermões²⁴³. Essa circunstância vem confirmada, aliás, numa inscrição que transcrevemos:

Do uso do P.e Amaro dos Anjos [marca riscada no rosto do primeiro sermão estando indicado no verso da guarda o seguinte informe] *Todos os sermões q. levassem o*

colecção de Miscelâneas da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Dir. M. Lopes de Almeida. Coimbra: BGUC, 1967-1973. 9 vol.

²⁴¹ V. também Anexo III.

²⁴² Da mesma proveniência temos outra miscelânea de sermões, desta feita 19, também com uma tábua de lugares mas que indica ter sido feita “pello P. Pregador Geral Fr. An.to da Conceição em 1680” (R. 9334 P.)

²⁴³ V. a propósito, no Anexo III a transcrição integral das Advertências do bibliotecário.

*sinal I estão ou na Coleção de Sermões avulsos da letra O ou nos Sermonarios dos Autores e todos forão citados no Índice Geral dos Sermões (R. 7025 P.)*²⁴⁴

De referir que também na biblioteca do convento de Maфра existia este tipo de prática, como podemos observar na Advertência 25 do seu bibliotecário frei João de Santa Ana inscrita no catálogo que preparou em 1819:

“25. Nos artigos – Noticia – Novena – Relação – não se acharão as obras por ordem alfabética exacta, porque como são opúsculos de pouca ponderação, que se achão juntos em diversos tomos da Bibliotheca volante por evitar maior trabalho escrevi seguidos, os que se achão em cada hum dos tomos, sem atender à ordem alfabética; e até do titulo de cada noticia, Novena, ou relação só escrevi o percizo para servir no conhecimento do que nella se contem”²⁴⁵.

Em suma, nesta parte do Capítulo III que consagramos à organização das bibliotecas religiosas, apresentámos uma análise das modalidades e representações das marcas de posse institucionais e das práticas de aquisição das obras destinadas às bibliotecas, com recurso aos testemunhos que encontrámos inscritos nos próprios livros. Vimos, seguidamente, recorrendo à análise comparada de catálogos, na sua maioria da segunda metade do século XVIII, os esquemas classificativos utilizados, procurando um possível cânone e as eventuais singularidades na aplicação do elenco dos saberes disponíveis.

Foi feita uma apreciação, também comparativa, da forma ou formas como se elaborava a referência bibliográfica, recorrendo a catálogos de bibliotecas religiosas de Lisboa. Na referência, verificaram-se os vários elementos constantes, a sua hierarquização, as regras seguidas e a representação da informação sobre a obra e sobre

²⁴⁴ Apesar de não ter marca de posse do convento de S. Bento de Xabregas sabemos que lhe pertenceu esta Miscelânea pois todas as outras que tinham marca do padre Amaro dos Anjos, têm também a marca do convento. Trata-se de um membro da comunidade que professou no convento de Vilar de Frades em 28 de Março de 1685. No seu percurso distinguiu-se como liturgista, definidor da Congregação, reitor do convento de Évora e pregador geral. Deixou algumas obras publicadas. Tinha livraria própria e legou-a ao convento de S. Bento de Xabregas onde faleceu em 25 de Janeiro de 1729. Cf. MACHADO, Diogo Barbosa – *Biblioteca Lusitana*. Coimbra: Atlântida, 1966, vol. I, p. 124 e IV, p. 13.

²⁴⁵ Cf. *Catalogo da Real Livraria de Maфра...* Apud FERREIRA, Jorge Manuel Rodrigues – *ob. cit.*, Anexo 4, p. 145. A biblioteca volante que frei João de Santa Ana refere, era constituída pelos livros que não tinham lugar certo, como se infere da Advertência 21 onde se lê: “Quando se encontrarem estas palavras = ando volante com os livros de encher = designão que aquella obra ou tomos não tem lugar certo”. (*Ibid.*, p. 144).

o exemplar, na óptica da utilidade prática de um catálogo, ainda hoje presente e que consiste em servir o “utilizador” nas suas funções principais de Encontrar, Identificar, Seleccionar e Obter uma determinada obra. Demos ainda atenção àqueles elementos que nos podiam elucidar quanto a práticas de gestão do catálogo e das colecções. Terminámos com aspectos relativos à organização não ao nível da obra mas do exemplar, como seja a gestão da acessibilidade e a conservação da colecção, recorrendo, nomeadamente, aos testemunhos inscritos nos livros. Se na apresentação dos modelos organizativos das bibliotecas religiosas foi possível delinear tendências e perceber semelhanças e diferenças, o mesmo se passou com a análise das práticas onde se tornou evidente uma *praxis* classificativa e catalográfica, sustentada em princípios geralmente aceites, indiciando um trabalho “profissional”. Podemos afirmar que há um paradigma organizativo nas bibliotecas religiosas e não só nas portuguesas pois o esquema classificativo detalhado, presente sobretudo na arrumação da biblioteca, pode encontrar-se em instituições de outros países. A tabela da Congrégation de Saint Maur²⁴⁶ que tem semelhanças com as do Oratório do Porto e S. Francisco de Xabregas que atrás vimos, é um exemplo de regras e práticas que se partilhavam entre ordens religiosas:

“L’ordre des classes, & les eschiteaux avec les lettres pour les indiquer, se pourront faire en cette façon: 1. Biblia Sacra; 2. Concilia; 3. Interpretes Sacra Scriptura; 4. Patres Graeci; 5. Patris Latini; 6. Theologi Scholastici; 7. Theologia Moralis sive Casuistica; 8. Controversistae; 9. Concionatores; 10. Libri pij; 11. Ius Canonicus; 12. Ius Civile; 13. Philosophi & Medici; 14. Mathematici, Astrologi & cosmographi; 15. Historici Ecclesiastici; 16. Historici profane; 17. Oratores & Poetae; 18. Humanistae & Grammatici; 19. Miscellani”²⁴⁷.

²⁴⁶ Também conhecida por Mauristes (ou Mauristas, em português) é uma congregação de monges beneditinos estabelecida em 1621. Os seus membros destacaram-se pela erudição tendo produzido importantes obras, algumas das quais ainda hoje são de referência. Cf. The Maurists. In: *Catholic Encyclopedia*. Disponível em: <http://www.newadvent.org/cathen/10069b.htm>. No Anexo II que contém a Lista das obras de História, encontram-se referências a algumas dessas obras que existiram nas bibliotecas religiosas de Lisboa. No capítulo VI dá-se destaque, nos autores franceses, a essa presença dos Mauristas.

²⁴⁷ *Règles communes et particulières pour la congrégation de Saint-Maur, Paris, 1663*, p. 81-82. Apud JOLLY, Claude – Naissance de la “science” des bibliothèques. In: *Histoire des bibliothèques françaises*. Paris: Promodis: Cercle de la Librairie, 1988, vol. II – Les bibliothèques sous l’Ancien Régime, 1530-1789. Dir. Claude Jolly, p. 388. V. também CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de – O paradigma organizativo das bibliotecas monásticas e conventuais no século XVIII, 2013.

Na análise dos esquemas classificativos demos sempre destaque à posição e importância que a História neles ocupava e é nessa perspectiva que pretendemos seguir para os capítulos seguintes, onde trataremos primeiro dos conteúdos das bibliotecas religiosas e das modalidades de leitura nelas praticadas, a que se seguirá a apresentação e análise das obras de História que, em concreto, existiam nas bibliotecas religiosas de Lisboa, no final do século XVIII.

CAPÍTULO IV

AS BIBLIOTECAS NO AMBIENTE RELIGIOSO: TIPOLOGIAS E MODALIDADES DA POSSE E USO DO LIVRO

IV.1. Definição do objecto de estudo e opções metodológicas

No capítulo anterior procurámos mostrar as bibliotecas religiosas na sua perspectiva institucional, ou seja, nas suas modalidades e representações organizativas que abrangeram, desde a forma de assinalar a propriedade – a marca de posse –, até aos sistemas de classificação e arrumação utilizados, sem esquecer a organização do próprio acesso aos livros da biblioteca, nomeadamente através do estudo dos catálogos.

O objectivo deste capítulo é, em primeiro lugar, analisar os dados provenientes de várias fontes que a seguir enunciaremos, de forma a tentar estabelecer tipologias para as bibliotecas religiosas baseadas nos quantitativos que declararam e que encontramos em catálogos. Em segundo lugar, vamos apresentar modalidades típicas da posse e uso do livro nas instituições religiosas, nomeadamente a partir dos próprios testemunhos deixados nos livros. No limite, o objectivo principal deste capítulo é responder a certas questões fundamentais para conhecer estas bibliotecas e os seus leitores.

Algumas das questões a seguir enunciadas revelam-se fundamentais para o nosso estudo: Qual a dimensão das suas colecções? Numa perspectiva comparativa, como se relacionam esses quantitativos com os de outras bibliotecas existentes em Portugal e noutros países, no século XVIII? Qual a importância da História nos conteúdos dessas bibliotecas? Se estas questões se situam mais no âmbito da História das Bibliotecas, num segundo momento, caminharemos mais no sentido da História da Leitura procurando resposta a questões como: Quais as relações entre o livro e o seu leitor (ou leitora)? Qual a dimensão da posse comunitária e da posse privada de livros no ambiente religioso? Como se caracterizam as modalidades de uso do livro, da comunidade e privado, nestas bibliotecas? Qual a importância do género no que respeita à posse e uso do livro?

Utilizaremos, em grande medida, fontes e bibliografia que citámos já no capítulo anterior. No primeiro caso estão os catálogos que nos ficaram, das bibliotecas religiosas, desde logo o núcleo que integra a Real Mesa Censória e que retrata algumas destas bibliotecas em 1769¹ mas também os que se encontram na Biblioteca Nacional de

¹ PT/TT/RMC/B-C/2. Cf. Quadro IV onde se indicam as instituições e a cota correspondente aos catálogos respectivos, neste fundo e também nos Manuscritos da Livraria.

Portugal², alguns dos quais nos serviram até para ilustrar a forma como se organizavam as respectivas bibliotecas. Também os relatórios produzidos no âmbito da actividade do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos, a partir de 1834, e existentes na BNP, ainda que já estudados, como anteriormente se referiu³, serão convocados não em termos de conteúdos mas de quantitativos, para ajudar, sobretudo, à categorização das bibliotecas religiosas quanto à sua dimensão, não esquecendo, nesse particular os estudos desenvolvidos em França que nos vão permitir comparar com a situação em Portugal⁴.

Para além dos aspectos quantitativos não deixaremos de referir, sempre que existam elementos fiáveis para comparar aspectos relacionados com conteúdos, nomeadamente o peso das obras da temática predominante que é a Religião com o da História. Privilegiámos, na bibliografia, as obras que cobrem questões relativas às práticas de leitura masculina e feminina nos ambientes de vida consagrada cujos elementos e/ou conclusões cruzámos com os testemunhos retirados das obras compulsadas na BNP, provenientes de possuidores religiosos, para exemplificação das modalidades de uso de livros privados e/ou das comunidades, nos estabelecimentos regulares⁵. Procurando-se tirar o máximo partido desta metodologia comparativa de

² Cf. Quadro IV onde se indicam as instituições e a cota correspondente aos catálogos respectivos, nos Reservados da BNP.

³ Referimo-nos à obra de Paulo J.S. Barata, *Os livros e o Liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003, especialmente aos quadros constantes dos Anexos 7, 9, 9a e 13.

⁴ Estão, neste caso, o estudo específico de Claude Jolly, *Les bibliothèques bénédictines*. In: *Histoire des bibliothèques françaises*. Paris: Promodis, 1998, vol. II – *Les bibliothèques sous l’Ancien Régime, 1530-1789*. Dir. Claude Jolly, p. 29-42 e estudos de conjunto, sobre práticas e modalidades de leitura em França, sobretudo de Roger Chartier, como a obra *Lectures et lecteurs dans la France d’Ancien Régime*. Paris: Editions du Seuil, 1987 e *Les pratiques urbaines de l’imprimé*, em colaboração com Daniel Roche, in *Histoire de l’édition française*. Dir. Henri-Jean Martin, Roger Chartier. Paris: Promodis, 1984, vol. II – *Le livre triomphant, 1660-1830*, p. 403-429.

⁵ Destacamos: CARVALHO, José Adriano de Freitas - Do recomendado ao lido: direcção espiritual e prática de leitura entre franciscanas e clarissas em Portugal no século XVII. *Via Spiritus*, n.º 4, 1997, p.7-56. CASTILLO GOMEZ, Antonio – Leer en comunidad: libro y espiritualidad en la España del Barroco. *Via Spiritus*, n.º 7, 2000, p. 99-122. CÁTEDRA, Pedro M. - Lectura femenina en el claustro (España, siglos XIV-XVI). In: *Des femmes et des livres. France et Espagne, XVe-XVIe siècles. Actes de la journée d’étude organisée par l’École nationale des chartes et l’École normale supérieure de Fontenay/Saint-Cloud (Paris, 30 avril 1998)*. Dir. Dominique de Courcelles y Carmen Val Julián. Paris: École des chartes, 1999, p. 7-53. FERNANDES, Maria de Lurdes Correia - Recordar os “santos vivos”: leituras e práticas devotas nas primeiras décadas do século XVII português. *Via Spiritus*, n.º 1, 1994, p. 134. LOUREIRO, Olímpia - *O livro e a leitura no Porto no século XVIII*. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1994 e Os livros das monjas do convento de S. Bento da Ave-Maria do Porto. *Revista de Ciências Históricas*, vol. 12, 1997, p. 227-237. MORUJÃO, Isabel - Livros e leituras na clausura feminina de Setecentos. *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*. Porto, vol. XIX, 2002, p. 111-170.

indicadores, não deixaremos de referir, sempre que oportuno, elementos de posse e uso de livros por privados⁶.

Assumimos, desde já que o estudo das bibliotecas antigas e dos seus leitores tem sempre um conjunto de variantes que é necessário ter em conta e que, na prática, o que se consegue é perceber tendências e levantar hipóteses de trabalho, muito mais que conclusões. Nas interessantes palavras de Maria de Lurdes Correia Fernandes:

“O complexo estudo das leituras – que implica, naturalmente, saber (tentar saber) não só quem lia e o que se lia (ou se se lia) mas também o como, o quando e o porque se lia – das obras ou textos de espiritualidade (desde livros de oração, guias espirituais, catecismos... até às obras hagiográficas) na Época Moderna, apresenta-se ainda como um terreno a desbravar...”⁷.

Elaborando um pouco mais, em torno desta questão, há a ter em conta, em primeiro lugar, que os catálogos revelam as existências da biblioteca num determinado

⁶ Referimos a esse propósito os seguintes estudos de bibliotecas particulares portuguesas (séc. XVI-XVIII): ARAÚJO, Ana Cristina - Livros de uma vida: critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no século XVIII. *Revista de História das Ideias*, vol. 20, 1999, p. 149-185; CARDOSO, António Manuel – *Ler na livraria de Frei Francisco de S. Luís Saraiva*. Ponte de Lima: Câmara Municipal, 1995; CARVALHO, Joaquim Teixeira de – A livraria de um letrado do século XVI, Frei Diogo de Murça. In: *Obras completas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1978-1997, vol. 2, p. 569-635; DOMINGOS, Manuela D. - *Livraria de D. José da Silva Pessanha: do colecionador à Biblioteca Pública*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998 e *Erudição no tempo joanino: a livraria de D. Francisco de Almeida. Leituras: revista da Biblioteca Nacional*, n.º 9/10, 2001-2002, p. 191-219; FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – *A biblioteca de Jorge Cardoso (1669) autor do Agiológio Lusitano: cultura, erudição e sentimento religioso no Portugal Moderno*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002; LOUREIRO, Rui Manuel - *A biblioteca de Diogo do Couto*. Macau: Instituto Cultural, 1998 e *Na companhia dos livros: manuscritos e impressos nas missões jesuítas da Ásia Oriental, 1540-1620*. Lisboa: Fundação Oriente, 2004; MENDES, Maria Valentina Sul - Frei João da Póvoa, “freire pobre de S. Francisco” e os livros. *Revista Portuguesa de História do Livro*, A 2, n.º3, 1998, p. 9-32; NASCIMENTO, Aires A. – Erudição e livros em Portugal ao tempo de Árias Montano: a biblioteca do duque de Bragança. In: *Benito Montano y los humanistas de su tiempo*. Ed. José Maria Maestre [et al.]. Alcañiz: Instituto de Estudos Humanísticos, 2006, p. 723-749; OLIVEIRA, António de - *A livraria de um teólogo do século XVI*. Coimbra: Coimbra Editora, 1964. Sep. “Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra”, vol. 27; *A livraria de um canonista do século XVI*. Coimbra: [s.n.], 1966. Sep. “Revista da Universidade de Coimbra”, vol. 22 e *A livraria de um canonista do século XVII*. Coimbra: Coimbra Editora, 1967. Sep. “Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra”, vol. 28; OLIVEIRA, José António Mendonça Pereira de – *A paixão da História na biblioteca de D. João de Magalhães e Avelar*. Dissertação de Mestrado em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: [s.n.], 2005; RODRIGUES, Manuel Augusto – *Biblioteca e bens de D. Francisco de Lemos e da Mitra de Coimbra*. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1984; SÁ, Artur Moreira de – Livros de uso de Frei Diogo de Murça. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. 33, 1977, p.103-105; TAVARES, Pedro Vilas Boas – *A biblioteca e a bibliofilia de um prelado ilustrado D. Gaspar de Bragança, arcebispo de Braga: 1758-1789*. Braga: Faculdade de Teologia: Cabido Metropolitano e Provincial, 1990.

⁷ Recordar os “santos vivos”, 1994, p. 134.

momento da sua vida e podem conter referências a todas as obras existentes ou omitir, por deliberação ou por simplificação, algumas delas. Já vimos exemplos de referências generalistas para os folhetos em Miscelâneas, por exemplo no caso de Relatos e de Sermões no capítulo anterior. Quanto à omissão, por exemplo, de livros proibidos, é uma hipótese de trabalho levantada por historiadores do livro, nomeadamente Robert Darnton⁸, mas como vimos atrás, não parece ter sido uma prática nos catálogos das bibliotecas religiosas portuguesas. De qualquer modo, é sempre uma questão a considerar e no capítulo VI voltaremos a abordar a existência de livros proibidos nas instituições religiosas que, à partida dispunham de autorização para os poderem ter e, consequentemente, ler.

Segundo, nem todos os livros possuídos são livros lidos⁹ pelo que as conclusões a que se pode chegar a partir dos catálogos têm de ser sempre matizadas com outro tipo de fontes, nomeadamente os testemunhos que ficaram nos próprios livros quer os da comunidade quer os dos indivíduos que a compunham. É, precisamente, no sentido do alargamento de fontes, no que respeita ao estudo das práticas de leitura, que aponta Roger Chartier quando escreve:

“O que é ler? Como reconstituir as leituras antigas? As respostas não estão de modo nenhum garantidas, mas torna-se claro que a história intelectual não poderá evitá-las por muito tempo. A título provisório, é sem dúvida um bom método não recusar nenhuma das percepções que permitem reconstituir, pelo menos parcialmente, o que os leitores faziam das suas leituras [...]”¹⁰.

Terceiro, o universo que obtemos a partir dos catálogos das bibliotecas religiosas que responderam ao Edital de 1769 é, como dissemos, pequeno e a metodologia quantitativa, neste caso, pode originar indicadores e tendências fiáveis porque o grupo-alvo participa no mesmo inquérito, mas são de evitar as generalizações em razão da representatividade dos respondentes face ao universo das casas religiosas. De qualquer

⁸ V. em especial *Bohème littéraire et révolution: le monde des livres au XVIIIe siècle*. Paris: Gallimard, 1983 e *The forbidden best-sellers of pre-revolutionary France*. New York: W.W. Norton, 1996.

⁹ É o postulado de CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel – *ob. cit.*, assumido também na bibliografia portuguesa sobre história da leitura em ambiente religioso como, por exemplo, os estudos antes referidos de FERNANDES, Maria de Lurdes Correia - Recordar os “santos vivos”, 1994 e MORUJÃO, Isabel - Livros e leituras na clausura feminina de Setecentos, 2002.

¹⁰ *A História Cultural entre práticas e representações*. 2ª ed. Lisboa: Difel, 2002, p. 61.

forma, tomamos como válida a afirmação de Robert Darnton, para o tipo de metodologia que pretendemos aplicar:

“[...] quantitative historians would do better to avoid macroanalysis of Reading and to concentrate instead on studies of specific groups [...] When used carefully, in conjunction with other kinds of evidence and in reference to clearly defined segments of the population, this kind of quantitative history has proved to be a valuable tool”¹¹.

Nesse sentido, a nossa proposta metodológica neste capítulo vai mais no sentido da percepção de modalidades de posse e uso do livro no ambiente religioso ou seja, de como se processava a apropriação do livro comunitário por parte do indivíduo e de como o livro individual podia ser de uso da comunidade. Recorremos de novo a Roger Chartier e Daniel Roche para respaldar a nossa opção metodológica:

“La lecture n’est pas un invariant historique – même dans ses modalités les plus physiques – mais un geste, individuel ou collectif, produit à chaque fois d’une forme de sociabilité, d’une représentation du savoir ou du loisir, d’une conception de l’individualité”¹².

IV.2. Conteúdos e quantitativos das bibliotecas portuguesas: análise comparativa

IV.2.1. As bibliotecas religiosas de 1769 a 1834

O conjunto que melhor nos permite uma perspectiva comparativa imediata é, como referimos já, o dos catálogos de bibliotecas de instituições religiosas que foram apresentados à Real Mesa Censória em 1769. Tínhamos mencionado esta fonte no capítulo anterior, a propósito da metodologia consignada no Edital de 10 de Julho de 1769 em que se obrigava os possuidores de livros, individuais e colectivos a apresentar um catálogo dos mesmos, de acordo com certas regras. Trata-se de um conjunto documental de grande valor para o estudo das práticas de leitura em Portugal no século XVIII e que abrange um total de 2420 respondentes. Estudado, no geral, por Maria

¹¹ Reading, writing and publishing in Eighteenth-Century France: a case study in the Sociology of Literature. *Daedalus*, vol. 100, p. 225.

Disponível em: <http://nrs.harvard.edu/urn-3:HUL.InstRepos:3403046>.

¹² *Ob. cit.*, p. 403.

Adelaide Salvador Marques¹³ numa obra ainda hoje imprescindível para quem aborda o livro e a leitura em Portugal no século XVIII, é uma fonte importante nesta dissertação, ainda que não tenha dispensado o confronto com os próprios documentos¹⁴.

A análise que fizemos pretendeu identificar como grupo-alvo os catálogos das bibliotecas das instituições religiosas, deixando de fora os dos seus habitantes, tomados individualmente, porque não caracterizam, necessariamente, os conteúdos da biblioteca comunitária. Os catálogos institucionais são poucos, para a quantidade existente de conventos, mosteiros, casas religiosas, hospícios e recolhimentos no país, e o Quadro IV inclui os catálogos encontrados no núcleo respectivo da Real Mesa Censória, na Torre do Tombo, outros existentes nos Manuscritos da Livraria da mesma instituição e os que se localizam nos Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, cuja pertença à devassa ordenada pelo Edital de 1769 mostrou ser absolutamente comprovada. Referimos, aliás, no capítulo anterior, as nossas hipóteses de trabalho quanto à presença desses catálogos fora do seu núcleo arquivístico natural que é a Real Mesa Censória, instituição receptora: original devolvido ao estabelecimento ou cópia feita para utilização interna, o certo é que os que se localizam na BNP não estão repetidos na Torre do Tombo.

Com base nos dados recolhidos nessas fontes, elaborámos um Quadro IV que nos vai permitir várias leituras, nomeadamente de tipo quantitativo. Ordenámo-lo pelo número geral de obras (não de volumes) referido nos catálogos, no sentido decrescente. Reconhecem-se dificuldades em algumas (felizmente poucas) contagens dado que há obras que não estão individualizadas e são consideradas em conjunto e para outras é difícil perceber se se trata de volumes de uma mesma obra ou se de obras diferentes, circunstâncias que, naturalmente, pressupõem uma certa margem de erro. O Quadro IV identifica, em primeiro lugar, a instituição de forma abreviada, seguidamente indica a respectiva localização geográfica, o género da comunidade e, para além do quantitativo global da biblioteca, assinala o número de obras de História que nela estava contido. A

¹³ *A Real Mesa Censória e a cultura nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa do século XVIII*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1963.

¹⁴ Aproveitamos a oportunidade para agradecer à Dra Manuela D. Domingos, o acesso que nos deu ao Relatório final do projecto *A cultura em Portugal no século XVIII: inquérito às bibliotecas* (POCTI/36398/HAR/2000 em que trabalhou, em representação da Biblioteca Nacional, com as investigadoras dras Paula Gonçalves e Dulce Figueiredo, sob a responsabilidade do Prof. Doutor Diogo Ramada Curto.

expressão “Não classificado” significa que o catálogo em apreço não descrimina as obras segundo as classes temáticas propostas no Edital de 10 de Julho de 1769.

Excluímos os catálogos dos colégios jesuítas de S. Patrício em Lisboa, de Vila Nova e de Angra por se encontrarem encerrados desde 1759, ainda que os livros se encontrassem nos locais por não lhes ter sido dado destino. Também não foram contabilizados, nesta lista institucional, os livros de posse individual de religiosos, religiosas e laicas vivendo em comunidades. Trata-se, como antes dissemos, de posse privada e não comunitária, indiciando uma leitura particular. Casos há em que o catálogo da biblioteca institucional inclui, como o do convento da Arrábida, também os livros de posse dos religiosos e nesse caso o total indicado, por não haver diferenciação, é o da comunidade e dos seus membros¹⁵. Ainda que se possa considerar que, em grande medida, os livros individuais viriam a ser incluídos, por morte ou oferta em vida, na biblioteca do estabelecimento religioso, tal não ocorria no momento da apresentação dos catálogos em 1769, senão não se justificava o número impressionante de catálogos individuais com os livros pertencentes aos membros do clero regular. Atente-se, inclusive, que muitos desses religiosos que apresentam catálogo pertencem a instituições que não o fizeram (ou cujos catálogos da biblioteca da comunidade desapareceram)¹⁶. De qualquer modo, teremos oportunidade neste capítulo de analisar, à parte, as modalidades de leitura individual no contexto comunitário e de usar também elementos carreados do conjunto de catálogos apresentados à Real Mesa Censória.

A localização da fonte onde se encontram os catálogos é dada individualmente em nota. Também em nota se dão mais indicações sobre a instituição ora remetendo para o Anexo I, quando são de Lisboa e seu termo, ora referindo bibliografia apropriada.

¹⁵ Não queremos deixar de referir o caso do catálogo (que o não chega a ser) de Frei Manuel de Figueiredo, do convento da Graça de Lisboa que declara ter mais de 80 anos e já não poder dedicar-se a estudos pelo que os seus livros constam no catálogo da biblioteca do convento e não de rol próprio (PT/TT/RMC Cx. 127, cat. 1806).

¹⁶ Sem preocupações de constituir uma lista exaustiva destes casos, dão-se alguns exemplos relativos a membros de comunidades de Lisboa: do convento de S. Francisco da Cidade, da Província de Portugal os catálogos de três religiosos (PT/TT/RMC Cx. 128, cat. 2066, Cx. 129, cat. 2148 e Cx. 130, cat. 2325) e do mosteiro do Santíssimo Sacramento, da Ordem de S. Paulo Primeiro Eremita, há catálogos de dois religiosos (PT/TT/RMC Cx. 130, cat. 2333 e 2376).

Quadro IV – Catálogos das bibliotecas religiosas (1769)

Instituições	Localização	Género	N.º geral de obras	História
Graça ¹⁷	Lisboa	M	6285	1575
Colégio da Graça ¹⁸	Coimbra	M	3963	675
S. Vicente ¹⁹	Lisboa	M	3751	658
Sta Maria ²⁰	Lisboa (Belém)	M	3346	808
S. Bento ²¹	Lisboa	M	2581	248
Remédios ²²	Lisboa	M	1937	308
Penha de França ²³	Lisboa	M	1552	280
Carmo ²⁴	Braga	M	1454	157
Cong. Oratório ²⁵	Pernambuco	M	1349	202
Sto Tirso ²⁶	Riba de Ave	M	1189	201
S. João de Deus ²⁷	Lisboa	M	1185	251

¹⁷ BNP. Cód. 7409. V. informação sobre o convento de Nossa Senhora da Graça, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho no Anexo I.

¹⁸ BNP. Cód. 8386. Trata-se do colégio de Nossa Senhora da Graça, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, fundado em 1543. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. II, p. 24.

¹⁹ BNP. Cód. 7405. V. informação sobre o mosteiro de S. Vicente de Fora, dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no Anexo I.

²⁰ PT/TT/Mss da Livraria, cat. 734. V. informação sobre o mosteiro de Santa Maria de Belém, da Ordem de S. Jerónimo no Anexo I.

²¹ PT/TT/RMC Cx. 118, cat. 443. V. informação sobre o mosteiro de S. Bento da Saúde, da Ordem de S. Bento no Anexo I.

²² BNP. Cód. 7408. V. informação sobre o convento de Nossa Senhora dos Remédios, da Ordem dos Carmelitas Descalços no Anexo I.

²³ BNP. Cód. 7320. V. informação sobre o convento de Nossa Senhora da Penha de França, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho no Anexo I.

²⁴ BNP. Mss 2, nº 1. Trata-se do convento de Nossa Senhora do Carmo ou do Pópulo, da Ordem dos Carmelitas Descalços, fundado em 1653. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. *Ibid.*, p. 25.

²⁵ PT/TT/RMC Cx. 130, cat. 2415. V. a propósito desta casa oratoriana, LIMA, Ebion de – *A Congregação do Oratório no Brasil*. Pernambuco: Editora Vozes, 1980.

²⁶ PT/TT/RMC Cx. 131, cat. 2491. Trata-se do mosteiro de Santa Maria, de Refojos de Riba de Ave (concelho de Santo Tirso, de onde adopta o nome), da Ordem de S. Bento, fundado em 1039. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Mosteiros. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *ob. cit.*, vol. III, p. 274.

Instituições	Localização	Género	N.º geral de obras	História
Hosp. Rég. S. João Nepomuceno ²⁸	Lisboa	M	1088	321
Consolação ²⁹	Estremoz	M	1002	142
Sto António ³⁰	Varatojo	M	907	89
Sr. Jesus da Boa Morte ³¹	Lisboa	M	883	123
Carmo ³²	Figueiró dos Vinhos	M	833	50
Graça ³³	Angra do Heroísmo	M	804	77
Sta Maria ³⁴	Arrábida	M	737	128
Piedade ³⁵	Cascais	M	717	138
Sto Elói ³⁶	Porto	M	641	68
Sto André ³⁷	Rendufe	M	591	55

²⁷ PT/TT/RMC Cx. 123, cat. 1219. Está junto com o catálogo de S. João de Deus, de Montemor-o-Novo que incluímos no quadro na posição relativa ao quantitativo da sua biblioteca, aí dando também pormenores da sua história.

²⁸ PT/TT/RMC Cx. 118, cat. 506. V. informação sobre o hospício régio de S. João Nepomuceno, da Ordem dos Carmelitas Descalços, Província Austríaca no Anexo I.

²⁹ PT/TT/RMC Cx. 118, cat. 455. Trata-se do convento de Nossa Senhora da Consolação, do Bosque, em Borba (no catálogo diz Estremoz), da Ordem dos Frades Menores, Província da Piedade, fundado em 1505. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. *Ibid.*, p. 22.

³⁰ PT/TT/RMC Cx. 117, cat. 402. Trata-se do convento de Santo António, da Ordem dos Frades Menores, Missionários Apostólicos, fundado em 1474. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. *Ibid.*, p. 20.

³¹ PT/TT/RMC Cx. 122, cat. 1064. V. informação sobre o convento do Senhor Jesus da Boa Morte, da Congregação homónima no Anexo I.

³² BNP. Cód. 8387//1. Trata-se do convento e colégio de Nossa Senhora do Carmo, da Ordem dos Carmelitas Descalços, fundado em 1600 Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. *Ibid.*, p. 25.

³³ PT/TT/RMC Cx. 120, cat. 830. Trata-se do convento de Nossa Senhora da Graça, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, fundado em 1601. Cf. Convento de Nossa Senhora da Graça (Angra do Heroísmo): Inventário provisório. Acessível em: <http://www.bparah.azores.gov.pt/fundos+arquivo/privados/monasticos/bparah-conv+ns+dagraca-angradoheroismo-terceira.pdf>.

³⁴ PT/TT/RMC Cx. 117, cat. 405. O catálogo inclui a biblioteca do convento e os livros das celas. Trata-se do convento de Santa Maria, da Ordem dos Frades Menores, Província da Arrábida, fundado em 1542. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. *Ibid.*, p. 21.

³⁵ BNP. Cód. 8387//2. Trata-se do convento de Nossa Senhora da Piedade, da Ordem dos Carmelitas Descalços, fundado em 1594. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. *Ibid.*, p. 25.

³⁶ PT/TT/RMC Cx. 119, cat. 666. Trata-se do convento de Santo Elói, dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista, fundado em 1490. Cf. PINA, Isabel Castro – Lóios. In: FRANCO, José Eduardo, dir. – *Dicionário histórico das Ordens...* Lisboa: Gradiva, 2010, p. 212.

Instituições	Localização	Género	N.º geral de obras	História
Sto António Convalesc. ³⁸	Lisboa (Benfica)	M	548	63
Cong. Oratório ³⁹	Freixo de Esp. à Cinta	M	520	71
Sto António ⁴⁰	Covilhã	M	509	Não classif.
Sto Alberto ⁴¹	Lisboa	F	489	98
Sto António ⁴²	Viseu	M	445	26
Madre de Deus ⁴³	Lisboa	F	411	Não classif.
S. Francisco ⁴⁴	Leiria	M	390	35
Sto Agostinho ⁴⁵	Vila Viçosa	M	374	29
S. Francisco ⁴⁶	Orgens, Viseu	M	368	69
Sto António ⁴⁷	Arrifana de Sousa	M	362	41

³⁷ PT/TT/RMC Cx. 114, cat. 52. Trata-se do mosteiro de Santo André de Rendufe (concelho de Amares) da Ordem de S. Bento, fundado em 1090. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Mosteiros. *Ibid.*, p. 274.

³⁸ PT/TT/RMC Cx. 115, cat. 178. V. informação sobre o convento de Santo António da Convalescença, da Ordem dos Frades Menores, Província de Santo António no Anexo I.

³⁹ PT/TT/RMC Cx. 130, cat. 2416. Está junto com os catálogos individuais dos padres da comunidade. Trata-se da casa fundada em 1673. Cf. SANTOS, Eugénio dos – Oratorianos. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *ob. cit.*, vol. III, p. 329.

⁴⁰ PT/TT/RMC Cx. 115, cat. 16. Trata-se do convento de Santo António, da Ordem dos Frades Menores, Província da Soledade, fundado em 1553. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. *Ibid.*, p. 22.

⁴¹ BNP. Mss 2, nº 3. V. informação sobre o convento de Santo Alberto, da Ordem dos Carmelitas Descalços no Anexo I.

⁴² BNP. Mss 2, nº 7. Trata-se do convento de Santo António, da Ordem dos Frades Menores, Província da Conceição, fundado em 1635. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. *Ibid.*, p. 22.

⁴³ PT/TT/RMC Cx. 125, cat. 1656. V. informação sobre o convento da Madre de Deus, da Ordem de Santa Clara no Anexo I.

⁴⁴ PT/TT/RMC Cx. 121, cat. 1002. Trata-se do convento de S. Francisco, da Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, fundado em 1234. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. *Ibid.*, p. 19.

⁴⁵ PT/TT/RMC Cx. 114, cat. 71. Trata-se do convento de Santo Agostinho, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, fundado em 1270. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. *Ibid.*, p. 24.

⁴⁶ PT/TT/RMC Cx. 121, cat. 939. Trata-se do convento de S. Francisco do Monte, da Ordem dos Frades Menores, Província da Conceição, fundado em 1407. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. *Ibid.*, p. 22.

⁴⁷ PT/TT/RMC Cx. 115, cat. 123. Trata-se do convento de Santo António de Penafiel (cujo antigo nome era Arrifana de Sousa) da Ordem dos Frades Menores, Província da Soledade, fundado em 1663. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. *Ibid.*, p. 22.

Instituições	Localização	Género	N.º geral de obras	História
S. José ⁴⁸	S. Pedro do Sul	M	349	18
Cardal ⁴⁹	Pombal	M	346	45
Boa-Hora ⁵⁰	Setúbal	M	306	54
Carmo ⁵¹	Setúbal	M	284	48
Sto Crucifixo ⁵²	Lisboa	F	281	73
S. João de Deus ⁵³	Montemor-o-Novo	M	265	74
S. João Evangelista ⁵⁴	Arraiolos	M	262	16
Carmo ⁵⁵	Moura	M	238	10
Sta Catarina ⁵⁶	Alenquer	M	211	20
Sta Apolónia ⁵⁷	Lisboa	F	192	34

⁴⁸ BNP: Mss 2, nº 6. Está junto com os catálogos individuais dos frades do convento e com o catálogo do convento de Santo António de Vila Cova de Alva. Trata-se do convento de S. José, da Ordem dos Frades Menores, Província da Conceição, fundado em 1751. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. *Ibid.*, p. 22

⁴⁹ BNP. Mss 2, nº 4. Trata-se do convento de Nossa Senhora do Cardal, da Ordem dos Frades Menores, Província de Santo António, fundado em 1709. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. *Ibid.*, p. 22.

⁵⁰ BNP. Mss 1, nº 19. Trata-se do colégio de Nossa Senhora da Boa Hora, da Ordem dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho, fundado em 1695. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. *Ibid.*, p. 24.

⁵¹ BNP. Mss 2, nº 2. Trata-se do convento de Santa Teresa de Jesus, da Ordem dos Carmelitas Descalços, fundado em 1671. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. *Ibid.*, p. 25.

⁵² PT/TT/RMC Cx. 118, cat. 454. V. informação sobre o convento do Santo Crucifixo, da Ordem de Santa Clara no Anexo I.

⁵³ PT/TT/RMC Cx. 123, cat. 1219. Está junto com o catálogo de S. João de Deus, de Lisboa. Trata-se do convento de S. João de Deus, da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, fundado em 1606. Cf. GAMEIRO, Aires, *et al.* – Hospitaleiros. In: FRANCO, José Eduardo, dir. – *ob. cit.*, p. 177-178.

⁵⁴ PT/TT/RMC Cx. 122, cat. 1165. Trata-se do convento de Nossa Senhora da Assunção, de Vale das Flores, nos arredores de Arraiolos, dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista, fundado em 1526. Cf. PINA, Isabel Castro – Lóios. In: FRANCO, José Eduardo, dir. – *ob. cit.*, p. 212.

⁵⁵ PT/TT/RMC Cx. 118, cat. 505. Está junto com os catálogos individuais dos frades do convento. Trata-se do convento de Nossa Senhora do Carmo, da Ordem do Carmo, fundado em 1250. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. *Ibid.*, p. 24.

⁵⁶ PT/TT/RMC Cx. 118, cat. 520. Trata-se do oratório de Santa Catarina dos Mártires, da Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, fundado em 1623. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. *Ibid.*, p. 19.

⁵⁷ PT/TT/RMC Cx. 117, cat. 424. V. informação sobre o convento de Santa Apolónia, da Ordem de Santa Clara no Anexo I.

Instituições	Localização	Género	N.º geral de obras	História
Rec. Conceição ⁵⁸	Olhalvo, Alenquer	F	174	41
Porta do Céu ⁵⁹	Lisboa (Telheiras)	M	169	7
Remédios (Rato) ⁶⁰	Lisboa	F	158	0
Rec. Encarnação e Carmo ⁶¹	Lisboa	F	154	26
Hosp. Menino Deus ⁶²	Lisboa	M	151	20
Soledade ⁶³	Lisboa	F	130	43
S. Salvador ⁶⁴	Vairão	F	103	0
Hosp. Carmo, prov. Pernamb. ⁶⁵	Lisboa	M	91	21
Hosp. Terra Santa ⁶⁶	Lisboa	M	60	2
Conceição ⁶⁷	Lisboa (Marvila)	F	59	24
Santa Maria da Vitória (Botica do convento) ⁶⁸	Batalha	M	51	5

⁵⁸ PT/TT/RMC Cx. 118, cat. 511. Pensamos poder tratar-se do recolhimento de Nossa Senhora da Conceição, ligado à Ordem de Santa Clara e fundado em 1555. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. *Ibid.*, p. 20.

⁵⁹ PT/TT/RMC Cx. 130, cat. 2414. V. informação sobre o convento de Nossa Senhora da Porta do Céu, da Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal no Anexo I.

⁶⁰ PT/TT/RMC Cx. 131, cat. 2480. V. informação sobre o convento de Nossa Senhora dos Remédios, da Ordem da Santíssima Trindade no Anexo I.

⁶¹ PT/TT/RMC Cx. 119, cat. 667. V. informação sobre o recolhimento de Nossa Senhora da Encarnação e Carmo, da Ordem do Carmo no Anexo I.

⁶² PT/TT/RMC Cx. 121, cat. 889. V. informação sobre o Hospício do Menino Deus, da Ordem dos Frades Menores, Província dos Algarves no Anexo I.

⁶³ PT/TT/RMC Cx. 131, cat. 2481. V. informação sobre o convento de Nossa Senhora da Soledade, da Ordem da Santíssima Trindade no Anexo I.

⁶⁴ PT/TT/RMC Cx. 131, cat. 2448. Todos os livros estão classificados em Teologia. Trata-se do mosteiro de S. Salvador de Vairão, concelho de Vila do Conde, da Ordem de S. Bento, com primeira fundação em 974. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Mosteiros. *Ibid.*, p. 275-276.

⁶⁵ PT/TT/RMC Cx. 118, cat. 498. V. informação sobre o hospício do Carmo, da Ordem do Carmo, Província de Pernambuco no Anexo I.

⁶⁶ PT/TT/RMC Cx. 130, cat. 2302. V. informação sobre o hospício da Terra Santa, da Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal no Anexo I.

⁶⁷ PT/TT/RMC Cx. 118, cat. 442. V. informação sobre o convento de Nossa Senhora da Conceição, da Ordem de Santa Brígida no Anexo I.

⁶⁸ PT/TT/RMC Cx. 119, cat. 664. Trata-se de um catálogo parcelar pois apenas diz respeito aos livros existentes na Botica do convento de Santa Maria da Vitória, da Ordem dos Pregadores, fundado em 1388. Não existe catálogo da biblioteca da comunidade. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. *Ibid.*, p. 23.

Instituições	Localização	Género	N.º geral de obras	História
Sta Clara ⁶⁹	Vila do Conde	F	50	Não classif.
Bom Sucesso ⁷⁰	Lisboa (Belém)	F	44	Não classif.
S. João de Deus ⁷¹	Estremoz	M	25	4
S. Bento da Avé Maria ⁷²	Porto	F	11	3
S. João de Deus ⁷³	Elvas	M	10	Não classif.
S. João de Deus ⁷⁴	Castelo de Vide	M	4	Não classif.
Sto António ⁷⁵	Vila Cova de Alva	M	4	Não classif.

Vejamos, agora, as leituras possíveis que este quadro nos sugere, tendo em conta algumas cautelas resultantes de 1) poderem existir outros catálogos que aqui não estão enunciados porque não foram detectados; 2) ser possível que, na forma de apresentar os dados nos catálogos, tenham ocorrido imprecisões; 3) a classificação das obras nem sempre ser uniforme, podendo, no caso da História, o mesmo título ser considerado numa biblioteca como obra de Religião (aqui consignada na classe Teologia), e noutra como obra de História ou Belas Letras.

Relativamente ao primeiro ponto, este é o universo que nos foi possível constituir, compulsadas as existências na Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de Portugal e sobre ele incidirão as nossas análises. Desde o estudo pioneiro de Maria

⁶⁹ PT/TT/RMC Cx. 118, cat. 502. Trata-se do convento de Santa Clara, da Ordem homónima, fundado em 1318. . Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. *Ibid.*, p. 21.

⁷⁰ PT/TT/RMC Cx. 118, cat. 441. V. informação sobre o convento de Nossa Senhora do Bom Sucesso, da Ordem dos Pregadores (Irlandeses) no Anexo I.

⁷¹ PT/TT/RMC Cx. 123, cat. 1218. Está junto com os catálogos dos conventos de S. João de Deus de Elvas e de Castelo de Vide, bem como com os catálogos individuais dos frades destes conventos. Cf. para estes três conventos/hospitais, fundados a partir de 1641, como hospitais de fronteira, GAMEIRO, Aires, *et al.* – Hospitais. In: FRANCO, José Eduardo, dir. – *ob. cit.*, p. 178.

⁷² PT/TT/RMC Cx. 118, cat. 444. Está junto com os catálogos individuais das monjas do mosteiro. Trata-se do mosteiro de S. Bento da Avé-Maria, da Ordem de S. Bento, fundado em 1536. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Mosteiros. *Ibid.*, p. 275.

⁷³ PT/TT/RMC. Cx. 123, cat. 1218. V. nota 71.

⁷⁴ *Idem.*

⁷⁵ BNP. Mss 2, nº 6. Trata-se do convento de Santo António de Vila Cova de Alva ou Vila Cova de Sub-Avô, concelho de Arganil, da Ordem dos Frades Menores, Província da Conceição, fundado em 1713. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. *Ibid.*, p. 22.

Adelaide Salvador Marques⁷⁶ que se sabe não existirem muitos catálogos de instituições religiosas, em resposta ao Edital de 1769, com ausência quase total de muitas das mais significativas, pelo menos no que à biblioteca diz respeito, como é o caso dos mosteiros de Alcobaça, Santa Cruz de Coimbra e Tibães ou dos conventos de S. Domingos de Lisboa, S. Francisco da Cidade e S. Francisco de Xabregas, só para dar alguns exemplos mais relevantes. Não podemos deixar de assinalar que o convento dominicano da Batalha que também dispunha de biblioteca, não apresentou rol, existindo, contudo o da sua Botica, como vimos acima. Para o segundo ponto que diz respeito a inexactidões nos quantitativos declarados, há que ter em consideração a existência das agregações de folhetos como os livrinhos de devoções, os periódicos, as relações, os sermões ou as folhinhas de reza, que são uma constante em todos os catálogos de bibliotecas, como já tivemos ocasião de referir no capítulo anterior, e que também se verificam em alguns destes catálogos. Infere-se, portanto, que existiriam mais espécies mas não é possível contabilizá-las porque, à época, não eram consideradas na sua individualidade.

Finalmente, no que toca ao terceiro ponto, temos de aceitar essas possíveis variações de atribuição classificativa como normais e, assim, por exemplo, quando uma biblioteca declara e enuncia 24 livros de História, é sobre esse quantitativo que nos debruçaremos sem preocupação de analisar se, efectivamente, alguma das obras ficaria melhor classificada em Religião ou Belas Letras. Esse exercício será, efectivamente, feito para o grupo-alvo constituído pelas bibliotecas religiosas de Lisboa cujos livros de História localizámos e que serão objecto de estudo nos capítulos V e VI.

O universo a analisar e que consta do Quadro IV, compreende **58** estabelecimentos regulares, sendo **45** masculinos (77,5%) e **13** femininos (22,5%). O total de livros indicados por essas instituições é de **44884**, sendo **42628** de estabelecimentos masculinos (95%) e **2256** (5%) de femininos. De Lisboa e seu termo apresentaram rol **23** instituições (39,6% do total) sendo **14** masculinas (60,8%) e **9** femininas (39,2%). Quanto ao número de títulos declarados, o somatório é de **25545** (57% do total), com **23627** a pertencer a institutos masculinos (o que representa 55,4%

⁷⁶ *Ob.cit.* Aliás, a autora indica também que as 2420 relações que contabilizou na Torre do Tombo é um número “muito reduzido em proporção à população de Portugal” (p. 60) considerando que há, na prática, um catálogo por cada 1000 habitantes, o que, em seu entender, revelaria que muitas pessoas e instituições não tinham respondido ao Edital.

dos títulos declarados por conventos masculinos e 52,6% do total geral) e **1918** relativos a femininos (85% dos títulos declarados por conventos femininos e 4,2% do total geral).

Há, portanto, uma clara predominância das bibliotecas masculinas sobre as femininas, o que não é de estranhar pois eram em maior quantidade. Nas femininas a esmagadora maioria é de Lisboa, o que também é compreensível dada a concentração de estabelecimentos femininos na capital, como se viu no capítulo II e porque, eventualmente, existiria uma maior capacidade de fazer o rol dos livros quanto mais não fosse com o auxílio vindo dos confessores ou dos institutos masculinos aos quais estavam vinculados⁷⁷.

Quanto à dimensão da colecção em títulos, considerando a existência de vários tipos de bibliotecas à semelhança do modelo que propõe Claude Jolly⁷⁸ para as bibliotecas religiosas francesas mas ressaltando as devidas proporções do contexto português, podemos estabelecer a seguinte classificação que os dados do quadro sugerem:

< 100	100-300	301-500	501-1000	> 1000
10	15	10	10	13

Há um predomínio da biblioteca de pequeno porte, se a considerarmos até **500** títulos (60,3%) com um número ainda expressivo de instituições com menos de **100** títulos nas quais se incluem, para Lisboa 2 conventos femininos o do Bom Sucesso com 44 títulos e o de Marvila com 59, e 2 hospícios, o do Carmo com 91 títulos e o da Terra Santa com 60. A leitura dos dados deve, porém, ter em conta que os 3 hospitais-conventos da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, com menos de 10 títulos cada um bem como a Botica do convento da Batalha são, por si próprios, pequenas unidades, o mesmo se passando com muitos dos hospícios. De qualquer forma, é um grupo onde se inclui um número apreciável de instituições femininas evidenciando uma “utilidade”

⁷⁷ Há, aliás, casos de confessores de conventos femininos que apresentaram o seu rol individual, por exemplo, o padre João de Oliveira e Sousa, confessor no convento do Santo Crucifixo ou das Francesinhas, em Lisboa (PT/TT/RMC Cx. 133, cat. 2696) ou o padre Brás da Costa e Silva que desempenhava idênticas funções no mosteiro de Chelas (PT/TT/RMC Cx. 136, cat. 2985). O primeiro estabelecimento apresentou catálogo, como vimos no quadro, mas o segundo não o fez.

⁷⁸ Unité et diversité des collections religieuses. In: *Histoire des bibliothèques françaises* Paris: Promodis, 1988, vol. II – Les bibliothèques sous l’Ancien Régime, 1530-1789. Dir. Claude Jolly, p. 21.

diferente do livro e, naturalmente, um menor número de espécies colecionadas nas bibliotecas destes estabelecimentos.

Passando ao grupo seguinte, são 15 as bibliotecas referidas (25,8% do total) com 7 pertencendo a Lisboa, a saber as de Santa Apolónia, com 192 títulos, Santo Crucifixo com 281, Recolhimento da Encarnação e Carmo com 154, Nossa Senhora dos Remédios ao Rato com 158 e Nossa Senhora da Soledade no Mocambo com 130, no que diz respeito aos estabelecimentos femininos e o Hospício do Menino Deus com 151 e Nossa Senhora da Porta do Céu com 169, nos masculinos. Encontramos neste grupo um predomínio de instituições femininas tipificando um quantitativo médio nas suas colecções inferior a **200** títulos, sendo que as masculinas que se referiram eram institutos de pequena dimensão.

No grupo onde se incluem as bibliotecas de **301** a **500** títulos temos 10 bibliotecas, 2 das quais em Lisboa, ambas pertencentes a conventos femininos: Madre de Deus com 411 títulos e Santo Alberto com 489, as duas maiores do universo feminino que apresentou catálogo e a grande distância das outras.

O grupo que compreende as bibliotecas com colecções entre **501** a **1000** títulos tem também 10 bibliotecas nas quais se contam 2 conventos masculinos em Lisboa: Santo António da Convalescença com 548 títulos e Senhor Jesus da Boa Morte com 883. Ambos tinham uma dimensão pequena e comunidades que não ultrapassariam as duas dezenas de religiosos (não é possível saber quantos os membros em trânsito, por doença ou por se encontrarem em viagem). O caso do convento da Boa Morte que quase atinge os 1000 títulos é, particularmente, de assinalar pois pertencia a uma Ordem criada no tempo de D. João V, com um único estabelecimento em Lisboa, como indicámos no capítulo II, tendo os seus membros origem na Ordem de S. Paulo Primeiro Eremita. Ainda que não tenha ficado danificado com o terramoto, não deixa de causar admiração a existência de uma tão vasta biblioteca. A explicação mais plausível estará, muito provavelmente, na eventual doação de livros feita pelo mosteiro do Santíssimo Sacramento, pertencente à Ordem de S. Paulo e detentor de uma vasta biblioteca, ao tempo da fundação do convento da Boa Morte não sendo de excluir uma possível doação do próprio D. João V, situação recorrente que traçámos no capítulo I, a propósito do mecenato régio.

No último grupo considerámos as bibliotecas que, para a época, se podiam classificar de maior porte, ou seja, as que tinham mais de 1000 títulos. Porém, como os quantitativos oscilam entre 1002 e 6285, pareceu-nos mais correcto fazer algumas subdivisões.

De **1001 a 2000** títulos temos 8 bibliotecas, 4 das quais em Lisboa: hospício de S. João Nepomuceno com 1088 títulos, conventos de S. João de Deus com 1185, Penha de França com 1552 e Nossa Senhora dos Remédios com 1937. As 3 bibliotecas restantes são dos conventos de Nossa Senhora da Consolação de Borba com 1002 títulos, Santo Tirso de Riba de Ave com 1189, Oratório de Pernambuco com 1349 e Carmo de Braga com 1454.

Entre **2001 e 4000** títulos existem 4, sendo 3 em Lisboa: S. Bento da Saúde com 2581 títulos, Santa Maria de Belém com 3346 e S. Vicente de Fora com 3751. A restante biblioteca pertence ao colégio de Nossa Senhora da Graça de Coimbra com 3963 títulos. Finalmente, com mais de 4001 títulos está o convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa que registou 6285.

Com as ressalvas que atrás enunciámos sobre a ausência de muitas bibliotecas, algumas das quais reputadas como tendo grandes colecções, ainda assim o que verificamos em 1769 é uma tendência para a dimensão média de conteúdos entre os 500 e os 2000 títulos, no tocante aos estabelecimentos masculinos, 32,7% no geral e 64,2% para os de Lisboa o que indicia a existência de bibliotecas grandes na capital. Tendo em conta que eram passados 14 anos sobre o terramoto e que alguns destes estabelecimentos tinham sido grandemente afectados, é uma prova da recuperação rápida que já tínhamos referido nos capítulos II e III.

Aliás, no grupo acima de 1000 títulos, Lisboa tem 61,5% dos estabelecimentos, inclusive 4 dos 5 maiores. Note-se ainda que, entre as bibliotecas que apresentaram rol há apenas uma que se situa entre os 2001 e os 3000 títulos que é a do mosteiro de S. Bento da Saúde, estando Santa Maria de Belém e S. Vicente de Fora com quantitativos muito semelhantes, situados entre os 3000 e 4000 títulos e destacando-se, largamente, Nossa Senhora da Graça com mais de 6000.

Um indicador particularmente relevante nesta observação e caracterização das bibliotecas religiosas diz respeito à posição que ocupam no contexto das bibliotecas

respondentes. De facto, quando compulsamos as estatísticas fornecidas por Maria Adelaide Salvador Marques⁷⁹ e, mais modernamente, as fornecidas pelo Relatório final do projecto *A cultura em Portugal no século XVIII: inquérito às bibliotecas*⁸⁰, verificamos que é nos estabelecimentos regulares que se encontram as maiores colecções bibliográficas do país. Aliás, apesar de serem em número reduzido as que responderam, em termos gerais de quantitativos, representam cerca de 23% (ou seja, quase um quarto) do número total de títulos elencados nos catálogos⁸¹.

Vistos os quantitativos das bibliotecas, a tipologia que apresentam, em relação à extensão das suas colecções e a posição das instituições de Lisboa, passamos, então, à análise quantitativa das colecções de História. No seu estudo, Maria Adelaide Salvador Marques coloca a História como o terceiro assunto mais frequente nas obras referenciadas nos catálogos da Real Mesa Censória quer para os membros individuais do clero (grupo que, para a autora, compreende o regular e o secular) quer para as instituições religiosas, regulares e outras. No cômputo geral dos róis apresentados refere também que “seja qual for a situação social ou profissional [...] as obras de religião, mística e agiologia ocupam quase sempre o primeiro lugar em quase todas as bibliotecas. As obras de História e Literatura apresentam-se também em grande número”⁸².

No cômputo geral, dos **44884** títulos, **7574** foram classificados na História (16,8%) sendo que **7232** pertencem a instituições masculinas (95,4%) e **342** a femininas (4,6%). De notar que há 6 estabelecimentos femininos que não discriminaram os livros por assuntos e um que indica ter só livros de Teologia, como assinalámos no Quadro. Desse conjunto, à excepção do convento da Madre de Deus que tem uma biblioteca de 411 títulos onde presumivelmente se contariam também livros de História, todos os outros são de pequena dimensão e a proporção de livros que se poderiam incluir nesta classe, deveria ser ínfima.

⁷⁹ *Ob. cit.*

⁸⁰ POCTI/36398/HAR/2000, sob a responsabilidade do Professor Doutor Diogo Ramada Curto, anteriormente citado.

⁸¹ Obtivemos esta percentagem a partir do número de títulos indicado no Relatório do projecto supra e que é de 196731. Agradecemos, mais uma vez, a amável cedência do Relatório.

⁸² *Ob. cit.*, p. 91.

Quanto a Lisboa, verificamos um total de **4983** títulos de História (65,7% do total desta área temática e 19,5% em relação ao conteúdo geral destas instituições da capital). Deste quantitativo, **4685** pertencem a casas masculinas (64,7% das existências declaradas por todos os conventos masculinos para esta classe e 19,8% relativamente ao conteúdo geral destas instituições da capital). O quantitativo declarado pelas instituições femininas é de **298** (87,1% das existências declaradas por todos os conventos femininos para esta área temática e 15,5% relativamente ao conteúdo geral destas instituições da capital).

Os livros de História representam, assim, no universo das bibliotecas religiosas quase um quinto das suas existências, subindo a proporção nos conventos de Lisboa. É a área temática mais significativa após a Teologia que, em regra, compreende muito mais de metade dos conteúdos. Na sua esmagadora maioria, as obras de História localizam-se nas instituições masculinas, porém, algumas instituições femininas registam índices interessantes: Nossa Senhora da Conceição de Marvila que assinala 24 livros de História num universo de 59 títulos (40,6%) e ainda Nossa Senhora da Soledade do Mocambo e Santo Crucifixo, ambas de Lisboa que apresentam, para a História, percentagens de, respectivamente, 33% e 29%, respectivamente, o que as coloca num patamar muito acima da média, portanto.

Não se devem tirar conclusões precipitadas pois no âmbito dos livros de História têm cabimento, como já vimos, as biografias de santos e outras vidas edificantes, obras que, em grande número, se foram publicando ao longo de séculos e que constituíam um importante núcleo de leitura nas instituições religiosas femininas⁸³ ainda que também se encontrem, com abundância, nas masculinas, como teremos ocasião de particularizar nos capítulos V e VI. Note-se que há igualmente excepções interessantes no peso percentual dos livros de História nos estabelecimentos masculinos, destacando-se o hospício régio de S. João Nepomuceno (29,5%), o convento de Nossa Senhora da Graça (25%) e o mosteiro de Santa Maria de Belém (24,1%). Como adiante veremos, a colecção de livros de História existente na Graça é não só relevante pela quantidade mas também pela qualidade.

⁸³ Cf. o artigo já citado de CARVALHO, José Adriano de Freitas – Do recomendado ao lido: direcção espiritual e prática de leitura entre franciscanas e clarissas em Portugal no século XVII, 1997.

O estudo no que à existência de livros de História nas bibliotecas religiosas diz respeito leva-nos agora aos conteúdos das bibliotecas francesas e, para o efeito, socorremo-nos de novo dos dados sistematizados por Claude Jolly⁸⁴ que nos vão permitir estabelecer comparações. De acordo com este autor, num universo inventariado de 41 casas religiosas masculinas no département de l'Eure, na Haute-Normandie, 30 possuem menos de 2000 volumes e dessas, 20 têm menos de 1000. São, sobretudo, bibliotecas de conventos franciscanos já em decadência no século XVIII e com acervos antiquados de forte componente religiosa, onde a História representa entre 7 a 20% dos livros. Quanto às bibliotecas médias que têm entre 2000 e 7000 volumes, são em número muito inferior e encontram-se nas cidades de razoável dimensão como Évreux ou nas grandes instituições situadas no campo. Nessas o fundo religioso não é tão determinante pois cobrem outras áreas também e numa proporção mais equilibrada. Porém, as colecções variam muito, na sua constituição, de casa para casa. Vistas no conjunto, em França as bibliotecas religiosas têm como temática principal a Teologia que representa entre 45 a 55% dos fundos sendo a História 12 a 30% do acervo.

As semelhanças com a realidade portuguesa são muito grandes não só no que diz respeito à existência de pequenas colecções mas também na percentagem das obras de História nos acervos das bibliotecas religiosas. É verdade que a contagem de Jolly está feita em volumes e não em títulos, mas essa circunstância favorece a análise quantitativa das bibliotecas religiosas portuguesas pois os volumes são sempre mais do que os títulos. Um aspecto importante que este autor aponta e que também é perceptível no ambiente português é a relação campo-cidade. As casas religiosas de Paris e de outras grandes cidades francesas tendem a ser de porte médio/elevado e nas pequenas povoações é, sobretudo, a pequena biblioteca que predomina com excepção, como já atrás se referiu dos grandes e antigos mosteiros, com bibliotecas centenárias, localizados fora dos centros urbanos. A localização geográfica das instituições é, assim, um elemento importante quando se analisam os conteúdos das respectivas bibliotecas.

Uma outra questão, em termos comparativos, diz respeito à situação das bibliotecas de conventos e mosteiros femininos. Em França são predominantemente de pequeno porte. Mesmo em Paris, os 50 conventos femininos existentes tinham em

⁸⁴ Unité et diversité des collections religieuses, p.21.

média pouco mais de 1000 volumes cada, sendo excepção as bibliotecas de estabelecimentos ligados ao exercício de actividades docentes as quais motivavam uma maior aquisição de obras. Fora da capital, as colecções são compostas por algumas dezenas ou escassas centenas de volumes⁸⁵. Também aqui se encontram muitas semelhanças com os conventos femininos portugueses que apresentaram rol à Real Mesa Censória e que, excepção feita aos conventos da Madre de Deus e de Santo Alberto, têm em média poucas dezenas de obras.

Quanto às grandes bibliotecas, com cerca de 10000 volumes ou mais, situam-se maioritariamente nas grandes cidades e nas principais casas das ordens religiosas directamente envolvidas em trabalhos intelectuais, sobretudo de investigação ou ensino. Conquanto em Portugal não abundem as bibliotecas religiosas com mais de 10000 volumes (e aqui tenha-se em conta, mais uma vez, que títulos e volumes não são comparáveis entre si) aquelas que, reconhecidamente, os teriam, são também instituições de importância dentro das respectivas ordens religiosas.

A propósito do binómio títulos/volumes, vale a pena fazer referência aos números que foram apontados por Adriano Balbi⁸⁶ que têm servido de autoridade para a avaliação da dimensão de certas bibliotecas religiosas (que este autor mede em volumes como era tradicional) e que parecem francamente inflacionadas quando comparamos esses números com os que os catálogos das instituições nos fornecem. Não nos referimos apenas aos de 1769 até porque, pela ordem lógica dos factos, é óbvio que, 30 ou 40 anos mais tarde, o número de obras (e de volumes) nas bibliotecas seria maior e também não estamos a sugerir que este autor pretendesse, intencionalmente, dar uma visão alterada dos conteúdos das bibliotecas portuguesas, no caso vertente das religiosas. Dependia da informação que colhia, por exemplo em almanaques, em relatos de estrangeiros, em obras mais antigas, como o *Mappa de Portugal*⁸⁷, não descurando também alguma visita local e, nesse aspecto, o próprio Balbi tem a noção da precariedade no que toca à correcção dos números quando, a propósito dos quantitativos da biblioteca do convento de S. Domingos que não pôde visitar e sobre a qual tinha

⁸⁵ Cf. JOLLY, Claude – *ob. cit.*, p. 23.

⁸⁶ *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve*. Edição facsimilada. Lisboa : INCM, 2004, vol. II.

⁸⁷ CASTRO, João Baptista de - *Mappa de Portugal antigo e moderno*. Lisboa: na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763, vol. III.

informações muito díspares, diz: “Cela peut servir à nos lecteurs pour juger du degré de confiance que mérite cet étalage de chiffres qui accompagne la description des bibliothèques”⁸⁸.

Balbi tem também um juízo valorativo no que respeita aos quantitativos e assim, bibliotecas de Lisboa, como as do convento de Jesus a que atribui 32000 volumes, da casa de Nossa Senhora das Necessidades com 27 ou 28000 e S. Vicente de Fora com 22000 (dos quais 4000 duplicados) correspondem ao que considera uma boa biblioteca⁸⁹. Já nos casos do convento de S. Francisco da Cidade ao qual atribui 18000 a 20000, considera a biblioteca bem fornecida apesar de não ser grande a colecção mas para a do mosteiro dos Jerónimos comenta que “ne correspond ni à ce superbe édifice, ni à sa réputation, car elle ne contient guère que de 14 à 16000 volumes”⁹⁰.

Quanto às de fora de Lisboa, o destaque de Balbi vai para os mosteiros de Tibães e de Santa Cruz de Coimbra com 25 a 30000 volumes e o de Alcobaça com 20 a 25000 volumes “où l’on trouve beaucoup d’ouvrages modernes”⁹¹. Também refere a do convento de Cristo, em Tomar que teria perdido muito nos últimos anos, mas sem indicar quantitativos, o mesmo acontecendo para o convento da Batalha. Já para o convento de Mafra estima a colecção em cerca de 20000 volumes⁹².

Ora Tibães em 1798 inventaria 3218 títulos⁹³ e Santa Cruz em 1777 deveria ter um quantitativo não muito distante, o que levou Joaquim Teixeira de Carvalho a referir que: “A minha descoberta [a do catálogo do século XVIII que lhe serve de base ao estudo] veio demonstrar que o conceito formado por Balbi da grandeza da livraria do mosteiro de Santa Cruz, mais tarde exagerado ainda por Martins de Carvalho, era errado

⁸⁸ *Ob. cit.*, p. 85. De notar que também Paulo J.S. Barata já referira os quantitativos que Balbi conseguiu apurar sobre as bibliotecas religiosas bem como a ausência de informação sobre o convento de S. Domingos. Cf. *Ob. cit.*, p. 241-244.

⁸⁹ *Ob. cit.*, p. 84-85.

⁹⁰ *Ob. cit.*, p. 86.

⁹¹ *Ob. cit.*, p. 89.

⁹² *Ob. cit.*, p. 89-90.

⁹³ Cf. RAMOS, Luís A de Oliveira – *Os monges e os livros no século XVIII: o exemplo da biblioteca de Tibães*. Braga: [s.n.], 1981. Ana Isabel Líbano Monteiro, em estudo mais recente refere 3500 títulos e põe em interrogação os supostos 30000 volumes que Balbi lhe atribuíra. Cf. *Tibães: livros perdidos, elos encontrados*. Braga: Universidade do Minho- Conselho Cultural, 2007.

e que a livraria fora sempre, como já o era no século XVI, pequena para casa tão grande”⁹⁴.

Muito se podia discorrer sobre o referido binómio título/volume assumindo na percentagem de um face ao outro mais ou menos considerações, como sejam, a existência de periódicos (um título dá muitos volumes), a de obras publicadas em dezenas de volumes, a contabilização ou não dos volumes manuscritos, a forma de contar as miscelâneas de folhetos (por título, por volume?) e talvez nos aproximássemos dos quantitativos que Balbi refere. É, porém, importante que se assuma poder tratar-se de uma contagem enganosa. A sua inclusão no *Essai statistique* que tem servido de fonte para vários estudos deve, por conseguinte, ser tomada com as ressalvas que o próprio autor reconheceu. Nessa perspectiva, preferiremos, sempre que possível, a contagem por títulos e se ela nos dá uma imagem que parece insignificante dos conteúdos das bibliotecas religiosas (é muito diferente dizer que uma biblioteca tem 3000 títulos ou que tem 20000 volumes...) o mesmo se pode dizer, como vimos, para as bibliotecas francesas, ressalvada a proporção entre os dois países.

Por fim, vamos utilizar uma fonte já do século XIX sobre os quantitativos das bibliotecas religiosas, mas que é importante considerar no âmbito desta dissertação. O estudo de Paulo J.S. Barata, que várias vezes mencionámos, inclui no Anexo 4 um “Quadro dos conventos com livraria, livros, quadros, painéis, metais e utensílios existentes em 1834” que se baseia na transcrição das informações detalhadas contidas no documento *Relações de conventos extintos e de livros e quadros recebidos* (BNP/AC/INC/DLEC/18/Cx.05-03), redigido entre 1834 e 1841, à medida que foram feitas as arrecadações de bens móveis no Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos.⁹⁵ Olhando então para os quantitativos registados, no que diz respeito aos livros, fica-se com a ideia de que há casos de contagem minuciosa e outros em que parece ter sido feita uma estimativa, o que não é de estranhar dadas as circunstâncias que rodearam a arrecadação dos bens bibliográficos das casas religiosas extintas, nomeadamente, a dilação no tempo, a falta de meios humanos qualificados para proceder aos inventários e a escassez de meios financeiros para assegurar, num âmbito

⁹⁴ *A livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, p. 4.

⁹⁵ *Ob. cit.*, p. 381-388.

geográfico tão vasto e em instituições tão dispersas, um processo expedito de recolha e arrecadação dos bens.

Dos dados que apresenta detemo-nos apenas nos que dizem respeito aos estabelecimentos de Lisboa e seu termo. Faltam muitas casas, por circunstâncias que não são conhecidas, pois apesar de constarem das *Relações* os respectivos nomes, nada vem averbado quanto à existência de livros, o que em algumas situações é muito estranho, sabendo-se que se tratava de estabelecimentos com biblioteca. É o caso, por exemplo, do convento de S. Domingos, já anteriormente referido neste capítulo, do convento de S. Camilo, da casa do Espírito Santo e da casa de S. João e S. Paulo de que existem livros na BNP e até alguns também em outras instituições de Lisboa, como veremos no capítulo VI.

Noutros casos é o quantitativo que se estranha, como acontece com o convento de Nossa Senhora dos Remédios, de Carmelitas Descalços, que tem registada a menção de 6 volumes. Ora muito mais do que isso está integrado na BNP. Também o convento de Santa Maria *Vallis Misericordiae* ou Cartuxa de Laveiras vem referido com 48 volumes o que nem corresponde ao quantitativo no inventário individual mandado fazer após o abandono do convento em 1833⁹⁶. Ainda que possam existir estes paradoxos e que seja conhecida a existência de extravios, roubos e destruições ao tempo do encerramento e da arrecadação tardia dos bens⁹⁷, apresentamos os quantitativos existentes, em número de volumes como estão nas referidas *Relações*, apesar de a exiguidade do número de casas mencionadas, numa tentativa de os cruzar com os dados anteriormente apresentados. O Quadro V está organizado por ordem decrescente do número de volumes assinalado.

⁹⁶ *Apud* GOMES, J. Pinharanda – *A livraria da Cartuxa de Laveiras (Oeiras)*. Lisboa: [s.n.], 2002. Sep. “Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa”, vol. 29.

⁹⁷ BARATA, Paulo J.S. – *ob. cit.*, p. 138-160.

Quadro V – Relações das bibliotecas religiosas de Lisboa (1834)

Instituição	N.º volumes
S. Francisco da Cidade	29255
N.S. da Graça	14649
Santíssimo Sacramento (Paulistas)	9684
S. Vicente de Fora	8420
S. Francisco de Xabregas	6073
S. Pedro de Alcântara	5000
S. João Nepomuceno	3822
S. Bento de Xabregas	3783
S. João da Cruz	3410
Espírito Santo (Loures)	1400
N.S. da Penha de França	645
Santa Apolónia ⁹⁸	600
N.S. da Conceição - Carreira dos Cavalos	525
Santa Maria <i>Vallis Misericordiae</i>	48
N.S. dos Remédios (Carmelitas Descalços)	6
Santo Antão o Velho ⁹⁹	6

Temos assim um total de **87326** volumes, dos quais 50,2% provenientes de S. Francisco e da Graça, conventos com mais de 10000 volumes. O primeiro, reconhecido por Balbi como possuindo entre 18000 a 20000 volumes¹⁰⁰, apresenta aqui um quantitativo maior que, embora se pudesse presumir que resultava de novas aquisições feitas entre 1820 e 1834, pode também ser o resultado de uma diferente

⁹⁸ Trata-se de convento feminino mas que foi englobado nestas *Relações* por ter sido mandado encerrar e demolir em 1833, pois situava-se na linha de defesa de Lisboa. Ver mais detalhes sobre este estabelecimento no Anexo I.

⁹⁹ É esta a designação pela qual era também conhecido o colégio de Santo Agostinho ou Coleginho e que consta nas *Relações*. Ver mais detalhes sobre este estabelecimento e suas designações no Anexo I.

¹⁰⁰ *Ob. cit.*, p. 84.

forma de contar, atendendo à diferença ainda apreciável nos totais. Quanto ao segundo convento, apresenta números muito abaixo do que era expectável, pelo menos face aos 6285 títulos que arrolou para a Real Mesa Censória, os quais, por sua vez e dado o lapso de tempo decorrido, teriam tendência a aumentar com novas aquisições que, como comprovaremos, no capítulo V, o convento de Nossa Senhora da Graça efectivamente fez.

Olhando para os estabelecimentos que se seguem no quadro, parecem deflacionados o mosteiro do Santíssimo Sacramento e o de S. Vicente de Fora bem como o convento de S. Francisco de Xabregas, face às informações de Balbi¹⁰¹. De qualquer forma, este grupo de mais de 1000 volumes corresponde a 47,6% do total o que reforça o quadro que já havíamos traçado para a tipologia de bibliotecas dos estabelecimentos religiosos e para as da capital, mais especificamente: um número reduzido de bibliotecas de grande porte, que se situam na maioria em Lisboa e seu termo, uma predominância da colecção média e uma menor representatividade das colecções pequenas, com menos de 500 volumes.

Refiram-se ainda outros dados importantes que podemos retirar do estudo de Paulo J.S. Barata, o primeiro dos quais diz respeito ao número total de volumes arrecadados no distrito de Lisboa – **96388** –, o que dá para a capital uma percentagem muito significativa de 90,5% pois totaliza, nos estabelecimentos assinalados, **87326** volumes. Lisboa e seu termo detêm, portanto, dentro do respectivo distrito, a quase totalidade das existências bibliográficas conventuais o que tem, obviamente, a ver com a escassez de grandes e médios estabelecimentos fora do termo da capital e, evidentemente, com o processo de arrecadação que não incluiu algumas grandes casas que tinham espaço partilhado com paços reais, como o convento de Mafra e as Necessidades, cujas colecções permaneceram nos locais e ainda com o convento de Jesus, cuja biblioteca ficou para a Academia das Ciências¹⁰².

Dados mais exactos são os que dizem respeito ao número de instituições religiosas existentes em 1834 que Paulo J.S. Barata aponta serem **558**, das quais com livraria referenciada nas *Relações* seriam **243** (43,5%). Para o distrito de Lisboa indicam-se **146** instituições (26,1%), número que corresponde a um quarto do existente

¹⁰¹ *Ob. cit.*, p. 85.

¹⁰² Cf. BARATA, Paulo J.S. – *ob. cit.*, p. 127-131.

em todo o país, das quais **86** têm registo da existência de livros (35,3% do total de estabelecimentos com bibliotecas, referenciados em todo o país e 59% quando relativos aos do distrito). Tentando estabelecer a proporção só dentro de Lisboa e seu termo, respigámos das *Relações* um número de **56** instituições, compreendendo também algumas femininas, incluindo os conventos da Anunciada e de Santa Clara que ficaram arruinados pelo terramoto de 1755. Não é perceptível a razão dessa inclusão e muito menos a de outros que se extinguíram mais tarde, ainda que nas *Relações* essas casas femininas constem sem menção de bens a arrecadar. Ao invés desta situação, como vimos atrás, faltam vários estabelecimentos, alguns de importância, o que mostra mais uma vez a falibilidade das fontes, sempre que se pretende apurar elementos relativos ao universo religioso regular em Portugal e, no caso concreto, em Lisboa.

Ainda que os números revelem uma realidade que não é o retrato completo da situação das bibliotecas religiosas ao tempo da extinção em 1834, como fica demonstrado pela existência, nas colecções da BNP, de livros de muitas outras proveniências não referidas nas *Relações*, não deixam de ser relevantes para o conhecimento dos quantitativos destas bibliotecas e, quando cruzados com os dados provenientes de outras fontes, reforçam a impressão e as características que nos permitiram estabelecer as tipologias antes mencionadas.

IV.2.2. As bibliotecas privadas do século XVIII: uma amostra

Numa perspectiva diferente e colateral ao objecto da nossa investigação, podemos de forma sucinta fazer um pequeno esboço de quantitativos em bibliotecas privadas de membros do alto clero e da nobreza, apesar de o modelo de biblioteca ser diferente pois baseia-se em pressupostos individuais de coleccionismo e/ou de utilidade de leitura estabelecidos num determinado período por uma determinada pessoa¹⁰³. O objectivo é perceber as dimensões das colecções particulares de forma a compará-las com os quantitativos existentes nas bibliotecas colectivas dos estabelecimentos religiosos numa perspectiva mais abrangente de práticas de leitura em

¹⁰³ V. a propósito os estudos de conjunto de CARLEY, James P.; TITE, C.G., ed. lit. – *Books and collectors., 1200-1700*. London: The British Library, 1996; DADSON, Trevor J.- *Libros, lectores y lecturas: estudios sobre bibliotecas particulares españolas del siglo de oro*. Madrid: Arco Libros, 1998 e GASNAULT, Pierre – Les collections et leurs enrichissements. In: *Histoire des bibliothèques françaises*. Paris: Promodis, 1988, vol. II – Les bibliothèques sous l'Ancien Régime, 1530-1789. Dir. Claude Jolly, p. 335-351.

grupos sociais distintos e com objectivos diferentes mas igualmente participantes da elite dos que liam.

O Quadro VI apresenta um conjunto de bibliotecas privadas, de meados até ao final do século XVIII, umas que identificámos em bibliografia publicada e outras que respigámos nos catálogos da Real Mesa Censória, conforme referência que damos em nota. O perfil dos possuidores corresponde a membros da nobreza e altos dignitários da Igreja. Tem um valor meramente de amostragem (outros casos haverá certamente) e está organizada pela data de elaboração do catálogo ou inventário de bens.

Quadro VI – Catálogos/inventários de bibliotecas particulares (1745-1798)

Nome	Data do catálogo	N.º obras
D. Francisco de Almeida ¹⁰⁴	1745	4690
1º Marquês de Penalva ¹⁰⁵	1758	590
8º Duque de Aveiro ¹⁰⁶	1759	186
3.ºs Marqueses de Távora ¹⁰⁷	1759	178
11º Conde de Atouguia ¹⁰⁸	1759	46
6º Conde dos Arcos ¹⁰⁹	1768	169
4º Conde do Vimieiro ¹¹⁰	1769/70	514

¹⁰⁴ Apud DOMINGOS, Manuela D. – Erudição no tempo joanino: a Livraria de D. Francisco de Almeida. *Leituras: revista da Biblioteca Nacional*, S. 3, nº 9-10, Out. 2001-Out. 2002, p. 191-219. Filho segundo do 1º conde de Assumar, D. Francisco de Almeida Mascarenhas (1701-1745) foi membro da Academia Real da História Portuguesa e reconhecido erudito e bibliófilo, tendo juntado uma importante e vasta biblioteca.

¹⁰⁵ Apud CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno – As grandes casas. In: MATTOSO, José, dir. - *História da vida privada. A Idade Moderna*. Coord. Nuno Gonçalo Monteiro. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 233. Trata-se de D. Estêvão de Meneses (1695-1758) 5º conde de Tarouca e 1º marquês de Penalva. V. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e Brasil*. 3ª ed. Lisboa: Zairol, 2000, vol. III, p. 114.

¹⁰⁶ Apud. CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno – *Ibid.*, p. 233. Trata-se do último duque de Aveiro, D. José de Mascarenhas da Silva e Lencastre (1708-1759). V. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *ob. cit.*, vol. II, p. 340.

¹⁰⁷ Apud. CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno – *Ibid.*, p. 233. Trata-se de D. Leonor Tomásia de Távora (1700-1759) e de D. Francisco de Assis de Távora (1703-1759), marquês pelo casamento. V. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *ob. cit.*, vol. III, p. 324.

¹⁰⁸ Apud. CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno – *Ibid.*, p. 233. Trata-se de D. Jerónimo de Ataíde (1721-1759). V. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *ob. cit.*, vol. II, p. 337.

¹⁰⁹ Apud. CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno – *Ibid.*, p. 233. Trata-se de D. Marcos José de Noronha e Brito (1712-1768). V. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *ob. cit.*, vol. II, p. 290.

Nome	Data do catálogo	N.º obras
Conde de Aveiras ¹¹¹	1769/70	486
Condes de Santiago ¹¹²	1769/70	524
Conde de Bobadela ¹¹³	1769/70	60
Monsenhor Salema ¹¹⁴	1769/70	1400
D. José da Silva Pessanha ¹¹⁵	1775	1980
12ª Condessa de Redondo ¹¹⁶	1780	204
5º Conde da Ponte ¹¹⁷	1785	304
5ª Marquesa de Minas ¹¹⁸	1787	178

¹¹⁰ *Apud*. CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno – *Ibid.*, p. 233. Trata-se de D. Sancho de Faro e Sousa (1735-1790). V. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *ob. cit.*, vol. III, p. 536. O catálogo (PT/TT/RMC Cx. 131, cat 2476) indica os livros existentes em Estremoz e não respeita a organização temática referida no Edital de 1769.

¹¹¹ Catálogo apresentado à Real Mesa Censória e existente na Torre do Tombo: PT/TT/RMC Cx. 117, cat. 347. Trata-se de D. Duarte António da Câmara (1693-1779), 5º conde de Aveiras, pelo casamento. V. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *ob. cit.*, vol. II, p. 342.

¹¹² Catálogo apresentado à Real Mesa Censória e existente na Torre do Tombo: PT/TT/RMC Cx. 131, cat. 2473. Trata-se dos 3.ºs condes de Santiago, D. Lourenço António de Sousa da Silva e Meneses (1708-1786) e D. Josefa de Noronha (1731-1791). V. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *ob. cit.*, vol. III, p. 305.

¹¹³ Catálogo apresentado à Real Mesa Censória e existente na Torre do Tombo: PT/TT/RMC Cx. 137, cat. 3024. Trata-se do 2º conde de Bobadela, José António Freire de Andrade (1708-1784). V. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *ob. cit.*, vol. II, p. 421. No catálogo, o conde de Bobadela dá como morada Lisboa, porém indica que os livros são os que se encontram na sua casa de Viana do Minho.

¹¹⁴ Catálogo apresentado à Real Mesa Censória e existente na BNP: Mss. 2, n.º 8. Monsenhor Pedro da Costa de Almeida Salema que foi embaixador em França, a partir de 1757 e manteve convivência e correspondência com António Ribeiro Sanches (1699-1783), em torno de problemas ligados à reforma da educação. Cf. LEMOS, Maximiano de – Amigos de Ribeiro Sanches. *Newsletter-Cátedra de Estudos Sefarditas “Alberto Benveniste”*, nº5, 2001, p. 7-11 (disponível em <http://www.catedra-alberto-benveniste.org/fich/6/Newsletters5.pdf>). Monsenhor Salema refere, no final do catálogo, que tinha obtido de “Sua Santidade hum Breve de faculdade de ler Livros prohibidos sem excepção; este se perdeu na ruína que padeceu a sua Casa no Terramoto [...]”

¹¹⁵ *Apud* DOMINGOS, Manuela D. – *Livraria de D. José da Silva Pessanha: do colecionador à Biblioteca Pública*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998. Diplomata, erudito e bibliófilo, D. José da Silva Pessanha (1717-1775) juntou uma biblioteca de importância, não só em quantidade mas também em qualidade.

¹¹⁶ *Apud* CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno – As grandes casas. *Ibid.*, p. 233. Trata-se de D. Maria Antónia da Conceição Meneses (1719-1780). V. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *ob. cit.*, vol. III, p. 200.

¹¹⁷ *Apud* CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno – *Ibid.*, p. 233. Trata-se de José António de Saldanha Meneses e Sousa (m. 1785), 5º conde da Ponte pelo casamento. V. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *ob. cit.*, vol. III, p. 156.

Nome	Data do catálogo	N.º obras
12º Conde de Redondo ¹¹⁹	1790	99
1ª Condessa de Ficalho ¹²⁰	1795	165
5º Conde de Soure ¹²¹	1796	538
Fr. Francisco de S. Luís Saraiva ¹²²	1798	2045

Nesta amostra, constituída por 19 bibliotecas, o total de obras é de **14356** e, se aplicarmos a mesma tipologia de quantitativos que usámos para as bibliotecas de comunidades religiosas, obtemos no Quadro abaixo, uma caracterização tipológica comparativa baseada nos quantitativos, em que se indica primeiro o número de bibliotecas religiosas, carreado do quadro próprio atrás apresentado e entre () os números resultantes deste quadro relativa a bibliotecas privadas:

< 100	100-300	301-500	501-1000	> 1000
10 (3)	15 (6)	10 (2)	10 (4)	13 (4)

Nos catálogos individuais há uma certa paridade entre os grupos até 300 títulos (9 bibliotecas) e os restantes, de 301 a mais de 1000 títulos (10 bibliotecas). Em valores absolutos por grupo, sobressai o de 100 a 300, com 6 bibliotecas mas é interessante observar que acima de 500 títulos situam-se 8 bibliotecas (42%). As 4 bibliotecas que

¹¹⁸ *Apud* CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno – *Ibid.*, p. 233. Trata-se de D. Maria Francisca Antónia da Piedade de Sousa (1745-1787). V. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *ob. cit.*, vol. II, p. 745.

¹¹⁹ *Apud* CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno – *Ibid.*, p. 233. Trata-se de D. Fernando de Sousa Coutinho (1716-1791). V. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *ob. cit.*, vol. III, p. 200.

¹²⁰ *Apud* CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno – *Ibid.*, p. 233. Trata-se de D. Isabel Josefa de Breyner de Meneses (1719-1795). V. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *ob. cit.*, vol. II, p. 594.

¹²¹ *Apud* CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno – *Ibid.*, p. 233. Trata-se de D. João António Francisco Domingos Bento da Costa Carvalho Portalim (1717-1796). V. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *ob. cit.*, vol. III, p. 402.

¹²² *Apud* CARDOSO, António M. de Barros – *ob. cit.*, p. 185. Frei Francisco de S. Luís Saraiva (1766-1845) era membro da Ordem de S. Bento, tendo ingressado no mosteiro de Tibães em 1780. Este catálogo que preparou é ainda de uma fase de juventude, apesar de a quantidade de obras que já possuía. Preparou também o catálogo da biblioteca do mosteiro que muito lhe ficou a dever, em termos de actualidade das suas colecções, como se demonstra na obra citada *supra*. Foi o 8º cardeal patriarca de Lisboa, proclamado em 1843, tendo tido um percurso político invulgar no século XIX de que destacamos os seguintes cargos: membro da Junta Provisional do Supremo Governo do Reino, saída da revolução liberal do Porto, de 1820, foi deputado às Cortes em 1823 e presidente da Câmara dos Deputados em 1826 e ministro do Reino de 1834 a 1835. Deixou vasta obra publicada. V. a propósito RAMOS, Luís A. de Oliveira – *O cardeal Saraiva*. Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: [s.n.], 1972.

têm entre 501 e 1000 títulos todas apresentam valores de menos de 600 títulos. Já no grupo de 4 bibliotecas com mais de 1000 títulos, os quantitativos de 3 delas estão mais próximo dos 2000 títulos, havendo um caso que se destaca (como aconteceu para as bibliotecas religiosas com a biblioteca do convento da Graça) e que é a biblioteca de referência mais antiga que pertenceu a D. Francisco de Almeida¹²³.

No cômputo geral, poder-se-ia dizer que a biblioteca típica da nobreza da segunda metade do século XVIII se situa em dois patamares distintos: por um lado temos a colecção de pequeno porte, até aos 300 títulos e por outro, a biblioteca que se situa um pouco acima de 500 títulos. Apesar de a amostra não ter a relevância da que apresentámos para as bibliotecas religiosas pois é constituída por informação proveniente de fontes diversas e em épocas diferentes, o resultado não difere expressivamente do perfil quantitativo da biblioteca comunitária o que é um indicador interessante para a percepção do significado cultural que à posse de uma biblioteca se atribui na sociedade portuguesa da época, seja ela religiosa ou laica. Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro¹²⁴ que apresentam e contextualizam os dados relativos a algumas das bibliotecas que incluímos no Quadro VI atrás, afirmam que as bibliotecas dos membros da nobreza titular até 1834 são, efectivamente, de pequeno porte e pouco valor, não significando para os seus possuidores, na generalidade, um sinal de distinção cultural, contrapondo-se-lhe as bibliotecas da nobreza dos séculos XVI e XVII, que seriam maiores, ao mesmo tempo que existiriam mais aristocratas envolvidos em actividades culturais, essencialmente, como autores e/ou académicos¹²⁵. Não esqueçamos, no entanto, as palavras de D. Francisco Manuel de Melo, no final da *Carta de guia de casados* que nos dão a medida da posse dos livros entre outros bens:

¹²³ Tem a ver, essencialmente, com o perfil do possuidor pois trata-se de uma biblioteca de um erudito que se consagrava ao estudo e à escrita e para quem o objectivo era “ler para estudar [que] he ler com meditação e reflexão, e que he cousa muy diversa o ler para passar o tempo, ou para passar no Mundo e ser conhecido por Author”, conforme D. Francisco de Almeida referiu na sua *Primeira dissertação escrita...*, publicada em 1733 (*apud* DOMINGOS, Manuela D. – *ob. cit.*, p. 195).

¹²⁴ *Ob. cit.*, p. 231-233. V. também, a propósito dos inventários de bens da nobreza, MONTEIRO, Nuno – *A casa e o património dos grandes portugueses (1750-1832)*. Tese de Doutoramento apresentada à FCSH-UNL. Lisboa: [s.n.], 1995 e MADUREIRA, Nuno L. Monteiro – *Cidade: espaço e quotidiano: Lisboa, 1740-1830*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.

¹²⁵ V. a propósito da importância da posse dos livros por parte das elites portuguesas do século XVII, CURTO, Diogo Ramada – *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Projecto Universidade Aberta-Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1988, p. 110-114.

“Senhor meu. Casa limpa. Mesa asseada. Prato honesto. Servir quedo. [...] Prata muita. Ouro o menos. Jóias que se não peçam. Dinheiro o que se possa. Alfaias todas. Armações muitas. **Pinturas as melhores. Livros alguns.** Armas que não faltem. [...]”¹²⁶.

Ora a este respeito, vale a pena fazer uma comparação, mais uma vez, com a situação em França. De acordo com Roger Chartier e Daniel Roche¹²⁷ que baseiam o seu estudo na análise de inventários *post mortem*, em Paris, em meados do século XVIII só 53% da nobreza de corte apresenta livros. Na cidade de Lyon, na segunda metade do século XVIII, essa percentagem situa-se nos 44%. Nas cidades de Oeste, para a nobreza titular o número médio de livros possuídos está entre 1 a 20 títulos, sendo que para a nobreza de toga a percentagem foi sempre maior, acrescentando aqueles autores: “Et à la veille de la Révolution, si la moitié des bibliothèques nobles ont alors plus de 300 volumes, ce n’est le cas que du quart des bibliothèques des nobles titrés”¹²⁸.

Nas três zonas geográficas referenciadas, Chartier e Roche concluem que uma parte, por vezes significativa, da nobreza não tinha biblioteca. Apesar de as ressalvas metodológicas que assinalam e que dizem respeito à falibilidade da fonte utilizada – o inventário *post-mortem*¹²⁹ – não deixam porém, de referir que esses inventários apresentam outros bens culturais o que parece indiciar “la faible valeur des livres”¹³⁰. Não se afigura, por conseguinte, uma grande diferença de perspectiva sobre o valor do

¹²⁶ Lisboa: Presença, 1965, p. 168. Os destaques são nossos para se ver a importância dos dois tipos de bens culturais mencionados pelo autor.

¹²⁷ Les pratiques urbaines de l’imprimé. In : *Histoire de l’édition française*. Dir. Henri-Jean Martin, Roger Chartier. Paris: Promodis, 1984, vol. II – Le livre triomphant, 1660-1830, p. 403-429.

¹²⁸ *Ob cit.*, p. 406.

¹²⁹ Uma das situações aduzidas e que também encontramos em algumas das bibliotecas que incluímos diz respeito à circunstância em que é feito o inventário. Por exemplo, os do duque de Aveiro, marqueses de Távora e conde da Atouguia, executados em 1759 na sequência do processo que lhes foi movido por envolvimento no atentado à vida do rei D. José, revelam poucos títulos. Podiam ser, de facto, bibliotecas ou colecções muito reduzidas mas podem os respectivos inventários ter sido elaborados com alguma pressa e pouco rigor (é uma hipótese que levantamos como provável mas que carece de fundamentação). Aliás, Chartier e Roche ao referirem as precauções a ter com o conteúdo dos inventários dizem: [...] l’inventaire après décès n’est dressé que pour une partie seulement de la population et la description des livres possédés y est souvent fort incomplète, s’attachant aux ouvrages de prix, mais estimant par lots ou paquets ceux de piètre valeur.” (*ob. cit.*, p. 406). Os casos em que podemos, de facto, perceber as possibilidades de não estarmos perante a totalidade dos livros são os catálogos dos condes de Bobadela e do Vimieiro. Como dissemos, o primeiro apenas faz rol dos livros que tinha em Viana do Minho e o segundo elenca os que possuía na sua casa de Estremoz. Esta situação também é mencionada por Chartier e Roche (p. 407) para a nobreza francesa que tinha mais de uma morada e podia ter livros em todas elas.

¹³⁰ *Ibid.*

livro e da posse de uma biblioteca entre a nobreza portuguesa e a francesa. Outros grupos sociais emergem no que às bibliotecas diz respeito sendo certo que quanto maior for a fortuna média de uma categoria social, maior é a percentagem dos seus membros que possuem livros. É aquilo que estes autores intitulam de “hiérarchie du livre, hiérarchie des conditions”¹³¹. Também aqui a situação não seria muito diferente em Portugal para membros da nobreza não titular que ocupavam cargos públicos no país ou participavam de representações diplomáticas em que a constituição de uma biblioteca, muitas vezes acompanhada de um gabinete de curiosidades, pinacoteca ou *naturalia*, conferia um sinal de distinção e revelava uma maior atenção ao ambiente cultural europeu¹³².

Parece possível poder-se concluir que, na segunda metade do século XVIII, não há muitos livros, em média, nas bibliotecas privadas, mas existe um leque tipológico que vai das poucas dezenas aos milhares. De certa forma, o mesmo se passa quando analisamos as colecções dos estabelecimentos regulares, também elas de dimensões diversas, quer entre os masculinos quer, sobretudo, entre estes e os femininos, com uma predominância de colecções situadas entre os 100 e os 500 títulos. Nota-se também, pela análise dos catálogos da Real Mesa Censória, um destaque nos quantitativos das bibliotecas religiosas de Lisboa quer nos totais que apresentam quer no lugar que a História neles ocupa. Na comparação destes indicadores com a situação em França verificam-se perfis e tipologias muito semelhantes, como atrás se indicou, não sendo, portanto, de considerar pelos poucos livros encontrados nas bibliotecas portuguesas um indício de atraso cultural nacional¹³³.

¹³¹ *Ob. cit.*, p. 404.

¹³² É o caso da biblioteca e gabinete de Física de Alexandre Metelo de Sousa Meneses (1687-1766), que foi presidente do Conselho Ultramarino no tempo de D. João V e a quem já fizemos referência no capítulo III a propósito da doação de livros que fez ao convento de S. João da Cruz de Carnide.

¹³³ Seria também interessante estabelecer uma comparação com as bibliotecas religiosas espanholas do século XVIII, porém não encontramos nenhum estudo que nos permita ter dados quantitativos relativos a um conjunto de bibliotecas. Existe uma obra, de Maria Dolores García Gómez, intitulada *Testigos de la memoria: los inventarios de las bibliotecas de la Compañía de Jesús en la expulsión de 1767*, editado em San Vicente del Raspeig, pelas Publicaciones de la Universidad de Alicante em 2010 que não consultámos por ser relativa a bibliotecas jesuítas. Há estudos individuais sobre bibliotecas mas dizem respeito à Idade Média e ao Século de Ouro e o destaque vai para a bibliofilia e as colecções privadas de membros da nobreza, escritores e eruditos. Nesse particular há a distinguir os estudos de Pedro M. Cátedra e de Maria Luísa López-Vidriero (cf. Bibliografia). Foi apresentado um ponto de situação sobre a investigação em torno da história do livro e da leitura em Espanha (séculos XVIII a XX), em 1990, por Jean-François Botrel (Cf. BÖDEKER, Hans Erich, dir. – *Histoires du livre: nouvelles orientations: actes du Colloque International Histoire du Livre, Göttingen, 1990*).

IV.3. Modalidades de uso do livro nas bibliotecas religiosas

IV.3.1. Práticas de uso interno do livro da comunidade

A constituição de bibliotecas mais ou menos organizadas e de maior ou menor fundo bibliográfico não nos permite, por si só, perceber modalidades de leitura e até de uso do livro. Ter livros não significa lê-los e, por sua vez, nem todos os livros lidos são livros possuídos¹³⁴. Acresce que a posse do livro também levanta outro tipo de questões: Foi uma compra em resultado de gosto ou necessidade do seu proprietário? É o resultado de uma herança e nesse caso, pode não interessar directamente ao possuidor? Foi adquirido unicamente para marcar um poder intelectual e social elevado mas sem o consequente aproveitamento por parte do seu proprietário?¹³⁵ Casos desses são recorrentes no século XVIII, como já referimos no capítulo anterior, a propósito das palavras de Samuel Formey¹³⁶ quando escreve que quem quisesse ter uma biblioteca sem cuidar de escolher os melhores livros para ler mas tão só para a exhibir às visitas, bastava-lhe comprar livros a granel e mandar-lhes fazer bonitas encadernações.

Esta situação é, obviamente, mais adequada à posse individual de bibliotecas pois a aquisição, como vimos no capítulo III, no caso das bibliotecas de estabelecimentos regulares, configura um processo metódico de acrescentamento de livros, com uma finalidade utilitária, ou seja, para servirem a missão do respectivo estabelecimento e conferirem aos membros da comunidade, pelo menos, o sustento

Paris : IMEC : Maison des Sciences de l'Homme, 1995, p. 51-63. Ainda que datado de vários anos, nele se refere que a investigação que se fazia em Espanha privilegiava o Século de Ouro para o colecionismo e a imprensa, os estudos com características regionalistas também em relação à actividade tipográfica e livreira e outros sobre alfabetização. Num estudo recente, Maria Luísa López-Vidriero apresentou uma síntese onde se vêem essas orientações (cf. Los estudios de historia del libro en España durante el siglo XX. *La Bibliofilia*, vol. 102, 2000, p. 123-155). Podemos acrescentar estudos mais recentes sobre as bibliotecas públicas e populares e o contributo dos fundos dos conventos extintos na formação dessas bibliotecas mas sem uma especificação de quantitativos e proveniências que permita fundamentar uma comparação como a que fizemos com a situação em França. No recente colóquio *How the secularization of religious houses transformed the libraries of Europe, 16th-19th centuries* organizado na Universidade de Oxford, 22-24 de Março de 2012, pelo Consortium of European Research Libraries, do qual citamos algumas comunicações no capítulo V, foi precisamente apresentada uma com o título *La secularización de los libros y los cambios en los hábitos de lectura en Cataluña*, por Javier Antón-Pelayo, onde se mencionam destruições e extravios de livros de proveniência religiosa e a dificuldade em formar bibliotecas, ao gosto popular, com os livros de carácter erudito que tinham pertencido aos conventos.

¹³⁴ CHARTIER, Roger – *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Regime*, 1987, p.167.

¹³⁵ *Ibid.*

¹³⁶ *Conseils pour former une bibliothèque peu nombreuse mais choisie*. Nouvelle édition corrigée et augmentée. A Berlin : chez Haude et Spener, 1756, p.5.

espiritual necessário. “Lendo ou ouvindo ler, todas liam...” diz Freitas Carvalho a propósito das leituras de franciscanas e clarissas¹³⁷.

Porém, o caso da usabilidade e da utilidade não pode ser visto em todas as épocas como um valor absoluto nestas bibliotecas. Com efeito, adquiridos ao longo de séculos, muitos livros existiriam, no final do século XVIII, sem que fossem já necessariamente lidos, ou seja, sem que houvesse para eles uma utilidade prática. Acresce que as doações e legados, estes mais próprios de antigos membros da comunidade por sua morte, podiam levar a uma carga de duplicados e/ou à entrada de conjuntos de livros de temática pouco interessante à biblioteca. Em suma, torna-se complexo conhecer o acervo de uma biblioteca que sofreu alterações por inclusão de gostos menos convencionais e/ou por manutenção de cânones obrigatórios já ultrapassados, a que se juntam, não raro, as consequências de desastres naturais que lhe destruíram total ou parcialmente a colecção, sobretudo quando o objectivo que se pretende é perceber o que era a leitura nesse ambiente¹³⁸.

O século XVIII é, de acordo com Roger Chartier e Daniel Roche, o palco de uma modificação estrutural das modalidades de leitura¹³⁹. Perceptível na Europa, nos finais do século, se bem que não de uma forma generalizada e uniforme, essa revolução põe em causa, nos meios urbanos com maior desenvolvimento, as características típicas da leitura que, como apontámos no capítulo III, ainda comportavam atitudes de sacralização do livro e de perpetuação dos textos, com um forte pendor para a leitura em voz alta feita para um colectivo.

Essa revolução, de acordo com aqueles autores, assenta na multiplicação de livros acessíveis, na cada vez maior individualização do acto de ler que se separa das rotinas sociais da leitura em família ou em grupo e evolui para uma apropriação individual do conteúdo, sem intermediação nem partilha, sendo que essa nova prática generalizada também contribui para a dessacralização do livro e para uma leitura que pode tornar-se mais superficial e menos intensiva. Não serão, propriamente, estas as atitudes que encontraremos como próprias da leitura nas bibliotecas religiosas, presas como estão à reprodução de uma imagem que, em tudo, se pretende conservadora

¹³⁷ Do recomendado ao lido: direcção espiritual e prática de leitura entre franciscanas e clarissas em Portugal no século XVII, 1997, p. 15.

¹³⁸ Cf. GASNAULT, Pierre – *ob. cit.*

¹³⁹ *Ob. cit.*, p. 205.

porque garante de uma unidade ideológica cuja ortodoxia não se quer pôr em causa. Porém, como veremos pelos livros de História que estas instituições adquiriam, também os conteúdos podiam ser actualizados e focar aspectos que, em princípio, nos parecem pouco convencionais em bibliotecas de casas religiosas. E, por outro lado, são vários os casos de existência de livros proibidos de História nos acervos de algumas das bibliotecas que tratamos, como já referimos no capítulo III e desenvolveremos no VI, demonstrando-se assim uma curiosidade e apetência por conhecer, quanto mais não fosse para poder criticar.

Nesta parte consagrada às modalidades de leitura, abordaremos, em primeiro lugar, as que dizem respeito ao uso da biblioteca da comunidade, socorrendo-nos, entre outros, dos testemunhos deixados nas marcas de posse inscritas nos livros e de outras evidências de uso e posse dos livros que neles tenham ficado e que possam esclarecer aspectos da circulação e usabilidade dos livros no ambiente monástico-conventual. A verdade é que esses testemunhos propiciam uma visão mais apurada sobre o uso do livro do que aquela que se utilizava na tradicional historiografia do Livro, onde se dava mais valor aos livros possuídos, em termos literários (isto é, que autores, que edições), do que às apropriações efectivas dos textos¹⁴⁰. O conhecimento e análise das marcas de posse, mesmo as relativas às bibliotecas da comunidade, faz sobressair circunstâncias concretas em que ocorre a intersecção entre o texto e o leitor, ou seja, o momento da leitura que, no caso das bibliotecas religiosas comporta aspectos privados e públicos. Vem, a propósito, citar uma vez mais Roger Chartier e Daniel Roche:

« L'inventaire des formes d'accès au livre est une condition nécessaire pour une histoire de la lecture. Mais il nous dit peu sur les pratiques du livre, leurs modalités contrastées et leurs déplacements entre la mi-XVIIe siècle et la fin de l'Ancien Régime. Pour les restituer, il faut plus d'attention aux représentations que les hommes de l'ancienne société ont données de leur lecture (ou celle des autres) plus

¹⁴⁰ Cf. CHARTIER, Roger – De l'histoire du livre à l'histoire de la lecture: les trajectoires françaises. In: *Histoires du livre: nouvelles orientations: actes du Colloque International – Histoire du Livre, Göttingen, 1990*. Paris: IMEC: Maison des Sciences de l'Homme, 1995, p. 23-43 que faz um balanço metodológico sobre a história do livro e da leitura e DARNTON, Robert – História da leitura. In: BURKE, Peter, dir. – *A escrita da História: novas perspectivas*. S. Paulo: UNESP, 1992, p. 199-236, que faz uma análise crítica sobre os estudos que avaliavam a posse do livro na perspectiva da história literária.

d'attention aussi vis-à-vis des usages que nous révèlent les objets imprimés eux-mêmes »¹⁴¹.

Viver e ler no ambiente monástico conventual tem um entorno especial constituído por um conjunto de regras que se devem observar e que dizem respeito à distribuição do tempo e das actividades dos religiosos e religiosas. José Adriano de Freitas Carvalho refere, a propósito das recomendações de leitura no ambiente conventual feminino do século XVII, que devia haver pelo menos uma hora de leitura diária¹⁴². A prática de leitura em comunidade, com recurso à figura do *lector* ou *lectora*, como mediador ou mediadora entre o texto e o ouvinte, é uma prática muito antiga no ambiente de vida consagrada, como referimos no capítulo anterior. Para além da função mediadora, o *lector* ou a *lectora* podiam “actuar como intérprete del texto leído, mucho más cuando entre éste y la obra se alzaba la barrera del analfabetismo o de cierta incompetencia en el manejo de una determinada lengua [...] De ahí que las reglas monásticas no solamente contemplen la figura del lector sino que también se detengan en regular el modo en que debía efectuarse la lectura pública, atendiendo, señaladamente al ritmo y a la entonación”¹⁴³.

Na Idade Média muitas leituras eram feitas em voz alta ou, quando se tratava de leitura individual, pronunciavam-se as palavras em voz baixa. A *ruminatio*, como era designada, incutia um ritmo lento à leitura, propício também à aquisição do sentido do texto¹⁴⁴. No entanto, vai-se afirmando, pelo menos a partir do século XIII, o hábito da leitura privada silenciosa, entendendo-se que permitia melhor a meditação. Refere Paul Sanger, a esse propósito:

“Le biblioteche monastiche del XII secolo erano stato adatte ad una cultura in cui convivevano lettura orale e lettura silenziosa. Gli ampli chiostrì e le celle divise da

¹⁴¹ *Ob. cit.*, p. 416.

¹⁴² *Ob. cit.*, p. 23. V. também o estudo de Antonio Castillo Gómez, Leer en comunidade: libro y espiritualidade en la España del barroco. *Via Spiritus*, vol. 7, 2000, p. 114-119, acerca do “Vivir y ler en observância”

¹⁴³ *Ob. cit.*, p. 120. V. também o artigo de CÁTEDRA, Pedro M. – Lectura femenina en el claustro (España, siglos XIV-XVI). In: *Des femmes et des livres, France et Espagnes, XVe-XVVe siècle: actes de la journée d'étude organisée par l'École normale supérieure de Fontenay/Saint Cloud (Paris 30 avril 1998)*. Ed. lit. Dominique de Courcelles, Carmen Val Julián. Paris : École des chartes, p. 7-53., 1999, que, a partir do exame de várias regras de ordens religiosas, analisa a forma como se processava a leitura comunitária.

¹⁴⁴ Cf. CHARTIER, Roger – De l'histoire du livre à l'histoire de la lecture..., 1995, p. 37.

mura di pietra avevano consentito ai monaci di leggere a se stessi com voce smorzata [...] senza disturbar la lettura silenziosa o la contemplazione dei loro confratelli”¹⁴⁵.

Ora esta dupla apropriação dos textos, através da leitura para a comunidade e da leitura privada vai persistir ao longo dos tempos, como parte integrante da vida religiosa. Note-se, no entanto, que as práticas de leitura em voz alta não são exclusivas deste grupo social antes configuram, noutros grupos, modalidades de apropriação da palavra escrita que são reconhecíveis ainda no século XVIII¹⁴⁶. Já a existência de uma biblioteca, enquanto espaço próprio, dotado de estantes para arrumar os livros, catálogo para se conhecer as existências e mesas e cadeiras para se poderem ler os livros, que é uma realidade no século XVIII, foi sendo constituída e conquistada lentamente, em alguns casos ainda na Idade Média, associada a actividades de escrita ou cópia de livros, como vimos no capítulo anterior mas, de forma mais sistemática, sobretudo a partir do advento da imprensa ligando-se com a vulgarização e multiplicação da oferta de textos. Ainda assim, a existência de uma biblioteca em aposento próprio, carece, muitas vezes, de confirmação no que às pequenas comunidades religiosas diz respeito¹⁴⁷.

A leitura mediada, feita em voz alta, pressupõe, para além de um conjunto de requisitos consignados em regras e constituições, que existam livros nos espaços comuns, como o refeitório ou o coro, e não se processa, portanto, na biblioteca da comunidade¹⁴⁸. Esta modalidade de leitura propicia, aliás, um encontro com a palavra sagrada de uma maneira que se pretende uniforme. Como nos diz António Castillo

¹⁴⁵ Leggere nel tardo medioevo. In: *Storia della lettura nel mondo occidentale*. A cura di Guglielmo Cavallo e Roger Chartier. Roma: Editori Laterza, 1999, p. 137-138.

¹⁴⁶ Cf. CHARTIER, Roger – *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Regime*, p. 203-209, onde se referem os hábitos de leitura mediada, no campo, para os iletrados ou em família, no que Chartier designa como “parole dicte et écoutée, [qui] cimente la communauté familiale, élargie à tous ceux qui travaillent à la ferme, en même temps qu’elle institue le règne de la vertu et de la piété” (p. 204) e ainda os hábitos das elites, de uma leitura em sociedade, pois, como refere o autor “En effet, au XVIIIe siècle encore, la lecture savante peut être lecture ensemble ou lecture à haute voix” (p. 207).

¹⁴⁷ Cf. sobretudo a apreciação de Freitas Carvalho a propósito da escassez de fontes que esclareçam a existência ou não de um espaço próprio para a biblioteca em *Da memória dos livros às bibliotecas de memória*. Porto: Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade, 1998, vol. I, p. IV, quando afirma “[...] quase todos os conventos, mosteiros e casas de institutos religiosos teriam ou deveriam ter a sua biblioteca ou o que nós hoje gostamos ou temos de designar por biblioteca... embora possamos não saber onde e como estavam dispostos os livros e até a sua função precisa...”.

¹⁴⁸ Cf. CÁTEDRA, Pedro M. – *ob. cit.*, p. 21.

Gómez: “La lectura no se puede entender como la posibilidad de una libre interpretación de los textos”¹⁴⁹.

Já no espaço da biblioteca, a mediação existente não diz respeito ao texto que se lê para benefício de todos mas sim ao texto que se empresta para ser lido por um só leitor, no local ou sobretudo na sua cela, em leitura silenciosa, regulamentada também nos estatutos da comunidade¹⁵⁰. As modalidades de leitura no espaço conventual estabelecidas na Idade Média estão presentes nas regras e estatutos das ordens religiosas, já na Época Moderna, naquilo que Antonio Castillo Gómez designa como “un hilo de continuidad”¹⁵¹. A biblioteca de todos deve ser o mais completa possível e devidamente apetrechada para garantir o correcto exercício da missão da comunidade e das funções dos religiosos, contribuindo directamente para a manutenção da ortodoxia religiosa. Ora a verdade é que, continuando uma tradição que se inicia no Renascimento e que se intensifica com o advento da Reforma da Igreja, no século XVI, consolida-se um movimento de erudição religiosa que vai dar origem ao surgimento de muitos autores e edições. É sobretudo no sentido da produção de textos sobre a história religiosa que este movimento se vai expressando¹⁵².

O certo é que só a leitura no ambiente religioso (e aqui podemos abranger também o feminino, pois incumbia, igualmente, às religiosas deixar testemunhos escritos) é que vai permitir toda uma plêiade de manifestações que, com mais veracidade ou mais fantasia, marcam um expressivo movimento editorial até final do século XVIII, compreendendo, para além das crónicas sobre a ordem e/ou instituição, também uma profusão de vidas de santos e santas, varões e mulheres ilustres pelas suas virtudes, livros de devoção e, naturalmente, sermões¹⁵³. Não se estranha, então, todos os

¹⁴⁹ *Ob. cit.*, p.118.

¹⁵⁰ V. CÁTEDRA, Pedro M. – *ob. cit.*, p. 48-49.

¹⁵¹ *Ob. cit.*, p. 114.

¹⁵² V. a propósito FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. - *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 2 – Humanismos e reformas. Coord. João Francisco Marques, António Camões Gouveia, 2000, p. 15-47 e para a produção historiográfica religiosa, a síntese de SANTOS, Zulmira C. – A produção historiográfica portuguesa sobre a história religiosa na Época Moderna: questões e perspectivas. *Lusitania Sacra*, 2ª Série, vol. 21, 2009, p. 249-261. Encontraremos obras de religiosos, que vêm referidos num e noutro estudo, no capítulo VI, por figurarem nas bibliotecas de Lisboa.

¹⁵³ V. para a importância da hagiografia a obra já citada de Freitas Carvalho, “Do recomendado ao lido”, 1997 e ainda de Maria de Lurdes Correia Fernandes, “Recordar os “santos vivos”, 1994. Para a

cuidados presentes com a biblioteca e a sua comunidade como, por exemplo, encontramos em alguns artigos dos Estatutos da Congregação do Oratório¹⁵⁴ onde verificamos que os padres nérís podiam ter nos seus cubículos “[...] alguns livros, os que forem necessários a cada hum, conforme sua occupação, porque os mays estarão na livraria commum”¹⁵⁵. Esta, por sua vez, era da responsabilidade directa do Bibliotecário, cujas funções se lêem na Regra XIII:

“Ao Bibliotecario toca ter cuydado da Livraria commua, para que esteja com todo o aceyo, limpeza, e perfeição conveniente. Terá lembrança, e arrecadará os livros que os nossos irmãos com licença do Preposito levarem da livraria, se forem negligentes, ou descuydados em os trazer”¹⁵⁶.

Vemos, pois, nestas citações que está explícita a possibilidade da posse individual dos livros considerados indispensáveis à “ocupação” dos padres mas que é à biblioteca da comunidade que incumbe zelar pela posse mais alargada de obras e onde se deverá recorrer para um empréstimo temporário de livros, com autorização superior. Vamos analisar esse tipo de apropriação individual do livro da biblioteca comunitária através dos testemunhos que encontrámos nos próprios livros da BNP que nos servem de fonte para esta investigação. Na observação das marcas de posse vimos múltiplos casos que configuram um empréstimo mais prolongado e que, como tal, fica registado no próprio livro. Trata-se da licença para se “usar” livros que estão marcados como pertencentes à biblioteca da comunidade, licença essa que era da competência do Superior e que configura uma necessidade específica de leitura continuada, eventualmente, para fins de estudo e para a produção de textos. Vejam-se alguns exemplos:

Bibliotheca da R. Caza de S. Vicente [carimbo seguido de marca manuscrita] *Do uso de D. João Evang.a C.R.* (H.G. 2528 A)

realidade espanhola veja-se MARTINEZ, Ana – Vidas ejemplares en emblemas. *Via Spiritus*, vol. 10, 2003, p. 113-133.

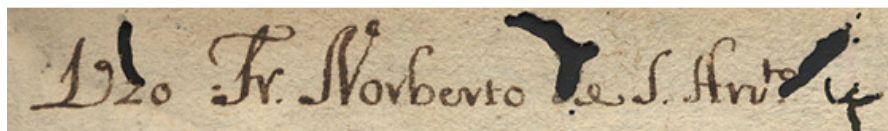
¹⁵⁴ *Apud* DIAS, J.S. da Silva – *A Congregação do Oratório de Lisboa: regulamentos primitivos*. Coimbra: Universidade de Coimbra - Instituto de Estudos Filosóficos, 1966. Inclui a transcrição de um manuscrito do Fundo Geral da BNP que remonta a data anterior a 1725 e assim sendo, de acordo com Silva Dias, retratava a direcção do padre Manuel Bernardes. O manuscrito foi publicado em 1725.

¹⁵⁵ *Ob. cit.*, p. 28.

¹⁵⁶ *Ob. cit.*, p. 75-76..

Da livr.a de Ferreirim [noutra mão] do uso de frei Aleixo da Visitação (R. 7022 V.)

Da L.^a da graça de Lx.^a [noutra mão] Uso de Fr. Norberto de S. An.to (H.G. 20540 P.)



Da Livr.^a de S. B.to de X.as [noutra mão] Do uso do P. Amaro dos Anjos (H.G. 1420 V.)

Do Co.to de nra Sra de la Piedad de Carm.tas descalços de Cascaes. Esta conelo Fr. Joam de Santa Thereza (R. 172 V.)

Usa deste livro Fr. Jozé de Christo com lic.^a do [...]G.ão Pertence à Livr.^a de Varatojo (Var. 3478)

Este Livro he da Com.de, uza delle Fr. João de Jezus Maria [noutra mão] Por sua morte uza delle Fr. João da Salvação (R. 23600 P.)

Pertence ao Seminário de varatojo Agora de Fr. António da Soledade q.e lho concedeo o Ir.^o Guardião [noutra mão] Do uso do Ir. Fr. Francisco da Soledade (Var. 108)

Concedo licença ao Ir. Fr. Lourenço de Elvas estudante p.^a q.e possa usar deste Livro. Dado neste Conv.to da Consolação do Bosque aos 26 de Junho de 84 Fr. Joaq.m de Por[talegr]e Preg.or [marca manuscrita do convento] Convento do Bosque (L. 30227 P.)

Em inscrições manuscritas como todas estas são, podem ocorrer distintas representações da concessão de autorização de uso do livro, em alguns casos com menção explícita da licença, inclusive para a sua transferência, como se vê no sexto exemplo, de um para outro religioso. No referente à biblioteca individual dos membros das congregações religiosas, sobretudo femininas, a posse privada pode ainda requerer uma outra licença, normalmente explicitada pela menção “enquanto a Obediência lho permitir”, como adiante se exemplificará.

A tentativa de reconstituição dos modos de usar o livro em ambiente conventual depara-se sempre com as dificuldades inerentes à escassez de fontes, por um lado, e ao

facto de o acto de ler constituir em si próprio um acto individual e solitário, cujas marcas se descobrem muito fugazmente¹⁵⁷. Ora a utilização dos testemunhos que ficaram inscritos nos próprios livros da biblioteca religiosa permite-nos identificar modalidades específicas do uso do livro nestas comunidades e estabelecer práticas que podem ser reconhecidas no universo estudado, sem que se diferenciem por ordem religiosa e estabelecimento, nem, curiosamente, por época¹⁵⁸ com variantes apenas no que diz respeito ao género, como veremos. Podemos assim alcançar um conjunto do que Roger Chartier designa como “normas e convenções de leitura que definem, para cada comunidade de leitor, utilizações legítimas do livro, modos de ler, instrumentos e processos de interpretação”¹⁵⁹. No limite, e ao invés de encarar a História da Leitura como um exercício que se baseia, na generalidade, em reconstituir os acervos das bibliotecas a partir dos respectivos inventários ou catálogos, ou seja, como parte inequívoca da História do Livro, os testemunhos inscritos nos livros contribuem para reforçar a perspectiva que Michel de Certeau consagrou e que Roger Chartier subscreve, de uma História da Leitura “radicalmente separada de uma história daquilo que se lê” e onde o leitor já não é o efeito do livro antes se destaca desses livros, dos quais se pensava que era apenas a sombra”¹⁶⁰.

IV.3.2. A biblioteca que (já) não se usa

O uso da biblioteca comunitária no final do século XVIII, conquanto pareça ser em tudo semelhante ao que se processava desde há vários séculos (ou não estivesse

¹⁵⁷ V. CÁTEDRA, Pedro M. – *ob. cit.*, p. 49-50 e a propósito dos testemunhos de leitura inscritos nos livros v. o estudo de CASTILLO GÓMEZ, Antonio – “No passando por el como gato sobre brasas”: ler y anotar en la España del Siglo de Oro. *Leituras: revista da Biblioteca Nacional*, nº 9/10, 2001-2002, p. 99-121.

¹⁵⁸ Vem a propósito referir algumas inscrições transcritas de inventários (não dos próprios livros) do convento de S. Clemente das Penhas, que já tínhamos referido no capítulo anterior. Cf. CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Nobres leteras ... fermosos volumes: inventários de bibliotecas dos franciscanos observantes em Portugal no século XV: os traços de união das reformas peninsulares*. Porto: Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade, 1995. Assim, no inventário de 21 de Outubro de 1474, lê-se: “13. Item huas horas de Sancta Maria novas com seus sete psalmos e com todallas outras orações [...] as quaes apropriou a este oratório de Sam Clemente frei Gil de Ferreira leigo. Escreveo-as frei Martinho de Lisboa: Elle tem o uso dellas ainda [...]” (p. 109) e mais adiante “43. Item huum sacramental em papel novo mui bem ordenado e de mui nobre e proveitosa leitura; tem-no a seu uso frei Martinho de Lamego o velho [...]” (p. 113).

¹⁵⁹ *A ordem dos livros*, 1997, p. 15.

¹⁶⁰ CERTEAU, Michel de – *La lecture absolue : théorie et pratique des mystiques chrétiens : XVIème-XVIIème siècles*. In : *Problèmes actuels de la lecture*. Paris : Editions Clancier-Guénaud, 1982, p. 65-79, *apud* CHARTIER, Roger – *ob. cit. supra*, p. 15-16.

dependente das próprias regras, como vimos) ganha novos contornos, destacando-se, por um lado, uma maior consciencialização na regulamentação do acesso interno que encontramos plasmada nos exigentes catálogos que alguns dos estabelecimentos prepararam e de que vimos vários exemplos no capítulo anterior. Por outro lado, é, sobretudo, no final do século que se assiste à abertura ao público de algumas destas bibliotecas, consagrando-se assim o princípio de utilidade dos livros que já havíamos abordado antes¹⁶¹. De qualquer forma, o contacto com os livros da biblioteca tem sempre um intermediário que é o bibliotecário cuja principal função é assegurar que o uso privado do livro da comunidade, sujeito à autorização do superior, não põe em causa a integridade da colecção¹⁶².

Ao bibliotecário pedia-se que fosse letrado de forma a saber escolher e adquirir os livros mais adequados à sua comunidade e que os soubesse valorizar, através da constituição de inventários ou catálogos que assegurassem a necessária intermediação entre o livro e o seu leitor¹⁶³. No século XVIII os irmãos bibliotecários de algumas das mais importantes bibliotecas religiosas portuguesas deixaram, nos catálogos que elaboraram, o testemunho de alguns princípios de gestão das colecções, que tivemos oportunidade de apontar no capítulo III mas fizeram-no também para benefício daqueles que se lhes seguiriam, daí ressaltando alguns comentários sobre a manutenção da integridade das colecções. Por exemplo, no que dizia respeito a roubos ou, mais eufemisticamente, a livros em falta, é interessante revisitar o testemunho de frei Pedro da Encarnação que organizou o catálogo da biblioteca do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra nos anos -70 do século XVIII e nele deixou vários comentários a propósito dos roubos de livros que ocorriam, de portas adentro, apesar de a bula de excomunhão que

¹⁶¹ Refira-se a propósito o pensamento de frei Manuel do Cenáculo (1724-1814) em relação às bibliotecas e que Francisco Vaz sintetiza em duas vertentes, o amor ao estudo e à sabedoria e a utilidade pública. Cf. A ideia de biblioteca na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo. In: MEDEIROS, Filipa, *et al.*, coord. - *Acervos patrimoniais: novas perspectivas e abordagens*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2012, p. 86-87.

¹⁶² V. a propósito JOLLY, Claude - *ob. cit.*, p.11.

¹⁶³ V. a propósito CAILLET, Maurice – Les bibliothécaires. In: *Histoire des bibliothèques françaises*. Paris: Promodis, 1988, vol. II – Les bibliothèques sous l'Ancien Régime, 1530-1789. Dir. Claude Jolly, p. 373-389. Cf. as palavras de BELL, David N. – Monastic libraries: 1400-1557. In: HELLINGA, Lotte; TRAPP, J.B., dir. - *The Cambridge History of the Book in Britain*. Cambridge: Cambridge University Press, vol. 3: 1400-1557, p. 253: "The purpose of a catalogue was to provide the librarian with an accurate record of the number of books owned by the house, to stir up studious brethren to read them and to provide those interested with a speedy and effective way of finding the volume they needed".

existia, neste como noutros estabelecimentos, para tentar limitar os desvios. Joaquim Teixeira de Carvalho que fez o estudo do referido catálogo, refere a este propósito:

“Era tão comum andarem perdidos os livros da livraria do mosteiro de Santa Cruz que D. Pedro da Encarnação costumava dizer rindo, que o verdadeiro bibliotecário daquela casa era o alegre e milagroso S.to António, advogado das cousas perdidas”¹⁶⁴.

Relativamente às competências do bibliotecário é também curiosa a apreciação de frei Pedro da Encarnação, deixada no catálogo, a propósito ainda de um livro em falta mas onde se vê a importância da aquisição de livros a livreiros e a necessidade de um saber prático a juntar ao bibliográfico:

“[...] e com esta ocasião e motivo aviso aqui ao Prelado e Consiliarios, a quem pertencer a nomeação do novo Bibliothecario, q. p.^a esta Occupação devem escolher Sujeyto, não só Bibliophilo, mas também bom Bibliographo; q. seja dotado de juizo maduro, desinteressado, e ainda (p.^a assim o dizer) malicioso, p.^a conhecer os enganos de q. se valem os Mercadores, com q. he preciso tratar, p.^a fazerem o seu negocio. Explico-me. Não basta q. o Bibliothecario seja hu Santinho, e Doutor pela Universidade, se lhe faltarem Outras mujtas qualidades, q. o fação digno deste emprego”¹⁶⁵.

À biblioteca comunitária é atribuído um valor de serviço mas também de representação e essa dupla funcionalidade está muito presente nas bibliotecas religiosas do século XVIII. Porém, é nesta época que se acentuam as diferenças entre as várias ordens religiosas e seus estabelecimentos, assistindo-se a um desenvolvimento desigual das respectivas bibliotecas. Na generalidade, pode dizer-se (e esta afirmação é válida também para outros países) que as maiores bibliotecas porque se situam num meio urbano e/ou porque dispõem de avultadas rendas estão mais bem preparadas para uma dinâmica de actualização e renovação até dos seus fundos¹⁶⁶.

¹⁶⁴ *Ob. cit.*, p. 20.

¹⁶⁵ *Ob. cit.*, p. 29.

¹⁶⁶ V. a propósito GASNAULT, Pierre – *ob. cit.* e JOLLY, Claude – *ob. cit.* que referem a situação nas casas religiosas francesas. É interessante cotejar com a análise de BELL, David N. – *ob. cit.*, conquanto o seu objecto de estudo sejam as bibliotecas monásticas inglesas de 1400 a 1557, pois os sinais de desenvolvimento desigual estão presentes também nesse universo.

As instituições religiosas da capital, local onde se fixavam as elites do poder e do saber, seriam as que tinham, à partida, melhores condições para adquirir, em quantidade e qualidade, os livros de que necessitam pois estavam em contacto, mais facilmente, com o mercado livreiro. Não obstante, tal nunca impediu a actualização de bibliotecas mais distantes como as de Tibães, Santa Cruz e Alcobaça que adquiriam catálogos e bibliografias, na sua maioria estrangeiros, para se manterem a par do que se ia publicando e/ou do que era recomendado por bibliógrafos e livreiros como tendo utilidade para figurar numa biblioteca de importância¹⁶⁷. Ainda outro exemplo de actualização é, desta feita, o da biblioteca do convento da Arrábida. No catálogo apresentado à Real Mesa Censória registava 737 obras, como vimos anteriormente; no entanto, ao tempo da extinção já possuía 1199 obras, com predominância de títulos do século XVIII, ainda que, na maioria, da primeira metade de Setecentos¹⁶⁸.

Porém, e salvo algumas excepções, o declínio das ordens e suas casas que começa a dar sinais no final de Setecentos, vai provocar profundas desigualdades no desenvolvimento das suas bibliotecas, transformando muitas delas em colecções datadas. Até para os estabelecimentos de Lisboa que, como dissemos atrás, gozavam de um ambiente mais propício para o apetrechamento dos seus fundos bibliográficos, teremos oportunidade de ver adiante que, algumas delas, estagnaram¹⁶⁹. As mais bem apetrechadas serão aquelas que tinham utilidade prática por pertencerem a instituições em que a leitura é indispensável quer por serem cabeças de ordem quer por assegurarem funções pedagógicas ou terem um noviciado¹⁷⁰.

Acresce ainda um factor interno determinante: o interesse e a protecção que a própria comunidade e a sua hierarquia concediam à biblioteca. Conhecemos casos que

¹⁶⁷ A propósito de Tibães refere Luís A de Oliveira Ramos: “[ao bibliotecário] competia não só ter em ordem o índice metódico da livraria, como ainda elaborar todos os anos “um breve extracto das notícias literárias vindas dos países estrangeiros” onde mais se “cultivavam as letras e as ciências”. [...] Com tal objectivo, a biblioteca comprava “as obras periódicas” de informação cultural.” (*Os monges e os livros no século XVIII*, 1981., p. 7). No catálogo da biblioteca do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra colhem-se múltiplas informações sobre a aquisição de obras modernas, inclusive de temática científica. Cf. CARVALHO, Joaquim Teixeira de – *Ob. cit.*, *passim*.

¹⁶⁸ Cf. ROCHA, Ilídio – *Catálogo da livraria do convento da Arrábida e do acervo que lhe estava anexo*. Lisboa: Fundação Oriente, 1994.

¹⁶⁹ Vale a pena referir, se bem que seja um exemplo francês, que a situação das bibliotecas beneditinas conhece, a partir de 1730, uma evolução semelhante. Claude Jolly aponta, entre outras razões, a “dégradation de la formation des religieux et [...] une plus grande oisiveté dans les cloîtres”. Cf. *Les bibliothèques bénédictines*. *Ibid.*, p. 34.

¹⁷⁰ Cf. JOLLY, Claude – *ob. cit. supra*. Na sua análise às bibliotecas beneditinas francesas chega à mesma conclusão.

configuram um interesse explícito pela manutenção da biblioteca quer em termos de instalações quer na qualidade dos fundos disponíveis quer ainda na existência de um catálogo correcto e actualizado. É o que nos descreve Luís A. de Oliveira Ramos, relativamente a bibliotecas beneditinas no século XVIII, início do XIX, a partir das Visitas feitas por frei Francisco de S. Luís Saraiva que já mencionámos enquanto possuidor de biblioteca¹⁷¹. No entanto, começam a avolumar-se os problemas relativos às bibliotecas e há exemplos abundantes do estado de abandono em que algumas delas se encontravam nos finais do século XVIII (e não só em Portugal) pertencentes a grandes e pequenas instituições, situação que, no limite, encontramos descrita por dois religiosos beneditinos franceses em visita à biblioteca da Sainte Chapelle em Bourges:

« Le receveur du Chapitre, à qui on avoit confié la clef de ce lieu, en avoit fait un poullailler et, comme ils [les manuscrits] étoient ouverts sur les pupitres les poules les avoient couverts d’ordures »¹⁷².

Trata-se de um exemplo francês mas encontramos um testemunho semelhante nos Apontamentos das Visitas de frei Francisco de S. Luís Saraiva, a propósito do mosteiro de Arnóia, conforme refere Luís A. de Oliveira Ramos, que estava carecido de “total reedificação”¹⁷³. Outro exemplo, ainda que de contornos diferentes, é o que nos transmite a Carta que frei António de Jesus Maria José Costa, bibliotecário no convento de S. Francisco de Xabregas e cronista da Província dos Algarves, escreveu a um amigo no ano de 1778. Dela respigamos informação acerca do estado das bibliotecas franciscanas da referida Província, que ele vinha visitando desde 1775 com o propósito de integrar as melhores obras das suas colecções na de Xabregas¹⁷⁴:

“[...] devemos nós chamar insignificantes às livrarias dos outros Conventos da nossa Província, à excepção de hua até duas, parece isto incrível; mas a prova hé tão evidente que não há que duvidar. A serventia de muitas dellas hé guardar trigos, lãas,

¹⁷¹ *Os monges e os livros no século XVIII*, 1981.

¹⁷² Cit. por CAILLET, Maurice – *ob. cit.*, p. 379.

¹⁷³ *Ob. cit.*, p. 14. No Apontamento de frei Francisco de S. Luís que o autor transcreve, lê-se: “A Livraria choveu-lhe e tem a maior parte dos livros perdidos, além de mal feita e de estarem os mesmos livros mal arranjados e mal situados, desencadernados, cheios e cobertos de pó”.

¹⁷⁴ Transcrita em MENDES, Maria Valentina Sul – As novas instalações da livraria de S. Francisco de Xabregas no século XVIII. *Revista da Biblioteca Nacional*, S. 2, vol. 9, nº2, Jul.-Dez. 1994, p. 133-145 (com leitura e notas de Fernando F. Portugal). V. também a propósito LOPES, Fernando Félix – Lembranças avulsas da livraria do convento de S. Francisco de Xabregas. In: *Colectânea de Estudos de História e Literatura*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1979, vol. I, p. 317-369.

hábitos velhos, vestiarias, e outras couzas, todas tendentes à dissipação dos mesmos livros, assim por sua qualidade, como pelo mau resguardo dellas em handarem as chaves por muitas mãos. Outras são cazas sempre fechadas, onde a falta de ar, a humidade, a multidão de ratos e outras sevandijas tem estragado e corrompido os livros [...] Destes tristes exemplos vos podia eu referir muitos, se vos não supozesse sciente delles, assim como o estais, de que o mayor tratamento que se costuma dar às taes Livrarias hé o servirem de Cellas aos Religiozos moradores, nos ditos Conventos, e muitas vezes a Leigos, donatos, e servirem de hospedaria a todo o género de pessoas, cuja serventia tem cauzado damnos irreparáveis de furto, alienação e estrago”¹⁷⁵.

Esta tarefa fora-lhe incumbida pelo Prelado frei José da Estrela Fonseca que empreendera a transferência interna do local da biblioteca, após a remodelação do edifício para obstar aos estragos do terramoto de 1755, e que dispendera também 8000 cruzados em aquisições. No entanto, na referida Carta, frei António de Jesus Maria José Costa indica que se limitara a trazer obras de “conhecido merecimento” mais acrescentando que as acusações de furto por parte das bibliotecas visitadas não tinham fundamento quer pelas condições em que as mesmas se encontravam quer porque em muitos desses livros havia ainda a marca de Xabregas o que indicava terem sido enviados (ou desviados, como também sugere) da casa-mãe. Quanto à oposição interna face à reorganização da biblioteca (que também a houve) deixa-nos testemunho da atitude dos seus confrades mais velhos perante a necessidade de actualização de leituras, que é bem indicativa de estagnação e pouco interesse pelas leituras:

“Vós sabeis o ascendente que o gosto dos maos estudos tem ainda na Província, especialmente nos Religiosos de meia idade para cima, aos quaes parece que o ranço tem estragado de tal sorte o paladar, que tudo o que não são Mastrios, Alcantarenses, Corelhas, Villalobos, Larragas, Carlos Magno, Alivio de tristes &^a lhe não fazem sensação alguma. Não sou encarecido: vós sabeis muito bem que estes são os livros que ordinariamente se abrem e por onde se lê, se acaso se lê, nas Livrarias da Província”¹⁷⁶.

¹⁷⁵ *Ob. cit.*, p. 135-136.

¹⁷⁶ MENDES, Maria Valentina Sul – *ob. cit.*, p. 143. Certo é que a mudança de Prelado em 1777 fez com que fosse suspensa esta actividade tendo o bibliotecário mantido o seu cargo até 1786, quando foi

Estes aspectos de desinteresse e desleixo das bibliotecas religiosas acompanhado de uma atitude avessa à modernização ligam-se indelevelmente ao progressivo declínio das ordens religiosas até à sua extinção em 1834. Vale a pena referir um outro caso de declínio mas por razões diferentes: a biblioteca da casa de Nossa Senhora da Divina Providência, dos Clérigos Regulares de S. Caetano, conhecidos por Teatinos¹⁷⁷.

Esta biblioteca que, em nosso entender, é um caso especial pois não tem uma constituição comunitária como a que temos vindo a delinear, foi oferecida à Real Biblioteca Pública da Corte e nela deu entrada em 1797. As razões desse oferecimento e as circunstâncias que o rodearam estão estudadas por Manuela D. Domingos¹⁷⁸. É, precisamente, no conjunto de razões que levaram o padre Tomás Caetano de Bem (1718-1797), último dos grandes eruditos teatinos e cronista-mor da Casa de Bragança, a querer fazer essa doação, que encontramos os sinais de decadência. Em primeiro lugar, a diminuta comunidade existente, situação a que já nos tínhamos referido anteriormente. Com efeito e citando as próprias palavras do padre Caetano de Bem¹⁷⁹:

“[...] Esta Commonidade por domestica incúria se acha quasi extincta: São seis os Sacerdotes: destes hum estoparado¹⁸⁰, outro entrevado: Com dous Leigos, destes hum quasi octagenario [...] O Noviciado se acha occupado por Seculares; e varias Câmaras. Tudo huma desordem, cuja narração seria a mais longa Illyade. [...]”.

Esta descrição corresponde à que William Beckford nos dá em 1787 e que descreve, no seu estilo habitual¹⁸¹:

“[...] Feitas as nossas devoções, fomos ao Convento dos Teatinos e espreitámos para dentro da biblioteca que continua na mesma confusão em que ficou na altura do

substituído por frei Inácio de Santa Maria dos Anjos Quintanilha. Continuou, porém, no cargo de cronista. Tivemos oportunidade de localizar na BNP algumas obras que pertenceram a frei António de Jesus Maria José Costa, cujo inventário da biblioteca pessoal consta também do artigo que temos vindo a utilizar. Também encontrámos livros da pertença de frei José da Estrela Fonseca e de frei Inácio de Santa Maria dos Anjos Quintanilha.

¹⁷⁷ V. Nota histórica sobre a Ordem e a casa no Anexo I.

¹⁷⁸ V. Acervos iniciais da Real Biblioteca Pública: a doação dos Teatinos. *Revista da Biblioteca Nacional*, S. 2, vol. 9, n.º 2, Jul.-Dez. 1994, p. 75-121.

¹⁷⁹ Transcrita no artigo supra, p. 98.

¹⁸⁰ Manuela D. Domingos (*ibid*) colocou um ponto de interrogação a seguir a este vocábulo, pela estranheza que lhe causou. Por sugestão da Prof. Doutora Zulmira Santos parece que pretendia o padre Bem, com alguma probabilidade devido ao contexto, referir “estuporado”.

¹⁸¹ *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*. 3ª edição, reimpressão. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009, p. 170.

terramoto – metade dos livros fora das estantes, atirados para cima uns dos outros, em pilhas cobertas de poeira, sem qualquer distinção de tamanho ou de assunto [...]”.

Beckford menciona, de seguida, a visita ao Gabinete de Tomás Caetano de Bem que, para além dos livros, tinha também uma colecção de moedas e medalhas, referindo que tudo estava em muito mau estado¹⁸².

É, pois, como no capítulo II já tínhamos referido, um caso em que a instituição não se renovou e a biblioteca, constituída na época áurea do reinado de D. João V (e que parece incluir espólio pertencente à da própria Academia Real da História Portuguesa, fundada em 1720)¹⁸³ corria o risco de se perder no meio da “desordem” não por desinteresse da comunidade mas por inexistência dela. A acção de Caetano de Bem e a sua incessante preocupação em salvaguardar a sua biblioteca e a da sua congregação permitiu que esse espólio não se perdesse.

A sorte das bibliotecas é aquela dos estabelecimentos religiosos em que se inserem. Sobreviventes de um longo passado em que cumpriram a função, praticamente exclusiva, de formar clérigos e leigos, alguns deles seguem o caminho de franquear as suas bibliotecas ao público, à semelhança do que ia ocorrendo noutros países da Europa¹⁸⁴, sobretudo a partir das duas últimas décadas do século XVIII, e delas damos conta seguidamente.

IV.3.3. A comunicação externa dos livros nas bibliotecas religiosas

Já vimos casos, no capítulo anterior, que configuravam um movimento de empréstimo entre bibliotecas de conventos da mesma ordem, certamente para assegurar o acesso à bibliografia necessária para um determinado estudioso. Assumimos, no entanto, que esse potencial leitor era membro da comunidade. Ora o movimento de abertura do próprio acesso à biblioteca (e não a um livro em particular) insere-se num fenómeno que, sobretudo a partir do século XVII e ligado ao surgimento das academias em que os religiosos também participavam (e em grande número), vai ganhando

¹⁸² V. a propósito do valor da colecção de Numismática do padre Bem, os comentários de Manuela D. Domingos, *ob. cit.*, p.76, nota 3.

¹⁸³ Esta tese é defendida por Manuela D. Domingos, nomeadamente no artigo que temos vindo a citar, baseando-se no exame dos conteúdos da doação dos Teatinos.

¹⁸⁴ V. CHARTIER, Roger- *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Regime*, 1987, p.186-189 onde se faz referência à importância da admissão do público nestas bibliotecas que, aliás, na mesma época é acompanhada, em França da abertura da biblioteca do rei e de alguns membros da nobreza.

contornos de serviço organizado e não de mera situação pontual¹⁸⁵. Trata-se afinal de uma situação que é demonstrativa de uma alteração do paradigma de acesso ao Saber e que Françoise Waquet descreve do seguinte modo:

« Au début du XVIIIe siècle, la communication était devenue une règle du monde des bibliothèques. Celle-ci n'était cependant que l'expression d'un principe bien plus général de communication du savoir qui, au cours de l'époque moderne, s'imposa progressivement, postulant la collaboration entre les savants, promouvant une éthique intellectuelle fondée sur l'*humanitas*, visant à la diffusion du savoir et à son progrès »¹⁸⁶.

Circunscrevendo-nos a Lisboa e seu termo, observamos essa abertura desde logo, na biblioteca do convento de S. Francisco de Xabregas através da Carta que atrás utilizámos e de que nos vamos servir novamente. Refere frei António de Jesus Maria José Costa que a biblioteca prestava serviço a “hu grande numero de sujeitos seculares, de ecclesiasticos de dentro e fora da caza, que a frequentão para se instruírem, aos quaes ella sempre está aberta e patente com todas as commodidades precisas ao seu desígnio”¹⁸⁷. Não consta, porém, no número daquelas que o *Almanach de Lisboa* refere, nos últimos anos do século, como tendo serviço de leitura ao público¹⁸⁸.

Identificadas a partir dessa fonte por João Luís Lisboa¹⁸⁹, trata-se das bibliotecas dos conventos de S. Francisco da Cidade e de S. Domingos abertas todos os dias de

¹⁸⁵ V. a propósito da participação de religiosos nas academias, FERREIRA, João Palma – *Academias literárias dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982 e MOTA, Isabel Ferreira da – *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*. Coimbra: Minerva, 2003.

¹⁸⁶ La communication des livres dans les bibliothèques d'Ancien Régime. In: *Le livre et l'historien : études offertes en l'honneur du professeur Henri-Jean Martin*. Réunies par Frédéric Barbier... [et al.]. Paris: Droz, 1997, p. 379.

¹⁸⁷ MENDES, Maria Valentina Sul -*ob. cit.*, p. 135.

¹⁸⁸ Transcrevemos, como exemplo porque o tipo de anúncio é praticamente idêntico ao longo dos anos até 1800, o que vem no *Almanach para o anno de 1796*. Lisboa: na off. da Academia Real das Sciencias, 1796, p.120-121: LIVRARIAS PUBLICAS EM LISBOA REAL LIVRARIA PUBLICA [segue-se a indicação dos funcionários que nela trabalhavam] Os Religiosos de S. Domingos franqueão ao publico a sua Livraria. Os Religiosos de S. Francisco igualmente e esta Livraria está muito bem sortida pelo grande disvello do P. Fr. Luiz de S. Clara Pova. Os PP. da Congregação do Oratorio da R. Casa de N.S. das Necessidades também franqueão a Livraria às pessoas curiosas. Os Religiosos do convento de N.S. de Jesus estão apromptando a sua para a fazerem publica, pela actividade do P. Fr. Antonio Baptista Abrantes, confessor da Princeza a Sra D. Carlota”.

¹⁸⁹ *Ciência e Política: ler nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: INIC: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1991, p. 41-42.

manhã e de tarde, excepto aos domingos, e a da casa de Nossa Senhora das Necessidades¹⁹⁰.

Na verdade, tal como a de S. Francisco de Xabregas havia outras, sem um serviço e um horário tão instituído mas que abriam as suas portas a estudiosos ou simplesmente a viajantes que as desejavam consultar ou apenas visitar. Há testemunhos em relatos de viajantes estrangeiros, como Heinrich Friedrich Link, que menciona também S. Vicente de Fora e o convento de Jesus:

“Em Lisboa existem também bibliotecas públicas que não serão porventura das melhores mas não são de modo algum tão más como alguns viajantes, que se contentam apenas com uma olhadela rápida, as gostariam de fazer. [...] A biblioteca principal encontra-se no grande edifício da praça do Comércio¹⁹¹ e tem algumas obras de importância e entre elas mesmo algumas de história natural. Conheço mais pormenorizadamente a biblioteca no convento beneditino de Nossa Senhora de Jesus¹⁹² porque ficava mais perto de minha casa. Aí encontra-se uma colecção muito completa de obras portuguesas e das mais recentes obras espanholas, não faltando também as francesas [Refere a *Encyclopedie*, a falta de livros em alemão, a literatura italiana, logo a seguir à francesa e as poucas obras em inglês] Em suma, ambas estas bibliotecas se poderiam comparar a muitas bibliotecas públicas de importantes cidades alemãs. Uma terceira biblioteca, no convento de S. Vicente de Fora, não é com efeito pública, mas para a poder frequentar regularmente basta ser apresentado. Inclui uma colecção muito completa, até das mais pequenas obras portuguesas”¹⁹³.

Igual opinião tem Joseph Carrère, pese embora o retrato negativo que traça de Lisboa, quando afirma:

¹⁹⁰ A propósito desta biblioteca já Giuseppe Gorani que visitou Lisboa entre 1765 e 1767, refere no Capítulo XXXIII relativamente à Congregação do Oratório “A excelente biblioteca deste Colégio de S. Filipe Néri [refere-se às Necessidades] era rica em livros raros, em belas edições, em manuscritos de teologia, de medicina, de jurisprudência, de moral e de arqueologia.” [enumera algumas edições portuguesas do século XVIII, sobretudo, e de carácter literário, 11 edições dos *Lusíadas*, manuscritos de autores clássicos gregos e latinos, manuscritos do infante D. Henrique, versos de D. Dinis, cartas de Inês de Castro a D. Pedro e outros]”. Cf. *Portugal, a corte e o país nos anos de 1765 a 1767*. Trad., pref. e notas de Castelo-Branco Chaves. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, p. 151-152.

¹⁹¹ Refere-se à Real Biblioteca Pública da Corte, fundada em 1796, que antecede a Biblioteca Nacional.

¹⁹² Trata-se do convento de Terceiros Regulares da Penitência e não de convento beneditino. Esta correcção não existe na tradução que temos vindo a utilizar.

¹⁹³ *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*. Tradução, introdução e notas Fernando Clara. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2005, p.138-139.

“Há ainda em Lisboa uma biblioteca pública [refere-se à Real Biblioteca Pública da Corte]. As bibliotecas particulares são pouco numerosas e as mais escolhidas muito raras. A mais rica é a dos monges regulares de Santo Agostinho em São Vicente de Fora – contém cerca de doze mil a catorze mil volumes”¹⁹⁴.

Na mesma época, José Cornide deixou-nos, no retrato estatístico que fez de Portugal, uma apreciação das bibliotecas disponíveis ao público em Lisboa, começando por afirmar:

“Todas las gentes que tienen afición a las letras hallan suficientemente adonde satisfacer su curiosidad en las muchas bibliotecas publicas que hay en esta ciudad y en sus diversos barrios”¹⁹⁵.

Para além da Real Biblioteca Pública, enumera a do convento de S. Domingos “dotada com la obligación de tenerla franca para el público”¹⁹⁶ e que cumpre essa função ainda que as instalações não sejam as mais adequadas ao número de livros, em consequência do terramoto de 1755, situação que também menciona a propósito da de S. Francisco da Cidade. Sem obrigação mas com leitura aberta ao público refere a biblioteca de S. Vicente de Fora “con mucha copia de libros y algunos manuscritos”¹⁹⁷, a do convento de S. Francisco de Xabregas, cuja biblioteca elogia mais, referindo que deveria ter “unos 30000 [volumes] poco manejados, pues aunque públicos, la distancia en que esta casa se halla de la ciudad ofrece poca proporción para el que quiere servirse de ellos”¹⁹⁸, ao contrário da biblioteca do convento de Jesus, de fácil acesso, com uma coleção que Cornide estima também em 30000 volumes, entre impressos e manuscritos e cuja riqueza é devida “en gran parte al ardiente celo por el fomento de las letras del actual Obispo de Beja, Fr. Manuel del Cenáculo Villas Boas”¹⁹⁹. Indica ainda as bibliotecas da casa de Nossa Senhora das Necessidades e do mosteiro de S. Bento da Saúde, cujos frades “franquean su Biblioteca á los que solicitan instruirse en ella”²⁰⁰.

¹⁹⁴ *Panorama de Lisboa no ano de 1796*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989, p. 109.

¹⁹⁵ *Estado de Portugal en el año de 1800*. Madrid: Viuda e hijos de Manuel Tello, 1893-1897, vol. II, p. 81-83.

¹⁹⁶ *Ob. cit.*, p. 81.

¹⁹⁷ *Ibid.*

¹⁹⁸ *Ob. cit.*, p. 82.

¹⁹⁹ *Ibid.*

²⁰⁰ *Ob. cit.*, p. 83.

As informações fornecidas por Adriano Balbi²⁰¹, relativamente a bibliotecas públicas em Lisboa, são muito semelhantes apesar de se reportarem a 1822. Refere que há poucas em Portugal, indica a da Academia das Ciências de Lisboa mas considera que a primeira e mais considerável é a Real Biblioteca Pública “qu’on appelle maintenant nationale”²⁰². Apesar de as boas palavras sobre o acolhimento prestado ao público e a constatação de um grande número de leitores, não deixa de indicar que lhe faltavam livros actualizados científicos e literários publicados no estrangeiro. Também refere que em Portugal quer nas bibliotecas públicas quer nas privadas havia muito poucos livros alemães e que os ingleses, franceses e italianos eram mais vulgares²⁰³.

Quanto às bibliotecas dos conventos, enuncia as que eram franqueadas ao público: a do convento de Jesus, com muitas obras em português e espanhol sobretudo bíblias, livros de teologia, literatura, antiguidades e clássicos gregos e latinos. Balbi diz ainda que não havia actualização desde 1806²⁰⁴. Também menciona a do convento de S. Francisco, bastante bem fornecida e com uma grande colecção de incunábulo e a de S. Domingos, apesar de não ter podido ver a biblioteca e os elementos que sobre ela colheu serem muito díspares, como se referiu anteriormente. Na sua enumeração está ainda a casa de Nossa Senhora das Necessidades, cuja biblioteca estava, desde 1821, consagrada aos deputados das Cortes, uma vez que era ali que decorriam as sessões e a do mosteiro de S. Vicente de Fora que não sendo, propriamente, “pública” bastava para a frequentar ir lá uma vez e logo se poderia consultá-la tantas vezes quantas se desejasse²⁰⁵. É, aliás, a biblioteca que Balbi descreve com mais pormenor, elogiando o seu acervo:

« Elle se compose en général d’ouvrages de sciences, de littérature et d’arts. On y trouve les auteurs les plus connus du XVIIIe siècle ; une belle collection d’ouvrages des littératures grecque, latine et portugaise, et les relations des voyages les plus

²⁰¹ *Ob. cit.*, vol. 2, p. 83-85.

²⁰² *Ob. cit.*, p. 83. É particularmente interessante verificar que, 14 anos antes da mudança do nome da RBPC para Biblioteca Nacional de Lisboa, já era vulgarmente designada por Biblioteca Nacional.

²⁰³ *Ibid.*

²⁰⁴ *Ob. cit.*, p. 84. À situação descrita não será alheia, por um lado, a retracção sentida no período das invasões francesas (1808-1812) que, no caso da biblioteca do convento de Jesus se saldou, inclusive, por devastação. Por outro, haveria já diminuição da própria comunidade religiosa. Cf. BRIGOLA, João Carlos - *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 419, nota 212.

²⁰⁵ *Ibid.*

célèbres entrepris jusqu'à l'année 1790. On y remarque des éditions distinguées et rares [...] plusieurs éditions du XVe siècle et quelques autres anciennes éditions portugaises [...] »²⁰⁶.

Do exposto podemos, efectivamente, concluir que o enriquecimento das colecções das bibliotecas religiosas de Lisboa se processou de forma desigual, por razões que têm essencialmente a ver com a situação das respectivas casas e/ou ordens, em termos de importância sociocultural. De notar que, mesmo nas que são mais vezes referidas nas fontes que examinámos, vimos indicações de alguma desactualização dos fundos. É interessante, porém, verificar a existência de uma acessibilidade pública expressiva em várias instituições de Lisboa²⁰⁷. Parecia satisfazer os interesses de um público que excederia (talvez) na procura, os acervos mais tradicionais de temática religiosa pois a oferta, em termos de livros de outros assuntos era interessante em algumas dessas bibliotecas, como veremos, a propósito das obras de História, nos capítulos V e VI.

IV.3.4. A biblioteca para lá dos livros

Tínhamos acentuado no capítulo anterior que, regra geral, a bibliografia coeva ou mesmo alguma da actual, onde se referem estas e outras bibliotecas, privadas ou de acesso ao público, dá como métrica do valor de uma biblioteca o quantitativo dos seus acervos. Ora há aqui a ressaltar um aspecto que começa também a ser relevante quer nos relatos citados de viajantes estrangeiros do final do século quer no também referido *Essai statistique* de Adriano Balbi: a configuração tradicional da biblioteca com os seus livros impressos e manuscritos transforma-se e abre-se a outro tipo de conteúdos. É verdade que algumas das principais bibliotecas já incluíam nos seus acervos também mapas e gravuras e não raro, globos terrestres e celestes. As estampas constituíam uma

²⁰⁶ *Ob. cit.*, p. 85.

²⁰⁷ Ainda que na bibliografia que citámos apareça muitas vezes a expressão biblioteca pública ou livraria pública, preferimos sempre referir esses estabelecimentos como bibliotecas abertas ao público ou de acessibilidade pública. De notar que as bibliotecas religiosas que têm essa modalidade continuam a oferecer os seus serviços mesmo após a criação da Real Biblioteca Pública da Corte (1796), essa sim vocacionada exclusivamente para servir a leitura do público que a demandava. De referir também que a acessibilidade para lá dos membros da comunidade se praticava também noutras instituições religiosas do país. Cf. RAMOS, Luís A. de Oliveira – *ob. cit.*, p. 6: “Em cidades como Coimbra e Lisboa, preconizou-se a abertura das livrarias dos monges aos estudiosos”.

colecção praticamente indispensável nas bibliotecas de maior importância²⁰⁸ bem como os livros profusamente ilustrados. Numa perspectiva mais abrangente, bibliotecas privadas e colectivas podiam incluir também colecções de moedas e medalhas, objectos antigos e até espécimes dos mais variados géneros da história natural que constituíam um gabinete ou museu, ao lado da biblioteca. Em alguns casos, a biblioteca pode também conter ou estar ornamentada por uma pinacoteca de tamanho e selecção variada. Por exemplo, o padre Tomás Caetano de Bem quando descreve a biblioteca da casa de Nossa Senhora da Divina Providência refere a existência de:

“Huma grande collecção de Mapas de Portugal, e terras de seus Domínios [...] e outra de immensas estampas de Reis, e Varões Portuguezes [...] Huma gallaria, ou collecção de estampas, e muitas destas primorosamente illuminadas em diversos Tomos de differente grandeza em que se vê a Historia Bíblica [...] Cidades e Paizes, e seus paizanos com os particulares trajas; edificios, palácios, fontes, retratos de Santos e pessoas Ecclesiasticas, Reis, Rainhas, Príncipes, Princesas, Generaes, Fabula, e Historia Natural, festejos públicos com mascaras, e bailes, sellos ou cifras [...] &c que de França e Italia trouxe o Padre D. Rafael Bluteau. Huma numerosíssima collecção de estampas, em que se vem debuxados de mão ou gravados a buril os Escudos das Armas dos Nobres de Portugal; e outra igualmente numerosa de Medalhas Gregas, Romanas, Arabigas, Portuguesas e de outras Nações, e de alguns Papas, e outras semelhantes raridades [...]”²⁰⁹.

²⁰⁸ Do lado das grandes bibliotecas privadas é paradigmática a constituição da biblioteca de D. João V. Não cabe no âmbito da nossa investigação mas não queremos deixar de remeter para alguma bibliografia que estuda os hábitos coleccionistas do monarca e o tipo de colecções que tinha. V. a propósito ALMEIDA, Luís Ferrand de – D. João V e a biblioteca real. In: *Páginas dispersas: estudos de História moderna de Portugal*. Coimbra: Faculdade de Letras-Instituto de História Económica e Social, 1995, p. 209-228 e, na linha do coleccionismo régio, MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse – La politique artistique européenne du roi Jean V de Portugal en direction de Paris: sources raisonnées. In: *Histoire du Portugal, histoire européenne: actes du Colloque*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, 1987, p. 11-142. Da mesma autora, ver também o estudo que faz à obra de Pierre-Jean Mariette, *Catalogues de la collection d'estampes de Jean V, roi du Portugal*. Lisbonne : Fondation Calouste Gulbenkian: Fundação da Casa de Bragança ; Paris : Centre Culturel Portugais : Bibliothèque nationale de France, 1996-2003, 3 vol.

Importante para se perceber a visão enciclopédica desta biblioteca continua a ser a descrição que dela faz o padre António Caetano de Sousa na *Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Lisboa, Regia Officina Sylviana, 1741, vol. VIII, p. 272-273, onde para além da “numerosa e admirável Livraria, em que se vem as edições mais raras” existe “grande numero de manuscritos, Instrumentos Mathematicos, admiráveis Relógios, e outras muitas cousas raras que occupão muitas Casas e Gabinetes”.

²⁰⁹ *Memorias Históricas Chronologicas da Sagrada Religião dos Clérigos Regulares em Portugal...* Lisboa: na Regia Officina Typografica, 1792-1794, vol. I, p. 181-182.

Situando a apreciação deste tipo de bibliotecas que fazem demonstração de um espírito coleccionista, apenas entre as que pertenceram a ordens religiosas, em Lisboa, não podemos deixar de considerar os contributos fornecidos pela obra de João Carlos Brigola²¹⁰. Assim, no caso dos padres teatinos, a forma de obtenção dos espécimes fica perceptível, a propósito das estampas: eram recolhidas e trazidas por membros da congregação como os padres António Caetano de Sousa (1674-1759) e Manuel Caetano de Sousa (1658-1734) ou o padre Rafael Bluteau (1638-1734) que é mencionado na transcrição que acima se apresentou. O factor viagem que, em muitos casos, se alia às trocas intelectuais com eruditos estrangeiros e que teremos oportunidade de apresentar em marcas de posse inscritas em livros, algumas daqueles mesmos religiosos, determina o enriquecimento das colecções da casa de Nossa Senhora da Divina Providência²¹¹. O facto a que também já fizemos referência, de estes e alguns outros padres teatinos terem integrado o núcleo de académicos da Academia Real da História Portuguesa, contribui para uma necessidade premente de uma biblioteca formada por obras de referência para o trabalho que pretendiam desenvolver, bem como na existência de um conjunto de outras manifestações que serviam de apoio à investigação histórica. Conforme afirma João Carlos Brigola, a propósito das colecções numismáticas:

“Não se pode desligar o culto dos Monetários de uma interpretação da História aceite e divulgada predominantemente pela elite erudita [...] As moedas e as medalhas antigas são neste período, pelas suas características documentais, consideradas como fonte primordial na construção do discurso histórico”²¹².

Apresenta, aliás, como prova, o facto de a Academia Real da História Portuguesa alargar o âmbito dos documentos históricos a utilizar nos trabalhos académicos, a outros testemunhos designadamente os numismáticos, epigráficos e medalhísticos. Também as antiguidades, no geral, são objecto de preocupação da Academia quer assumissem a forma de objectos quer a de monumentos ou mesmo a de

²¹⁰ *Ob. cit.*

²¹¹ V. a propósito deste movimento de trocas o estudo, em especial, de PIWNIK, Marie-Hélène – *Échanges érudits dans la Péninsule Ibérique (1750-1767)*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, 1987.

²¹² *Ob. cit.* p. 57. V. também, para uma visão mais alargada dos trabalhos da Academia, MOTA, Isabel Ferreira da – *ob. cit.*

vestígios²¹³. Esta atitude e o impulso prático que se lhe seguiu, contribuíram para uma atitude nova que claramente se afirma pela defesa do património, visto como herança do passado que deve ser estudado e divulgado no presente. Como veremos na apresentação dos livros de História provenientes das bibliotecas religiosas de Lisboa, há um núcleo interessante de obras no domínio das Antiguidades e algumas de Numismática e Medalhística que traduzem, ainda que em texto impresso, o crescente interesse pelo estudo dos vestígios do passado, podendo as obras relativas a moedas e medalhas ser vistas numa perspectiva mais prática de bibliografia de referência para colecções existentes.

Existiam colecções de Numismática pelo menos nos teatinos da casa de Nossa Senhora da Divina Providência e nos beneditinos do mosteiro de Tibães. A primeira foi incorporada na Real Biblioteca Pública em 1797, integrada na doação do padre Tomás Caetano de Bem que já atrás se referiu e a segunda veio também para a mesma instituição, em 1835, na sequência da arrecadação dos bens provenientes dos extintos conventos²¹⁴. Aliás o Gabinete de Numismática da BN foi grandemente ampliado no período das incorporações²¹⁵ mas é certo também que dele saíram moedas para a Torre do Tombo²¹⁶.

A nova biblioteca que se configura pelas suas colecções, como o que, mais apropriadamente, designamos por museu, pode também apresentar-se nas instituições religiosas aliada, de certa forma, a estruturas em que, para além da curiosidade colecionista do vestígio do passado, existe a curiosidade científica e experimental. Vão assim surgindo colecções e gabinetes de História Natural ou de Física e Química, onde se desenrolam experiências para um público erudito e interessado. No final do século XVIII, de acordo com as informações do *Almanach de Lisboa*, existiam em instituições religiosas de Lisboa, o gabinete de Física e Química da casa das

²¹³ A propósito refira-se a biblioteca do 4º Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses (1673-1743), também ele ligado à Academia da História, que terá tido à volta de 15000 volumes e que integrava globos e instrumentos matemáticos, uma pinacoteca bem como colecções de numismática e antiguidades. Cf. BRIGOLA, João Carlos - *ob. cit.*, p. 70 e, naturalmente, a de D. João V que atrás se referiu. Ambas ficaram destruídas pelo terramoto de 1755.

²¹⁴ Cf. PORTUGAL. Biblioteca Nacional – *Inventário do Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional (1796-1950)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1996, p. 55.

²¹⁵ De acordo com Paulo J.S. Barata, *ob. cit.*, p. 197, a BN teria arrecadado, em 1837, 76 medalhas gregas de bronze, 267 moedas portuguesas com efígies de reis, 246 moedas europeias e asiáticas e 7 medalhas de cobre.

²¹⁶ Cf. PORTUGAL. Biblioteca Nacional – *ob. cit.*, p. 98.

Necessidades, a colecção de antiguidades do convento de Jesus, constituída por iniciativa de frei Manuel do Cenáculo, o Museu Maynense, criado por frei José Mayne (1728-1792)²¹⁷ também no mesmo convento e que englobava uma pinacoteca e um medalheiro, transferidos entretanto para a Academia das Ciências, o gabinete de medalhas e antiguidades de D. Tomás Caetano de Bem, na casa dos Teatinos²¹⁸ e o de frei Bernardo da Esperança, beneditino, no colégio de Nossa Senhora da Estrela, e ainda o gabinete de Física do mosteiro de S. Vicente de Fora²¹⁹. Note-se que, aliás, estes estabelecimentos estão entre os que prestavam serviços de leitura ao público, como atrás se mencionou e essa constatação não será por acaso, antes aponta para uma intenção de promover a aquisição e divulgação de conhecimentos, por parte dessas instituições.

É, pois, o modelo da “biblioteca alexandrina” onde se pretende guardar todo o Saber disponível que aqui vemos emergir, transferindo para o espaço conventual uma dinâmica enciclopedista de conhecimentos, independentemente do suporte material em que se encontravam. É também uma manifestação com grande representatividade na sociedade civil, de que é paradigma, neste período de final do século que nos ocupa, o museu criado pelo 3º marquês de Angeja, D. Pedro José de Noronha Camões de Albuquerque Moniz e Sousa (1716-1788)²²⁰ no reinado de D. Maria I (1777-1816), já para não esquecer as colecções da Academia Real das Ciências de Lisboa, em qualquer dos casos associadas também a uma biblioteca. João Carlos Brigola no seu estudo acentua as características de um coleccionismo barroco, que se configura na primeira metade de Setecentos e tem o seu expoente máximo no próprio rei, apesar de se verificar um “universo de proprietários” extenso²²¹. Na sua opinião, o modelo de coleccionismo dos reinados de D. José e de D. Maria I é uma decorrência desse movimento, ainda que nos objectos envolvidos se configure um novo paradigma coleccionista, construído não tanto na óptica da curiosidade mas insistindo mais no seu valor científico e na preocupação de o divulgar. O envolvimento das instituições

²¹⁷ V. a propósito das colecções de frei Manuel do Cenáculo e de frei José Mayne, BRIGOLA, João Carlos – *ob. cit.*, p. 420-434 e 552-556.

²¹⁸ V. a propósito BRIGOLA, João Carlos – *ob. cit.*, p. 408-414.

²¹⁹ *Almanach de Lisboa para o anno de 1795*. Lisboa: na off. da Academia Real das Sciencias, [1795], Parte VI, Estabelecimentos litterarios, p. 28-30.

²²⁰ Cf. ROQUE, Maria Isabel – *O sagrado no museu: musealização de objectos do culto católico em contexto português*. Lisboa: Universidade Católica, 2011, p. 43.

²²¹ *Ob. cit.*, p. 51-53.

religiosas e dos seus membros pode assentar na preocupação de conciliar a Fé e o conhecimento científico da Natureza²²². Porém, no geral, as iniciativas coleccionistas, religiosas ou não, têm muitas semelhanças, conforme refere Maria Isabel Roque:

“[...] o facto de os coleccionadores serem religiosos não implica que os seus acervos tenham um cariz próprio que os distinga de outras realizações congêneres levadas a cabo pela coroa ou pela aristocracia. Como denominador comum a todas elas, prevalece a apetência pelo coleccionismo com um objectivo de investigação e formação cultural e científica”²²³.

Não é nossa intenção particularizar esta temática na nossa dissertação e se a chamamos à colação é, essencialmente, por duas razões. A primeira prende-se com a dinâmica das bibliotecas conventuais, pelo menos de algumas delas, acrescentando aos globos e atlas, gravuras, esculturas ou pinturas também objectos novos e actividades relacionadas com as ciências; a segunda razão tem a ver com o impacto na actualização das colecções que esta nova modalidade de biblioteca aberta a colecções de objectos diferentes obviamente vai suscitar. Não vamos inventariar os livros científicos ligados à Filosofia pois não é esse o âmbito desta investigação. Não deixaremos, porém, de destacar livros de carácter científico em áreas como a Geografia, a Arqueologia e a Numismática (integradas então na História) e de verificar em que bibliotecas de conventos de Lisboa existem as obras mais actualizadas quando tratarmos dos livros de História, nos capítulos V e VI.

Demos conta das práticas internas de “usar” o livro da comunidade, de forma temporária ou permanente e das práticas externas de leitura aberta ao público. Apresentámos aspectos relativos à dimensão e actualidade da colecção bibliográfica em ambiente religioso que tentámos seriar, estabelecendo parâmetros mensuráveis que, esperamos, possam contribuir para uma visão menos tradicionalista e mais objectiva sobre a valoração da quantidade de livros das bibliotecas portuguesas dos finais do século XVIII. E precisamente porque a análise que fazemos incide, sobretudo, nesse final de Setecentos, introduzimos a modalidade de biblioteca/museu/gabinete de ciência que suscitou interesse em comunidades religiosas e deu às respectivas bibliotecas uma

²²² *Ibid.*, p. 421, a propósito do Museu Maynense e da Aula pública de História Natural e Botânica instituída por frei José Mayne.

²²³ *Ob. cit.*, p. 43.

amplitude temática e uma orientação para a constante actualização, na perspectiva de prestação de um serviço e na procura de uma função utilitária dos seus acervos. No entanto, o livro que se usa nos estabelecimentos religiosos não é só o da comunidade, é também o da posse privada e sobre esse, seguidamente, nos debruçaremos.

IV.4. Modalidades da posse e uso do livro privado nas instituições religiosas

Ainda que o objectivo principal da nossa dissertação incida sobre as colecções de comunidades religiosas, ou seja, sobre a posse colectiva dos livros, não consideráramos completa a visão das modalidades de leitura no ambiente religioso sem referir práticas de posse e uso do livro privado nesse ambiente. Trata-se de um reconhecimento que, regra geral, comporta uma percepção anónima de modalidades de leitura pois a maioria dos nomes que encontramos inscritos na página de rosto das obras e que identificam religiosos ou religiosas são indivíduos sem história que, em determinada época integraram um convento ou mosteiro, mas dos quais nada sabemos.

O mesmo se passa no tocante aos religiosos que apresentaram, individualmente, rol à Real Mesa Censória, em 1769. Não sabemos quem foram mas sabemos que tinham livros²²⁴. É sem dúvida mais apelativo o estudo das grandes bibliotecas que pertenceram a indivíduos que se notabilizaram de alguma maneira. Porém, sem o recurso a este tipo de estudo serial não é possível fazer mais do que repetir à exaustão o reconhecimento do “estranho” (que é a grande biblioteca ou a biblioteca de determinada personalidade) em detrimento do “comum” (que é a posse privada de um número reduzido de livros a que, em muitos casos, dificilmente chamaríamos biblioteca)²²⁵.

A posse individual do livro pressupõe também a utilização de uma marca para afirmar a propriedade e evitar, tanto quanto possível, o descaminho ou furto ainda que, tal como acontece nas bibliotecas de comunidades religiosas, não tenha sido praticada por todos. Recentemente afirmam João Luís Lisboa e Tiago Miranda: “Objecto caro

²²⁴ Na próxima alínea detalharemos o número de catálogos nesta circunstância e as respectivas cotas.

²²⁵ V. as considerações sobre esta matéria em CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Da memória dos livros às bibliotecas de memória*, 1998, vol. I, p. I-IV.

[o livro] é frequentemente marcado por quem o possui ou leu. Mesmo nas bibliotecas conventuais esse testemunho está por vezes presente [...]”²²⁶.

No levantamento que fizemos na BNP e que está na origem desta investigação, como já oportunamente se referiu, o quantitativo de membros do clero regular que deixaram marca de posse nos livros é elevado (cerca de 75% dos nomes individuais que encontrámos) e diz respeito a membros de ordens e congregações que, na maioria dos casos, não sabemos quais são, pois o religioso não indica a afiliação nem à ordem nem à instituição, sendo impossível estabelecer a partir destes testemunhos, qualquer estudo sobre leituras individuais, por convento e/ou por ordem religiosa. De qualquer forma, para circunscrever este universo, com objectividade, contabilizámos nos membros do clero regular todos os nomes individuais que tinham a anteceder o nome, as expressões escritas de forma abreviada ou completa, como sejam Irmão, Frei, Padre (este para os oratorianos, jesuítas e teatinos que foi possível identificar com segurança), Irmã, Soror e Madre ou indicações explícitas de se tratar de frade, monge, freira ou de alguma forma afiliado a instituição regular.

Esta expressividade da posse do livro por parte do clero regular é a expectável nas colecções da BNP devido à proveniência da maior parte do acervo de livros dos séculos XV ao XVIII da BNP. Com efeito, eles são oriundos de 1) casas e colégios jesuítas extintos em 1759²²⁷; 2) conventos, mosteiros, casas religiosas e hospícios masculinos extintos por força do decreto de 28 de Maio de 1834, especialmente dos situados na província da Estremadura²²⁸; 3) conventos, mosteiros e recolhimentos femininos que, de acordo com a mesma lei, se foram extinguindo por morte da última

²²⁶ A cultura escrita nos espaços privados. In: MATTOSO, José, dir. - *História da vida privada. A Idade Moderna*. Coord. Nuno Gonçalo Monteiro. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 365.

²²⁷ Foi um processo moroso pois como se viu atrás, ainda em 1769 havia instituições da Companhia de Jesus encerradas mas com a biblioteca *in-situ*. Manuela D. Domingos refere, citando Jacques Marcadé, que só em 30 de Junho de 1773, foi tomada oficialmente a decisão de recolher os livros das casas e colégios jesuítas na Real Mesa Censória (Cf. Para a história da biblioteca da Real Mesa Censória. *Revista da Biblioteca Nacional*, S. 2, vol. 7, nº1, 1992, p. 140, nota 8.).

²²⁸ Cf. BARATA, Paulo J.S. – *ob. cit.* e para o processo geral de desamortização dos bens provindos das instituições religiosas, SILVA, António Martins da – *Desamortização e venda dos bens nacionais em Portugal na primeira metade do século XIX*. Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: [s.n.], 1989 e a síntese que faz em “A desamortização”. In: MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, quinto vol. – O Liberalismo (1807-1890). Coord. Luís Reis Torgal, João Lourenço Roque, p. 339-353.

religiosa, ao longo do século XIX e até ao início do século XX²²⁹; 4) casas e colégios congreganistas extintos pela lei de 8 de Outubro de 1910, masculinos e femininos.

Não obstante, está em sintonia com o perfil do público-leitor em Portugal que, nas palavras de A.H. de Oliveira Marques:

“Tinha por base uns milhares de clérigos tanto seculares quanto regulares e, entre estes últimos, dos dois sexos [...]. É certo que muitos frades e freiras não sabiam ler nem escrever ou já haviam esquecido o que aprenderam. Mas a grande maioria sabia-o e estava interessada numa multiplicidade de textos possíveis: orações, vidas e panegíricos de santos e outras pessoas virtuosas, crónicas de bispados ou de ordens monásticas, regulamentos e demais textos legislativos eclesiásticos, sermões, assuntos de moral cristã, metafísica e teologia, etc”²³⁰.

IV.4.1. Livros da posse dos religiosos

Se os nomes encontrados são muitos, os quantitativos de livros da posse dos religiosos, independentemente da época em que viveram, também são elevados, no cômputo geral dos livros com marcas de posse mas não na percentagem de obras por indivíduo. Podemos dizer que a maioria dos nomes cujas marcas encontrámos está associada a um, dois ou três livros, sendo raros os que surgem na posse de mais. Esta situação merece ser analisada à luz de vários factores, o primeiro dos quais é que, naturalmente, não podemos presumir que, pelo facto de só aparecer um escasso número de livros ligado a cada um dos antigos possuidores religiosos, tal significa que eram aqueles os únicos livros que possuía. Se é verdade que muitos legavam os seus livros pessoais à casa religiosa a que pertenciam, aumentando assim a biblioteca comunitária, não é menos verdade que toda uma rede de trocas, doações privadas, depósitos temporários ou permanentes e legados a outros religiosos ou a membros da família,

²²⁹ A supressão das casas femininas fez-se de acordo com os artigos 1º e 2º do decreto de 9 de Agosto de 1833, em conjugação com o disposto nos decretos de 25 de Abril de 1835 e 9 de Janeiro de 1837. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. *Ibid.*, p. 19.

²³⁰ As bases da cultura. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira, dir. – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, 1998, vol. V – Portugal do Renascimento à crise dinástica. Coord. João José Alves Dias. Capítulo X – As realidades culturais, p. 459.

também existiram, como aliás as próprias marcas comprovam e de que adiante mostraremos exemplos²³¹.

Acresce que a mudança de proprietário implica muitas vezes a rasura da marca de posse anterior de forma a torná-la ilegível e, em casos extremos, o corte da zona onde a mesma marca se encontrava. Não temos dúvidas de que este tipo de práticas estaria mais associado a uma posse de origem pouco clara. Porém, era uma opção que o novo proprietário tinha ao adquirir um livro “em segunda mão”: manter a marca anterior, riscá-la deixando ver o nome do anterior proprietário ou eliminá-la. Vamos ver adiante exemplos que ficaram nos livros, de algumas dessas práticas no ambiente religioso. Por fim, quer por força destas “errâncias” do livro e passagem de mãos ao longo de séculos quer por destruição natural ou provocada, serão certamente muitos os livros que se perderam.

Apesar destas ressalvas, não quisemos deixar de apresentar os resultados do levantamento dos livros de posse individual de religiosos, com mais de 4 livros, que fizemos em duas das secções mais emblemáticas da BNP, a História e Geografia (H.G.) e as Religiões (R.) até pelo que podemos percepcionar das alterações no perfil do possuidor, consoante a temática.

Assim, no Quadro VII, vemos que na secção de História e Geografia, a distribuição mostra um número reduzido de possuidores com mais de 4 livros, estando a posição mais elevada no grupo entre os 11 e os 20 livros. Na secção de Religiões, a distribuição é mais regular apresentando um maior número de possuidores de colecções médias, com ligeira predominância do grupo entre os 21 e os 50 títulos e que é também maior nas que se situam acima de 50 livros.

²³¹ Os catálogos individuais de religiosos apresentados à Real Mesa Censória em 1769 também proporcionam informação relevante. Vejam-se os casos de frei Henrique de Santa Ana, agostinho descalço e vigário do convento de S. Bento e Santo Ovídio, no Porto que arrola 29 livros e indica que se encontram em casa de Pedro Francisco, morador no Forte da Cruz Quebrada, a Santa Catarina de Ribamar (PT/TT/RMC Cx. 120, cat. 788) e de frei João Álvares Gusmão que residia no hospício de Nossa Senhora do Monte do Carmo do Rio de Janeiro, em Lisboa e que tendo falecido a 18 de Dezembro de 1769, deixou os seus 46 livros a frei Mateus de S. Caetano, presidente do referido hospício (PT/TT/RMC Cx. 129, cat. 2239)

Quadro VII – Livros da posse de religiosos (BNP)

História e Geografia [N.º de livros / Possuidores]	Religiões [N.º de livros / Possuidores]
4-10 / 6	4-10 / 12
11-20 / 10	11-20 / 24
21-50 / 5	21-50 / 26
+ 50 / 4	+ 50 / 7

Conquanto esta amostra tenha um valor relativo, pelas circunstâncias em que as obras foram dando entrada na BNP e pela inexistência de bibliotecas particulares de religiosos integradas na sua totalidade naquela instituição, ainda assim, para duas das matérias fundamentais na constituição de uma biblioteca privada em ambiente religioso, como eram a Religião e a História, fica-nos a noção de serem, em média, colecções pequenas. Provavelmente estavam adequadas ao espaço de que dispunham na instituição e serviam de complemento aos livros disponíveis no acervo da biblioteca comunitária, constituindo o que se poderia caracterizar como uma biblioteca de textos de utilização corrente que, por essa razão, deveriam estar mais rapidamente acessíveis. Por outro lado, é interessante verificar nesta amostra a predominância de uma colecção mais virada para os livros de Religião ficando os de História numa posição menos relevante, o que dado o grupo social em questão, nada tem de estranho. Lembremos, a propósito as palavras de Antonio Castillo Gómez: “La lectura se integra en un proceso más amplio de edificación, tan necesaria para el alma como el comer para el cuerpo, cuyo soporte se encuentra en esas píldoras espirituales que se van administrando a lo largo del día en forma de lecturas [...]”²³².

Para tentar estabelecer um padrão passamos novamente aos catálogos da Real Mesa Censória, que nos permitem uma visão comparativa mais segura, onde verificámos que o conjunto relativo aos membros do clero regular, inequivocamente designados como tal, compreende um total de 229 catálogos, 165 de religiosos (72%) e 64 de religiosas (28%).

²³² *Ob. cit.*, p. 116.

No Quadro VIII apresentam-se os quantitativos dos catálogos individuais de religiosos agregados por grupos semelhantes aos que tínhamos estabelecido no Quadro VII, mas adaptados à circunstância de num caso se terem analisado os livros “sobrevivos” que até nós chegaram e que pertenceram a religiosos e, neste caso, se estar na presença de róis que, em princípio, declaravam a totalidade dos livros possuídos pelos religiosos respondentes. Veremos, na próxima alínea deste capítulo, a situação dos livros de posse de religiosas.

Quadro VIII – Livros da posse de religiosos (1769)

N.º de livros	N.º de religiosos
1-10	37
11-20	33
21-50	59
51-100	24
+ 100	12

Como se vê, para os religiosos, é no grupo que possui entre 21 e 50 títulos que se encontra a percentagem mais elevada (35,7%). Os possuidores que têm entre 1 e 10 títulos e entre 11 e 20, apresentam quantitativos também expressivos e próximos entre si, representando quando tomados juntos, 42,4% do quantitativo geral. De uma forma mais ampla, verifica-se que a posse de livros até 50 títulos é a tendência dominante (78%), existindo apenas 14% com bibliotecas entre 51 e 100 obras e ainda mais residualmente, com mais de 100 títulos (7,2%). Nesse grupo, 10 das bibliotecas situam-se na primeira centena e apenas 2 registam mais de 200 títulos.

Note-se que, apesar de a dificuldade em estabelecer tendências sustentadas, no conjunto dos catálogos da Real Mesa Censória, estes 165 que dizem respeito a bibliotecas de membros do clero regular masculino, totalizam 6413 títulos, o que dá uma média de 39 livros por indivíduo, com o mínimo situado em 2 e o máximo em 241²³³. A média alcançada e a predominância dos livros de Religião patentes nestes

²³³ Há um caso que poderia ser considerado de posse individual mas que também pode configurar um possuidor colectivo, pois intitula-se de “Religiosos particulares do Convento de Santo António da Vila

catálogos permitem-nos estabelecer alguns pontos de convergência entre esta amostra, ainda que com as reservas que temos vindo a apontar, e a dos livros da secção Religiões que têm marca de posse de religiosos em que a média, após exclusão dos nomes que aparecem apenas uma a três vezes, se situava nos possuidores de 21 a 50 títulos, como vimos.

Existe, no entanto, uma abundância de circunstâncias díspares e variáveis que tornam difícil o estabelecimento (e até a utilidade) de médias pois a impressão que nos fica é que a razão para se terem livros ou uma biblioteca, quando se trata de proprietários individuais está sempre ligada, ontem como hoje, às respectivas condições pecuniárias, necessidades e/ou gostos.

Apresentamos algumas dessas situações, começando por um caso singular: com o rol dos livros do convento de Nossa Senhora do Carmo de Moura²³⁴ que totalizava **238** títulos, vêm róis de 6 membros da comunidade perfazendo um total de 277 títulos, o menor com 10 (todos manuscritos “de mão”) e o maior com 94. Para além do facto de se verificar um número superior dos livros individuais face aos da comunidade, há uma média de posse de 46 livros por religioso.

O convento de S. João de Deus em Lisboa²³⁵ que indica **1185** títulos, tem junto com o seu catálogo, os de 5 religiosos que totalizam 86 títulos, os dois menores com 8 e o maior com 34. Neste caso a média é mais baixa, cerca de 17 livros por religioso.

O convento de Nossa Senhora da Penha de França em Lisboa²³⁶, com uma biblioteca comunitária de **1552** livros, não tem junto os róis individuais mas há um número de 3 religiosos que também apresentam, totalizando 279 títulos, sendo o menor com 50, outro com 112 e o maior com 117, curiosamente divididos por dois catálogos

da Covilhã” (PT/TT/RMC Cx. 115, cat. 160). Como vem assinado pelo guardião frei Rafael de Santa Marinha e não estão discriminados os nomes dos frades com livros, inclinamo-nos mais à posse colectiva. O catálogo regista 509 títulos e foi contabilizado como catálogo da comunidade, nesta investigação. O quantitativo de 241 livros pertence a um freire da Ordem de Cristo, prior da igreja de Alvaiázere (PT/TT/RMC Cx. 116, cat. 343). O catálogo que assinala a posse de 2 livros é de um religioso da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, do Hospital de Elvas (PT/TT/RMC Cx. 123, cat. 1218 que abrange os vários catálogos dos frades desta e de outras instituições da mesma Ordem, como adiante referimos).

²³⁴ PT/TT/RMC Cx. 118, cat. 505.

²³⁵ PT/TT/RMC Cx. 123, cat. 1185.

²³⁶ BNP. Cód. 7320.

um com 79 livros outro com 38²³⁷. A média é elevada, cerca de 70 livros por religioso, porém, incide apenas numa amostra muito reduzida.

O convento de Santo António de Arrifana de Sousa²³⁸ que declara **362** livros da comunidade, apresenta no mesmo rol as listas individuais de 5 frades e mais uma que agrega os livros de 3 frades, sem individualização. Totalizam 123 títulos, dos quais 44 relativos ao catálogo conjunto e, dos restantes, o menor regista 7 títulos e o maior 29. A média é de cerca de 16 livros por religioso.

Também no colégio de S. Bento de Coimbra que não apresentou catálogo geral, os 16 monges que enviaram rol têm bibliotecas que totalizam 501 títulos, o que dá uma média de 31 por religioso, situando-se a menor nos 8 títulos e a maior nos 54²³⁹.

É interessante realçar que não há uma relação que se estabeleça, com segurança, entre a importância do estabelecimento religioso e o número de livros declarados individualmente pelos seus membros. Por exemplo, os dois frades do convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa que apresentam rol, têm, respectivamente, 9 e 160 títulos²⁴⁰. Os três frades do convento de S. Domingos também de Lisboa, na mesma situação, indicam 32, 36 e 210 títulos, respectivamente²⁴¹.

Há, portanto, um factor de variação na constituição das bibliotecas individuais de religiosos que parece configurar uma relação entre a posse do livro e a função específica do indivíduo dentro da comunidade. Nem todos tinham muitos livros, nem todos precisavam deles (nem todos gostariam deles...) e a biblioteca comum devia suprir as necessidades principais. O gosto individual pelos livros, esse funciona no ambiente religioso como no laico: cada caso é um caso.

²³⁷ Respectivamente: PT/TT/RMC Cx. 116, cat. 273, Cx. 134, cat. 2787 que configura um caso curioso pois o declarante, de nome Rosendo de Santo Agostinho, refere no rol que “Indo assistir por algum tempo no Convento de Tavira deixou os seus livros em poder de Joaquim António de Araújo, seu parente [...]” . Não levou consigo os livros (eventualmente por não ser uma estadia longa) mas também não os deixou no convento. Por último os dois catálogos de frei Manuel de Santa Teresa, Cx. 128, cat. 2081 e 2082.

²³⁸ PT/TT/RMC Cx. 115, cat. 123.

²³⁹ PT/TT/RMC Cx. 133, cat. 2680-2691 e 2700-2703.

²⁴⁰ PT/TT/RMC Cx. 124, cat. 1254 e Cx. 127, cat. 1789.

²⁴¹ PT/TT/RMC Cx. 124, cat. 1272, Cx. 135, cat. 2973 e Cx. 124, cat. 1301.

IV.4.2. Livros da posse das religiosas

Passando agora para o ambiente religioso feminino, verificamos que, no geral, o número de livros na posse individual das religiosas é muito baixo quer no universo estudado dos livros existentes na Biblioteca Nacional de Portugal, com marca de posse, quer no âmbito dos catálogos apresentados à Real Mesa Censória (apenas 64), o que está de acordo com o que já tínhamos verificado para os acervos comunitários das poucas instituições que responderam em cumprimento do Edital de 1769. A leitura no feminino tem merecido atenção por parte dos investigadores estrangeiros e nacionais normalmente numa perspectiva mais virada para os conteúdos existentes nas bibliotecas femininas, individuais e/ou colectivas, procurando cânones de leitura. Para o período da Idade Média até ao século XVI, com estudo feito a partir de inventários que pertenceram a conventos, citamos, à guisa de exemplo, os trabalhos de David N. Bell²⁴² no relativo à realidade inglesa, os de Pedro M. Cátedra²⁴³ e Antonio Castillo Gómez²⁴⁴ para a espanhola e, no que diz respeito a Portugal, contamos com o estudo de José Adriano de Freitas Carvalho²⁴⁵ sobre as leituras de franciscanas e clarissas e, especificamente, em torno dos conteúdos dos catálogos apresentados à Real Mesa Censória, os de Olímpia Loureiro²⁴⁶ para a leitura no Porto e o de Isabel Morujão²⁴⁷ cobrindo os livros e leituras na clausura feminina de Setecentos²⁴⁸.

Aliás, pode dizer-se, como Freitas Carvalho, que: “Curiosamente, no estado actual da questão [...] conhecemos muito melhor as leituras de obras de espiritualidade das religiosas do que as dos frades. Os frades que liam, liam para estudar [...] e depois para ensinar..., pregar..., dirigir espiritualmente..., confessar..., etc”²⁴⁹.

Da bibliografia indicada retirámos aspectos interessantes que nos ajudam a perceber melhor as modalidades da leitura na clausura feminina pois que, sendo as

²⁴² *Ob. cit.*, p.229-254.

²⁴³ *Ob. cit.*

²⁴⁴ *Ob. cit.*

²⁴⁵ Do recomendado ao lido, 1997.

²⁴⁶ *O livro e a leitura no Porto no século XVIII*, 1994 e *Os livros das monjas do convento de S. Bento da Ave-Maria do Porto*, 1997

²⁴⁷ *Livros e leituras na clausura feminina de Setecentos*, 2002.

²⁴⁸ Utiliza também os catálogos apresentados à Real Mesa Censória, Zília Osório de Castro, conquanto se debruce pela leitura de laicas e não de religiosas. V. *Bibliotecas femininas (1769-1770)*. In: *Congresso- O Marquês de Pombal e a sua época. Colóquio - O século XVIII e o Marquês de Pombal*. Oeiras: Câmara Municipal; Pombal: Câmara Municipal, p. 477-484.

²⁴⁹ *Ob. cit.*, p. 18.

bibliotecas das comunidades o objectivo principal da nossa investigação, a posse e uso do livro tanto podem dizer respeito à biblioteca de todas como ao livro de posse individual. De facto, o estudo de Isabel Morujão sobre 16 catálogos apresentados à Real Mesa Censória em 1769, individuais e colectivos, aponta para uma escolha muito semelhante de tipos de textos e, feita a comparação com o espólio da biblioteca do convento da Madre de Deus em Lisboa, a autora encontra muitos títulos iguais, configurando um cânone que também se adivinha em catálogos de mulheres laicas, apresentados na mesma época. Trata-se de um fenómeno que a autora define como “interacção entre ambiente de leitura e realidade social”²⁵⁰. Um outro aspecto que é fundamental para se compreender melhor a distinção que estabelecemos neste capítulo entre o uso dos livros da comunidade e os da posse privada, encontramos-lo neste estudo, quando, precisamente, a autora estabelece as diferenças entre uns e outros também ao nível da sua acessibilidade:

“No que respeita aos livros, às abadessas competia, por dever do cargo, zelar e preservar de olhares não preparados, certos livros só reservados para estados de vida espiritual mais adiantada. Normalmente, as abadessas possuíam nas suas celas, objectos vários, entre os quais livros que não estavam disponíveis ao uso da comunidade”²⁵¹.

Por agora e seguindo a metodologia usada para a posse e uso do livro por religiosos, começamos pelos livros que encontrámos na BNP e que têm marca de posse de religiosas. Tínhamos referido que eram 63 os nomes encontrados e são 63 os livros que lhes pertencem o que dá 100% nas possuidoras de um só livro, ressalvadas as questões que limitam a apreciação objectiva deste método. Acresce a essas ressalvas mais uma que é apenas aplicável aos conventos e mosteiros femininos. A verdade é que a forma de arrecadar as bibliotecas das instituições masculinas extintas em 1834 foi feita, como já por várias vezes indicámos, através da criação de depósitos que centralizavam a recolha e a partir dos quais se seleccionavam as obras a distribuir por outras bibliotecas. No caso da província da Estremadura, mas abrangendo também o Alentejo e a partir de 1835, também as províncias do Douro, Minho, Trás-os-Montes, Beira Alta, Beira Baixa e Algarve, foi o Depósito de Livros dos Extintos Conventos

²⁵⁰ *Ob. cit.*, p. 112.

²⁵¹ *Ob. cit.*, p. 135.

(DLEC), localizado nas instalações de S. Francisco da Cidade o que assegurou essa função. Porto e Coimbra tiveram as suas próprias comissões para gerir os bens provindos dos conventos²⁵².

Distribuídos por algumas instituições que, devidamente autorizadas, o solicitaram e também por outras que foram sendo criadas como as bibliotecas públicas nas sedes de distrito e as bibliotecas das Secretarias de Estado, os livros passaram para a gestão da Biblioteca Nacional, após a extinção do DLEC em 1841. Apesar de o intenso trabalho que ocorreu na década de -40, no sentido de dar destino aos livros remanescentes, o processo prolongou-se nas duas décadas seguintes, acabando por ser a Biblioteca Nacional o destino da maioria das obras, não sem que tenham sido eliminados os que se encontravam em adiantado grau de degradação e vendidos e trocados alguns deles²⁵³.

Se chamamos este assunto novamente à colação é com o objectivo de marcar semelhanças e diferenças com a arrecadação dos livros provenientes das instituições femininas. Muitas foram beneficiadas, no processo de 1834, com livros provenientes das casas masculinas, como já tínhamos referido no capítulo anterior, mas como as casas se foram extinguindo com a morte da última religiosa, a arrecadação ocorreu ao longo do século XIX e primeiros anos do século XX, sem constituir um processo único, antes uma actuação pontual que concitava, no acto formal de encerramento, a presença, entre outros, de um representante da Inspecção Geral das Bibliotecas e Arquivos, para garantir que livros e cartórios eram devidamente inventariados e encaminhados para as instituições correspondentes²⁵⁴.

Se no caso dos arquivos o destino final foi a Torre do Tombo, o mesmo não se pode dizer das bibliotecas pois os livros não foram todos para a Biblioteca Nacional. Em primeiro lugar, as próprias bibliotecas apresentavam já sinais evidentes de decadência pelo facto de muitos dos conventos terem vivido os últimos anos com dificuldades financeiras e reduzida comunidade, não sendo de eliminar a hipótese de desaparecimento de obras, para além de que, entre as restantes, muitas foram

²⁵² Cf. BARATA, Paulo J.S. – *Ob. cit.*, p.120-127.

²⁵³ Cf. BARATA, Paulo J.S. – *Ob. cit.*, p. 162-184.

²⁵⁴ Os processos de extinção encontram-se na Torre do Tombo, provenientes do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, integrados no núcleo PT/TT/MF-DGFP/E/002. A descrição de cada um dos processos está acessível em <http://digitalq.dgarq.gov.pt>.

encontradas em más condições de conservação. Em segundo lugar, dado que se tratava, como vimos, de colecções de reduzido tamanho, os livros que conseguiram chegar ao fim da vida do convento não seriam muitos, mesmo pressupondo aquisições feitas no decorrer do século XIX. Desses, a Igreja ficou, pelo menos algumas vezes, com uma parte para suprir faltas em paróquias²⁵⁵. Competia à Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos zelar para que algum livro de maior importância fosse encaminhado para a Biblioteca Nacional, o que de facto aconteceu junto com aqueles de menor importância que a Igreja não apartava, originando, não raro, um grande número de duplicados²⁵⁶.

Este processo, se tem evidentes consequências para a biblioteca comunitária, não o tem menos para o montante de livros de propriedade de religiosas que já de si não sendo muito elevado, ficava assim, potencialmente, ainda mais reduzido. Não espanta então que aos nomes que encontrámos corresponda apenas um livro. Para além destas possuidoras de livros, considerámos também um grupo de 12, cujos nomes estão precedidos por Dona ou sua abreviatura, provavelmente senhoras recolhidas pois os livros de sua posse têm também marca de uma instituição religiosa. A este pequeno grupo correspondem 15 obras pois o nome de uma dessas senhoras aparece inscrito em 3 livros. O total de religiosas e possíveis recolhidas sobe assim para 75 senhoras habitando estabelecimentos religiosos a que correspondem 78 obras.

Se quisermos comparar com os róis de religiosas entregues à Real Mesa Censória em 1769, como fizemos para os livros pertencentes a religiosos, verificamos um quantitativo quase idêntico pois existem respostas de 64 religiosas como já referimos, com a particularidade de 52 serem monjas do mosteiro de S. Bento da

²⁵⁵ Ao analisar os processos indicados acima, referentes às extinções em Lisboa e seu termo, deparámo-nos com alguns destes casos. Da biblioteca do convento do Monte Olivete, de agostinhas descalças, extinto em 1885, foram vendidos livros em hasta pública e outros livros e objectos foram enviados para instituições da Igreja, por ordem do arcebispo de Mitilene (Cf. PT/TT/MF-DGFP/E/002/00079). Do convento de Nossa Senhora da Conceição (Luz-Arroios), de concepcionistas franciscanas, extinto em 1890, os livros foram entregues à Inspeção e à Arquiconfraria do Santíssimo Sacramento da freguesia de S. Julião (PT/TT/MF-DGFP/E/002/00061). Um exemplo ainda de maior dispersão é o do convento do Santíssimo Coração de Jesus, de carmelitas descalças, extinto em 1885, em que alguns livros foram entregues a Luís Carlos Rebelo Trindade, conservador da Biblioteca Nacional e inspector das Bibliotecas, em 28 de Maio de 1888 e dois dias depois foram entregues livros à autoridade eclesiástica representada por monsenhor Francisco Herculano Cordeiro, nomeado pelo cardeal patriarca e mais uns livros e jornais para o prior da Lapa (PT/TT/MF-DGFP/E/002/00055).

²⁵⁶ Cf. BARATA, Paulo J.S. - As livrarias dos mosteiros e conventos femininos ao tempo da sua extinção. *Lusitania Sacra*, 2ª Série, t. XXIV, 2011, p. 125-152.

Avé-Maria, no Porto²⁵⁷. Ainda assim, podemos verificar brevemente os quantitativos declarados para confronto com os dados recolhidos no levantamento que fizemos na BNP e que recordamos, é de 1 livro por religiosa.

Quadro IX – Livros da posse de religiosas (1769)

N.º de livros	N.º de religiosas
1-10	53
11-20	8
21-50	2
51-100	1
+ 100	0

Só para as religiosas beneditinas acima indicadas temos um total de 269 obras, o que dá uma média de 5 livros por monja. Para os restantes 11 catálogos o total é de 218 títulos, sendo um dos catálogos relativo aos livros de 2 religiosas. Se no mosteiro de S. Bento da Avé-Maria chegamos a encontrar a posse de 1 livro, situando-se o valor mais elevado nos 21 títulos²⁵⁸, nestas 12 possuidoras de livros, o mínimo é de 8 e o máximo de 64, único caso no grupo acima dos 51 a 100 títulos²⁵⁹. Está, aliás, claramente destacado pois abaixo dele, no grupo entre os 21 e os 50 títulos estão os quantitativos de 35 livros num catálogo e 20 noutro, cujo, aliás, é declarado em conjunto por 2 religiosas²⁶⁰.

Note-se, no geral, o predomínio da posse de poucos livros, representando o grupo de 1 a 10 títulos, 82,8% do total. Estabelecer uma média de 18 livros por religiosa

²⁵⁷ V. a propósito o artigo de LOUREIRO, Olímpia – Os livros das monjas do convento de S. Bento da Avé-Maria do Porto. *Revista de Ciências Históricas*, vol. 12, 1997, p. 227-237.

²⁵⁸ Cf. PT/TT/RMC Cx. 118, cat. 444, que junta todos os róis individuais. A posse de 1 livro é declarada por três religiosas. Com 21 livros há uma só declarante.

²⁵⁹ Regista 8 títulos uma religiosa do convento do Salvador, de Évora (PT/TT/RMC Cx. 122, cat. 1046) e os 64 pertencem a uma religiosa professa do mosteiro de S. Félix de Chelas, em Lisboa (PT/TT/RMC Cx.129, cat. 2258).

²⁶⁰ Os 35 livros pertencem a uma religiosa do convento de Santos-o-Novo, em Lisboa (PT/TT/RMC Cx. 118, cat. 504) e os 20 de posse conjunta são declarados por duas religiosas do convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança, também em Lisboa (PT/TT/RMC Cx.125, cat. 1626).

é, pois, um dado enganador. De qualquer modo, a tipologia dos livros aponta no caso das religiosas para uma leitura apoiada num cânone²⁶¹ que compreende os livros de devoção, as regras e estatutos da ordem a que pertencem, os livros de edificação espiritual e os manuais de boas práticas religiosas, sendo fácil de encontrar entre os livros que pertenceram a várias religiosas, repetições de títulos que, originam, como atrás se disse, um quantitativo apreciável de duplicados, nas colecções das bibliotecas que hoje os guardam. Como refere Isabel Morujão “talvez seja legítimo pensar-se que, nesse conturbado e vigiado século XVIII, uma livraria conventual feminina seria o conjunto de obras em torno das quais parece ter existido um consenso quanto à sua importância na formação das religiosas”²⁶². Já no caso de religiosos esta situação pode também suceder mas é, normalmente, matizada, quando são bibliotecas maiores, por escolhas temáticas ou de autores, em consonância com o gosto pessoal ou com a utilidade prática de tais leituras. Ana Cristina Araújo dá-nos um exemplo dessas “repetições” quando circunstancia o uso das *artes de bem morrer*, a partir dos vestígios deixados nos livros pelos seus possuidores:

“Estes vestígios falam-nos sobretudo de mulheres e do tipo de relação que estabelecem com o objecto de leitura. Um trato mais personalizado, intimista e secreto parece caracterizar o uso feminino dos manuais de preparação da morte, manifestação de sensibilidade que contrasta com a singeleza dos traços deixados pelos homens que possuem e lêem os mesmos”²⁶³.

Por último, quando comparadas com bibliotecas femininas laicas, não se verifica uma diferença substancial. Conforme afirma Zília Osório de Castro: “[...] parece ser pacífico utilizar o critério de pequeno número e da exclusividade ou supremacia das obras de carácter místico ou religioso, para definir as bibliotecas femininas”²⁶⁴. Recordemos, a propósito, as palavras de frei António das Chagas numa das suas *Cartas espirituais*²⁶⁵, quando dá a seguinte recomendação a uma freira: “Leya poucos livros que os muitos confundem; se pegue a hum, e especialmente o escolha, seja qual for; e

²⁶¹ Cf. MORUJÃO, Isabel – *ob. cit.* que estabelece para conventos e religiosas um estudo detalhado das suas leituras.

²⁶² *Ob. cit.*, p. 145. V. também o “substrato modelador básico”, ou seja, o que Isabel Morujão identifica em títulos repetidos nos catálogos que analisou, bem como “algumas estranhezas”, nas p. 147-170

²⁶³ *A morte em Lisboa: atitudes e representações (1700-1830)*. Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra:[s.n.], 1995, p. 270.

²⁶⁴ *Ob. cit.*, p. 483.

²⁶⁵ Cit. em CARVALHO, José Adriano de Freitas – *ob. cit.*, p.22.

que ouvindo as virtudes e vidas dos Santos as imite quanto puder”. Repare-se que não é só a limitação dos textos a ler; que aqui se relaciona com uma atitude perante a leitura aparentemente mais típica do ambiente religioso feminino²⁶⁶. Avulta igualmente o “ouvir ler” demonstrativo da importância da leitura que se faz em voz alta e que é destinada a um grupo, situação que já antes tínhamos referido.

IV.4.3. Representações da posse individual de livros no ambiente religioso

Passamos agora para outro aspecto da posse individual dos livros no ambiente monástico-conventual e que tem a ver com a representação dessa posse e com as evidências de uso do livro. Vamo-nos apoiar, mais uma vez, nos testemunhos que ficaram inscritos nos livros de pertença de religiosos e religiosas. Trataremos esses testemunhos sem separar os géneros para mais facilmente se percepcionarem semelhanças e diferenças nos leitores de ambos os grupos.

Tal como vimos para as bibliotecas de comunidade, a utilização de marcas de posse é uma escolha, não uma obrigação e, quando a posse é privada, o acto de assinalar a propriedade do livro faz-se certamente com o propósito de salvaguardar essa propriedade mas também pode revestir-se de uma forma de representação do estatuto do seu possuidor. Vimos que a sobriedade imperava nas marcas das casas religiosas portuguesas e que poucas eram as que utilizavam carimbos ou etiquetas tipográficas e, nas de Lisboa, encontrámos apenas, na BNP, uma com *ex-libris* figurativo e uma com *super-libros* de representação muito simples²⁶⁷.

A posse privada de livros ou de uma biblioteca permite uma maior variedade de modalidades de marcar, mesmo quando se trate de inscrição manuscrita. Porém, são

²⁶⁶ Na verdade, esta atitude limitativa face à leitura pode ser encontrada também noutros ambientes, conforme assinala Rita Marquilhas, a propósito de uma “linha de edição aplicada ao perfil dos ignorantes, materializada em manuais de doutrina cristã e em obras de vulgarização da vivência devota” que ocorreu após o concílio de Trento. Acrescenta a autora: “Ideia complementar desta é a que se extrai do preconceito mais popular relativo ao excesso de leitura, em virtude do qual haveria o risco de ultrapassar a fronteira da saúde mental. Uma cantareira carregada de livros podia conduzir a um diagnóstico de loucura. A biblioteca recheada era um desvio à normalidade, se bem que a biblioteca magra de volumes já pudesse começar a ser trivial”. (Cf. *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Tese de Doutoramento em Linguística Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 1996, p. 190-191).

²⁶⁷ Recordamos que se trata, respectivamente, do hospício régio de S. João Nepomuceno e do convento do Carmo. V. notas históricas e imagens das marcas no Anexo I. V. também descrição do *ex-libris* em *Ex-libris: colecções arquitecto Segismundo Pinto & Biblioteca Nacional*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998, p.14.

poucos também os casos de utilização de outro tipo de marcas que não as manuscritas, nos livros que compulsámos e esta situação é válida mesmo nas marcas de posse de indivíduos laicos, nas colecções da BNP e para o período que nos interessa. Não há muitos exemplos de utilização de *ex-libris*, destacando-se, no acervo da BNP, os de D. José da Silva Pessanha (1717-1775)²⁶⁸, D. Diogo de Almeida (1698-1752)²⁶⁹, D. José da Cunha Grã de Ataíde e Melo (1734-1792) 3º Conde de Povolide²⁷⁰, Alexandre Metelo de Sousa Meneses²⁷¹ (1687-1766) e José Caetano de Mesquita e Quadros (1726-1799)²⁷². Estes coleccionadores pretenderam perpetuar o seu nome, numa modalidade que julgaram mais consentânea com o seu prestígio e posição social. No ambiente religioso regular, tais exemplos raramente ocorrem, sendo único o caso do franciscano Frei Manuel de S. Carlos (?-1740), Comissário-Geral da Terra Santa que mandou marcar os seus livros com um *super-libros* gravado a ouro na encadernação. Dois grandes dignitários da Igreja, já antes referidos, o Bispo Inquisidor-Geral D. José Maria de Melo (1756-1818) e o Principal Francisco Rafael de Castro (1750-1816), usaram etiquetas tipográficas.

Sendo certo que, como no capítulo anterior se indicou, a inscrição do nome do possuidor na obra é sempre a forma de marcar mais comum quer em Portugal quer noutros países, também não é menos certo que, por exemplo, em França e sobretudo na segunda metade do século XVIII se generalizou a moda dos *ex-libris*. Germaine Meyer-Noirel, no seu estudo, caracteriza assim o público que os utilizava:

« Si le développement des bibliothèques privées est considerable [...] cela n'explique pas totalement la profusion de titulaires d'*ex-libris* et n'implique pas pour autant qu'ils soient tous des lettrés, des bibliophiles ou de véritables amateurs. Le besoin d'afficher un certain luxe, de paraître ouvert aux nouveaux courants intellectuels, ou tout simplement de suivre la mode, l'expliquerait sans doute davantage. Ces *ex-libris* appartiennent : d'une part aux catégories sociales identiques à celles du XVIIe siècle [nobreza, militares] d'autre part, à des gens de toutes sortes, dont

²⁶⁸ Diplomata já referido neste capítulo. V. descrição do *ex-libris* em *Ibid.*, p. 14.

²⁶⁹ Principal da Patriarcal e académico de número da Academia Real da História Portuguesa, a partir de 1727. V. descrição do *ex-libris* em *Ibid.*, p. 14.

²⁷⁰ V. descrição do *ex-libris* em *Ibid.*, p. 16.

²⁷¹ Embaixador e presidente do Conselho Ultramarino, já atrás mencionado. V. descrição do *ex-libris* em *Ibid.*, p. 14.

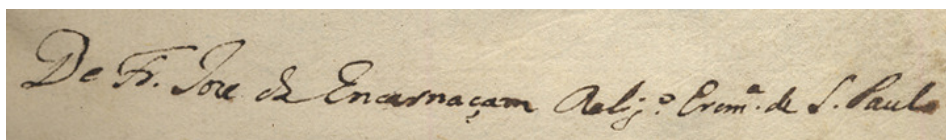
²⁷² Cônego da basílica de Santa Maria e sócio da Arcádia de Lisboa, V. descrição do *ex-libris* em *Ibid.*, p. 14.

certains ne possédaient peut-être qu'une quinzaine de livres. C'est le cas de religieuses hospitalières, de curés de campagne, par exemple »²⁷³.

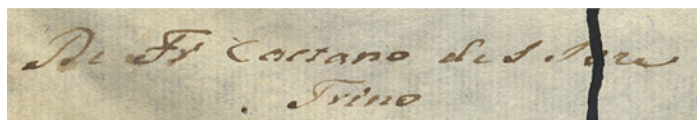
Não acompanhando Portugal, pelo menos no século XVIII, esta moda e se são poucos os casos na sociedade civil, menos ainda tal se torna expressivo no ambiente religioso. Voltando, pois, às inscrições verificámos nas obras compulsadas com marca de religiosos e religiosas, que é frequente conterem apenas o nome do proprietário, muitas vezes antecedido de expressões que provam inequivocamente a posse, ou que podem ser acompanhadas de alguma informação sobre a instituição ou ordem a que pertencem e/ou sobre a data em que o livro foi adquirido, como se apresenta nos exemplos abaixo:

Soror de Santa Rosa (H.G. 11870 P.)

De Fr. José da Encarnação Relig.º Erm.ª [Eremita] de S. Paulo (H.G. 3171 P.)



De Fr. Caetano de S. Jose Trino (H.G. 3210 P.)



Ex libris fr. P. Paterni Religiosi Capuccini (R. 587 P.)

Em 23 de Agosto de 1768 Bem (H.G. 488 V.)²⁷⁴

É muito vulgar a expressão “Do uso de” nos livros de posse individual muitas vezes continuando a inscrição com a indicação de permissão desse uso, o que nos transmite a noção de que a leitura individual estava sujeita à Obediência ou

²⁷³ Les *ex-libris*. In: *Histoire des bibliothèques françaises*. Paris: Promodis, 1988, vol. II – Les bibliothèques sous l’Ancien Régime, 1530-1789. Dir. Claude Jolly, p. 359.

²⁷⁴ Trata-se de uma inscrição de teor muito original, do padre Tomás Caetano de Bem (1718-1797), teatino, já anteriormente referido por ter conduzido o processo de oferta à Real Biblioteca Pública da Corte, em 1797, da sua biblioteca particular e colecção de numismática, junto com a biblioteca da casa de Nossa Senhora da Divina Providência. Cf. DOMINGOS, Manuela D. – *Acervos iniciais da Real Biblioteca Pública: a doação dos teatinos*, 1992, p. 75-121.

a Licença²⁷⁵. Já o tínhamos visto antes mas num contexto diferente que configurava a autorização de “usar” um livro pertencente à comunidade. Nestas marcas, porém, o frade ou a freira é o dono do livro mas “usa dele” com autorização. De notar que este tipo de menção nos apareceu com muito frequência na leitura feminina mas muito raramente na masculina, o que evidencia um controlo maior sobre o que se podia ler nas casas femininas do que nas masculinas. José Adriano de Freitas Carvalho refere que “de certo modo, dadas as condições de vida retirada que levavam [...] as leituras das religiosas dependiam de factores que vão desde as existências bibliográficas na casa até à possibilidade – que pode ser oportunidade – de aquisição dos textos, passando pelo conselho do director ou pela obediência à mestra de noviças [...]”²⁷⁶ e chama a atenção para a existência de leituras recomendadas nos conventos de franciscanas e clarissas baseando-se, como já se referiu, nas *Cartas espirituales*, de frei António das Chagas, ressaltando que é uma recomendação com uma atitude aberta e sobre a qual desconhecemos se foi seguida:

“[...] Frei António das Chagas insiste na liberdade de escolha das leituras a fazer – o importante é que se leia – chegando mesmo a oferecer listas de leituras possíveis apropriadas às circunstâncias de vida e de progresso espiritual das destinatárias, sempre privilegiando as vidas de santos [...] Convém, porém, notar que, apesar disso, teremos até aqui procurado sublinhar a importância do papel da “direcção da leitura” que, sem dúvida, coube a mestre de noviços..., confessores..., directores espirituais... No entanto, de todos estes conselhos não parece ser legítimo deduzir, sem mais, que as obras recomendadas tivessem sido efectivamente lidas... Aconselhar não garante o acolhimento do conselho, embora das pessoas envolvidas e o tipo de relação entre elas – uma espécie de hierarquia espiritual – poderemos (poderíamos?) sempre supor – mas apenas supor – que tais conselhos foram sempre que possível, seguidos”²⁷⁷.

²⁷⁵ Apresentámos sobre este assunto duas comunicações: “*E uza delle em qto a obediência lho Premitir*”: as marcas de posse como testemunho de práticas de leitura nas bibliotecas de ordens e congregações religiosas portuguesas, ao Congresso Internacional – Ordens e Congregações Religiosas em Portugal: memória, presença e diáspora, Lisboa 2-5 de Novembro de 2010 e *O uso do livro em conventos e mosteiros femininos portugueses visto através das marcas de posse*, ao Seminário “Os livros de horas do Palácio Nacional de Mafra e a cultura artística do século XV”, Mafra 25 de Novembro de 2011.

²⁷⁶ *Ob. cit.*, p. 16-17.

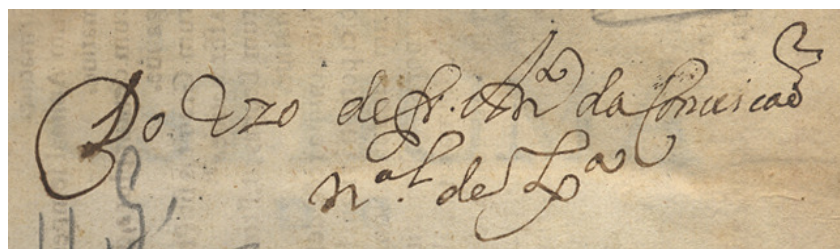
²⁷⁷ *Ob. cit.*, p. 24.

Ora, precisamente, nas marcas deixadas nos livros, temos uma percepção mais exacta sobre, por um lado, a existência de uma certa “liberdade” na escolha das obras de posse individual mas por outro lado, em muitas fica patente essa relação de hierarquia espiritual que obriga a que a posse de um livro por um determinado religioso ou religiosa tenha de ser autorizada. Vejam-se, então, várias circunstâncias desse uso privado do livro. Nos exemplos abaixo é uma inscrição simples que configura a propriedade, o último dos quais invulgarmente circunstanciado na informação contida:

Este livro he do uso de Soror Leonor da Cruz Escrava de Jesus e Maria
(R. 23911 P.)

Esta Regra [de S. Bento] he de D. Luiza Vitoria da Encarnaçam (R. 18382 P.)²⁷⁸

Do uso de fr. Ant[óni]o da Conceição n[atural] de Lx.ª [Lisboa] (H.G. 4801 P.)



Do uzo de Fr. Joaquim de S. Thomaz de Aquino Eremita descalço de Sto Ag.º 13 de Abr.º de 1762 Montemor (R. 23445 P.)

Neste grupo de marcas já está presente a questão da “obediência” e a menção da autorização para ler ou usar o livro:

Do uso de Sor Maria Francisca da Nativid.e e em q.to a obediência lho permitir
(R. 24512 P.)

Do uso de Fr. Joze das Dores em q.to a obediência lho permitir (R. 23580 P.)

Este livro he de soror Joana de sto Ant.º en q.to a obediensia o permitir
(Res. 2886 V.)

²⁷⁸ O livro tem também o carimbo “Salvador Braga”, relativo ao mosteiro beneditino de São Salvador existente naquela cidade e fundado em 1602. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Mosteiros. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *ob. cit.*, vol. III, p. 275. O carimbo foi apostado nos livros encontrados na respectiva biblioteca, arrecadados pela Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos aquando da sua extinção, procedimento que já atrás se referiu.

Pode a Madre Abadessa q. mādou do Convento de nossa S.ra da quietação ler este livro [e assina] Fr. Marcos de Castelbr.co [?] (R. 18932 P.)

M.e Anna [...]com lisensa da Sr.ª Abb.essa (R. 23643 P.)

Do uso de Fr. Diogo do Sacram.to com licença do seu Prelado. Esmola q. fez Joseph Caetano de mesquita, Prior de S. Lourenço de Lisboa. Anno de 1780 (Var. 4205)²⁷⁹

Um aspecto interessante do livro de posse particular no ambiente religioso é que tem uma longevidade grande através das sucessivas passagens de mão motivadas por oferta ou morte do seu proprietário. São vulgares essas indicações em marcas manuscritas ainda que, muitas vezes não fique explícita a razão da mudança de propriedade. No contexto da posse individual, esta prática demonstra, por um lado a estabilidade da palavra escrita que permite considerar que o conteúdo de um determinado livro é interessante para os seus diversos proprietários, ao longo dos anos. Por outro lado, revela a permanente mobilidade do livro no ambiente religioso que já tínhamos observado para a biblioteca comunitária e que está muito presente na estratégia de aquisição privada, até por força do preço que os livros alcançavam.

Este “mercado” do livro em segunda mão em que intencionalmente se indicam sucessivamente os proprietários é muito expressivo nas marcas de posse que encontrámos. Vejam-se alguns exemplos em que também existem testemunhos de passagem de mão entre religioso e religiosa, que pode derivar do facto que já se indicou atrás, de muitos livros dos conventos masculinos extintos em 1834, terem ido reforçar as bibliotecas dos conventos femininos. Se, na maioria dos casos, ficaram as duas marcas, o penúltimo exemplo mostra ter havido rasura da primeira e a situação que se intui no último dos exemplos, é indicativa de alguma controvérsia na oferta da obra.²⁸⁰

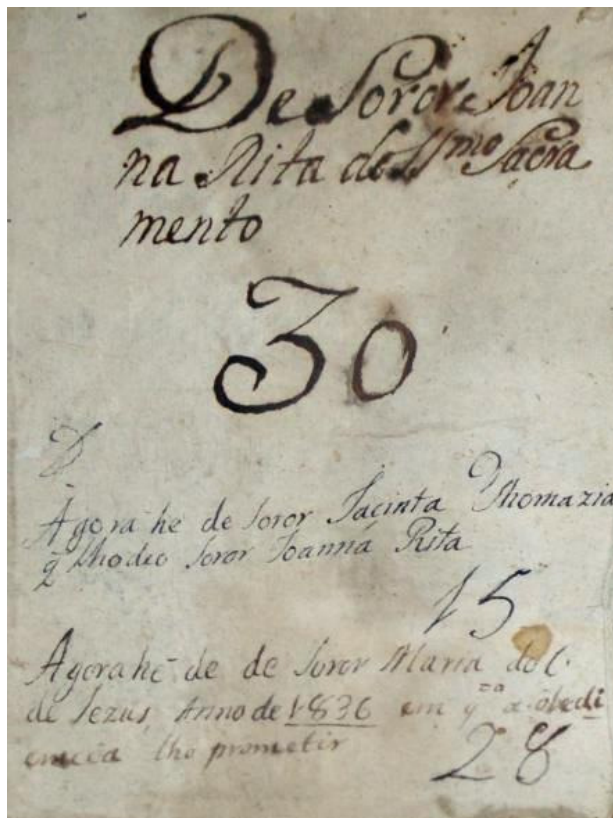
Do uso do Ir. D. Fran.co Xavier Bap.ª [e noutra mão] Do uso do Ir.m D. Luis de S. Fr.co de Sales [?]1750 (H.G. 1257 V.)

²⁷⁹ A inscrição indica para além do uso, com licença, também a forma como o livro foi parar à posse do religioso. Trata-se de uma oferta (referida muitas vezes no ambiente religioso como “esmola”) que lhe fez o padre Mesquita e Quadros (1726-1799) já referido antes, a propósito do *ex-libris* com que marcava os seus livros. Foi também autor e tradutor de várias obras, de temática variada, desde a poesia ao Direito. Cf. SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario bibliográfico portuguez*. Lisboa: INCM, 1973, vol. IV, p. 283 e XII, p. 266.

²⁸⁰ Já Ana Cristina Araújo tinha assinalado um caso de marca de posse de religioso e religiosa, a que chama “curiosa anotação”. (*Ob. cit.*, p. 271).

He do uso do Irmão Fr. Bento da Trindade [e noutra mão] Agora usa o Ir. Fr. Manoel de Santa Maria (Var. 4207)

De Soror Joanna Rita do SS^{mo} Sacramento 30 [e noutra mão] Agora he de Soror Jacinta Thomazia q. lho deo Soror Joanna Rita 15 [e noutra mão] Agora he de Soror Maria do C. de Jezus Anno de 1836 em q.^{to} a obediencia lho premetir 28 (R. 27389 P.)²⁸¹



Este livro he de Donna Izabel Thereza de Jesus [e noutra mão] Pasou p.^a o uso de D. Fran[cis]ca Perpetua [...] (R. 23066 P.)²⁸²

Do uso do P.e M.e D.or Francisco de S. Bernardo [e noutra mão] Dado ao D.tor V[icen].te de S.ta Maria [e noutra mão] Aos 9 dias do mês de Abril passarão p.^a o uso do P.e M.el de São [João ?]Evang.^a [...] (Var. 2861)

²⁸¹ Não sabemos qual a razão dos números que constam nas três marcas. Pensamos poder tratar-se de uma indicação de “cota” da obra nos acervos das sucessivas proprietárias.

²⁸² O livro tem também o carimbo “Semide”, relativo ao mosteiro beneditino de Nossa Senhora da Assunção ou de Santa Maria, de Semide, concelho de Miranda do Corvo, fundado em 1183. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – *Ibid.*, p. 275. O carimbo foi apostado nos livros encontrados na respectiva biblioteca, arrecadados pela Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos aquando da sua extinção, procedimento que já atrás se referiu.

Do uso de Fr. Miguel de J[esus] M.^a [e noutra mão] E agora de Fr. Pedro das Dores [e noutra mão] E agora de Fr. Ângelo da Pureza (Var. 1443)

Do uso de Fr. Aurelio de Sta Anna [e noutra mão] Do uso de Soror Ana M.a das onze mil Virgens em q.to a obediência lho permite (R. 23529 P.)

Fr. Luiz de S. Joze Pinho [e noutra mão] agora he de Josepha Izabel (R. 22372 P.)

[Marca rasurada ilegível e, noutra mão] Agora he de Jozefa Ign.^a da Virgem Maria (R. 12928 P.)

Do uso de Sor Catharina Bernarda Purificação q. lhe deu hum Religiozo da nossa Ordem (podem tirar daqui o sentido) em q.to eu viver, só se for por mandado de Obediência pello votto que fiz e não por a m.^a von.de estou escaldada por isso digo assim (R. 24055 P.)

Tínhamos referido, a propósito dos catálogos apresentados à Real Mesa Censória em 1769 que alguns configuravam posse em conjunto. Pelo que vimos nesses catálogos, em geral é uma situação mais comum do que se pensa pois há vários casos mesmo em possuidores que não pertencem ao clero regular, normalmente irmãos ou pai e filho²⁸³. Nas marcas de posse que analisámos, apareceu-nos, exclusivamente, em livros de religiosas, conforme se exemplifica:

*Este Caderno he de D. Marianna e de suas Irmans (R. 23454 P.)*²⁸⁴

*He do uso de Soror Maria Maxemina e de sua Irmam (R. 12310 P.)*²⁸⁵

²⁸³ Sem qualquer preocupação de exaustividade pois não cabe no objecto de estudo desta dissertação, referimos alguns exemplos: André Manuel de Meireles e seu irmão António Jorge Meireles, o primeiro abade de Vilar de Peregrinos e o segundo beneficiado de Santa Maria de Bragança, ambos naturais desta cidade, declaram um conjunto de 39 obras (PT/TT/RMC Cx.114, cat. 51); Alexandre José e seu filho José Alexandre, de Povolide, comarca de Viseu indicam um total de 112 obras (PT/TT/RMC Cx. 114, cat. 81); Gregório Manuel de Casal e José Francisco Martinho de Casal, presbíteros do hábito de S. Pedro, provavelmente irmãos, da Sertã, declaram 39 obras (PT/TT/RMC Cx. 120, cat. 747); João Gonçalves Rebelo e seu filho Manuel Joaquim Rebelo, negociantes, da Rua Augusta em Lisboa, referem um total de 213 livros (PT/TT/RMC Cx. 123, cat. 1214); Maria Teresa e Caetana Maria, moradoras na Rua dos Galegos, freguesia do Santíssimo Sacramento (Lisboa?) apresentam juntas um total de 11 livros (PT/TT/RMC Cx. 129, cat. 2261) e Pedro da Silva Pereira, padre e seus sobrinhos, de Vila Franca de Xira que declaram 18 obras (PT/TT/RMC Cx. 130, cat. 2389).

²⁸⁴ O livro tem também o carimbo “D.to Vizeu”, indicando que se trata de livro recolhido em instituições religiosas do Distrito de Viseu, o qual foi mandado pôr nos livros dessa proveniência, arrecadados pela Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, aquando da sua extinção, procedimento que já atrás se referiu.

Este livro he de Joanna Angelica e Rita de Jezus Maria (R. 28543 P.)²⁸⁶

Se a passagem de mãos parece ser uma forma corrente de aquisição de livros, as ofertas pontuais também estão documentadas nas marcas de posse (em alguns casos acabam por redundar em benefício da biblioteca comunitária não faltando expressões de gratidão). Ou seja, fica demonstrado nos exemplos que incluímos que não era forçoso legar a biblioteca privada ao estabelecimento religioso, porém, no limite, lá iriam parar, para benefício da comunidade. A menção de oferta fica indicada na marca de posse, associada portanto ao nome do proprietário, mas também pode estar documentada por dedicatórias. O primeiro exemplo é uma oferta dos próprios autores da obra.

Ex dono Autoris, Londini, anno 1704 [e assina] *Ludovicus de Lima Theat.* (H.G. 1957 P.)²⁸⁷

As marcas que a seguir transcrevemos ilustram vários tipos de ofertas, de um director espiritual, de um pai escrita pelo próprio, como dedicatória e, por fim uma oferta em que não está indicada a posição do ofertante mas contém uma evocação religiosa em agradecimento.

De Soror Maria d'Assumpção q. mo deo o R.mo P.e M.e Ex Prov.al Fr. Fran.co Joaq.m de Sta Anna N.o Vigr.o e meu Director Anno 1840 (R. 27730 P.)²⁸⁸

Para minha filha Teresa (?) do Santíssimo Sacramento a que peso lhe de muitos [...] para salvarse pois lhos deo para escolher caminho tão ajustado a este fim (R. 23075 P.)²⁸⁹

²⁸⁵ Neste exemplo, como no anterior, temos um testemunho da existência de laços familiares na vida conventual, situação que já abordámos no Capítulo II.

²⁸⁶ O livro tem também o carimbo do Arquivo das Congregações, instituição que após a extinção dos institutos religiosos decretada em 8 de Outubro de 1910 se encarregou de vigiar o cumprimento da lei e confiscar os bens existentes entre os quais as bibliotecas. V. a propósito VILLARES, Artur – *As congregações religiosas em Portugal (1901-1926)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

²⁸⁷ O possuidor é o padre Luís Caetano de Lima (1671-1757), teatino, autor de várias obras sobretudo no domínio da Filologia, que viveu por largos períodos no estrangeiro, participando em missões diplomáticas, especialmente com o 4º conde de Tarouca D. João Gomes da Silva (1671-1738) para as negociações do tratado de Utreque. (Cf. CLUNY, Isabel – *O conde de Tarouca e a diplomacia na Época Moderna*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006). Aproveitou essas estadias para adquirir obras para a sua biblioteca particular e também para as de alguns dos seus confrades, como teremos oportunidade de ver em marcas de posse que transcrevemos adiante. Cf. MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana*. Coimbra: Atlântida, 1966, vol. III, p. 67-69.

²⁸⁸ O doador, como se lê na inscrição datada de 1840, tinha sido Provincial e, certamente após 1834, teria tomado vestes seculares e passado à categoria de Vigário, no convento a que pertencia esta freira.

²⁸⁹ O livro tem também o carimbo “Albertas” relativo ao convento de Santo Alberto, de carmelitas descalças, em Lisboa e mandado pôr nos livros da respectiva biblioteca, arrecadados pela Inspeção

Este Livro deu Ant.º de Basto Pereyra ao Ir. Fr. Paulo de S.ta Thereza Oremus Deum pro eo Varatojo [toda a inscrição na mesma mão] (Var. 1373-374)

Por vezes a menção de oferta apresenta já elementos onde se vê, explicitamente, que o livro apesar de ser pertença de um religioso, se destina a ser partilhado com a comunidade:

Este livro derão ao p.e A[ntóni]o Dias e tem Licença p.ª se usar delle e o tem aplicado ao Coll.º do Porto (H.G. 3915 P.)

Este Livro deo a Fr. Manoel de Deos em Mirandella o Medico della Ora pro eo He do uso do Seminr.º de Varatojo [toda a inscrição na mesma mão] (Var. 1851)

Este Livro he do Padre Frei Francisco de S. Thomas Ad usum Fratrum (R. 4930 A)

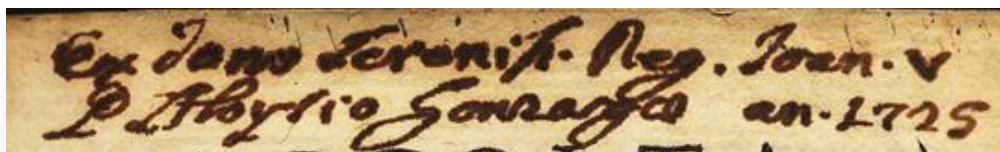
Do uso de Irmão Fr. Manoel da Barca q. lhe derão seus parentes p.a o convento de Varatojo (R. 327 A)

Este exemplo mostra uma situação que, na pesquisa que fizemos, nos apareceu apenas esta vez e onde vemos que é concedido o uso mas reservada a propriedade do livro:

Dou [...] o uso deste Livro a meo Ir. Fr. Joze de S. Caet.º Serra e reservo p.ª mim a propried.e delle [e assina] *o P.e M.el Lopes Serra* (R. 2256 P.)

Por fim, uma oferta régia, no caso feita pelo rei D. João V ao padre Luís Gonzaga, da Companhia de Jesus, de que a BNP tem, aliás, outros exemplos.

Ex dono Serenisi. Reg. Joan. V P. Aloysio Gonzagae an. 1725 (H.G. 2796 P.)²⁹⁰



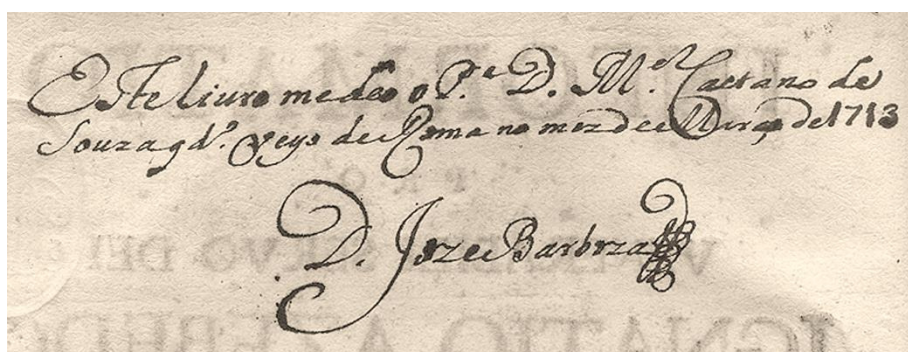
Geral das Bibliotecas e Arquivos, aquando da sua extinção. V. nota histórica sobre o convento no Anexo I.

²⁹⁰ O padre Luís Gonzaga (1666-1747), jesuíta, foi mestre de Matemática de D. João V entre 1705 e 1713e reitor do colégio de Santo Antão. Cf. LEITÃO, Henrique, coord. científ. – *Sphaerae mundi: a ciência na Aula da Esfera: manuscritos científicos do colégio de Santo Antão nas colecções da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008, p. 197-204. Neste livro cuja marca se transcreve e ilustra, deixou assinalada a circunstância de se tratar de uma oferta do monarca.

Entre os religiosos que se vocacionavam para o estudo e que constituíam uma biblioteca com as obras de que necessitavam para a prossecução desse objectivo, a prática de enviar e receber livros de outros eruditos, especialmente religiosos, era vulgar, no que ao livro estrangeiro diz respeito, mas não só.²⁹¹ É muito comum nas marcas de posse de teatinos, membros da Academia Real da História Portuguesa, como os padres José Barbosa (1674-1750) e António Caetano de Sousa (1674-1759), que nos seus livros deixam informação circunstanciada sobre quem lhes deu o livro e quando²⁹². Note-se a “rede” de proveniências incluindo no último exemplo um livro oferecido pelo cronista-mor de Castela:

*Este l.º me deo o P.e Luiz de Lima, qdo veyo de Olanda em 28 de Dez.º de 1718 [e assina] D. Joze Barboza (H.G. 5059 P.)*²⁹³

*Este livro me deo o P.e D. M.el Caetano de Souza qd.º veyo de Roma no mês de Março de 1713 [e assina] D. Joze Barboza (H.G. 4030 P., outra obra com a mesma marca em H.G. 8497 P.)*²⁹⁴



²⁹¹ V. a propósito PIWNIK, Marie-Hélène – *ob. cit.* e VAZ, Francisco, coord. – *Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.

²⁹² V. também CEIA, Sara Bravo – *Os académicos teatinos no tempo de D. João V: construir Saberes enunciando Poder*. Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2010.

²⁹³ Trata-se do padre Luís Caetano de Lima que já tínhamos referido em nota anterior e que, no regresso das negociações que levaram ao Tratado de Utreque (1717) trouxe livros ao padre José Barbosa (1674-1750). Quanto ao possuidor, foi nomeado em 1723, cronista da Sereníssima Casa de Bragança, por D. João V, e publicou várias obras. Foi bibliotecário da casa de Nossa Senhora da Divina Providência, tinha ele próprio uma “excellente livraria, fazendo-a mais estimável a collecção da Historia Portugueza...della goza hoje a sua Comunidade...” (LOBO, Tomás Xavier Muzeda e – *Elogio do muito reverendo padre D. Jozé Barboza...* Lisboa: na officina de Miguel Rodrigues, 1750, p.16).

²⁹⁴ O padre teatino Manuel Caetano de Sousa (1658-1734) foi Prelado da casa de Nossa Senhora da Divina Providência e passou vários anos no estrangeiro, em missões diversas. De Itália trouxe a ideia da fundação de uma academia dedicada à história de Portugal, com destaque para a parte eclesiástica, ideia que D. João V subscreveu, criando em 1720 a Academia Real da História Portuguesa a que já fizemos referência. Cf. MACHADO, Diogo Barbosa – *ob. cit.*, vol. III, p. 198-208.

Este livro me mandou de Évora o R.mo P.e Fr. Leonardo de Sto Thomaz Sachristão Mor do Conv.to de S. Dom.gos da mesma Cid.e em 3 de Março de 1730 [e assina] D. Joze Barboza (H.G. 5611 P.)

*Dadiva do Ex.mo S.r Marq.s de Cascaes a 20 de Out. de 1713 [e assina] D. Ant.º Caet.º de Souza (H.G. 5437 P.)*²⁹⁵

*Este Livro me mandou de Madrid de presente Dom Luiz de Salazar e castro Chronista mor de Castella em 16 de Janeiro de 1722 [e assina] D. Ant.º Caetano de Sousa (H.G. 5110 P., outras obras com a mesma marca em H.G. 2467 A e H.G. 2206-07 A)*²⁹⁶

Continuando a análise das práticas de uso e posse do livro em ambiente religioso, verificámos poucas menções de empréstimo situação que, certamente, se praticaria entre os membros de um determinado cenóbio, sem haver necessidade de ser registada no próprio livro mas que interessaria registar se fosse entre instituições diferentes. Vimos atrás um caso de posse e de concessão do uso de um livro entre um padre secular e um seu irmão regular. O caso que a seguir transcrevemos é entre membros de ordens religiosas diversas, provavelmente, ligados entre si por laços de parentesco ou de amizade.

Este Sermonario he do P.e Joseph de S. Bern.do Religi.º Loyo emprestou ao Ir. Fr. Fr.co de S. Sev.º Carmª descalço [tem marca do convento de S. João da Cruz de Carnide, de Carmelitas Descalços, pelo que foi empréstimo que não retornou] (R. 7031 P.)

A marca de posse individual manuscrita apresenta, ao contrário da marca da biblioteca institucional, uma maior liberdade na redacção da inscrição e até variedade de

²⁹⁵ D. Luís Álvares de Castro, 2º marquês de Cascais (1644-1720) foi embaixador na corte francesa entre 1694 e 1698. Cf. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *ob. cit.*, vol. I, p. 225. O padre teatino António Caetano de Sousa (1674-1759) foi escritor, bibliógrafo e genealogista devendo-se-lhe várias obras entre as quais sobressai a *Historia genealogica da Casa Real Portuguesa* (Lisboa Occidental: na officina de Joseph Antonio da Silva, 1735-1748. 12 vol., incluindo as *Provas*). Cf. DORNELAS, Afonso – *D. António Caetano de Sousa, a sua vida, a sua obra e a sua família*. Lisboa: Casa Portuguesa, 1917.

²⁹⁶ Luis de Salazar y Castro (1658-1734) foi, desde 1698, cronista-mor de Castela, tendo escrito várias obras de natureza genealógica. Considerado por muitos, um dos maiores cronistas de Espanha, recolheu um conjunto vasto de fontes documentais e organizou uma biblioteca, para servir de suporte aos seus trabalhos históricos, conservados na Real Academia de la História de España, criada em 1738. (Cf. nota biográfica no sítio Web da Real Academia de la História em <http://www.rah.es/biblioteca.htm>)

um para outro livro. A língua predominante é a da nacionalidade do possuidor apesar de, nas marcas de religiosos, aparecerem muitas total ou parcialmente em latim, conforme já vimos. Quanto às expressões utilizadas que denunciam uma liberdade redactorial diferente das obras provenientes de bibliotecas institucionais (como se compreende) algumas inscrições não mencionam o nome do proprietário mas tão só expressões que ligam o possuidor com a obra, sob forma de apreciação da mesma (positiva ou negativa...) ou que recolhem um “estado de alma” momentâneo, como se vê nos exemplos abaixo:

De André Corsino do Valle Hoje da Cartuxa de Laveiras por ser já monge della o sobredito inda q. indigno. Estimasse m.to este Livro q. he digno disso não só p.lo assumpto mas p.lo elegante do verso subido delle (L. 3773 P.)

*Soror Bernardina Ignacia q. da família mto tem saudade [...] [noutra mão] Comunid.e*²⁹⁷ (R. 19299 P.)

Este livro veio de Torres não sei de q.m era mas sei q. não presta (Var. 1490)

Dice seis missas por este livro [assinatura ilegível] (Var. 875)

Este livro he de hu herege mas ia esta emendado [a obra apresenta zonas rasuradas] (L. 526 P.)

Eximimo-nos de exemplificar outros usos do livro, mais especificamente, das folhas em branco do mesmo, onde se encontram com relativa frequência, nomes, contas, ensaios caligráficos e de assinatura ou rubrica, desenhos, poemas, apreciações do conteúdo do livro incluindo emendas a certas afirmações que nele constam, para além da conhecida *marginalia* ou comentários à margem²⁹⁸, índices (no princípio ou no fim

²⁹⁷ O livro tem também o carimbo “*Corpus Christi*” relativo ao convento dominicano de *Corpus Christi* das Donas, em Vila Nova de Gaia, fundado em 1345. Cf. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Conventos. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *ob. cit.*, vol. II, p. 24. O carimbo foi mandado pôr nos livros encontrados na respectiva biblioteca, arrecadados pela Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, aquando da sua extinção, procedimento que já atrás se referiu.

²⁹⁸ Não queremos deixar de assinalar que a maior profusão de comentários à margem se encontra em obras mais antigas. Por exemplo, muitos incunábulo da BNP, com ou sem marca de posse, têm *marginalia*. Essa prática diminui nos séculos subsequentes, aparecendo mais os comentários nas folhas de guarda e, menos frequentemente, na folha de rosto ou no seu verso. Um dos praticantes dessa modalidade, o abade Charles Garnier (1722-1804) teólogo e erudito que veio para Portugal em 1750 e foi professor de Francês no colégio dos Nobres, marcava os seus livros com uma expressão em latim muito em moda em França, quer sob forma manuscrita quer no *super-libros* que alguns dos seus livros também têm: *Ex libris Caroli Francisci Garnier et amicorum*. Incluía na página de rosto dos livros, uma inscrição por vezes extensa, sobre o valor bibliográfico da obra e circunstâncias da sua

da obra), notas pessoais que, por exemplo, em livros da posse de membros do clero podem ser horários de missas ou de confissões e também mesinhas e receitas. Nos livros de posse de religiosas muitas vezes o nome da proprietária está rodeado de cercaduras ou outros ornatos.

O livro aparece como um objecto fundamental na vida do seu proprietário e, normalmente, é estimado também pelo valor que tem, representando assim um bem a salvar. Daí que surjam inscrições com ameaças de excomunhão para quem o leve abusivamente ou incessantes pedidos de devolução se for perdido. Mas essas inscrições são mais frequentes em livros pertencentes a privados laicos ou do clero secular, como se a posse individual no ambiente comunitário religioso, servisse, em si própria, de defesa contra tais males. Também neste grupo de leitores anónimos não verificámos a existência de testemunhos de práticas bibliófilas²⁹⁹ ou seja, a aquisição das obras parece ser feita em função da utilidade do livro pelo seu conteúdo e assim, o valor que lhe é atribuído tem a ver com a importância de que se reveste a sua leitura para o seu proprietário e/ou pelo custo que teve para quem o comprou.

A propósito desses vestígios de um “saber relíquia”, como lhes chama, Ana Cristina Araújo que os encontrou nas *artes de bem morrer*, deixa-nos o seguinte testemunho:

“Sinais de sensibilidade, traços da vida material e marcas pessoais ocultas no interior do livro, eis o que encontrámos. Estes vestígios falam-nos sobretudo de mulheres e do tipo de relação que estabelecem com o objecto de leitura. [...] Bem mais elaborados são, entretanto, os testemunhos que assinalam o estado de espírito do

aquisição. V. a sua biografia em BOMBELLES, Marquis de – *Journal d'un ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*. Edition établie, annotée et précédée d'une introduction par Roger Kann. Paris : Fondation Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais : Presses Universitaires de France, 1979, p.346. Ainda a propósito de comentários/apontamentos à própria obra e ao seu conteúdo é importante o estudo de Antonio Castillo Gómez sobre a leitura acompanhada por cadernos para ir recolhendo as notas e comentários, usados em Espanha no “século de ouro” cuja eventual vulgarização também em Portugal pode estar na origem de uma acentuada diminuição nos comentários inscritos nos próprios livros que tão abundantes são em obras mais antigas. Cf. “No pasando por ello como gato sobre brasas”: leer y anotar en la España del Siglo de Oro. *Leituras: revista da Biblioteca Nacional*. S. 3, n.º 9-10, Out. 2001-Out. 2002, p. 99-121.

²⁹⁹ Esse tipo de apropriação do livro que, na nota anterior, referimos a propósito do abade Garnier é mais próprio do colecionador laico e orienta-se para uma aquisição em que o livro e a posse de uma biblioteca se constituem como marca de distinção social e de erudição. No limite é a promoção do livro enquanto objecto de colecção ou “le livre promu fetiche” na expressão de Jean Viardot no estudo *Livres rares et pratiques bibliophiliques*. In: *Histoire des bibliothèques françaises*. Paris: Promodis, 1988, vol. II – Les bibliothèques sous l’Ancien Régime, 1530-1789. Dir. Claude Jolly, p. 447-467.

leitor atento e sensível. [...] A marca pessoal é de tal forma importante nestes livros que as folhas de anterosto de muitos deles aparecem serpenteadas de assinaturas que se vão apagando ou manchando de tinta com o tempo, sinal, talvez da importância que cada possuidor atribui a um livro que percorre uma longa cadeia de transmissão”³⁰⁰.

Do levantamento que fizemos de marcas de posse individuais, de clero e laicos, respigamos também alguns exemplos que testemunham, de forma singela, o valor que se atribuía ao livro.

Do Ir. José da Pied.e Se este livro[sic] for achado q. do venha a ser perdido leva seu dono assinado para ser restituído (Var. 2575)

Este livro he de Ant.º Carv.º da Fon.ca quem lho achar q. lho torne a dar se não no Purgatório o hira pagar. Ó Livro se te perderes (R. 9201 P.)

Este Livro he de Daniel Baptista morador em Villa Pouca quem lho achar pello amor de Deos lho deve dar por que lhe é muito preciso para se salvar e o dinheiro he custozo de agenciar p.ª outro se comprar. Em 1868 16 de Setembro” (R. 27310 P.)

A terminar esta breve incursão pelos testemunhos de posse e uso individual de livros em ambiente religioso não queremos deixar de referir o facto de estas manifestações inscritas nos livros manterem uma constância na forma representativa que nos leva a encontrar no século XIX testemunhos redigidos com formulários em tudo idênticos aos que se encontram em marcas de leitores de séculos anteriores. O número de exemplos que incluímos neste capítulo e que pertencem à secção Varatojo, fundo conventual que, como atrás se indicou, veio transferido para a Biblioteca Nacional, após a abolição das ordens e institutos religiosos em 1910 e que tinha sido criado a partir de 1861, mostra bem a que ponto as marcas e outras evidências de posse e uso do livro se assemelham a exemplos passados. É, no fundo, uma clara demonstração de conservação de práticas, própria de instituições em que livros e leitura seguem um percurso de escolhas que se mantêm quase inalteráveis ao longo dos tempos.

³⁰⁰ *Ob. cit.*, p. 269-271.

Procurámos definir um espaço – a biblioteca religiosa – na sua dimensão comunitária e procurar os vestígios dos seus leitores, também eles, muitas vezes, donos das suas próprias bibliotecas. Apresentámos um conjunto de indicadores que permitem estabelecer quantitativos mais objectivos no respeitante à dimensão dessas bibliotecas quer quando consideradas em comparação dentro do próprio grupo quer numa caracterização social mais ampla. O estudo comparado incidiu também nos indicadores conhecidos para a leitura e as bibliotecas existentes em França, podendo-se inferir que no grupo de bibliotecas religiosas, num e noutro país, há mais semelhanças que diferenças como se o grupo em si tivesse uma dimensão e caracterização não mensurável em termos geográficos, antes definida em termos mais ecuménicos, isto é: centrada numa utilidade que se consubstancia na prossecução de uma missão identitária qualquer que seja o ambiente e a época em que se encontra.

No que respeita às práticas e modalidades de leitura, estabelecemos a nossa análise em função do livro da comunidade e do livro de posse individual, sendo que neste, procurámos indicadores de leitura por género.

É evidente que a posse do livro de temática religiosa quer posto na biblioteca da comunidade quer na posse individual de um membro dessa comunidade constitui, naturalmente, o núcleo central e o mais importante em quantidade. Essa é a regra que observámos nos livros que compulsámos na BNP e que demonstrámos na comparação entre a posse do livro de Religião e o de História. Ora precisamente a nossa investigação pretende estudar o espaço disponível para outras temáticas nas bibliotecas religiosas, mais concretamente, para a História. Ao estabelecermos esse universo de estudo – o das obras de História existentes nas bibliotecas religiosas – tivemos oportunidade de verificar já, nas fontes que utilizámos neste capítulo, que o lugar da História oscila, em média, entre um quinto ou um quarto dos conteúdos destas bibliotecas. Vamos, então, no próximo capítulo, ao encontro das obras, em concreto, de forma a verificar o que é comum e o que é diferente nas várias instituições, do fundo mais antigo até ao mais moderno, também na perspectiva de encontrar indicadores de (possível) abertura, interesse e actualização em relação às obras de História, sobretudo as do século XVIII.

A valoração da História profana e da História eclesiástica, a posse de livros mais antigos e/ou de livros modernos tem, como vamos ver, vários matizes pois cada

instituição é, praticamente, um caso. Já o tínhamos afirmado: o acto de constituir uma biblioteca e, nesta circunstância, com muitos anos de construção e muitas linhas orientadoras a considerar ao longo dos tempos, é, por princípio, um acto de vontade e de escolha, face a uma oferta variada, daquilo que mais interessa para apoiar a prossecução dos objectivos da instituição. É esse retrato (possível) que queremos apresentar no próximo capítulo e que complementaremos com exemplos concretos, no capítulo VI.